



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
SEÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

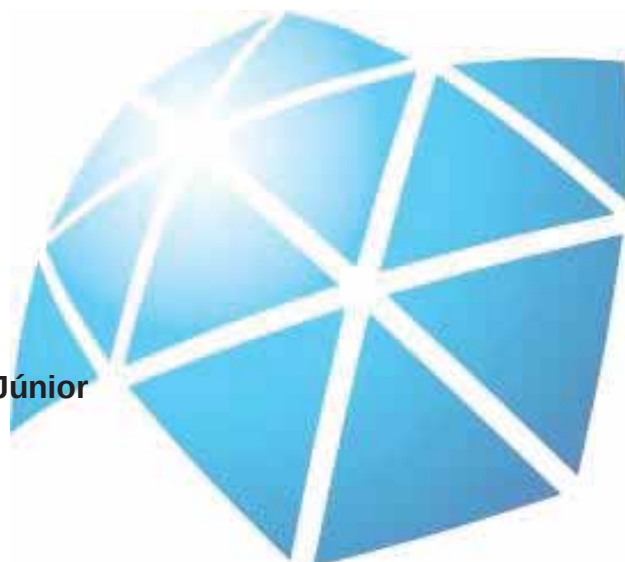
Rua Roberto Simonsen, 305. CEP 19060-900. Presidente Prudente - SP
Tel. 18 3229-5352 fax 18 3223-4519 posgrad@prudente.unesp.br



**TERRITÓRIO E ECONOMIA POLÍTICA – UMA ABORDAGEM
A PARTIR DO NOVO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO
NO CEARÁ**

TESE DE DOUTORAMENTO

Edilson Pereira Júnior
2011



EDILSON PEREIRA JÚNIOR

**TERRITÓRIO E ECONOMIA POLÍTICA – UMA ABORDAGEM A PARTIR DO
NOVO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO CEARÁ**

ELISEU SAVÉRIO SPOSITO
Orientador

Tese de doutorado apresentada
ao Programa de Pós-Graduação
em Geografia da FCT/UNESP,
Campus de Presidente Prudente
como requisito para obtenção do
título de Doutor em Geografia.

Área de Concentração:
Desenvolvimento Regional.

Presidente Prudente
2011

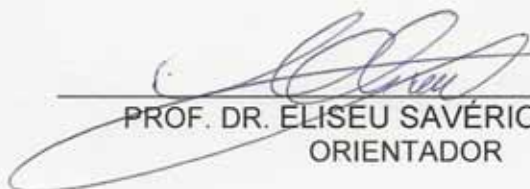


P49t	Pereira Júnior, Edilson Alves. Território e economia política – uma abordagem a partir do novo processo de industrialização no Ceará. - Presidente Prudente: [s.n], 2011 450 f. Orientador: Eliseu Savério Sposito Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia Inclui bibliografia 1. Ceará. 2. Industrialização. 3. Economia política do território. I. Sposito, Eliseu Savério. II. Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Tecnologia. III. Título. CDD 910

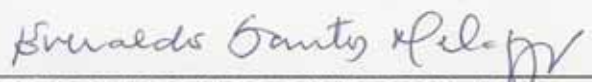


UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Presidente Prudente

BANCA EXAMINADORA



PROF. DR. ELISEU SAVÉRIO SPOSITO
ORIENTADOR



PROF. DR. EVERALDO SANTOS MELAZZO
(UNESP/FCT)



PROF. DR. ANTONIO NIVALDO HESPANHOL
(UNESP/FCT)



PROFA. DRA. DENISE DE SOUZA ELIAS
(UECE)



PROFA. DRA. MARIA MONICA ARROYO
(USP)



EDILSON ALVES PEREIRA JUNIOR

Presidente Prudente (SP), 06 de junho de 2011.

Resultado: APROVADO

**À Denise Bomtempo, que, ao tecer com delicadeza as pequenas coisas do presente,
resgatou profundamente as minhas “saudades do futuro”.**

**Ao pequeno Caio, que na sua grandeza, compreendeu generosamente a necessidade
da ausência e da distância, patente na discreta pergunta feita nos momentos finais:
“faltam quantas páginas?”**

**À Dona Raimunda, que na sua arte de cuidar, me fortalece para continuar a
caminhada.**

AGRADECIMENTOS

A realização do presente trabalho contou com o apoio de diversas pessoas, às quais desejo manifestar o meu reconhecimento.

Ao Professor Eliseu Sposito, orientador dedicado, cuja confiança, disponibilidade e atenção são uma prova de companheirismo e amizade que levo como experiência para seguir em frente.

Aos Professores Everaldo Melazzo e Mônica Arroyo, Membros da Banca de Qualificação e responsáveis por valiosas sugestões para pensar o território, a industrialização e a economia política a partir de um olhar sempre criterioso. Ao Professor Everaldo um agradecimento especial pelo companheirismo e pela importante interlocução que apontaram inúmeros caminhos neste trabalho.

À Professora Carminha (Maria Encarnação Beltrão Sposito) pelo muito que deixou em nosso curto período de convivência e por encher de simpatia e acolhimento nossos encontros.

Aos Professores Antônio Thomaz Jr., Nivaldo Hespanhol, Cezar Leal e Margareth Amorim, pela amizade e por estarem sempre à disposição quando mais precisamos de ajuda. Ao Professor Nivaldo um agradecimento especial pela presença na Banca Examinadora.

À Professora Denise Elias e ao Professor Renato Pequeno, pela incansável amizade e pela contribuição efetiva nos momentos mais decisivos. À Professora Denise um agradecimento especial, pois sua presença na Banca Examinadora é motivo de orgulho e permanente estímulo.

Aos Professores Hervé Thery e Fábio Contel, que abriram as possibilidades para um debate acadêmico rico e estimulante na Universidade de São Paulo (USP).

Ao Professor Christian Azaïs, que nos recebeu com tanto carinho no estágio realizado em Paris, no l'Institut de Recherche Interdisciplinaire en Sciences Sociales (IRISSO) da Université Paris-Dauphine.

Ao Professores Gabriel Dupuy e Eve-Anne Bühler, que não foram menos simpáticos e solícitos ao nos acolherem no Centre de Recherche sur les Réseaux, Industrie e Amenagement (CRIA – Paris 1 Panthéon-Sorbonne) e na Université Paris 8, em Saint-Denis.

Aos meus colegas do Curso de Geografia da Universidade Estadual do Ceará (UECE), que concederam esse momento tão importante de estudo. Um agradecimento especial às Professoras Cláudia Grangeiro, Zenilde Baima e Lúcia Brito, e ao Professor Luiz Cruz Lima, grandes companheiros de debate, discussão e de estímulo para novas descobertas.

Aos amigos “do próximo” e aos amigos “do distante”, dos quais, felizmente, as tecnologias de informação permitem sempre a presença (mesmo que seja virtual). Todos eles preencheram com carinho e alegria o período de elaboração desta tese, seja em Presidente Prudente (Elaine Cícero, Sônia Ribeiro, Divino Silva, Munir Felício, Sérgio Gonçalves, Luiz Carlos Flávio, Oscar Buitrago, Juscelino Eudâmidas, Henrique Alves, Wagner Batella, Camila Dutra, José Alves, Karina Furini, Adriano Amaro, Sônia Segatti,

Adriano Rodrigues, Adriana Olívia, Marcelino Andrade, Flávia Ikuta, Denis Richter, Carlos Primolan, Aninha e Iraci); em Porto Alegre (Liz e Oscar Sobarzo); em São Paulo (Rodolfo Finatti, Ramez Maalouf e Ana Elisa); em Paris (Renaud Watel, Gaëlle Iesteven, Margot Beauchamps, Mário Doraci, Boubou Boubou, Sebastien Turpault, Sandrine Ricoeau, Liloé Turpault, Ana Alice, Alexandre Lima, Carol Ruosso, Rudá e Marcílio) ou em Fortaleza (Fábio Ricardo, Virgínia Holanda, Iara Rafaela, Diego Gadelha, Átila Menezes, Heronilson Freire e Cristiane Ferreira).

Aos meus entrevistados, sobretudo os que mergulharam com tanta profundidade no seu próprio Universo, proporcionando-me a descoberta de tantas histórias e tantos dramas.

Aos funcionários da Secretária de Pós-Graduação da FCT/UNESP, em especial à Márcia, à Cínthia, à Erinate, à Ivonete e ao André, sempre dispostos a resolverem nossos muitos e recorrentes problemas.

Aos colegas do GASPERR, principalmente à Ana Cláudia e ao Gilmar Soares, pela energia e pela simpatia.

Aos meninos dos cartogramas, Henrique Alves e Marcos Venício Júnior, cheios de força para retomarem as discussões mesmo depois de horas de cansaço no trabalho das imagens. Também ao Sabino Neto, à Ana Cláudia Pereira, à Ana Paula Pereira e à Nataly Pinho pelo empenho e ajuda nas horas decisivas.

Aos meus familiares, em especial à Dona Suzana, ao Seu Edilson, à Dona Mariquinha, à Dona Creuza e ao Seu Valdomiro, que transmitiram calor, sofreram pela ausência, mas respeitaram firmemente a importância do trabalho e os momentos de “imersão”.

À Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), pelo auxílio financeiro.

LISTA DE CARTOGRAMAS

01: Divisão político-administrativa do estado do Ceará no contexto do Brasil.....	p. 47
02: O estado do Ceará no atual sistema de transmissão de energia elétrica do Nordeste.....	p. 66
03: Saldo líquido do emprego formal no Ceará – municípios de maior destaque (2006/2009).....	p. 81
04: Principais rodovias federais e estaduais que cortam o território cearense.....	p. 104
05: Ferrovia Transnordestina no Ceará.....	p. 106
06: O circuito completo do Cinturão Digital do Ceará.....	p. 109
07: Distribuição de gás combustível na Região Metropolitana de Fortaleza pela CEGÁS.....	p. 114
08: Brasil - percentual do Valor de Transformação Industrial por estados para os anos de 1970 e 1985.....	p. 176
09: Percentual do Valor de Transformação Industrial - VTI por estados do Nordeste para os anos de 1970 e 1985.....	p. 193
10: Percentual do emprego formal na indústria de transformação dos estados do Nordeste para os anos de 1970 e 1985.....	p. 194
11: Percentual do Valor de Transformação Industrial e percentual do emprego formal na indústria de transformação por estados do Nordeste - 2000.....	p. 199
12: Ceará – Sistemas industriais localizados identificados pelos governos do Ceará.....	p. 248
13: Zonas industriais em Fortaleza e Maracanaú.....	p. 287
14: Distribuição espacial dos investimentos subvencionados pelo FDI/PROVIN no Ceará.....	p. 291
15: Unidades produtivas subvencionadas pelo FDI/PROVIN – gêneros da indústria.....	p. 294
16: unidades produtivas subvencionadas pelo FDI/PROVIN – origem do capital.....	p. 296
17: Consumo de energia elétrica, IPI e estoque de empregos formais na indústria de transformação - 2009.....	p. 299

18: RMF - Unidades produtivas subvencionadas pelo FDI/PROVIN, consumo de energia elétrica industrial e estoque de empregos formais na indústria de transformação.....	p. 302
19: Brasil – Total de estabelecimentos e estoque de empregos formais na indústria de calçados (1990/2009).....	p. 331
20: Brasil – Total de estabelecimentos e estoque de empregos formais na indústria de calçados de borracha e de couro (2009).....	p. 332
21: Ceará – distribuição dos estabelecimentos de calçados (2009).....	p. 358
22: Ceará – Total de estabelecimentos e estoque de empregos formais na indústria de calçados (1990/2009).....	p. 365
23: Ceará – Total de estabelecimentos e estoque de empregos formais na indústria de calçados de couro e de borracha (2009).....	p. 366
24: Divisão territorial da produção do grupo Vulcabras/Azaleia no Mundo.....	p. 378
25: Divisão territorial da produção do grupo Vulcabras/Azaleia no Brasil.....	p. 379
26: Vulcabras/Azaleia S.A. - fluxos de trabalhadores no Ceará.....	p. 383
27: Vulcabras/Azaleia S.A. - fluxos de insumo/produto.....	p. 387
28: Dakota S.A. - divisão territorial da produção no Brasil.....	p. 389
29: Dakota Nordeste S.A. - divisão territorial da produção no Ceará.....	p. 392

LISTA DE FIGURAS

01: Modelo de exposição do território cearense a partir das suas multidimensionalidades e interescalaridade.....	p. 36
02: Modelo de exposição do território cearense a partir do seu processo de industrialização.....	p. 37
03: Modelo hipotético de um circuito produtivo de calçados com base nas novas articulações empresariais em rede.....	p. 159
04: Modelo hipotético de um circuito produtivo de calçados organizado nos territórios a partir das novas articulações em rede.....	p. 160

LISTA DE GRÁFICOS

01: Taxas de crescimento geométrico anual do PIB – Ceará e Nordeste (1985/2006).....	p. 74
02: % de participação do PIB cearense frente ao Nordeste (1985/2006).....	p. 75
03: Exportações cearenses por fator agregado (valores em 1.000 US\$ FOB/ 1991-2009).....	p. 77
04: Despesas (mil R\$) com pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará (1991/1996).....	p. 89
05: % de participação do Imposto sobre as Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em relação ao PIB do Ceará (1996/2006).....	p. 92
06: Produto Interno Bruto (PIB) na indústria em mil reais para os estados do Nordeste (2003/2007).....	p. 201
07: % do Produto Interno Bruto – PIB de cada estado do Nordeste sobre toda região (1970/2008).....	p. 202
08- Exportação cearense de produtos industrializados (totais por fator agregado – US\$ 1.000 FOB).....	p. 309
09: Exportações brasileiras por estado em milhões de pares de calçados - % sobre o total nacional (1996/2008).....	p. 337
10: Exportações brasileiras por estado em US\$ milhões - % sobre o total nacional (1996/2008).....	p. 338

LISTA DE TABELAS

01: Taxas de Crescimento Anual do PIB – Ceará e Brasil e percentual do PIB cearense sobre o PIB brasileiro (2002-2009).....	p. 73
02: Evolução do saldo líquido do emprego formal nas principais atividades econômicas do estado do Ceará – (2002/2009).....	p. 79
03: Evolução das dívidas internas e externas e Receita Corrente Líquida – RCL (mil R\$) do estado do Ceará (2005/2009).....	p. 95
04: Participação, em porcentagem, da Bahia, Pernambuco e Ceará no total das liberações do FINOR para a indústria de transformação do Nordeste (1974-1988).....	p. 223
05: Fatores responsáveis pela localização dos investimentos patrocinados pela SUDENE (%) – Ceará, Pernambuco e Bahia.	p. 224
06: Incentivos e prazos do FDI/PROVIN – 1993.....	p. 232
07: Incentivos e prazos do FDI/PROVIN – 1995.....	p. 233

08: Sistema de pontuação por critérios do FDI/PROVIN – (2003/2006).....	p. 235
09: Incentivos e prazos do FDI/PROVIN –(2008/2010).....	p. 236
10: Incentivos fiscais liberados pelo Governo do Estado do Ceará, no período 1989 a 2006 (R\$ de Jan/2006).....	p. 239
11: Número de empresas, aplicação de capitais e geração de empregos formais por gêneros das indústrias atraídas pelo FDI/PROVIN (1995/2009).....	p. 277
12: Estoque de empregos formais na indústria de transformação – principais estados nordestinos (1985-2009).....	p. 308
13: Taxa de crescimento (%) da produção industrial – Brasil, Nordeste e Ceará (2002- 2009).....	p. 310
14: Participação da atividade industrial em algumas variáveis da economia cearense (em %).....	p. 312
15: Estoque de empregos formais da indústria de transformação do Ceará segundo faixa de remuneração média mensal de salários mínimos (1985/2009).....	p. 313
16: Estoque de empregos formais da indústria de transformação do Ceará segundo graus de instrução (1985/2009).....	p. 315
17: Estoque de empregos formais da indústria de transformação do Ceará segundo tempo de serviço (1985/2009).....	p. 316
18: Valor adicionado dos gêneros da indústria de transformação no Ceará (1996/2007).....	p. 319
19: Evolução dos estabelecimentos dos gêneros da indústria de transformação no Ceará (1985/2009).....	p. 321
20: Número de estabelecimentos e gêneros de atividade da indústria de transformação no Ceará por porte de empresa - 2009.....	p. 322
21: Evolução do estoque de empregos formais por gênero na indústria de transformação no Ceará – 1985/2009.....	p. 323
22: Estoque de empregos formais nos gêneros da indústria de transformação do Ceará por porte de empresa - 2009.....	p. 324
23: Ceará - percentual do estoque de empregos formais na indústria de calçados face ao Brasil e ao Nordeste.....	p. 335
24: Principais empresas exportadoras de calçados do Ceará (2009).....	p. 339
25: Principais empresas produtoras de calçados no Ceará (2005).....	p. 339

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	p. 23
CAPÍTULO 01 - ESPAÇO E TERRITÓRIO NO CONTEXTO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO NO CEARÁ.....	p. 41
CAPÍTULO 02 - TERRITÓRIO, INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA FACE ÀS DEMANDAS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	p. 122
CAPÍTULO 03 - AS NORMAS E O TERRITÓRIO: A INTERESCALARIDADE DA ECONOMIA POLÍTICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....	p. 208
CAPÍTULO 04 - AS SINERGIAS DO TERRITÓRIO E A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO CALÇADISTA.....	p. 327
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	p. 401
BIBLIOGRAFIA.....	p. 414
ANEXO 01.....	p. 433
ANEXO 02.....	p. 440
ANEXO 03.....	p. 451

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	p. 23

CAPÍTULO 01 - ESPAÇO E TERRITÓRIO NO CONTEXTO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO NO CEARÁ.....	p. 41

1.1. Reflexões sobre os conceitos de espaço e de território para melhor entender as sincronias e diacronias da acumulação.....	p. 48
1.1.1. Espaço: processos de organização e produção.....	p. 48
1.1.2. Como trabalhar o território a partir do conceito de espaço?	p. 51
1.2. O que a modernidade foi fazer na periferia? Origens e significados do projeto dos empresários-políticos no Ceará.....	p. 54
1.2.1. O projeto moderno das novas elites dirigentes cearenses - particularidades e generalidades dos governos dos empresários-políticos.....	p. 56
1.3. As dimensões e as escalas que organizam o território cearense.....	p. 61
1.3.1. O Ceará da dimensão econômica.....	p. 64
1.3.2. O Ceará da dimensão político-ideológica.....	p. 82
1.4. Através da densidade técnica o território orienta os rumos da acumulação industrial.....	p. 100

CAPÍTULO 02 - TERRITÓRIO, INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA FACE ÀS DEMANDAS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA.....	p. 122

2.1. Abordagem preliminar acerca dos mecanismos de acumulação capitalista.....	p. 123
2.2. Nova configuração de acumulação e consequências para o processo produtivo industrial.....	p. 129
2.2.1. O perfil da nova configuração de acumulação.....	p. 129

2.2.2. Competitividade e formas de acumulação no novo mundo industrial – o curioso caso da contaminação por mimetização.....	p. 134
2.2.3. As repercussões para o processo produtivo industrial.....	p. 140
2.3. Reestruturação produtiva e diferenciação espacial: por uma abordagem territorial das mudanças no capitalismo contemporâneo.....	p. 151
2.4. A reestruturação territorial da indústria no Brasil – os novos rumos da desconcentração face às demandas da acumulação.....	p. 166
2.5. Nordeste – evolução econômica e nova organização industrial.....	p. 181
2.5.1. Primeira fase: proeminência canavieira.....	p. 184
2.5.2. Segunda fase: diversificação da produção e o papel do algodão no crescimento industrial.....	p. 184
2.5.3. Terceira fase: a nova divisão territorial do trabalho no Brasil e as ações da SUDENE.....	p. 186
2.5.4. Quarta fase: a “guerra fiscal” e os efeitos da desconcentração industrial sobre o Nordeste.....	p. 195
2.5.5. Estaríamos na gestação de uma quinta fase da evolução econômica nordestina?.....	p. 203

CAPÍTULO 03 - AS NORMAS E O TERRITÓRIO: A INTERESCALARIDADE DA ECONOMIA POLÍTICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO.....p. 208

3.1. Industrialização e investimentos subvencionados: o poder das normas na reorganização produtiva do território.....	p. 211
3.1.1. A problemática teórica e o estudo da mobilidade do capital a partir de políticas econômicas de industrialização.....	p. 211
3.1.2. A evolução da atividade industrial no Ceará – políticas, agentes e processos.....	p. 219
a) O tripé gado/algodão/agricultura de subsistência: a primeira fase da evolução industrial no Ceará.....	p. 219
b) A indústria e as políticas de planejamento regional: o papel da SUDENE.....	p. 223
c) O projeto de modernização do território e as políticas estaduais de incentivo à industrialização: a terceira fase da atividade industrial no Ceará.....	p. 227

3.2. A programática governamental e a subvenção industrial – limites e conquistas.....	p. 242
3.2.1. Estruturações de sistemas industriais localizados.....	p. 242
a) O sistema industrial localizado de cerâmica vermelha da região do Baixo Jaguaribe: o destaque do município de Russas.....	p. 249
b) O sistema industrial localizado de redes de dormir em Jaguaruana.....	p. 252
c) O sistema industrial localizado metal-mecânico de Tabuleiro do Norte.....	p. 255
d) O sistema industrial localizado de calçados no CRAJUBAR.....	p. 258
3.2.2. A montagem do complexo petroquímico/siderúrgico.....	p. 261
a) A refinaria Premium II.....	p. 266
b) A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP).....	p. 268
3.2.3. A atração de unidades produtivas industriais.....	p. 272
a) Caracterização setorial dos investimentos atraídos.....	p. 276
b) Organização espacial da indústria subvencionada.....	p. 284
3.3. A nova dinâmica da industrialização cearense.....	p. 305

CAPÍTULO 04 - AS SINERGIAS DO TERRITÓRIO E A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO CALÇADISTA.....p. 327

4.1. A indústria calçadista brasileira e o deslocamento do eixo de produção para o Nordeste.....	p. 328
4.2. As sinergias do território e a realocação da indústria de calçados.....	p. 340
4.2.1. Os movimentos sincrônicos.....	p. 340
4.2.2. Os movimentos diacrônicos.....	p. 347
4.3. A organização do espaço industrial calçadista no Ceará.....	p. 356
4.4. Processo produtivo e circuitos espaciais da produção das maiores empresas calçadistas.....	p. 374
4.4.1. O grupo Vulcabras/Azaleia.....	p. 374
4.4.2. O grupo Dakota S.A.....	p. 386

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....p. 401

BIBLIOGRAFIA.....p. 414

ANEXO 01.....p. 433

ANEXO 02.....p. 440

ANEXO 03.....p. 451

ABREVIATURAS E SIGLAS

I PLAMEG - I Plano de Metas Governamentais;
 II PLAMEG - II Plano de Metas Governamentais;
 II PND - II Plano Nacional de Desenvolvimento;
 ABICALÇADOS - Associação Brasileira das Indústrias de Calçados;
 ABRAMESP - Associação Brasileira do Mercado Esportivo;
 ADECE - Agência de Desenvolvimento do Ceará;
 ADITAL - Notícias da América Latina e Caribe;
 APLs - Arranjos Produtivos Locais;
 BANDECE - Banco de Desenvolvimento do Ceará;
 BEC - Banco do Estado do Ceará;
 BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento;
 BIRD - Banco Mundial;
 BNB - Banco do Nordeste do Brasil;
 BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social;
 CAD - Computer Aided Design;
 CAGECE - Companhia de Água e Esgoto do Ceará;
 CAMEX - Câmara de Comércio Exterior ;
 CEARÁ III - Programa Rodoviário do Estado do Ceará ;
 CED - Centro de Estratégia de Desenvolvimento;
 CEDE - Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico;
 CEDIN - Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial do Ceará;
 CEGÁS - Companhia de Gás do Ceará;
 CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e Caribe;
 CHESF - Companhia Hidrelétrica do São Francisco;
 CIC - Centro Industrial do Ceará;
 CIPP - Complexo Industrial e Portuário do Pecém;
 CLT - Consolidação das Leis do Trabalho;
 CNI - Confederação Nacional da Indústria;
 CNT - Confederação Nacional de Transportes;
 CODEC - Companhia de Desenvolvimento do Ceará;
 COGERH - Companhia de Recursos Hídricos do Ceará;
 CQC's - Círculos de Controle de Qualidade;
 CRAJUBAR - Crato, Juazeiro e Barbalha;
 CSN - Companhia Siderúrgica Nacional;
 CSP - Companhia Siderúrgica do Pecém;
 CUT - Central Única dos Trabalhadores;
 DER - Departamento de Edificações e Rodovias do Ceará;
 DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e estudos Socioeconômicos;
 DIF - Distrito Industrial de Fortaleza;
 DNIT - Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes;
 DNOCS - Departamento Nacional de Obras Contra a Seca;
 EMBRATUR - Empresa Brasileira de Turismo;
 ETICE - Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará;
 EVA - Etileno e Vinil Acetato;
 FDI - Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará;
 FECOP - Fundo Estadual de Combate à Pobreza;
 FIEC - Federação das Indústrias do Ceará;
 FINOBRASA - Fiação Nordeste do Brasil;
 FGV - Fundação Getúlio Vargas;
 FINOR - Fundo de Investimentos do Nordeste;
 FMI - Fundo Monetário Internacional;
 FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste;

FUNAI - Fundação Nacional do Índio;
 G7 - Grupo dos Sete;
 GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste;
 GTPAPL - Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais;
 IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;
 ICMS - Imposto sobre as Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços;
 IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada;
 IPECE - Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas do Ceará;
 IPI - Imposto sobre Produto Industrializado;
 IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano;
 ISS - Imposto Sobre Serviços;
 ITBI - Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis;
 MAPP - Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários;
 MERCOSUL - Mercado Comum do Sul;
 MIDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior;
 MIT - Massachusetts Institute of Technology;
 MUNIC - Pesquisa de Informações Básicas Municipais;
 NEAAPL/CE - Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Ceará;
 NORTECOOPER - Cooperativa de Serviços Múltiplos Norte-Nordeste;
 OCDE - Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico;
 OMC - Organização Mundial do Comércio;
 ONU - Organização das Nações Unidas;
 PAC - Programa de Aceleração de Crescimento;
 PAF - Programa de Ajuste Fiscal;
 PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público;
 PCdoB - Partido Comunista do Brasil;
 PDCI - Programa de Desenvolvimento do Comércio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará;
 PDVSA - Petróleos de Venezuela S. A.;
 Petrobras - Petróleo Brasileiro S. A.;
 PIB - Produto Interno Bruto;
 PIMES - Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário;
 PIS - Programa de Integração Nacional;
 PLC - Power Line Communication;
 PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro;
 PNDs - Planos Nacionais de Desenvolvimento;
 PROAPI - Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais;
 PROCAMPI - Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas;
 PROCAP - Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas;
 PROCEAGRI - Programa Cearense de Agricultura Irrigada;
 PRODECIPEC - Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Economia do Ceará;
 PRODECON - Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral;
 PRODETUR – NE - O Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste;
 PROEÓLICA - Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Geradora de Energia eólica;
 PROINFRA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia;
 PROVIN - Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas ;
 PSB - Partido Socialista Brasileiro;
 PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira;
 PSOL - Partido Socialismo e Liberdade;
 PT - Partido dos Trabalhadores;
 PU – Poliuretano;
 PVC - Policloreto de Vinilina;
 RAIS - Relação Anual de Relações Sociais;

RCL - Receitas Correntes Líquidas;
REDESIST - Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos Locais;
RMF - Região Metropolitana de Fortaleza;
RMRJ - Região Metropolitana do Rio de Janeiro;
RMSP - Região Metropolitana de São Paulo;
SDE/CE - Secretaria de Desenvolvimento Econômico;
SDRL - Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional;
SEAGRI - Secretaria de Agricultura Irrigada;
SEBRAE - Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
SECITECE - Secretaria de Ciências e Tecnologia do Estado;
SEFAZ - Secretaria da Fazenda;
SETUR - Secretaria de Turismo do Ceará;
SIC - Secretaria da Indústria e Comércio ;
SIDERBRÁS - Companhia Siderúrgica Brasileira;
SIDNOR - Siderúrgica do Nordeste;
SINDREDES - Sindicato da Indústria de Redes;
SINDTÊXTIL - Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Ceará;
SUDEC - Superintendência de Desenvolvimento do Ceará;
SUDENE - Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste;
SRH - Secretaria Estadual dos Recursos Hídricos;
TEM - Ministério do Trabalho e Emprego;
TMUT - Terminal de Múltiplo Uso;
UFC - Universidade Federal do Ceará;
UTE Pecém I - Usina Termelétrica Porto do Pecém I;
VTI - Valor de Transformação Industrial;
ZPE - Zona de Processamento de Exportações.

RESUMO

A tentativa de afirmar um projeto de modernização pautado numa proposta de integração irrestrita ao mercado e à dinâmica da mundialização foi um dos fatos mais marcantes a atingir o Ceará nas últimas décadas. O componente central que deve ser destacado na leitura dos acontecimentos é o papel decisivo das forças públicas na consolidação do processo. A participação dos governos estaduais não só se apresentou necessária como determinou os rumos da mudança, sobretudo ao proporcionar densidade técnica ao território e incentivar a mobilidade dos capitais através de normas e programas políticos. Este trabalho procura apresentar algumas reflexões acerca do tema, seguindo os caminhos da reestruturação espacial como instrumento da acumulação capitalista pela via da indústria. Busca enfatizar as dimensões econômicas e políticas da sociedade como instâncias territoriais, dentro de um contexto que priorize o caráter relacional entre as particularidades do território e o movimento do mundo. Optamos por discutir aspectos diretamente relacionados à natureza da transformação espacial engendrada pela industrialização, tais como os novos fluxos e recortes evidenciados no território, as formas espaciais específicas da indústria subvencionada, a organização dos circuitos espaciais da produção das empresas mais importantes que se instalaram no estado, o papel dos modelos tradicionais e/ou flexíveis do processo produtivo industrial, e os impactos sentidos pela força de trabalho a partir da implantação de novas formas de emprego e renda. A preferência pela abordagem espacial da indústria deu-se não só em função desta atividade ser uma das que mais se transformam no Brasil e no mundo nestes últimos anos, mas também por ser este o setor da economia selecionado pelas políticas econômicas cearenses como o mais destacado no acirramento das verticalidades do território. A metodologia definiu temas relevantes para a abordagem do assunto e, a partir daí, pautou-se numa matriz metodológica que articulou, a um só tempo, pesquisa documental e estatística, coleta e sistematização de dados, e trabalho de campo, reconhecendo a importância da análise que parte do particular ao geral e, logo após, realiza o movimento inverso. A escolha de um projeto de modernidade, viabilizado pelo uso econômico da política, conduziu o modelo de desenvolvimento no Ceará e o território fez-se estratégico para potencializar a marcha da modernização. O conjunto articulado das ações e dos objetos formou a síntese estrutural de uma industrialização que logrou sucesso, fundamentalmente, por combinar manifestações particulares e universais unificadas num plano concreto, o próprio território, que desde então não pode mais ser entendido sem que se considere a sinergia multidimensional e interescalar que o caracteriza.

Palavras-chave: Ceará, industrialização, economia política do território.

RESUMÉ

La tentative de faire valoir un projet de modernisation dans une proposition d'intégration sans restriction au marché et à la dynamique de la mondialisation a été l'un de faits les plus remarquables pour atteindre le Ceará au cours des dernières décennies. Le composant central qui doit être mis en évidence dans la lecture des événements, c'est le rôle décisif des forces publiques dans le processus de consolidation. La participation des gouvernements des États ne s'est pas présentée seulement comme nécessaire, mais elle a déterminé les sens du changement, notamment en fournissant la densité technique pour la région et encourager la mobilité des capitaux à travers des normes et des programmes politiques. Ce document vise à présenter quelques réflexions sur le thème, suivant les chemins de restructuration de l'espace comme un instrument d'accumulation du capital dans l'industrie. À cette fin, cherche à mettre l'accent sur les dimensions économiques et politiques de la société comme des collectivités territoriales, dans un cadre qui privilégie le caractère relationnel entre les particularités du territoire et le mouvement du Monde. Nous avons choisi de discuter de questions directement liées à la nature de la transformation de l'espace engendré par l'industrialisation, tels que le nouveau cours d'eau et des clips montré sur le territoire; les formes spécifiques de l'industrie spatiale subventionnée, l'organisation de circuits spatiales de la production des entreprises le plus importantes qui se sont installées dans l'État; le rôle des modèles traditionnels et/ou processus de production industriels flexibles; et les effets ressentis par la force du travail à travers la mise en œuvre de nouvelles formes d'emploi et le revenu. La préférence pour l'approche spatiale de l'industrie s'est arrivée en fonction de cette activité être l'une des plus gros changement au Brésil et au Monde dans ces dernières années, mais aussi pour être le secteur de l'économie pour le Ceará économique choisi comme le plus important dans l'approfondissement des montants du territoire. La méthodologie des questions importantes à aborder la question et par la suite a été basée sur une matrice qui méthodologique qui a articulée, en même temps, des études statistiques et documentaires, la recueil et la systématisation de données et de travaux sur le terrain, en reconnaissant l'importance de cette partie de l'analyse particulier au général, et, bientôt après, effectue le mouvement inverse. Le choix d'un projet de la modernité atteint par l'utilisation de la politique économique menée la modèle de développement du Ceará, et le territoire est devenu stratégique pour promouvoir le mois de mars de la modernisation. L'ensemble coordonné des actions et des objets a formé la synthèse de structure d'une industrialisation qui a réussi du succès fondamentalement pour combiner des manifestations particulières et universales unifiée dans un plan concret, le territoire lui-même, puisque cela ne peut plus être compris sans tenir compte la synergie multidimensionnelle et les inter-échelles que le caractérise.

Mots-clés: Ceará, l'industrialisation, l'économie politique du territoire.

ABSTRACT

The attempt of assuring a modernization project guided by the purposes of unrestricted market integration and the globalization dynamics was one of the most relevant facts that hit Ceará in the last decades. The central component that must be singularized while analyzing the facts is the crucial role that public power played in consolidating the process. The participation of the state governments was not only necessary but also determined the paths of change, especially by providing technical density to the territory and encouraging capital mobility through laws and political programs. This project seeks to present some reflections about this subject, following the paths of spatial restructuring as an instrument of capital accumulation by the industry. For that, it seeks to emphasize the political and economical dimensions of society as territorial instances, inside a context that gives more importance to the relational characters between the particularities of the territory and the movement of the New World. We chose to discuss aspects that are in direct relation with the nature of spatial transformation engendered by industrialization, such as, the new streams and shapes evident in the territory; the specific spatial figures of the subsidized industry; the organization of the production spatial circuits of the most important companies that were installed in the state; the role of traditional and/or flexible models in industrial productive process; and the impacts felt by the laborers from the moment the new forms of job and income were implanted. The preference of the spatial broaching by the industry was given because this activity is one of the ones that have gone through more transformations in Brazil and in the world in the last years, but also because this is the field of economy chose by the Ceará's economical politics as the most singularized in stimulating territorial verticality. The methodology defined relevant ways to approach the subject and from then guided itself in a methodological matrix that articulated documental and statistical researches, collect and systematization of data and field work, recognizing the importance of the analysis that goes from the particular to the general, and after that realizes the inverted movement. The choice of a modernity project viable through the economical use of politics conducted Ceará's development model, and the territory was crucial by favoring the modernization march. The articulated assemblage of actions and objects formed the structural synthesis of a type of industrialization that achieved success fundamentally by combining particular and universal manifestations unified in a concrete plan, the territory itself, that from then on cannot be understood without the multidimensional and multifunctional synergy that it characterizes.

Key-words: Ceará, industrialization, territory economical politics.

INTRODUÇÃO

Importantes transformações ocorridas no Ceará a partir da segunda metade da década de 1980 começaram a chamar a atenção de estudiosos da política e da economia em todo o Brasil. Elas estavam relacionadas a um novo projeto que se desenhava a partir de um discurso de forte cunho modernizante e que prometia romper com os tradicionais padrões de convenção política estabelecidos no estado há várias décadas.

Toda essa reestruturação estaria sendo conduzida por um grupo de empresários que se reunia no Centro Industrial do Ceará (CIC), idealizador de um programa político vinculado aos preceitos de uma ideologia burguesa liberal e que pregava a bandeira do crescimento econômico a partir da adoção de métodos gerenciais modernos na máquina pública estatal.

Ao assumir o poder no Ceará, esse grupo reuniu esforços para apresentar-se como “sujeito coletivo”, portador de um “projeto realmente transformador”, que se contrapunha ao que havia sido feito até então na política estadual pelas lideranças tradicionais, caracterizadas por gestões ineficazes e práticas políticas clientelistas¹. Segundo seus idealizadores, à despeito dos interesses “menores” movidos pelas elites dirigentes do passado, esse novo projeto encaminharia mudanças sociais efetivas, capazes de superar históricas heranças de pobreza e miséria no sertão.

Para tanto, seria necessário criar condições de iniciativa empreendedora no Ceará, um estado marcado pelas agruras da seca e que, por suas especificidades, teria que engendrar seu desenvolvimento por meio do financiamento público em indústrias, principalmente aquelas de capital externo. Estas seriam responsáveis por uma dinamização plena da economia e, além disso, trariam diversificação produtiva e tecnológica ao estado.

Reestruturar o território e construir uma imagem positiva do seu papel na transformação da sociedade também seria uma prioridade da nova política, o que oportunizaria a fluidez dos movimentos e a interconexão entre os lugares, essenciais para que um conjunto de mudanças econômicas pudesse ser firmado em sintonia com as demandas da mundialização. Essa postura afastaria o estado do discurso regionalista e alterariam os métodos de captação de recursos, substituindo o clamor da arrecadação de fundos em favor dos flagelados pela capacidade de angariar investimentos em nome da composição racionalista de um programa de governo caracterizado pela estabilidade financeira e pelo ajuste público. Seria a afirmação de um padrão que demarcaria a

¹ É Lemenhe (1997) quem descreve o esforço das lideranças industriais do CIC em se apresentarem como portadores dos meios necessários para a realização de fins coletivos a partir de uma tarefa de promoção do desenvolvimento através da modernização da economia.

participação cearense no capitalismo contemporâneo como um estado economicamente sanado, aberto aos investimentos nacionais e internacionais.

Assim, uma nova organização territorial materializar-se-ia em razão de uma industrialização induzida pelos rumos mais recentes da reprodução capitalista internacional, tornada possível, sobretudo, em função do desenvolvimento das tecnologias e da fluidez dos investimentos. Projetou-se um redesenho do território, que passou a ser esquadrinhado e reestruturado a partir do soerguimento de inúmeros objetos técnicos, e uma ousada política de benefícios tributários foi montada para garantir a “alavancagem” de investimentos que pudessem materializar o plano de transformação industrial. Essas intervenções, reproduzidas por todas as gestões do governo estadual até o presente momento, somar-se-iam às demais vicissitudes do território e tenderiam a constituir vantagens competitivas, geradoras de efeitos de encadeamento capazes de atrair capitais diversos.

O contexto nacional e internacional favoreceu as intencionalidades dos programas cearenses. Com as desregulamentações financeiras e produtivas, intensificadas na década de 1990; e a crise fiscal no Brasil do Plano Real, que resultou numa menor participação do Governo Federal em políticas de desenvolvimento regional; tanto o planejamento dos investimentos quanto as negociações das metas foram realizados entre as unidades de federação e as empresas, com o Ceará tirando vantagens da sua política territorial e econômica para atrair empréstimos financeiros e capitais produtivos.

A entrada de indústrias externas, em especial as que recrutam maior quantidade de trabalhadores nas linhas de produção, simbolizou o novo processo de industrialização do estado, que, com sua política industrial de atração indiscriminada de empreendimentos, ficou muito mais vulnerável aos ditames de uma acumulação capitalista marcada pela presença de agentes exógenos no controle das decisões econômicas.

O que se pretende com essa pesquisa é aprofundar em que medida as transformações ora postas podem confirmar uma reestruturação espacial e produtiva na indústria, associada às características da nova economia política do território no Ceará. Partimos do princípio de que o mais recente quadro de alterações revela uma manifestação das atuais mudanças que se dão num plano nacional e mundial, tendo em vista que, assim como indicam os novos caminhos seguidos pela organização política cearense desde a década de 1980, também levam a crer que a força da modernização legitima as racionalidades ditadas pela nova configuração capitalista de cunho competitivo, erigindo articulações territoriais em benefício da produção e das trocas globais. A investigação do processo aponta para a inserção do Ceará na lógica que reproduz as desigualdades econômicas e espaciais, marcada pela intensificação da divisão espacial do trabalho, que gradativamente submete os territórios a um receituário de decisões tomadas por articuladores cada vez mais distantes do lugar.

Uma nova organização territorial se efetiva por meio de uma industrialização induzida, a um só tempo, pelo Estado e por outros agentes da reprodução capitalista internacional. Constatamos também que, com a materialização dos investimentos industriais, ocorre a introdução de formas modernas de organização produtiva e de trabalho na economia cearense.

Contudo, face ao uso instrumentalizado da política e da imagem pública governamental para a instalação de uma economia modernizante; à nova realidade que modifica os antigos padrões de ocupação territorial e institui forças de atração, fluidez e concentração; aos novos ritmos da produção e do consumo que inserem algumas cidades na dinâmica frenética da industrialização; ao processo produtivo na fábrica, que preserva o modelo fordista de produção verticalizada ao mesmo tempo em que introduz novos modelos organizacionais de produção; à absorção cada vez maior de uma força de trabalho contratada a baixos salários, algumas questões-chaves para a compreensão das mais recentes mudanças são levantadas, quais sejam:

- Que papel desempenha o Ceará dentro da organização do espaço industrial global e nacional no começo do século XXI?

- Teria alguma relação com as forças movidas pela recente configuração de acumulação capitalista de forte cunho competitivo e financeiro?

- Até que ponto o papel do Estado e de suas políticas de atração industrial induziram uma dinamização da economia capaz de envolver setores produtivos diversos e capitais industriais de diferentes tamanhos?

- Por trás da ideia de modernização não estaria a intencionalidade de somente alguns agentes em detrimento dos interesses gerais da sociedade?

- Como encontrar o econômico e o político enquanto instâncias territoriais e qual a relação que estes têm com o ideológico na proposta cearense de modernização dos objetos e das ações?

- Como os processos redefinem o quadro territorial dentro do Ceará, ao elegerem áreas destacadas no que concerne à produção, distribuição e consumo de riquezas?

- Como se organizam os circuitos espaciais da produção das empresas mais importantes instaladas nestes últimos vinte anos?

- Qual a função deste território na reprodução de modelos tradicionais e/ou flexíveis do processo produtivo industrial?

- Como a força de trabalho local se apresenta diante da implementação de novas formas de emprego e renda?

A escolha pela abordagem espacial da indústria se deu em função do processo produtivo fabril ser um dos que mais se transformou no Brasil e no mundo nestes últimos anos, alcançando lugares de reserva e criando novas relações verticalizadas no espaço, marcadas por inúmeras articulações entre múltiplos agentes. Mas a seleção do tema como elemento de investigação da reestruturação territorial cearense se justifica, notadamente, porque a indústria foi uma das principais atividades econômicas escolhidas pelo projeto dos governos estaduais no intuito de materializar a modernidade no território. A visualização de um programa pautado no uso econômico da política conduziu o modelo de desenvolvimento a ser seguido no Ceará e a industrialização, por sua vez, foi vista como um mecanismo capaz de garantir melhorias econômicas e reduzir a pobreza, sempre num plano de reestruturação que priorizasse a estrita lógica do mercado.

Nesse sentido, o objetivo central desta tese é buscar entender como os caminhos da reestruturação espacial pela via da indústria no Ceará enfatizam as dimensões econômicas e políticas da sociedade como instâncias territoriais, dentro de um contexto que priorize o caráter relacional entre as particularidades do território e o movimento do mundo.

Com base nessa proposta maior, os objetivos específicos dela delineados são:

- Compreender a modernização do território cearense a partir do uso instrumentalizado da política e da economia, em especial a partir da multidimensionalidade da organização territorial;

- Perceber como essa modernização se coloca no contexto de uma relação interescolar, articulando as intencionalidades de agentes endógenos e exógenos na busca de um projeto de reestruturação industrial e capitalista;

- Analisar as normas, os mecanismos fiscais e os sistemas de objetos deliberadamente erguidos que procuram dotar o Ceará de vantagens na atração de investimentos industriais externos;

- Investigar as formas espaciais específicas da atividade industrial a partir dos avanços e dos recuos do projeto de industrialização incentivado pelas forças públicas;

- Apresentar os gêneros industriais mais relevantes da indústria cearense e suas transformações a partir da subvenção política de investimentos;

- Aprofundar a discussão sobre o gênero industrial que melhor responde aos programas de financiamento do setor produtivo cearense, isto é, o de calçados, apresentando um debate sobre seus circuitos espaciais da produção, suas relações de trabalho e seu processo produtivo no interior da fábrica.

A metodologia partiu da escolha inicial de temas relevantes para a abordagem do processo e, assim, realizou seu primeiro recorte, selecionando, para o estudo, as seguintes temáticas:

1- O território como produto multidimensional da síntese entre as relações econômicas, ideológicas e políticas:

Toda e qualquer prática social, por mais simples e elementar que seja, não escapa à necessidade de configurar seu campo operatório de ação. Esta atividade assegura a organização do território a partir de um arranjo sistêmico de relações de poder. Assim, o caminho que vai da intenção à ação passa por múltiplas dimensões em sociedade e, no contexto atual, em que formas e funções se transformam com muito mais rapidez; esse todo relacional não deve ser negligenciado, pois não é possível entender o território sem o seu caráter multidimensional, constituído pelo conjunto de características políticas, econômicas e ideológicas sobre uma base natural mais ou menos modificada (SANTOS, 2008). Essa discussão suscita preocupação sobre a maneira de entender as mudanças no Ceará hoje, por isso a abordagem que define o contexto territorial como um resultado dessas múltiplas dimensões deve ser sempre priorizada. Ao considerar esse plano de articulação e compreendermos o seu papel no contexto das transformações que caracterizam a mais recente configuração de acumulação capitalista, enxergamos que ele próprio, o território cearense, se impõe como uma força produtiva. Ele se apresenta como uma materialidade que conduz e suporta as intencionalidades da mundialização, isto é, um intermediário e um instrumento, um ambiente e uma mediação. O território, assim, se apresenta rico de elementos políticos, econômicos e ideológicos, um ambiente singular face às mudanças que se dão no bojo das dinâmicas globais. Tentamos, desse modo, entender as transformações territoriais levando em consideração esses preceitos, percorrendo sobre características econômicas e político-ideológicas, responsáveis por firmarem as particularidades do Ceará. Destacamos o quanto a economia, a política e a ideologia estão no território e como este lhes dá vivência efetiva, contribuindo para que as transformações se realizem e para que as diacronias ali presentes possam ser reveladas.

2- O território como produto interestelar das relações sincrônicas e diacrônicas do presente:

Em geografia, lugares, regiões, territórios e espaço não podem ser pensados como compartimentos mutuamente excludentes, isto é, peças sobrepostas de um quebra-cabeça conceitual, no qual cada um assume um nível hierárquico pré-estabelecido de importância. Somente a interpretação sincrônica e diacrônica de um recorte espacial, feita no âmbito da sucessão de tempos diferenciados, contribuirá para uma leitura mais abrangente dos

fenômenos contemporâneos. Cada vez mais, as manifestações transcorridas em um território ganham força exatamente pelas redes de relações estabelecidas entre múltiplos agentes em várias escalas geográficas. Em nenhum momento da história essas relações foram tão amplas, assim como nunca foram tão importantes os seus papéis (SANTOS, 1999; SMITH, 1988 e 2002; SPOSITO, 2006). Um olhar sobre o atual processo de industrialização no Ceará precisa respeitar as interações descritas, pois ele é o produto de uma complexa relação local/regional/nacional/global que se afirma exatamente por meio dessa composição interescalar, caracterizada por uma tessitura renovada a dinamizar uma rede de fluxos materiais e imateriais diversos. É em função dessas múltiplas determinações, plenas de reciprocidade, que o território cearense deve ser investigado. Ao permitir que ações particulares e universais se unifiquem num dado concreto, o próprio território assegura uma convivência muito mais efetiva entre ordem próxima e ordem distante, e é esse conjunto de operações que legitima a ampla relação de alianças econômicas e políticas em curso.

3- A industrialização e o território:

Pensar o processo de industrialização implica pensar a chegada de uma nova ordem que não mais prioriza os componentes sociais e econômicos diretamente ligados aos valores tradicionais anteriormente hegemônicos. A chegada da indústria significa também a redefinição de todo um corpo de valores que emerge sob a resistente influência de uma lógica racionalista, onde o território, produto e condição das relações em sociedade, reflete as mudanças supracitadas, evidenciando uma reestruturação ocorrida em razão do mais novo modelo de produção industrial. Assim, outra organização territorial materializa-se com base na industrialização, intensificando uma nova lógica de aglomeração, deslocamento e funcionalidade, responsável por um ordenamento que vai atender às necessidades de produção, circulação e consumo de riquezas. Na medida em que expressa crescimento econômico e redistribui uma gama de atividades, o processo redefine o consumo do espaço, remetendo à organização territorial um conjunto de articulações definidas em função das relações de submissão e comando, concretizadas nas mais diversas escalas a partir de uma intensa mobilidade de pessoas e objetos. Em linhas gerais, pretende-se analisar as recentes dinâmicas da indústria no território cearense e a nova configuração dos objetos e dos fluxos nas regiões que mais sofrem essas transformações, sempre num contexto que considere a articulação dos circuitos espaciais criados para garantir a acumulação em escala local, regional, nacional e global.

4- A Reestruturação produtiva e os padrões organizacionais de trabalho na indústria:

O novo sistema de gestão da produção industrial, desenvolvido nas economias mais avançadas do capitalismo, é um sistema de racionalização que concede à produção um

controle do tempo, da quantidade exata e do trabalho a ser gasto em sua realização, possibilitando o estabelecimento de conexões diversas entre diferentes domínios do processo produtivo. Esse modelo se utiliza, estrategicamente, dos extraordinários avanços da tecnologia, uma vez que é capaz de alterar as linhas de montagem da grande empresa e programar uma nova produção, desta vez atendendo as demandas da acumulação ampliada e da competitividade. Mas, enquanto nos deparamos com importantes mudanças tecnológicas em regiões industriais tradicionais, no estado do Ceará a transição das relações industriais convencionais para formas modernas de produção em escala parecem incorporar modelos de produção em massa, que reúnem também estratégias territoriais e produtivas de corte flexível. Nosso objetivo é compreender o perfil tecnológico e o padrão de regulação da mão de obra na nova indústria cearense, analisando o contexto que articula as diferentes fases do processo produtivo industrial e as relações territoriais das unidades de produção. Tal proposta exige o reconhecimento do tipo de indústria instalada, em especial no que diz respeito à sua característica tecnológica, e seu nível de qualificação da força de trabalho; capazes de indicar o quanto o padrão industrial hegemônico apresenta forte conotação fordista ou se é dominado pelos novos modelos de gestão produtiva. Para o estudo desse tema, será aprofundada a discussão sobre o gênero que melhor representa as transformações em foco, isto é, a indústria de calçados.

Após a definição dos grandes eixos temáticos da pesquisa, estabelecemos uma nova subdivisão temática, esta extraída da divisão inicial, no intuito de articular escalas, dinâmicas e informações. Como resultado, gerou-se uma matriz metodológica² que encadeia subdivisões temáticas, escalas espaciais/temporais, dinâmicas territoriais e socioeconômicas, variáveis, dados estatísticos, informações oficiais e/ou de trabalho de campo e banco de imagens, permitindo uma visão organizada dos muitos componentes da pesquisa, sem, no entanto, enrijecer a leitura do objeto em análise. A matriz, na verdade, contribui na articulação dos dados gerais que revelam a problemática em pauta, mas também auxilia na escolha dos meios úteis para confirmação/refutação de hipóteses, orientando os passos a serem seguidos pela pesquisa.

O esquema proposto se organiza da seguinte forma:

² Essa matriz metodológica vem sendo utilizada desde 2005, como resultado dos colóquios desenvolvidos a partir do projeto de pesquisa intitulado *Economia Política da Urbanização da Região do Baixo Jaguaribe (CE)*, financiado pelo CNPQ (Edital 2003) e coordenado pela Professora do Departamento de Geociências da Universidade Estadual do Ceará (UECE), Dra. Denise Elias, contando também com a participação do Professor Dr. Luis Renato Bezerra Pequeno, do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Tema → Subdivisão temática → Dinâmicas →

Variável → Indicador → Escalas espaciais e temporais → Fonte de dados / de comprovação

Produtos → Tabelas; Quadros; Cartogramas; Texto.

As subdivisões temáticas e as dinâmicas territoriais e socioeconômicas assumiram a seguinte composição:

SUBDIVISÕES TEMÁTICAS	DINÂMICAS TERRITORIAIS E SOCIOECONÔMICAS
1- Estratégias, ações e objetos do território	- Renovação da materialidade do território; - Ênfase de uma matriz economicista na política; - Dinamização dos fluxos materiais e imateriais.
2- As políticas públicas e a atividade industrial	- Expansão das finanças públicas; - Renovação das políticas industriais; - Expansão e crise da atividade industrial.
3- Território e industrialização	- Deslocamento das unidades de produção; - Expansão do circuito espacial da produção industrial; - Dinamização das relações estabelecidas entre os serviços e as atividades industriais.
4- Industrialização, redes e centralidades	- Centralização industrial e institucional nas regiões e nos municípios; - Difusão das relações econômicas e intensificação dos contatos entre a cidade e a região e a região e o país.

5- Mudanças no mundo da produção e do trabalho	- Reestruturação produtiva na indústria; - Expansão do emprego formal na indústria de transformação, no comércio e nos serviços; - Reestruturação nas relações de trabalho; - Emprego, desemprego e rotatividade dos trabalhadores; - Nova territorialização do trabalho formal.

Pautado no modelo das subdivisões temáticas e das dinâmicas territoriais e socioeconômicas, construímos um conjunto de planilhas nas quais adicionamos as variáveis mais relevantes da pesquisa, o banco de dados e informações, as imagens e cartogramas e as fontes de comprovação. Esta sistematização nos permite caminhar de maneira mais segura na busca de atender os objetivos previamente propostos³.

As atividades da pesquisa, sempre considerando o esquema supracitado, realizaram-se respeitando uma sequência que facilitou o melhor aproveitamento do encadeamento: pesquisa documental e estatística → coleta e sistematização de dados → trabalho de campo.

No plano sequencial, desenvolvemos as seguintes atividades:

1-Realização de pesquisa bibliográfica e documental, cujo maior objetivo foi o de organizar um banco de informações sobre livros, diagnósticos, documentos e outros. A pesquisa dividiu-se em três categorias, quais sejam:

- a) a compilação e análise de livros que abordassem assuntos atinentes aos temas da pesquisa ou que tratassem de outras regiões com questões similares;
- b) a coleta de documentos oficiais (políticas, planos, programas e projetos realizados nos últimos trinta anos, referentes às políticas de desenvolvimento econômico e industrial);
- c) a pesquisa de teses, dissertações, monografias e periódicos.

Desse modo, selecionamos e interpretamos propostas teórico-metodológicas, estudos de caso, informações extraídas de documentos e diagnósticos, dados secundários extraídos de censos e relatórios; e todo um arcabouço que contribuiu para a síntese geográfica do objeto selecionado para a pesquisa, sempre considerando a articulação entre o local, o regional, o nacional e o global.

³ O anexo 01, no fim do trabalho, apresenta todo o conjunto organizado de subtemas, dinâmicas territoriais e socioeconômicas, variáveis, indicadores e fontes de consulta. A forma como estão dispostos esses componentes, através de um quadro explicativo, permite melhor visualização do encadeamento entre as partes.

Entre os materiais analisados, podem ser citados:

- inúmeros livros, ensaios e artigos que tratam de temas como economia política e território, industrialização e organização espacial, reestruturação produtiva e territorial, indústria e trabalho e economia urbana regional;

- a base de dados eletrônica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), contendo diversas pesquisas sobre o dinamismo econômico e social dos estados do Brasil e de suas principais cidades;

- a base de dados eletrônica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com várias pesquisas sobre atividade industrial, economia urbana, demografia, emprego e renda, infraestrutura das cidades, entre outros;

- a base de dados da Secretária de Comércio Exterior (SECEX), que disponibiliza informações diversas sobre produtores, produtos e fluxos de entrada e saída no território nacional;

- a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), essenciais na coleta de informações sobre empresas, atividades econômicas e trabalhadores que atuam no mercado formal de trabalho do país;

- o banco de informações e indicadores construído pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE), sobretudo os documentos intitulados “Anuário Estatístico do Ceará”, “Boletim de Conjuntura Econômica”, “Radar da Indústria”, “Perfil Básico Municipal”, “Índice de Desenvolvimento Social e Índice de Desenvolvimento Municipal”, detentores de um volume considerável de informações sobre o Ceará e sua evolução social e econômica nas últimas décadas;

- as políticas de desenvolvimento econômico e de planejamento urbano e industrial dos governos estaduais do Ceará de 1970 até o presente momento, em especial as Mensagens à Assembleia Legislativa encaminhadas pelos governadores do estado, os planos plurianuais, as políticas industriais, os decretos-leis, as diretrizes para o programa de governo etc.;

- os diversos jornais publicados no Brasil e no mundo, com destaque para os dois mais importantes jornais cearenses, *O Povo* e *Diário do Nordeste*, os quais foram fundamentais para uma leitura minuciosa das transformações políticas, sociais, econômicas e territoriais desde a década de 1980. Lidos com a distância apropriada, o que permitiu atenuar as conhecidas extrapolações subjetivas, estas publicações resultaram num poderoso instrumento de acesso às informações pontuais e sistematizadas do objeto selecionado para pesquisa;

- os relatórios, documentos, balanços e pesquisas lançados por empresas, associações de classe e por sindicatos patronais e de trabalhadores, que permitiram

obtenção de informações atualizadas e precisas sobre a atividade industrial e as relações econômicas desenvolvidas pelos agentes mais representativos trabalhados nesta tese.

2) Interpretação das informações coletadas: No âmbito da composição integrada dos indicadores, referências bibliográficas e imagens, nossa metodologia destacou a interpretação dos registros, informações e dados considerados elementos fundamentais para a refutação ou corroboração das nossas hipóteses, bem como para o próprio desenvolvimento dos temas trabalhados na pesquisa.

Os trabalhos respeitaram as seguintes etapas:

a) Organização de banco de dados em suas séries históricas, considerando os últimos 30 anos e a observação das transformações mais significativas a partir das variáveis selecionadas para análise;

b) A relação entre variáveis e dinâmicas territoriais e a interpretação das mudanças contundentes no que concerne às políticas econômicas e aos efeitos da realidade industrial no território;

c) A territorialização das informações e a interpretação dos fluxos, deslocamentos, centralidades e segregações a partir da montagem de cartogramas gerados com os dados coletados, principalmente em *softwares* como o Philcarto, Corel Draw e ArcGIS.

As análises em destaque, sempre que possível, contemplaram as seguintes escalas:

a) Ceará em relação ao Brasil e ao Nordeste;

b) Municípios do Ceará em relação às regiões e ao estado.

3) trabalho de campo: o principal objetivo do trabalho de campo foi obter experiência concreta com a realidade territorial estudada, sobretudo com as dinâmicas em curso e a reconfiguração da paisagem. A partir dos resultados apreendidos nas séries estatísticas, identificamos as lacunas que poderiam ser preenchidas com a visita às instituições e às empresas onde poderíamos articular um debate com os agentes diretamente envolvidos nas recentes mudanças. Elaboramos um quadro de informações e identificamos o que poderia ser obtido através de entrevistas. Então, definimos quem e quais instituições visitar, traçando um plano de como realizar as atividades, agendando nomes/telefones e prevendo viagens e percursos.

A leitura da paisagem priorizou a disposição dos objetos e o dinamismo dos movimentos; e um exercício de analogia frente a outras realidades (semelhantes e/ou diferenciadas) foi um recurso metodológico que contribuiu para o aproveitamento das visitas. Igualmente importante foi a atenção dada às transformações desencadeadas ao longo do tempo, enfatizadas a partir da observação de fotos e vídeos ou descritas em entrevistas com os sujeitos locais.

Entre as instituições, associações e empresas visitadas, destacamos:

- o Conselho de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará (CEDE) e a Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará (ADECE), essenciais por disponibilizarem um documento relevante para esta pesquisa, qual seja, uma grande lista contendo todas as empresas subsidiadas pelos programas de atração industrial cearense, com inúmeras outras informações a elas associadas. Entrevistas a técnicos dos dois órgãos também permitiram a compreensão do funcionamento das políticas industriais e de seus resultados sistêmicos, facilitando a leitura da organização espacial da indústria no estado e a relação interescolar que ela engendra;

- os sindicatos patronais e de trabalhadores da indústria, principalmente os dos gêneros calçadistas e têxteis, que ofereceram amplo panorama do funcionamento do setor industrial no Ceará e do papel que as relações institucionais, produtivas, financeiras, comerciais e de trabalho desempenham na organização da nova industrialização. O propósito de captar as particularidades de cada gênero industrial em sua relação com as mudanças mais gerais da indústria estadual foi contemplado por meio da realização de entrevistas não estruturadas, as quais fluíram com facilidade e ofereceram informações que permitiram importante aprofundamento de relatos específicos, sem que se perdesse a compreensão abrangente do fenômeno como um todo.

- as empresas subvencionadas pelas políticas de atração industrial, representadas por unidades de produção dos gêneros têxtil (três), calçadista (oito), metal-mecânico (duas) e de alimentos e bebidas (duas). Deste conjunto, a prioridade foi dada à indústria calçadista, claramente por representar, como nenhum outro segmento, as transformações em curso. A tentativa de montar uma amostra tradicional para a indústria de calçados cearense, utilizando uma metodologia de aplicação de questionários pré-estruturados; esbarrou na impermeabilidade das gerências administrativas, que enxergam a Universidade e o pesquisador acadêmico como uma ameaça às suas estratégias de atuação. Todavia, as frustrações advindas dessa medida foram superadas pela abertura para a visita de algumas importantes fábricas do gênero, entre elas as que são responsáveis pelas maiores transformações do processo produtivo industrial no estado. Conversamos com gerentes de produção, supervisores, gerentes de recursos humanos, encarregados de setores estratégicos e operários. Ao todo, horas de conversa com mais de 80 funcionários das fábricas traduziram-se em valiosas informações sobre os seguintes temas: os estímulos das políticas industriais cearenses; a dinâmica da concorrência global intercapitalista para a indústria de calçados; a organização do processo produtivo na fábrica; os circuitos espaciais da produção calçadista; as relações de trabalho, entre outros. Com isso, do ponto de vista estritamente metodológico, abandonamos a abordagem estatística convencional e, em seu lugar, realizamos o aprofundamento de estudos de caso, que, mesmo sem procurar

descobrir a relevância fenomênica de “tudo”, possibilitou uma análise por deveras abrangente do objeto selecionado para a pesquisa;

- os inúmeros órgãos e secretarias públicas ligados ao desenvolvimento econômico e à infraestrutura, que, além de traçarem, com certo detalhe, alguns planos de governo; disponibilizaram informações sintéticas sobre as transformações em curso no estado, indicando também informantes privilegiados para a realização de entrevistas mais prolongadas. Destacamos, desse conjunto, a CEARÁPORTOS; a Companhia de Gás do Ceará (CEGÁS), a Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (CEREST), as secretarias de desenvolvimento econômico e planejamento urbano dos municípios de Maracanaú, Sobral, Horizonte, Pacajus e Maranguape, entre outros.

Essa metodologia favoreceu a elaboração da argumentação, mas, em nenhum momento, a organização dos capítulos do trabalho se prende ao encadeamento temático sugerido pela matriz apresentada. A maior contribuição da matriz implica em relacionar um conjunto de dados e indicadores, de maneira a facilitar a busca por determinada informação e compreender sua articulação com outras informações igualmente relevantes. Temos um panorama geral dos processos e das dinâmicas selecionadas para a pesquisa, funcionando como uma “caixa de ferramentas” a qual o pesquisador pode recorrer sempre que precisar de um dado específico. A facilidade na coleta da informação e a compreensão do modo como os componentes particulares se articulam com o todo são os melhores resultados dessa operação.

A escolha na sequência expositiva dos capítulos da tese segue outro preceito, aquele que prioriza a construção de uma racionalidade reflexiva sobre o objeto, o qual vai sendo construído na medida em que é apresentado. Já tivemos essa experiência na elaboração da nossa dissertação de mestrado⁴, cuja proposta preliminar de um método que procurasse orientar a exposição contribuiu deveras para que se rejeitasse a tentativa de uma narrativa conduzida pelas estatísticas ou pela “ditadura da empiria”. Obviamente, o caminho percorrido também rejeita as armadilhas da “miopia estruturalista”, na qual os conceitos previamente determinados esgotam a riqueza da realidade concreta.

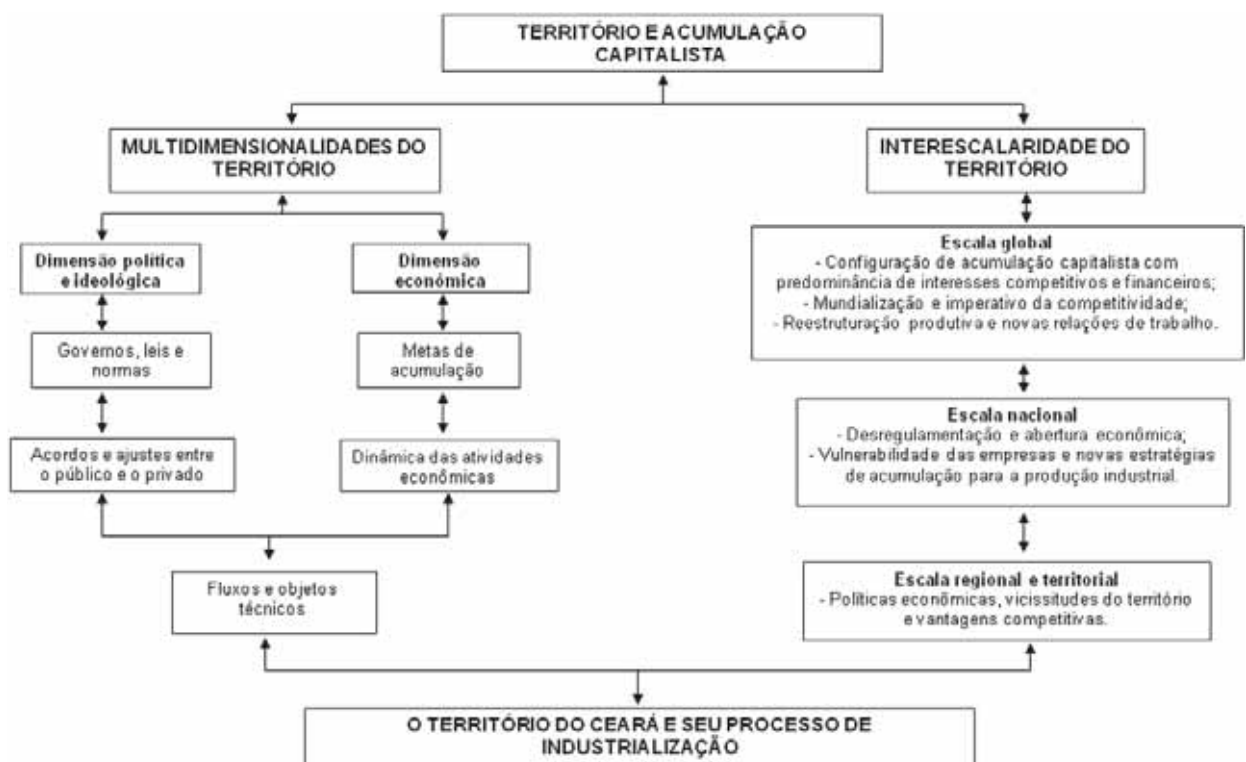
Nesse sentido, a marcha da exposição procura utilizar os dados estatísticos e as informações obtidas no trabalho de campo como meios, e não como princípio ou fim. Eles nem conduzem a argumentação nem encerram a narrativa, mas apresentam-se como instrumentos essenciais para compreender o papel ativo do espaço e do território no entendimento da totalidade social. A argumentação é conduzida pelas pressuposições

⁴ PEREIRA JÚNIOR, Edilson Alves. Industrialização e reestruturação do espaço – o caso de Horizonte-Pacajus (CE). Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2001. Dissertação de Mestrado.

teóricas e pelos desdobramentos conceituais, no contexto dos quais se organizam o espaço e o território, instâncias multidimensionais contempladas pelas esferas políticas, econômicas, sociais e ideológicas.

Santos (2008) já dizia que considerar o espaço como totalidade é seguir uma regra de método cuja prática exige, através da análise, a divisão das partes que o compõem. Mas, se a análise é a fragmentação do todo, a consequência direta desse procedimento é a reconstituição deste mesmo todo pela orientação da teoria. Assim, é possível seguir do universal ao particular e depois recompor a universalidade a partir de uma racionalidade reflexiva sobre o objeto, reconhecendo a importância da sincronia e da diacronia do território.

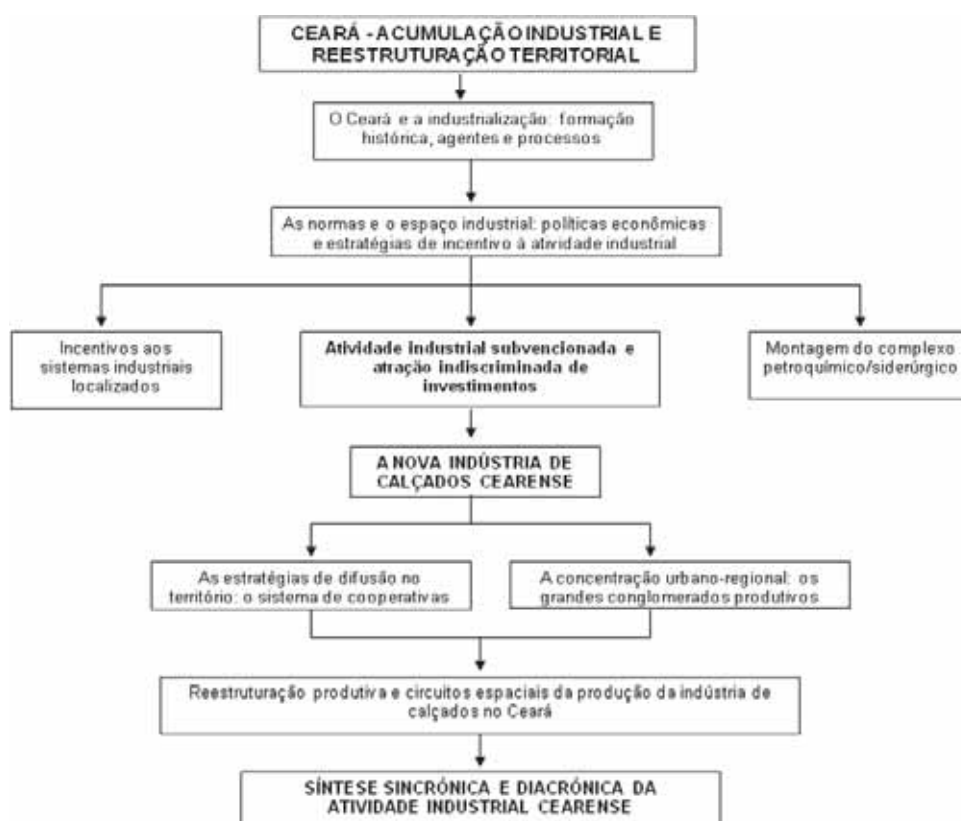
Com base nesses preceitos, orientamos a construção da narrativa considerando a necessidade de enfatizar as multidimensionalidades e a interescalaridade cearense, de tal forma que o território do estado pudesse ser apresentado no ato da sua produção. Os caminhos que levaram à exposição do texto priorizaram as instâncias política, econômicas e ideológicas no âmbito de escalas geográficas diversas que interagem dinâmicas globais, nacionais, regionais e territoriais. O resultado é a apresentação dos objetos e das ações que compõe o território do Ceará a partir da sistematização exposta na figura 01.



Fonte: Elaboração do Autor.

Figura 01- Modelo de exposição do território cearense a partir das suas multidimensionalidades e interescalaridade.

Como desdobramento da sistematização supracitada, reiteramos a produção do território do Ceará como resultado do processo de acumulação industrial, definindo a organização territorial cearense a partir das relações históricas e das novas determinações políticas, econômicas e ideológicas do presente. O novo arranjo multidimensional da industrialização engendrou estratégias, objetos e normas e isso resultou num programa bem definido de subvenção industrial por meio do qual a atração indiscriminada de investimentos pela via de subsídios fiscais se concretizou. O texto considerou todas essas questões e selecionou também a indústria de calçados como o gênero mais relevante a ser investigado, sobretudo pelas mudanças que sofreu ao longo dos últimos anos. A figura 02 representa o esquema que abrange esse segundo grande conjunto de temas trabalhados na tese.



Fonte: Elaboração do Autor.

Figura 02- Modelo de exposição do território cearense a partir do seu processo de industrialização

Em linhas gerais, as duas figuras contribuem no entendimento da exposição dos temas da pesquisa. Também esclarecem a forma como as ideias centrais do trabalho foram concatenadas, apresentando o percurso por elas seguido.

A organização da tese está dividida em seis partes, entre as quais a introdução, a conclusão e mais quatro capítulos articulados a partir do método, dos pressupostos teóricos e da metodologia previamente apresentada.

A Introdução busca tratar do problema da pesquisa, dos seus objetivos, das inquietações que levaram à escolha do tema e do recorte teórico-metodológico que permite avançar na abordagem geográfica do estudo da industrialização no contexto da realidade cearense.

O Capítulo 01 objetiva identificar os aspectos principais que fazem do projeto político e econômico do Ceará o grande responsável pela inserção do estado num circuito moderno de acumulação privada baseado na expansão da atividade industrial e na modernização econômica. Parte da concepção de que a configuração das instâncias políticas e econômicas constituídas no Ceará é uma coisa vaga e desprovida de concretude se destituída da compreensão do espaço e do território como dimensões de materialização das ações empreendidas. Com base em Raffestin (1993), Santos (2008 e 1999) e outros autores, busca construir a relação multidimensional e interescolar que sintetiza a economia, a política e a produção da ideologia num Ceará cada vez mais aberto às influências exógenas da mundialização. Procura construir a síntese dos elementos que dão concretude ao território, interpretando-o como um recorte que suplanta as limitações de uma abordagem formal e linear da tessitura territorial, propondo um enfoque relacional marcado pela ampliação das articulações estabelecidas entre os agentes de diversas escalas.

Já o Capítulo 02 considera a discussão desenvolvida no Capítulo 01 acerca da síntese das instâncias que produzem as particularidades do território e procura trilhar um caminho inverso, na tentativa de apresentar a dinâmica da relação interescolar por outro ângulo, priorizando os novos arranjos econômicos e territoriais engendrados pela mais recente configuração de acumulação capitalista. Parte de uma rápida leitura da compreensão de *longue durée* braudeliana, incorporada por Arrighi (2008 e 1996), e chega aos fatos que marcam as últimas duas décadas de transformação capitalista. Entre as partes mais importantes trabalhadas, estão: 1) A relação entre a mais recente acumulação capitalista com toda sorte de reengenharias da produção industrial e de estratégias de reestruturação produtiva; 2) O papel dos territórios na produção mundializada e os deslocamentos empresariais produtivos no contexto das novas estratégias de acumulação; e 3) A leitura dos novos arranjos de redes e fluxos produtivos do capitalismo contemporâneo com base no processo de organização do território. Ao final do capítulo, realiza-se uma periodização econômica, industrial e territorial do Brasil e da região Nordeste, na expectativa de estabelecer relações entre os processos mais antigos e os mais recentes, contribuindo na abordagem histórico-geográfica do território selecionado para investigação.

O capítulo 03 procura penetrar de vez na temática da acumulação industrial cearense, priorizando a discussão sobre a combinação dos mecanismos que garantem a atração de investimentos externos e a reestruturação produtiva e espacial com ênfase nas políticas de atração industrial, na normatização e estruturação do território e no trabalho a baixo custo como vantagem comparativa. Um histórico da industrialização cearense é apresentado como recurso de contextualização e os desdobramentos dos processos aí expostos revelam inúmeros componentes de ruptura/continuidade, desconstruindo alguns mitos acerca do desenvolvimento da atividade industrial no estado. Ao discorrer sobre as políticas industriais e suas repercussões nos setores estratégicos e no território, apresentamos as formas espaciais específicas e os mecanismos de produção presentes nesse novo Ceará industrial, com ênfase no reconhecimento do caráter relacional entre as particularidades do território e o movimento do mundo. Uma última abordagem prioriza as mudanças na industrialização, partindo de um rico arcabouço estatístico que revela dinâmicas produtivas, geração de emprego e renda, relações de trabalho e a importância da indústria para as transformações econômicas hoje sentidas pelo estado.

Como um desdobramento analítico necessário à discussão anterior, o Capítulo 04 aprofunda a investigação territorial da indústria no gênero mais importante da industrialização cearense da última década: o de calçados. Uma discussão inicial pautada na compreensão do crescimento do consumo e da produção calçadista mundial, revelada por grandes investimentos em publicidade, trata de salientar as razões pelas quais este segmento da produção incorpora expressivo avanço tecnológico sem, no entanto, abdicar da contratação de um número cada vez maior de trabalhadores. Ademais, por envolverem pequenos produtores, mas também agentes empresariais/financeiros ligados ao movimento de acumulação ampliada da mundialização, este gênero apresenta-se como um dos mais sensíveis às transformações da nova configuração capitalista, incorporando estratégias produtivas e territoriais ao mesmo tempo renovadas e tradicionais. Outra seção procura entender o papel do Ceará neste contexto de dinamização da produção e do consumo, onde serão trabalhados temas como reestruturação produtiva, engenharias de produção, formalização e precarização do trabalho e estratégias econômicas de zonas industriais a partir de circuitos espaciais da produção e círculos de cooperação. O capítulo será concluído com uma análise minuciosa do trabalho de campo feito em duas empresas selecionadas a partir da relevância que apresentam para a produção calçadista brasileira e cearense. São apresentados os seus processos de organização, as estratégias de distribuição territorial das fábricas, a demanda por força de trabalho e as vantagens socioespaciais aproveitadas a partir das oportunidades tecnológicas de divisão do processo produtivo.

Na conclusão, são retomadas as principais ideias que contribuíram para a organização da tese, bem como o conjunto de argumentos necessários para realizarmos a síntese das instâncias políticas, econômicas, sociais e ideológicas no território. Os componentes analíticos utilizados ao longo do trabalho, a se saber, processos produtivos industriais, relações de trabalho, circuitos espaciais da produção, círculos de cooperação, entre outros itens; constituem um mosaico que permite a leitura totalizante dos processos neste novo Ceará industrial. Um argumento sobre o perfil da reestruturação socioespacial e econômica em curso, bem como uma possibilidade de leitura para o futuro, procura fechar o debate.

CAPÍTULO 01

ESPAÇO E TERRITÓRIO NO CONTEXTO DO PROJETO DE MODERNIZAÇÃO NO CEARÁ

Em julho de 1986, o então candidato ao Governo do Estado do Ceará pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), Tasso Jereissati, respondia aos repórteres do jornal *Diário do Nordeste*, durante uma campanha eleitoral marcada por forte disputa entre os grupos políticos participantes: “A era que queremos iniciar é a de exterminação da miséria em nosso estado. Não só a miséria material, mas a miséria humana, que se encontra em nosso povo” (DIÁRIO DO NORDESTE, 05 de julho de 1986, apud CARVALHO, 1999, p. 186). Numa outra edição do mesmo jornal, o empresário fortalecia: “o clientelismo é o pai da miséria e a miséria é fundamental para que sobreviva o regime dos coronéis... sem a miséria, o povo deixa de ser dependente dos coronéis e de ser dependente do poder” (DIÁRIO DO NORDESTE, 27 de julho de 1986 apud CARVALHO, 1999, p. 186).

A campanha de Tasso esteve fortemente marcada por uma concepção de “mudança”. Ao mesmo tempo, construiu-se no imaginário político do “coronelismo”⁵ a ideia de atraso e o estigma do Ceará arcaico, enquanto reproduziu-se em torno da imagem do jovem empresário, moderno e próspero, a condição de eficácia para marchar contra as “forças do passado”. A partir do *slogan*, “O Brasil Mudou, Mude o Ceará”, o empresário-político se colocava não só como um candidato ao governo de um estado, mas como liderança e imagem mítica de uma ruptura com as antigas práticas de clientelismo⁶, em função da qual se desenharia um projeto ambicioso: o da construção de um “Ceará novo”, desprendido simbolicamente do Nordeste tradicional.

Com expressivo número de votos, isto é 61% do total válido para aquele ano, o candidato sagrou-se vitorioso e demarcou um novo rumo para a política cearense. Administrar o estado passaria pela tarefa de racionalizar os objetivos e as ações propostas,

⁵ Empregou-se correntemente a palavra na ocasião para designar a política cujos principais líderes estaduais e locais sentiam dificuldades de diferenciar os interesses públicos e privados, sintetizando a dominância do padrão tradicional de alcançar resultados eleitorais com a manipulação da “vontade coletiva” pela via de pactos pré-estabelecidos. Esta definição destoava de conceituações clássicas, como a de Leal (1986, p. 20), para quem “coronelismo”, implica num regime político baseado na “troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras”. Em função desses desacordos, o conceito será trabalho com mais cuidado numa outra parte deste capítulo.

⁶ O clientelismo é entendido aqui como um conjunto de práticas de relações de poder cuja principal característica é a existência de uma rede de relações pessoais e diretas entre pessoas que ocupam posições assimétricas na dimensão política e econômica. Fundamenta-se naquilo que Faoro (1998, p. 637) chamou de “clientela”, peça de uma ampla máquina na qual “a visão do partido e do sistema estatal se perde no aproveitamento privado da coisa pública (...), de modo a converter o agente público num cliente, dentro de uma extensa rede clientelista”.

estabelecendo cuidadoso planejamento através de uma gestão mais próxima dos empreendimentos empresariais, sobretudo com forte vinculação a investidores capitalistas de diversos tipos, internos e externos ao Ceará.

A vitória eleitoral de Tasso Jereissati em 1986 implicava, na verdade, a realização de um projeto que começou a ser desenhado em 1978, quando um grupo de empresários locais concluiu que poderia fazer uso da formação universitária adquirida nas maiores escolas de economia e administração do país para redesenhar a trajetória socioeconômica cearense, afastando-a das influências da política conservadora dos “coronéis”⁷. Na crença de representar a vanguarda do movimento econômico no Ceará, esse novo grupo de empresários se transformou num crítico do modelo político vigente, considerado o maior entrave na busca pelo livre interesse de capitalistas e trabalhadores.

A divisão simbólica entre as elites “atrasadas” e “modernas” se deu com a eleição da diretoria de uma entidade associativa empresarial de pouca expressão local, o Centro Industrial do Ceará (CIC). Segundo Gondim,

até então, era praxe que o presidente da conservadora Federação das Indústrias do Ceará - FIEC assumisse também a presidência do CIC, mas essa tradição foi alterada pelo empresário Flávio Costa Lima em 1978, que abriu mão daquele cargo em favor de Benedito (Beni) Veras (GONDIM, 2000, p. 414).

Essa era a oportunidade da qual os empresários citados precisavam para colocar em prática suas ideias modernizadoras.

Para Carvalho (1999, p. 179) o tempo “de re-fundação do CIC funciona como uma espécie de ‘memória’ que referencia e credencia seus personagens a participarem das grandes disputas políticas a partir de 1986”. O CIC se tornou um fórum de debates em pleno contexto de transformação na política cearense e brasileira, no qual a intensa discussão sobre os ritmos da abertura democrática e o papel do poder público nas decisões econômicas locais e nacionais destacou o conjunto de seminários organizados por Beni Veras e seus sucessores presidentes, entre os quais Amarílio Macedo, Tasso Jereissati, Sérgio Machado e Assis Machado.

Segundo Amarílio Macedo,

⁷ No discurso dos novos empresários, as lideranças tradicionais da política cearense eram representadas pela figura do “coronel”, aquele que utiliza seus poderes públicos para fins particulares e “mistura, não raro, a organização estatal e seu erário com os bens próprios”. Seria a figura retratada por Faoro (1998, p. 636 e 637), para quem a origem do poder derivava “mais do prestígio e da honra social, tradicionalmente reconhecido, do que da situação econômica”.

as nossas pretensões no processo de discussão eram tão destemidas, que a gente saiu para transformar o CIC num fórum de debates, não de assuntos de Fortaleza e do Ceará, mas de assunto de Brasil no Ceará. Então, foi aí que a gente desencadeou um processo de atrair cabeças de ponta daquela época do cenário nacional que eram uns dos maiores questionadores do governo e questionadores sobre múltiplos aspectos: tanto econômicos, como político, cultural como filosófico (entrevista a Amarílio Macedo in MARTIN, 1993, p. 181).

Esse momento é assinalado pelos membros do CIC como divisor de águas na realidade social cearense. Os empresários interessados pelo debate político através dos fóruns nacionais descobriram que também objetivavam conquistar o poder local e, com isso, implantar políticas que rompessem com as práticas do governo dominante⁸. Em seu lugar, um novo projeto estava sendo construído, no qual o papel do Estado era o de se desprender das obrigações tradicionais e assumir a tarefa de impulsionar o crescimento econômico. Somado a isso, seria necessária uma recuperação das finanças públicas a partir de uma flexibilidade da ação estatal no tratamento das demandas sociais.

Com a vitória nas eleições de 1986, esses preceitos passaram a direcionar os rumos da política cearense. Ancorados na crise do modelo instituído pelas elites tradicionais e contando com a mobilização de novos agentes políticos, econômicos e sociais, os empresários do CIC conseguiram eleger Tasso Jereissati para o cargo de governador, fazendo com que o projeto político do grupo fosse aceito como representante dos interesses gerais da sociedade.

Desde então, esse modelo de gestão foi reproduzido, inicialmente, a partir de uma hegemonia do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) no governo estadual, que durou vinte anos através de nomes como Ciro Gomes, Lúcio Alcântara e o próprio Tasso Jereissati, reeleito por duas vezes. Recentemente, entretanto, houve mudança no partido que administra o governo cearense: assumiu o poder o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Isto, porém, em nenhum momento significou transformação nos rumos da política econômica, na medida em que o representante da legenda, Cid Gomes, irmão do ex-governador Ciro Gomes, é estreitamente ligado ao projeto de modernização idealizado pelo CIC na década de 1980.

As práticas desse novo estilo de fazer gestão, no início largamente divulgado pelo *slogan* “governos das mudanças”, se fundamentam numa filosofia burguesa ao defender ações como o fortalecimento das tendências industrializantes, a racionalização dos sistemas

⁸ “Esses dirigentes tinham claro que a eles cabia a tarefa de libertar o Ceará do domínio dos ‘coronéis’, que impedia a sociedade de marchar para a modernidade, para uma sociedade da razão” (Teixeira, 1995, p. 04).

técnicos de organização do território, a atração de investimentos externos e a reestruturação da máquina pública baseada numa política de “enxugamento” e “privatização”.

Ao advogarem em favor de uma maior liberdade de mercado e em defesa de uma proposta ligada aos preceitos da modernidade capitalista em sintonia com as transformações que se dão em escala nacional e global, os empresários-políticos terminaram por investir pesadamente na sua imagem pública, desprendendo-se do estigma da “nordestinidade”, e construindo a “boa imagem” do Ceará em torno de um projeto de acumulação industrial capaz de atrair empreendimentos privados e recursos externos.

O território cearense, até então reconhecido simbolicamente no Brasil como o recorte ambiental, político e econômico mais “nordestino”, na pior das acepções que esse termo possa representar; sofre uma grande reestruturação em função daquilo que foi divulgado como uma “tomada de consciência racional da sua nova geração de políticos”. Imagens como as da inclemência da natureza, da miséria extrema, da ignorância da população e da corrupção das suas lideranças foram substituídas pelas paisagens idílicas do litoral exuberante e pelo papel agora nacional de políticos centrados na construção moderna de um Ceará e de um Brasil aberto às influências da nova configuração mundial da acumulação capitalista.

Ao sanar as finanças públicas e realizar uma administração estatal marcada pela eficácia dos instrumentos de gestão, tudo isso sem comprometer o crescimento econômico do estado, que esteve entre os maiores do país; o sucesso político do novo projeto foi divulgado internacionalmente⁹. Dois de seus representantes, Tasso Jereissati e Ciro Gomes, foram além de uma rede de influências estadual e regional e se tornaram nomes conhecidos pela sua participação nacional em coligações eleitorais, exercendo forte influência e muitas vezes tendo sido cogitados a assumirem o posto de candidatos a Presidência da República.

Como uma das variantes na concepção deste “Ceará moderno”¹⁰, o território do estado (ver cartograma 01) foi inserido no circuito da produção industrial nacional e global, no qual a montagem de uma estrutura de equipamentos que permitissem a fluidez da distribuição e do consumo capitalistas garantiu a reconfiguração dos sistemas técnicos, aprimorados para consolidar modelos de produção, circulação e consumo pautados nos preceitos da competitividade, com forte articulação junto aos agentes da mundialização.

⁹ O livro da economista do Massachusetts Institute of Technology (MIT), a norte-americana Judith Tendler, intitulado “Bom Governo nos Trópicos” e reportagens como a do *The Economist* (*Survey Brazil: hope from the North-East*), de 07 de dezembro de 1991, revelam o alcance da difusão imagética proporcionada pelo “jeito de fazer política” dos empresários cearenses.

¹⁰ O completo arranjo de propostas econômicas foi pretensioso e buscou aparelhar o território ao materializar obras e redes técnicas que objetivavam dinamizar a indústria de transformação, a agricultura científica voltada para a exportação de *commodities* (sobretudo a produção de frutas frescas) e o turismo litorâneo de grandes massas.

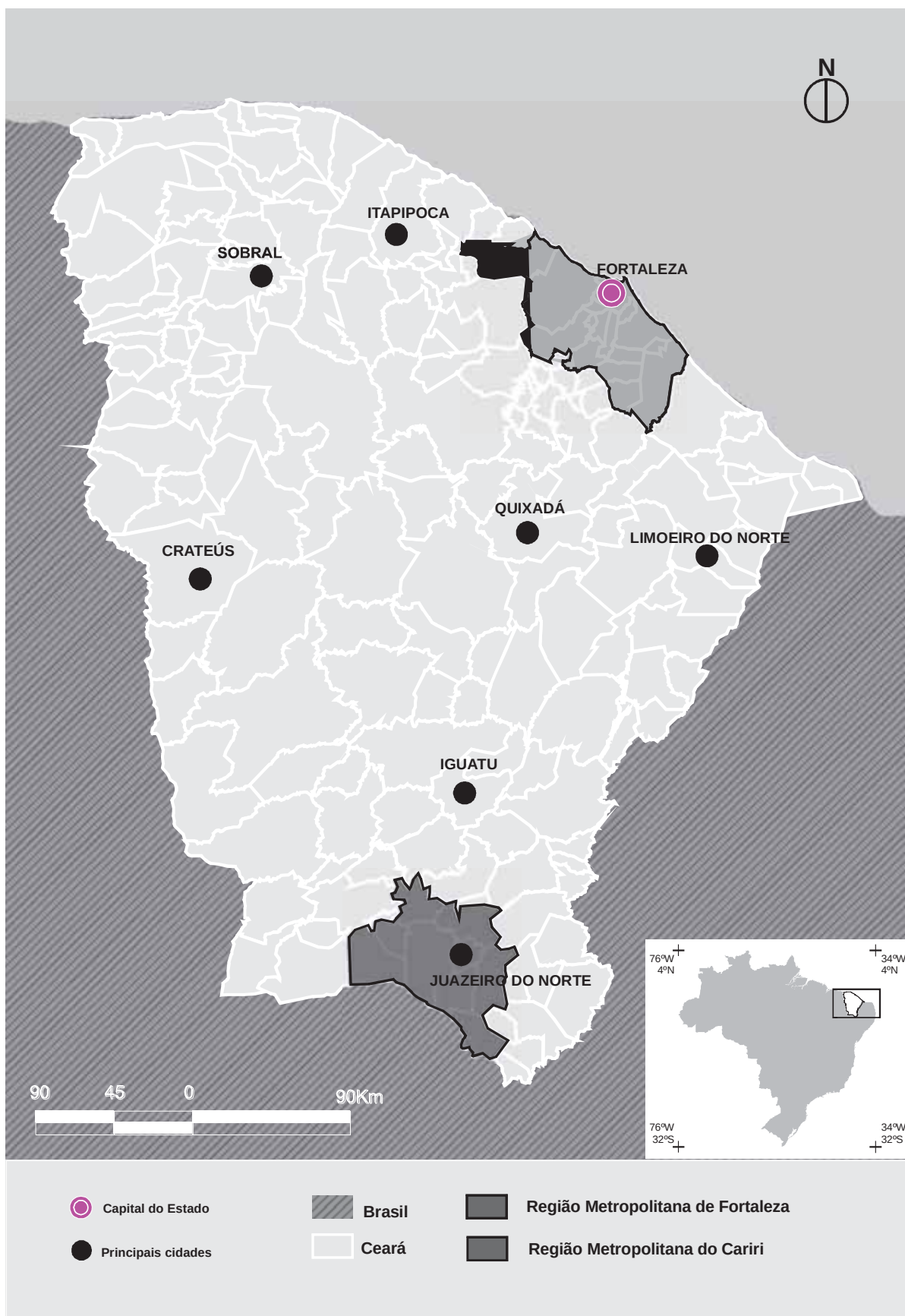
Estradas, portos, aeroportos e ferrovias foram construídos e municípios que tinham sua vida econômica sustentada pela agricultura de subsistência e pelo comércio tradicional passaram a conviver com um novo vetor de desenvolvimento, calcado na atividade industrial, que impôs um rearranjo nas funções e nas temporalidades do espaço urbano regional. Isso transformou as formas e as funções de algumas cidades, as quais sofreram mudanças no ordenamento territorial e na capacidade de gerar e acumular riquezas, implicando um crescimento econômico e a ampliação das ações e dos objetos modernos no território.

O processo de reestruturação industrial resultou em mudança também dos antigos modelos de produção hegemônicos, repercutindo quantitativa e qualitativamente nos fluxos, nos equipamentos urbanos e nas formas de consumo da sociedade. A dinamização da produção material na indústria foi responsável por um novo quadro a redefinir o processo produtivo, reorganizando velhos componentes econômicos a despeito, em contrapartida, da preservação de muitos outros elementos de natureza tradicional.

Com base no conjunto de transformações supracitado, objetivamos reconhecer os aspectos principais que fazem parte do projeto político e econômico da nova elite dirigente cearense. Delineadas na década de 1980, as mudanças mais visíveis, de fato, começaram a ocorrer somente na metade dos anos de 1990, quando o projeto começou realmente a se concretizar. Assim, partimos da concepção de que a nova configuração política e econômica constituída no estado é uma coisa vaga, desprovida de concretude, se destituída da compreensão do espaço e do território como dimensões de materialização das ações empreendidas. Com base nas acepções de Raffestin (1993) e de Santos (1999 e 2008) de que a economia, a política e a ideologia estão no território e que este lhes dá vivência efetiva, procuramos definir as relações multidimensionais e interescares do território cearense, para além das limitações de um recorte formal, isto é, político-administrativo.

Mas o que há de particular nas concepções e nas ações dos empresários-políticos que lhes possibilitaram a oportunidade de reunir elementos capazes de transformar o Ceará num “território” inserido no projeto de modernidade pautado nessa nova razão instrumental? Estaria de fato mais aberto aos preceitos da mundialização capitalista, alinhando-se aos objetivos de uma nova configuração de acumulação, na qual a relativização das distâncias, a instrumentalidade da técnica e a aceleração das velocidades se apresentam como fenômenos destacados? Como encontrar o econômico e o político enquanto instâncias territoriais e qual a relação que estes têm com o ideológico na proposta cearense de transformação da sociedade? Como levar em conta a periodização e a produção histórica do “território” diante do discurso deflagrado de ruptura das coisas e dos fatos, fortemente presente na representação social e política dos industriais cearenses apresentados como sujeitos coletivos?

Essas perguntas suscitam inquietações na tentativa de interpretar os pontos centrais desta tese, ao enxergar as transformações no Ceará por meio da investigação geográfica; com base nos conceitos de espaço e território. Mas as interrogações são fundamentais também para a formulação e a discussão dos desdobramentos de nossa proposta, pautados na busca da compreensão da reestruturação do território a partir dos resultados da acumulação industrial. Por isso, consideramos fundamental definir o contexto territorial, político e econômico que fez do projeto cearense um mecanismo de estreita relação com as demandas da nova configuração da acumulação capitalista, sobretudo a partir dos elos estabelecidos com o sistema produtivo. Os itens que seguem propõem uma discussão mais aprofundada nesse sentido.



Cartograma 01: Divisão político-administrativa do estado do Ceará no contexto do Brasil.

1.1- REFLEXÕES SOBRE OS CONCEITOS DE ESPAÇO E DE TERRITÓRIO PARA MELHOR ENTENDER AS SINCRONIAS E DIACRONIAS DA ACUMULAÇÃO

Procuramos, neste item, realizar algumas reflexões sobre os conceitos de espaço e território, em especial a partir do momento frequentemente conhecido como de renovação da geografia, iniciado na década de 1970. Embora saibamos que, na ciência geográfica, a materialidade do real só se dá pelo reconhecimento da dimensão temporal e que conceitos importantes como o de escala, região, paisagem e lugar nunca devem ser desconsiderados na análise e na argumentação, selecionamos os dois conceitos exatamente por oferecerem contribuição na leitura da investigação sincrônica e diacrônica sintetizadas no contexto das recentes transformações cearenses.

Pretende-se realizar rápida revisão bibliográfica, na tentativa de elaborar a construção conceitual que forneça elementos para a interpretação do Ceará como um recorte geográfico rico em especificidades e generalidades. Cabe destacar que a composição interescalar das instâncias econômicas, políticas e ideológicas são de grande valia para o estudo dos fenômenos que se manifestam na realidade cearense e que os conceitos de espaço e território, trabalhados a partir de um grupo de autores e livros pré-selecionados, se apresentam proveitosos para a abordagem que desejamos utilizar.

No transcorrer da argumentação, preferimos contrapor algumas ideias contraditórias na tentativa de apreender múltiplas dimensões de interpretação dos referidos conceitos. Esse exercício crítico aponta porque alguns pressupostos teóricos foram escolhidos em vez de outros e objetiva não perder de vista os elementos considerados mais importantes no contexto em análise.

Ao fim da discussão, o texto tentará chegar ao Ceará com os instrumentos conceituais geográficos considerados os mais apropriados. A principal expectativa é que eles sejam capazes de contribuir na leitura da particularidade da reestruturação cearense no interior da totalidade da mais nova configuração de acumulação capitalista de cunho competitivo e financeiro.

1.1.1. ESPAÇO: PROCESSOS DE ORGANIZAÇÃO E PRODUÇÃO

As dificuldades na leitura do espaço sempre se mostraram relevantes. Ele é colocado como extensão para as coisas, distância entre pontos ou até mesmo intervalos abstratos e, muitas vezes, sua utilização cobre uma variedade tão ampla de objetos e significados que procurar conceituá-lo implica uma tarefa árdua. Segundo Kant (1996, p. 75), sua noção procura dar conta da forma de todos os fenômenos dos sentidos externos, pois é visto como a “condição subjetiva da sensibilidade unicamente sob a qual nos é possível a intuição

externa”. Na acepção kantiana, o espaço é visto como um *container*, premissa de influência newtoniana na qual a ideia de “espaço-nível” ou de “espaço-continente” é anterior ao conjunto das relações humanas.

Mas não é assim para a geografia. Segundo Santos (1996, p. 120), “o espaço que nos interessa é o espaço humano ou o espaço social” e ao tentar conduzir a discussão a essa abordagem, a noção kantiana de espaço como mero receptáculo das coisas se apresenta pouco abrangente. Isso se dá, entre outros motivos, porque uma visão social dentro dessa perspectiva compreenderia o espaço somente como “um reflexo da sociedade, uma tela de fundo onde os fatos sociais se inscrevem à vontade, na medida em que acontecem” (SANTOS, 1996, p. 126).

Ora, um espaço social pensado como mero pano de fundo traz consigo uma passividade, um vazio que, de fato, não existe. Uma conclusão embasada nessa reflexão deduziria, no máximo, que as relações sociais e suas contradições se dão sobre uma base neutra, inerte e apolítica. Ao contrapor tal definição, Santos (1996, p. 128) defende a ideia de que o espaço é “um fato social, uma realidade objetiva”. Como um resultado histórico das relações e das práticas sociais, ele adquire uma significação autêntica e se impõe ao indivíduo e às coisas, atribuindo-lhes um sentido.

Desse modo, o espaço deve ser “considerado como uma instância social”, ou seja, “a essência do espaço é social” e tal como se apresenta, ele contém as instâncias econômicas, políticas e culturais-ideológicas; assim como cada uma delas o contém (SANTOS, 2008, p. 12). A partir dessa apreensão, conclui-se que o “espaço socialmente construído compreende o conjunto de elementos materiais transformados pelas práticas econômicas, apropriadas pelas práticas políticas e constituídas em significações pelas práticas culturais-ideológicas” (BARRIOS, 1986, p. 19). Como os processos sociais só se realizam quando assumem uma forma espacial, não existe dinâmica econômica, política ou cultural que prescindia do espaço. Da mesma forma, o espaço é também o acúmulo das dinâmicas supracitadas num contexto histórico.

Pensar o espaço na contextura das práticas sociais é conceder-lhe uma vivência efetiva. Essa espacialidade, uma construção socialmente elaborada e rica em relações contraditórias, se apresenta quando o ser humano projeta a si mesmo na natureza. Tal projeção se dá através do trabalho, mais especificamente do trabalho organizado coletivamente ao longo dos processos históricos: o trabalho social. Portanto vemos o espaço “como um produto histórico e social das relações que se estabelecem entre a sociedade e o meio circundante. Essas relações são, antes de mais nada, relações de trabalho dentro do processo produtivo geral da sociedade” (CARLOS, 1992, p. 15).

Mas é inconcebível imaginar um sistema produtivo que não traga dentro de si as bases para sua própria continuidade. Pensar numa situação deste tipo significaria conceber

os meios de produção e as forças produtivas como sistemas absurdamente curtos, incapazes mesmo de estruturar valores estratégicos. Sabemos que isso não corresponde à verdade: os meios de produção e as forças produtivas se fazem resistentes justamente por realizarem no seu processo produtivo as condições para sua reprodução. Assim, as próprias relações sociais de uma determinada configuração de acumulação elaboram os meios que reproduzirão as suas necessidades e valores. É bom deixar claro que o termo produção deve ser interpretado de duas maneiras: aquela em seu sentido estrito, a criação de bens e mercadorias; e a produção dos modelos organizacionais do sistema, valores incrustados nas relações, costumes e ideologias sociais.

Assim, ao considerar o espaço como um plano dimensional em que a sociedade vê cristalizado o resultado do seu trabalho, estamos interpretando-o como um produto social, mas também como um condicionante de articulação das condições que reproduzem as práticas sociais, econômicas e políticas. O espaço geográfico, “conjunto de objetos criados pelo homem e dispostos sobre a superfície da terra, é assim um meio de vida no presente (produção), mas também uma condição para o futuro (reprodução)” (CORRÊA, 1991, p. 55).

Na interpretação das diferentes configurações de acumulação capitalista, podemos concebê-las intrinsecamente ligadas à organização espacial. Esta última, envolvida diretamente com o resultado do trabalho, refletirá todas as relações de apropriação-dominação numa sociedade fundada na produção/circulação/consumo de mercadorias¹¹. As contradições apreendidas no espaço serão manifestações da lógica desse sistema.

O conceito de organização, nesse caso, ultrapassa a concepção tradicional de influência da gestão empresarial e da sociologia funcional, que o lê a partir de uma visão racionalista simples, com um funcionamento fixado a um organograma e movido por finalidades claramente definidas. À esta visão de organização como “sistema cooperativo”, contrapomos um olhar mais abrangente, que alcança o conjunto de processos sociais ao tornar possível a dinâmica de um sistema por meio de suas composições, contradições, mudanças e superações. Como lembram Lévy e Lassault (2003, p. 680) (...) Il est nécessaire de saisir l'ensemble des processus rendent possible que les agencements sociaux s'organisent. On en vient ainsi à l'organisation considérée en tant que dynamique organisatrice, système des forces qui organisent... l'organisation”.

A organização espacial (ou territorial) implica, tal como aponta Corrêa (1991, p. 54), que os objetos fixos e as formas espaciais “estão distribuídos e/ou organizados sobre a superfície da Terra de acordo com alguma lógica”. Desse modo, “o conjunto de todas essas formas configura a organização espacial da sociedade”, que é assim constituída pelo

¹¹ “Em uma sociedade de classes, a organização espacial refletirá tanto a natureza classista da produção e do consumo de bens materiais, como o controle exercido sobre as relações entre as classes sociais que emergiram das relações sociais ligadas à produção” (CORRÊA, 1991, p. 55/56).

conjunto das inúmeras cristalizações criadas pelo trabalho social. O caráter repetitivo das operações econômicas, políticas e culturais em sociedade implicam que se tenha uma localização fixa para os objetos e que fluxos de produtos e pessoas se realizem com eficiência, resultando em materializações constituídas por padrões de localização (CORAGGIO apud CORRÊA, 1991)¹². Os pontos, linhas e áreas que correspondem à linguagem desses padrões de localização, nunca indiferentes ao movimento da história, representam a organização espacial ou territorial¹³.

Nesse sentido, a busca por uma análise mais completa das heterogeneidades das transformações sociais, políticas e econômicas em tempos de mundialização capitalista, perpassa por uma investigação da dialética espacial e de sua organização. “Os dois conjuntos de relações estruturadas (o social e o espacial) são não apenas homólogos, no sentido de provirem das mesmas origens no modo de produção, como também dialeticamente inseparáveis” (SOJA, 1993, p. 99).

1.1.2. COMO TRABALHAR O TERRITÓRIO A PARTIR DO CONCEITO DE ESPAÇO?

Não corroboramos a ideia de que espaço e território sejam sinônimos. Raffestin (1993, p. 143), em sua importante obra sobre a geografia do poder, enfatiza isso a partir de uma passagem bastante esclarecedora: “É essencial compreender bem que o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível”. Logo a seguir fortalece: “O território é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder”. Por fim acrescenta: “Evidentemente, o território se apóia no espaço, mas não é o espaço. É uma produção a partir do espaço. Ora, a produção, por causa de todas as relações que envolve, se inscreve num campo de poder” (RAFFESTIN, 1993, p. 144).

Para o autor, falar de território implica reconhecer uma “multidimensionalidade” de poder que incorpora a noção dialética de produto e condição de transformação do processo social. Na sua percepção, o território se apresenta como um recorte responsável por abranger a dimensão material da realidade sob a dinâmica de uma configuração política, econômica e ideológica, com efeitos diretos sobre a sociedade como um todo.

¹² CORAGGIO, José Luís. Considerações teórico-metodológicas sobre as formas sociais da organização do espaço e suas tendências na América Latina. Planejamento, Salvador, 7 (1), 1979.

¹³ “Une organisation spatiale est ainsi une fraction d'espace quelconque dotée d'une structure et de principes organisateurs repérables par l'analyste. L'avantage du terme est qu'il évite de recourir de façon sauvage à espace ou territoire ou réseau, puisqu'il désigne quelque chose de général, dont l'échelle peut être très variée, et qu'on qualifie plus précisément ensuite avec une sémantique appropriée. Cet usage générique semble intéressant puisqu'il permet de découper l'espace en sous-ensembles, de lancer leur analyse et la recherche de leur spécificité, tout en insistant bien sur le fait que ces sous-ensembles sont organisés et résultent de dynamiques organisatrices, dont il convient de comprendre les logiques” (LÉVY e LASSAULT, 2003, p. 680).

Em Raffestin (1993), o território é objetivado de relações sociais, de poder e dominação. Isso delimita campos de ações sobre o espaço, fragmentos que constituem o território como materialidade e que revelam como os agentes e as práticas sociais produzem os recortes mais ou menos delimitáveis que se inscrevem nas dinâmicas políticas, econômicas e ideológicas.

Porém, embora se refira a delimitações, Raffestin não enrijece as dimensões escalares do conceito, uma vez que reconhece e indica transposições de limites do poder, sobretudo a partir dos meios de comunicação e de circulação, assim como através de atividades econômicas. É nesse sentido que enfatizamos também a sua proposta de interesalaridade, um olhar de renovação frente ao já tradicional preceito ratzeliano de território, essencialmente fixado no referencial político do Estado-Nação. Observamos, desse modo, uma abordagem mais abrangente sobre o conceito de território, ligada ao conjunto de relações políticas, econômicas e culturais-ideológicas projetadas no espaço, envolvendo toda uma rede de relações que, ao mesmo tempo em que exerce, também sofre influência da materialidade territorial.

Em Souza (1995) também encontramos uma clara defesa em favor da distinção dos conceitos de espaço e território. O autor (1995, p. 98) ilustra suas ideias a partir de alguns exemplos, entre os quais a de uma possível “perpetuação de representações espaciais territorializantes mesmo após a organização espacial original ter se modificado sensivelmente ou entrado em decadência”; e a situação extrema de uma cidade-fantasma, outrora esplendorosa e hoje reduzida a ruínas, isto é, um espaço social constituído, mas sem se apresentar como território de quem quer que seja.

Para Souza (1995, p. 87), o território ganha um sentido mais flexível sendo lido como um campo de forças ou uma rede de relações sociais que podem “formar-se e dissolver-se, construir-se e dissipar-se”, e isso de modo relativamente rápido, numa escala temporal periódica que tanto pode durar séculos como semanas ou dias, ao se estabelecer de forma regular ou cíclica.

Nossa ressalva quanto à proposta de Souza (1995, p. 97) está no fato de que o sentido de território sugerido parece desconsiderar a relevância da materialidade, interpretada como “substrato”, ao justificar que a dimensão territorial implica somente num conjunto “de relações de poder espacialmente delimitadas operando sobre um substrato referencial”. Sem deixar de reconhecer o quanto essa noção é rica em mobilidade, fluidez e imaterialidade, observamos também como tal perspectiva pode esvaziar o conteúdo espacial do território, ao incorrer, como afirma Costa (2006), numa possível sobrevalorização da dimensão temporal e social-histórica, em detrimento de uma base social-geográfica.

É nas próprias palavras de Costa que nos embasamos para fortalecer essa crítica:

Diante de uma preocupação com a 'espaciologia' ou com o determinismo das formas espaciais, devemos justamente ter cuidado para não sugerir um excesso de 'sociologização' ou de 'historicização', de alguma forma 'desgeografizando' o território, abstraído da base social-geográfica como condição indispensável à realização destas relações (COSTA, 2006, p. 81).

Para Souza (1995), Raffestin tem uma visão menos abrangente de território ao considerá-lo como substrato, comprometendo a amplitude da sua abordagem relacional. Mas, em Raffestin (1993), esse conceito precisa ser lido com atenção, pois o autor não o interpreta somente como uma base material onde se dá o conjunto contraditório das relações sociais, políticas e culturais. Muito pelo contrário, seu olhar supera a simples tentativa de uma revisão temática ratzeliana, ao reconhecer uma dimensão ontológica no território e sugerir uma abordagem relacional dos processos econômicos, políticos e culturais-ideológicos, e tudo isso num plano interescalar. Para este geógrafo, território não é só palco, envoltório, no sentido mecânico do termo, mas uma dimensão material que recebe e oferece possibilidades de ação/transformação da realidade.

Por isso, assim como já havia afirmado Costa (2006), somos muito mais condescendentes com Raffestin, uma vez que, apesar do território não se limitar a substrato, ele tem sim uma expressão material que não se reduz a um campo de forças instável, porquanto de natureza social. A nosso ver, a abordagem de Raffestin reconhece o papel geográfico na formação social, além de enfatizar o sentido da organização territorial, na qual se desenvolve e se materializa toda a dinâmica resultante das relações em sociedade.

Para finalizar a seção, e pensamos que reiterar essa ideia é necessário, insistimos que o conceito de território (mesmo multidimensional, interescalar e relacional) não se apresenta como sinônimo de espaço geográfico. Acreditamos no espaço como um conceito maior, que envolve a totalidade das relações sociais e se coloca como referência mais ampla na análise da materialidade geográfica. Ele abrange, articula, condiciona e reproduz todo o conjunto das relações sociais e se apresenta também como acumulação desigual de tempos (SANTOS, 2004). Já o território, nessa perspectiva, se coloca como um recorte relacional a envolver política, economia e cultura/ideologia, se impondo como uma das dimensões singulares de maior expressão do espaço geográfico, sempre a partir de uma visão interescalar.

Com essa afirmação, em nenhum momento estamos defendendo a tese que os dois conceitos sejam mutuamente excludentes, nem argumentando que sejam contraditórios em essência, isto é, antagônicos, pois temos a noção que a relação que se dá entre espaço e território é processual e de interação, na medida em que, ao parafrasear Saquet (2007), sabemos o quanto eles se entrelaçam, se superpõem e, não raro, se completam em

reciprocidade¹⁴. Um está no outro, como afirma Saquet (2007), mas, em última instância, não acreditamos que tenham o mesmo significado.

Em nossa acepção, por fim, território é um recorte que abrange poder, e se constitui numa base operacional para a materialização de inúmeros interesses que não são meramente políticos e econômicos, mas envolvem também e, sobretudo, necessidades culturais e ideológicas. A abordagem territorial direciona a leitura (i)material¹⁵ das relações de poder; seus conflitos e contradições; complementaridades e multidimensionalidades na esteira do amplo movimento de organização espacial das relações em sociedade.

1.2. O QUE A MODERNIDADE FOI FAZER NA PERIFERIA? ORIGENS E SIGNIFICADOS DO PROJETO DOS EMPRESÁRIOS-POLÍTICOS NO CEARÁ

Ao falar da abertura dos territórios e das regiões a todas as formas e tipos de modernidade, Santos (2006, p. 20) levanta uma questão crucial de método que muito assola os trabalhos de pesquisa no Brasil e na América Latina, isto é, “a produção de uma modernidade que oferece ao mundo uma epistemologia incapaz de entendê-lo”. Reclama o autor que essa epistemologia separa o resultado do processo, e muitas vezes tomam o local e o regional pelo global, em nome de uma pretensa interpretação totalizante que negligencia a riqueza concreta da realidade, principalmente ao utilizar instrumentos teórico-metodológicos aplicáveis a todos os territórios, mas incapazes de captar as particularidades das formações socioespaciais.

Esse jeito de olhar os territórios está sempre fechado ao novo, na medida em que interpreta as particularidades com instrumentos analíticos pré-concebidos, impossibilitados de apreender o movimento dos acontecimentos e a variedade das ações, ao impor enfoques que, em última instância, mais enrijecem o objeto estudado do que desvendam a sua complexidade.

Um exemplo desse procedimento, para Santos, é a preeminência dada à questão do modo de produção e não da formação social. Para o autor,

O enfoque do modo de produção não permite estudar a realidade de dentro, é um enfoque externo à realidade, não permite reconhecer como se constituem as sociedades e, sobretudo, não permite incluir a questão do território, porque o modo de produção não é uma categoria capaz de

¹⁴ “Na relação espaço *versus* território, também há reciprocidade, pois se entrelaçam, superpõem-se e estão em unidade. Um está no outro. Também são inseparáveis, como a relação tempo histórico *versus* tempo coexistente” (SAQUET, 2007, p. 158/159).

¹⁵ “[...] reflito e descrevo evidenciando aspectos processuais, relacionais e (i)materiais (materiais-imateriais em unidade) que influenciaram na reelaboração da ciência geográfica e na compreensão dos conceitos de território e territorialidade” (SAQUET, 2007, p. 17).

trabalhar o espaço visto a partir da totalidade concreta que é a formação social (SANTOS, 2006, p. 21).

Esta “miopia metodológica” recusa reconhecer as combinações interescares que dão ao real seu verdadeiro significado. Ela se fecha à coexistência das temporalidades diversas, resiste olhar o território a partir da relação contraditória de seus agentes e conclui em função de um pacote implacável de encaminhamentos metodológicos pré-concebidos, não no lugar, mas alhures.

No âmbito dos recentes estudos sobre mundialização, esse pensamento se reproduz de maneira generalizada, em especial a partir da necessidade dos agentes globais hegemônicos procurarem extrair vantagens das relações estabelecidas com os territórios interessados no seu receituário. Pacotes com planos de desenvolvimento genéricos são difundidos indiscriminadamente aos territórios, sobretudo aqueles dispostos a aceitarem inúmeras soluções provenientes dos “centros de excelência” na produção das ideias.

Por outro lado, mesmo um olhar crítico sobre as relações que se dão no contexto das transformações capitalistas pecam por defenderem uma interpretação muito ligada à ideia de homogeneização dos territórios. Os herdeiros da análise estruturalista da “teoria da dependência”, denunciados, entre outros, por Lipietz (1988), continuam acreditando que, a cada estágio de expansão e incorporação dos territórios e das regiões pelo capital, territórios e regiões estarão sempre disponíveis a assumirem essa função. Pensam a realidade somente a partir de leis imanentes, elas mesmas provenientes de uma compreensão analítica universal que rejeita reconhecer as manifestações do particular. Como fortalece Lipietz (1988, p. 11), a análise teórica de uma região “não pode ser limitada à evidência das relações ‘sincrônicas’ que a inserem numa estrutura inter-regional”. [...] é preciso “também procurar na ‘diacronia’, na história dessa região, aquilo que a tornou disponível para desempenhar essa função”.

Santos (1999) defende que, se o mundo é um conjunto de possibilidades, sua efetivação só se dará diante das oportunidades oferecidas pelos territórios e pelos lugares, pois são eles que oferecem ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Assim, para se tornar espaço, o mundo também depende das virtualidades por eles representadas.

Não concebemos a ideia de se estudar o Ceará sem levar em consideração esses preceitos. As manifestações transcorridas nesse território ganham uma tessitura produzida pelos agentes políticos, econômicos e sociais a partir de relações muito particulares, mesmo que fortemente articuladas com a proposta atual de absorção dos valores modernos erigidos com a mundialização da produção e do consumo.

As forças mundializantes da economia não realizam simplesmente uma anexação mecânica do território cearense. Assim como informa Santos (1999), o conjunto de forças da expansão global capitalista, representado por uma espécie de imperativo da competitividade, necessita que territórios de ação sejam previamente escolhidos entre aqueles capazes de conceder a uma dada necessidade uma vantagem maior. Para isso é preciso que uma lógica territorial interna reúna homens, empresas, instituições, formas sociais e geográficas capazes de articularem com os elementos exógenos.

No estudo sobre a organização territorial cearense, acreditamos, tal como Markusen (2005), que é preciso definir as pessoas, os grupos e as instituições que funcionaram e funcionam como agentes decisórios, responsáveis por criarem instrumentos político-econômicos e sociais de transformação, no cerne do contexto de reestruturação da realidade global. Pensar assim, obviamente, não implica apenas em descrever a trajetória de atores livres e capazes de alterar o mundo a partir de uma demanda individual, encaminhada através de grupos de empresas, de gestores ou de associações civis. A economia política do território se elabora no contexto de processos socioespaciais, transformações estruturais e crises cíclicas historicamente desenvolvidas; mas é moldada por seres humanos em contextos organizacionais, em que se definem os rumos e se tomam as decisões, resultando em erros ou acertos (MARKUSEN, 2005).

O projeto cearense dos empresários-políticos, estimuladores de importantes transformações e criadores de uma imagem de renovação no contexto brasileiro de redefinição da política, passa por esse exercício de articulação interescalar. Vejamos isso mais de perto através das muitas características manifestadas.

1.2.1. O PROJETO MODERNO DAS NOVAS ELITES DIRIGENTES CEARENSES - PARTICULARIDADES E GENERALIDADES DOS GOVERNOS DOS EMPRESÁRIOS-POLÍTICOS

A modernidade, conceituada como conjunto de valores e interpretada a partir dos meios vivenciados por uma sociedade (BERMAN 1998; HARVEY, 1998), se reflete, na prática, através de uma racionalização que se dá na esfera econômica, política e cultural¹⁶. O advento dessa racionalização leva à modificação de antigas formas de produção e à emergência de uma nova mentalidade social, agora permeada por uma maior institucionalização das normas e uma impressão mais universalista dos valores e dos referenciais de moralidade.

¹⁶ “A idéia de modernidade está estreitamente associada à da racionalização. Renunciar a uma é rejeitar a outra” (TOURAINE, 1995, p.18).

Os processos que levam a essas modificações, segundo Berman (1998, p. 16), mantendo-as “num perpétuo estado de vir-a-ser, vêm a chamar-se ‘modernização’”. Esta conduz à industrialização da produção, transforma conhecimento científico em tecnologia, redefine os ambientes humanos, amplia o crescimento urbano, acelera o ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo, articula sistemas de comunicação de massa e erige um mercado capitalista cada vez mais ampliado e flutuante (BERMAN, 1998).

Entretanto, ao pensarmos em transformações dessa natureza ocorridas no Brasil nos últimos trinta anos, seria possível imaginar que um dos projetos político-econômicos mais obstinados em incorporá-las teria sido produzido num dos estados mais pobres da Federação, o Ceará? Como um estado com elites políticas estruturalmente tão frágeis consegue, contraditoriamente, exercer tanta influência em escala nacional, alcançando um peso político desproporcional à sua importância diante da Federação?

As respostas para essas perguntas passam por duas dimensões complementares que envolvem a natureza interestelar das transformações no Ceará. Por um lado, no plano nacional, a política desenvolvimentista da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), implementada após os anos de 1960, é recebida no Ceará de uma maneira diferente da do restante dos estados do Nordeste, sobretudo por legitimar mais os empresários locais (FERREIRA, 1995; ABU-EL-HAJ, 1997). Por outro, a participação de importantes instituições instaladas no estado e que vão contribuir na construção de uma mentalidade racionalista face aos inúmeros problemas socioeconômicos, num contexto de grande vulnerabilidade climática e ambiental, resulta na incorporação de projetos estruturantes menos resistentes às ideias da modernidade (PARENTE, 2002).

Do ponto de vista da primeira dimensão, Bielschowsky (2004) vai destacar a importância de duas diferentes fases do desenvolvimentismo no Brasil, responsáveis por estabelecer os laços entre a estrutura econômica estatal e o empresariado nacional e multinacional. Na primeira fase, que vai da proclamação do Estado Novo, em 1937, até o Golpe Militar, em 1964, o desenvolvimentismo brasileiro mobilizou um montante de recursos do Estado para assumir a responsabilidade pelo crescimento industrial. Como resultado, nasceram importantes empresas estatais e cresceu a institucionalização da economia nacional. Enquanto isso, na segunda fase, o regime autoritário assumiu os ônus pelos investimentos na infraestrutura, facilitando a expansão do setor privado, ao mesmo tempo em que contribuiu para a formação de uma economia de mercado difundida em grande parte do território brasileiro, como demonstra a quebra do monopólio na produção automobilística de São Paulo e a criação do Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia.

Essa segunda fase vai influenciar diretamente a formação de uma classe empresarial de mentalidade progressista no Ceará. O desenvolvimentismo no Nordeste ficou marcado pela atuação das políticas regionais, com a criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e

da SUDENE entre o fim dos anos de 1950 e o começo da década de 1960¹⁷. Fortemente comprometida com o crescimento monopolista do capitalismo brasileiro, como informa Oliveira (1977); até 1974, a SUDENE patrocinou mais os investimentos provenientes do Sudeste do país, através dos mecanismos de facilitação fiscal e atração industrial, conhecidos como Artigos 34/18. Após o ano citado, instituiu-se o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), que prometeu romper com o desenvolvimentismo tradicional no Nordeste e implementar novos investimentos a partir de propostas como o incentivo à concorrência e à produtividade (ABU-EL-HAJ, 1997; 2002 e 2003).

Criado no intuito de responder às críticas ao modelo anterior de intervenção da SUDENE, em que a indústria pesada e de capital intensivo recebeu mais atenção, o FINOR priorizou os investimentos na indústria tradicional de médio porte e deu-lhes poder de competitividade (ABU-EL-HAJ, 1997). Ao ser excluído dos maiores investimentos até 1974, o Ceará foi o estado mais beneficiado com os projetos do FINOR e isso resultou numa transformação da sua estrutura empresarial, que viu crescer o avanço tecnológico, o fortalecimento da indústria tradicional têxtil e a incorporação de um padrão competitivo de produção industrial, inclusive adotando metodologias gerenciais de produção modernas (FERREIRA, 1995).

Esse movimento incentivou o aparecimento de uma classe burguesa bem sucedida que, pelas suas origens urbanas, diferenciou-se, a um só tempo, das elites políticas tradicionais e da classe empresarial mais antiga, ligada a estrutura econômica do Estado autoritário. Assim, os empresários que se reuniam no CIC a partir de 1978 foram uma das representações constituídas nesse período. Destacavam-se pela sua ação empreendedora no estado e no país como um todo, mas suas formações acadêmicas, realizadas nos cursos de administração e economia de centros como a Fundação Getúlio Vargas (FGV) davam-lhes uma característica diferenciada, marcada pela proposta racionalista de intervenção planejada na economia e na política. Logo compreenderam o contexto histórico do qual faziam parte, tanto no Ceará como no Brasil, e passaram a discutir abertamente temas políticos, principalmente ao convidar importantes nomes (Celso Furtado, Maria da Conceição Tavares, Luís Inácio Lula da Silva, Leonel Brizola, Antônio Ermírio de Moraes, Henfil etc.) de oposição ao Governo Federal para difundir a ideia de aceleração da redemocratização nacional (CARVALHO, 1999).

Por outro lado, algumas especificidades cearenses consolidaram a classe empresarial supracitada, dando-lhe condição de impor a sua demanda frente ao comando político estadual. A origem dessa consolidação está ligada à própria natureza estrutural das fragilidades das elites no Ceará, que nunca tiveram a força nem a durabilidade das elites

¹⁷ O capítulo 02 trará uma discussão mais detalhada do papel desses órgãos no contexto das transformações econômicas sentidas pelo Nordeste na segunda metade do século XX.

políticas de Pernambuco, Bahia e Paraíba, por exemplo. Essa instabilidade do poder estadual, trabalhada, entre outros, por Parente (2000 e 2002) e Barreira (2002), está diretamente vinculada a fenômenos como a seca que, em função de seu caráter crônico e implacável, sempre atingiu ricos e pobres. Os seus efeitos para o Ceará, portanto, são maiores do que para os outros estados do Nordeste. Enquanto Bahia, Pernambuco, Paraíba, Piauí etc., apresentam apenas parte dos seus territórios sob influência do regime de chuvas do semiárido nordestino, o Ceará tem mais de 90% do território afetado pela seca.

Mas os efeitos nefastos do fenômeno natural, na concepção de Parente (2002, p. 126), trazem consigo outra face: a de favorecer o fortalecimento de um quadro técnico e moderno, “instrumentado não só para conhecer a realidade empírica da região, mas para interferir de forma racional nos seus efeitos”. Assim, a modernização sempre foi uma estratégia de sobrevivência das elites cearenses e isto está demarcado no papel que o estado tem em sediar, entre outros, os órgãos federais técnicos de reconhecida competência, a exemplo do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) e do BNB.

Faltava à classe empresarial, que se apresentava como pretendente ao comando político estadual, garantir a homogeneidade dos quadros técnicos em seu favor e articular as diferentes porções do território cearense ao rumo do seu projeto, uma vez que as regiões do Ceará, em especial o Cariri (no Sul), Sobral (no Norte) e a Região Metropolitana de Fortaleza, geralmente se colocavam de maneira opositora do ponto de vista político.

Isso foi possível na sucessão estadual de 1982, quando a proposta do Estado central autoritário, de entregar o poder aos civis de forma lenta e gradual, revelou o desgaste e a artificialidade do comando dos três políticos mais influentes do Ceará, os “coronéis” Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals. Mesmo com a autorização do multipartidarismo para as eleições daquele ano, parecia que a decisão acerca do nome do novo governador sairia automaticamente a partir da escolha conjunta dos três políticos citados (CARVALHO, 2002).

No entanto, não houve um consenso sobre um candidato que pudesse manter a indispensável unidade das facções políticas e a decisão precisou ser tomada no famoso “Acordo de Brasília”, quando o nome do técnico do BNB, Gonzaga Mota, foi imposto aos “coronéis” pelo Presidente da República, na tentativa de uma solução conciliadora para a política local. Com o apoio de Virgílio, Adauto e César Cals, a eleição foi apenas uma formalidade e Mota saiu vitorioso (CARVALHO, 2002).

Os empresários do CIC perceberam o significado daquele momento e convenceram o novo governador a romper o acordo dos coronéis, transformando a farsa eleitoral numa tragédia para os velhos profissionais da arte de fazer política (CARVALHO, 2002). A desarticulação se deu exatamente no jantar de posse do novo governador, quando, num

discurso para os empresários estaduais e para os representantes de várias associações de classe, Tasso Jereissati foi taxativo:

[...] nada obstante, governador eleito Gonzaga Mota, a classe empresarial do Ceará tem grandes esperanças em Vossa Excelência e no seu governo. Com efeito, na condição de primeiro governador eleito nos últimos vinte anos, com grande maioria do voto popular, o seu mandato se deve, unicamente, ao povo que o elegeu e somente ao qual se ligam seus compromissos [...]. Sua condição técnica e sua juventude capacitam-no a identificar as melhores opções (Discurso de Tasso Jereissati num jantar oferecido ao governador eleito Gonzaga Mota, citado por PARENTE, 2000, p. 181).

A crise do “acordo dos coronéis” deixava claro que as mudanças no Ceará não se limitavam à economia, mas também à política. A solidez dos pactos tradicionais, que pareciam imbatíveis em função das estratégias conduzidas pelos dirigentes especializados em fazer política como uma arte de chefia (CARVALHO, 2002), não mais se sustentava. Os resultados das eleições de 1982 apontavam para desdobramentos muito mais devastadores, manifestados no pleito de 1986, que elegeu Tasso Jereissati como governador do estado e destacou a força simbólica do “político moderno” frente ao modo “atrasado” de administrar a coisa pública.

O marketing eleitoral passou a ser um instrumento importante de acesso ao poder e a construção de uma imagem pública pautada no discurso da modernidade enquanto difusão dos valores da sociedade de mercado definiu o percurso de construção de uma nova hegemonia política. Os empresários-políticos do Ceará se afirmaram como nova elite dirigente em função da crítica progressiva ao modelo tradicional e decadente do regime militar. Suas principais ideias ficaram muito bem definidas num projeto de legitimação de caráter burguês, com feição cosmopolita, que muito contrastou com a filosofia desenvolvimentista e corporativa da política brasileira e cearense do período.

Com a conquista do governo em 1986, o projeto foi implantado na política e na economia cearense, com fortes repercussões sobre a sociedade e o território, que passaram a sentir os efeitos de um estilo diferente, porém conservador, de conduzir os rumos do capitalismo no estado. Ao atribuir importância maior aos mecanismos de acumulação privada e industrial, no contexto da nova configuração de acumulação comandado pelo imperativo da competitividade, a proposta dos empresários-políticos aflorou um modelo de articulação interescalar sem precedentes no Ceará.

O movimento do sincrônico e do diacrônico passou a se materializar no espaço e as manifestações particulares e universais se unificaram no conjunto de normas, objetos e imagens produzidos para redefinir um Ceará que estaria pronto para esquecer o seu

passado “atrasado” e preparado para “abraçar” os elementos que representam o novo, isto é, a modernidade enquanto projeto burguês de reestruturação da sociedade e do território.

Enquanto isso, em escala mundial, importantes transformações manifestadas no seio do regime fordista de acumulação redefiniam inúmeras características do capitalismo, em que a alteração do papel central do Estado enquanto regulador das demandas socioeconômicas, a crise dos sistemas produtivos industriais e a ação mais efetiva de agentes financeiros controladores de novas formas de gerar e acumular valor eram apenas algumas das suas expressões.

No Brasil, o sentido político da ação estatal passava a ser determinado mais ainda pela acumulação do capital e os novos agentes financeiros, em sintonia com os interesses de alguns grupos hegemônicos, deflagraram uma abertura dos mercados no intuito de oferecer ao país as condições mais apropriadas de inserção na nova ciranda da mundialização financeira com reestruturação produtiva.

Os empresários-políticos cearenses não só perceberam os rumos dos acontecimentos como participaram ativamente dessas transformações em âmbito nacional, principalmente ao sair em defesa intransigente da economia de mercado e da propriedade privada como essência de uma sociedade aberta e democrática, criticando o intervencionismo estatal e a visão corporativa patronal.

No território do estado, trataram de implementar ações e aparelhar os objetos no intuito de “politizar” a economia e a sociedade, inserindo de vez o Ceará nos rumos da acumulação privada com forte penetração dos mercados na lógica da mundialização. O encontro dos interesses do mercado com os interesses das políticas governamentais foi decisivo para construir a sincronia e a diacronia interescolar e multidimensional do território e, desde então, a sociedade começou a “marchar” em direção a “mudança”.

1.3. AS DIMENSÕES E AS ESCALAS QUE ORGANIZAM O TERRITÓRIO CEARENSE

Toda e qualquer prática social, por mais simples e elementar que seja, não escapa à necessidade de configurar seu campo operatório de ação. Esta atividade assegura a organização espacial segundo a importância dada pelos indivíduos e pelos grupos sociais, produzindo objetos que, na medida em que são erigidos, ganham um arranjo sistêmico a influenciar na realização de novas práticas sociais. O conjunto das relações descritas, ao longo da história, determina a produção espacial.

Esta produção, todavia, permite assegurar o controle sobre o que se quer construir, possuir, distribuir, alocar e negociar. Permite também impor e manter uma ou várias ordens, garantindo que os objetos e suas funções tenham um fim coletivo ou privado. Por fim,

permite definir o conjunto das relações sociais, econômicas e ideológico-culturais como relações de poder. Quando isso acontece, temos a necessidade de enfatizar no espaço o recorte do território.

Este território, assim como o espaço, também suporta e condiciona as práticas sociais, já que é produzido a partir de certas intencionalidades, assumindo novo significado na medida em que o tempo transcorre e os objetos que o compõe se acumulam. O caminho que vai do espaço ao território passa então por um conjunto de relações de poder: poder político, poder econômico, poder da ideologia¹⁸.

Em determinados territórios, sobrepõe-se o poder político sobre o poder econômico. Em outros, a economia e a política tem uma influência muito maior das ideologias¹⁹. Muitas vezes, é a economia que produz a ideologia para conduzir a política. Mas o importante é que todas essas dimensões sejam consideradas na definição de um território, pois assim como elas são contidas por ele, elas também o contém.

Esta relação do contém e do ser contido implica numa tessitura que, por sua vez, remete a uma noção de limite, um dos componentes gerais mais importantes de toda prática social e espacial (RAFFESTIN, 1993). Falar de tessituras, nesse sentido, é falar de limites, isto é, componentes que exprimem as relações que um grupo mantém com uma porção do espaço, o território. Devemos considerar esses elementos porque as ações dos grupos sociais sempre exigem delimitações e, quando isso não se dá, elas se dissolvem pura e simplesmente.

Mas se as tessituras sempre enquadram um poder, este, por sua vez, vai ganhar um alcance que pode atingir uma ou mais escalas geográficas (RAFFESTIN, 1993). A capacidade de difusão interescalar de um poder nos leva a concluir que os territórios não apresentam limites apenas lineares, ou seja, aqueles limites que abrangem os espaços contíguos. Muitas vezes, os limites de poder de um determinado território alcançam enorme distância e o arranjo reticular, comum nestes tempos de “sociedade em rede” (CASTELLS, 1999), é a forma segundo a qual essas relações são estabelecidas. Como informa Raffestin (1993, p. 154), isso nos conduz a pensarmos “os limites não somente do ponto de vista

¹⁸ Aceitamos o conceito de ideologia trabalhado por Terry Eagleton (1997, p. 194/195), para quem o mesmo tem “como objetivo revelar algo da relação entre uma enunciação e suas condições materiais de possibilidade, quando essas condições de possibilidades são vistas à luz de certas lutas de poder centrais para a reprodução de toda uma forma da vida social”. O autor supera a visão que explica a ideologia como “falsa consciência”, ao informar que ela “nunca é o mero efeito expressivo de interesses sociais objetivos, mas tampouco são todos os significantes ideológicos aleatórios no que diz respeito a tais interesses”. A ideologia nesse sentido, “deve afigurar-se como uma força social organizadora que constitui ativamente sujeitos humanos nas raízes de sua experiência vivida e busca equipá-los com formas de valor e crença relevantes para suas tarefas sociais específicas e para a reprodução geral da ordem social”.

¹⁹ Neste caso, como informa Moraes (2005, p. 44), poder-se-ia dizer “ideologias territoriais ou geográficas”, ou seja, quando as ideologias “alimentam tanto as concepções que regem as políticas territoriais dos Estados, quanto à autoconsciência que os diferentes grupos sociais constroem a respeito de seu espaço e da sua relação com ele”. Ou, então, pensar na “idéologie spatiale”, nos termos em que Anne Gilbert (apud LÉVY e LASSAULT, 2003, p. 482) o emprega, isto é, como um “système d'idées et de jugements, organisé et autonome, qui sert à décrire, expliquer, interpréter ou justifier la situation d'un groupe ou d'une collectivité dans l'espace”.

linear”, mas também do ponto de vista das zonas e das redes. Tal fato se dá porque muitos limites são zonais e reticulares,

na medida em que a área delimitada não é, necessariamente, a sede de uma soberania fixada de forma rígida, mas a sede de uma atividade econômica ou cultural que não se esgota bruscamente no território, mas de maneira progressiva (RAFFESTIN, 1993, p. 154).

Às vezes um território tem um limite político-administrativo e outro econômico. Da mesma forma, os limites de influência de uma ideologia produzida num território podem ultrapassar as redes que a sua influência econômica estabelece, fazendo com que as tessituras se superponham, se cortem e se recortem sem cessar (RAFFESTIN, 1993). Organizado a partir do arranjo de várias malhas, um mesmo território apresenta vários limites de influência, em função das dimensões as quais se queiram considerar. Mas como não há como pensar o território sem o arranjo relacional das dimensões que o compõe, essa superposição de influências é exatamente aquilo que vai lhe caracterizar.

Não conseguiríamos encontrar o arranjo multidimensional do território cearense sem levar em consideração esses pontos levantados por Raffestin. No Ceará, assim como em qualquer outro território, o arranjo sistêmico das ações e dos objetos foram minuciosamente produzidos a partir de relações de poder. Mas essas relações sofreram larga influência de mecanismos exógenos ao território, e na composição dos grupos diretamente relacionados com as transformações mais recentes, as relações definidas dentro do Ceará também influenciaram grupos e ideias fora do território. Têm-se um arranjo interescalar estabelecido, rico em elementos de influência recíproca em que, tanto o estado se abre aos ditames provenientes de outros territórios, como direciona certos encaminhamentos produzidos dentro das suas fronteiras. As influências dadas e recebidas passam pelas dimensões políticas, econômicas e pela imagem de modernidade largamente difundida como ideologia, servida a quem possa interessar.

Ao tentar entender a produção do Ceará levando em consideração esses preceitos, discorreremos neste item sobre as características econômicas e político-ideológicas que firmaram as particularidades territoriais deste estado nos últimos trinta anos. Ao realizar esta atividade, também tentaremos apontar os limites (RAFFESTIN, 1993) cearenses que qualificam sua influência territorial. Ao fim da seção procuraremos realizar a síntese do territorial, apresentando a sua organização interescalar a partir de um conjunto sistemático de objetos e ações que demarcam o Ceará como território da acumulação privada, no seio de uma nova configuração de acumulação capitalista.

1.3.1. O CEARÁ DA DIMENSÃO ECONÔMICA

Iniciamos a discussão sobre a dimensão econômica que configura o território cearense procurando quebrar um mito. A introdução dos objetos e das ações para a construção de uma economia de mercado, pautada na acumulação industrial como referência de modernização da sociedade cearense, não foi realizada pelos empresários-políticos provenientes do CIC. A inversão da axiomática causa/efeito é produto da imagem mítica largamente difundida pela nova elite dirigente cearense, especializada na produção da arte publicitária.

Na verdade a manifestação da intencionalidade e das ações que asseguraram as mudanças de um Ceará agrícola para um Ceará dinamizado pelas atividades econômicas industriais e urbanas, já se dava desde a década de 1960, ampliando-se principalmente dez anos depois. Os empresários do CIC já são o produto de uma transformação econômica processual, dada desde os tempos em que o BNB e a SUDENE financiavam investimentos na indústria local e incentivavam médios produtores a redefinirem suas produções e seus mercados, na busca de superar as dificuldades impostas, entre outros, pelos problemas climáticos crônicos do estado. Além disso, nos anos de 1970, o FINOR contribuiu deveras para aparelhar muitas empresas locais, introduzindo nova tecnologia e uma mentalidade de maior difusão dos produtos cearenses no mercado nacional (FERREIRA, 1995).

Desse modo, é durante os governos do chamado ciclo dos “coronéis”²⁰ que as mais tradicionais características da economia cearense começaram a mudar. Muitos projetos estruturantes foram idealizados e a participação ativa de governadores como Virgílio Távora frente aos programas federais de financiamento da acumulação privada e industrial, como o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), elaborado pelo governo da ditadura militar, expandiu o papel da indústria e dos serviços modernos na geração de riquezas do estado, em detrimento da participação da agricultura tradicional de sequeiro. Com os dois governos de Virgílio (1962-1966 e 1979-1982), por exemplo, deu-se a arrancada da industrialização, abriram-se estradas cortando todo o território cearense e construiu-se o projeto de tornar o Ceará o terceiro Pólo Industrial do Nordeste, atrás de Bahia e Pernambuco.

Uma das mais importantes obras desse período, associada também ao governador Virgílio Távora, foi trazer para o Ceará a energia da usina hidrelétrica de Paulo Afonso, na Bahia, que superaram as dificuldades estruturais do estado no âmbito das demandas empresariais e domésticas por energia elétrica²¹. Após a garantia da ligação da hidrelétrica

²⁰ Segundo Gondim (1998) o ciclo dos “governos dos coronéis” no Ceará inclui as administrações de Virgílio Távora (1962-1966); Plácido Castelo (1967-1970); César Cals (1971-1974); Adauto Bezerra (1975-1978); Virgílio Távora (1979-1982) e Gonzaga Mota (1983-1986).

²¹ “Antes de 1961, toda energia consumida no Estado era fornecida por grupos geradores termoelétricos, com fornecimento precário e caro, apesar da Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco (CHESF) e da geração de energia hidráulica no Nordeste já serem realidade desde 1949” (AMARAL FILHO, 2004).

de Paulo Afonso até Fortaleza, em 1965, realizou-se também uma nova ligação com a usina hidrelétrica de Boa Esperança²², na divisa do Piauí com o Maranhão (Rio Parnaíba), inserindo o Ceará no sistema de abastecimento elétrico completo do Nordeste. Com isso, articulou-se à demanda e a distribuição cearense à distribuição dos estados mais dinâmicos da região, criando uma estrutura de rede de abastecimento que se mantém muito próxima da atual, apresentada no cartograma 02.

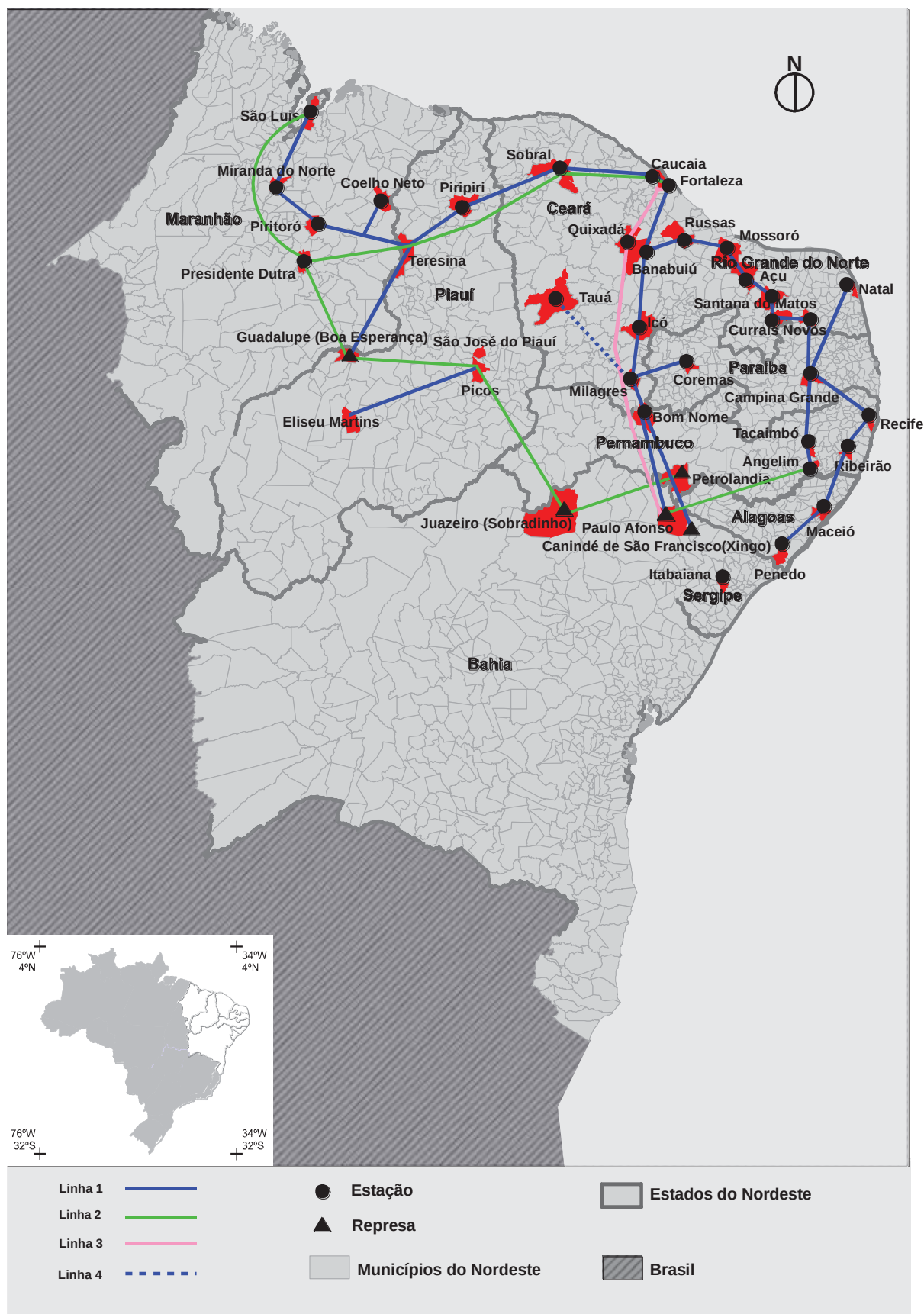
Ao observarmos mais detalhadamente o cartograma 02 e percebermos que as redes elétricas montadas dentro do Ceará cobrem principalmente o Norte (distribuição para a região de Sobral vinda da usina de Boa Esperança) e o Sul (que abastece a região do Cariri vinda do sistema Paulo Afonso, Sobradinho, Xingó e Petrolândia) do estado, as duas se dirigindo em seguida para Fortaleza, percebemos que a estrutura atual de abastecimento foi delineada nas décadas de 1960 e 1970, quando se decidiu sobre quais seriam os pólos econômicos mais relevantes para receber os grandes fixos de distribuição elétrica.

No final dos anos de 1970, após a concretização das infraestruturas de distribuição elétrica e dos transportes, muitas ações priorizaram consolidar o processo de industrialização no Ceará, entre elas o empenho para a aprovação de projetos privados financiados pela SUDENE, a montagem de uma estrutura habitacional e de circulação nos municípios vizinhos da capital do estado e a instalação do Distrito Industrial de Fortaleza, localizado em Maracanaú, na fronteira sul da cidade.

Finalmente, como uma das ações mais relevantes, precursora das políticas implementadas nos governos seguintes, estimulou-se a instalação de empresas industriais provenientes do Sudeste do Brasil, em especial aquelas dos ramos tradicionais, identificadas com a produção local, como o Grupo Gerdau, a Vicunha Têxtil, a Têxtil Machado, entre outras (CEARÁ, 1980)²³.

²² Esse fato deu-se em 1973, no Governo de César Cals, quando também se encerrou a geração de energia elétrica pelos grupos geradores termelétricos.

²³ Uma exposição mais detalhada sobre a política industrial desse período será feita no capítulo 03.



Fonte: Base Cartográfica do IBGE, 2007. Companhia Hidroelétrica do Vale do São Francisco - CHESF.

Cartograma 02: O estado do Ceará no atual sistema de transmissão de energia elétrica do Nordeste pela CHESF.

A atuação dos governos dos “coronéis” foi decisiva para a aceleração econômica no Ceará e por uma virada na dinamização produtiva em direção às exigências modernas, pois líderes como Virgílio Távora compreendiam a fragilização das elites cearenses em função de estarem dependentes de atividades agrícolas tradicionais, num território de grande incidência de secas. Essa postura confirma o que foi dito por Gondim (1998) acerca da inadequação do termo “coronelismo”, ou “neocoronelismo”, para definir as lideranças políticas cearenses antecessoras aos governos influenciados pelas propostas do CIC: “a ascensão ao poder de um grupo de empresários liderados por Tasso Jereissati não significou o fim do coronelismo, pois este já estava, senão extinto, pelo menos moribundo” (GONDIM, 1998, p. 28).

Na verdade, tanto Virgílio Távora, como Adauto Bezerra e César Cals, os governadores da década de 1970, tinham as patentes de coronéis do Exército brasileiro, o que facilitou o uso freqüente do “jogo de palavras”. Entretanto, o que era sintomático enquanto prática política entre os governadores citados não era o coronelismo, no sentido teórico usado neste trabalho, mas a

persistência de relações clientelistas e a vigência de um patrimonialismo burocrático, isto é, uma forma de dominação política por um determinado estrato social cujo poder não deriva de sua posição no sistema de propriedade e prestígio social, mas do seu controle sobre o aparelho do Estado, que é visto como um patrimônio a ser explorado (SCHWARTZMAN²⁴ apud GONDIM, 1998, p. 28)²⁵.

Um elemento relevante e definidor dos quadros de transformação, no entanto, deve ser notificado. Nos governos do “ciclo dos coronéis”, a intencionalidade das transformações de corte urbano-industrial e capitalista era evidente, mas a forma como se configurou a política e suas práticas, um produto do velho jeito de alinhar as relações de poder no estado, perdeu os rumos do próprio projeto de acumulação que criou, na medida em que as dinâmicas implementadas assumiram uma proporção que exigiu forte renovação administrativa sincronizada com os ritmos de uma plena economia de mercado.

Entre os dividendos da modernização econômica e do território, estava a dívida pública acumulada com a obtenção de recursos necessários para a realização da reestruturação citada. O déficit acumulado pelo estado em função dos inúmeros financiamentos concedidos à propriedade privada, somado as obrigações para a

²⁴ SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Campus, 1982.

²⁵ Neste caso, é preciso reiterar acerca das diferenças entre os conceitos de coronelismo e clientelismo. Como informa Gondim (1998, p. 27), “embora o fenômeno clientelista seja um dos traços constitutivos do coronelismo, não o esgota, nem se esgota nele. O coronelismo é um compromisso entre o poder público e uma ordem privada caracterizada, fundamentalmente, pelo exercício do poder pessoal dos ‘notáveis’ locais, permeado por relações afetivas e, ao mesmo tempo, violentas. Já o clientelismo ‘moderno’ constitui um mecanismo de cooptação política baseado na utilização de recursos do patrimônio público para fins privados dos detentores do poder, onde as relações entre o(s) patrono(s) e sua(s) clientela(s) assumem um caráter acentuadamente mercantil”.

manutenção de um custo altíssimo com a contratação de funcionários, tudo isso em pleno contexto de endividamento externo brasileiro para com os capitais multinacionais, resultou em crise de legitimação do poder dos “coronéis” (MENELEU NETO, 2000). Como a instabilidade política se tornou mais aguda e os próprios “coronéis” não conseguiam garantir a reprodução do seu poder, uma nova elite percebeu que era preciso renovar os instrumentos políticos e criar um quadro favorável para um aumento de acumulação que pudesse atender às demandas crescentes do capitalismo local.

Mas essa transição de poderes, num momento de efervescência política nacional e estadual, se deu de maneira relativamente gradativa e com a participação de diferentes agentes sociais e políticos cearenses, agentes estes não necessariamente convergentes no que correspondia ao projeto socioeconômico desejado para o estado. Como aponta Costa (2005), nem mesmo a burguesia local dispôs de um programa único a conduzir os rumos da mudança e frações dessa classe situaram-se em diferentes posições no encaminhamento das propostas.

Todavia, mesmo considerando a importância de entidades como a FIEC para a materialização das mudanças em discussão²⁶, esta é conduzida por uma fração empresarial emergente, “identificada com a linha do empresariado nacional que se colocava contra o Estado-produtor consolidado durante o regime militar” (COSTA, 2005, p. 160). É neste contexto que os empresários-políticos, provenientes do CIC, descobriram novas formas de se afirmarem publicamente no intuito de legitimarem seus interesses eleitorais.

Essa legitimação se deu na esteira de uma maior demanda de mudanças sociais e políticas por parte da população e estes empresários, se posicionando contra a ditadura militar e assessorados por técnicos, cientistas políticos e profissionais ligados à comunicação, se apresentaram como únicos interessados em oferecer respostas a tais demandas (COSTA, 2005).

Os interesses sociais de mudança, manifestados no cenário político e eleitoral, já havia se tornado patente com a eleição para a Prefeitura de Fortaleza em 1985 de Maria Luíza Fontenele, cuja filiação ao Partido dos Trabalhadores (PT) e a proposta de uma “administração popular”, sugeriam transformações. No entanto, a gestão petista não logrou sucesso e a acusação de inépcia administrativa por parte das elites, das classes médias e dos próprios movimentos sociais implicou em desgaste desse grupo político (CARVALHO, 1999; PARENTE, 2000 e GONDIM, 1998).

²⁶ É Costa (2005) quem descreve com detalhes a importância da FIEC e de seu então presidente, José Flávio Costa Lima, na elaboração de diferentes propostas de modernização para a realidade econômica e política do estado no fim da década de 1970. Além disso, informa a autora, que Flávio Costa contribuiu deveras para a própria formação do grupo do CIC, dando-lhes apoio logístico e político. Sobre essas questões ver especialmente o capítulo IV.

Para Tasso Jereissati, esse foi o momento oportuno de legitimação do ideário do CIC como bandeira de transformação política no Ceará:

Eu acho que a Maria Luíza nos deu esse espaço, porque ela ganhou e desperdiçou. A vitória da Maria Luíza significava que a população cearense estava muito adiante das suas elites. E confessando com toda sinceridade, nós não acreditávamos que aquilo era possível; no entanto, a população cearense já vinha dando sinais disso, que não era mais o voto de cabresto, voto de curral (Entrevista a Tasso Jereissati in: CIC²⁷ apud COSTA, 2005, p. 159).

Nas palavras do empresário, a iniciativa da transformação técnica e burocrática encaminhada nas gestões dos governos pós-1986 aparece sempre nos termos de uma ruptura. É preciso evidenciar, entretanto, que a luta pela hegemonia na elite empresarial cearense não configurava uma plena rivalidade entre o grupo que se auto-considerava moderno e os empresários tradicionais. As diferenças eram, sobretudo, circunstanciais, na medida em que defendiam um projeto burguês de valorização industrial pautado no dinamismo econômico e na atração de investimentos.

Mas, não podemos deixar de reconhecer, o grupo proveniente do renovado CIC estava mais disposto a superar tradicionais entraves políticos em função de uma rápida escalada para o crescimento econômico. Em nome disso, incorporavam novas estratégias econômicas e políticas mais rapidamente, principalmente ao configurar um projeto de clara modernização capitalista, com destaque para a acelerada acumulação industrial com base nos preceitos de uma forte competitividade nacional e internacional.

Antes de descrever com mais detalhes os mecanismos que foram utilizados para consolidar esse projeto, é necessário esclarecer em quais premissas econômicas se fundamentavam esse novo grupo burguês. Os seus mais importantes pilares ideológicos se traduziam em quatro componentes (ABU-EL-HAJ, 2002):

- 1) Uma crítica à estatização e ao intervencionismo do setor público, defendendo uma economia política baseada no mérito empresarial, na eficácia administrativa e na intervenção ágil das instituições. O pilar central aqui apresentado era a implementação de uma modernidade definida a partir de uma ética empresarial que separava o público e o privado, alcançada a partir do desempenho eficiente de uma economia competitiva;
- 2) A defesa intransigente de uma economia de mercado e da propriedade privada, ao qual seria imputada a tarefa de abertura democrática e de “universalização” dos

²⁷ CIC: cenários de uma política contemporânea. Fortaleza: CIC, 1999.

direitos sociais. Neste ponto, os empresários-políticos expressavam sua insatisfação com a estatização da economia e com o assistencialismo de governos anteriores, advogando em favor de uma participação estatal que se resumisse ao apoio à acumulação privada de capitais individuais locais e externos.

3) A recusa à visão corporativa patronal e as posições conservadoras da classe empresarial cearense e brasileira, que associadas ao regime militar, assumiam bandeiras ideológicas do Estado autoritário, demonstrando lealdade aos regimes políticos e se beneficiando dos recursos públicos. Ao criticarem os hábitos corporativos de classe, os empresários do CIC assumiam bandeiras universais e fortaleciam o caráter inovador do estilo *laissez-faire* de conduzir os rumos da política no Ceará e no Brasil.

4) O tratamento da questão territorial e regional como um elemento central da política econômica, sobretudo em relação aos rumos assumidos pelo desenvolvimentismo brasileiro depois de 1950, que na opinião dos empresários-políticos, negligenciaram regiões como o Nordeste em favor da expansão empresarial dos estados do Sudeste. A opinião defendida neste ponto não era a de uma cisão para com os investimentos exteriores ao Nordeste, mas o contrário, uma vez que pregava uma associação estreita com os grandes capitais nacionais, particularmente os de origem paulista. Na verdade saiam em defesa de uma participação estatal que se resumisse à materialização de obras estruturantes e ao financiamento dos capitais, no intuito de gerar uma reação em cadeia que partiria das regiões mais ricas e atingiria o Nordeste, livrando-o das dificuldades históricas as quais estava submetido.

Do ponto de vista operativo, os caminhos seguidos para a reestruturação econômica e territorial pretendidos no conjunto das visões apresentadas, passariam pela recuperação e ampliação da acumulação industrial, ancoradas tanto na atração de grandes empresas industriais nacionais e internacionais, como no incentivo à diversificação industrial através do apoio à pequena e média empresa local (ABU-EL-HAJ, 2002).

Assim, a partir de uma reforma do Estado, seriam construídos os elementos centrais para a montagem de uma nova proposta de acumulação industrial com integração irrestrita ao mercado e à dinâmica da mundialização da economia. Como informa Abu-El-Haj,

O grupo do CIC concluiu que a superação da pobreza e do atraso regional somente seria possível com investimentos da União em indústrias. A novidade é que a intervenção do Estado, nesse caso, teria a forma de parceria entre capital estatal e capital privado. Aparentemente, o novo desenvolvimentismo seria inclinado à lógica do mercado, limitando o papel do Estado ao desencadeamento de mercados consumidores (ABU-EL-HAJ, 2002, p. 89).

Esse projeto começou a ser introduzido em 1986 com a vitória de Tasso Jereissati, mas só gradativamente ganhou materialidade. Em função do ajuste público que demorou todo o primeiro mandato do governador, alterações econômicas de grande monta só foram introduzidas no governo de Ciro Gomes, entre 1990 e 1994 e no segundo e terceiro mandatos de Tasso, de 1994 a 2002. Outros ajustamentos foram feitos nas gestões de Lúcio Alcântara (2003-2006), também do PSDB, e de Cid Gomes (2007-2010), que é filiado ao PSB²⁸, quando as premissas econômicas inicialmente propostas continuaram a ser executadas.

Ciro Gomes não era membro do CIC, nem tinha origens empresariais. Proveniente das classes médias de Sobral tornou-se deputado estadual e liderou as articulações de Tasso na Assembleia Legislativa até 1988. Hábil orador e dono de um grande carisma, arregimentou a opinião pública em favor das mudanças gerenciais do setor público até 1988, quando se tornou Prefeito de Fortaleza. Foi o nome preferido de Tasso para assumir também o Governo do Estado em 1990 e já como governador formou um grupo de gestão com marcante participação de um quadro técnico de formação desenvolvimentista, sobretudo aqueles que eram oriundos do BNB (ABU-EL-HAJ, 2003).

Lúcio Alcântara, filho de uma antiga liderança estadual (Waldemar Alcântara), construiu sua trajetória política associando-se a partidos conservadores, sobretudo ao incorporar o *ethos*²⁹ do político profissional (CARVALHO, 2008), ligado às origens da sua terra e caracterizado como um “homem de diálogo” que pudesse, ao mesmo tempo, representar a linhagem tradicional da política cearense e conduzir os rumos da modernização econômica com eficiência. Sua chegada ao Governo do Estado está relacionada ao acirramento das contradições do projeto dos empresários-políticos, quando o desgaste do modelo centralizador de administração de Tasso Jereissati era evidente após os seus três mandatos. Como político que já havia sido prefeito de Fortaleza (indicado pelo Governo Federal nos tempos de ditadura militar, entre 1979 e 1982) e duas vezes deputado federal, Lúcio foi eleito senador em 1994 com o apoio de Tasso. Logo após, se filiou ao PSDB e foi escolhido para representar o partido na eleição para governador em 2002, exatamente por expressar um perfil “aberto”, um político “capaz de levar uma discussão aos últimos limites” (Discurso do programa eleitoral feito por Tasso Jereissati em 2002 *apud* CARVALHO, 2008, p. 27). Sua política econômica procurou dar continuidade aos projetos

²⁸ Este último, inclusive, comandou o fim da hegemonia partidária do PSDB no governo estadual em 2006, revelando o acirramento das disputas dentro do projeto inicial dos empresários-políticos.

²⁹ Como informa Carvalho (2008, p. 41), corresponde ao “conceito que na análise do discurso refere-se à codificação de imagem de si, construídas pelos interlocutores não tanto pelo que falam, mas, pela forma de falar, de se apresentar”.

de tecnificação do território e atração de investimentos, mas a marca da “regionalidade” e da “interiorização do desenvolvimento” foi uma das estratégias mais divulgadas, de onde se pautou os projetos conduzidos por uma Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional.

Por fim, o último governador cearense, Cid Gomes, eleito em 2006 e reeleito em 2010, simboliza, paradoxalmente, a consolidação do projeto econômico de modernização capitalista e a crise política no seio do grupo que assumiu o ideário das mudanças a partir de 1986. Também de formação técnica, graduado em engenharia, e irmão do ex-governador Ciro Gomes, Cid representava a renovação do projeto político do PSDB, tornando-se inclusive referência no partido em função da sua administração na Prefeitura de Sobral, onde os métodos de racionalização da gestão municipal e a modernização da cidade pela via do soerguimento de objetos técnicos foram usados como símbolo da continuidade das mudanças no estado (HOLANDA, 2007). Ocorre que a conjuntura das articulações partidárias no Ceará havia mudado depois de 2002, quando Ciro Gomes assumiu o Ministério da Integração do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (2002-2006) e se afastou do grupo político de Tasso Jereissati no Ceará. Até 2010, o afastamento foi apenas formal o que proporcionou nas eleições de 2006 para o Governo do Estado um fenômeno ambíguo³⁰: mesmo sendo presidente nacional do PSDB, Tasso não apoiou o candidato do próprio partido no Ceará (Lúcio Alcântara), em função de desavenças internas. A administração de Cid Gomes priorizou a continuidade da atração de empresas via incentivos fiscais e defendeu a efetivação das grandes obras para o estado, com forte discurso de atenção para a interiorização do crescimento econômico.

Desde quando se iniciou a efetivação do projeto, sob o efeito das determinações impostas pela abertura econômica brasileira na década de 1990, o modelo de crescimento observado no Leste Asiático³¹ foi utilizado como referência para guiar os rumos da política econômica. Assim, programas de financiamento público voltados para a atração de grupos industriais caminharam lado a lado com uma reestruturação conduzida por um Estado flexível, enxuto e eficaz, implicando num novo conceito de administração importado da gestão empresarial e privada. Subsídios logísticos e mão de obra barata completavam o conjunto de vantagens para atração de novos investimentos.

Os resultados econômicos rapidamente se tornaram visíveis: de 1987 a 1999 a taxa acumulada de variação do Produto Interno Bruto (PIB) no Ceará atingiu 70,6%. No mesmo

³⁰ A ambigüidade reside no fato de que, mesmo apresentando-se como oposição ao PSDB, Cid não estava credenciado a contrapor o passado da “Era das Mudanças”, divulgada por Tasso e seus aliados. Diante da impossibilidade de demarcação de um “novo ciclo”, até mesmo no âmbito da esfera política e eleitoral, coube a Cid Gomes aceitar de bom agrado o apoio silencioso de Tasso Jereissati, assim como, reproduzir a narrativa dos feitos fantásticos realizados em Sobral, bem ao estilo das campanhas eleitorais do PSDB, carregando o *ethos* do político jovem, comunicativo, vencedor e de ousadia serena, este último ponto claramente utilizado para afastá-lo das características negativas do irmão Ciro Gomes.

³¹ Ver a edição especial da revista Exame, intitulada “Ceará: a nossa Ásia”, de outubro de 1998; assim como, a reportagem “Como um país asiático no Nordeste do Brasil”, publicada na revista Valor Econômico Estados: Ceará, de setembro de 2008.

período essa taxa no Nordeste cresceu 39,1% e no Brasil 24,7%. Até 1990 o PIB cearense apresentou um movimento sempre oscilante, mas as políticas econômicas começaram a surtir efeito no fim desta década e o desempenho do PIB estadual sobre o PIB federal cresceu consideravelmente, passando de um total de 1,72% em 1985 para cerca de 1,8% em 2000, tendo atingido no ano de 1998 uma participação de 2,0% (IPEA, 2007). Para os anos mais recentes, foi possível perceber que entre 2002 e 2009, o PIB cearense continuou crescendo e acumulou uma taxa de 35,2%, o que significou um crescimento médio anual de 3,8%. O Brasil, no mesmo período, acumulou 27,6%, assumindo uma taxa média de crescimento anual de 3,1% (IPECE, 2010).

Outros números do PIB confirmam que o desempenho de crescimento se difere bastante entre a década que antecipa a efetivação dos programas de reestruturação e as décadas em que eles já demonstravam seus resultados. Se compararmos a taxa de crescimento anual do PIB do Brasil com a do Ceará, percebemos que de 1985 a 1990 a taxa cearense foi de 0,7% ao ano e a nacional alcançou 2,03%. Entre 1990 e 1995, os valores se invertem, com o Ceará crescendo 6,79% e o Brasil 2,86%. Mas é no quinquênio de 1995 a 2000, que o salto estadual em relação ao nacional se torna extraordinário, uma vez que o Ceará cresceu 9,06% ao ano e o Brasil apenas 1,69% (IPEA, 2007). Dados apresentados pelo IPECE para os anos recentes informam também que o estado continua crescendo seu PIB numa proporção maior que a brasileira, conforme demonstra a tabela 01.

Tabela 01- Taxas de crescimento anual do PIB – Ceará e Brasil e percentual do PIB cearense sobre o PIB brasileiro (2002-2009)

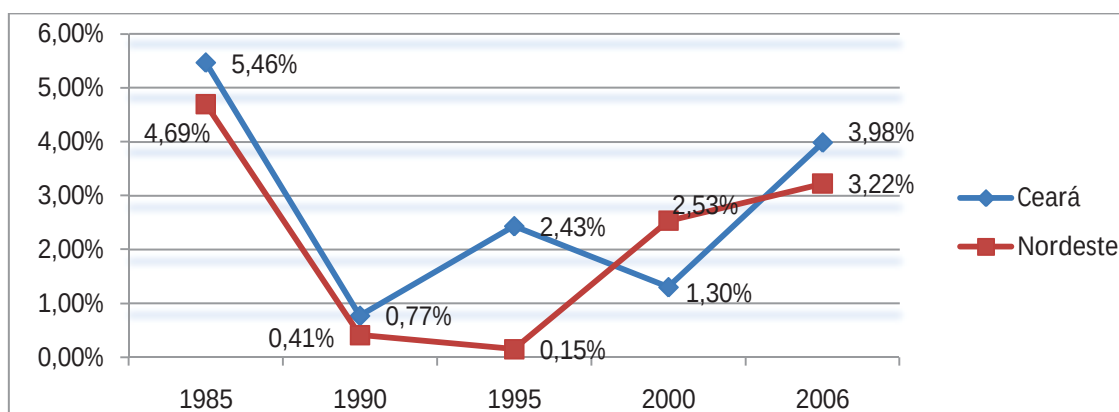
Estado/país	2003/2002	2004/2003	2005/2004	2006/2005	2007/2006	2008/2007	2009/2008
Ceará (%)	1,47	5,15	2,81	8,04	3,35	7,1	3,1
Brasil (%)	1,15	5,71	3,16	3,97	6,09	5,1	-0,2
Participação do PIB do Ceará no PIB do Brasil (%)	1,92	1,90	1,91	1,95	1,89	1,90	1,96

Fonte: IBGE e IPECE.

Entretanto, inúmeras limitações econômicas não foram superadas e o exercício de estabelecer algumas relações entre os próprios números do PIB expõem essas fragilidades. Apesar dos indicadores favoráveis anteriormente expostos, o percentual do PIB estadual sobre o do país não avança consideravelmente desde a década de 1990. Em geral, desde 2002, a variação é sempre positiva, mas o produto interno cearense nunca atinge um percentual frente ao produto nacional superior a 2,0%, como demonstrado nos sete períodos contemplados pela tabela 01, quando os percentuais variaram entre 1,89 a 1,96%. Os

números revelam pequena oscilação por toda a presente década, o que implica em estabilidade da geração de riquezas no estado, mas, em contrapartida, indica também que os saltos econômicos expressivos, anunciados para justificar a continuidade de várias políticas, apresentam um limite, expondo as dificuldades de se estabelecer um programa econômico que reproduza avanços relativos frente ao país.

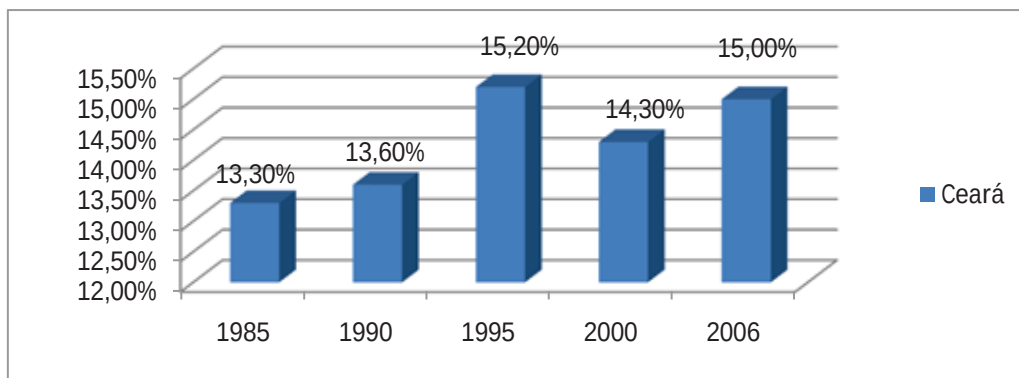
Mesmo assim, em relação ao Nordeste, os números do PIB cearense no período em análise apresentaram desempenho favorável. O gráfico 01 indica a taxa de crescimento do PIB do Ceará e da região Nordeste entre os anos de 1985 e 2006. Apesar dos índices de crescimento serem variáveis, os números do Ceará são sempre superiores ao da região, a exceção de 2000, quando o Nordeste revela uma vantagem de crescimento de cerca de 1,2% superior. Os maiores destaques são para os indicadores de 1995, quando a diferença positiva em favor do estado atingiu uma cifra maior que 2%, e para os dados de 2006, que revelam o Ceará crescendo mais uma vez em ritmo superior ao da região.



Fonte: IBGE.

Gráfico 01- Taxas de crescimento anual do PIB – Ceará e Nordeste (1985/2006)

Outro gráfico, o que expressa a participação do PIB cearense frente ao do Nordeste, também indica crescimento econômico relativo do estado. Entre 1985 e 1990, predomina uma estabilidade no percentual de participação regional, mas a partir de 1995 o percentual do PIB cearense em relação a região se amplia em quase 2%, mantendo este mesmo nível com pequenas oscilações até 2006 (ver gráfico 02).



Fonte: IBGE.

Gráfico 02- % de participação do PIB cearense frente ao Nordeste (1985/2006)

Em linhas gerais, os bons resultados da economia esconderam alguns desacordos com a proposta levantada pelos últimos governos, defendida também pelos empresários do CIC desde o planejamento inicial dos programas de reestruturação. Ao contrário da prioridade que deveria ser dada às empresas locais na expansão dos seus mercados, o que predominou foi o incentivo aos grupos industriais externos que se interessaram em se instalar no Ceará. Conglomerados industriais voltados para a produção de bens tradicionais, sobretudo calçados, têxteis e alimentos, se uniram às grandes e médias empresas do Sul e do Sudeste do Brasil e realizaram verdadeira reconfiguração do seu quadro produtivo, ao expandir ou mesmo transferir suas linhas de produção para o Ceará. Ao agir assim, aproveitaram amplas oportunidades fiscais oferecidas pela política do estado e outras vantagens disponíveis no território, a exemplo de uma mão de obra a baixo custo e uma localização privilegiada para com os mercados europeus e norte-americanos.

Isso aconteceu em função de certo pragmatismo em torno dos programas originais de industrialização³², mas também e, sobretudo, por causa da crise fiscal no Brasil do Plano Real, que entre outros, estimulou a retirada do Governo Federal da participação direta em novos investimentos, exigindo um tempo maior para que a negociação de metas, o planejamento das ações e a implementação de interesses fossem realizadas com as empresas (ABU-EL-HAJ, 2003).

Mesmo assim, com a continuidade da política fiscal, os ritmos de expansão econômica se mantiveram, o emprego formal cresceu e a relação do mercado produtivo cearense com o comércio internacional se expandiu de maneira significativa.

Em se tratando deste último ponto, os números que indicam a relação estabelecida entre este novo Ceará industrial e seus mercados consumidores, revelam reconfiguração

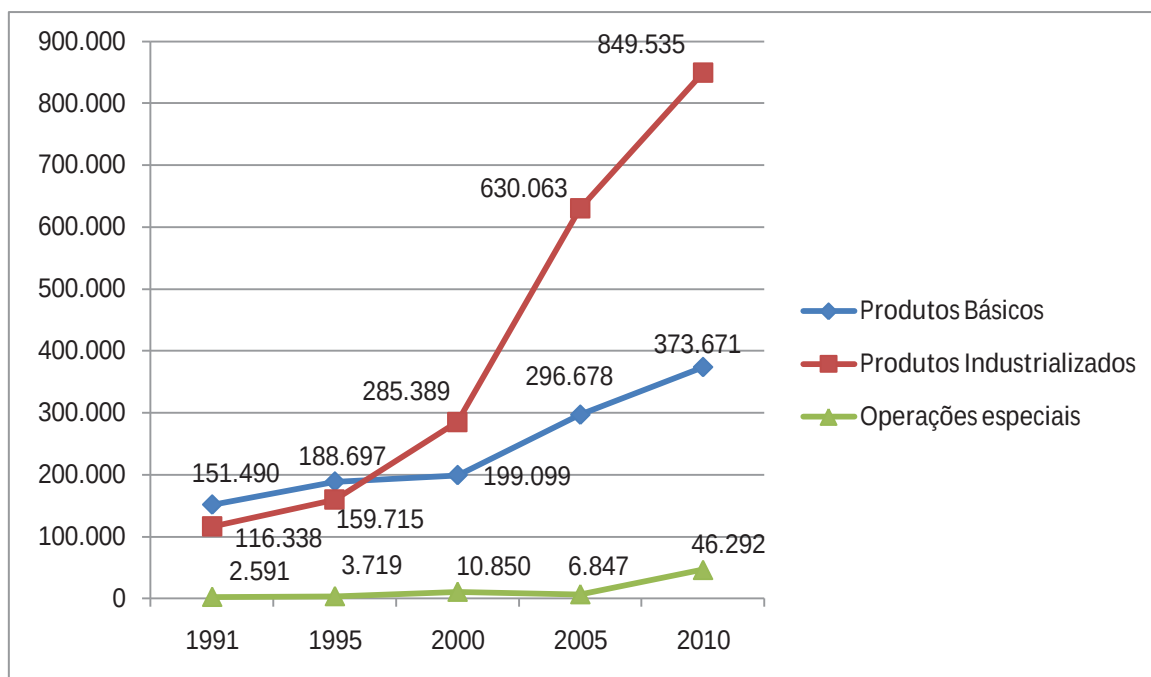
³² É mais fácil atrair indústrias de capital externo com grandes ofertas fiscais e tributárias do que esperar os resultados de um financiamento para empresas locais, que precisam de mais recursos e tempo para surtir efeito (ABU-EL-HAJ, 2003).

dos agentes e dos produtos que tradicionalmente contribuíram para a dinamização econômica do estado. Entre os anos de 1991 e 2009, as exportações cearenses expandiram em 300%, sendo que o aumento mais significativo se deu exatamente nos últimos sete anos, período em que as políticas de atração de grandes capitais já havia se consolidado e as empresas já se sentiam seguras para ampliar sua produção para o mercado externo (ver gráfico 03).

Esse novo comportamento da economia cearense expressa um componente importante da acumulação privada em desenvolvimento no estado: as empresas instaladas no território agora procuram estabelecer laços mais estreitos com a economia global, o que implica em penetração da estrutura produtiva nos preceitos que regem a nova configuração de acumulação capitalista, marcada pelo princípio da competitividade como premissa maior³³.

Isto se constata a partir do próprio perfil da pauta de exportação das mercadorias negociadas pelo Ceará. Se a exportação estadual esteve dominada por décadas pelos “produtos básicos”, como o algodão (nos velhos tempos em que o território cearense era um vasto algodão), a cera de carnaúba, a castanha de caju e a lagosta, o aparecimento de novos produtos na lista dos mais vendidos redefine as prioridades para o comércio exterior, com maior participação da produção industrial. A presença da categoria “produtos industrializados” (como calçados, têxteis, peças de confecção e couro beneficiado, voltado para indústrias como a automobilística) dominando as exportações cearenses por “fator agregado” legitima o fenômeno. Como até a metade da década de 1990 os produtos industrializados tinham menor importância frente ao total de exportações e considerando o desempenho apresentado nos últimos anos, como revelado pelo gráfico 03, acreditamos que a expansão no comércio internacional de produtos modernos é acelerada. Este mesmo gráfico, inclusive, indica que somente no referente aos produtos industrializados, as exportações em milhões de dólares cresceram em extraordinários 630%, sendo que os saltos mais expressivos foram dados nos últimos dez anos, quando estas passaram de um pouco mais de 285 US\$ milhões arrecadados para 849 US\$ milhões.

³³ Um debate mais aprofundado sobre esse tema será realizado no capítulo 02.



Fonte: Secex/MDIC.

Gráfico 03 - Exportações cearenses por fator agregado (valores em 1.000 US\$ FOB/ 1991-2010)

Outro fenômeno importante sobre a pauta dos produtos exportados não deve ser negligenciado. Mesmo com a diversificação e ampliação dos produtos industrializados no comércio externo, a arrecadação com os produtos considerados básicos, assim como com as operações especiais, não diminuiu no referido período. Como apontado pelo gráfico já citado, os produtos tradicionais da economia ampliaram a sua comercialização internacional em 147%. Além disso, o crescimento mais expressivo dos fluxos com estes produtos se deu na última década, quando os mesmos deixaram de arrecadar 199 US\$ milhões para arrecadar 373 US\$ milhões. De igual modo, as “operações especiais” movimentaram mais de 46 US\$ milhões em 2010, um total 1.700% maior do que 1991.

A partir de todos esses dados, constatamos não só as mudanças na estrutura industrial cearense, com o crescimento de diferentes ramos de produção, mas, principalmente, a inserção desses ramos nos ritmos da concorrência global, a expressar uma reestruturação nos preceitos que regem a acumulação privada estadual, com fortes consequências sobre o território e o processo produtivo industrial. Além disso, se revela uma maior articulação do mercado local com o mercado internacional, um dos fatores que demonstram como os limites territoriais da economia cearense não mais se esgotam bruscamente nas fronteiras político-administrativas tradicionalmente delimitadas.

Ao tratar do alargamento desses limites, observamos que uma maior quantidade de países tem negociado com o Ceará depois do aumento dos fluxos de produtos com o mercado internacional. Entre os que estabelecem relações comerciais mais freqüentes nos

últimos anos estão, respectivamente, os Estados Unidos, que lideram com largo percentual (27,9%), a Argentina (10,2%), a Itália (8,5%), o Reino Unido (6,2%), os Países Baixos (5,1%) e a Venezuela (4,3%). Outros países como Alemanha, México, Espanha, China, França, Canadá, Paraguai, Bolívia e Rússia, apesar de uma participação mais reduzida, também devem ser mencionados (MDIC, 2010).

O outro fenômeno importante que marca as redefinições econômicas e territoriais no Ceará é a expansão do mercado formal de trabalho. O projeto inicial defendia amplamente o crescimento da indústria a partir de programas estruturantes interessados em redefinir o uso e o consumo do território a partir da construção de grandes objetos técnicos, facilitadores da aceleração de fluxos materiais e imateriais ligados à produção industrial de bens de produção e de alta tecnologia. Obviamente que não se esperava uma mudança tão apressada e por tais razões os investimentos em fixos que pudessem atrair a indústria de base, em especial a siderurgia, a metalurgia e o refino de petróleo, foram priorizados. Garantido a materialização dos referidos investimentos, a tendência seria uma modernização de toda a produção tecnológica no estado.

Inúmeros fatores atrasaram sobremaneira os investimentos na infraestrutura e nas indústrias de base e a estrutura industrial das últimas duas décadas destacou mesmo a produção tradicional. O resultado foi uma expansão na contratação de funcionários para trabalharem na clássica linha de produção fordista, cujos ganhos obtidos se dão, em especial, a partir da organização gerencial verticalizada da produção em escala. Isto dinamizou o mercado de trabalho formal no Ceará e o estado expandiu suas contratações num ritmo superior ao de todos os estados do Nordeste, sendo que, em alguns gêneros, como o de calçados, esta expansão ficou entre as mais importantes do Brasil.

Tal dinâmica contrapôs a tradição cearense de maciça concentração de postos de trabalho formal no comércio e nos serviços, mesmo que, paradoxalmente, tenha contribuído deveras para que os empregos nessas atividades econômicas também aumentassem. Desse modo, as estatísticas do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) mostram que a Indústria, sobretudo a de transformação, tem superado o comércio e se aproximou do setor de serviços no que tange à criação de postos de trabalho formal ao longo dos últimos anos. O saldo líquido acumulado em todas as atividades (admitidos menos desligados), de 2002 a 2009, chegou ao valor de 290.750 empregos. Observa-se que os serviços ampliaram o número de empregos formais no Ceará em 100.794 postos, seguidos da Indústria de transformação (81.054 vagas) e do comércio (75.233 vagas), para citar somente as atividades mais significativas (ver tabela 02).

Tabela 02: Evolução do saldo líquido do emprego formal nas principais atividades econômicas do estado do Ceará – 2002/2009

Atividades Econômicas	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2002/2009
Indústria de Transformação	12.046	4.480	12.138	4.607	6.597	13.340	6.716	21.130	81.054
Construção Civil	- 484	- 1.402	1.015	413	4.752	3.531	3.344	9.816	20.985
Comércio	7.892	4.501	8.964	9.296	9.192	11.156	11.673	12.559	75.233
Serviços	9.073	9.656	8.340	14.126	11.516	10.408	16.236	21.439	100.794
Total	30.831	18.645	31.240	30.875	33.560	39.722	41.441	64.436	290.750

Fonte: Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED/MTE).

Na indústria de transformação é interessante perceber que, entre 2002 e 2009, a cada ano de maior contratação de trabalhadores formais, temos um ano de menor contratação dos mesmos (geralmente metade do número de postos anterior), o que implica em curtíssimos ciclos de maior admissão, muito provavelmente uma reação dos investimentos às respostas do mercado consumidor. Mesmo assim o saldo é sempre positivo e chega a resultados surpreendentes nos anos de 2007, 2008 e 2009, quando, na contramão da indústria nacional e internacional, amplia o número de contratados exatamente num período de grande instabilidade proporcionada pela crise financeira internacional.

Enquanto isso, no comércio, na construção civil e principalmente nos serviços, os ritmos de contratação se diferenciam. Nestas atividades, a admissão de trabalhadores formais praticamente só cresce entre 2002 e 2009, salvo raras instabilidades em anos diferenciados. A atividade dos serviços, como apontado na tabela 02, ainda é a mais destacada na geração de empregos. Sozinha, ela movimenta um ritmo de contratação que se amplia gradativamente nos últimos anos, sobretudo ao chegar em 2009 com a maior admissão entre as atividades econômicas de expressão no estado, isto é, 21.439 postos. Como esse é um dos anos em que a crise financeira internacional mais impôs os seus efeitos sobre o mercado de trabalho formal no Brasil, constatamos um desempenho também favorável para essa atividade no estado, o que muito provavelmente revela como o dinamismo dos investimentos em turismo, entre outros serviços modernos, parece ter ganhado solidez nas últimas décadas.

Em consonância com os ritmos de crescimento desses empregos, alguns municípios sofreram relevante expansão nas contratações de trabalhadores formais, a exemplo de Iguatu e Russas, localizados no interior do estado, e Horizonte, Maracanaú, Eusébio e Aquiraz, pertencentes à Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Entretanto, a

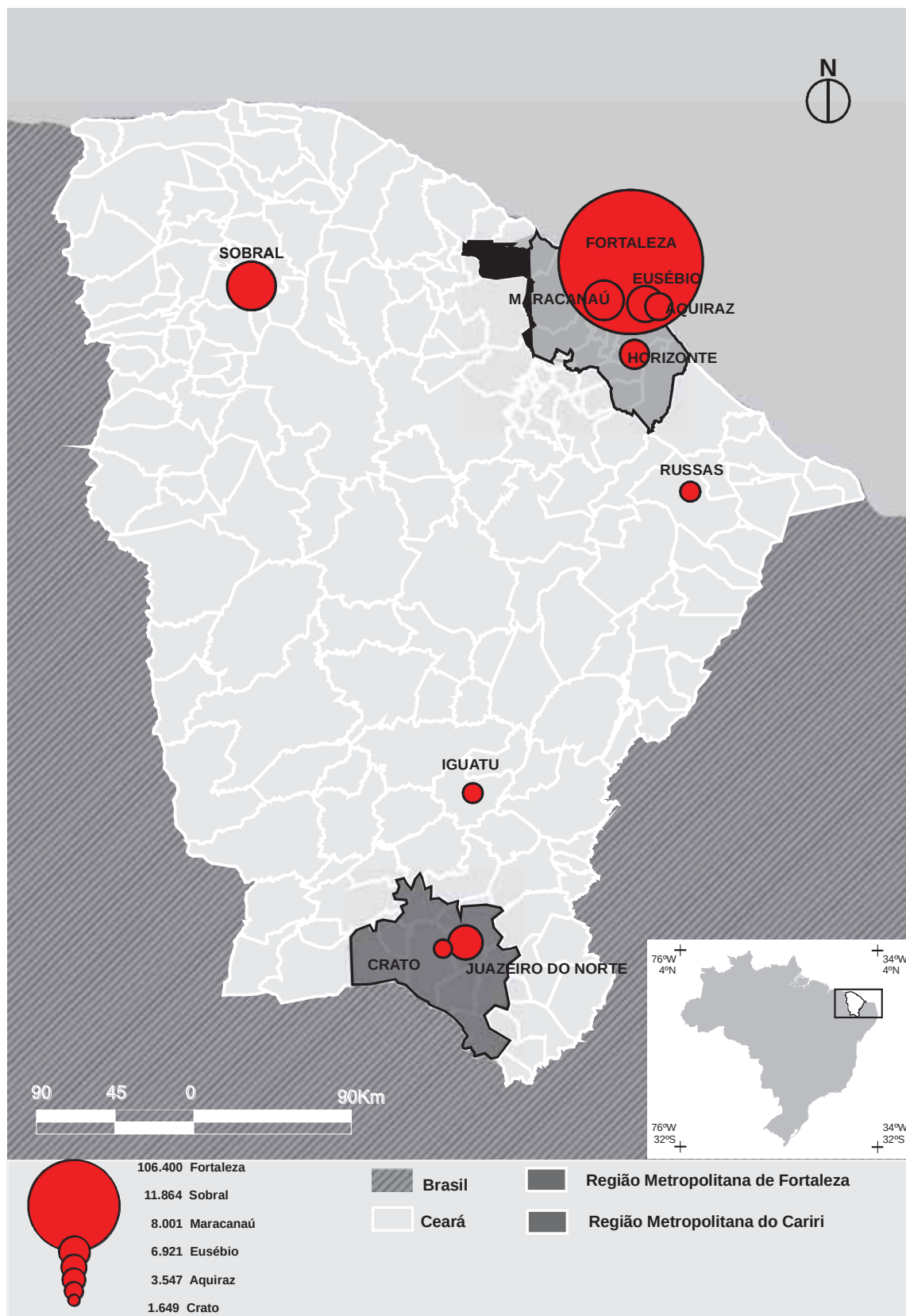
dinamização da economia e do emprego formal não deixou de fortalecer a centralização de alguns municípios que há séculos comandam a articulação urbana e regional cearense, em especial Sobral, Juazeiro do Norte e Crato.

Ao tratar especificamente da RMF e da capital do Ceará, a cidade de Fortaleza, os ritmos de centralização foram mais intensos ainda e a tradicional macrocefalia metropolitana aumentou cada vez mais a desproporção das forças político-econômicas e a desigualdade no território³⁴. Apesar dessa concentração passar também por outras variáveis, a exemplo do quadro populacional, da maior densidade técnica e da oferta de atividades culturais, O cartograma 03, a destacar os municípios com maior saldo líquido de empregos formais gerados nos últimos quatro anos no estado, já permite boa ilustração do fenômeno.

Os rumos da economia cearense com a implementação do projeto dos empresários-políticos, de fato, revelou um processo de reestruturação inédito no estado. Transformações de grande monta seguiram os caminhos da modernização já introduzida no “ciclo dos coronéis”, mas os ritmos nos quais foram conduzidas e a incorporação de novas propostas de racionalização econômica, em sintonia com as transformações mais atuais da mundialização capitalista, deram ao arranjo político/econômico/territorial um perfil renovado e bem particular.

Reformas estruturais dotaram o território de racionalidade, para usar a expressão de Santos (1999), e como consequência, o Ceará sentiu relativos impactos no dinamismo econômico, que proporcionou uma ampliação dos objetos e uma aceleração dos fluxos, cuja modernização da produção, a ampliação das relações com os agentes exógenos, o acirramento do trabalho formal e as novas articulações urbanas e regionais foram apenas algumas das suas manifestações. Mas a reflexão sobre a dimensão política também deve ser feita antes de entrarmos numa discussão sobre os impactos mais expressivos dessas mudanças no território.

³⁴ Com base na análise da atividade industrial, esse assunto será tratado com mais atenção em outra parte deste trabalho.



Cartograma 03: Saldo líquido do emprego formal no Ceará 2006/2009 - municípios de maior destaque.

1.3.2. O CEARÁ DA DIMENSÃO POLÍTICO-IDEOLÓGICA

A nova configuração política erigida no Ceará na década de 1980 nasceu da crise de legitimação das forças autoritárias brasileiras. Enquanto produto de um desenvolvimentismo que estabeleceu fortes laços entre a ação estatal e as forças empresariais nacionais e regionais, os empresários do CIC inverteram os papéis estabelecidos entre a política e a economia e sustentaram seu projeto na crítica progressiva ao regime militar como crítica a restrição da acumulação privada.

Esse estilo de reagir frente às mudanças desencadeadas pela reconfiguração do sistema político brasileiro é o que há de mais peculiar nos empresários-políticos que assumiram a oposição ao sistema de acumulação com forte intervenção do Estado. “O percurso sinuoso de construção de uma nova hegemonia política, veio, portanto, acompanhado da reestruturação capitalista” (MENELEU NETO, 2000, p. 39), que não tinha outro intuito senão o de realizar, no seio do processo de mudança vigente, a produção de outras relações de poder a partir da “morte da velha política”, isto é, a elaboração de uma política feita mais pela imposição da racionalidade empresarial capitalista do que pelos interesses sociais em disputa.

Assim, esses empresários saíram em defesa daquilo que chamaram de um “estilo novo de administrar a coisa pública”, pautado num projeto burguês enraizado no território, mas interessado em estabelecer fortes laços com os agentes exógenos da mundialização, com o objetivo de superar as contradições comuns de um capitalismo periférico como o cearense, que não se mostrava capaz de sozinho realizar altas taxas de acumulação. Ao assumirem o papel de “sujeito coletivo”³⁵ na imposição das novas práticas governamentais, realizaram a crítica liberal no intuito de garantir a regulação econômica pela via da política, em pleno contexto de transformações do ciclo da ditadura militar.

As manifestações dessa atitude racionalista na política se dão através de medidas operativas legitimadas logo com a conquista do governo em 1986, quando o poder em questão é ratificado e legitimado. Elas se dividem em três pontos-chaves, os quais serão trabalhados neste item, quais sejam: a composição dos quadros do governo e sua concepção ideológica; as dificuldades políticas de se concretizar o ajuste fiscal e das contas públicas; e a construção da imagem pública do território cearense encarnado no “jeito moderno” de fazer política.

³⁵ Lemenhe (1997) discute mais aprofundadamente o empenho desses empresários em se apresentarem como responsáveis por uma mudança de caráter burguês no Ceará, dando a ideia de que os mesmos inauguraram um movimento dos industriais como “sujeito coletivo”. Por traz da divulgação dessa imagem estava a concepção de que o Ceará, em função de suas características geoambientais e geoeconômicas específicas, têm problemas igualmente específicos e deve ser tratado pelo Governo Federal e órgãos de fomento de maneira diferenciada, o que justificaria a prevalência de ações coletivas, produzidas por agentes políticos e econômicos que pudessem concretizá-las.

Como informa Abu-El-Haj (2003), no início da década de 1950, Getúlio Vargas convocou Rômulo Almeida para dirigir o BNB e dar um direcionamento à nova instituição que iria proporcionar ao Nordeste um novo rumo de desenvolvimento, afastando-o da imagem de desmoralização econômica e de corrupção política, ao qual estava fortemente vinculado. Após a realização de inúmeros estudos sobre fluxos de capital e a conclusão de que existia uma persistente deterioração dos termos de troca entre o Sudeste industrial e o Nordeste agrário, recomendou-se uma nova política de atração de recursos externos e a fixação de capital regional por meio de programas de incentivo industrial, proposta bastante considerada por Celso Furtado na formulação dos relatórios do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN)³⁶, que instruiu as políticas da SUDENE.

Um dos pontos centrais levantados por Rômulo Almeida, responsável por muito dos rumos da transformação econômica pela via da política, era a formação de uma classe empresarial de mentalidade moderna e a criação de uma elite tecnoburocrática que faria contraposição as heranças culturais e ideológicas da política tradicional clientelista.

Outra meta fundamental levantada com a nova proposta era formar quadros humanos tecnicamente qualificados não só para conduzir medidas de eficiência administrativa e econômica, mas também para operacionalizar a nova mentalidade racionalista. Dirigentes, técnicos, trabalhadores burocráticos, entre outros, passariam a contribuir nas decisões e nas práticas que iriam transformar o perfil do mercado de trabalho. Para isso um novo corpo institucional e agências de desenvolvimento catalisariam as transformações que depois geraria um efeito em cadeia que se estenderia à sociedade e ao território de uma maneira geral (ABU-EL-HAJ, 2003).

A difusão da modernidade, no sentido weberiano de ênfase na racionalidade, obviamente, não logrou sucesso em termos de redefinição política e social no Nordeste das décadas de 1960 e 1970. Mas essa “solução” racionalista técnica, transformou instituições como o BNB e a SUDENE em centros de irradiação da ideologia moderna para outros setores da sociedade, em especial a partir das relações destes órgãos com outras instituições, como as universidades e as organizações de classe.

Em defesa dessas propostas na década de 1960 estavam Celso Furtado, no comando da SUDENE, e Raul Barbosa, a frente do BNB, defensores de uma ação racionalista na região, mas com objetivos e perspectivas completamente diferentes. Como informa Parente (2000), Furtado queria substituir a conservadora elite nordestina por uma mais moderna, de origem empresarial, mas de base regional. Barbosa assumiu o compromisso de criar um banco forte, com reserva financeira regional que permitisse a acumulação de capital e a formação de quadros técnicos para conduzir o desenvolvimento. A proposta deste último era

³⁶ Uma discussão mais detalhada sobre o GTDN e seu papel para a criação da SUDENE, será feita no capítulo 02.

mais conservadora, pois não sugeria qualquer alteração nas bases das elites regionais já instituídas. Ora, com a instalação da ditadura militar, a proposta de Celso Furtado foi simplesmente abandonada e o projeto de Raul Barbosa foi implementado para direcionar os rumos da modernização conservadora no Nordeste.

No entanto, no Ceará, exatamente o estado onde está instalada a sede do BNB, a resposta dada ao estilo politicamente conservador de modernizar a economia assumiu um sentido particular. O grupo de empresários do CIC, que posteriormente ficou a frente do governo estadual, cumpriu alguns objetivos propostos por Celso Furtado no âmbito da formação de uma elite industrial e moderna, interessada na reestruturação da política, da economia e do território, com base num projeto de acumulação pautado nos ideais da economia de mercado. Além disso, os efeitos da política de racionalização econômica e de modernização das instituições no Ceará foram decisivos para uma transformação na estratificação social, sobretudo em Fortaleza, onde uma nova classe média se expandiu vinculada a valores modernos e com formação profissional superior (ABU-EL-HAJ, 2003).

O papel das classes médias numa política de rompimento com os valores tradicionais já havia sido demonstrado em 1985, quando para a Prefeitura de Fortaleza foi eleita a candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) Maria Luiza Fontenele. Ao demonstrar um desempenho eleitoral surpreendente para a esquerda numa das mais importantes capitais do país, a prefeita buscou o apoio para sua administração nos movimentos populares, mas sem recursos e enfrentando forte crise de governabilidade, não conseguiu administrar as dificuldades que circundaram o seu governo.

Os problemas na administração petista e o acirramento das disputas entre o ideário “novo” de fazer política do CIC e as práticas dos “coronéis” atraiu a atenção de membros da classe média fortalezense para o projeto dos empresários-políticos. Estes agentes foram imprescindíveis no encaminhamento das propostas de transformação que seriam conduzidas nos anos seguintes.

Já na primeira administração de Tasso Jereissati isso ficou patente através do interesse de implementar o ajuste fiscal no governo. O grupo de secretários montado para efetivar as propostas era composto por membros da classe média oriundos de instituições como o BNB e a Petrobras e pelos empresários do CIC. As ideias desse grupo estavam divididas em duas linhas claras: os que defendiam um projeto desenvolvimentista clássico com maior intervenção do Estado e aqueles que pregavam uma reestruturação política e econômica pautada em preceitos de orientação mais liberal³⁷, entre os quais estavam os membros provenientes do BNB (ABU-EL-HAJ, 2003).

³⁷ Mesmo identificado por prerrogativas ligadas as liberdades de mercado, o referido grupo não assumiu uma postura inteiramente relacionada aos valores de um pensamento econômico neoclássico. Na verdade, advogaram muito mais em defesa de uma ampliação dos horizontes dos investimentos privados, contrapondo o

Assumindo importante posição no governo de Tasso Jereissati, os desenvolvimentistas mais clássicos foram excluídos da gestão de Ciro Gomes, que priorizou a participação tecnocrática na construção de uma política econômica que ampliassem os investimentos privados em detrimento de uma maior intervenção estatal para as demandas sociais (ABU-EL-HAJ, 2003). Ao demarcar um governo formado basicamente por um grupo originário da tecnoburocracia do BNB, Ciro Gomes aprofundou o projeto de transformação da política com base no predomínio dos interesses econômicos, um modelo que foi reproduzido por Tasso Jereissati nas duas gestões seguintes.

A ambigüidade ideológica quanto ao papel do Estado na relação com os agentes privados, entretanto, ganharia tons mais acentuados na medida em que novos agentes políticos entraram em cena com as eleições de 2002 e de 2006. Na gestão 2003/2006, o Governo do Estado ficou nas mãos de Lúcio Alcântara, um político de características tradicionais e que traduziu, na escolha de seu secretariado, uma maior aproximação entre um projeto clássico de intervenção desenvolvimentista e a influência política de corte regionalista, com uma abertura muito mais ampla nos quadros do governo para os chamados “políticos profissionais”³⁸.

Entre 2007 e 2010, o Governo Cid Gomes não alterou os rumos de gestão escolhidos por Lúcio Alcântara, muito menos recuperou a base tecnocrática nas secretarias responsáveis pelas decisões econômicas. Por mais que pregasse um projeto de continuidade, pautado na administração de Ciro Gomes, por força das conjunturas e por suas características, nem Cid poderia assumir a mesma postura de seu irmão, nem o contexto político no qual estava inserido permitiu-lhe autonomia para a escolha predominante de nomes com perfis tecnoburocráticos na composição do quadro gestor. O resultado foi a montagem de um secretariado com perfil político, eleito por uma coligação de ampla participação partidária³⁹, no intuito de contemplar as forças que o colocaram no governo.

Mesmo assim a necessidade de relacionar as ações do Estado a uma linha ideológica burguesa/empreendedora foi recorrente em todas as gestões supracitadas. Isso se deu, entre outros motivos, porque os questionamentos acerca de uma composição administrativa racionalista-tecnocrática ou político-clientelista, considerando as devidas mediações que esses dois perfis possam permitir, haviam surgido como um dos debates mais acalorados

tradicional corporativismo patronal predominante no Ceará, cuja maior característica consistia numa ampla troca de favores entre Estado e empreendedores locais e regionais.

³⁸ Compreendemos os “políticos profissionais”, tal qual Bonfim (2002, p. 42), como “os possuidores de cargos eletivos no seu currículo, ou membros da executiva de algum partido político; elites tecnicamente qualificadas que ascenderam pelas fileiras de um partido ou do legislativo; e ocupantes de cargos que oferecem ao governo votos de suas regiões de origem ou obediência de facções políticas vinculadas às suas famílias”.

³⁹ No conjunto da coligação de partidos que apoiaram a candidatura de Cid Gomes para o Governo do Estado em 2006 estava, notadamente, alguns importantes partidos de centro-esquerda no Ceará, a exemplo do Partido Socialista Brasileiro (PSB), do Partido dos Trabalhadores (PT) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), além do apoio silencioso de algumas lideranças do PSDB e do PMDB.

no período em que o novo ideário pregado pelos empresários do CIC começou a ser defendido como proposta política no Ceará. A discussão passava principalmente pelo uso privado que as lideranças políticas governamentais faziam da coisa pública, o que, em última instância, correspondia ao debate sobre o modelo de desenvolvimento escolhido para o estado no contexto de uma reestruturação tributária e fiscal de ajuste público.

De 1987 a 1990, o primeiro governo de Tasso Jereissati praticamente centrou todas as suas atenções na tarefa de “enxugar” a máquina pública e conter os extraordinários gastos com as suas obrigações. Esse esforço resultou numa recuperação das finanças estaduais, com efeitos sobre o débito fiscal, que tornou a administração Tasso numa referência de eficácia não só para o Brasil, mas para outros países do mundo, como demonstra a constante visita de técnicos, administradores e pesquisadores na tentativa de compreender o “ajuste público” realizado⁴⁰.

As mudanças iniciaram-se com a recuperação do setor público que havia acumulado pesado déficit por razões políticas. A generalização do clientelismo no Ceará, um estado onde as elites e as classes médias têm dificuldades de inserção econômica em função das limitações impostas pelo semiárido, sempre foi uma prática freqüente. Acrescenta-se a isso a necessidade de grupos políticos tradicionais procurarem reproduzir o seu poder através da oferta de empregos públicos no período de abertura democrática da década de 1980. O resultado foi a tentativa de cooptar os setores médios da sociedade oferecendo-lhes cargos, prática que ficou mais patente no início dos anos de 1980, em pleno fim da hegemonia militar na política brasileira.

Segundo Abu-El-Haj (2002), o número de funcionários públicos no Brasil apontados pelos dados do PIS/PASEP em 1985 era de 4,6 milhões, entre os quais mais de 1,3 milhões haviam ingressado no serviço público depois de 1982. No Nordeste a quantidade de contratados no período descrito era um pouco menor, mas a proporção era próxima: a região havia aumentado o seu número de funcionários públicos em 28,4% e o país em 29,5%, num intervalo de três anos. No entanto, para o Ceará, o aumento era exorbitante, pois dos 183.632 funcionários públicos existente em dezembro de 1985, 80.856 ingressaram em 1983, no governo de Gonzaga Mota. Isso corresponde a um total de 44% de ampliação em apenas três anos. Somente de agosto a dezembro de 1985, foi possível observar que 40.316 servidores foram contratados, isto é, 22% do total.

Ao assumir o governo e deparar-se com essa situação, Tasso Jereissati implementou medidas imediatas para conter o déficit público. Na tentativa de diminuir a influência política

⁴⁰ “[...] quando acabou meu primeiro governo, a visão do Ceará era uma coisa de quase uma revolução. Gente vindo aqui estudar o estado, os jornais do Sul fazendo reportagens e mais reportagens. O que tinha acontecido, qual era o milagre?” (Entrevista de Tasso Jereissati concedida ao jornal O POVO, em 15 de dezembro de 2008).

sobre o desempenho administrativo o novo governador instituiu três medidas em caráter urgente (ABU-EL-HAJ, 2002):

- 1) Nomeações preferencialmente técnicas, valorizando o desempenho administrativo em detrimento do clientelismo predominante nas ações dos tradicionais políticos;
- 2) Disciplinamento diário e cotidiano na administração pública, no intuito de pregar a eficácia como instrumento de controle dos servidores e das funções estabelecidas;
- 3) Recuperação dos recursos e das finanças do estado, a partir de um plano de contenção de gastos e obtenção de recursos.

O governo de Tasso procurou desconsiderar as indicações dos políticos tradicionais e uma estratégia foi montada no intuito de diminuir a influência de prefeitos, deputados, senadores ou outras lideranças que continuavam mandando ao governador a relação de seus apadrinhados. Como informa Abu-El-Haj,

O rompimento com esse padrão foi visto como uma negação a convenções políticas estabelecidas há muitas gerações. A insistência da bancada governista levou o governo a mudar a sede de sua administração do Palácio da Abolição para o Centro Administrativo Virgílio Távora, conhecido por Cambeba, dificultando ainda mais o acesso dos antigos aliados à tomada de decisões. Na Secretaria do Governo, os aliados esperavam horas nos corredores para indicar seus afilhados aos cargos de confiança (ABU-EL-HAJ, 2002, p. 92/93).

O estilo centralizador e hostil proposto por Tasso atingiu até mesmo o corpo técnico envolvido nas reformas e muitas secretarias não puderam realizar a contento os seus programas em função das medidas de austeridade administrativa. Além disso, o corte de gastos se deu também em declínio dos salários reais médios do funcionalismo público, o que ocasionou uma relação de tensão entre associações de servidores públicos (principalmente aquelas que reuniam profissionais ligados as áreas de educação e saúde) e o governo, que reagiu estabelecendo um padrão autoritário de relacionamento com os que reivindicavam melhores salários e condições de trabalho.

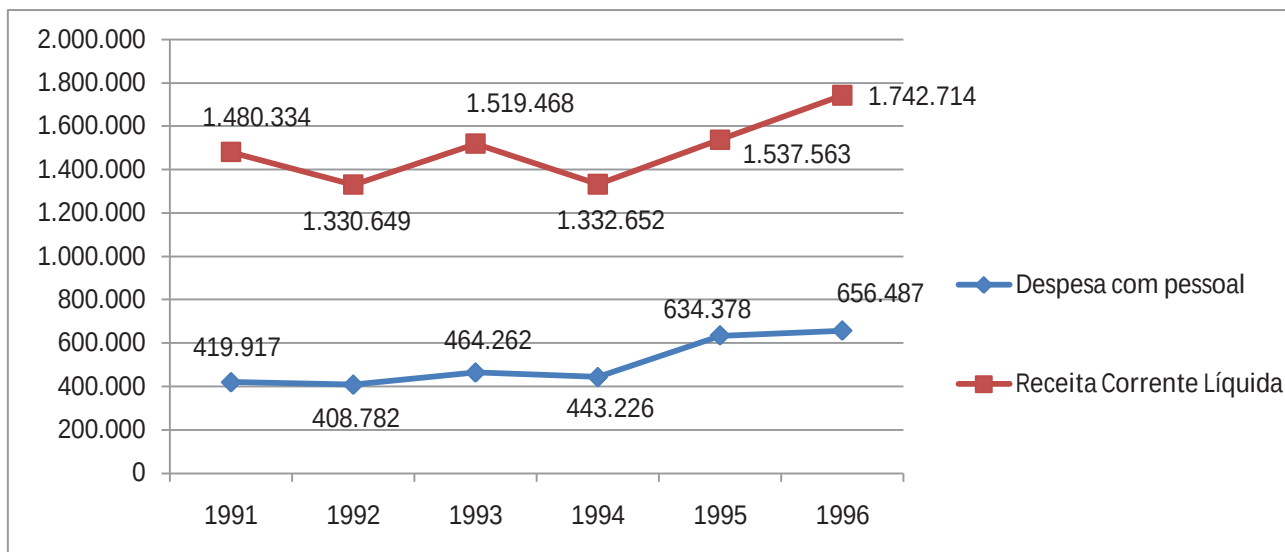
Realizou-se, desse modo, a construção social da imagem de um governo eficaz e auto-sustentável, em que a filosofia da administração como reflexo da gestão empresarial privada resultaria numa premissa central para o projeto de modernidade que deveria ser tomado como referência para o Ceará e para o Brasil.

No âmbito da gestão dos recursos, as ações haviam alcançado resultados satisfatórios, considerando os objetivos inicialmente desenhados de ajuste público e fiscal. Os cortes nos gastos públicos e a maior arrecadação de impostos

revelou um desempenho financeiro do governo acima de todas as expectativas. Em 1987, o estado encontrava-se numa situação fiscal desequilibrada. O déficit orçamentário absorvia 44,3% das receitas correntes líquidas, equivalentes a US\$ 303,1 milhões. A estimativa de gastos com pessoal chegava a 87,1% das RCL (Receitas Correntes Líquidas) e a 140,18% da arrecadação do ICMS do estado. A partir de 1989, o ajuste do setor público produziu os primeiros frutos. Em 1991, os gastos com pessoal diminuíram para 65,73% e, em seguida, para 45,29% da RCL, permitindo uma expansão significativa da poupança bruta de investimentos. Por exemplo, em 1985, a poupança de investimentos acusou um saldo negativo de US\$ 1,87 milhões, tendo, em 1991, evoluído drasticamente para um superávit positivo de US\$ 41,6 milhões. Este salto se intensificou especificamente entre 1989 e 1991, quando houve duplicação dos investimentos, de US\$ 18,20 milhões para US\$ 41,66 milhões (BOTELHO, apud ABU-EL-HAJ, 2002, p. 96).

A continuidade das políticas de ajuste fiscal nas décadas seguintes garantiu o controle sobre as contas públicas, fortalecendo a imagem de administração eficaz de um projeto de governo que deveria ser seguido a partir do modelo inicial introduzido por Tasso Jereissati.

Com Ciro Gomes, por exemplo, 71% das secretarias foram conduzidas exclusivamente por técnicos (a maioria proveniente do BNB) e o esforço de ajuste fiscal, com a implantação de modificações na sistemática de arrecadações dos impostos estaduais e no controle da execução orçamentária, ganhou reforço (BONFIM, 2002). Entre 1991 e 1996, período que inclui a administração de Ciro e o segundo governo de Tasso, os gastos com pessoal em relação à RCL oscilaram entre 28,3 e 37,6%, sendo que nos dois casos, as duas variáveis sofreram acréscimo, como mostra o gráfico 04. Apesar de algumas reduções ao longo do período analisado, o gráfico mostra que a RCL sempre cresceu, alcançando a maior arrecadação em 1996. A despeito disso, os custos com pessoal também assumiram um ritmo de crescimento considerável e a relação entre receita/despesa chegou mesmo a se tornar mais deficitária na medida em que se encerrava o governo Ciro. Ocorre que, mesmo ao considerar esse fenômeno, o total relativo das despesas com pessoal no período em foco sempre correspondeu a índices inferiores aos que eram registrados nas décadas de 1980 e 1970 e isso legitimou tal governo como continuador da política de ajuste fiscal introduzida na gestão anterior.



Fonte: Secretaria da Fazenda do Ceará - SEFAZ – Balanço Geral do Estado.

Gráfico 04- Despesas (mil R\$) com pessoal e Receita Corrente Líquida (RCL) do estado do Ceará (1991/1996)

No retorno de Tasso Jereissati ao governo, em dois mandatos que se estenderam de 1995 a 2002, foi chegada a hora de mostrar que o amadurecimento das propostas de controle fiscal e orçamentário tinha dado algum resultado objetivo para a realização de investimentos mais expressivos. Alguns desdobramentos da própria política econômica seguida pelo estado até 2002 demonstraram que certas metas foram atingidas, como a prioridade definida pela gestão Tasso (e mais tarde também pelas gestões seguintes) de executar “projetos estruturantes” de tecnificação do território, com destaque para a realização de uma série de programas de investimento em obras e em infraestrutura. Esses encaminhamentos foram anunciados como dados contundentes de que o projeto introduzido pelos empresários-políticos do CIC havia dado um passo à frente, incorporando a ideia de planejamento estratégico de longo prazo⁴¹.

No que tange ao estilo administrativo, o Governador seguiu a ênfase na gestão econômica privada como premissa para gerir a coisa pública, cuja marca mais representativa continuava sendo a predominância de tecnocratas na composição dos quadros do governo (cerca de 70% do total de secretários). Entretanto, no fim da segunda gestão de Tasso, o projeto de modernização pautado na estreita relação com agentes financeiros internacionais teve que lidar com um desafio: depois de uma fase de boas

⁴¹ Apesar da ampla divulgação sobre o soerguimento dos objetos técnicos de reestruturação do território, a maior parte dos grandes fixos sequer foi concluída nas gestões de Tasso e alguns deles ainda esperam a liberação de recursos federais ou o financiamento de grupos privados para serem efetivados, a exemplo do Canal da Integração, que objetiva drenar água do Açude Castanhão, no interior do estado, até a RMF; e das obras de uma refinaria e de uma siderúrgica, as duas a serem construídas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

relações com financiadores externos, aos quais o Governo do Ceará havia contraído diversos empréstimos desde o final dos anos de 1980, era preciso atender metas previamente estabelecidas que exigia o cumprimento da agenda de pagamentos das parcelas e a efetivação das contrapartidas financeiras.

Tal desafio foi deixado para ser cumprido no governo seguinte e somado aos desacordos originados pela expansão do grupo político “mudancista”⁴², foi responsável pelo afloramento de contradições tornadas indissolúveis dentro do PSDB. O resultado foi a eclosão de disputas internas sobre qual seria o nome apropriado para assumir as heranças das administrações de Tasso e Ciro. Lúcio Alcântara foi o escolhido e logo redefiniu algumas estratégias no que diz respeito à ênfase na infalibilidade tecnocrática da gestão econômica. O novo governador tinha outro perfil e em contraponto ao estilo “anti-político” de Tasso Jereissati, muito criticado por dificultar o estabelecimento do diálogo entre lideranças locais, promoveu uma aproximação com prefeitos do interior e outros líderes, que se traduziu na própria composição de um secretariado muito mais sensível aos interesses políticos. Estas modificações culminaram numa relação conflituosa entre o atual gestor e seu antecessor, cujos contornos se aguçariam até o rompimento definitivo, ocorrido nas eleições de 2006. Mesmo assim, as alterações no projeto político-econômico inicial não foram significativas no governo de Lúcio. No âmbito das prioridades econômicas, por exemplo, tanto os modelos de alavancagem de recursos e atração de indústrias, como a prioridade dada aos projetos estruturantes de tecnificação do território foram mantidos.

O governador Lúcio se envolveu também em dois episódios administrativos adversos, que fragilizou a “boa saúde fiscal do estado”, até então considerada a maior conquista da reconfiguração política introduzida na década de 1980. No começo da gestão, em 2003, o Governador conseguiu aprovar na Assembleia Legislativa o Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECOP), aumentando em dois pontos percentuais o Imposto sobre as Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre o consumo de energia elétrica, de combustíveis e de telefonia, com a justificativa de que os recursos do estado não eram suficientes para atender os compromissos de empréstimos internacionais e, ao mesmo tempo, realizar os investimentos sociais. Apesar de muitos debates na imprensa e mesmo na Assembleia Legislativa, onde os deputados de oposição exigiam esclarecimentos sobre a situação fiscal do estado⁴³, não só o imposto se afirmou e se mantém até hoje como as obrigações financeiras do período puderam ser cumpridas.

⁴² Usamos o termo em referência ao *slogan* “Governos das Mudanças”, divulgado reiteradamente para simbolizar as ações e as intenções dos envolvidos nas gestões ditas modernizantes.

⁴³ Essa atitude resultou em críticas até mesmo de pesquisadores simpáticos ao projeto do PSDB no estado, a exemplo da opinião do sociólogo André Haguette, também colunista da imprensa escrita local, que na ocasião declarou: “antes de pensar em aumentar a carga fiscal, o governo do PSDB tem obrigação de explicar a situação orçamentária do estado. Durante anos a fio foi dito aos cearenses que o grande feito do governo Tasso foi de ter equilibrado as finanças públicas. Aí toma posse o governador Lúcio Alcântara que decreta a quase falência do

O outro episódio está associado ao atraso no pagamento dos funcionários públicos do Governo do Estado em janeiro de 2007, isto é, quando o governador Cid Gomes já havia tomado posse para uma nova gestão. Sob a alegação do secretário da Fazenda de Cid, Mauro Benevides Filho, que também havia participado da equipe econômica de Lúcio, não havia dinheiro para liquidar toda a folha de dezembro do funcionalismo. Mauro Filho criticou o governo do qual fez parte até fevereiro de 2006 pela gestão financeira dos últimos meses daquele mesmo ano: “O governo executou mais do que tinha capacidade, pois a média de gastos por mês em 2006 vinha sendo de R\$ 550 milhões e, em dezembro chegou a R\$ 1,59 bilhão” (DIÁRIO DO NORDESTE, 05 de janeiro de 2007)⁴⁴. O episódio levou dois secretários do governo Lúcio, José Maria Mendes (secretário da Fazenda) e o próprio Mauro Filho (ex-secretário de Administração e o novo secretário da Fazenda) a travarem um embate indireto, por via da imprensa, sobre como deveria ser gasto os recursos do estado e qual era o montante disponível para realizar o pagamento da folha salarial.

Todas essas desavenças (entre Tasso Jereissati e Lúcio Alcântara e entre Lúcio Alcântara e Cid Gomes) e as repercussões por elas causadas resultaram muito mais de conflitos pessoais do que de uma disputa por razões ideológicas dentro de um novo projeto de governo. As discordâncias não estabeleciam nítidas fronteiras simbólicas que anunciassem um novo programa político-econômico para o Ceará, o que nos faz crer que as rupturas dentro do grupo político majoritário que defendia a modernização burguesa se davam unicamente por demandas particulares dos arranjos e alianças eleitorais. Mesmo ao considerar as características específicas de cada governante e, conseqüentemente, reconhecer as prioridades de gestão demarcadas em função de cada perfil administrativo, não havia intencionalidade de alterar a proposta iniciada no primeiro “governo das mudanças”. O próprio Tasso Jereissati, em entrevista concedida ao jornal O Povo, em 2008, confirmava essa realidade.

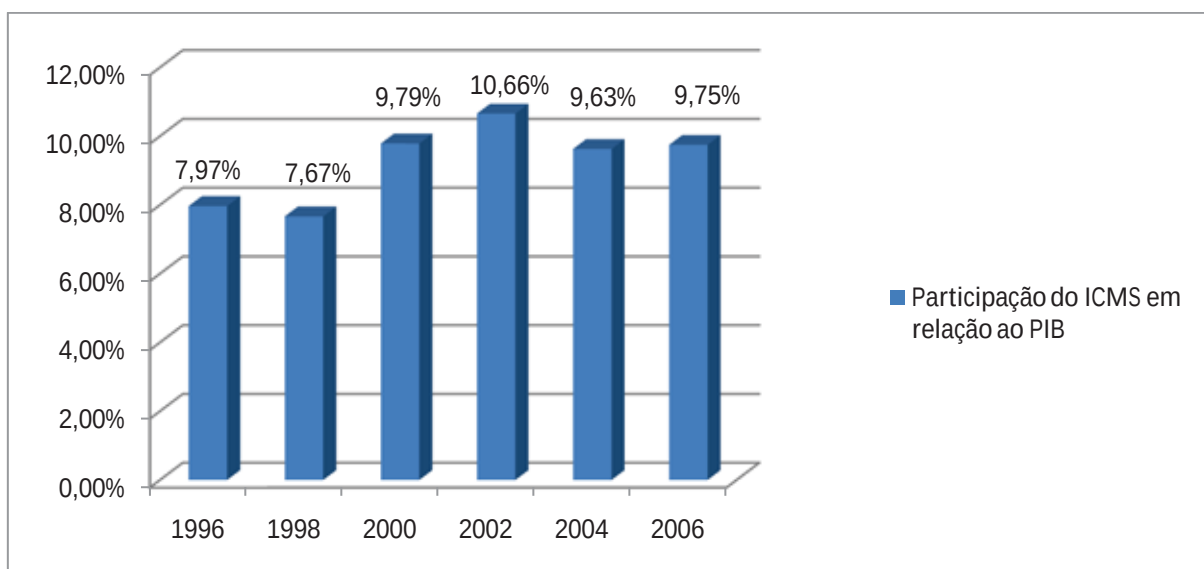
Na verdade, todos os novos nomes e lideranças que estão aí nasceram no PSDB, nasceram nos nossos governos. O problema é que, na hora de se colocar candidatura majoritária, só cabe um. Como essas lideranças cresceram muito, começa a haver uma disputa. E, como não cabe todo mundo, acabam partindo para outros partidos (“Entrevista a Tasso Jereissati”, concedida ao jornal O POVO, 15 de dezembro de 2008).

Isso explica porque, apesar das discussões sobre a questão orçamentária e os problemas com as prioridades no ajuste fiscal, o governo Lúcio Alcântara acabou mantendo

estado. O que houve? Onde está o equilíbrio das contas?” (in: “Governados maltratados”. Jornal O POVO, 23 de novembro de 2003).

⁴⁴ Ver reportagem no Diário do Nordeste de 05 de janeiro de 2007, intitulada “Governo executou além da capacidade”.

a arrecadação tributária nos padrões dos governos de Tasso Jereissati, como mostra o gráfico 05⁴⁵. Ao apresentar a evolução da relação do ICMS sobre o PIB do estado, o gráfico demonstra que a arrecadação do ICMS gradualmente cresceu desde o fim da década de 1990 e atingiu um patamar sempre equilibrado até 2006. Apesar de a participação ter sido maior no governo Tasso, em 2002 (10,66%), a arrecadação nos anos seguintes se manteve estável (9,63 e 9,75%), confirmando a permanência dos resultados positivos na tributação de ICMS sobre o PIB.



Fonte: SEFAZ e IPECE.

Gráfico 05- % de participação do Imposto sobre as Operações de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS em relação ao PIB do Ceará (1996/2006)

Outras instabilidades viriam a tona com o primeiro governo de Cid Gomes, de 2007 a 2010, quando reconfigurações político-partidárias e estratégias discursivas eleitorais anunciaram “rupturas” no projeto gestado nos anos de 1980. Vitorioso pelo PSB, o governador havia quebrado a hegemonia do PSDB no estado e prometia mudanças relevantes nas prioridades do governo, advogando em favor de um novo ciclo econômico e político. A campanha eleitoral havia deixado claro, entretanto, que a contraposição entre o velho e o novo era aparente e, afora a introdução de diferentes propostas de organização burocrática da máquina pública, o distanciamento entre os agentes políticos passava mais pela publicidade eleitoral do que pela reestruturação dos grandes programas sociais e econômicos.

⁴⁵ Seleccionamos as duas variáveis do gráfico 05 porque representam bem o aumento da riqueza econômica estadual e um de seus mais importantes mecanismos fiscais. Mas é preciso considerar que nem toda operação que faz crescer o PIB é tributável pelo ICMS. Porém se a economia cresce, espera-se que também cresça a arrecadação dos tributos, dentre os quais o ICMS.

Mas, por ser irmão de Ciro Gomes, poder-se-ia imaginar de Cid no governo a formação de um secretariado com prioridades tecnocráticas, sobretudo nas áreas econômicas e orçamentárias. No entanto, o novo governador tem outro perfil e, além disso, rapidamente sucumbiu aos acordos firmados durante as eleições de 2006. Assim, o quadro administrativo não escondeu a preferência política, principalmente em função da ampla coligação partidária montada na campanha. Além de pessoas próximas à família Ferreira Gomes, muitas vindas da administração municipal de Sobral, foram chamados representantes do PSB, do PT, do PMDB, do PCdoB e até do PSDB, confirmando o apoio tácito dado por Tasso Jereissati nas eleições. Para cuidar dos assuntos econômicos e de investimentos, foi criado um Conselho Estadual do Desenvolvimento Econômico – CEDE, cuja presidência ficou nas mãos de Ivan Bezerra, irmão do ex-governador Adauto Bezerra, um dos “coronéis” dos tempos da tradicional política cearense. Para as finanças, ficou o professor da Universidade Federal do Ceará (UFC) Mauro Benevides Filho, filho de um tradicional político cearense, Mauro Benevides, e que já havia trabalhado tanto com Tasso Jereissati como com Lucio Alcântara, principalmente a frente de pastas orçamentárias.

A configuração do governo de Cid Gomes mostrou como foi possível recuperar a influência de algumas lideranças políticas tradicionais, ao mesmo tempo em que se valorizava o projeto econômico gestado no seio do grupo formado pelos empresários-políticos do CIC. O governador assumiu um perfil centralizador e comandou os encaminhamentos das secretarias através de um programa conhecido como Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários (MAPP), em que cada secretário realizava o planejamento das suas ações, mas era fiscalizado por um acompanhamento freqüente, coordenado pelo próprio chefe do executivo.

É nítido, nesse sentido, que no governo Cid, mudança e continuidade ganharam um sentido ambíguo. De um lado, o rompimento com o estilo da gestão tecnocrática e impessoal revelou certo distanciamento das primeiras estratégias dos “governos das mudanças”; de outro, a manutenção do projeto econômico burguês pautado na racionalização empresarial, sugeriu a continuidade do modelo de modernização conservadora enraizada no território. Conseqüentemente, os investimentos centraram-se mais uma vez no soerguimento de objetos técnicos e na atração de capital externo, sobretudo a partir do estabelecimento de fortes laços com os agentes exógenos da mundialização, embora o governador incluísse nesses projetos a construção de obras suntuosas e de finalidades controversas, como um aquário de grande porte para atração turística, localizado em Fortaleza e um centro de feiras e eventos a ser construído na capital para a realização de grandes encontros empresariais e políticos.

Fenômenos diferenciados, demarcados por uma mudança de rumo na política macroeconômica do Governo Federal nos últimos anos, parecem apontar para uma nova

fase na evolução econômica do Brasil, o que, conseqüentemente, atinge o Nordeste e o Ceará. Essa nova fase, que por estar em gestação não pode ser analisada a contento neste trabalho, parece estabelecer uma participação intensa da União em investimentos de cunho desenvolvimentista, ao mesmo tempo em que garante o cumprimento por parte do governo de antigos acordos com capitais produtivos e financeiros. Isso talvez requalifique muitos programas do governo de Cid Gomes ou até facilite o encaminhamento de determinadas metas não cumpridas até o momento pelo projeto “mudancista”. Talvez demarque também uma nova fase na evolução econômica do próprio Ceará, acrescentando elementos novos aos já projetados pelo planejamento introduzido nos anos de 1980. Mas, de uma maneira geral, os rumos são incertos. O que é possível afirmar, certamente, é a boa articulação entre o governador e as lideranças políticas nacionais, o que vem influenciando o Governo Federal a patrocinar diretamente a execução de obras estruturantes que caminham na direção do projeto econômico desenhado pelos governos anteriores⁴⁶.

Mas voltemos à programática específica do governo de Cid Gomes até 2010. Do ponto de vista dos avanços na arrecadação fiscal, variável que acabou simbolizando a eficácia de gestão do projeto político e econômico dos empresários políticos, sua administração também anunciou algumas conquistas, especialmente quanto às fontes das receitas recolhidas e ao aumento das arrecadações tributárias. Por várias vezes os secretários da Fazenda e de Planejamento e Gestão declararam aos jornais locais⁴⁷ que a arrecadação cearense passou a ter como pilar da receita um recolhimento de impostos do próprio estado, diminuindo a dependência dos repasses federais. Em 2008, por exemplo, a receita própria cearense havia fechado em R\$ 4,7 bilhões, enquanto as transferências federais chegaram a R\$ 3,1 bilhões. Em 2009, a partir destes valores, houve um aumento da arrecadação do estado em 9,5%, enquanto as transferências da União, em função dos efeitos da crise financeira internacional, alcançaram índice negativo, totalizando repasse de -4,9%. Em termos percentuais a nova repartição das arrecadações confirmava o salto dado em favor do estado: em 2008, 58,1% da receita do Governo do Ceará era própria e 41,9% provenientes de transferências da União; no ano seguinte, em 2009, o percentual da receita própria havia subido para 61,58%, com as transferências federais diminuindo para uma taxa de 38,42%⁴⁸.

No que diz respeito ao aumento das arrecadações, a tabela 03 mostra a expansão do que foi recolhido com a Receita Corrente Líquida (RCL) entre os anos de 2005 e 2009, principalmente ao demonstrar um avanço que superou os 55% em todo o período. O

⁴⁶ Um debate mais detalhado sobre a influência da nova política do Governo Federal para projetos de intervenção territorial no Nordeste e no Ceará será feito nos próximos capítulos.

⁴⁷ Ver reportagens nos jornais O Povo (“Ceará passa ao largo da crise e arrecadação cresce”, de 29 de agosto de 2009 e “Governo tem a maior arrecadação da história”, de 13 de janeiro de 2010) e Diário do Nordeste (“Estado acumula R\$ 2,3 bilhões em arrecadação”, de 02 de julho de 2010).

⁴⁸ Disponível em Secretária da Fazenda do Estado do Ceará - SEFAZ: <http://www.sefaz.ce.gov.br>. Acesso em 04 de abril de 2010.

aumento é cada vez mais significativo na medida em que levamos em consideração os últimos anos da tabela, mas se pudermos fazer a relação entre os dados atuais e aqueles disponíveis para a década de 1990, demonstrados pelo gráfico 05, quando a RCL não ultrapassava os R\$ 2 bilhões anuais em arrecadação, é possível constatar a dimensão dos acréscimos sentidos pelas receitas nestas últimas décadas.

Tabela 03- Evolução das dívidas internas e externas e Receita Corrente Líquida – RCL (mil R\$) do estado do Ceará (2005/2009)

Anos	Dívida interna do Ceará	Dívida externa do Ceará	Receita Corrente Líquida
2005	2.599.074	1.431.658	5.304.380
2006	2.440.739	1.465.191	6.032.606
2007	2.321.964	1.198.368	6.560.099
2008	2.346.464	1.463.148	7.886.593
2009*	2.275.568	1.155.617	8.373.464

Fonte: Secretaria da Fazenda do Ceará - SEFAZ – Balanço Geral do Estado.

*Dados provisórios.

Outro fenômeno importante revelado pela tabela 03, demonstra que o governo de Cid Gomes atingiu uma importante meta econômica de alavancagem de recursos e contenção de gastos. Depois da polêmica em torno do pagamento das dívidas contraídas nas primeiras gestões “mudancistas”, quando Lúcio Alcântara acusou o estado de ter se endividado demais; o Governo do Ceará, a partir de 2005, começou a reduzir o montante da dívida pública interna e externa, retraindo ligeiramente os débitos até o ano de 2009. Do ponto de vista quantitativo, o efeito não é tão significativo, mas, simbolicamente, implica numa tendência de diminuição dos débitos para com os agentes financiadores privados e públicos, fenômeno que na construção da imagem social da eficácia administrativa representa rigor fiscal e maior capacidade de alavancagem de novos recursos. Um olhar mais atencioso para os números da tabela 03 vai mostrar também que o saldo resultante do cruzamento entre as dívidas públicas internas e externas e a Receita Corrente Líquida acumulada a cada ano sofre uma ampliação. Em 2005, as diferenças entre despesas e receitas eram de 1.273.648, enquanto em 2009, mesmo com dados preliminares da Secretaria da Fazenda (SEFAZ), o saldo positivo atinge R\$ 4.942.279, isto é, uma ampliação superavitária em torno de 290% em quatro anos.

Não há dúvida, desse modo, que a convergência político-econômica dos sucessivos governos estaduais nas últimas décadas, ao garantir a continuidade dos ajustes iniciados com o governo de Tasso Jereissati, contribuiu para o êxito das mudanças institucionais na

administração pública estadual. Apesar das trajetórias diferenciadas, traduzidas pelo jeito particular de fazer política de cada um dos representantes chefes do executivo estadual, o modelo de expansão econômica interessado em modernizar o território pela via da racionalidade técnica em sintonia com a mundialização da produção e do consumo foi relativamente efetivado.

Um dos resultados deste projeto de modernização territorial articulado com os agentes exógenos da mundialização estreitou a relação dos governos estaduais cearenses com os organismos internacionais, em especial o Banco Mundial (BIRD) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). Incentivadores de políticas de ajuste fiscal semelhantes aos desenvolvidos pelo Ceará, esses órgãos passaram a realizar empréstimos significativos ao estado na década de 1980, estimulando também outras unidades de federação nordestinas e brasileiras a cumprirem uma meta de ajuste público nos moldes cearenses.

Essa relação estreita com organismos internacionais fazia parte dos planos dos empresários do CIC desde a introdução do planejamento econômico “mudancista”, antes mesmo da abertura comercial e financeira realizada pelo Brasil na década de 1990. Sabedores das dificuldades na geração de riquezas a partir da mobilização somente de agentes endógenos, as parcerias com os agentes exógenos estavam demarcadas nos projetos iniciais e foram gradativamente ganhando força na medida em que o cumprimento político-econômico dos objetivos era realizado.

Essa parceria interessada na “alavancagem” de recursos expõe uma última faceta do projeto político e econômico dos governos cearenses, transformado em instrumento midiático de grande aceitação na opinião pública nacional e internacional. Essa prática renovada de articular *marketing* e política, segundo Gunn (1999), é introduzida depois do “surto de consumo” gerado pelo “milagre brasileiro”, que viabilizou a “indústria da propaganda” pelo território nacional.

Não é surpreendente que esse modelo tenha assumido um papel pioneiro e tão eficaz no movimento da nova elite política e empresarial cearense durante a transição democrática brasileira. Todos os elementos de divulgação midiática estavam presentes, a se saber: a defesa intransigente da abertura política e de mercado, a concepção de modernidade insistentemente apresentada como racionalidade instrumental, a estética urbana da racionalização empresarial encarnada na figura de jovens empresários bem sucedidos e, como lembra Gunn (1999, p. 155) até mesmo um “mito fundador”, representado pela “tomada de poder do CIC, gerando, inclusive, um entendimento da mudança como uma questão geracional na renovação das elites”.

O fato é que a campanha vitoriosa de Tasso Jereissati em 1986 incorporou inúmeras estratégias de valorização da imagem e do discurso, como demonstra Carvalho (1999). Na ocasião, a insistência na construção de imagens que diferenciasses o novo postulante ao

cargo de governador dos velhos representantes da política conservadora, conduziu a divisão das elites em modernas e atrasadas, “preparando o campo da recepção para partilhar as batalhas travadas entre as forças do bem e do mal, investidas na grandeza midiática” (CARVALHO, 1999, p. 180).

A tentativa de afirmar no imaginário popular a troca de comando no estado como um caminho para alcançar a modernidade assumiu uma proporção muito mais abrangente, justificada pela metodologia empregada pelos membros do CIC ao assumirem o governo. Da mesma forma como racionalizavam as propostas e as práticas de gestão, os empresários-políticos desenvolveram a construção imagética do seu papel na política cearense e brasileira com base na produção de uma ideologia racionalmente mensurada, manipulada e transmitida publicamente.

A ideologia da racionalidade racionalizou a própria imagem através do uso da tecnologia como um aparato para a transmissão de intencionalidades, transformando a política também numa arte publicitária. Se isso já era patente nos discursos de Tasso Jereissati, mesmo acusado de não ter o carisma apropriado para desempenhar tal função, a entrada de Ciro Gomes no projeto do CIC culminou com a massificação da “ideologia das mudanças”, amplamente reconhecida e divulgada como recurso político. Ciro apresenta uma grande capacidade de comunicar o discurso e lida com a mídia de maneira estratégica, impondo-se como um porta-voz do pensamento dos empresários-políticos com requisitos ideológicos afinados (DIÓGENES, 2002).

Entre os mais recentes governadores cearenses a estratégia se repetiu: Lúcio Alcântara é um “político de raízes”, um homem de diálogo que “sabe ouvir as pessoas”, herdeiro de uma “linhagem tradicional”, cuja marca mais representativa é a capacidade de realizar uma discussão aberta tanto com líderes políticos, como com empresários e tecnocratas, uma virtude fundamental para que se desse a continuidade do projeto modernizante de reestruturação do território (CARVALHO, 2008). Já Cid Gomes não é simplesmente o irmão de Ciro Gomes, mas um símbolo de “juventude” e “ousadia”, um personagem que consegue reunir a experiência de uma família com tradição na política e o imaginário da modernidade do “político tecnicamente qualificado” que reúne, a um só tempo, a “audácia” e a “serenidade” de um líder da nova geração⁴⁹.

Esses métodos promocionais foram fundamentais para construir a imagem do “Ceará novo” e transformar o discurso num instrumento de “alavancagem” de recursos, sem os quais as transformações mais recentes no estado não teriam se efetivado. Em contraponto à simbologia do atraso, representado pelo território castigado pela seca e marcado por relações sociais e políticas conservadoras, divulga-se a imagem do progresso, o novo como

⁴⁹ Ver reportagem do jornal O Povo de 13 de março de 2010, intitulada “O estilo Cid Gomes”.

representação da racionalidade ligada aos preceitos da economia de mercado. Mudam-se assim as imagens utilizadas para angariar fundos, que no passado estavam associadas ao clamor dos flagelados, à inclemência da seca e a condição desmoralizante de exposição da miséria crônica.

Por trás da força ideológica da divulgação midiática estão as reformas de Estado, a composição racionalista dos quadros do governo e o ajuste público, exemplo da programática governamental a ser seguido por toda economia emergente interessada na estabilidade financeira e na captação de investimentos externos. O estilo é inconfundível e se articula ao movimento de abertura dos mercados em tempos de mundialização da economia e desregulamentação estatal.

A atração desses recursos se confirmou através de financiamentos públicos federais, empréstimos de organismos internacionais e investimentos privados brasileiros e estrangeiros, numa articulação interescolar e multidimensional que legitimou o território cearense como um recorte facilmente identificável para além dos seus limites administrativos. Toda uma imagem do poder político e econômico foi divulgada e isso reafirmou o território a partir de estratégias midiáticas utilizadas exaustivamente pelos governos na tentativa de transmitir o seu ideal de progresso.

Um exemplo disso pode ser lido no seguinte comentário publicado pela revista Exame:

A sintonia governo-empresariado no Ceará é quase perfeita. As sugestões do setor produtivo chegam através de conselhos setoriais integrados por empreendedores e são avaliadas por empresários com poder de decisão. (...) em outro contexto, bastaria esse detalhe para abalar a credibilidade de um governante, sob a acusação de privilegiar grupos na gestão do patrimônio público. Ocorre que a estratégia tem gerado riqueza e empregos e, como em qualquer parte do mundo, esses dois fatores acabam rendendo dividendos políticos (in: "Essa briga não é de puxar a peixeira". EXAME, nº 263, de 23 de setembro de 1998).

Em âmbito local a estratégia também é difundida com frequência, geralmente enaltecendo o poder das forças modernizadoras da economia e do território, como demonstra essa reportagem do jornal Diário do Nordeste:

O Governo do Estado pretende investir, até o fim deste ano, um volume recorde, que deve ficar entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4 bilhões, informou ontem o governador Cid Gomes. Este montante representará um grande salto, um aumento de até 110%, na comparação ao valor investido em obras e ações no ano passado, quando R\$ 1,9 bilhão foram alocados. Ao todo, existem quatro mil obras estaduais em curso, além de outras 1.500 ações. "Investimento é uma rubrica que tem que ser obra ou aquisição de patrimônio, equipamentos e bens materiais. Nós estamos aqui, com todas as secretarias, monitorando isso", informou ontem Cid Gomes antes de iniciar a reunião para avaliação do MAPP (Monitoramento de Ações e Programas Prioritário). Para garantir estes investimentos, o secretário da Fazenda, João Marcos Maia, afirma que o estado possui recursos em caixa

e possibilidade de contratar mais operações de crédito. "O Governo do Estado tem quebrado recordes. O Ceará está investindo em média 25% da sua Receita Corrente Líquida (RCL), e sem gerar desequilíbrio fiscal. Isso é que é importante salientar. Esse volume de investimento não coloca em risco o equilíbrio fiscal do estado, que tem cumprido rigorosamente os compromissos com o governo federal com o PAF, que é o Programa de Ajuste Fiscal. Dessa maneira, superávit primário, capacidade de endividamento, capacidade de pagamento, os índices estabelecidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) quanto a pagamento de servidores, as vinculações de receita com educação, com saúde, ou seja, todos os indicadores fiscais assumidos pelo Governo do Estado do PAF estão absolutamente cumpridos", esclarece. O secretário afirma que o estado adquiriu um patamar de eficiência na sua arrecadação que tem dado sustentação ao alto volume de investimento. "E isso que realmente vai propiciar ao governo estadual um maior crescimento econômico, o que já vem acontecendo acima da média nacional. Nós acreditamos que o Ceará dará continuidade nos próximos anos a essa tendência que tem sido absolutamente natural. Com certeza esses recursos estão garantido já, e nós vamos estar executando o nosso orçamento sem o menor receio de que isso desequilibre o Tesouro e o caixa do Tesouro". (in: "Governo vai investir até 110% mais em 2010". DIÁRIO DO NORDESTE, 16 de junho de 2010).

A divulgação da imagética modernizante tem alcance interestelar, senão vejamos as palavras de um dos maiores investidores privados do Ceará, proveniente de São Paulo, o então executivo principal do grupo Vicunha Têxtil Jacques Rabinovitch: "O Ceará é o único estado do país onde estamos realizando empreendimentos porque há sete anos é um centro de seriedade que serve de exemplo para o resto do país" (GUNN, 1999, p. 160).

Do mesmo modo, ao vir ao Ceará para uma reunião de negócios em 2010, o vice-presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Daniel Zelicov, informou que os programas de maiores investimentos do BID no Brasil, no que concerne aos estados da federação, estão no Ceará. Em sua opinião, "isso se deve ao compromisso do governo, principalmente nos últimos anos, e à capacidade de execução dos projetos no estado"⁵⁰.

A construção da imagem como produto de uma política econômica, legitima o projeto de modernização cearense. O território do estado sente os efeitos dessa reestruturação, principalmente ao materializar intervenções públicas e erguer objetos técnicos voltados ao atendimento das intencionalidades de um novo padrão de acumulação privada, agora marcado pela maior abrangência escalar que articula.

Tudo isso nos remete a um questionamento levantado por Milton Santos (2000): ao analisar as transformações mais recentes dos territórios no contexto do processo de mundialização, o autor se pergunta sobre as contradições sociais e culturais locais frente ao mercado capitalista arrasador que promete integrar e articular o global, o nacional e o

⁵⁰ Ver reportagem do jornal Diário do Nordeste de 18 de maio de 2010, intitulada "BID prevê investimentos de US\$ 1,3 bilhão no estado".

regional como um movimento único do mundo. Não seria uma representação simbólica? Por trás da ideia de modernização e inserção nos ritmos mundializantes não estaria à intencionalidade de somente alguns agentes em detrimento dos interesses gerais da sociedade? Não estaríamos, de fato, diante da presença de uma ideologização maciça, segundo a qual os rumos do Ceará no contexto de realização do mundo somente seria possível através do exercício de fabulações?

Para o território do Ceará, identificar o que é fábula e o que é realidade implica numa leitura bem mais detalhada de algumas transformações em curso nestes últimos anos. Vejamos os desdobramentos desta problemática acompanhando o item que se segue e os demais capítulos da tese.

1.4. ATRAVÉS DA DENSIDADE TÉCNICA O TERRITÓRIO ORIENTA OS RUMOS DA ACUMULAÇÃO INDUSTRIAL

A compreensão das mudanças que consubstanciam o Ceará como um recorte espacial cada vez mais relacionado com o processo de mundialização perpassa pela leitura articulada das instâncias que compõem as suas particularidades. Esse todo relacional deve ser considerado, pois não é possível entender o território sem o seu caráter multidimensional, constituído pelo conjunto de características políticas, econômicas e ideológicas sobre uma base natural mais ou menos modificada.

Ao considerar esse plano de articulação e compreendermos o seu papel no contexto das transformações que caracterizam a mais recente configuração de acumulação capitalista, enxergamos que ele próprio, o território cearense, se impõe como uma força produtiva. Ele se apresenta como uma materialidade que conduz e suporta as intencionalidades da mundialização, isto é, um intermediário e um instrumento, um ambiente e uma mediação. O território, assim, se apresenta rico de elementos políticos, econômicos e ideológicos, um ambiente singular face às mudanças que se dão no bojo das dinâmicas globais.

A adoção de um projeto de acumulação industrial pautado na atração de investimentos externos engendrou um conjunto de políticas econômicas focadas em ações públicas empreendedoras e na reestruturação do território como condicionante estratégico de dinamização produtiva. Sempre ficou claro para a elite de empresários-políticos cearenses que fazer do semiárido um lugar atraente para investidores parceiros ou grande empreendedores nacionais e internacionais, era não só construir uma imagem política renovada, mas, sobretudo, soerguer objetos que indicassem uma sintonia do Ceará com os mecanismo de acumulação predominantes no mundo.

Às ações normativas empreendedoras, deveria ser somado o minucioso redesenho técnico do território, materializado através de inúmeros objetos modernos que facilitassem a interconexão entre os lugares. Somente assim, a eficiente gerência da flexibilização industrial poderia ser realizada, tornando a fragmentação produtiva uma realidade e a complementaridade do circuito produção/circulação/distribuição/consumo um dado concreto. Assim, vias de comunicação e de transportes foram construídas para interligarem áreas, pontos e nós de tráfego. Da mesma forma, novas interações espaciais articuladas num arranjo renovado de redes geográficas também facilitaram a conectividade e a rapidez dos movimentos. O resultado foi um moderno conjunto organizacional de fixos e fluxos que transformou o Ceará num território mais acessível às intervenções do mercado, principalmente ao penetrar numa nova ciranda marcada pela desregulamentação econômica em tempos de redefinição da configuração de acumulação capitalista.

A instrumentalização do espaço destaca o Ceará como um território que se articula ao movimento das forças hegemônicas da mundialização. Ele foi esquadrinhado, entrecortado e realinhado em função de relações econômicas e políticas que tiveram um amparo local na sintonia com o movimento do mundo, engendrado por um sistema de técnicas que organiza a materialidade e está a serviço de alguns interesses.

Lima (2005) já informava o quanto essa reestruturação se evidencia através de ações e políticas de cunho modernizante, com base em estratégias racionais e tecnificadoras cristalizadas no próprio território, principalmente com o objetivo de adequá-lo aos interesses de investimentos privados de grande monta. Confirma-se então, que a busca pela fluidez territorial e a proposta de aparelhar o espaço para uma acumulação ampliada é pensada mediante o soerguimento de obras públicas erigidas através da solidez do concreto imposto. Confirma-se também que os projetos estruturantes permitem acelerar a velocidade das ações e transforma o próprio território num mecanismo produtivo e de circulação, reduzindo sua fricção.

Entre as grandes obras no estado que impulsionam essa recente reestruturação podem ser destacadas:

1) Alguns programas de integração rodoviária que vem dotando o Ceará de novas possibilidades para o escoamento de pessoas e produtos, ao aparelharem/construírem rodovias e as edificações que lhe servem de apoio. Essa proposta se materializa através de dois conjuntos de ações:

I) o primeiro é marcado por maiores investimentos em rodovias estaduais no intuito de facilitar o escoamento de produtos industriais e agrícolas, mas também o tráfego de pessoas para pontos turísticos de maior movimentação no litoral leste e oeste do estado. Segundo dados do Departamento de Edificações e Rodovias do Ceará (DER), são mais de onze mil quilômetros de estradas sob a tutela do Governo do Ceará,

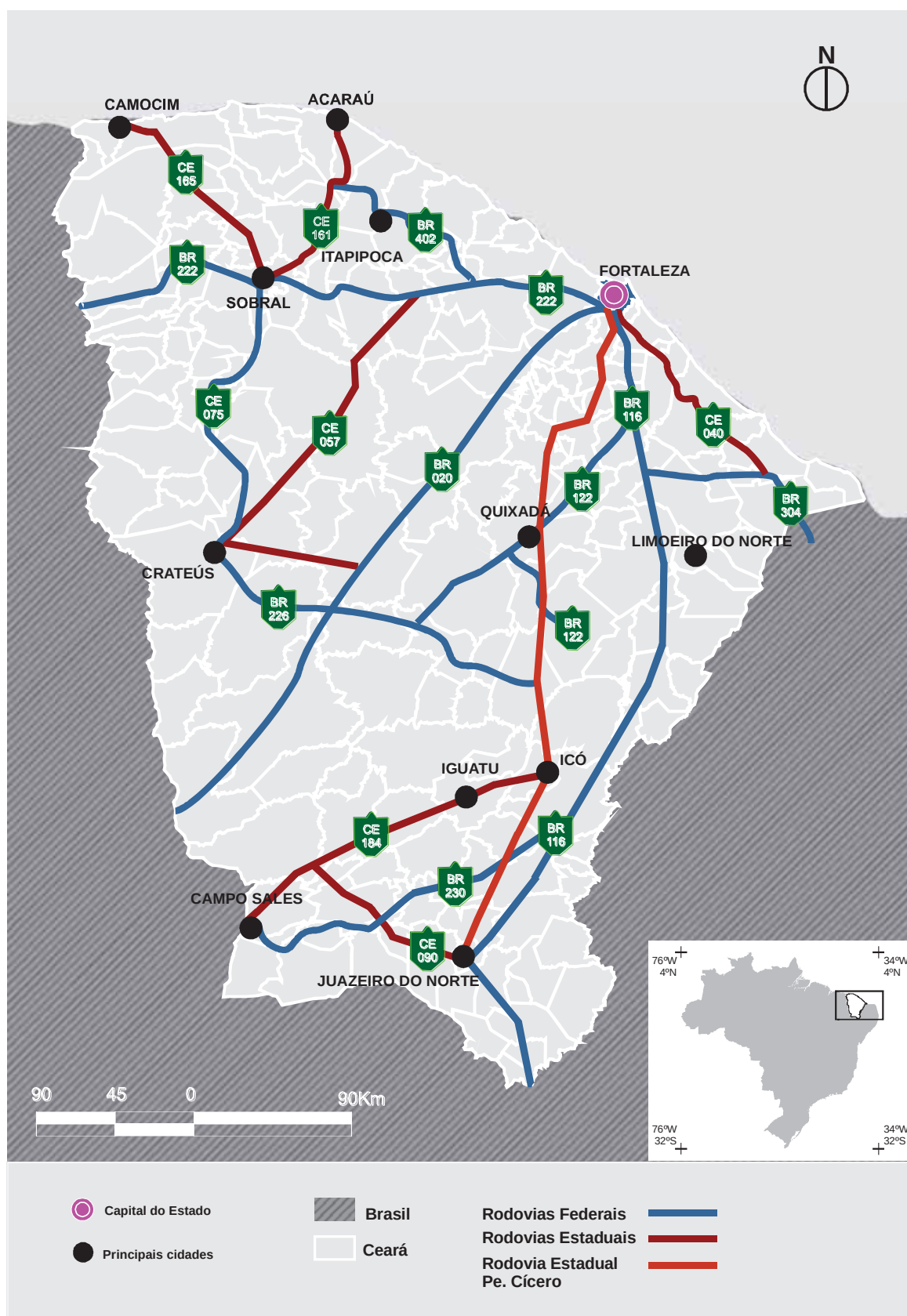
sendo que deste total 6,3 mil quilômetros estão asfaltadas. Somente nos últimos três anos, mais de R\$ 1,7 bilhão foi gasto em obras rodoviárias estaduais, com destaque para os trechos de duplicação das rodovias CE-040 (desde o município de Fortaleza até Beberibe, passando pelos municípios de Aquiraz, Iguape e Cascavel), e de ampliação e reforma da rodovia Padre Cícero (entre Banabuiú e Solonópole), que pretende ligar Fortaleza a Juazeiro do Norte, passando pelos municípios do sertão central, isto é, Quixadá, Banabuiú, Solonópole, Orós, Cedro, Mangabeira e Caririaçu. Esse percurso reduz em 60 quilômetros a distância atual entre a região do Cariri e a Capital, que atualmente é de 552 quilômetros. Estas e outras obras fazem parte do Programa Rodoviário do Estado do Ceará (CEARÁ III), que propõe melhorar as deficiências da malha rodoviária estadual não pavimentada e restaurar as rodovias pavimentadas, obedecendo a critérios de seleção exigidos pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o maior parceiro externo do projeto. Do custo total previsto no CEARÁ III, 62,3% é financiado pelo BID, com o restante custeado com recursos do Governo do Estado do Ceará como contrapartida. Mas apesar destas tentativas de estruturação das rodovias estaduais, é preciso destacar que mais de 50% das mesmas ainda apresentam trechos em condições “regulares” ou “ruins”, segundo avaliação da Confederação Nacional de Transportes (CNT)⁵¹. Isso implica em dificuldades na tentativa de atrair investimentos para certos municípios do interior e demonstra as fragilidades econômicas e infraestruturais de um estado que penetra na modernidade com mais lentidão do que a divulgação midiática parece anunciar. Conseqüentemente, um montante muito maior de investimentos ainda será necessário para que os interesses econômicos desejados pelas elites políticas e empresariais sejam alcançados.

II) O segundo conjunto de ações implica em pressionar o Governo Federal a recuperar, adequar ou duplicar as rodovias federais, principais corredores de circulação do território cearense. Desde a década de 1990, essas rodovias estão bastante precárias, o que implica em debates acirrados entre lideranças estaduais e diretores de órgãos como o Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes (DNIT). Assim como na maioria dos estados brasileiros, discute-se a eficiência e a rapidez com que se conduzem as obras de recuperação e expansão das rodovias, mas acusações de desvios de verba pública também são freqüentes. Em função de certa pressão política, longos trechos das rodovias federais mais importantes do estado passam por reformas, e as pesquisas sobre a demanda de recursos para adequação de outras rodovias também já foram realizadas. Em estudo recente publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulado "Rodovias

⁵¹ Para dados mais completos ver os sítios da CNT (<http://www.cnt.org.br>) e do DER (<http://portal.der.ce.gov.br>).

brasileiras: gargalos, investimentos, concessões e preocupações com o futuro"⁵², revelou-se que as rodovias federais no estado do Ceará necessitam de cerca de R\$ 5,89 bilhões para resolverem problemas como recuperação, adequação ou duplicação. Entre as partes com maior necessidade de reforma estão três trechos da BR-020, cinco trechos da BR-116, um da BR-122, outros sete da BR-222 e um trecho cada das BRs 230 e 304. Acrescenta-se a isso uma ampliação do acesso rodoviário ao Porto do Mucuripe, em Fortaleza e a construção de novos trechos nas BRs 226 e 230, além de uma ponte sobre o rio Jaguaribe, na BR-304, na fronteira do Ceará com o Rio Grande do Norte (ver cartograma 04).

⁵² Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal>. Acesso em 27 de agosto de 2010.

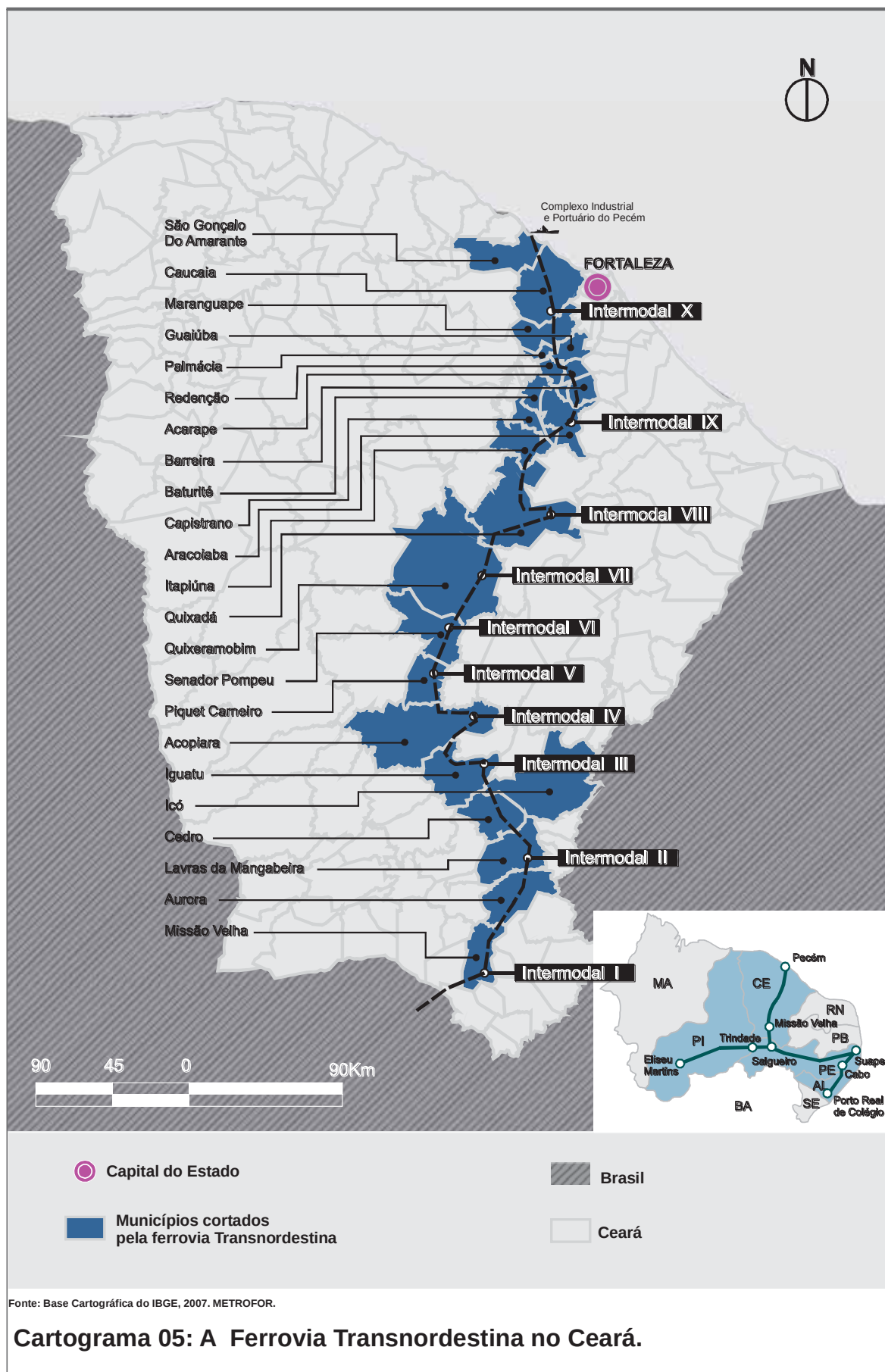


Fonte: Base Cartográfica do IBGE, 2007. DETRAN - CE.

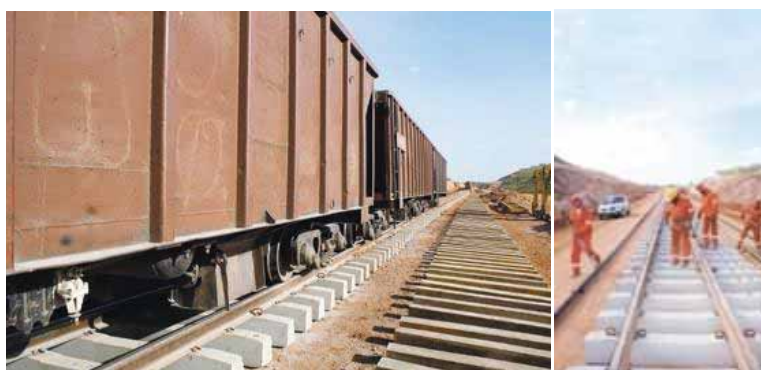
Cartograma 04: Principais rodovias federais e estaduais que cortam o território cearense

2) A execução das obras da Transnordestina, nova estrada de ferro que vem sendo construída principalmente com recursos do Governo Federal, através do Programa de Aceleração de Crescimento (PAC) e que deverá dobrar o volume de cargas e mercadorias transportadas do interior ao litoral cearense em quatro anos, segundo informações da Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE). A ferrovia pretende interligar trechos dos estados do Piauí, Pernambuco, Alagoas e Ceará aos portos do Pecém (CE) e Suape (PE). O projeto pretende ampliar os fluxos com o mercado internacional e dinamizar sobremaneira as interações espaciais interescares, notadamente por permitir: a) maior conexão dentro da região Nordeste entre os estados produtores de *commodities* agrícolas (em especial a soja do Piauí e do Maranhão) e aqueles que apresentam as mais importantes zonas portuárias; b) fluidez de produtos e mercadorias dentro do território cearense, ao interligar áreas de produção agrícola e industrial com o litoral, mas também, e, principalmente, diversificar os meios de transporte de carga que atualmente atendem o estado; e c) conexão de zonas produtivas regionais e estaduais com os mercados consumidores internacionais, na medida em que, entre os maiores interesses do projeto, está o de garantir a ampliação das exportações nordestinas. A ferrovia terá 1.703 quilômetros, dos quais 526,57 são no Ceará. No território cearense, existirão pontos onde a Transnordestina vai estar conectada com as rodovias para facilitar articulação entre diferentes partes do território, no objetivo de agilizar o escoamento produtivo dos municípios do interior. A partir de um estudo realizado pela ADECE e gerenciado pela Transnordestina Logística, o Governo do Ceará resolveu construir plataformas multimodais de carga que funcionarão como “portos secos”, exatamente no entroncamento da ferrovia com as principais rodovias estaduais e federais cearenses, totalizando dez pontos de integração, assim como apresentado no cartograma 05. O estudo também definiu a quantidade e os tipos de cargas a serem transportadas, depositadas em vagões de trens por caminhões que sairão de diferentes zonas industriais e agrícolas do estado. Também com base no estudo, a previsão é que a quantidade de cargas transportadas do interior para o litoral seja ampliada, como no caso de municípios como Lavras da Mangabeira (628 mil toneladas úteis por ano - TU/ano - em 2010 para 820,6 em 2014), Quixadá (425,5 mil TU/ano em 2010 para 868,1 em 2014) e Caucaia (1,6 milhão TU/ano em 2010 para 3,64 milhões em 2014), que se localizam em três porções diferentes do território e servirão como centros de coleta regional, direcionando para o litoral a produção industrial (têxtil e calçadista) e fruticultora, entre outras⁵³.

⁵³ Disponível em <http://www.adece.ce.gov.br/projetos/texto>. Acesso em 13 de novembro de 2010.



Apesar da retomada da obra, em novembro de 2010, ainda restam muitos trechos a serem construídos, sendo que em alguns municípios cearenses sequer o terreno onde passarão os trilhos foi indenizado. Mesmo assim, entre Missão Velha e Aurora, na região do Cariri, ao sul do estado, as obras estão em andamento e as equipes de trabalho já instalaram os trilhos da ferrovia, estando empenhadas agora na construção das pontes e dos túneis, como aquele que passa por baixo da CE-293, entre os municípios de Missão Velha e Brejo Santo. A divisão dos trechos para desapropriação, montagem dos trilhos e definição dos pontos de instalação de intermodais priorizou três áreas, quais sejam: Missão Velha/Acopiara; Acopiara/Quixadá e Quixadá/São Gonçalo do Amarante, onde está localizado o Complexo Industrial e Portuário do Pecém. O investimento previsto para a Transnordestina é de R\$ 5,4 bilhões, dos quais R\$ 1,8 bilhão é contrapartida do Governo do Estado do Ceará. Segundo o calendário de entrega da obra, dezembro de 2012 é o prazo final para a conclusão dos trabalhos⁵⁴.



Fonte: Jornal Diário do Nordeste. Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com>. Acesso em 11 de dezembro de 2010.

Fotos 01 e 02: Instalações da ferrovia Transnordestina, no trecho entre os municípios de Missão Velha e Lavras da Mangabeira, sul do Ceará.

3) A constituição de uma rede infoviária de alta qualidade a permitir uma comunicação telefônica e de internet banda larga, tornando a difusão das informações uma realidade, sobretudo para as maiores cidades do estado e para algumas áreas afastadas do sertão semiárido. O projeto é financiado principalmente pelo Governo do Ceará, que investe R\$ 35 milhões, mas, R\$ 30 milhões também foram captados do Governo Federal e do Banco Mundial, os outros dois agentes financiadores. Segundo informações colhidas na Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará (ETICE), estatal que coordena os trabalhos de instalação, o Cinturão Digital do Ceará cobrirá 90% da população urbana do estado a partir

⁵⁴ Ver jornal O Povo, na reportagem intitulada “Transnordestina chegará a dobrar volume de cargas no CE”, de 02 de novembro de 2010 e jornal Diário do Nordeste, na reportagem intitulada “Transnordestina deve ficar pronta só em 2012”, de 14 de dezembro de 2010.

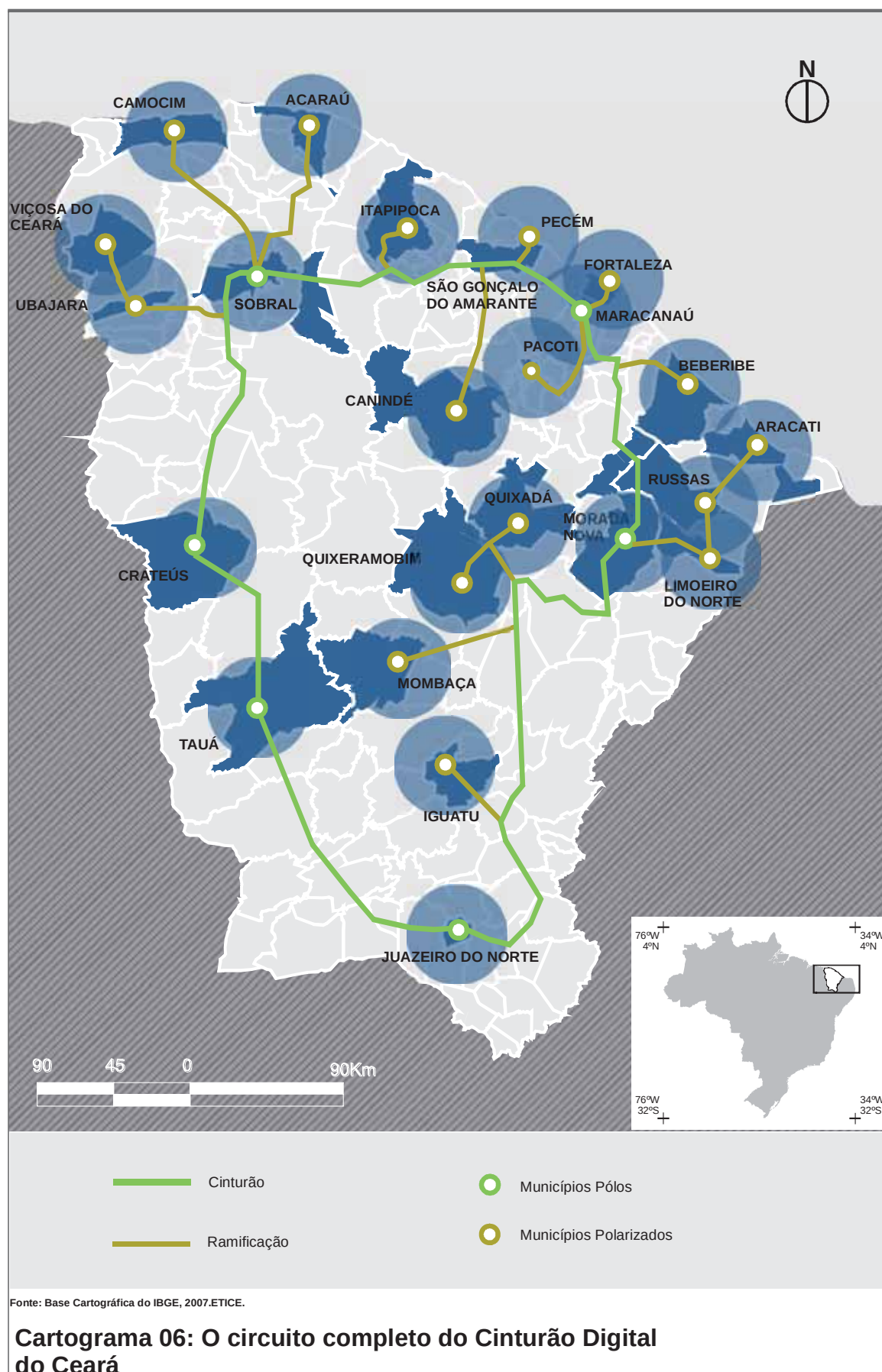
de 2011, incluindo três mil quilômetros de fibra óptica de alta velocidade⁵⁵. O serviço contempla a distribuição de um sinal sem fio com tecnologia *WiMax*, mas garante também a transmissão de um sinal via rede elétrica, a partir de uma tecnologia conhecida como *Power Line Communication – PLC*, caracterizada como uma radiofrequência que utiliza fios como meio de transporte para dados. A infraestrutura é formada por um anel redundante, identificado pelo nome de *Backbone*, que será a peça principal para a criação de uma rede conectada aos serviços digitais nas cidades mais importantes do estado. A partir dele outras redes serão instaladas, o que vai possibilitar expansão do sinal para cidades menores. Assim, a rede principal passará por 56 cidades e nela será incluída uma malha de ramificações, como uma extensão do anel principal. Cada uma dessas malhas permitirá a oferta de serviços tecnológicos para garantir a fluidez das informações a uma parcela considerável do território cearense, como aponta o cartograma 06. No âmbito da divulgação do projeto, é recorrente o discurso sobre as vantagens sociais e a inclusão digital de grande parte da sociedade cearense, que a partir de 2011 poderá ter acesso fácil aos serviços de *internet* banda larga. Em publicidade do Governo do Ceará e em jornais locais, também é comum um discurso que defende a instalação do Cinturão Digital do Ceará como um grande instrumento de conexão entre escolas públicas, hospitais, postos de saúde, delegacias e demais órgãos estaduais, ao possibilitar uma maior comunicação pelo território e facilitar as reclamações ou reivindicações de serviços sociais básicos a partir do próprio local onde o mesmo é ou deve ser oferecido. Em discurso de apresentação do sistema, em 2010, o presidente da ETICE, Fernando Carvalho, chegou mesmo a anunciar:

O projeto tem por objetivo prover os órgãos do governo com serviços de dados e voz e videoconferência, incluindo escolas, bibliotecas, ilhas digitais, atraindo empresas de serviços que gerem renda, principalmente às classes D e E (Discurso do presidente da ETICE, Fernando Carvalho)⁵⁶.

Ora, um programa de inclusão digital com a finalidade de oferecer *internet* de alta velocidade ao interior do Ceará seria louvável se não soubéssemos que tal proposta atende também a uma das maiores exigências dos investidores internacionais, cada vez mais interessados em introduzir relações espaciais verticalizadas de produção e consumo em lugares de reserva. Na atual configuração de acumulação capitalista marcada pela desregulamentação financeira e produtiva, garantir a fluidez dos dados e das informações através de uma transmissão digital eficiente de *internet* é permitir a materialização das verticalidades do espaço, garantindo que solidariedades organizacionais, destruidoras dos saberes e fazeres locais, sejam cada vez mais uma realidade (SANTOS, 1999).

⁵⁵ Disponível em <http://www.etice.ce.gov.br/noticias>. Acesso em 17 de setembro de 2010.

⁵⁶ Discurso de apresentação do Cinturão Digital do Ceará pelo presidente da ETICE, Fernando Carvalho, disponível em <http://www.etice.ce.gov.br/noticias>. Acesso em 17 de setembro de 2010.



Se isso não fosse verdade, como é possível justificar as razões pelas quais a ETICE vai prover apenas a infraestrutura do Cinturão Digital do Ceará, ficando a oferta de serviços e suas cobranças reservadas às empresas privadas, que ganharão a concessão a partir da aquisição de cotas disponibilizadas pelo Governo do Estado? ⁵⁷ Como explicar também que nos discursos de divulgação do projeto, o presidente da ETICE reitere acerca das vantagens do programa para a atração industrial, considerando esse mecanismo uma nova forma de permitir a fluidez pelo território, criando um ambiente propício também para novos investimentos e para maiores interações e deslocamentos materiais? É fundamental para as estratégias de acumulação ampliada que a fluidez imaterial e material do território se afirme como realidade. Com projetos como esse, o Ceará demonstra engajamento na busca pela apreensão dos ritmos que moldam a organização espacial como um meio técnico científico informacional. Assim, está estruturado o cenário para as relações interescares reafirmarem o território como importante componente de competitividade internacional no seio das novas formas de acumulação capitalista.

4) Um complexo portuário e industrial (Complexo Industrial e Portuário do Pecém - CIPP) com o objetivo de concretizar antigo projeto de construção de pólo siderúrgico/petroquímico com facilidade de distribuição de mercadorias para o mercado externo. O projeto abrange, além da área portuária, uma infraestrutura adjacente com acesso ao transporte ferroviário e rodoviário, construída com elevados recursos do Governo do Ceará e do Governo Federal na tentativa de ali desenvolver também um pólo metal-mecânico. O terminal portuário é constituído de dois píeres marítimos, um idealizado para mobilizar cargas gerais e insumos e produtos siderúrgicos; e o outro pensado para transportar graneis líquidos, em especial óleo cru e derivados de petróleo. Por tratar-se de um terminal *off-shore*, isto é, fora da faixa de praia, os píeres de atracação estão protegidos da ação das ondas correntes por um quebra-mar, na forma de "L", com 1,7 quilômetros de extensão. Ambos os píeres são ligados ao continente por uma ponte rodoviária que interliga o pátio de armazenagem ao de atracação dos navios, como pode ser visto nas fotos 03 e 04. Para a montagem do porto foi previsto a movimentação no terminal de matérias primas siderúrgicas (tais como o minério de ferro), produtos siderúrgicos acabados (tais como chapas planas e bobinas), fertilizantes e cereais em granel e contêineres e graneis líquidos. Entretanto, a maior parte da infraestrutura montada para estes fins encontra-se ociosa e os navios de grande porte que atualmente atracam no porto são responsáveis pela importação de ferro fundido e a exportação de frutas, calçados, flores e outras *commodities* agrícolas, a exemplo da soja produzida em outros estados do Nordeste.

⁵⁷ É o caso de transmissões como as da TV digital e da *internet* com tecnologia 3D.



Fonte: Jornal O Povo. Disponível em <http://www.opovo.com.br/>. Acesso em 22 de dezembro de 2010.

Fotos 03 e 04: Instalações do Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), localizado a oeste de Fortaleza – destaques para o terminal de cargas e os *piers off-shore*.

Se os gastos com a logística portuária e de transporte de mercadorias foram pensados para uma produção petroquímica e metal-mecânica de alta tecnologia, o fato de atualmente o complexo está voltado para a exportação de frutas e calçados parece apresentar um descompasso com o planejamento inicial. Por tais razões a infraestrutura é continuamente adaptada ao transporte dos novos produtos citados, como é o caso da instalação de geradores e de redes elétricas de alta potência para atender a demanda das câmaras refrigeradas, típicas de uma logística voltada para o comércio de frutas e outros produtos perecíveis. Apesar disso, em 2010 alguns programas importantes anunciados desde o fim da década de 1990 foram incluídos na proposta orçamentária dos governos estadual e federal, sobretudo o anúncio por parte da Petrobras da instalação de uma refinaria de porte médio, a dispor de investimentos da ordem de US\$ 11 bilhões. A refinaria, denominada de Premium II, deverá produzir 300 mil barris/dia a partir de 2017, gerando diesel com baixo teor de enxofre, querosene de aviação, nafta e bunker (combustível de navio). A maior polêmica em torno do atraso da obra se deu em função do terreno escolhido para construção estar localizado numa área reivindicada por indígenas da etnia Anacés, no município de Caucaia. Depois de anos de disputas judiciais o governo estadual anunciou em 2010 um acordo no qual os Anacés abriram mão do terreno em troca de uma indenização. No mês de dezembro deste mesmo ano, um ato político com a presença do Presidente Luís Inácio Lula da Silva marcou o lançamento da pedra fundamental da refinaria, garantindo, segundo os políticos presentes, o início da construção para 2011. Outro projeto relevante, este já encaminhado e em fase de montagem da infraestrutura, é o de uma usina siderúrgica projetada a partir da parceria entre a Vale do Rio Doce (50%) e as empresas sul-coreanas Dongkuk Steel (30%) e Posco (20%), cujo investimento total corresponde a R\$ 6,8 bilhões. Segundo informações recolhidas na ADECE, A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), como é chamada, tem cronograma para entrar em funcionamento no segundo semestre de 2013 e poderá produzir três milhões de toneladas de placas de aço por ano, a

maioria voltada para o consumo do mercado internacional. O avanço desses projetos e a expectativa do Governo do Estado de atrair uma laminadora e uma montadora de veículos estimulam a atual gestão cearense a investir mais ainda na adequação das infraestruturas portuárias. Antes mesmo de entregar a primeira etapa de ampliação iniciada com a instalação de um Terminal de Múltiplo Uso (TMUT) e a montagem de uma correia transportadora de minério de ferro, que serão concluídas em maio de 2011, o governo estadual já pretende dar início à nova fase de expansão, objetivando licitar uma nova ponte de acesso e mais dois píeres. O movimento de chegada e saída de carga também cresce a um ritmo acelerado: entre outubro de 2009 e outubro de 2010 o aumento na movimentação de mercadorias foi de 70%, entre as quais o transporte de carga geral registrou movimentação de 642 mil toneladas (variação de 148%) e o de contêineres 963 mil toneladas (aumento de 29%)⁵⁸. Apesar da melhoria na infraestrutura e do maior dinamismo nos fluxos, é certo que ainda será necessário alguns anos para que o porto comece a atender os objetivos iniciais para os quais foi projetado.

5) Um sistema de abastecimento de energia, água e gás natural na Região Metropolitana de Fortaleza e em algumas cidades do interior, associado à expansão da infraestrutura em zonas industriais antigas ou novas, geralmente chamadas de “distritos industriais”. A proposta de construção de um “distrito industrial” para Fortaleza foi pensada na década de 1960, nos moldes do planejamento territorial e econômico vigentes no período. Assim, foi selecionada uma área do então distrito de Maracanaú, pertencente ao vizinho município de Maranguape, na porção sudoeste da capital, onde seriam reservados vários hectares para a instalação de fábricas industriais atraídas por incentivos federais, interligadas por vias de acesso ao Porto do Mucuripe⁵⁹ e às outras rodovias importantes, como a BR-116. O projeto se consolidou em fins dos anos de 1980 e, quando instalado, o aglomerado industrial dinamizou sobremaneira não só a economia e os fluxos da porção sudoeste da RMF, mas o quadro metropolitano como um todo e, por consequência, todo o Ceará, que viu mais ainda seus objetos técnicos e suas ações de comando político e econômico se concentrar no anel metropolitano. Nos anos de 1990, a expansão territorial da indústria atingiu também o corredor Horizonte-Pacajus, importante eixo de instalação industrial localizado ao sul de Fortaleza, onde o papel da rodovia BR-116, a localização estratégica junto à capital e uma maior articulação das lideranças locais com o governo estadual, garantiram a consolidação de médios e grandes investimentos com capital cearense ou proveniente de outros estados brasileiros (PEREIRA JÚNIOR, 2005). Somam-se a essas zonas industriais, algumas áreas que receberam melhoria estrutural em cidades

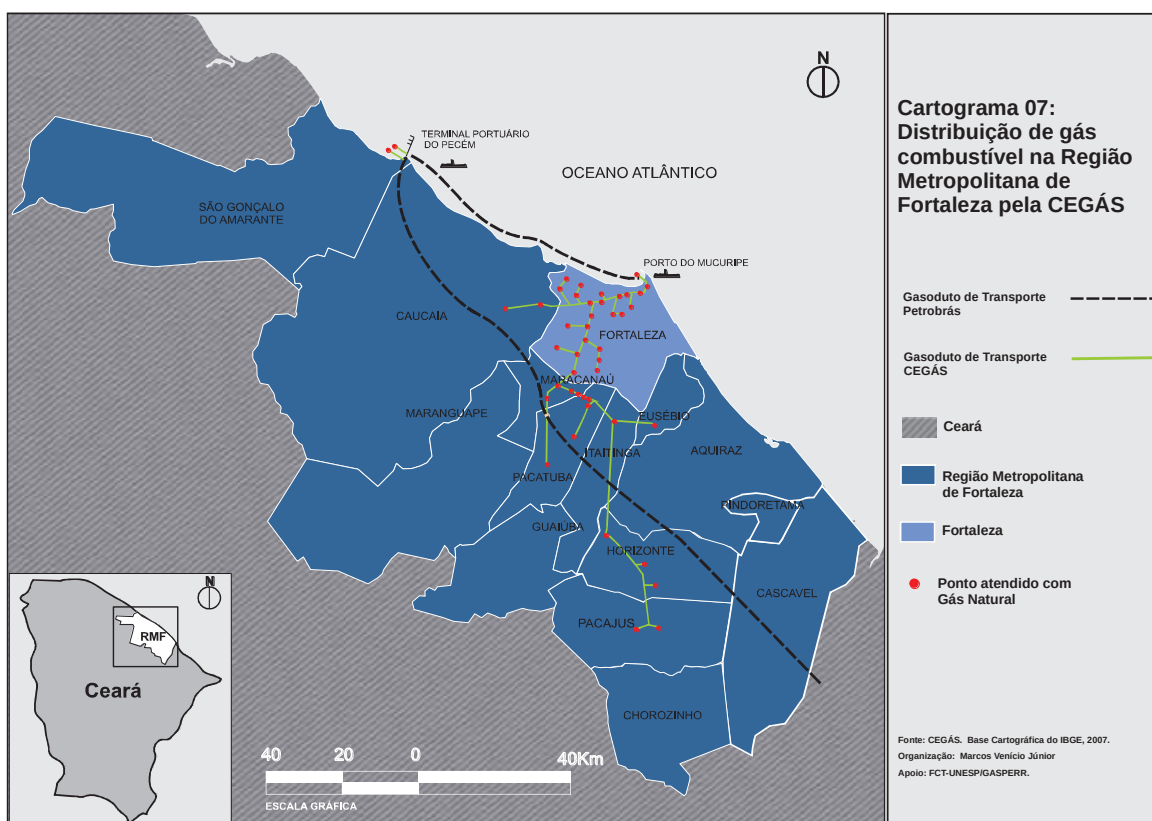
⁵⁸ Segundo informações concedidas por técnicos da CEARÁPORTOS, companhia que administra o CIPP.

⁵⁹ Localizado na cidade de Fortaleza, na Ponta do Mucuripe, este era até então o porto mais importante do estado, por onde toda a produção industrial era escoada.

de porte médio ou centros regionais, no intuito de facilitar a expansão produtiva de empresas que também chegaram de outros estados do Brasil. Além dos fixos ligados a distribuição de energia elétrica, água, comunicação e transporte, presente em todas essas zonas produtivas, merece menção um sistema de distribuição de gás natural para o abastecimento de empresas industriais que hoje atende a RMF, mas que pretende chegar também às cidades do interior. O sistema foi pensado para ser controlado por uma empresa de capital misto, a Companhia de Gás do Ceará (CEGÁS), que produz, armazena, distribui e comercializa gás combustível proveniente de duas fontes independentes, isto é, a plataforma de produção de gás em Paracuru, no litoral oeste cearense, e a plataforma localizada em Guamaré, no litoral do Rio Grande do Norte. O gasoduto Paracuru-Fortaleza, apresenta uma extensão de 96km, enquanto o gasoduto Guamaré-Fortaleza-Pecém, tem extensão de 382km, realizando a distribuição através de dutos de 12/10 polegadas de diâmetro. Os municípios atendidos atualmente são Fortaleza, Eusébio, Maracanaú, Pacatuba, Caucaia, Horizonte e Pacajus, conforme ilustrado no cartograma 07.

Dois outros grandes projetos estruturantes, mesmo sem estarem diretamente ligados à expansão da atividade industrial, se articulam às demandas da reestruturação produtiva na qual as elites políticas e econômicas cearenses estão a patrocinar. Apesar de ser erguido muito mais em função do desenvolvimento do turismo e do agronegócio voltado para a produção de *commodities*, o conjunto de investimentos citados não deixa de atender históricas carências da indústria no estado, sobretudo no âmbito do abastecimento de recursos e na melhoria das ações empreendedoras.

Destacamos, primeiramente, a construção de um aeroporto internacional e um programa de estruturação de centros turísticos no litoral, facilitadores da inserção do território cearense no circuito internacional e nacional de consumo dos lugares e das paisagens pela via do turismo. A montagem desses objetos busca reproduzir uma onda avassaladora de turistificação associada ao interesse de reapropriação do litoral por agentes hegemônicos internos e externos, baseado num projeto capitalista de transformação do território em mercadoria, respaldados por vultosos investimentos infraestruturais e imobiliários.



A atividade turística passou a ser definida como prioritária nos programas desenvolvidos pelos governos cearenses desde a década de 1980, e ganhou ainda mais força na década de 1990 com a implantação de outro programa implementado pelo Governo Federal, o PRODETUR – NE. Os últimos vinte anos são marcados então por uma ação conjunta de programas estaduais (coordenados pela Secretaria de Turismo do Ceará – SETUR) e federais (dirigidos pela Empresa Brasileira de Turismo – EMBRATUR), que ao compartimentarem o território em função de uma demanda turística, consolida uma reestruturação espacial, ergue objetos, dinamiza o fluxo de pessoas e constrói a imagem do litoral como paisagem fetichizada.

Essa nova composição territorial, marcada por maior fluidez, e a transformação imagética que dela resulta, se torna um atrativo para uma mão de obra cada vez mais qualificada, carente no Ceará, mas necessária para engendrar as transformações produtivas no estado. A chegada e a permanência de engenheiros, administradores, economistas, técnicos, gerentes, supervisores, entre outros, provenientes dos estados mais ricos do Brasil e responsáveis pela realização de serviços mais complexos, os quais necessitam de um tempo maior de treinamento para serem desempenhados, são facilitadas pela imagem do “Ceará terra da luz”, ou a exposição de Fortaleza como uma das capitais “mais belas do Brasil”.

O comentário de um dos mais importantes gerentes industriais do grupo Vulcabras/Azaleia no Brasil, recrutado para coordenar a linha de produção da maior fábrica de calçados do grupo, localizada em Horizonte, na Região Metropolitana de Fortaleza, confirma a relevância desse dado. Segundo entrevista realizada em 2009, ele afirmou:

Eu era gerente industrial no interior de São Paulo. Quando eu vim para cá, há 14 anos, pensava que estava num outro mundo. Eles me colocaram num apartamento na Beira-Mar e não tinha como recusar. O conforto, a praia, a paisagem convencia qualquer um a ficar (entrevista a um gerente industrial do grupo Vulcabras/Azaleia, concebida em agosto de 2009).

Assim, um novo e estruturado aeroporto, os muitos fixos reunidos em centros turísticos de apelo nacional e internacional e a publicidade em torno da exposição imagética do litoral cearense, têm o seu efeito na atração da mão de obra qualificada que contribui na condução da reestruturação do território e da produção industrial. O aperfeiçoamento da infraestrutura e da oferta de serviços e a força publicitária na atração e permanência de um corpo técnico qualificado e necessário para a consolidação do modelo de industrialização selecionado pelo Ceará não podem ser negligenciados.

Também é preciso citar outro importante programa, aquele que procura garantir a integração de recursos hídricos e o gerenciamento de água no intuito de facilitar o abastecimento das áreas de maior importância econômica e a dinamização produtiva do agronegócio da fruticultura e da carcinicultura (criação de camarões) no semiárido. Desde os anos de 1990 o espaço agrário do estado sentiu os efeitos do Programa Cearense de Agricultura Irrigada (PROCEAGRI), desenvolvido pela Secretaria de Agricultura Irrigada (SEAGRI), responsável pela dinamização produtiva no campo através de projetos de irrigação e complexos agroindustriais, todos voltados para o desenvolvimento dos padrões de competitividade internacional (ELIAS, 2005).

Por trás dessas transformações está a construção de novos perímetros irrigados e a melhoria da infraestrutura de abastecimento de água e transportes de mercadorias, alterando os ritmos da produção agrícola estadual, sem, no entanto, modificar tradicionais padrões de distribuição fundiária e de riqueza no campo (ELIAS, 2005). Do ponto de vista dos investimentos em estrutura hídrica, um projeto de interligação de bacias hidrográficas ergue conjunto de fixos no intuito de articular um sistema formado por açudes como o Castanhão e outras obras de drenagem, a exemplo do Canal da Integração ou Eixão das Águas, que leva água de áreas como o Vale do Jaguaribe até a Região Metropolitana de Fortaleza e está sendo construído através de várias etapas há cerca de sete anos.

O soerguimento de pujantes objetos técnicos como açudes, canais, adutoras, barragens, entre outros, é a marca desses projetos, que também são divulgados na imprensa nacional como grandes conquistas para um estado que sempre foi vitimado pelas imposições das estiagens. Somente para o ano de 2010, o Ceará recebe financiamentos da ordem de R\$ 1,7 bilhão em obras, no intuito de continuar a construção dos sistemas técnicos supracitados e erguer um conjunto hídrico denominado “Cinturão das Águas”, a articular as bacias hidrográficas do estado entre si e com o eixo norte do projeto de Transposição de Águas do Rio São Francisco, sob responsabilidade de órgãos como o Ministério da Integração Nacional, o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Secretaria Estadual dos Recursos Hídricos (SRH).

Esses projetos têm estreita relação com o avanço da atividade industrial, na medida em que a produção fabril demanda grandes quantidades de litros de água durante as etapas do processo produtivo. Se levarmos em consideração certos gêneros da indústria, torna-se ainda mais perceptível essa necessidade. Por tal razão, a propaganda oficial, interessada em garantir maior “alavancagem” de investimentos, apresenta o novo sistema de obras hídricas como uma externalidade positiva na atração de grupos industriais.

O caso da indústria têxtil é sintomático. O processo completo na linha de produção de uma fábrica de grande porte, que inclui a articulação das etapas de tecelagem, índigo e lavagem de material, “requer um consumo de água em quantidade igual ou superior ao de

uma pequena cidade cearense”, como informou um engenheiro de produção do Grupo Vicunha, entrevistado em 2008. Não é a toa que as maiores fábricas têxteis do estado estão localizadas em municípios como Maracanaú e Pacajus, exatamente aqueles bem atendidos pelos mananciais que também abastecem a capital Fortaleza⁶⁰.

Também o projeto de instalação do pólo petroquímico/siderúrgico/metalúrgico no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP) exige um abastecimento de água abundante, sem o qual sequer a montagem de uma zona industrial com essas características poderia ser aventada. O fato é que os investimentos industriais planejados e/ou instalados no CIPP representam uma das maiores razões pelas quais maciços recursos públicos em infraestrutura de distribuição hídrica tenham se materializado no Ceará. A despeito do discurso acerca do abastecimento de água para famílias de agricultores pobres no sertão cearense, a justificar os investimentos em açudes, canais e adutoras, está a realidade dos fatos: não se monta um complexo industrial produtor de bens de capital sem uma oferta de água ampla e garantida. Esse dado é revelado através de textos extraídos de sítios de divulgação do próprio governo, como o que se segue, publicado após a inauguração de uma fábrica de tubos de aço no CIPP:

O governador Cid Gomes participou nesta quinta-feira da inauguração da fábrica de tubos de aço Hydrostec, no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). A empresa é responsável pelo fornecimento de tubos de aço para as obras do sistema adutor Gavião/Pecém que compreende o trecho V do Eixão das Águas. A unidade é a primeira do Nordeste em produção automatizada de tubos de aço. Durante a inauguração, Cid Gomes alertou aos empresários, que não só o Ceará, como também os demais estados do Nordeste, ainda demandarão muitos investimentos em áreas de transposição de águas, o que justifica a importância de indústrias que forneçam os insumos para as atividades (...). O chefe do Executivo foi enfático ao solicitar que os usuários da companhia de Abastecimento de Água e Esgoto do Ceará (Cagece) sejam beneficiados com a economia que será gerada com a conclusão das obras do trecho IV do Eixão. De acordo com Cid Gomes, o trecho IV vai tornar mais eficiente a integração dos açudes Gavião, Riachão, Pacoti, Pacajus e Aracoiaba, melhorando o sistema de abastecimento de água da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), o que deve gerar economia para a Companhia. A previsão é de que as obras sejam concluídas até o fim deste ano. O trecho V, que levará água do açude Gavião até o Complexo Portuário, já está em obras e deverá ser inaugurado em junho, conforme adiantou o secretário dos Recursos Hídricos, César Pinheiro. Com a obra, a oferta de água no porto, que atualmente é de 1.500 litros por segundo, passará para 5 mil litros por segundo. “A termelétrica demandará cerca de 900 litros por segundo. A Siderúrgica, algo em torno de 1.500 litros por segundo e a Refinaria, outros 1.000 litros por segundo”, explicou o Governador (in: COORDENADORIA DE IMPRENSA DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ - CASA CIVIL comunicacao@casacivil.ce.gov.br em 06.05.2010. Disponível em <http://www.casacivil.ce.gov.br/>. Acesso em 21 de outubro de 2010).

⁶⁰ A absoluta maioria das fábricas encontra-se no entorno do complexo Pacoti/Riachão/Gavião, conjunto de açudes, rios e canais que representam o manancial responsável também por abastecer o consumo da população dos municípios da Região Metropolitana de Fortaleza.

Políticos locais de oposição também enfatizam acerca da estreita relação entre a construção de obras hídricas e a nova atividade industrial no CIPP, a exemplo do ex-deputado federal e atual vereador de Fortaleza pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), João Alfredo, que ao tratar do tema da integração das bacias hidrográficas cearenses e a grande obra do Governo Federal de Transposição de Águas do Rio São Francisco informa:

a transposição do São Francisco está vinculada não somente ao agronegócio - em sua face de exportação de frutas e de criação de camarão em cativeiro (carcinicultura) - mas, também, na viabilização das atividades industriais do porto do Pecém. As atividades de geração de energia pelas indústrias térmicas e de fabricação do aço pela siderúrgica são altamente consumidoras de energia e, fundamentalmente, de água, para resfriar seus altos fornos. Aqui é que vai se encontrar, para o estado do Ceará, a justificativa da transposição. Sem a água do São Francisco - que deverá vir pelo canal da integração do açude Castanhão até o Pecém - não se teria água no Ceará para esses empreendimentos. Portanto, dizer que a água do São Francisco vai acabar com o carro-pipa é balela. As áreas mais secas do Ceará - Inhamuns, Sertões de Canindé e Central, Zona Norte - não vão sentir sequear o "cheiro" da água, já que a água do rio entra pela Chapada do Araripe, no Cariri, desemboca no rio Salgado que é tributário do Jaguaribe, sendo, posteriormente, armazenada pelo Castanhão ("Entrevista a João Alfredo". in: ADITAL – Notícias da América Latina e Caribe. Disponível em <http://www.adital.com.br/site/noticia2>. Acesso em 02 de março de 2009).

Os discursos tornam evidente um dos principais motivos pelos quais vultosos investimentos em armazenamento e drenagem dos recursos hídricos se concretiza. Para ilustrar a situação, podemos citar um caso polêmico, a envolver uma usina termelétrica (a Usina Termelétrica Porto do Pecém I - UTE Pecém I) construída no CIPP a partir da parceria entre capitais portugueses (empresa EDP Energias do Brasil) e brasileiros (empresa MPX Geração de Energia, do investidor Eike Batista). A usina começou a ser construída em 2008 e o início de seu funcionamento é previsto para o segundo semestre de 2011. A Companhia de Recursos Hídricos do Ceará (COGERH), que gerencia a outorga de água no estado, concedeu à UTE Pecém I inicialmente 500 litros de água por segundo (l/s), volume que será usado na primeira etapa de funcionamento da termelétrica para a geração de 720 Mw de energia. Para uma segunda etapa, vão ser disponibilizados mais 300 l/s de água. Isso gerou apreensão nos moradores do município de São Gonçalo do Amarante, que, em 2008, através de sua Defensoria Pública, impetrou ação civil contra a obra em função dos impactos ambientais causados, entre eles uma possível escassez de água. Em plena ação, a termelétrica vai consumir 800 l/s ou 2.880 m³/h. O volume total distribuído para São

Gonçalo do Amarante, município de 40 mil habitantes, segundo a Companhia de Água e Esgoto do Ceará (CAGECE) é bem menor, correspondendo a 130 m³/h de água. Sob a alegação de que no regime anual regular de chuvas do Ceará a vazão disponível nos 13 açudes instalados na bacia do rio Curu, onde se localiza o município do Pecém, é superior ao que deverá ser usado pela termelétrica, ou seja, 1.497 l/s, a COGERH e o Governo do Estado garantiram a meta inicial de outorga de água para o empreendimento⁶¹.



Fonte: Jornais O Povo e Diário do Nordeste. Disponível em <http://www.opovo.com.br/> e <http://diariodonordeste.globo.com>. Acesso em 26 de dezembro de 2010.

Fotos 05 e 06: As grandes obras que reestruturam os sistemas de engenharia ligados ao abastecimento hídrico no Ceará não objetivam atender somente projetos de irrigação. O atendimento das demandas industriais também está entre os objetivos da construção de açudes, canais, barragens e adutoras que atualmente reconfiguram a paisagem cearense.

Exemplos como o supracitado acirram o debate político sobre o consumo de água no Ceará, expondo a questão central das justificativas para a construção de grandes empreendimentos em obras hídricas. A respeito do assunto e enfatizando o uso da água que será drenada pelo Canal da Integração, o jornal Diário do Nordeste publicou o seguinte texto:

O Canal da Integração, que leva água do Açude Castanhão, em Jaguaribara, até o Pecém, em São Gonçalo do Amarante, recebeu duras críticas por não contemplar, inicialmente, o abastecimento humano. Ainda hoje, famílias vêem a água passar na frente de casa, enquanto passam sede. A Secretaria dos Recursos Hídricos concluiu nesta semana a licitação para obra de abastecimento das águas do canal para 2.280 famílias que passam sede. Como prova de que tal distribuição não fazia parte do projeto, os recursos de R\$ 3,7 milhões virão do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (in: “Recursos hídricos: nova lei para águas no Ceará”. DIÁRIO DO NORDESTE, 26 de dezembro de 2010).

⁶¹ Ver reportagem do jornal Folha de S. Paulo, intitulada “Ação tenta barrar usina termelétrica no Ceará”, de 05 de maio de 2008.

Reiteramos assim sobre o contexto que organiza a tessitura territorial (RAFFESTIN, 1993) cearense. As referências se explicitam em função de um conjunto de transformações marcadas pela intensificação das mudanças, reveladas pela maior intensidade dos movimentos, pela tecnificação da paisagem, pela expansão dos estabelecimentos modernos, pela difusão dos serviços, pelo acirramento do trabalho assalariado, pela intensificação das trocas internacionais e por outras transformações que revelam uma profunda reestruturação socioespacial. Esse conjunto de obras torna mais densa a rede técnica que organiza o território e o resultado imediato é a articulação interescalar facilitada pela melhor fluidez dos objetos e das informações.

Por tal razão, se a noção de distância deve ser relativizada numa sociedade marcada pelo dinamismo dos fluxos, o Ceará, através do projeto de suas elites, legitima esse arranjo interescalar pela via das novas possibilidades de fluidez territorial proporcionada pelos objetos técnicos.

Do ponto de vista do projeto de industrialização, um descompasso crescente com os primeiros programas que objetivavam dinamizar o capital local, em sintonia com a atração de investimentos industriais externos, demarcou a programática dos governos. Alguns importantes líderes políticos provenientes do CIC insistiram na valorização da indústria regional e desenharam os programas de atração de fábricas via incentivos fiscais apenas como catalisadores do desenvolvimento fabril no estado. No entanto, o que ocorreu foi exatamente o contrário, isto é, a política de isenções e facilidades tributárias para a “alavancagem” de investimentos dominou por completo o quadro de transformação industrial cearense, com inúmeras empresas nacionais e internacionais importantes transferindo suas fábricas para o Ceará.

Ao agirem assim, responderam a uma demanda do atual processo de mundialização da economia, no qual a competitividade cada vez mais acirrada imposta pela concorrência capitalista internacional impele as empresas industriais a buscarem desmesuradamente altas margens de lucro, selecionando os territórios mais capazes de lhes oferecerem essas vantagens econômicas. Para o Ceará, as amplas facilidades disponibilizadas por um projeto político/econômico interessado em dar o “salto definitivo” para a entrada na modernidade capitalista cumpriram o papel de produzir a simetria entre os interesses do mercado e os interesses do projeto local de desenvolvimento econômico. Assim, reafirmou-se a modernização do território no âmbito das demandas da acumulação ampliada dos agentes hegemônicos da mundialização.

Com as desregulamentações financeiras e produtivas, intensificadas na década de 1990, e a crise fiscal no Brasil do Plano Real, que resultou numa menor participação do Governo Federal em políticas de desenvolvimento regional, tanto o planejamento dos investimentos quanto as negociações das metas foram realizados entre as unidades de

federação e as empresas, com o Ceará tirando vantagens da sua política territorial e econômica para atrair empréstimos financeiros e capitais produtivos.

A entrada galopante de indústrias externas, em especial as que recrutam maior quantidade de trabalhadores nas linhas de produção, simbolizou o novo processo de industrialização do estado, que com sua política industrial de atração indiscriminada de empreendimentos ficou muito mais vulnerável aos ditames de uma acumulação capitalista marcada pela presença de agentes financeiros no controle das decisões econômicas e produtivas.

No âmbito do território, a noção de limite no Ceará passou cada vez mais a prescindir da concepção de Raffestin (1993), segundo a qual as fronteiras não encerram as relações com o outro. Na verdade o que se dá é o contrário. Na contramão da descrição estática da linha, do ponto, da hierarquia e do aglomerado, o Ceará como um território articulado com os movimentos da nova configuração de acumulação capitalista mantém relações, assegura funções, se distancia ou se aproxima de outros territórios, influencia e deixa se influenciar, tudo isso por meio de um plano de interações que suplantam as contigüidades espaciais, criando uma rede de fluxos responsáveis por novas noções de deslocamento, aproximação e funcionalidade.

Assim, a construção imagética de paraíso turístico cumpre o seu papel na atração de milhares de pessoas anualmente. A imagem de um governo sanado e com altos índices de arrecadação fiscal atraem empréstimos e financiamentos diversos. As facilitações tributárias e a oferta de vantagens bem definidas preenchem as demandas territoriais de um capitalismo em plena transformação, atraindo empresas industriais e agrícolas modernas.

A política, a economia e a imagem pública enquanto ideologia legitima a força multidimensional do território. Ele é representado formalmente através de seu recorte político-administrativo e linear, mas ao mesmo tempo apresenta limites bem mais abrangentes, manifestados pela articulação interescalar que lhe oferece dinâmica e movimento.

Em linhas gerais, enquanto produto dessa multidimensionalidade relacional e também como componente interescalar imprescindível no movimento do mundo, o Ceará revela hoje, mais do que nunca, a sua dialética do sincrônico e do diacrônico na produção das novas forças que reestruturam o espaço geográfico a partir do imperativo da nova configuração capitalista de acumulação.

CAPÍTULO 02

TERRITÓRIO, INDÚSTRIA E REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA FACE ÀS DEMANDAS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Pensar a realidade cearense considerando as dimensões diacrônicas suplanta dificuldades no âmbito de uma leitura excessivamente generalizante, comum aos trabalhos de uniformização dos territórios. Um engessamento das possibilidades é o produto mais destacado do exercício intelectual que homogeneíza as dimensões geográficas da realidade. Ver o território como plano abstrato e a sociedade de um ponto de vista funcionalista não contribui para a produção da síntese dos processos socioespaciais, malgrado a pretensão de se realizar uma interpretação parcial da diferenciação espacial, cujos lugares nada mais são que parcelas complementares de um todo previamente dado.

No entanto, pensar radicalmente ao avesso também se faz problema. Em tempos de acumulação capitalista com forte predominância da instância financeira como mecanismo de fluidez dos movimentos e de subordinação dos territórios, não é possível defender teses sobre um localismo independente, seja ele fruto de contradições ou produto da cooperação dos agentes sociais. Quem trabalha nessa perspectiva, fatalmente, corre o risco de fechar os olhos para a imposição da ordem hegemônica em busca de uma saída localista muitas vezes insuficiente. O discurso do desenvolvimento local como panaceia foi comum nos anos de 1980 e 1990, mas cedo mostrou seus limites enquanto articulador de escalas e intérprete adequado dos reais agentes responsáveis pela organização espacial⁶².

Existe um movimento mundializante articulador dos territórios, das regiões e dos lugares e ele não pode ser desconsiderado. Existe uma *longue durée*, no melhor estilo braudeliano, e ela também não pode ser deixada de fora na investigação dos processos socioespaciais. Para além de uma “apologia às metanarrativas histórico-geográficas”, crítica pós-moderna comum a quem envereda pela interpretação de processos abrangentes, uma leitura articulada dos andares de baixo, do meio e de cima, para não esquecermos o que nos ensinou Braudel (2009) com muita propriedade, é fundamental⁶³.

⁶² Autores como Azaïs (2000 e 2006), Veltz (1996) e Brandão (2007), entre outros, deixam claro que a crença exacerbada na eficiência das relações comunitárias em escala local cria uma cortina de fumaça nos estudos sobre o território. Este último não pode ser pensado, senão, como uma determinação interescalar plena de reciprocidade.

⁶³ Nesse aspecto, Jameson (apud HARVEY, 1998, p. 112) é muito mais incisivo: “não é possível descartar a metateoria; os pós-modernistas apenas a empurram para o subterrâneo, onde ela continua a funcionar como uma ‘efetividade agora inconsciente’”.

Santos (1999) utiliza uma linguagem geográfica para defender a tese de que lugares, regiões, territórios e espaço não podem ser pensados como compartimentos mutuamente excludentes, peças sobrepostas de um quebra-cabeça conceitual, no qual cada um assume um nível preestabelecido de importância. Pensar escalas diferentes na perspectiva de nivelamentos socioespaciais determinados e rígidos em termos de relevância teórica ou metodológica tende a atrapalhar a análise e as inferências acerca de um objeto de pesquisa. Somente a interpretação sincrônica e diacrônica do território, feita no âmbito da relação contraditória entre tempos e espaços diferenciados, assim como em escalas múltiplas e articuladas, contribuirá para uma leitura mais abrangente das velocidades e complexidades dos fenômenos contemporâneos⁶⁴.

Este capítulo busca alcançar algum resultado a partir desta perspectiva. Ao partir de uma rápida leitura da compreensão de *longue durée* braudeliana, incorporada por Arrighi (1996 e 2008), e chegar aos fatos que marcam as últimas duas décadas de transformação capitalista com predomínio de interesses financeiros, pretende-se:

- 1) Relacionar a mais recente acumulação capitalista controlada pelo capital portador de juros com toda sorte de reengenharias da produção industrial e de estratégias de reestruturação produtiva;
- 2) Observar o papel dos territórios na produção mundializada e compreender os deslocamentos empresariais produtivos no contexto das novas estratégias de acumulação;
- 3) Fazer a leitura dos novos arranjos de redes e fluxos produtivos do capitalismo contemporâneo com base no processo de organização territorial.

A discussão sobre os efeitos dessa nova realidade no Brasil e na região Nordeste, tende a lançar o desafio da articulação multidimensional e interescalar, crucial para a interpretação dos fatos no Ceará industrial moderno.

2.1. ABORDAGEM PRELIMINAR ACERCA DOS MECANISMOS DE ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Os acontecimentos manifestados em 2007/2008 pela aguda crise financeira no setor dos empréstimos hipotecários nos Estados Unidos fizeram crescer uma ansiedade dos responsáveis econômicos pelo setor privado face à sua incapacidade de prever o conteúdo, a abrangência e a amplitude das dificuldades de acumulação a partir das práticas

⁶⁴ "Diacronia e sincronia, vistas através do espaço geográfico são, exclusivamente, duas faces de um mesmo fenômeno, ou, ainda melhor, duas formas de perceber um movimento unitário" (SANTOS, 1999, p. 210).

especulativas. A potencialidade da crise em propagar seus efeitos sobre o sistema financeiro mundial surpreendeu a comunidade de investidores e operadores, responsáveis pelo “humor dos mercados”, e o resultado foi uma grande divulgação dos acontecimentos na mídia internacional, perplexa diante das falências de importantes bancos de investimentos e das maiores seguradoras do mundo.

As concordatas fraudulentas, a manipulação dos balanços das empresas e as revelações sobre as remunerações de dirigentes cujas competências se mostraram duvidosas aumentaram a desconfiança dos grandes operadores e investidores do mercado financeiro. De repente, parecia que o pensamento dominante, repetido inúmeras vezes por consultores, dirigentes institucionais, professores e imprensa havia se tornado irracional. À luz dos acontecimentos, o que ficou patente no discurso dos agentes da financeirização, de um modo geral, foi que o “impensável aconteceu”. O mercado não seria mais, por si, racional e eficiente.

Mais surpreendente foi a onda de nacionalização desencadeada pelos acontecimentos supracitados (LORDON, 2008b). Esta não é necessariamente uma medida inédita, uma vez que a intervenção estatal é historicamente recorrente sempre que uma configuração hegemônica de acumulação se apresenta deficiente⁶⁵. Entretanto, a magnitude da intervenção governamental (não só em instituições financeiras, mas em conglomerados produtivos multinacionais) e a inversão total dos valores (de Estado/problema para Estado/solução) ocorreram a exatos trinta anos de proeminência neoliberal, conduzida com obstinação pelos Estados Unidos e as instituições internacionais por eles controladas, a exemplo do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

A compreensão do fenômeno passa pelo entendimento da dinâmica geográfica e econômica do capitalismo contemporâneo. Por trás das instabilidades financeiras se encontram as bases segundo as quais repousam os princípios universais com respeito ao papel da produção dos espaços e a velocidade dos deslocamentos no mundo atual, isto é, a crise não representa mais do que uma erupção superficial gerada por “derivadas tectônicas profundas no dispositivo espaço-temporal do desenvolvimento capitalista” (HARVEY, 2009, p. 3).

Como aponta Arrighi (1996), derivadas como essa já se deram em outros momentos da história socioespacial. Ao citar o segundo e o terceiro volumes da trilogia de Fernand Braudel, *“Civilisation Matérielle, Économie e Capitalisme”*, Arrighi informa que a proeminência financeira em determinados momentos da acumulação capitalista não corresponde à etapa inédita nem ao estágio último e mais avançado da geração de valor sob a égide do capital. Na sua concepção, o fenômeno é recorrente e marca a era

⁶⁵ O caso da intervenção estatal norte-americana na economia nos anos de 1907, 1929 e 1985 é ilustrativo no século XX.

capitalista desde os primórdios, sempre assinalando “a transição de um regime de acumulação em escala mundial para outro. Eles são aspectos integrantes da destruição recorrente de antigos regimes e da criação simultânea de novos” (ARRIGHI, 1996, p. 10)⁶⁶.

Trata-se de alternâncias no âmbito da acumulação capitalista, ora marcada por fases de expansão material, ora delineada por épocas de renascimento e expansão financeiras. Segundo Arrighi (1996, p. 6), nas fases de expansão material, “o capital monetário ‘coloca em movimento’ uma massa crescente de produtos”. Enquanto isso, em fases de expansão financeira, “uma massa crescente de acumulação prossegue através de acordos financeiros. Juntas as duas épocas, ou fases, constituem um completo ‘ciclo sistêmico de acumulação’”⁶⁷.

Interessante notar como tais mudanças sempre vêm associadas a uma redefinição dos eixos de poder do capitalismo, ao fazer migrar para novos centros de comando o controle sobre a “economia-mundo” por meio de novos elementos de hegemonia econômica e política. Além de discutir o tema no livro já citado, que trata, entre outros assuntos, do deslocamento dos centros de poder ao longo dos últimos séculos (Itália, Holanda, Inglaterra e EUA); em livro mais recente, Arrighi (2008) fortalece sua tese ao tratar especialmente das razões pelas quais a China se apresenta como candidata à nova potência econômica do século XXI⁶⁸.

Também a escala de abrangência dos centros de poder se altera. Ao corroborar uma vez mais com Braudel, Arrighi (1996 e 2008) informa que cada redefinição das estratégias e estruturas preponderantes em determinada fase de expansão capitalista está associada a uma capacidade de promover, organizar e regular a fase seguinte, sempre numa escala e num alcance maiores que as anteriores. Para Harvey (2008b e 2009), se cada deriva traz consigo uma mudança radical de escala, desde as pequenas Cidades-Estado iniciais até a economia de proporções continentais dos EUA na segunda metade do século XX, a mesma se justifica em função da regra diretriz capitalista de atingir acumulação com crescimento perpétuo e ampliado. Desde “*Los Límites del Capitalismo y la Teoría Marxista*” (1990 [1982]), até seus textos mais recentes, Harvey (2004; 2005; 2008a; 2008b e 2009) insiste na

⁶⁶ “[...] no esquema interpretativo que deduzi de Braudel, o longo século XX configurou-se como o último de quatro séculos longos, estruturados de forma semelhante, cada qual constituindo uma etapa específica do desenvolvimento do moderno sistema capitalista mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 10).

⁶⁷ Para Arrighi (1996, p. 6), os ‘ciclos sistêmicos’ são determinados por “padrões de recorrência e evolução, identificados por uma unidade fundamental do agente e estrutura primários dos processos de acumulação de capital em escala mundial”.

⁶⁸ Sobre essa temática, inúmeros trabalhos, a partir de diferentes abordagens, vêm sendo publicados desde o ano de 2001, ano da entrada da China na Organização Mundial do Comércio (OMC). Entre os mais recentes que tratam do papel da China na nova configuração da acumulação capitalista, merecem destaque: Harvey (2008a), Harvey (2008b), Aglietta e Berrebi (2007), Aglietta e Landry (2007), Lemoine (2006) e Paulet (2005). Na internet, também é possível encontrar extenso material, sobretudo em sítios como *China Labor Watch*, *Global Policy Forum*, *Centre d'Études Français sur la Chine Contemporaine*, *l'Institute de Recherches sur l'Economie de la Chine* e o sítio da revista *Perspectives Chinoise*, dos quais foram extraídos textos como o de Huang e Khanna (2004) e o de Simons (2007), entre outros.

tese de que o capitalismo se confronta com um antigo problema de absorção de excedente, manifestado numa cada vez maior dificuldade de encontrar uma saída lucrativa para a aplicação constante do capital.

Em função de um conjunto de forças competitivas que impelem o reinvestimento de parte do capital numa escala mais abrangente, tem havido uma taxa de crescimento cada vez maior no capitalismo e isso significa que é preciso encontrar saídas para novos e ampliados investimentos⁶⁹.

O que aconteceu nos últimos trinta anos está intimamente ligado ao problema de um excedente de dinheiro sem destinação. A necessidade de encontrar novas saídas para o capital estava “se tornando cada vez menos possível sem recorrer a toda sorte de ficções, como aquelas que caracterizaram os mercados de ações e negócios financeiros nas últimas três décadas” (Harvey, 2009, p. 02).

As instabilidades no mercado financeiro ocorridas em 2007/2008 apresentam estreita relação com o processo supracitado. Assim, reconstituir a trajetória das crises e expansões financeiras no âmbito proposto por Arrighi (1996 e 2008) e Harvey (2008a e 2009) parece ser um direcionamento interessante no sentido de iniciar o debate sobre os princípios universais que engendram o fim e o recomeço dos estágios de desenvolvimento do sistema capitalista mundial.

Naturalmente nosso objetivo neste texto não é discutir detalhadamente a crise supracitada nem as “derivadas tectônicas” profundas que ela provavelmente vem representar. Para isso, os trabalhos de Harvey (2008a; 2008b e 2009) e Arrighi (2008) já dão boas pistas sobre possíveis desdobramentos espaço temporais na geografia econômica e política mundial. Estamos mais interessados em entender os acontecimentos manifestados nos últimos trinta anos e seus efeitos sobre a produção material, a indústria e o território.

Mas como delinear com mais clareza os elementos particulares desse mais recente período de acumulação? Como compreender o conteúdo desses elementos profundamente marcados pela desigualdade geográfica das possibilidades econômicas e por um grau de centralidade cada vez mais forte? Representaria conjunto de características que aponta para uma configuração específica da acumulação capitalista? Tal configuração implicaria de fato em maior poder do capital portador de juros sobre o controle das decisões que recaem sobre a organização da política e do território? O capital produtivo e as relações de trabalho na indústria perderam seu papel proeminente no que tange à dinâmica da acumulação de capital? A nova geografia dos fluxos de produção e consumo, marcada por uma organização

⁶⁹ “O capitalismo é orientado para o crescimento. Uma taxa equilibrada de crescimento é essencial para a saúde de um sistema econômico capitalista, visto que só através do crescimento os lucros podem ser garantidos e a acumulação do capital, sustentada. (...) Na medida em que a virtude vem da necessidade, um dos pilares básicos da ideologia capitalista é que o crescimento é tanto inevitável como bom (HARVEY, 1998, p 166).

em rede da produção mundial e uma reestruturação das próprias formas de se produzir na indústria, guarda alguma relação com as atuais formas de acumulação?

Tais questões, inicialmente, precisam ser debatidas num plano de interpretação que considere a própria condição da acumulação capitalista de uma maneira geral. Ao observarmos a produção teórica acerca dessa temática, realizada por inúmeros autores desde o início do século XX, constatamos que o sentido da palavra *acumulação*, no capitalismo, recobre pelo menos três mecanismos diferentes, não mutuamente excludentes e que mantêm entre si ligação estrutural. Tratam-se:

- 1) Do aumento dos meios e da capacidade de produção, circulação e consumo a partir de investimentos em esferas diferenciadas da economia, assim como do funcionamento eficiente dessas esferas, apesar da desigualdade tecnológica e de poder econômico que se estabelece entre elas em diferentes momentos ou configurações do processo de acumulação;
- 2) Da capacidade de apropriação e captação de excedente de algumas esferas, centros econômicos ou empresas sobre outros sem a presença de novos investimentos, sobretudo mediante a extração de valor através do poder de monopólio combinado com inovações organizacionais e nova capacidade de gestão.
- 3) Da capacidade de extensão das relações de produção e de propriedade capitalistas no território, ao atingir regiões e/ou países que ainda não tinham sido submetidos a tais relações.

Para retomar apenas uma obra clássica que trata destes mecanismos no começo dos anos de 1970, ou seja, na ocasião da última grande crise de acumulação desencadeada no seio da configuração fordista, podemos observar algumas constatações do livro “O Capitalismo Tardio” de Ernest Mandel. Neste trabalho, publicado inicialmente em 1973, Mandel (1982) informa que o desenvolvimento geograficamente desigual e setorialmente diferenciado é uma parte essencial da vitalidade capitalista e constitui instrumento de fundamental importância para o crescimento de suas taxas de acumulação. Como o capitalismo se caracteriza por apresentar múltiplas sequências de expansão e estagnação nas quais a força de superação das crises será sempre a procura por superlucros⁷⁰, a diferenciação espacial (subnacional e internacional) e o desenvolvimento desigual de ramos e setores são elementos de suma importância na leitura de cada configuração específica de acumulação.

Depois de propor uma periodização para o capitalismo, ao distinguir três fases na história do sistema, qual seja, o capitalismo de livre concorrência (até o final do século XIX),

⁷⁰ Lucros além da taxa de lucro social média (MANDEL, 1982).

o imperialismo clássico (até as depressões do entreguerras) e o capitalismo tardio (a partir do Pós-Guerra), Mandel (1982) centra-se nesta última fase para justificar as razões pelas quais as desigualdades territoriais e a apropriação de valor entre diferentes setores da economia coexistem lado a lado, ganhando especificidades mediante as demandas prementes do período. No capitalismo tardio, a combinação diferenciada de fontes de superlucros assume complexidade e o destaque dado às captações de valor entre os diferentes setores da economia e à diferenciação territorial (regional e internacional), é cada vez maior, sendo os setores e os territórios menos poderosos responsáveis pela transferência de excedente para os mais dinâmicos.

O autor também lembra que a disponibilidade e a manipulação de novas tecnologias se transformam em importante base de reestruturação econômica e espacial, na medida em que determinados grupos industriais ou instituições financeiras, bem como ramos e empresas específicos dos setores de comércio e serviços, diferenciam-se em termos de produtividade, lucratividade e controle da força de trabalho. Efetivamente, as grandes mudanças tecnológicas e midiáticas que tomaram forma no período, culminaram com a redefinição dos papéis desempenhados pela indústria, pelas finanças e pelas demais esferas da economia nas décadas seguintes.

A visão de Mandel (1982), na metade dos anos de 1970, era de um autor que deparava com alterações importantes na configuração capitalista, mesmo que o ritmo acelerado delas não permitisse observar com clareza os desdobramentos suscitados nos anos subsequentes. Em pleno turbilhão dos acontecimentos, elementos novos se mesclavam a fenômenos antigos, ao criar uma imagem indefinida da nova configuração que se produziria nas décadas seguintes. Importante perceber em Mandel como os mecanismos de acumulação capitalista estavam presentes na leitura das especificidades e na sua relação com os princípios universais de reprodução ampliada do capital. Mesmo sem retomar a *longue durée* de Braudel (2009), configuram-se estruturas e conjunturas do capitalismo sem se perder de vista os diferentes acontecimentos manifestados nas diversas etapas de seu desenvolvimento.

Perspectivas diferenciadas, tornadas prodigiosas para a acumulação capitalista desde a década de 1970, pedem uma nova leitura dos mecanismos nestes últimos anos. Os principais traços sistêmicos de acumulação ganharam nova configuração e as condições que asseguraram altas taxas de crescimento econômico durante o regime fordista perderam eficiência. A nova leitura obviamente contempla o papel assumido pelas finanças no conjunto das relações econômicas e territoriais, mas deve levar em consideração duas premissas fundamentais (CHESNAIS, 2002):

- 1) as condições que asseguram uma nova configuração da acumulação capitalista não são dadas *a priori*, como se o próprio capital pudesse, *per se*, definir e implementar

eternamente estratégias de autorregulação. A nova configuração, assim como as configurações anteriores, se beneficia de relações sociais e políticas impostas à ordem de reprodução, construídas deliberadamente através de relações e/ou instituições interessadas em conter conflitos e contradições inerentes ao próprio capitalismo⁷¹.

2) As mais recentes formas de acumulação ocorrem num contexto dinâmico marcado pela intensificação das relações internacionais de produção e consumo, o que implica numa configuração que se beneficia de diferentes condições histórico-territoriais, na qual a mundialização da economia representa um traço marcante. Assim, o arranjo mais recente do espaço mundializado, desenhado por relações cada vez mais assimétricas e hierarquizadas e capacitado a permitir uma “arquitetura” de interpenetração onde os agentes político-econômicos podem desfrutar de certa liberdade de localização, define o alcance e o conteúdo da nova configuração da acumulação capitalista.

Tratamos então de discorrer acerca da mais recente configuração num plano de organização que destaca os três mecanismos anteriormente citados. Numa primeira etapa, serão considerados os meios e a capacidade de investimento e apropriação das diferentes formas de capital; e as aplicações financeiras como instrumento de valorização e de subordinação dos capitais produtivos, principalmente através de reengenharias produtivas organizacionais e de gestões aplicadas aos grupos industriais objetivando alcançar maiores taxas de acumulação. Em seguida, serão consideradas as dimensões territoriais que absorvem e movimentam estes mesmos processos, com ênfase na organização articulada, hierarquizada e fragmentada do território e de seus fluxos materiais e imateriais.

2.2- NOVA CONFIGURAÇÃO DE ACUMULAÇÃO E CONSEQUÊNCIAS PARA O PROCESSO PRODUTIVO INDUSTRIAL

2.2.1. O PERFIL DA NOVA CONFIGURAÇÃO DE ACUMULAÇÃO

A estrutura e a gestão das riquezas capitalistas, nas últimas três décadas, passaram por alterações que foram redefinidoras das formas de investimento e do papel dos agentes institucionais hegemônicos garantidores do bom funcionamento da produção e da circulação

⁷¹ “As expansões e reestruturações da economia capitalista mundial têm ocorrido, antes, sob a liderança de determinadas comunidades e blocos de agentes governamentais e empresariais, singularmente bem-posicionados para tirar proveito das consequências não pretendidas dos atos de outros agentes. (...) são estratégias e estruturas mediante as quais esses agentes preponderantes promovem, organizam e regulam a expansão ou a reestruturação da economia capitalista mundial” (ARRIGHI, 1996, p. 10)

dos capitais. Fortemente marcado pelo desempenho ativo dos grandes grupos produtivos transnacionais, o capitalismo do pós-guerra centrou-se numa combinação prodigiosa entre regulamentação política e econômica e regulação social, ao culminar num aprofundamento da concentração e centralização do capital, com a formação de oligopólios de alcance mundial em importantes esferas da economia, determinando a alocação do trabalho social e a repartição dos produtos entre os diferentes departamentos da produção (CHESNAIS, 2005).

No entanto, redefinições no quadro da organização socioeconômica na década de 1970 proporcionaram alterações substanciais no conjunto dos mecanismos de regulamentação política e de controle sobre os investimentos nas diversas esferas da economia. Parecia que o arranjo sistêmico dos mecanismos de acumulação, na forma como estavam dados, não mais atendiam aos interesses dos investidores, reiterando a máxima de David Harvey sobre uma taxa média de valorização pela qual todo esforço de mudanças seria sempre justificado. Isso atingiu o cerne da economia de mercado e suas estratégias de operação, assim como o desempenho dos grupos empresariais, a posição dos órgãos reguladores, o papel das instituições de investimento e toda sorte de interesses em aplicações financeiras. Desde então, desencadeou-se uma “configuração específica do capitalismo na qual o capital portador de juros está localizado no centro das relações econômicas e sociais” (CHESNAIS, 2005, p. 31)⁷².

Foram mudanças que possibilitaram ao capital especulativo uma maior capacidade de ação frente aos demais capitais, influenciando, de qualquer forma e num alto grau de complexidade, as outras esferas da economia. Tornou-se comum a formação e a mobilidade de capital fictício, sobretudo por meio da especulação e da inflação do valor de ativos, garantidas pela transferência dos investimentos dos setores produtivos para os setores financeiros, cada vez mais obcecados pela rentabilidade associada à liquidez.

Na concepção de Chesnais,

esse capital busca fazer dinheiro sem sair da esfera financeira, sob a forma de juros de empréstimos, de dividendos e outros pagamentos recebidos a título de posse de ações e, enfim, de lucros nascidos de especulação bem-sucedida. Ele tem como terreno de ação os mercados financeiros integrados entre si no plano doméstico e interconectados

⁷² Não nos cabe recuperar neste trabalho uma discussão conceitual sobre o papel do capital portador de juros frente às demais formas funcionais do capital no contexto do processo de geração do valor. Tal discussão, já iniciada de maneira incompleta por Marx nos volumes 2 e 3 de *O Capital*, foi praticamente negligenciada por estudiosos dos mais diversos assuntos ao longo do século XX. Mas a emergência das finanças como articuladora de investimentos nas últimas décadas e o seu poder cada vez maior de manipulação frente aos demais capitais estimulou a produção de um rico arsenal de trabalhos a partir de muitas e diferentes abordagens. Desde o pioneiro trabalho de David Harvey (1990 [1982]), que guarda um capítulo para o polêmico termo *capital financeiro* empregado por Hilferding; até a farta produção que resultou das instabilidades recentes do mercado financeiro, merecem destaque, entre outras obras, Chesnais (2002; 2003; 2005; 2006 e 2007), Brunhoff (2006); Husson (2006), Carcanholo y Sabadini (2008) e Carcanholo y Nakatani (2001 e 2006).

internacionalmente. Suas operações repousam também sobre as cadeias complexas de créditos e de dívidas, especialmente entre bancos (CHESNAIS, 2005, p. 35).

O mesmo Chesnais (1996 e 2002) informa que essa nova configuração está dominada por uma espécie de “fetichismo da liquidez”, representado por um comportamento “patologicamente” nervoso do capital, no qual as características mais importantes são a busca desenfreada pela rentabilidade em curto prazo, a fluidez dos investimentos e a cobrança demasiada para com os países que recebem estes investimentos. Essa ideia é confirmada por Lordon (2008a, p. 74), quando o autor afirma que a liquidez é uma obsessão dos mercados, “le Nord des investisseurs, la condition *sine qua non* de leur engagement, car elle est une promesse de réversibilité: sortir ‘comme on veut’”.

Trata-se também de uma configuração marcada pelo domínio de uma propriedade patrimonial, isto é, um controle específico do capital feito pelo proprietário-acionista ou pelo acionista institucional possuidor de títulos de empresas, que apresenta os meios e as condições necessárias para intervir diretamente nos interesses das mesmas, inclusive em suas dimensões essenciais, como as dos salários de trabalhadores ou dos lucros e rendas financeiras⁷³. É uma forma de propriedade que cria direitos a rendas mobiliárias e imobiliárias e apropriações relacionadas às aplicações em bolsas de valores (CHESNAIS, 2002).

A finalidade da propriedade patrimonial não é diretamente “nem o consumo nem a criação de riquezas que aumentem a capacidade de produção, mas o rendimento” (CHESNAIS, 2005, p. 50). Tal premissa conduz cada vez mais os capitalistas às estratégias de valorização diferenciadas da configuração fordista, sendo as mais conhecidas aquelas em que as bolsas colocam nas mãos de investidores de apetite insaciável o destino das empresas e de seus assalariados. Como o objetivo dos investimentos é, antes de tudo, a rentabilidade máxima, a forma de propriedade patrimonial assume a frente das negociações e o resultado é a redefinição de alguns princípios gerais da empresa tradicional, mesmo que isso implique reestruturações gerenciais ou produtivas ou falência da própria empresa. No âmbito especificamente industrial, muitas vezes a propriedade do capital produtivo é cedida aos investidores financeiros e o controle das metas de produtividade acaba se submetendo às conveniências da lucratividade em curto ou curtíssimo prazo.

Numa outra situação, a gestão financeira define suas formas de valorização a partir de uma estratégia de especulação em que o objetivo é antecipar ganhos oriundos da própria

⁷³ Uma discussão mais aprofundada acerca da natureza intrínseca do patrimonial e de sua diferença para com o credor é feita por Aglietta e Berrebi (2007) e por Chesnais (2002 e 2005) e esclarecem as razões pelas quais a natureza do primeiro é muito mais presente no capitalismo desses últimos anos, sobretudo por designar uma propriedade que foi acumulada e dirigida para o “rendimento”.

variação dos preços e não de uma vantagem oferecida pela produção, comercialização ou o uso de um bem.

Para Chesnais,

estamos diante de uma lógica econômica em que o dinheiro entesourado adquire, em virtude de mecanismos do mercado secundário de títulos e da liquidez, a propriedade 'miraculosa' de 'gerar filhotes'. O 'capitalismo patrimonial' é aquele em que o entesouramento estéril, representado pelo 'pé-de-meia', cede lugar ao mercado financeiro dotado da capacidade mágica de transformar o dinheiro em um valor que 'produz' (CHESNAIS, 2005, p. 50).

Obviamente, o papel das instituições financeiras internacionais e do Estado dito neoliberal é o de garantir o bom funcionamento desta configuração, principalmente a partir de medidas conservadoras na política fiscal e no controle contábil do mercado produtivo. Todo um corpo de agentes, instituições e empresas assumem incondicionalmente o comportamento "ansioso", que busca a credibilidade financeira internacional a qualquer custo; tudo isso coordenado pelo gestonários da regulamentação global. Para garantir tal operacionalidade, foram criadas ou redefinidas algumas instituições com forte intervencionismo internacional, para controlar dívidas de países pobres com poder financeiro, econômico e fiscal, representando a dimensão institucional global da arbitragem financeira.

Todo esse arranjo não poderia ter sido montado sem a presença marcante de forças políticas interessadas na consolidação do novo quadro. Não se pode falar de "ditadura dos mercados" sem uma forma de "golpe de Estado" que permita impor regras jurídico-institucionais para servir-la de suporte⁷⁴. Enfatizar estas questões implica interpretar o capitalismo para além de uma organização sistêmica de produção e circulação de riquezas. O sistema como um todo e cada uma de suas configurações específicas não se consolidam sem se afirmarem enquanto modelos de sólidos compromissos sociais garantidos pela dominação política e pela imposição do poder institucional (CHESNAIS, 2005). Dificilmente haverá reprodução estável das formas de produção e apropriação de riquezas sem que formas de regulação social sejam politicamente tecidas.

No que tange à configuração de acumulação capitalista com predominância financeira (CHESNAIS, 2002), sua efetivação não teria se dado sem a intervenção pioneira de uma série de "golpes de força"⁷⁵. Do mesmo modo, a manutenção desta lógica não teria tido

⁷⁴ "As expressões 'ditadura dos credores' e 'tirania dos mercados' foram propostas para designar certas relações características de finanças de mercado. Não se pode ter ditadura sem uma forma de golpe de Estado" (CHESNAIS, 2005, p. 39/40).

⁷⁵ "Um dos traços característicos do regime com dominação financeira é o de se originar de uma série de golpes de força, ligados aos nomes de Margaret Thatcher, Paul Volcker e Ronald Reagan" (CHESNAIS, 2002, p. 15).

qualquer sucesso sem a transferência para os mercados de grandes atividades de serviços que, anteriormente, estavam ligados ao setor público pela via de uma privatização duramente imposta à sociedade e que contrariou a vontade política da maioria das pessoas, tanto em países pobres como em potências econômicas como os Estados Unidos. A capacidade de mercantilizar novos campos até então considerados fora do alcance do cálculo da lucratividade, como recursos de origem natural, e algumas formas de cultura ou direitos de propriedade intelectual também são tipicamente o resultado do poder institucional corroborando o projeto de transferir ativos do domínio público para o domínio privado (HARVEY, 2008a).

Por tais razões, Chesnais (2006, p. 111) informa que essa nova configuração não é aleatória e muito menos resulta de uma conformação natural do capital ao deparar com dificuldades em seus ritmos de crescimento. Impõe-se como um “resultat des mesures prises par les pays capitalistes centraux pour résoudre la crise structurelle telle qu’elle se manifestait dans la seconde moitié des années 1970”. As medidas tomadas, permitiram “lever les contraintes et de cesser de nourrir l’inflation en attirant de l’extérieur les sommes oisives en quête de placements, et aux autres de se déployer toujours plus librement dans un espace mondialisé de valorisation du capital” (CHESNAIS, 2006, p. 112).

Fez parte dessas medidas, além de uma ampliação do investimento direto externo associado a uma dinamização das trocas comerciais, um esforço de maior liberalização dos fluxos financeiros, que só foi possível, segundo Bourguinat (1992)⁷⁶, graças a três elementos constitutivos de uma expansão das atividades financeiras e produtivas para a escala do mundo. São eles:

- 1) A *Desregulamentação*: que está associada à redução ou abolição do controle sobre as transações internacionais, garantindo intenso fluxo monetário, produtivo e financeiro;
- 2) A *Desintermediação*: que criou a possibilidade de contatar diretamente as fontes de financiamento sem a intermediação bancária, o que permitiu a abertura das operações de empréstimos a instituições diversas e proporcionou largo crescimento dos investimentos no mercado;
- 3) A *Descompartimentalização*: que implica a desfragmentação de operações financeiras e de tipos de mercado, levando à liberalização das formas de investimento e à facilitação da entrada de empresas estrangeiras em diversos países, sobretudo adquirindo títulos públicos ou comprando ações em Bolsas de Valores. A descompartimentalização interna e externa das economias desobstruiu algumas

⁷⁶ Bourguinat (1992; 1995 e 2009) foi pioneiro na discussão sobre o papel dos três “Ds” na fluidez e volatilidade da economia financeira internacional.

antigas barreiras geográficas, temporais e funcionais que atrapalhavam os negócios em escala internacional.

Ora, tais medidas de liberalização e privatização não se efetivariam sem a intervenção direta do poder do Estado ou das instituições no tocante às finanças, aos investimentos produtivos e às trocas de mercadorias e serviços. No contexto das recentes “derivas tectônicas” do dispositivo espaço-temporal capitalista, falar de autonomia dos mercados frente ao poder político não faz nenhum sentido. Hoje, mais do que em qualquer outro momento dos últimos trinta anos, só é possível enxergar o funcionamento dos mercados estendendo-se fortemente a análise à esfera geopolítica e social.

Se ainda existia alguma dúvida acerca dessas questões, os acontecimentos de 2007/2008 foram incisivos contra qualquer pretensão neoliberal de defender independência econômica frente aos governos. Lordon (2010), a partir de informações obtidas da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) apresenta números contundentes: cerca de 1 trilhão e 400 bilhões de dólares foram gastos para salvar as empresas e bancos envolvidos nesta crise financeira. Isto corresponde em média a um total de 1.676 dólares por ser humano.

Desse modo, esse é o perfil da mais recente configuração de acumulação do capital. Trata-se de uma configuração que guarda suas particularidades, mas, ao mesmo tempo, não escapa ao movimento anunciado por Braudel (2009) e Arrighi (1996 e 2008) de expansão financeira sistêmica na busca por mais e mais lucratividade. É uma dinâmica que não existe sem estabilidades, mesmo assim não deixa de criar, a cada fase de expansão/recessão, condições para o surgimento de divisões do trabalho mais amplas e aprofundadas e de mobilizar um bloco de agentes econômicos e governamentais capazes de levar o sistema com frequência a um novo arranjo sistêmico.

2.2.2. COMPETITIVIDADE E FORMAS DE ACUMULAÇÃO NO NOVO MUNDO INDUSTRIAL – O CURIOSO CASO DA CONTAMINAÇÃO POR MIMETIZAÇÃO

Entre algumas muitas falsas ilusões difundidas acerca da configuração capitalista com predominância financeira, está aquela que defende a tese segundo a qual a extração de valor utilizada pelo capital portador de juros prescinde completamente da dinâmica industrial e dos investimentos de natureza produtiva, sendo estes últimos hoje completamente desimportantes para as formas de acumulação. Apresenta-se essa tese como se o capital portador de juros não fosse também uma forma funcional do capital industrial e sua dinamização não estivesse associada à produção e comercialização de mercadorias.

Na verdade, salvo quando se apresenta na forma de capital especulativo parasitário com existência contraditória (ao mesmo tempo real e fictício) e formador de “bolhas financeiras”, cujo corolário tem o impacto das instabilidades sofridas pela economia nos últimos vinte anos, existe forte relação entre o capital portador de juros e o capital industrial. Apesar da dominação do capital fictício sobre o capital produtivo na atual economia de mercado, o que ocorre muitas vezes é a transferência de valor do segundo para o primeiro, tornando a lógica da produção material totalmente subordinada à especulação dos velhos e dos novos mecanismos financeiros⁷⁷.

Nesta recente configuração ou em qualquer outra da história capitalista, não é possível prescindir de fluxos de valor que não transitem pela esfera produtiva. Mesmo em fases de acumulação em que expansões financeiras são preponderantes, o que se dá é uma insuficiência do comércio e da produção em reinvestir na compra e na venda de mercadorias sem uma redução drástica das margens de lucro. Assim, a possibilidade de recuperar o capital investido na produção e no comércio diminui e os agentes capitalistas tendem a manter líquida uma proporção maior de seu fluxo de caixa. É nesse contexto que se montam as bases para a expansão financeira sobressair-se face à expansão material. No entanto, não se deve esquecer que o primeiro fenômeno típico de uma acumulação nesses moldes é ganhar capacidade de transformar o capital excedente dos meios de produção, do comércio e até dos objetos da paisagem em oferta cada vez maior de dinheiro e crédito (ARRIGHI, 2008).

Harvey, não sem espanto e sem manifestar a natureza preliminar de suas conclusões, em 1989, escreveu:

Estou, portanto, tentado a ver a flexibilidade conseguida na produção, nos mercados de trabalho e no consumo antes como um resultado da busca de soluções financeiras para as tendências de crise do capitalismo do que o contrário. Isso implicaria que o sistema financeiro alcançou um grau de autonomia diante da produção real sem precedentes na história do capitalismo, levando este último a uma era de riscos financeiros igualmente inéditos (HARVEY, 1998, p. 181).

O espanto de Harvey não escondia a surpresa para com a nova forma de acumulação, submetida a um movimento no qual o capital fictício, instável e fortemente marcado por estratégias especulativas parasitárias, passou a ditar os ritmos da economia. Em meio a essa questão, outra preocupação ficava evidente: diante de uma possível bancarrota dos mercados financeiros em função da avidez dos investidores por lucros exorbitantes, o que

⁷⁷ Reiteramos que, para um aprofundamento dessas discussões e uma leitura recente e mais detalhada das relações estabelecidas entre as formas funcionais do capital, é interessante ver Carcanholo y Sabadini (2008); Carcanholo y Nakatani (2001 e 2006); Brunhoff (2006); Husson (2006) e Chesnais (2006 e 2007).

sobrar da “economia real” estando ela dependente dos grandes agentes das finanças internacionais e de suas “aventuras espetaculares”?

Esta questão nos assola ainda hoje, sobretudo em momentos de expressivas instabilidades desses mercados⁷⁸, mas muitas das dúvidas acerca da manutenção dessa configuração e da sua capacidade de extrair valor da “economia real” foram respondidas através de profundas transformações nas formas de pensar a competitividade capitalista, assim como pela capacidade de reorganizar a produção material e sua distribuição até os mercados consumidores.

A chave da mudança está na subordinação da empresa industrial e comercial ao que Petrella (1996) chama de princípio da “competitividade”. Segundo o autor, a competitividade hoje, sob influência da teoria e da prática econômica da financeirização, ganha um sentido de enfrentamento entre rivais, convertendo as atitudes das empresas em estratégias cujo único propósito é derrotar os concorrentes⁷⁹.

Numa configuração de acumulação em que os grandes investidores buscam cada vez mais rentabilidade em curto prazo; e estão interessados nas facilidades da liquidez, ao retirar seus investimentos no momento que lhes convêm; qualquer iniciativa empreendedora na produção industrial ou na circulação de produtos e serviços será contaminada pela filosofia do engajamento sob condições de retorno seguro e imediato. Assim, o imperativo da competitividade, além de impor-se como meio, coloca-se também como fim das relações econômicas e socioterritoriais, ao converter-se no principal objetivo de empresários do comércio e da indústria, banqueiros e lideranças governamentais.

Nas palavras de Petrella,

Empresários, políticos, economistas, financieros, técnicos y líderes sindicales han hecho de la metáfora de la competitividad su propio credo. La exigencia de competitividad está en el centro de sus debates y de sus propuestas. No hay expresión más frecuentemente aludida que ésta en discursos políticos, diarios, libros, cursos y seminarios de formación empresarial. La ‘batalla por la competitividad’ ha sido el primer tema de debate de los últimos veinte años (PETRELLA, 1996, p. 145).

Naturalmente, essa premissa não se limita ao universo de uma empresa, outrossim, a setores industriais e a países e regiões do mundo, implicando numa micro, meso e macro escala da competitividade. Trata-se, então, de apresentar o comportamento competitivo como uma dimensão social e humana, o único e poderoso motor de ação, motivação e inovação. Nesse caso, a alusão aos termos associados à gestão consagra a ideologia da

⁷⁸ Que o diga o caráter da última crise, dada exatamente no seio dos regimes hipotecários dos Estados Unidos.

⁷⁹ “La competitividad, ser competitivo, he aquí el credo de nuestros días. Mantener y mejorar la competitividad de las empresas y de la economía es el ideal a realizar” (PETRELLA, 1996, p. 143).

competitividade como um imperativo do curto prazo e uma hegemonia dos lucros e dos benefícios econômicos enquanto ato que se resume à superação e à “aniquilação” dos competidores.

A meta mais importante a ser defendida numa concepção dessa natureza é adquirir bastante força para derrotar os adversários. Está declarada assim a “guerra econômica sem quartel”, e o vencedor será revelado pela destreza ao estabelecer corretamente a sua visão, a sua missão, os seus valores, os seus objetivos e as suas estratégias, num esforço de “agressividade” cujo “fracasso” implica em exclusão do mercado e a “conquista” leva a superação e ao bem-estar individual e coletivo (PETRELLA, 1996).

Lordon (2008a, p. 75), num livro de título sugestivo, “Jusqu’à quand?”, trata o tema a partir da emergência de um tipo de concorrência exacerbada que levou ao extremo a experiência da competição. Em sua opinião, influenciada pela lógica das finanças, deu-se nas demais esferas da economia a generalização de um individualismo radical, no qual o melhor desempenho é medido pela capacidade de desobrigação para com os riscos coletivos ou institucionais: “si l’on cherche la forme pure et poussée à son plus haut degré d’accomplissement de l’individualisme, pas d’erreur, c’est dans la finance de marché qu’il faut aller l’observer”.

Assim, a obsessão pela liquidez e a concorrência econômica que dela resulta denunciam o caráter predatório do paradigma do individualismo. Trata-se, como afirma Beluzzo (2008), da hipótese da racionalidade individual como pressuposto metafísico da ideologia dominante. Hoje, mais do que nunca, ela é necessária para apoiar a “construção” do mercado como um servo-mecanismo capaz de conciliar os planos individuais e egoístas dos agentes. Assim, o indivíduo maximizador da utilidade torna-se a argamassa do pensamento social dominante.

Para Milton Santos (1999), existe um problema muito maior. Como a ideia de competitividade ganhou um movimento de expansão rápido e eficaz, os seus valores assumiram hoje feição de verdade axiomática, restando às empresas aceitarem essa direção como única tábua de salvação. Trata-se de uma concepção que comanda o mundo como um circuito automático e é incorporada pelas empresas das mais diversas esferas da economia como se representasse a força irresistível de uma lei da natureza. O planeta inteiro, desse modo, tornou-se um campo onde se materializa esse tipo de concorrência.

Tais interpretações, ditas de maneiras diferentes, a partir de estudos que vão da geografia à economia, não convergem sem justificativa. Mesmo com capacidade de garantir margens de acumulação prescindindo de vantagens oferecidas pela produção e pela comercialização de bens e mercadorias, o imperativo da acumulação pela via financeira não deixa de submeter as empresas industriais e comerciais à sua lógica competitiva, exigindo

delas desempenhos de produtividade e de lucratividade que superem os padrões anteriormente estabelecidos pela configuração do tipo fordista.

Na concepção de Michalet (2003, p. 32), é uma lógica que “ultrapassa os limites da dimensão financeira para se estender às outras dimensões reais da economia, isto é, as da produção e das trocas”. A interdependência entre as esferas da economia, nesse sentido, passa essencialmente pelos efeitos de difusão do objetivo da competitividade e da rentabilidade financeira. Estabelece-se uma articulação entre os capitais, que se inicia a partir do movimento das variáveis próprias do mercado financeiro (a saber: taxas de juros, taxas de câmbio e os novos produtos geradores de ganhos especulativos) e se estende até os outros domínios (como a compra de ações, o mercado de *commodities* ou as aquisições-fusões), fazendo com que a administração das firmas se oriente pela administração da carteira dos bancos de investimento. Por consequência, os ativos industriais são assimilados aos ativos das finanças e a necessidade de satisfazer as normas impostas pelos mercados procura reconciliar as formas de circulação e organização produtiva com o imperativo socialmente dominante do “tudo-mercadoria”. Ao subordinar suas estratégias às práticas financeiras, as empresas produtivas conjugam sua atuação tradicional a atividades renovadas, deixando-se contaminar pela filosofia da acumulação exacerbada e acelerada, tida aqui como princípio da competitividade.

Do ponto de vista normativo, a modalidade de organização capitalista que permite essa convergência de interesses é a sociedade anônima, “cujo caráter coletivista se sobrepõe aos capitais dispersos e, ao mesmo tempo, reforça sua rivalidade” (BELLUZZO, 2005, p. 07). Resguardados sob esse mecanismo jurídico, a finança consegue alojar as suas estratégias de acumulação no seio dos grupos industriais. Desse modo, proprietários acionistas puramente financeiros submetem os administradores industriais aos códigos criados pelo mercado bursátil, comprando-lhes ações e submetendo-as a uma avaliação/classificação que respeita uma demanda de rendimentos estáveis bastante elevados.

Segundo Chesnais (2005 e 2007), tornou-se comum os administradores dos fundos de pensão e de aplicação financeira cobrarem das empresas das quais são acionistas um nível de rendimento de 15% dos seus fundos próprios. Aos administradores das empresas, cabe a tarefa árdua de responder à realidade dessas exigências. Diante da possibilidade dos diversos acionistas se desfazerem das ações cujos rendimentos não os satisfaçam, os administradores das empresas rapidamente se adaptam aos ritmos de acumulação desejados pelos investidores, moldando a empresa industrial ao formato financeiro, impondo-lhe prioridades bem diferentes da administração produtiva das décadas anteriores.

Na verdade, em se tratando dos maiores grupos empresariais produtivos, foi necessário substituir a figura do administrador industrial tradicional pelo *savoir-faire* dos

novos grupos de administração que compreendem os segredos dos mercados e dos serviços financeiros. Chesnais (2005) informa que toda essa operação de altas cobranças de rentabilidade pelos novos administradores não levou mais do que uma década para se materializar, notadamente com a intensificação das mudanças nos processos de engenharia produtiva e comercial. Assim, o novo administrador industrial moldou-se à lógica competitiva das finanças, “mas suas prioridades são muito diferentes das do administrador-industrial que ele substituiu”. A partir de então, “os grupos são dirigidos por pessoas para as quais a tendência da Bolsa é mais importante do que qualquer outra coisa” (CHESNAIS, 2005, p. 54).

Interessante também é perceber como as normas estabelecidas pela busca da lucratividade máxima ultrapassam as relações com as finanças e tomam forma no novo mundo industrial. Após uma “contaminação” inicial nutrida por grupos investidores financeiros através de pressões sobre as empresas produtivas de sociedade aberta, o que se vê é a generalização do princípio da competitividade para todas as empresas. Diretamente articuladas em função de uma concorrência cada vez mais tornada global, as empresas industriais de todos os tipos e de todos os tamanhos absorvem o imperativo da competitividade e as transformações produtivas não mais se resumem ao grande grupo industrial influenciado diretamente pelos mercados financeiros. Consequentemente, os padrões produtivos mudam como um todo e a atividade industrial, reagindo por “mimetismo”, toma para si os valores, as metas e os ritmos da acumulação com dominação financeira.

O novo paradigma do mundo industrial acirrou a concorrência entre as empresas na atração de mercados consumidores em escala global. No afã de conquistar mais compradores em diversas regiões do mundo, os gestores das indústrias aceleraram as inovações gerenciais e produtivas, na ânsia de superar os concorrentes e atingir as melhores performances de produtividade e comercialização. Os administradores mais ousados, assim como nas finanças, passam a ser louvados pelas estratégias de inovação ao alcançar bons resultados frente aos competidores.

Assim, reiteramos afirmações acerca dos padrões de acumulação impostos pela dinâmica financeira recente e sua capacidade de exigir das indústrias ganhos e arrecadações na quantidade e na velocidade dos novos ritmos de mercado. Na busca de tais objetivos, não há outra opção senão redefinir as metas e as formas de produção, estimulando também o aumento do consumo de produtos dispensáveis. A configuração capitalista com predominância financeira cobrou das indústrias a redefinição das suas formas de acumulação por pura “mimetização” das práticas realizadas pelo capital especulativo parasitário. O resultado foi a exacerbação da concorrência e a mudança tecnológica, que acompanhou a reengenharia da produção com toda sorte de

reestruturações flexíveis presentes nos últimos anos. Sobre esse assunto, é preciso discutir um pouco mais detalhadamente.

2.2.3. AS REPERCUSSÕES PARA O PROCESSO PRODUTIVO INDUSTRIAL

O desempenho da lucratividade nas empresas industriais a partir dos anos de 1970 estabelece uma nova relação de forças entre os proprietários e seus concorrentes. Este quadro, intensificado nas duas últimas décadas em todos os países industrializados, se apresenta fortemente marcado por uma competitividade acirrada, na qual está em jogo a disputa por mercados consumidores de abrangências diversas, seja em escala regional, nacional ou global. São fatores que obrigaram os dirigentes empresariais a adaptarem-se a ritmos mais frenéticos de concorrência capitalista, geralmente importando estratégias do universo das finanças ao incorporarem, se não o conteúdo dos mecanismos de acumulação por especulação, ao menos as formas de extrair excedentes compatíveis com os objetivos impostos pelos investidores/acionistas, apresentando resultados contábeis igualmente favoráveis.

Tal conjunção de estratégias tem como ponto de partida os exorbitantes ganhos do mercado financeiro exercendo pressão sobre os ganhos das atividades produtivas, que por sua vez, tentam ampliar suas metas de lucratividade. Ora, transformações dessa natureza não se dão sem alterações de grande magnitude nas formas de organização do arranjo produtivo industrial ou no controle dos meios de distribuição e comercialização do produto final fabricado por uma empresa.

Assim, desde que estas importantes alterações começaram a ocorrer, uma vasta produção bibliográfica tratou de analisar a fundo o conjunto de mudanças, resultando numa produção teórica ampla e diversa, com interpretações que trouxeram desde as abordagens técnicas de engenharias da produção industrial, interessadas em encontrar soluções administrativas para o problema da queda nas taxas de lucro, até trabalhos de grande fôlego, que tentaram explicar o conjunto de transformações no contexto da crise de um “regime de acumulação”, como demonstraram os estudos da Escola da Regulação francesa.

Ao tratar especificamente dos trabalhos da Escola da Regulação, que talvez tenham sido os mais influentes na leitura dos acontecimentos entre os anos de 1970 e 1990, o livro de Michel Aglietta, intitulado *Régulation et Crises du Capitalisme*, foi, sem dúvida, o precursor de uma visão renovada acerca da crise de uma configuração específica do capitalismo pós Segunda Guerra Mundial: o fordismo. Posteriormente, vários autores trataram do tema da ruptura das regulações econômicas capitalistas direcionando o olhar para o regime de acumulação fordista e suas transformações, entre eles Robert Boyer, Alain

Lipietz, Benjamin Coriat, André Orléan e Frédéric Lordon. As ideias centrais desse grupo influenciaram até mesmo autores não diretamente interessados em entender as transformações capitalistas a partir de regimes de acumulação ou modos de regulação: David Harvey (1998) e François Chesnais (2002; 2003; 2005; 2006 e 2007) são exemplos de autores que incorporaram, obviamente não sem restrição, muitas inferências dos regulacionistas.

A ideia de fordismo, anteriormente concebida, consistia no aperfeiçoamento dos princípios tayloristas de engenharia de produção, colocados em prática na indústria automobilística do empresário norte-americano Henry Ford, o qual introduzira uma linha de montagem em sua fábrica separando “cabeças” e “mãos”, utilizando esteiras transportadoras com paradas periódicas onde os trabalhadores executavam operações simples e padronizadas (PEREIRA, 1998). Tal concepção representou a ideia de intensificação do trabalho fabril, sobretudo ao determinar uma série de passos através da qual a produtividade aumentaria e permitiria repartir parcela dos ganhos com os próprios trabalhadores, resultando conseqüentemente, num sistema de produção e consumo de massa.

Para a Escola da Regulação o conceito de fordismo é mais abrangente⁸⁰. Seus autores partem da correspondência entre as relações sociais de produção e um determinado domínio tecnológico para falar de um “regime de acumulação”, isto é, um sistema que abrange estruturas de produção, relações sociais e instituições diversas, cuja convergência é capaz de conter os conflitos e as contradições inerentes ao capitalismo por certo período⁸¹.

O regime de acumulação fordista, consolidado nos países mais industrializados do mundo depois da Segunda Guerra Mundial, provocou importante transformação nas relações de trabalho, possibilitando uma negociação coletiva dos ganhos de produtividade e permitindo crescimentos reais dos salários. Na verdade, o regime abriu possibilidade para a criação de uma demanda efetiva das mercadorias capitalistas, ao constituir o surgimento de mercados de produção e consumo de massa sem comprometer as taxas de lucro dos capitalistas e os empregos dos trabalhadores. A intervenção do Estado como avalista da estabilidade econômica, assim como um importante agente de regulamentação política e de distribuição dos excedentes para as camadas mais pobres da sociedade, completava o arranjo e dava-lhe um traço sistêmico de acumulação (AGLIETTA, 1997; BOYER, 1990; 2004 e LIPIETZ, 1988).

⁸⁰ Não se deve esquecer que Gramsci já havia escrito um artigo famoso, intitulado Americanismo e Fordismo, no qual discorria acerca do fordismo como um sistema que ia além da organização fabril, propondo um estilo de vida endossado pelos aparelhos sociais que pudesse estimular a produção e o consumo de massa.

⁸¹ Para essa leitura foram usadas, em especial, as obras de Aglietta (1997), Boyer (1990 e 2004) e Lipietz (1988).

O equilíbrio virtuoso do fordismo quebrou-se exatamente nos anos de 1970 e a Escola da Regulação entendeu essa transformação do capitalismo como uma crise do próprio regime de acumulação, que não poderia mais manter crescimento, produtividade e salário com as características de rigidez predominante. Desse modo, fatores como a incorporação salarial dos ganhos de produtividade, a estabilidade dos empregos e os sistemas de organização da produção com reduzida capacidade de variação face às demandas não mais comporiam um arranjo positivo que possibilitasse a reprodução das formas de acumulação.

Lipietz (1988) explicaria o problema da acumulação fordista a partir de dois fatores estruturais: o primeiro, resultado do aumento do poder aquisitivo dos trabalhadores, que implicaria cada vez mais em aumento dos custos⁸²; e o segundo associado ao que ele chama de “acréscimo no valor do capital *per capita*”, o que, em termos marxistas, seria conhecido como aumento da “composição orgânica do capital”, responsável pelo fato dos ganhos da produtividade não compensarem mais o aumento da composição técnica do capital, isto é, a ampliação dos investimentos em máquinas e equipamentos⁸³. Isso fez o autor concluir que a crise, tal como se apresentava, era de rentabilidade e não de superprodução, como havia ocorrido em 1929/1930⁸⁴.

Aglietta (1997), já no livro de 1976, anunciava a emergência de um possível “neofordismo⁸⁵” como resposta à crise que se desdobrava. No plano da organização do processo produtivo, informava que características como a disposição territorial da linha de montagem provocavam atrasos frequentes ao comprometerem o equilíbrio da demanda e da oferta. Além disso, os efeitos da intensificação do trabalho e a fragmentação das atividades, ao contrário do passado, engendraram perdas de produtividade. Concluía que, em função da rigidez técnica dos trabalhadores e do sistema de máquinas, seria necessário que os capitalistas elevassem os investimentos cada vez mais no intuito de obterem ganhos de produtividade, incorrendo numa tendência crescente de aumento dos custos (PEREIRA, 1998). Nesse sentido, manter o compromisso fordista com garantia de constante aumento da lucratividade seria difícil dentro desta configuração capitalista.

⁸² “A crise nasceria de um ‘aperto dos lucros’ (*profit squeeze*) devido a uma aceleração dos aumentos do poder aquisitivo, que provocaria um acréscimo do custo salarial unitário” (LIPIETZ, 1988, p. 57).

⁸³ “ (...) esses ganhos de produtividade em declínio exigiram um acréscimo em valor do capital *per capita*, vale dizer, em termos marxistas, da composição orgânica do capital. De fato, desde essa época, os ganhos de produtividade não compensam mais o aumento da composição técnica do capital, do volume do capital fixo *per capita*” (LIPIETZ, 1988, p. 58).

⁸⁴ “Que a ênfase seja dada ao *profit squeeze* ou ao aumento da composição orgânica, resta que a crise atual da acumulação intensiva aparece como uma crise de rentabilidade, ao contrário da crise de 1930 que era de superprodução” (LIPIETZ, 1988, p. 58).

⁸⁵ A expressão “neofordismo” foi cunhada por Palloix (1982 [1976]) também na década de 1970 para justificar as transformações no arranjo sistêmico fordista. Tanto Palloix, quanto Aglietta (1997 [1976]), na ocasião, tiveram preocupação em nada afirmar acerca da substituição mecânica do fordismo por outro regime emergente. Ao contrário de muitos trabalhos que nos anos de 1980 e 1990 propuseram uma completa superação da configuração fordista, considerando somente elementos ligados à reengenharia tecnológica e da produção industrial, estes autores iniciaram a discussão sobre uma reestruturação da configuração vigente, ao considerar a relação contraditória entre manutenção e superação dos arranjos sistêmicos (PEREIRA, 1998).

Benjamim Coriat (1994), ao enfatizar a reestruturação das linhas de montagem, também apontou transformações relevantes num dos mais importantes símbolos do fordismo, isto é, o princípio de fluxo contínuo de produção permanente interligado por esteiras, gerando economias de escala em grandes séries. Observava que as empresas industriais introduziam planos de engenharia ao fragmentarem as linhas de produção dentro ou fora da grande fábrica, dando a elas autonomia produtiva de parte dos produtos e o seu próprio estoque de componentes e ferramentas. Assim, as vantagens da tecnologia de produção em série fordista continuavam sendo aproveitadas, mas a repetição das tarefas por parte dos trabalhadores e os problemas com o gerenciamento e a ociosidade de estoques, máquinas e componentes aos poucos eram eliminados.

É claro que essas mudanças só foram possíveis em função da automação do processo produtivo, que possibilitou a ampliação das funções e a formação de grupos semiautônomos de trabalhadores sem prejudicar a integração da atividade produtiva. A empresa industrial, desse modo, manteve a base do princípio taylorista/fordista da separação entre concepção e execução, mas diminuiu os problemas oriundos da linha de produção onerosa, conhecida por provocar encadeamento sucessivo rígido de montagem e tensões psicológicas e fisiológicas no trabalho.

Tais alterações permitiram fragmentar a produção entre várias empresas e em estabelecimentos múltiplos. Através de um movimento de combinação e a partir da distribuição de várias funções e etapas do processo produtivo, a tradicional produção verticalizada em um só estabelecimento pôde ser distribuída em diversas unidades de produção, implicando também numa complexidade da divisão técnica e territorial do trabalho, exigindo a redefinição de padrões convencionais de gerência e organização produtiva. Coriat (1994) verificou alguns casos em que a grande empresa havia abdicado completamente da produção e só controlava o quê, quando e onde produzir, transferindo a produção propriamente dita para subcontratadas, localizadas tanto em países do centro como da periferia capitalista. Sobre esse tema, discorreremos com mais atenção no próximo item.

A questão central levantada pelos autores da Escola da Regulação até o fim da década de 1990 situava-se na organização do processo de produção e de trabalho. Constatavam que as linhas de montagem sequenciais agora implicavam em rigidez e os salários deixavam de ser considerados elementos da demanda efetiva para serem vistos como custo de produção. Por fim, concluíam que o fordismo passava por importantes metamorfoses e reestruturações de naturezas diversas nas muitas esferas da economia e anunciavam a transição para outra configuração, o que, em termos regulacionistas, significava a emergência de outro regime de acumulação.

Entretanto, também nos anos de 1980 e 1990, uma produção bibliográfica volumosa, sem relação direta com os autores que trabalharam a reestruturação fordista através de regimes de acumulação, abordou o tema sob o ângulo das demandas do mercado consumidor. A partir desse novo olhar sobre a crise do fordismo, a questão da flexibilidade passou a ser mais estudada, sobretudo depois da publicação do livro *The Second Industrial Divide - Possibilities for Prosperity*, por Piore & Sabel em 1984, resultando na origem do paradigma da “especialização flexível”, que dominou os estudos das linhas de produção e do consumo desde então⁸⁶.

O trabalho de Piore e Sabel advogava que o perfil da demanda na economia de mercado a partir dos anos de 1970 havia se tornado mais complexo e segmentado, sobretudo a partir de uma redefinição na natureza do consumo, tornado mais instável, volátil e diferenciado. Por essa razão, na medida em que as empresas procuravam se adaptar às mutações da demanda, paralelamente também estavam resolvendo o problema da rigidez da produção. Assim, as produções em série e em larga escala passavam a ser substituídas por uma produção diferenciada, em escala menor, que requereria a criação de unidades de produção mais “enxutas”, com uma organização mais flexível, incorrendo em aumento da especialização e em novos padrões de hierarquia no interior das empresas (MÉNDEZ e CARAVACA, 1996).

As maiores transformações dessa produção flexível se davam de três formas:

- 1) A formação de economias de escopo, no qual ocorre uma especialização flexível da produção em lotes voltados para segmentos pequenos de mercado;
- 2) A estratégia de mudança técnica rápida a partir da distribuição da produção por empresas diferentes;
- 3) A organização de um sistema definido pelo consumo, onde a produção é pensada do fim para o começo, tendo em vista a diversidade da demanda e a adaptação às condições diferenciadas.

Desde então, a palavra mais usada para definir as mudanças no capitalismo industrial passou a ser *flexibilidade*. Muitos autores, em diversos países, defenderam a especialização flexível como solução para os problemas de rentabilidade e rigidez fordista, há tempos a comprometer as taxas de lucro da economia de mercado. Nesse sentido, cada vez mais, seria preciso estabelecer flexibilidade (HUMPRHEY⁸⁷ apud PEREIRA, 1998):

⁸⁶ Os trabalhos de Méndez e Caravaca (1996), Souza (1992) e Coriat (1994), entre outros, esclarecem as razões da importância do texto de Piore e Sabel para os estudos da reestruturação produtiva nos anos de 1980 e 1990.

⁸⁷ HUMPHREY, John. Novas formas de organização do trabalho na indústria: suas implicações para o uso e controle da mão-de-obra no Brasil. In: *Anais Seminário Padrão Tecnológico e Políticas de Gestão*. São Paulo: USP/UNICAMP, 1989.

- 1- Nas relações entre empresa através de sistemas de subcontratação e de redes unindo grandes empresas/fornecedores/pequenas e microempresas, além de trabalho temporário externo ou a domicílio.
- 2- Na contratação de serviços, na qual os empregos diversos poderiam ser fornecidos por empresas terceiras, que administrariam serviços de limpeza, manutenção, cantinas, vigilância, etc. ou forneceriam mão de obra conforme a necessidade;
- 3- Dos salários, estabelecida conforme a produtividade do trabalhador, do seu grupo de trabalho, da unidade de produção, da firma ou até do desempenho da economia;
- 4- Dos direitos trabalhistas, com o ajuste do número de trabalhadores ao nível de produção, através de maior facilidade de demissão, emprego de trabalhadores temporários, contratos a prazo fixo e trabalho autônomo;
- 5- De horários de trabalho, com sistemas de horário variáveis, tais como turnos reduzidos, dispensas temporárias, horas-extras, reelaboração das escalas de férias, diminuição da jornada de trabalho a compensar etc.;
- 6- Funcional, com o aumento da variedade de trabalho exercida pelos trabalhadores, os quais podem ser deslocados de uma tarefa para outra ou, ainda, designados a novas funções ampliadas e agregadas ao serviço original.

Além da ideia central de flexibilidade na produção e no consumo, outro contraponto ao modelo fordista reiteradamente defendido por estudiosos da especialização flexível era a noção de que os empreendimentos de menor porte deveriam ultrapassar as barreiras da concorrência capitalista agindo de maneira cooperada, isto é, engendrando uma competição positiva na qual a concentração geográfica das firmas e as relações de cooperação entre elas proporcionassem uma eficiência coletiva a partir da combinação entre especialização e subcontratação (BECATTINI, 1999).

A partir de inúmeros exemplos de arranjos industriais de pequenos estabelecimentos, em especial na Europa, advogou-se acerca da elaboração ao mesmo tempo coletiva e fragmentada de produtos e componentes e do uso flexível que começou a ser feito das tecnologias de informação, comunicação, microeletrônica, entre outros. O segredo do sucesso dos arranjos industriais repousava no trabalho de artesãos qualificados e autônomos, sem excluir-lhes a importância do trabalho domiciliar, ressuscitado e apontado como o grande responsável pela expansão das pequenas firmas e o crescimento do emprego.

Em certo sentido, tais ideias propunham uma viagem ao passado, na medida em que se inspiravam na organização econômica dos "distritos industriais" marshallianos do século XIX, onde o arranjo positivo com predomínio de pequenas e médias empresas implicava

sucesso econômico de uma região⁸⁸. O êxito inicial de algumas experiências no Japão, na Suécia e principalmente na Itália⁸⁹, demonstrou que o modelo ofereceu benefícios para empresas contratantes e contratadas, fossem elas grandes ou pequenas, formando redes estáveis de relação e troca de produtos, tecnologia e serviços.

O entusiasmo com que a nova vertente teórica foi recebida nos meios acadêmicos pode ser explicado pela necessidade de encontrar um novo modelo de crescimento econômico diante do visível esgotamento da produção em massa. O fato de ser supostamente menos concentrador economicamente e territorialmente, também contribuiu para que a experiência da especialização flexível pudesse ser interpretada como uma alternativa socialmente viável de reestruturação produtiva, implicando num caminho pelo qual as regiões e os territórios deveriam seguir.

Ao final dos anos de 1990, a difusão das concepções sobre desconcentração produtiva associada à noção de especialização flexível havia se tornado a linha de estudo mais importante em economia e geografia industrial. Tanto no plano teórico quanto no operativo, as experiências com as engenharias flexíveis tornaram-se uma tendência a ser sugerida ou aplicada nas mais distintas realidades. Assim, reuniram-se processos e territórios completamente diferentes e reagruparam-nos num grande modelo de interpretação, sendo todos tratados como símbolo de uma nova era da acumulação capitalista.

Como apontam Méndez e Caravaca (1996), muitas vezes a insuficiência de estatísticas industriais como base informativa obrigou pesquisadores a recorrerem a entrevistas e trabalhos de campo para comprovarem a existência efetiva de uma nova configuração de acumulação com base na flexibilidade da produção e consumo. O resultado foi um grande número de estudos de caso, feitos com metodologias diferentes e muitas vezes incompatíveis, objetivando constituir um sistema de tendências gerais.

Nesse ponto, até mesmo alguns autores oriundos ou influenciados pela Escola da Regulação defenderam a ideia de um novo regime de acumulação flexível, definido pela consolidação de um paradigma tecnológico baseado na informação, nas novas formas de organização produtiva e dominados pelo imperativo da pequena escala e da desconcentração, incorrendo num novo modo de estabelecer regulação social e trabalho.

⁸⁸ "Por estas razones, la difusión de la especialización flexible equivale a un resurgimiento de las formas artesanales de producción que quedaron marginadas en la primera ruptura industrial" (PIORE e SABEL apud MÉNDEZ e CARAVACA, 1996, p. 201).

⁸⁹ A Terceira Itália foi a expressão usada por Bagnasco para identificar a região industrial italiana (Toscana, Emília-Romana, Véneto, Umbría, Marcas e Friuli) que se diferenciava das regiões industriais tradicionais do Norte e do Mezzogiorno. Foi largamente utilizada como exemplo de uma próspera área que se beneficiou de todo um conjunto de economias associadas à própria aglomeração, marcada por uma atmosfera industrial favorável em que o conhecimento técnico acumulado durante gerações dá origem a um mercado de trabalho especializado e à difusão empresarial das inovações. (BENKO, 1999 e MÉNDEZ e CARAVACA, 1996).

Leborgne e Lipietz (1988) e Scott e Storper (1988) produziram trabalhos com base nessa perspectiva.

Os desdobramentos das transformações capitalistas, nos últimos dez anos, possibilitaram diferentes leituras dos fatos e o que antes havia sido tomado como causa de uma reestruturação nas formas de acumulação, pôde ser visto como efeito de um processo muito mais abrangente, resultante das alterações no papel de comando da própria acumulação capitalista pelas formas funcionais do capital, ao implicar estratégias de reprodução renovadas sendo transplantadas de certas esferas da economia para outras de composição diferenciada.

Chesnais (2002 e 2005) destaca as dificuldades na leitura desse processo quando enfatiza que apenas lentamente a proeminência das finanças começou a ser revelada nas obras que interpretavam a dinâmica capitalista dos últimos dez anos. Para citarmos o caso apenas de autores da Escola da Regulação, tendo em vista que muitas das suas reflexões foram expostas neste item, Chesnais destaca a resistência inicial de Robert Boyer em aceitar um novo regime de acumulação no qual os principais mecanismos de ajuste fossem definidos pelas finanças:

[...] após ter permanecido por longo tempo distante da hipótese da emergência e da consolidação de um regime de acumulação cujo ponto nodal estaria nas finanças, Roberto Boyer publicou em 2000 um estudo que coloca a questão: 'um regime de acumulação governado pelas finanças constituiria uma alternativa viável ao fordismo?' (CHESNAIS, 2002, p. 06).

Ao mesmo tempo enfatiza a releitura dos fatos empreendida por Aglietta⁹⁰ (apud CHESNAIS, 2002) e Orléan⁹¹ (apud CHESNAIS, 2002) em livros do final dos anos de 1990, nos quais se questionam acerca da emergência de um “regime de crescimento patrimonial”, em se tratando do primeiro autor, ou da expressão cada vez mais forte de um “regime de acumulação financeirizado”, para usar as palavras do segundo. Por fim, é Frédéric Lordon que vai abordar a questão de maneira mais direta ao afirmar ser o novo “regime financeirizado” uma configuração na qual

a gestão da poupança coletiva assumiu a posição de uma forma institucional, permitindo-lhe impor sua lógica sobre todas as demais combinações institucionais (relação salarial, governança corporativa, formas da concorrência) e, portanto, dar sua própria fisionomia ao novo regime de acumulação do capital (LORDON, apud CHESNAIS, 2002, p. 06).

⁹⁰ AGLIETTA, Michel. *Le capitalisme de demain*. [s.l.: s.n.]: nov. 1998. (Notes de la Fondation Saint-Simon, n. 101).

⁹¹ ORLÉAN, André. *Le pouvoir de la finance*. Paris: Odile Jacob, 1999.

Desse modo, Lordon ao lado de Aglietta, Orléan, Giovanni Arrighy e o próprio François Chesnais, foram pioneiros na hipótese segundo a qual uma configuração diferente do fordismo e eventualmente sucessora do modelo de acumulação tradicional não traria no seu âmago apenas uma redefinição dos arranjos de organização produtiva e comercial. Ao contrário de propostas como as que entendiam as mudanças apenas a partir da passagem da rigidez fordista para uma flexibilidade produtiva (toyotismo, ohmismo etc.), as novas relações de reprodução capitalista privilegiam a posição econômica conquistada pelas finanças na ordem da acumulação.

O fato é que o encadeamento dos fenômenos de flexibilidade, desconcentração produtiva, desregulamentação, concorrência predatória, competitividade espúria, entre outros, ultrapassa as esferas particulares da produção e da finança e constitui um só circuito, no qual está presente uma nova configuração de acumulação capitalista no controle das decisões e dos procedimentos. Limitado à análise do mundo industrial, parecia que a especialização flexível viria trazer redenção às instabilidades da lucratividade fordista dos anos de 1970, representadas pelas formas de produção e comercialização pautadas no imperativo da rigidez.

Os acontecimentos dos últimos anos revelaram que o capital que se valoriza sob a forma de aplicação financeira e que provém da repartição do lucro das empresas industriais e comerciais apresenta-se cada vez mais como fração dominante, inclusive com condição de comandar as outras formas e os diferentes ritmos de acumulação. Esse capital tem plenas condições de acumular a partir de práticas de especulação, como pontua Lordon (2008a) ao informar que “bolhas financeiras”, há muito, deixaram de serem estratégias alternativas para ganharem caráter permanente na atual configuração capitalista. No entanto, não pode haver montante de capital fictício a estimular práticas de acumulação sem que os investimentos sejam alimentados. Desde que os encadeamentos do circuito econômico foram reconfigurados, não há mais crescimento capitalista sem que os fluxos de valor transitem pela esfera financeira. Mas, da mesma forma, também não é possível assegurar mais valia financeira aos investidores da atual economia de mercado sem que esta não seja permanentemente “abastecida” por excedentes extraídos da esfera da produção e da circulação.

É por isso que Chesnais insiste no caráter renovado da mais recente forma de acumulação:

O advento dessa forma de capital faz-se acompanhar da formação de configurações sistêmicas novas e de encadeamentos macroeconômicos inéditos, no âmago dos quais estão os mercados financeiros e um novo corpo de acionistas e proprietários (CHESNAIS, 2002, p. 02).

Assim, pela cobrança dos acionistas ou por puro mimetismo imposto pelo acirramento da competitividade, as performances da gestão financeira, caracterizada pelo uso de mecanismos de desregulamentação e volatilidade, pressionam o funcionamento do mundo industrial como um todo. A ordem premente é garantir a maximização dos lucros, sobretudo ao aproveitar as tecnologias de informação e comunicação capazes de transformar flexibilidade em novas estratégias de produção e controle sobre o trabalho.

Por fim, este último dado nos faz compreender quem foram os agentes mais atingidos pela atual escalada da flexibilização/desregulamentação da economia mundial. Os efeitos estruturais da recente configuração capitalista indicam que as alterações em curso têm como escopo o conjunto de modificações na estrutura ocupacional da sociedade e no mundo do trabalho, que enfrenta profunda crise com a redução do emprego regular e o uso do trabalho parcial, temporário, precário e subcontratado.

Os trabalhadores foram então responsáveis por absorverem a maior pressão oriunda da demanda por mais lucratividade e mais eficácia imposta pelos novos gestores e administradores. Como informa Chesnais,

os assalariados foram as verdadeiras vítimas da chegada dos proprietários-acionistas. É contra eles que se exerce o novo poder administrativo. Foram eles que sofreram e vão continuar a sofrer, desconsiderando acontecimentos políticos e sociais maiores, os efeitos das normas de rentabilidade impostas pelos financistas. Nos anos de 1990, a base material da taxa de rendimento de 15% sobre os fundos próprios foi uma taxa de crescimento dos lucros de 8% a 9%. O rigor salarial e a flexibilização do emprego, assim como o recurso sistemático ao trabalho barato e pouco protegido, por meio da realocização e da subcontratação internacional, permitiram esse movimento (CHESNAIS, 2005, p. 55).

Sauviat ratifica essa tese e acrescenta que tal conjuntura implica numa diferenciação ainda maior de rendimento entre os diversos trabalhadores das empresas, levando ao aumento da desigualdade social.

Essa situação se concretizou por uma instabilidade e uma crescente insegurança do emprego, sob a constante ameaça de realocização e subcontratação, e também acarretou formas de controle e de intensificação do trabalho que tiveram como contraponto a precariedade, os baixos salários (exclusão), aumento dos acidentes de trabalho e de doenças profissionais para a grande massa de assalariados. Ao mesmo tempo, esse novo modelo permitiu um importante enriquecimento de uma pequena parcela de assalariados privilegiados, formada de quadros dirigentes ou de alto potencial. Essa dupla tendência provocou, além disso, o aumento notável das diferenças de remuneração entre o mais baixo e o mais alto valor da hierarquia nas empresas (SAUVIAT, 2005, p. 127).

Em relatório recente sobre o papel das dinâmicas econômicas globais e seus resultados sociais (*World Economic and Social Survey*), até mesmo a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhece que uma das maiores consequências da pressão das finanças sobre a “economia real” é a demanda crescente das empresas pelas práticas flexíveis de emprego. Em termos gerais, o relatório confirma que todas as transformações que emergem a partir do processo de reestruturação financeira e produtiva cristalizam algo mais do que uma nova racionalidade empresarial e de gestão, atingindo as formas de organização do trabalho através do aumento das normas de flexibilidade (ONU, 2008).

São transformações que alteram os sistemas de organização trabalhistas inclusive em países do centro do capitalismo, aqueles que aproveitaram mais concretamente as conquistas salariais da experiência fordista. Como mostra outro relatório, este publicado pela OCDE em 2005, os empregados em tempo parcial face ao total dos assalariados regulares na Europa, América do Norte, Oceania e demais países do G7 se multiplicaram por quatro vezes entre os anos de 1980 e 2004 (HARRIBEY e PLIHON, 2009)⁹².

Enfim, a nova realidade confirma a tese de Lordon (2008a) sobre o poder das finanças, capaz de transformar a “neurose” da liquidez e da alta rentabilidade num paradigma que avança para todas as esferas da economia, cujo corolário não poderia ser outro senão a aplicação nas relações de trabalho da busca “obsessiva” da reversibilidade e da lucratividade máxima. Tal reversibilidade se traduz em redução dos direitos trabalhistas, intensificação da jornada de trabalho, implantação de sistemas de produção flexíveis e precarizados, adoção de círculos de controle de qualidade do produto com progressivo aumento das exigências laborais, generalização das formas de subcontratação e outras estratégias a marcar a demanda por altas taxas de acumulação pela via da eficácia da produtividade.

Em termos gerais, confirma-se que,

sans remodelage des groupes industriels et sans accroissement drastique du taux d'exploitation, notamment par la précarisation du travail, les normes de rentabilité n'auraient jamais été satisfaites. C'est sur les entreprises que la production et l'appropriation de valeur et de plus-value reposent. C'était vrai hier, cela l'est aujourd'hui (CHESNAIS, 2006, p. 110).

Vista por esse ângulo, é possível interpretar a reestruturação produtiva e a especialização flexível das últimas décadas como tentativa de obter ganhos e lucratividade a partir da melhoria da produtividade decorrente da automação e da formação de arranjos

⁹² Ver principalmente o capítulo 2, em especial o gráfico que revela o crescimento do emprego parcial e flexível para os países da OCDE, no período de 1980 a 2004.

industriais interessados em recrutar um novo tipo de trabalhador, mais subordinado e polivalente, capaz de ajustar-se às necessidades das demandas flexíveis e da mais recente concorrência capitalista.

As profecias que propuseram a emergência de um paradigma flexível como solução para os males da acumulação entravada o fizeram sugerindo reengenharias produtivas com renovadas práticas de exploração trabalhista, muitas vezes com resultados que comprometeram o crescimento e a distribuição de renda nas regiões que as implantaram. São resultados que sintetizam bem os interesses das empresas industriais em acompanhar os ritmos e os valores da dinâmica financeira nas últimas décadas.

Esses procedimentos são usados com frequência pelas empresas das mais tradicionais regiões industriais do mundo. Mas também as novas regiões industriais são afetadas pelo receituário da reestruturação produtiva e, neste caso, além da recomposição de quadros inteiros do processo produtivo em zonas capitalistas periféricas de tradição maquinofatureira, novos “lugares de reserva” também penetram no circuito da acumulação ampliada do valor, não sem incorporar de imediato as cobranças administrativas e os desenhos produtivos obcecados pela apreensão de superlucros.

Ao observar esse fenômeno, constatamos acerca da importância do território enquanto suporte e condicionante das mudanças supracitadas. O conjunto de intencionalidades econômicas e políticas precedentes à ação só se afirma se constituído num sistema localizado de objetos, que por sua vez se apresenta também como uma norma para o exercício de determinados interesses. Tratemos desse assunto no próximo item.

2.3. REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E DIFERENCIAÇÃO ESPACIAL: POR UMA ABORDAGEM TERRITORIAL DAS MUDANÇAS NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Numa outra parte desse trabalho, enfatizamos acerca da materialidade do território e de sua posição de condicionante e condicionado pelas relações político-econômicas socialmente tecidas. Como afirma Raffestin (1993), o território é um produto “consumido”, mas, ao mesmo tempo, é um produto “vivenciado” por aqueles personagens que o utilizam como meio. Essa dupla propriedade exige uma leitura baseada nas intencionalidades dos agentes envolvidos no processo de organização territorial, na medida em que nenhuma sociedade escapa à necessidade de construir, a partir de objetivos previamente concebidos, o campo operatório de sua ação. O território, assim, não pode ser apreendido como uma dimensão neutra e apolítica.

Por isso, é interessante levar em consideração o que diz Santos acerca dos objetos e das ações dispostos e constituintes do território. Segundo o autor (SANTOS, 1999, p. 267),

eles são “intencionalmente concebidos para o exercício de certas finalidades, intencionalmente fabricados e intencionalmente localizados”. Não há reprodução social sem que indivíduos ou grupos sociais criem e regulem a sua matriz espaço-temporal. Obviamente, a organização territorial que resulta desse arranjo é também intencional.

A noção de intencionalidade, nesse sentido, “é eficaz na contemplação do processo de produção e de produção das coisas, considerados como um resultado da relação entre o homem e o mundo, entre o homem e o seu entorno” (SANTOS, 1999, p. 73). Mas é preciso enfatizar que, somada à racionalidade da decisão e da execução, temos a racionalidade do território, que se afirma a partir de uma combinação complexa e dinâmica, capaz de aceitar ou deformar a intencionalidade da ação. O “mundo” e o “entorno” podem responder de maneira diferente da ação e da intenção. Por esse motivo, Santos (1999) afirma que o sucesso de uma ação implica a produção e organização de objetos adequados. Só assim o território dará forma à ação e esta converter-se-á em trajetória espaço-temporal da matéria (HAGERSTRAND⁹³ apud SANTOS, 1999).

Na leitura dos acontecimentos presentes, a intencionalidade das ações está cada vez mais vinculada ao imperativo da competitividade e ao interesse da escolha racional utilitarista, cuja materialidade implica garantir a fluência dos investimentos e o funcionamento dos mercados anunciados como autorreguladores. A recomendação para o progresso material da sociedade, por exemplo, é a desregulamentação e a eliminação dos obstáculos à entrada e à saída de investimentos industriais, empresas comerciais, serviços e capital-dinheiro. Do ponto de vista especificamente produtivo, as metas são a supressão de qualquer resquício protecionista nacional ou de qualquer política deliberada de fomento regional, submetendo empresas dos mais diversos tamanhos e tipos à concorrência global. Para o mercado de trabalho, a orientação é a remoção de cláusulas sociais ditas danosas aos trabalhadores, sobretudo no intuito de facilitar a introdução de estratégias flexíveis de produção e comercialização.

Ora, a intencionalidade dessas ações não vai se completar sem que a mesma conjugue-se à “intencionalidade dos objetos”. As ações concretizar-se-ão quando apresentadas como continente e conteúdo dos objetos, ao ganhar expressão e significado territorial. Somente dessa maneira as intenções, por meio de ações presentes em objetos antigos ou renovados, serão materializadas. Assim, para falar como Santos (1999), o território se afirma como síntese sempre provisória e renovada das contradições e da dialética social. Ele é um produto das relações sociais através do tempo, mas é também animado por relações atuais que lhe atribuem dinamismo e funcionalidade.

⁹³ HAGERSTRAND, Torsten. “Reflexiones sobre <que hay acerca de las personas en la ciencia regional?> in: Serie Geográfica. Nº 1. Universidad de Alcalá de Henares. pp. 93-110. 1991.

A movimentação da sociedade e a intencionalidade dos seus agentes buscam atribuir novas funções às formas geográficas. Como consequência, outras situações de equilíbrios são criadas e estas implicam, também, novos pontos de partida para a produção de novos movimentos. Na acepção de Santos,

por adquirirem uma vida sempre renovada pelo movimento social, as formas – tornadas assim formas-conteúdo – podem participar de uma dialética com a própria sociedade e assim fazer parte da própria evolução do espaço (SANTOS, 1999, p. 86).

No quadro mais recente da organização espacial, as formas-conteúdo se afirmam cada vez mais em função da informação e da técnica, que se apresentam como mediadoras entre a intencionalidade das ações e a intencionalidade dos objetos. Elas vêm permitindo que a racionalidade competitiva global efetive-se no espaço e, a partir daí, engendre novas relações socioespaciais de produção e consumo, o que não exclui a constante tentativa de incorporação de novos valores aos mais diversos territórios.

Empreendem-se diferentes formas de produzir e circular riquezas entrelaçadas às transformações tecnológicas e informacionais. As formidáveis inovações na informática nas comunicações, nos meios de transportes, na engenharia genética e na produção dos meios materiais formam o semblante dessa mudança. Elas podem ser entendidas como uma capacidade inerente ao presente momento de utilizar a informação, a compreensão técnica e a utilização de procedimentos científicos como meio na produção e circulação material. Com as novas articulações e velocidades possibilitadas pela alteração tecnológica, visualiza-se o domínio da desregulamentação, da flexibilização, da informatização nos negócios, da produção industrial microeletrônica, da manipulação biotecnológica, entre outras, o que representa, em última instância, uma revalorização dos preceitos responsáveis pela produção e circulação do valor no capitalismo contemporâneo, garantidores da sua mais recente configuração de acumulação.

Por meio das instrumentalidades técnicas e informacionais, se dão as mudanças econômicas e sociais já citadas ao longo deste capítulo, que preparou o ambiente para um conjunto de relações cada vez mais globais. Por isso, as atividades produtivas, a circulação e o consumo erigem-se num plano mundial, permitindo então que se constitua, no âmbito da economia, uma rede mundial de competitividade e um mercado financeiro e produtivo mundializado.

É uma economia que vai manifestar as características informacionais do presente momento, sobretudo a partir do uso de procedimentos científicos para especificar as vias de fazerem-se as coisas de uma maneira reproduzível. O imperativo da competitividade baseia-se na eficiência da criação, processamento e reprodução de conhecimentos; e o novo

aspecto da economia global destaca a capacidade de utilizar a informação como meio de interligação das atividades em tempo real. Por tais razões, as novas tecnologias e o caráter informacional das mais recentes mudanças apresentam-se como importantes instrumentos de produção material e de circulação de pessoas, ideias e produtos.

Mas a leitura dos fatos deve recusar tratar as novas tecnologias sob o ângulo de um progresso técnico “neutro”. Com base nesta abordagem, fatalmente concluiríamos de maneira precipitada e positiva acerca das reestruturações gerenciais e territoriais, ao assumir visão comprometida com a eficácia da acumulação capitalista, geralmente traduzida por termos como “taxa de crescimento da produtividade” ou “territórios competitivos”. Como informa Lojkin,

Não existe, a bem dizer, uma evolução totalmente autônoma e totalmente tecnológica que nos conduziria a uma convivência paradisíaca, uma espécie de comunismo informacional, por assim dizer, pelo único milagre das transformações tecnológicas (LOJKINE, 1999. p. 76).

As mudanças tecnológicas e informacionais atingem os setores da economia e, de modo mais amplo, as atividades socioterritoriais, não se tratando apenas de um campo profissional. Esse novo dado não implica apenas mutações tecnológicas incorporadas a campos específicos, mas uma redefinição na forma como a sociedade utiliza a informação, atingindo o complexo sistema das forças produtivas e territoriais que se apresentam moldadas a partir das intencionalidades dos agentes sociais.

Na esfera produtiva, a emergência dessa nova realidade informacional atinge fortemente o mundo industrial, anteriormente marcado por um modelo que maximizava a escala de produção e standardizava seus produtos. O avanço tecnológico introduziu flexibilidade e esta vem sendo a noção que marca a nova onda de reestruturação produtiva a dominar os esquemas de produção e de circulação capitalista, atingindo também os princípios de organização territorial. Castells (1999) já dizia que a transformação organizacional da produção e da circulação capitalista ocorreu independentemente da transformação tecnológica, no entanto, uma vez iniciada, a praticabilidade ou transformação organizacional produtiva e financeira foi extraordinariamente intensificada pelas novas tecnologias da informação.

Assim, grupos industriais tendem a reorganizarem-se como empresas-rede, comandando novas formas de gerenciamento que se valem de complexas modalidades de subcontratação. Conciliam centralização do capital e desconcentração de operações ao explorarem todas as possibilidades da teleinformática e da automatização na gestão e no processo produtivo empresarial.

A disposição das empresas em rede coloca-se como uma representação clara de aplicabilidade das novas tecnologias à mudança na organização produtiva. Seu sucesso demonstra a reestruturação do clássico esquema fordista e a superação das distâncias, dois obstáculos dos mais restritivos à escalada da lucratividade no capitalismo dos últimos trinta anos. Toda flexibilização surgida a partir dos novos modelos concedem outra racionalidade ao uso de máquinas e investimentos, mas também ao que diz respeito à localização das unidades de produção industrial, alojando-as onde as melhores condições do mercado apontam. Produz-se mais ou menos, com uma força de trabalho menor ou maior, mas, notadamente, em qualquer lugar, pois as inovações da tecnologia permitem a simultaneidade dessa lógica.

Ao analisar a evolução das estratégias empresariais no território, Camagni (1993) enxerga três lógicas bem definidas no que tange a configuração dos fatores de produção e consumo a influenciar a articulação territorial entre as muitas empresas que compõe o circuito de relações. Malgrado os limites impostos pela simplificação do modelo abstrato, a classificação a seguir sintetiza bem a dinâmica de evolução do conjunto produção/consumo/território, até alcançarmos o que poderia ser chamado hoje de lógica em rede.

A primeira lógica está associada ao que o autor chama de “organização territorial”, na qual a empresa articula-se numa área de mercado restrita, geralmente em torno de sua localização geográfica. O arranjo territorial das atividades econômicas é organizado seguindo um princípio de gravitação, no melhor estilo christalleriano, em que a fricção espacial, representada pelo custo do transporte ou outros fatores locacionais, produz diferenciação no alcance e na capacidade de instalação da empresa, implicando maior eficiência da empresa local e uma dificuldade para a inserção, neste mercado, de empresas fixadas em regiões distantes.

Em contraponto a esse modelo tradicional, instala-se uma “lógica competitiva” na qual o alcance comercial e produtivo da empresa “não se reduz unicamente ao mercado local, pois os custos de transporte não representam mais um papel importante”. Desse modo, “a empresa pode vender seus produtos por toda parte, tentando controlar não mais a área de mercado mais vasta, mas a parte mais ampla do mercado (mundial)” (CAMAGNI, 1993, p. 03). Nesta lógica, a competição se dá de maneira diferente, pela própria capacidade de ação das empresas em mercados distantes, fazendo com que novas estratégias de concorrência sejam utilizadas, com destaque para mecanismos de publicidade ou outros ligados à relação entre as diferentes formas de capital ou entre estas e o Estado. Num modelo dessa natureza, a “localização da empresa é, portanto determinada por uma vasta série de especificidades geográficas e históricas, e não mais por uma única lógica, como a advinda dos modelos de equilíbrio de localização gerais” (CAMAGNI, 1993, p. 03).

A terceira e mais recente lógica de organização territorial das empresas incorpora o imperativo da nova configuração capitalista, na qual os mercados tornam-se o princípio exclusivo da regulação e a competitividade uma questão de sobrevivência. Por meio das novas tecnologias da informação e das reestruturações flexíveis, o território da articulação produtiva e do consumo traduz tais transformações numa lógica “em rede”. Para a empresa, a inovação tecnológica transforma-se em função crucial e a sua evolução passa a ser associada às metas de produtividade e lucratividade, ao reestruturar as relações intraempresariais, interempresariais e territoriais. As ligações no espaço, antes limitadas a um alcance reduzido, tornam-se globais a partir de formas e agentes previamente selecionados. As empresas visam construir uma rede global de unidades de produção e consumo cuja especialização resulta de uma arbitragem conduzida em escala mundial, com localizações múltiplas para obter ótima alocação dos investimentos. Estabelece-se também uma maior integração internacional entre as bases financeiras, os centros de pesquisa e desenvolvimento e as unidades de produção e distribuição, o que favorece o arranjo de estruturas flexíveis horizontais no âmbito das firmas, mas intensifica as relações verticais e hierárquicas no que concerne ao território.

É importante perceber que, mesmo priorizando seus estudos no âmbito da economia, Camagni (1993) reconhece a proeminência da dimensão espacial/territorial do processo. A despeito de inúmeros estudiosos da sociologia e da economia, que insistem em falar da emergência de um “espaço vazio” ou da “aniquililação” do espaço pelo tempo, o autor argumenta que só aparentemente as relações “trans-territoriais aniquilam o espaço geográfico”.

Na verdade,

o espaço geográfico conserva toda a sua importância, na medida em que, de uma parte, suas relações sinalizam a necessidade para a empresa ter acesso facilmente às ligações e aos nós da rede global de informação tecnológica, financeira e de mercados, nós representados por certos pontos remarcados do território. Da outra parte, eles demonstram que a empresa deve se apresentar nas relações “em rede”, como parceiro eficaz e portador de vantagens específicas para o conjunto da rede (CAMAGNI, 1993, p. 04).

A materialização territorial desse último arranjo, nesse sentido, faz-se muito mais complexa, exigindo a presença de nós de centralidades, articulados por vias materiais e imateriais com fluxos de alta rotatividade, expressos num circuito que engloba zonas, pontos, pólos, distritos, parques, eixos, rotas e corredores interconectados a partir das novas hierarquizações da acumulação capitalista de cunho financeirizado.

Em geral, esse modelo produz uma tessitura na qual uma densa rede de relações se estabelece, garantindo fluxos formais ou informais, materiais ou imateriais, ao gerar largo

alcance dos modelos racionalistas de produção e circulação no território. Traduz-se em intensa divisão do trabalho entre firmas especializadas na fabricação de componentes específicos ou produtos acabados, articulando controle financeiro, gerência empresarial, escritórios de desenho industrial, fabricantes de bens finais e todo um conjunto de micro, pequenas, médias e grandes empresas industriais ou de serviços especializados em atender demandas auxiliares, materializando as relações produtivas, financeiras e territoriais de interdependência.

A mais recente dinâmica territorial e produtiva exige das empresas rápida adaptação frente aos interesses do mercado, resultando numa organização em constante mutação, reunindo redes de produtores e clientes que se redefinem com certa frequência. Por tal razão, Pierre Veltz (2008) prefere chamar o resultado dessas relações de “modelo celular em rede”, exatamente por abranger não só esquemas de repartição e coordenação de tarefas produtivas, mas, antes de tudo, modelos de eficácia empresarial que atingem progressivamente as relações humanas e o território.

Para Veltz (2008), é possível encontrar um universo onde coexistem e articulam-se morfologias produtivas e territoriais múltiplas, no qual seis grandes formas se destacam:

- 1) A grande firma integrada clássica, que forma um conjunto de estruturas-nós em torno do qual se relacionam fornecedores em cascata com base numa organização complexa do tipo matricial ou na subcontratação de tarefas via externalização. Geralmente atendem mercados em escala global, ao subordinar agentes territoriais de forma verticalizada;
- 2) As concentrações de empresas surgidas por iniciativas locais em áreas de dimensões reduzidas, onde certas relações de cooperação e solidariedade garantem o acesso à informação e ao desenvolvimento tecnológico de toda a rede, seja a partir de contratos temporários entre fornecedores e contratantes ou a partir de associações empresariais ligadas a institutos tecnológicos e a centros de pesquisa. Um bom exemplo desse modelo são os distritos industriais da Terceira Itália⁹⁴;
- 3) As organizações formadas pelas firmas *creuse* ou *hollow corporation*, muito citadas também por Michalet (2003 e 2009) e Arrighi (2008). São estratégias territoriais em rede onde as empresas coordenam atividades de produção e venda, externalizando a

⁹⁴ Para Becattini (apud MÉNDEZ e CARAVACA, 1996, p. 209), especialista no estudo dessa forma territorial/produtiva, o distrito industrial típico da Terceira Itália corresponde a “una entidad socioterritorial caracterizada por la presencia activa de una comunidad de personas y una población de empresas en un espacio geográfico e histórico dado” com um “sistema de valores y de pensamiento relativamente homogêneos, expresión de una cierta ética del trabajo y actividad, de la familia, de la reciprocidad e de intercambio”. Depois de grande otimismo por parte de muitos pesquisadores quanto ao caráter positivo desse modelo, como demonstra a citação de Becattini, ultimamente ele revela expressivo desgaste, sobretudo com a falência de pequenos produtores e o desmonte de redes de produção e de cooperação inteiras, com péssimas consequências para o elo mais frágil da cadeia, isto é, pequenos proprietários e trabalhadores. Sobre esse assunto, reportagens como a do *Le Monde* de 09 de março de 2010, intitulada “Des suicides de patrons illustrent les difficultés des PME du nord de l’Italie”, demonstram as dificuldades recentes sentidas pelos distritos industriais italianos.

maior quantidade possível de funções. Como aponta Veltz (2008), empresas como Nike e Benetton ficaram famosas por não controlarem diretamente mais do que 5% da força de trabalho do circuito produtivo por elas comandado;

4) A estratégia específica de alianças tecnológicas ou comerciais que formam “redes frouxas”. Estas, em geral, fazem-se a partir de acordos entre grandes firmas concorrentes no objetivo de atuar em determinados países ou em escala global;

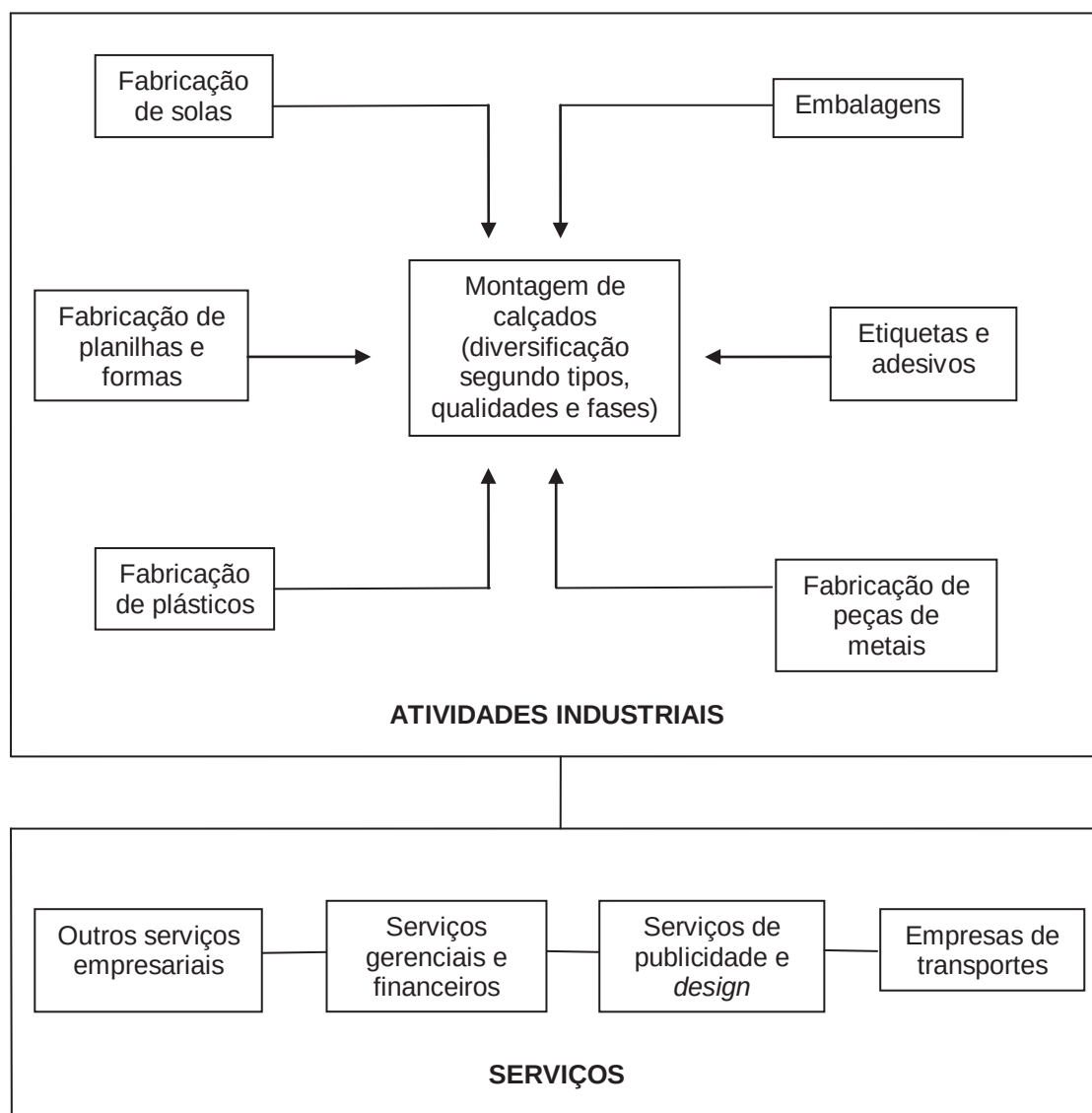
5) As formas de agrupamento empresarial através de *holding*, em que pequenas e médias empresas, no intuito de atingirem metas comuns, lançam-se em conjunto na busca de novos meios de produção, distribuição e de atração de recursos financeiros;

6) As redes nas quais boa parte das funções são realizadas por “independentes”. Bem menos estruturadas, essas redes destacam a prestação de serviços diversos por profissionais de maior ou menor qualificação em inúmeros ramos, ao criarem redes de atividades mais fluidas e efêmeras.

Segundo Veltz (2008) é difícil encontrar, no conjunto da mais recente reestruturação territorial e produtiva, empresas que se adéquem apenas a um desses modelos, sendo mais prudente reconhecer que as estratégias interpenetram-se de maneira complexa e decompõem a grande estrutura monolítica do passado, mesmo que de forma parcial. De fato, apesar da materialização de alguns modelos “puros” ou da integração flexível de várias estratégias de produção e distribuição, alguns ramos ou empresas parecem se engajar numa via inversa, ao reforçar a centralidade hierárquica da produção e revitalizar o modelo piramidal clássico de produção, predominante na configuração de acumulação fordista. Isso implica um certo cuidado por parte de alguns pesquisadores no uso generalizado do termo *flexibilização*, evitando tratar do assunto como uma novidade que vem substituir mecanicamente um arranjo territorial e produtivo do passado.

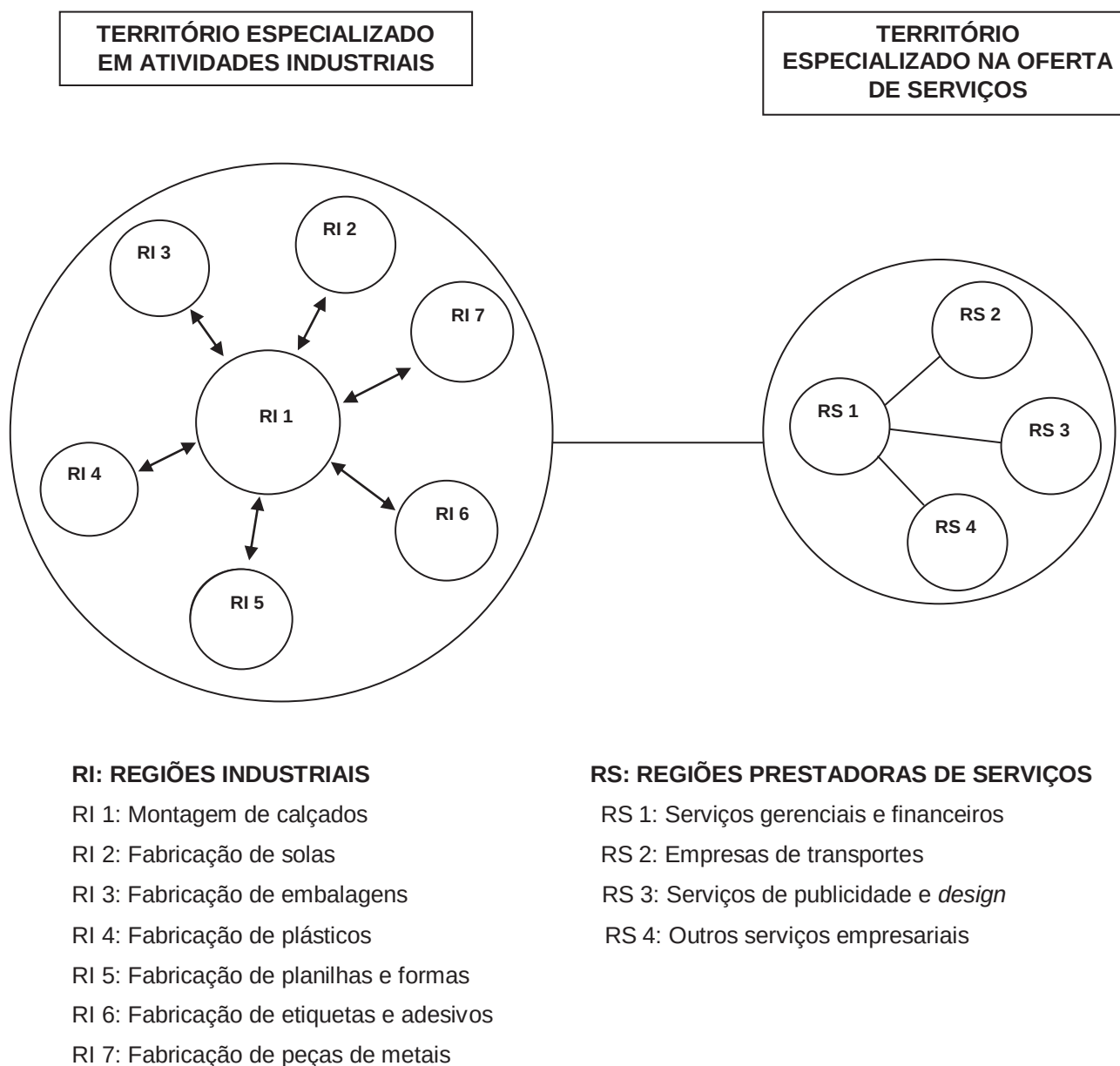
Entretanto, com as transformações engendradas pelas novas exigências da competitividade e da lucratividade nos últimos anos, de fato, as mudanças territoriais e produtivas não deixam de absorver estratégias flexíveis, mesmo que a reestruturação aponte para modelos que se apresentam cada vez mais complexos, com a presença simultânea de formas tradicionais, renovadas ou mistas.

Ao considerarmos os modelos expostos anteriormente e reconhecer a multiplicidade das inovações e das articulações entre agentes, empresas e territórios, procuramos representar a reestruturação produtiva e territorial a partir de dois esquemas hipotéticos para a indústria de calçados, revelados nas figuras 03 e 04.



Fonte: Adaptado de MÉNDEZ e CARAVACA, 1996.

Figura 03- Modelo hipotético de um circuito produtivo de calçados com base nas novas articulações empresariais em rede



Fonte: Elaboração do autor.

Figura 04- Modelo hipotético de um circuito produtivo de calçados organizado nos territórios a partir das novas articulações em rede

Ao levar em consideração que os esquemas descritos são, além de produtivos, espaciais, verifica-se a relevância do território como mecanismo de ajuste estratégico para os modelos de produção ineficientes. A relação entre as diversas fases da produção industrial pode perfeitamente confirmar articulação entre diferentes territórios ou regiões, cujo grau de proximidade entre eles variará em função da fluidez espacial, da demanda produtiva ou da capacidade tecnológica e informacional da rede empresarial estabelecida.

Como sabemos que o alcance dessas redes não se limita às escalas locais e regionais, observamos que a reestruturação territorial produz articulação internacional muito mais aberta e interdependente, submetendo o território a tensões mais profundas, onde as relações entre agentes globais, agentes nacionais e agentes locais tomam-se mais complexas. Desse modo, de acordo com a intencionalidade dos agentes em destaque, os fluxos materiais e imateriais diminuem ou se ampliam e o resultado é a interrelação dinâmica entre territórios distantes e/ou a parca relação entre territórios vizinhos.

O novo modelo é marcado pela subversão do sistema tradicional hierarquizado das polaridades, ao imputar uma requalificação da ideia de proximidade, agora definida não somente pela mais intensa densidade de fluxos materiais, mas também pela maior ou menor circulação de fluxos informacionais, responsáveis por verdadeiros rearranjos territoriais. À ideia de proximidade tradicional, definida pela intensidade dos fluxos de transportes, pessoas, produtos e mercadorias; deve ser acrescentada agora a noção de proximidade relativa, configurada a partir da maior densidade na circulação de informações (LENCIONI, 2006).

É claro que a fluidez informacional não é possível sem uma regulamentação institucional e sem a montagem de uma infraestrutura ou de uma logística eficiente no território. Para que as intencionalidades dos agentes na nova configuração capitalista se materializem, o território precisa responder positivamente, sobretudo a partir de intencionalidades convergentes dos agentes locais dominantes, geralmente traduzidas através de ações políticas e econômicas que introduzem normas e sistemas de objetos adequados.

É nesse contexto que Sposito (1999) enfatiza a relevância da “quarta revolução logística”, consolidada nas últimas décadas através da organização de uma nova rede de transportes rápidos, uma nova hierarquia urbana, o desenvolvimento de centros empresariais associados a uma atmosfera produtiva pautada na competitividade, a redefinição de estruturas políticas voltadas para eliminação de fronteiras territoriais e a rápida expansão da capacidade informacional, com a eficácia cada vez maior de computadores e programas sofisticados de interconexão rápida.

A despeito da primeira revolução (baseada no desenvolvimento do comércio à distância e na emergência das cidades mercantis europeias), da segunda revolução (pautada na abertura de novos continentes ao esquema do comércio comandado pela Europa) e da terceira revolução (marcada pelo desenvolvimento de uma lógica internacional dominada pelo imperativo do sistema industrial); a quarta e última revolução logística projeta um alcance global através da importância crescente do uso do conhecimento e da informação como meio de integrar tecnologia, infraestrutura, políticas locais, nacionais e internacionais e diminuição dos custos de produção (SPOSITO, 1999).

Assim, é na perspectiva interescalar que devem ser compreendidas as mudanças de estratégias de investimentos dos grandes grupos empresariais industriais e financeiros. Por conta da enorme capacidade de fluidez dos investimentos globais, dão-se uma liberalização e uma desregulamentação das normas territoriais num plano de integração aos grandes interesses hegemônicos. É um fenômeno marcado pela seleção de territórios convenientes à reprodução ampliada das rentabilidades, tudo isso concebido sob um sistema de operação de arbitragem com grande capacidade de decidir que lugar e quem será beneficiado pelas virtudes dos investimentos mundializados.

Tal como Santos, enfatizamos que

essa opulência de ações não se precipita de forma cega sobre qualquer ponto da Terra. As informações que constituem a base das ações são seletivas, buscando incidir sobre os lugares onde se possam tornar mais eficazes. Essa é uma lei implacável, num mundo sequioso de produtividade e onde o lucro é uma resposta ao exercício da produtividade (SANTOS, 1999, p. 162).

No entanto, o território só se apresenta como mecanismo de acumulação capitalista em função da sua condição contraditória – homogênea e fragmentada – que permite seu uso diferenciado por parte da sociedade. As qualidades/defeitos preexistentes, avaliados pelos agentes hegemônicos, essas “rugosidades” no dizer de Santos (1999)⁹⁵, constituem as coordenadas que orientam as novas ações. São ações que estão subordinadas a uma estratégia de conjunto, diretamente relacionadas ao imperativo da competitividade.

As ações definirão os objetos e dar-lhes-ão novos sentidos. Por sua vez, os objetos receberão e valorizarão diferentemente as ações, geografizando-as de maneiras diferentes. Ora, nesta equação, não está revelado somente o hibridismo do espaço, como sugere Santos (1999), mas, conseqüentemente, a sua diferenciação, responsável pela demarcação das contradições que o torna mecanismo da acumulação capitalista. Considerar que a intencionalidade das ações ou as próprias ações se geografizam indiferentemente é concluir que os territórios e os lugares têm o “mesmo valor de uso e o mesmo valor de troca, valores que não são afetados pelo movimento da história” (SANTOS, 1999, p. 70).

As diferentes configurações históricas que organizam o funcionamento da acumulação na ordem capitalista demonstram exatamente o contrário, sobretudo ao revelar que a divisão do trabalho implica em diferenciação espacial e as duas, pensadas em uníssono, explicam o

⁹⁵ “Chamemos rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem; o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam com formas isoladas ou como arranjos. É dessa forma que elas são uma parte desse espaço-fator. Ainda que sem tradução imediata, as rugosidades nos trazem os restos de divisões do trabalho já passadas, os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 1999, p. 113).

motor da vida social. Não há como entender um arranjo político e econômico bem definido, que se afirme como configuração precisa de acumulação do capital, sem entender a divisão social do trabalho. Consequentemente, não há como entender combinações sociais de diferentes técnicas e trabalhos sem uma diferenciação no espaço, a implicar na composição desigual de lugares e territórios. Assim, “a divisão social do trabalho não pode ser explicada sem a explicação da divisão territorial do trabalho, que depende, ela própria, das formas geográficas herdadas” (SANTOS, 1999, p. 113).

Cada território, com suas características específicas frente ao movimento de acumulação capitalista global; revela combinação única tornada mecanismo de reprodução das formas de valorização. Disso depende a integração flexível e toda sorte de ramificações das estratégias “em rede”, utilizadas por firmas industriais e/ou financeiras.

No âmbito da reestruturação produtiva, por exemplo, as novas possibilidades de controle flexível do processo global de produção industrial realizam-se, unicamente, em função dos diferentes papéis dos territórios frente à difusão da inovação e à aplicação das normas correspondentes. Face à uma nova racionalização dos sistemas produtivos na indústria, dá-se, simultaneamente, uma instrumentalização do território, transformado em mecanismo da racionalidade industrial. Entretanto, essa instrumentalização só se afirma se o território o permitir, ao responder positivamente às intencionalidades externas com a sistematização convergente das formas e das políticas, o que certamente não se fará de maneira homogênea por todo o espaço geográfico. A produção de um “espaço de fluxos”, tão caro às novas estratégias de reestruturação produtiva, dá-se a partir da formação sistêmica de um conjunto de pontos, linhas e manchas que não abrange todos os territórios. O resultado é o acirramento das diferenças geográficas e o aprofundamento de recortes verticais no espaço, gerando maior hierarquização dos territórios destinados à facilitação da fluidez global.

A organização espacial que resulta dessa dinâmica será sempre desigual. Os diferentes territórios que montam as bases de uma arquitetura renovada da mundialização reproduzem o princípio da desigualdade como fator essencial da acumulação. O espaço, nesse sentido, em hipótese alguma organiza de maneira equitativa as escalas sociais e econômicas de desenvolvimento.

Essa constatação nos leva de Santos (1999 e 2008) a Mandel (1982), passando por Smith (1988), Soja (1993) e Harvey (2004; 2005 e 2007), e revela, a partir das ideias produzidas por esses autores, que a organização social que articula processos ao longo da história só o faz produzindo diferenças espaciais. Assim, a produção das desigualdades espaciais não explica somente o sentido do desenvolvimento geográfico do capitalismo, mas é condição necessária à sua existência e reprodução. As diferenciações dos processos

naturais, mas, principalmente, dos processos políticos, econômicos e sociais no território, constituem os mais importantes fundamentos da acumulação capitalista.

São diferenciações geográficas que se manifestam “nos modos de vida, nos padrões de vida, nos usos dos recursos, nas relações com o ambiente e nas formas políticas e culturais” (HARVEY, 2004, p. 110). Falar de acumulação capitalista é então falar da produção de diversidades territoriais, seja em configurações anteriores ou em configurações recentes; seja em recortes espaciais que agrupam países, seja em recortes subnacionais ou regionais.

Isso coloca o espaço, e por consequência o território; como vetor das transformações sociais, dando-lhes caráter político-econômico cada vez mais concreto, principalmente enquanto instrumentos de reprodução global das estratégias de produtividade e rentabilidade. No contexto atual, como não poderia deixar de ser, a nova configuração de acumulação do capitalismo também organiza as ações e os objetos num plano marcado pela diferenciação territorial.

É relevante afirmar, no entanto, que graças às importantes redefinições no âmbito das normas políticas de desregulamentação e das técnicas informacionais, os agentes hegemônicos da mundialização capitalista aproveitam de modo bem mais eficaz a diferenciação do território. O arranjo da desigualdade é explorado de modo mais aperfeiçoado, pois as empresas integram as diferenças de produtividade do trabalho e as diferenças de custo dos capitais em uma ótica mundial. Nesta nova configuração, os fatores circulam em função das necessidades dos capitais, responsáveis por uma especialização que aprofunda mais ainda as diferenças dos territórios.

Na esfera produtiva, o processo se caracteriza pela transferência de segmentos tradicionais da indústria para territórios onde não se tinham constituído plenamente as condições necessárias de desenvolvimento capitalista. A especialização flexível e a desintegração de obstáculos territoriais vêm proporcionando aos investimentos produtivos mobilidade sem precedentes na escala mundial, integrando o espaço por meio de uma rede que articula fluxos materiais e imateriais, representados por capitais ávidos por intensa valorização. Como consequência, antigas regiões industrializadas atravessam importantes modificações, ao experimentar declínio industrial acelerado, enquanto outras regiões sem tradição fabril convertem-se em novos centros de crescimento industrial e expansão econômica.

Esse movimento é cada vez mais intenso dentro dos países de forte tradição industrial e também nos países onde a industrialização desenvolveu-se no Pós-Guerra, como mostram Michalet (2003 e 2009), Mouhoud (2008 e 2009) e Edelblutte (2009) em recentes livros que tratam do assunto. Para citarmos somente os países de maior tradição industrial, podemos perceber, no caso norte-americano, que as mudanças abriram novas fronteiras

territoriais, como confirmam os pólos industriais do Sul, da Costa Oeste e da região das Montanhas, enquanto a decadência de muitos setores manufatureiros deprimiu áreas industriais tradicionais, embora algumas tenham conseguido se reestruturar, a exemplo da região de Boston. Na Europa, os movimentos de desindustrialização atingem, entre outros, Inglaterra e França, com importantes regiões tradicionais redefinindo seus papéis econômicos industriais, como Manchester-Liverpool e Calais-Dunkerque, enquanto outras regiões ao sul destes países assumem recente importância, principalmente com atividades de alta tecnologia. Em se tratando das indústrias mais tradicionais, a exemplo da têxtil e de calçados, responsáveis por recrutarem expressiva força de trabalho, as unidades simplesmente são fechadas na Europa Ocidental e transferidas para o Leste Europeu, Ásia (China, principalmente) e América Latina.

Se esse movimento das empresas já podia ser observado no Pós-Guerra, numa fase de expansão capitalista marcada pelo padrão fordista de verticalização dos circuitos produtivos, agora ele se intensifica no ritmo da flexibilidade que constitui o imperativo da competitividade global. Como informa Michalet (2009), as empresas não têm mais tempo de negociar interminavelmente com as administrações públicas dos países ou das regiões anfitriãs a autorização de investir. Quando as decisões demoram demais ou as condições exigidas são por demais elevadas, elas simplesmente deslocam-se, escolhendo os territórios onde a oferta de vantagens é maior.

Assim, se a “relocalização” (MICHALET, 2009 e MOUHOUD, 2008) se constituía em estratégia industrial de produtividade apenas para alguns setores da economia há algumas décadas, hoje se impõe como mecanismo essencial para a manutenção e/ou ampliação das taxas médias de acumulação. Ela consiste numa estratégia de reestruturação que aprofunda as modificações implantadas através de reengenharias produtivas, mediante o deslocamento de filiais ou de todas as unidades de produção de uma empresa com base nas vantagens técnicas e políticas oferecidas pelos diferentes territórios. Somente assim se torna possível combinar as concepções gerenciais e territoriais de estratégia, integrando os modelos de flexibilização produtiva e do trabalho ao acesso a novos mercados nacionais e regionais capazes de oferecerem minimização dos custos de produção.

Inserido no processo, o ordenamento desigual do território se mostra crescentemente eficaz como mecanismo de acumulação ampliada. É exatamente num contexto como o das últimas décadas, marcado por crescentes quedas nas taxas médias de lucro dos capitalistas, que essas estratégias territoriais são intensamente utilizadas. Como afirma Soja (1993, p. 209), “a instrumentalidade das estratégias espaciais e locacionais da acumulação do capital está sendo revelada com mais clareza hoje do que em qualquer outra época dos últimos cem anos”.

O território, nesse sentido, está no fundamento do movimento sempre renovado de acumulação do capital. A materialização da sua dialética se confirma a partir de um arranjo sistêmico de diferenciação cujo aspecto mais marcante é a simultaneidade das dinâmicas num plano desigual, garantindo a exploração das vantagens com base num esquema integrado de disparidades. Desse modo, o contexto que articula objetos e ações a partir de uma combinação interescalar que envolve o global, o nacional, o regional e o local, coloca em ação o movimento da história a partir da organização e reorganização do espaço. A mais recente configuração da geografia do capitalismo revela essa tendência com mais clareza do que em qualquer outro momento e nenhuma leitura dos novos acontecimentos apreenderá a complexidade do processo se prescindir dessa concepção.

2.4. A REESTRUTURAÇÃO TERRITORIAL DA INDÚSTRIA NO BRASIL – OS NOVOS RUMOS DA DESCONCENTRAÇÃO FACE ÀS DEMANDAS DA ACUMULAÇÃO

A dinâmica do território não pode ser apreendida sem a justaposição de mecanismos político-econômicos exógenos e endógenos. Os primeiros, interpretados a partir de uma linha de abordagem que considera o movimento de processos de grande amplitude, fazem com que determinados agentes participem de várias escalas de decisão e organização espacial. Os segundos materializam-se nas relações manifestadas em escalas menos abrangentes, conectando agentes e ações por laços de proximidade. A relação multidimensional entre ambos em tempos de mundialização garante a combinação escalar necessária que vai engendrar os arranjos institucionais e econômicos projetados pela intencionalidade capitalista. Segundo Santos e Silveira (2001, p. 22), é “nesse sentido que o território condiciona a localização dos agentes, pois as ações que sobre ele se operam dependem da sua própria constituição”.

Ao tratar do Brasil, devemos então reconhecer que o papel dos mecanismos exógenos

na vida econômica do país acaba por orientar uma boa parcela dos recursos coletivos para a criação de infra-estruturas, serviços e formas de organização do trabalho voltados para o comércio exterior, uma atividade ritmada pelo imperativo da competitividade e localizada nos pontos mais aptos para desenvolver essas funções (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 21/22).

Atualmente, por meio das conquistas tecnológicas e das comunicações, as tensões no território nacional dão-se a partir da capacidade de o mesmo responder afirmativamente ou negativamente às demandas externas, implicando maior ou menor convergência de

intenções, o que explica também as discontinuidades nas feições regionais do país. Como as diferentes regiões do Brasil apresentam histórias e heranças diferentes, elas não vão acolher igualmente os mecanismos exógenos ligados aos interesses dos mercados produtivos e financeiros.

Isto era verdade no passado, quando a modernização capitalista da economia e da sociedade materializou a industrialização brasileira de forma desigual sobre o território; e é verdade principalmente hoje, com o dinamismo dos fluxos materiais e imateriais deparando com a fricção do espaço, cujo corolário é a seleção dos territórios aptos a receberem mais facilmente as racionalidades da nova acumulação comandada pelo imperativo da competitividade.

A adesão não se faz sem uma regulação política, muito menos sem uma regulação regida pelos objetivos do mercado. Assim se dá o contexto das bases materiais geográficas no Brasil, que é definida em função das características naturais e sociais herdadas em conjunção com as modificações presentes, resultando em novas desigualdades territoriais, tratadas por Santos e Silveira (2001) através de uma terminologia particular que atualiza a nova lógica centro/periferia no país, classificando zonas de densidade e rarefação; de fluidez e viscosidade; de rapidez e de lentidão; e de espaços luminosos e espaços opacos.

Sob o ponto de vista do papel do espaço geográfico e das desigualdades territoriais na regulação política e econômica nacional, Santos e Silveira (2001) entendem que ao longo da história brasileira três configurações podem ser citadas:

- 1) A primeira, que dura até a Segunda Guerra Mundial, trata de um país “policêntrico” e é anterior à unificação do território e do mercado. Era marcada pela fraca capacidade da política de controlar as muitas regiões do país, o que implicava um arranjo fragmentado da economia, responsável pela construção de um Brasil arquipélago, com relações internas limitadas;
- 2) A segunda, erigida no Pós-Guerra, demarca São Paulo e Rio de Janeiro como pólos de uma articulação centro/periferia que se torna mais intensa na medida em que a ideia de unificar o território pelos transportes ganha força. O crescimento industrial de São Paulo é marcante e constitui uma peça indispensável no processo de integração nacional. Como as relações dentro da área mais polarizada do Brasil tornam-se intensas, formam-se as bases para uma disparidade regional no país que se aprofunda com o fortalecimento do modelo de crescimento econômico desigual e combinado comandado pelo Sudeste;
- 3) Na terceira configuração, que abrange as três últimas décadas, o modelo econômico concede importância também às inúmeras outras atividades, além da indústria, sobretudo ao incorporar novas dinâmicas aos serviços, às comunicações, ao comércio e às finanças. Aumenta a complexidade da divisão territorial do trabalho e o

movimento dialético de desconcentração produtiva e a centralização do capital implica em maior dinamismo dos fluxos materiais e imateriais no território, resultando também em reestruturação urbana e na reorganização funcional das regiões e das cidades. A organização da política e da economia sofre transformação e passa a receber mais influência dos mecanismos exógenos, articulando o interesse de alguns agentes nacionais ao dos agentes internacionais por meio da mundialização financeira. São Paulo afirma-se como maior força econômica do país e Brasília aprofunda a centralidade política iniciada em configuração anterior, mas as duas cidades cada vez mais recebem influências de forças centrífugas. A organização espacial das técnicas e dos objetos também ganha complexidade e novas fronteiras da modernização se abrem em diversas partes do Brasil, cuja expansão da agricultura moderna no Nordeste e no Centro-Oeste e o novo alcance regional da industrialização são os fatos mais marcantes.

Uma característica importante desta última configuração na qual o Brasil está inserido é a ascendência da instância econômica sobre a instância política, invertendo os papéis desempenhados por estas duas dimensões nas configurações territoriais precedentes. Essa afirmação, longe de engrossar o discurso dos que defendem uma redução da participação do Estado sobre as decisões que apontam os rumos da realidade nacional, confirma o papel subordinado das instâncias governamentais às intencionalidades dos agentes econômicos internacionais, concretizados por uma política de forte desregulamentação comercial, produtiva e financeira, ao estilo do movimento de acumulação capitalista hegemônico.

Os agentes dessa nova regulação, obviamente, são as empresas, que “dispõem de força suficiente para induzir os Estados a adotarem comportamentos que respondam aos seus interesses privatistas” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 256). Essa realidade, característica do movimento de mundialização, constitui um dado da política interna e da política internacional de cada país, atingindo também a organização do território brasileiro, ao influenciar a escolha das localizações produtivas, comerciais e financeiras. Como afirmam Santos e Silveira, na configuração anterior,

as localizações eram ditadas pela presença de recursos naturais, ou infra-estruturais, ou sociopolíticos, quando estes apareciam como vantagens comparativas, mas em todos os casos as normas estabelecidas pelos Estados [...] acabavam tendo um papel de regulação ao qual as empresas interessadas deviam adaptar-se (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 255).

Atualmente, numa configuração fortemente marcada pelo imperativo da competitividade,

confunde-se a lógica do chamado mercado global com a lógica individual das empresas candidatas a permanecer ou a se instalar num dado país, o que exige a adoção de um conjunto de medidas que acabam assumindo um papel de condução geral da política econômica e social. O argumento, fundado no chamado 'pensamento único', inclui um receituário de soluções, sem as quais – diz-se – um determinado país se torna incapaz de participar do processo de globalização. Em nome da inserção desse país na nova modernidade e no mercado global são estabelecidas regras que acabam por constituir um conjunto irrecusável de prescrições. Isso equivale, para cada país, a uma abdicação da possibilidade de efetuar uma verdadeira política nacional, tanto econômica quanto social (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 255).

Santos e Silveira também informam que o “mercado global” é apresentado como uma entidade universal que atua quase automaticamente sobre o mundo e, por consequência, sobre o Brasil. Reproduzida reiteradas vezes enquanto discurso pelos meios de comunicação, essa noção se alinha ao imperativo da competitividade, com o objetivo de subordinar os interesses dos países aos ditames da concorrência predatória global. Por exclusão das outras possibilidades, oferece-se uma única trajetória a ser seguida.

Mas é importante sublinhar que, na prática, o dito “mercado global” é apenas uma abstração e “a ação efetiva dá-se por intermédio de empresas, cada qual trabalhando exclusivamente em função dos seus próprios interesses individuais e buscando adaptar a esses interesses as práticas correntes em cada nação” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 255).

Como destaca o autor, isso tem como ponto de partida certa ideologia de crescimento, fundada sob os auspícios da modernização capitalista nestes tempos em que a acumulação global se faz realidade. “O fundamento intelectual das realizações de ordem prática é, por conseguinte, ideológico” e é também a partir de tais regras que as empresas buscam se localizar num país onde a aceitação dessas intencionalidades é efetivada. As empresas decidirão pela melhor localização em função de seus interesses e alguns territórios já se apresentam prontos, enquanto outros precisam ser preparados, “acrescentando-se a lugares escolhidos os requisitos exigidos para que a operação empresarial seja rentável” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 256).

Diante desse contexto, como se organiza o novo espaço industrial brasileiro? O crescimento da indústria se prende às estratégias da concorrência global? Qual a influência da esfera financeira na decisão de grupos industriais internacionais e nacionais no país? A nova configuração de acumulação capitalista também contaminou a indústria nacional com seu objetivo de competitividade e lucratividade a qualquer custo? O Estado, com sua política macroeconômica, contribuiu de fato para que as empresas incorporassem estratégias de

reestruturação territorial e produtiva? Isso implicou em desconcentração espacial na indústria?

As respostas para essas perguntas exigem uma leitura mais detalhada dos acontecimentos no capitalismo brasileiro das últimas duas décadas. Obviamente, essa construção não se faz sem uma recuperação histórica, que aqui será breve em função dos objetivos do trabalho. A descrição da *démarche* industrial brasileira também é necessária para compreender melhor a trajetória das relações sociais e produtivas que demarcaram a organização do território.

Iniciada em meados da década de 1930, a industrialização brasileira é resultado, entre outros fatores, de um “afrouxamento” dos laços de submissão que atavam a economia nacional aos centros hegemônicos do capitalismo daquele período. Nesse momento, o país começou a sofrer grandes mudanças em seu padrão de organização socioeconômica, tendo em vista que a recessão mundial no “entreguerras” e o grau de capitalização gerado por produtos oriundos de atividades agrícolas, como o café, dinamizaram a indústria mediante processos crescentes de aceleração da economia urbana e de substituição da importação. Nascia o domínio da indústria sobre o ritmo das atividades econômicas brasileiras, uma reestruturação que gradativamente suprimia o antigo papel desempenhado pelo modelo agrário-exportador. Inicialmente, começou-se a produzir bens de consumo não-duráveis destinados às classes populares, fenômeno que incorreu em maior concentração de capital e culminou num aperfeiçoamento da produção, deslocando o eixo produtivo para a fabricação de bens de consumo duráveis (PIQUET, 2007).

O avanço só foi possível reestruturando o conjunto da economia urbana, da qual a multiplicação de serviços parcamente capitalizados nas principais cidades do país e a reprodução da força de trabalho a baixo custo foram características marcantes do modelo de acumulação específico do capitalismo brasileiro. Foi preciso, então, reestruturar o tradicional modo de acumulação nacional, para o qual se estabeleceu uma nova correlação de forças políticas e sociais que reformulou o aparelho estatal e regulamentou alguns fatores, alterando as “regras do jogo” ao inclinar a economia pautada na ordem agrário-exportadora para uma ordem que garantisse a expansão das atividades ligadas ao mercado interno urbano industrial.

A mais intensa participação do Estado na consolidação do modelo antecipa o papel que as forças públicas tomariam no futuro. Como afirma Oliveira (2003, p. 40), o Estado “intervém para destruir o modo de acumulação para o qual a economia se ‘inclinava naturalmente’, criando e recriando as condições do novo modo de acumulação”. Assim, “assiste-se à emergência e à ampliação das funções do Estado, num período que perdura até os anos Kubitschek”. Ele investe em infraestrutura, regula o preço do trabalho, impõe o confisco cambial ao café para redistribuir os ganhos entre os grupos das classes

capitalistas, investe na produção siderúrgica e petrolífera, rebaixa o custo cambial na forma de subsídio para a importação de equipamentos e expande o crédito a taxas de juros negativos reais. Ao final das contas, “opera continuamente transferindo recursos e ganhos para a empresa industrial, fazendo dela o centro do sistema” (OLIVEIRA, 2003, p. 41).

O período que se afirma logo após 1930 também é marcado pela mudança na organização espacial na indústria, pois, com as transformações produtivas e tecnológicas que modernizaram as antigas indústrias domésticas e de beneficiamento, dá-se também uma crescente concentração quantitativa das atividades nos estados da região Sudeste. Se o século XX já se inicia com relativa concentração industrial nos estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que reuniam 56% do valor da produção, esse quadro vai mudar bastante ao final dos anos de 1950, quando “73% da mão-de-obra empregada, 84,1% dos capitais aplicados, 84,3% da energia elétrica consumida e 78,8% do valor da produção industrial encontravam-se” na referida região (MOREIRA, 2004, p. 129). Em cerca de quatro décadas, a concentração da produção no Sudeste se ampliou e passou de pouco mais de 50 para quase 80%.

Entretanto, o novo processo ainda sofria várias restrições. A base infraestrutural era estreita e não dispunha de adequado departamento produtor de bens de produção. Além disso, setorialmente, os ramos industriais não se diferenciavam muito no território nacional, mesmo em estados como Rio de Janeiro e São Paulo, que concentravam mais objetos técnicos e maior avanço tecnológico. Moreira (2004) defende, a partir desse dado, que o quadro nacional distinguia-se regionalmente mais pela quantidade que pela qualidade estrutural do sistema, contrapondo-se estrutura espacial e estrutura setorial na organização do Brasil que se industrializava.

A partir da década de 1950, a indústria brasileira cresceu a ritmos exponenciais, com expansão na produção de bens de consumo duráveis e um avanço significativo nos bens de produção. Esta década anunciou definitivamente a era da industrialização induzida pelo Estado, uma vez que este assumiu papel atuante ao responsabilizar-se pela montagem de infraestrutura condizente com a reprodução dos pesados investimentos que começaram a chegar do exterior.

Oliveira informa que o Estado se lançou,

num vasto programa de construção e melhoramento da infra-estrutura de rodovias, produção de energia elétrica, armazenagem e silos, portos, ao lado de viabilizar o avanço da fronteira agrícola externa, com obras como Brasília e a rodovia Belém-Brasília (OLIVEIRA, 2003, p. 72).

Tal empresa se deu pelo endividamento externo crescente, através de grandes empréstimos, geradores de déficits que acarretaram fortes pressões sobre a balança de pagamentos. De início, a captação de financiamentos ocorreu numa conjuntura internacional adversa, com pouco movimento de recursos oriundos de países centrais da economia de mercado; o que implicou a captação de empréstimos privados em curto prazo. Somente na década de 1970, esse cenário se modificou, quando a oferta crescente de financiamentos internacionais passou a contribuir na gestação do “milagre brasileiro”.

Houve, nesse período, a definitiva conversão da indústria e das suas empresas em unidades-chave da economia nacional, cuja expansão da capacidade siderúrgica e a implantação de ramos como o automobilístico, o de mecânica pesada, o de construção naval, o de cimento, o de papel, o de celulose, entre outros; confirmaram a entrada de investimentos estrangeiros no Brasil, aperfeiçoando a sua estrutura setorial.

Silva confirma esse dado, ao descrever que é

na década de 50 que se inicia um maior afluxo de capitais estrangeiros no país, sem que desapareça a hegemonia norte-americana. Nessa década há um grande incremento na produção de bens de consumo e de produção, com o desenvolvimento das indústrias automobilísticas, mecânica, química, alimentícia, extrativa mineral, de eletrodomésticos e outras, sustentadas pelo crescimento da oferta de petróleo e derivados e de eletricidade (SILVA, 1988, p. 40/41).

A nova configuração industrial delegou ao Estado o papel de responsabilizar-se pela infraestrutura, pelos bens de capital e pelos bens intermediários. Enquanto isso, as companhias estrangeiras internacionais garantiram o investimento em bens de consumo duráveis e não-duráveis, restando ao capital nacional a tarefa de dinamizar o comércio e os serviços, bem como produzir também alguns produtos diretamente voltados para o consumo.

Um ponto controverso sobre esse período de grande expansão industrial diz respeito ao papel do capital estrangeiro enquanto agente que vai definir uma estratégia de aceleração da industrialização brasileira. Malgrado a tese que defende a expansão do capitalismo nacional como um produto da expansão do capitalismo em escala internacional, Oliveira (2003) advoga que a industrialização e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil resultaram muito mais do tipo e do estilo da luta de classes internamente configurada. Após uma maior autonomia do capitalismo brasileiro face ao controle externo do modelo agrário exportador, a industrialização poderia ter resultado num empreendimento pouco profícuo, como ocorrera em outros países latino-americanos. Entretanto, não foi isso que aconteceu. A iniciativa capitalista brasileira logrou sucesso, notadamente porque do ponto de vista das

“relações fundamentais entre os atores básicos do processo, existiam condições estruturais, intrínsecas, que poderiam alimentar tanto a acumulação como a formação do mercado interno” (OLIVEIRA, 2003, p. 75).

É preciso enfatizar, no entanto, que não existiria um capitalismo brasileiro se não fossem garantidas as bases de expansão de um capitalismo mundial e, nesse aspecto, a contribuição externa para a modernização da economia e da sociedade se deu a partir de enormes transferências de tecnologia para a indústria nacional. Da forma como foi constituído o modelo, não coube ao Estado investir em criação de tecnologia (muitas vezes o poder público comprou *know how* do exterior para repassá-lo às empresas nacionais). Assim, esse papel ficou reservado ao capital internacional, que agiu eficazmente nos chamados ramos mais dinâmicos da economia, controladores das linhas mais tradicionais. Isso ocasionou incorporação de tecnologia renovada, fazendo com que a produtividade desse enorme salto, potencializando o crescimento industrial já iniciado.

Assim, a partir dos dados fornecidos por Davidovich⁹⁶ (apud MOREIRA, 2004), percebe-se o quanto a indústria avançou no período, praticamente triplicando o crescimento do valor da produção entre as décadas de 1940 e 1960. Setorialmente, cresceram mais de dez vezes os ramos de material elétrico e borracha, mas de oito vezes a indústria mecânica, mais de sete vezes os materiais para transporte e comunicação e entre quatro e seis vezes os gêneros de papel, metalurgia e química.

A distribuição territorial das formas e das ações da indústria assumiu concentração antes nunca vista sobre o território. Nesse ínterim, destacou-se a região Sudeste e em especial São Paulo, que com sua grande capacidade produtiva, assumiu proeminência não só quantitativa, mas também qualitativa, diversificando a estrutura da sua indústria. As maiores empresas industriais dos ramos automobilístico, de autopeças, metal-mecânico, de equipamentos, entre outros; concentraram-se na Região Metropolitana de São Paulo, que ampliou também suas relações comerciais com o restante do país, confirmando o processo de integração econômica do território nacional (CANO, 2008).

Outra vez os números oferecidos por Davidovich são contundentes:

A industrialização na década de 50, caracterizando-se pela ênfase adquirida pelos bens de produção, veio a conferir uma hierarquia às diversas regiões do país, segundo a maior ou menor presença dessas indústrias. Em 1960, o Sudeste concentrava 90% das pessoas ocupadas no setor de equipamentos pesados e 80% das empregadas nas indústrias de equipamentos leve. Em outros termos, nesta grande região se encontravam 95% dos operários da indústria de material elétrico e de material de comunicações, igual proporção na de construção e montagem de transporte, 88% da indústria mecânica, 85% da metalúrgica e 82% da química e farmacêutica (DAVIDOVICH apud MOREIRA, 2004, p. 131).

⁹⁶ DAVIDOVICH, F. Indústria. In: *Nova paisagem do Brasil*. 5ª tiragem. Rio de Janeiro: IBGE, 1974.

Obviamente essa expansão no Sudeste implicou em diminuição dos ritmos de crescimento em outras regiões do país, em especial nos estados do Sul e do Nordeste do Brasil. No que tange à renda regional frente à renda interna total da indústria, por exemplo, no período de 1947 a 1968, as regiões Sul e Nordeste passaram, respectivamente, de 12,9 para 10,8% e de 10,0 para 6,3% (OLIVEIRA, 1977). Essa perda industrial das outras regiões brasileiras, tornadas periféricas, avançava na proporção do crescimento das suas participações na agricultura do país. As regiões em destaque, no mesmo período, ampliaram seu desempenho face à agricultura nacional em 6,5 e 1,6%. O processo, desse modo, confirmou a tese de Oliveira (1977) acerca do papel da industrialização na divisão territorial do trabalho: o Sudeste, que tinha proeminência na agricultura, ao industrializar-se repassou essa tarefa para o Nordeste e também ao Sul do país. Estas regiões, por sua vez, especializaram-se em produtos agrícolas, comprando os produtos manufaturados do Sudeste. A principal reestruturação espacial da indústria brasileira após o *boom* da década de 1950, nesse sentido, desequilibrou a economia “normal” de cada região e impôs uma nova divisão do trabalho em função da economia da região Sudeste (OLIVEIRA, 1977)⁹⁷.

A referida concentração alcançou os seus limites no início da década de 1970 e os resultados foram explícitos, gerando deseconomias de aglomeração que afetaram os custos e a produtividade na indústria. O congestionamento comprometeu a continuidade do crescimento e a tendência começou a ser revertida. Mais uma vez, o Estado brasileiro, agora comandado pela ditadura militar, desempenhou papel decisivo, principalmente intervindo no rumo de uma desconcentração industrial através da montagem de infraestrutura em diferentes regiões do país e do estímulo à realocação regional dos investimentos.

Foi esse o contexto que resultou na instalação dos Planos Nacionais de Desenvolvimento (PNDs) pelos Governos Militares por toda a década de 1970 e a metade da década de 1980 (SUZIGAN, 1996). Assim, o I PND (que objetivou expandir os rumos da agricultura moderna no país), o II PND (voltado para o aperfeiçoamento tecnológico e a distribuição industrial no território) e o III PND (que buscou intensificar o quadro de reestruturação econômica e territorial brasileiro); não lograram o sucesso esperado, mas demarcaram os novos rumos da expansão industrial que reordenou a divisão territorial do trabalho no Brasil (MOREIRA, 2004).

Nas palavras de Diniz e Crocco, o que se deu foi

⁹⁷ “O fato é que a revolução brasileira desigualiza a estrutura industrial a favor de São Paulo, subsidiariamente dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais, vindo o parque industrial dos estados do Sudeste a diferenciar-se quantitativamente e qualitativamente da indústria dos demais estados e regiões. No lugar do espaço industrialmente disperso e indiferenciado de antes, instala-se no Brasil um espaço de padrão polarizado, concentrado e diferenciado, com pólo nacional em São Paulo, um padrão que doravante irá orientar os fluxos das relações cidade-campo e inter-regionais, setorial e locacionalmente no conjunto do território brasileiro” (MOREIRA, 2004, p. 131).

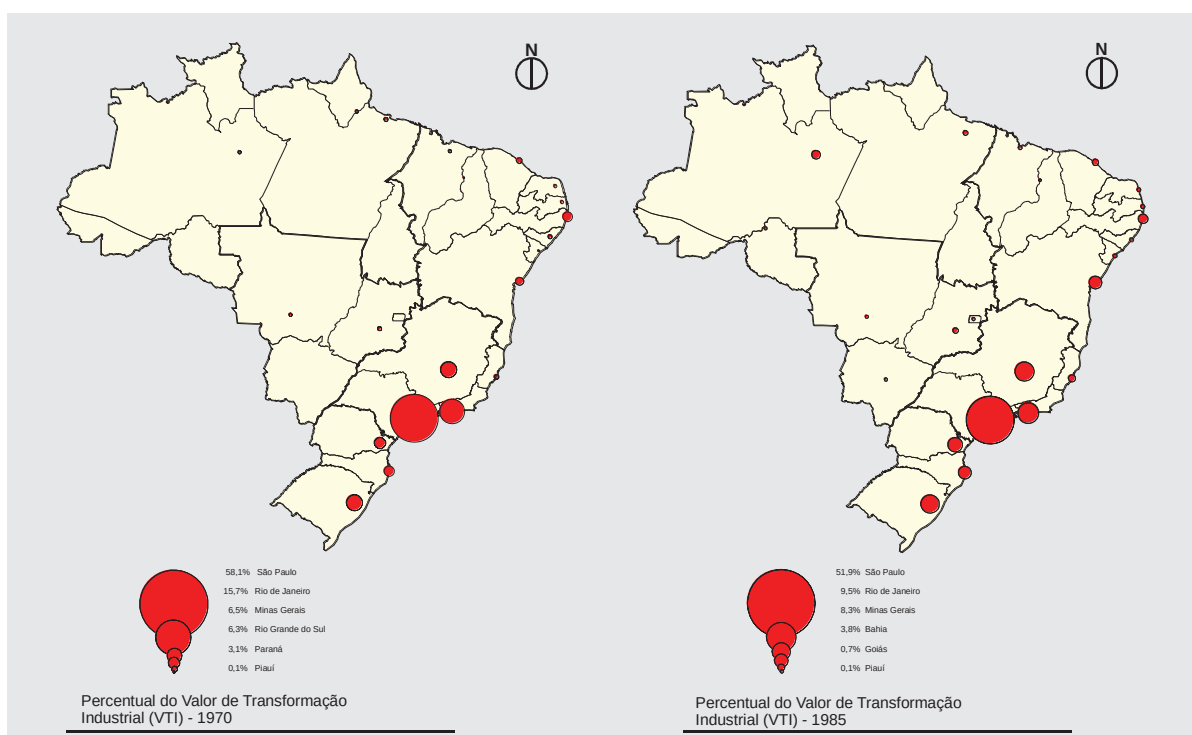
um intenso processo de crescimento industrial com desconcentração geográfica. Entre 1970 e 1980 o emprego industrial no Brasil quase dobrou, subindo de 2,7 para 5 milhões de trabalhadores e o número de áreas industriais com mais de 10.000 pessoas ocupadas subiu de 33 para 76, representando 84% do emprego industrial e 90% do valor de transformação industrial do país (DINIZ e CROCCO, 1996, p. 84).

Um conjunto de forças econômicas e políticas induziu ao deslocamento a atividade industrial e a Região Metropolitana de São Paulo diminuiu seu papel frente ao total produtivo nacional, tudo isso em pleno período de expressivo crescimento da produção industrial brasileira⁹⁸. Segundo dados dos censos industriais do IBGE publicados para esses anos, o percentual da produção industrial do estado de São Paulo frente ao país passou de 58% para 56%, de 1970 a 1975, continuando a diminuir durante a década e alcançando 53% em 1980.

O cartograma 08, gerado a partir dos dados do IBGE, citados por Cano (2008), permite melhor visualização do valor de transformação industrial por estados para os anos de 1970 e 1985. Neste período, apenas São Paulo e Rio de Janeiro perdem posição frente ao Brasil, enquanto Minas Gerais e os estados do Sul demonstram processo de expansão da produção, que se acentuaria nos anos seguintes. É preciso enfatizar que, apesar da perda relativa, São Paulo, em nenhum momento, vê ameaçada sua centralidade industrial.

Nas três décadas seguintes, mudanças importantes aconteceram nas relações estabelecidas entre a economia nacional e o mercado externo, com fortes repercussões sobre o crescimento produtivo e à geração de empregos na indústria, que passaram por grande retração. Mesmo assim, o movimento de desconcentração produtiva se acentuou e variáveis como o número de microrregiões geográficas a reunirem mais de dez mil empregos formais na indústria de transformação permaneceram expandindo. Para efeito de exemplo, é possível perceber que o total dessas aglomerações aumentou de 33 para 90, entre 1970 e 1991, atingindo 136 em 2007, contabilizando um aumento total de 313% em todo o período.

⁹⁸ Na década de 1970, o PIB brasileiro cresceu em média 8,7% ao ano e o produto industrial 8% (DINIZ e CROCCO, 1996).



Fonte: IBGE. Base Cartográfica do PHILCARTO, 2008.

Organização: Edison Pereira Júnior
Apoio: FCT-UNESP/GASPERR.

Cartograma 08: Brasil - Percentual do Valor de Transformação Industrial (VTI) por estados (1970/1985)

Para Diniz (2000) e Diniz e Crocco (1996), a desconcentração destas últimas décadas pode ser expressa a partir da convergência de alguns fenômenos, entre os quais se destacam:

1)A reversão da polarização industrial na Região Metropolitana de São Paulo⁹⁹ e a aceleração das perdas sofridas pela Região Metropolitana do Rio de Janeiro¹⁰⁰;

2)O crescimento da infraestrutura econômica e a difusão dos objetos técnicos no território nacional, que dinamizaram a fluidez espacial e proporcionaram a localização industrial em novas regiões e lugares, em especial nas cidades de porte médio;

3)A forte intencionalidade do Estado, interessado em promover programas cujo foco era, de fato, a desconcentração da indústria. Além dos programas federais efetivados nos anos de 1970 e 1980, já citados, a organização político-econômica brasileira das últimas décadas ligada aos mecanismos exógenos de mundialização financeira estimularam estados a realizarem programas específicos de isenção fiscal para atração industrial, e os esforços lograram sucesso.

4)A expansão da agricultura e da mineração pelo território nacional, que induziu o nascimento e o crescimento de inúmeras atividades industriais e de serviços em regiões de fronteira agrícola e extrativista mineral. O processamento de insumos agrícolas e a oferta de bens industriais de capital a partir da exploração mineral no Norte, Centro-Oeste e Nordeste do Brasil ofereceram outra dinâmica à articulação territorial.

A reestruturação mostra que a distribuição territorial das unidades produtivas é evidente. No entanto, a difusão dos diversos gêneros industriais tem um alcance delimitado, que privilegia os estados das regiões Sudeste e Sul¹⁰¹. O deslocamento da maioria dos gêneros industriais se dá para o interior do estado de São Paulo e para os estados próximos, seguindo em direção ao Sul e formando um polígono industrial que se estende de Belo Horizonte a Porto Alegre, onde se destacam, principalmente, regiões como as de Campinas, São José dos Campos e São Carlos, no estado de São Paulo; Santa Rita de Sapucaí, Pouso Alegre e Belo Horizonte, em Minas Gerais; Curitiba, no Paraná; Florianópolis e o Vale do Itajaí, em Santa Catarina; e Porto Alegre, Vale dos Sinos e Caxias do Sul, no Rio Grande do Sul (DINIZ e CROCCO, 1996).

⁹⁹ “[...] ocorreu o início de reversão da polarização da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), cuja participação no emprego e na produção industrial caiu de 34 e 44%, respectivamente, para 28 e 29%, entre 1970 e 1985. Entre 1985 e 1991, a RMSP perdeu 155 mil empregos industriais. Para o ano de 1991, a participação relativa da RMSP no emprego total do Brasil caiu para 22%” (DINIZ e CROCCO, 1996, p. 84).

¹⁰⁰ “Quando o foco de análise desloca-se para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, os dados são inequívocos: a perda de 51% dos postos de trabalho formal na indústria com queda em todos os setores industriais é, sem dúvida, um forte indicador de que essa metrópole deixou de ser um lugar de preferência para os investidores” (PIQUET, 2002, p. 252).

¹⁰¹ “[...] os estados sulinos e o interior do estado de São Paulo ganham com a emigração de estabelecimentos da Região Metropolitana de São Paulo, com a criação de novas indústrias e, paralelamente, com a concentração-dispersão do valor da transformação industrial” (SANTOS e SILVEIRA, 2001, p. 109).

Mas a desconcentração, mesmo dentro do polígono industrial, demonstra seus limites. Como lembra muito bem Sposito (1999; 2006 e 2007a), ela abrange áreas consideradas mais dinâmicas, cujas redes viárias e de comunicação são as mais densas. Na maioria dos estados onde se dá crescimento da indústria, reproduz-se o fenômeno metropolitano de centralização produtiva e dos serviços. Enquanto isso, em São Paulo, um novo arranjo de eixos de expansão produtiva articula região, cidade média e metrópole, sem comprometer a centralidade de gestão da capital paulista.

Este último fenômeno faz com que Lencioni (1994 e 2003) diferencie o termo desconcentração de descentralização, compreendendo o primeiro como um processo de difusão das atividades produtivas e o segundo como um processo de centralização metropolitana do capital a partir das atividades de gestão e comando sobre as unidades industriais. Como a centralização da metrópole paulistana, nas últimas décadas, só se amplia com a estratégia capitalista de difusão territorial como forma estruturante do espaço industrial, a autora interpreta os fenômenos de desconcentração e centralização como componentes contraditórios do mesmo processo¹⁰².

A mais recente reestruturação do espaço industrial brasileiro, entretanto, não pode ser entendida desarticulada dos acontecimentos manifestados pelas mudanças nos mecanismos de acumulação capitalista, aprofundadas após a década de 1980. Com a emergência dos novos fatores da acumulação, que intensificou o processo de mundialização, a economia nacional procurou tornar-se atrativa para os investimentos exógenos, adaptando as condições de regulação da política aos interesses dos maiores grupos empresariais, desenhando uma nova topologia do território nacional.

Esse período marcou uma série de alterações importantes para o país, entre elas o encerramento do crescimento continuado e acelerado obtido em décadas anteriores; o aumento descontrolado da inflação; a expansão das desigualdades sociais e os sucessivos planos de estabilização realizados pelos governos, que culminaram com a abertura da economia em 1991, com diminuição das barreiras tarifárias e a redução das alíquotas de importação.

A expressão “década perdida” para os anos de 1980 é usada com frequência para representar um período de intensa retração econômica e de grande endividamento público, com fortes impactos sobre a realidade social brasileira, marcada por uma concentração de renda cada vez mais ampliada. Obviamente, a combinação dos fatores socioeconômicos levou a uma generalizada queda dos investimentos produtivos e sociais, o que gerou um ambiente adverso para os investimentos produtivos e a geração de emprego na indústria.

¹⁰² “[...] negamos o emprego da palavra descentralização para descrever o processo de dispersão da indústria no Interior paulista. Pois, este processo – longe de ser um processo de descentralização industrial – a rigor é um processo de centralização” (Lencioni, 1994, p. 59).

Em 1989, o PIB *per capita* no Brasil estava no mesmo nível de 1980; e a indústria de transformação teve a sua participação no PIB total diminuída de 31% em 1980, para 23% em 1990 (LACERDA, 1999).

Em função desse contexto, grande parte dos setores da economia brasileira no início da década de 1990 encontrava-se em descompasso com a reestruturação produtiva internacional, sobretudo no que tange às estratégias gerenciais de controle do trabalho e à obsolescência das máquinas. Isto foi o mote para adoção, pelo novo governo eleito do Presidente Fernando Collor de Melo, de uma política econômica marcada pela liberalização internacional, com base na perspectiva do livre mercado como regulador do crescimento econômico advindo da eficiência alocativa dos fatores de produção¹⁰³.

Para Carneiro (2002), tais ações representaram uma mudança de rumo na política econômica das últimas décadas, pois, até os anos de 1980, a estratégia consistia numa diversificação do quadro produtivo nacional e numa redução da dependência das importações. As modificações, nesse sentido, constituíram um crescimento alternativo ao modelo desenvolvimentista intensificado nos anos de 1950, cuja característica mais expressiva era o estímulo à industrialização para substituição de importação, no qual o Estado intervinha diretamente no setor produtivo de bens de capital e na infraestrutura. O novo modelo passou a definir o paradigma da competitividade¹⁰⁴ como mecanismo central de estímulo e incorporação de tecnologias, sustentando que a concorrência aberta entre investidores brasileiros com o capital internacional aumentaria a produtividade, aperfeiçoaria a tecnologia e ampliaria os salários reais dos trabalhadores.

Por toda a década de 1990, a emergência do Plano Real proporcionou estabilidade dos preços, privatizou empresas estatais e intensificou mais ainda a abertura econômica, valorizando o câmbio. Isso provocou grande transformação na estrutura industrial brasileira, com fortes impactos sobre o processo produtivo e o mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que submeteu os produtores nacionais à concorrência direta com as empresas multinacionais num contexto de juros elevados, forte tributação, carência de infraestrutura e excessiva burocracia.

Às empresas nacionais não restou outra opção a não ser adequarem-se ao modelo de expansão capitalista fundamentado na reestruturação produtiva, assumindo também metas de produtividade e competitividade que se coadunassem aos interesses de rentabilidade ampliada e acelerada do mercado controlado por grandes grupos industriais e financeiros

¹⁰³ “ [...] supunha-se que a concorrência induziria uma rápida transformação da estrutura produtiva herdada da substituição de importações, implicando modernização das plantas em razão do barateamento dos bens de capital, mudança do *mix* de produtos, redução da verticalização, tudo isso na direção de uma alocação de recursos mais afinada com as vantagens comparativas da nossa economia” (CARNEIRO, 2002, p. 310).

¹⁰⁴ “As bases da nova política estavam fortemente enfocadas na questão da competitividade, em contraponto às políticas adotadas anteriormente que objetivavam a expansão da capacidade produtiva mediante o incentivo à substituição das importações” (LACERDA, 1999, p. 106).

internacionais. As mudanças incorporaram as renovadas estratégias de reengenharia e uma divisão interempresarial da produção, além da sistemática redefinição das metas de qualidade total, com influência dos preceitos *toyotistas*.

Como ressalta Gonçalves, houve mudanças nas estratégias comercial, industrial e financeira como um todo, podendo-se

argumentar que essas estratégias estiveram centradas na expansão das exportações, racionalização de custos e demissão de trabalhadores, exercício do poder de mercado e lucros financeiros elevados (GONÇALVES, 1999, p. 71).

Gonçalves (1999) também nos lembra que é preciso evitar o excesso de generalização do alcance dessas transformações para todos os gêneros industriais. Mesmo assim, apesar de reconhecer eventuais diferenças setoriais e o diferenciado desempenho de algumas empresas individuais no contexto da abertura econômica da década de 1990, o processo de reestruturação produtiva e territorial no Brasil demarcou algumas características para a empresa industrial, entre as quais podem ser citadas: a maior racionalização dos custos; a redução no uso de modelos de engenharia de produção verticalizados; o fechamento, a transferência ou a redução do tamanho das plantas industriais; e um aumento das demissões.

Algumas empresas

também abandonaram determinadas linhas de produção, substituindo-as por produtos importados, enquanto outras aproveitaram para fazer fusões e aquisições, que lhes permitiram maior predominância no mercado interno (GONÇALVES, 1999, p. 71).

Circuitos da produção inteiros também foram fragmentados, e a articulação territorial e de diferentes etapas do processo de financiamento, gestão, produção e consumo favoreceram algumas especializações regionais. As empresas brasileiras passaram então a sentir as cobranças da rentabilidade a qualquer custo, oriundas do mercado financeiro internacional, contaminando a indústria que, por sua vez, respondeu ampliando a reestruturação produtiva e a relocação de unidades de produção para outras regiões ou estados do país, aproveitando as vantagens da diferenciação socioespacial. No que tange aos novos territórios da expansão industrial, os mesmos começaram a ser incorporados ou excluídos em função da adequação aos interesses do “mercado global”. Tal adequação se traduziu na oferta de vantagens para atrair e reter as atividades das empresas, na qual as políticas locais ou regionais – as normas, no dizer de Santos (1999) – desempenharam

papel fundamental ao lado dos objetos técnicos que permitiram aumentar a velocidade e a circulação dos fluxos materiais e imateriais.

É nesse contexto que a recente desconcentração industrial brasileira deve ser interpretada. Como resultado de um processo que destaca mecanismos exógenos de organização capitalista justapostos a mecanismo endógenos de aceitação local, a topografia do espaço industrial se transforma e as mais diversas escalas geográficas têm seu papel na busca pela ampliação das margens de rentabilidade. Como afirma Arroyo (2001), trata-se de um exemplo das novas qualidades e das novas espessuras adquiridas pela porosidade do território, confirmando a capacidade de os grandes grupos empresariais imporem seus interesses na busca por lugares mais rentáveis.

Também deve ser considerado o conjunto de mecanismos responsáveis pela reprodução ampliada da acumulação capitalista dentro do contexto histórico e espacial brasileiro. Marcado por altos investimentos em tecnologia, produção e infraestrutura nas décadas que marcaram o período desenvolvimentista, a partir dos anos de 1980 e, sobretudo, nos últimos vinte anos, outros mecanismos afloraram como mais importantes na escalada da acumulação, com diminuição expressiva da capacidade de novos investimentos e o uso de estratégias de apropriação do excedente de algumas esferas da economia sobre outras, sobretudo mediante a força do poder financeiro sobre o industrial, combinado com inovações organizacionais na produção e gestão das empresas.

Por fim, com base em Piquet (2002), confirmamos que os anos de 2000 marcam a entrada da indústria brasileira em uma nova etapa, cujo modelo de acumulação é completamente distinto do que regeu as decisões de investir do passado. As circunstâncias favoráveis de décadas anteriores, tais como as proteções contra as concorrências espúrias, encerraram-se. Em seu lugar, impõe-se o paradigma da competitividade como filosofia que conduz à busca pelas altas taxas de acumulação por grupos empresariais mais preparados para esse fim. Como elemento central dessa arquitetura, o território, produto e condicionante do dinamismo que molda a mais recente geografia da produção brasileira; coloca-se como elemento central das novas estratégias de reprodução industrial.

2.5. NORDESTE – EVOLUÇÃO ECONÔMICA E NOVA ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL

A nova configuração industrial no Nordeste do Brasil apresenta-se como manifestação bem definida da mais recente expansão capitalista pelo território nacional. Viabilizados pelos capitais privados nacionais e multinacionais, que contam muitas vezes com o suporte de governos estaduais e municipais, novas áreas anteriormente desprovidas de infraestrutura inserem-se numa ciranda de produção, circulação e consumo de riquezas. O Nordeste passa por importantes transições sócioeconômicas, com profundas implicações sobre os

espaços urbanos e agrários, resultando numa dinâmica de fluidez em que os laços de integração demonstram como os novos sistemas de técnicas cada vez mais exercem um papel de combinação entre as diferentes regiões do país.

Na esteira das transformações engendradas pela abertura econômica dos anos de 1990, tornou-se visível na região outra estruturação industrial, cujos traços mais marcantes são a modernização tecnológica, a chegada de novos gêneros de produção e a localização de unidades produtivas em lugares sem maior tradição fabril. Assim, junto à dinamização das áreas de maior produção manufatureira e à expansão produtiva dos novos centros industriais, soma-se a diversificação dos investimentos, sendo estes oriundos principalmente das regiões Sudeste e Sul.

A chegada desses investimentos não se dá sem atingir importantes elementos na organização espacial, o que implica numa recente divisão territorial do trabalho dentro da região, acirrando traços de desigualdade, mas também reestruturando o papel de áreas antigas, especialmente por redefinir laços de submissão e comando no arranjo urbano regional.

Tal mudança na localização das unidades de produção de empresas do Centro-Sul para o Nordeste, contudo, ocorre principalmente nas indústrias de gêneros tradicionais, aquelas que empregam grandes quantidades de mão de obra, ficando os setores que realizam um maior esforço de inovação tecnológica nos centros mais tradicionais do país.

Mesmo assim, são transformações que promovem profundos impactos sobre o território, instaurando novos vetores de expansão econômica, todos voltados para o crescimento de um padrão moderno, a implicar uma forte mudança do processo produtivo e das relações de trabalho nas áreas que passam a receber os mais recentes investimentos industriais.

Ao longo da história nordestina, os padrões de estrutura produtiva e localização industrial alteraram-se significativamente, tornando-se importante retomar os processos de produção territorial na região para compreender as transformações erigidas no presente.

Como a região de ocupação mais antiga do território brasileiro e apresentando porções regionais de clima semiárido que estão entre as mais povoadas do mundo¹⁰⁵, o Nordeste vem sendo produzido há mais de quatro séculos e meio e sua colonização inicial deu-se em função da demanda de produtos alimentícios e matérias-primas pelo mercado externo. O quadro espacial resultante desse processo histórico organizou-se em benefício de oligarquias agrárias com forte expressão política, que estruturaram o seu poder desde o período colonial, a partir da articulação com grupos burgueses comerciais e industriais, moldando a estrutura social, política e econômica nordestina.

¹⁰⁵ Como já informado nos clássicos trabalhos de Furtado (1995) e Andrade (1980).

Somado a isso, deve-se considerar que, entre as grandes regiões brasileiras, o Nordeste caracteriza-se por apresentar as paisagens mais diversificadas, fator que, primeiramente, confere à região vantagens ambientais e locacionais. Entretanto, embutidas nessa diversificação, também estão os problemas responsáveis pelas dificuldades socioeconômicas sentidas pelos seus estados, pois o quadro natural da região, qualificado em função das disponibilidades de recursos minerais, hídricos e de solos, nunca foi dos mais favoráveis, uma vez que esses recursos, além de quantitativamente restritos, se encontram distribuídos desigualmente pelo território.

Segundo Andrade (1980 e 1984), problemas dessa natureza fizeram conceber a ideia equivocada de que a região não possuía condições apropriadas de gerar o seu desenvolvimento, sobretudo por possuir clima e solo desfavoráveis, como se esses fatores fossem os únicos responsáveis pela melhoria das condições econômicas e sociais. São argumentos que, historicamente, justificaram a reprodução das relações políticas e econômicas tradicionais e que legitimaram as formas de apropriação e de uso concentrados da terra, tornando difícil qualquer transformação nas estruturas sociais e de poder.

As oligarquias tradicionais, produtos de um “Nordeste açucareiro semi-burguês” e “algodoeiro-pecuário”, no dizer de Oliveira (1993), tiveram influência na reprodução histórica de uma sociedade montada no princípio da intocabilidade do poder político e econômico. Esse processo demarcou a construção social do Nordeste e teve no Estado um protagonista que concentrou sua ação na montagem de mecanismos que evitaram um choque frontal entre as elites, legitimando o poder central e, sempre que necessário, mudando pouco para não mudar o todo.

Essa foi uma realidade recorrente no passado, mas também marca o sentido de muitas transformações no presente, quando a ação do Estado na região parece reproduzir as relações tradicionais através de um pacto entre o poder político e econômico em escala nacional e local, demonstrando que a reprodução conservadora das tradições políticas interessou e interessa muito às elites industriais brasileiras. Como informa Bursztyn (1990), a estratégia adotada é sempre a da articulação política que mantenha a estrutura de poder, mesmo que mediante o patrocínio de novas formas econômicas e territoriais. A assimilação das imposições econômicas garante a manutenção do poder conservador, que passa a ser comandado mais de perto pelas elites urbanas do país.

Com as características supracitadas, importantes fases marcam a evolução econômica e industrial da região, são elas:

2.5.1. PRIMEIRA FASE: PROEMINÊNCIA CANAVIEIRA

A primeira fase corresponde ao período colonial e demarca uma etapa na qual a atividade agroindustrial canavieira estabelece o perfil predominante. Três fatores, na concepção de Furtado (1995) e Ferreira (1982), vão demarcar a acumulação em nível regional e a organização industrial e do trabalho, quais sejam:

- 1) A utilização de força de trabalho escrava, que se manteve sem maiores alterações mesmo depois da abolição da escravatura, em função, sobretudo, da pequena diversidade produtiva regional e da ocupação das terras nordestinas no litoral e no sertão já no século XIX;
- 2) O isolamento do engenho, que, ao apresentar autarquia econômica, estimulou a produção de subsistência numa estrutura bastante arcaica;
- 3) A acumulação com forte dependência do mercado externo, que implicou submissão aos interesses internacionais no consumo do açúcar brasileiro.

Assim, a pouca diversificação produtiva e a precariedade das condições de produção e consumo resultaram numa estruturação econômica e industrial arcaica até o século XIX, cuja distribuição social da riqueza apresentava-se de maneira desigual e as outras atividades industriais, que não estavam ligadas ao excedente gerado pelo açúcar, não passavam de oficinas de artesanato. O forte condicionamento interno aos interesses do mercado internacional ocasionava crises frequentes, mesmo com níveis de produção elevados. Isso impedia que a região pudesse dar maiores saltos do ponto de vista da acumulação de valor capaz de dinamizar outros setores econômicos, reproduzindo, ao contrário de uma economia forte e diversificada, culturas de subsistência¹⁰⁶. Entretanto, apesar das limitações impostas pelas crises e das dificuldades desse modelo econômico e social, “a economia açucareira do Nordeste resistiu mais de três séculos às mais prolongadas depressões” (FURTADO, 1995, p. 53).

2.5.2. SEGUNDA FASE: DIVERSIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO E O PAPEL DO ALGODÃO NO CRESCIMENTO INDUSTRIAL

A segunda fase da evolução industrial e econômica iniciou-se com a proeminência do algodão como produto chave da dinamização comercial e industrial. Com a consolidação da Revolução Industrial no século XIX e o consequente desenvolvimento da indústria têxtil

¹⁰⁶ “[...] o possível caráter autárquico das unidades produtoras de açúcar é, até certo ponto, um resultado das crises cíclicas da produção, derivadas das flutuações internacionais e, no limite, a própria ‘região’ do açúcar recria formas de acumulação primitiva, mesclando a atividade de produção do açúcar e as chamadas ‘culturas de subsistência’” (OLIVEIRA, 1993, p. 46).

inglesa, a demanda mundial de algodão cresceu exponencialmente. Ao reunir as condições apropriadas para a produção do algodão de fibra longa, isto é, o chamado “algodão-mocó” ou “seridó”, a região Nordeste, ao lado de outras regiões do mundo, transformou-se em grande produtora para o consumo internacional, principalmente depois da crise de produção desencadeada nos Estados Unidos a partir da Guerra de Secessão.

Apesar de longa, a citação de Oliveira resume bem os resultados sentidos pelo Nordeste com o aumento da plantação do produto.

O Nordeste agrário não-açucareiro converte-se num vasto algodoal, desde o Maranhão à Bahia. Não é a ‘plantation’, porém, a estrutura de produção dessa nova mercadoria; esse vasto algodoal é na verdade constituído pela segmentação sem fim de pequenas e isoladas culturas. A rapina internacional encontra terreno propício à constituição de uma estrutura de produção em que o capitalismo internacional domina a esfera financeira de circulação, deixando a produção entregue aos cuidados de fazendeiros, sitiantes, meeiros e posseiros. Emerge aqui a estrutura fundiária típica do latifúndio: o fundo de acumulação é dado pelas ‘culturas de subsistência’ do morador, do meeiro, do posseiro, que viabilizam, por esse mecanismo, um baixo custo de reprodução da força de trabalho e, portanto, um baixo valor que é apropriado à escala de circulação internacional de mercadorias, sob a égide das potências imperialistas (OLIVEIRA, 1993, p. 47).

Mas, apesar dos efeitos na organização social, política e fundiária, marcantes para o Nordeste, a cultura algodoeira também estimulou o desenvolvimento da indústria têxtil, atrelando cultura agrícola e atividade manufatureira na região, com uma base de instalação da fábrica têxtil localizada principalmente nos centros urbanos. A complementaridade produtiva entre agricultura e indústria também fez nascer uma economia comercial no semiárido nordestino, implicando relativa desconcentração da produção e do consumo. A despeito da economia fechada e de subsistência anteriormente desenvolvida, produtos agrícolas e seus derivados começaram a ser trocados de forma monetizada, o que implicou em relações mercantis sentidas numa faixa bem mais abrangente da região.

Ao lado da agricultura da cana e da produção de açúcar, entram em cena as atividades ligadas ao descaroçamento do algodão e, posteriormente, às atividades manufatureiras de beneficiamento do fio com a produção de tecidos grossos, diversificando a economia regional e ampliando a extração do excedente em escala ampliada. Alguns parques industriais são formados a partir dessa experiência de expansão econômica e industrial. Os estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Ceará são os que mais se destacam. Aos poucos, desenvolveu-se também a produção de óleos vegetais, de charutos e cigarros, de chapéus, de carroças, de couros e peles, de cimento, além da consolidação da indústria açucareira e têxtil (ANDRADE, 1981).

A partir dos dados apresentados por Dean¹⁰⁷ (apud FERREIRA, 1982), observa-se que em 1907, das cem maiores empresas industriais brasileiras, 15 se localizavam no Nordeste. Em oito delas, exatamente aquelas voltadas para a produção têxtil, o contingente de trabalhadores era de 7.764, distribuídos pelos estados de Pernambuco, Bahia e Alagoas. Em relação ao Brasil, os estados de Pernambuco e Bahia só concentravam menos atividades industriais que Rio de Janeiro e São Paulo, e essa expressão manteve-se até meados de 1920.

2.5.3. TERCEIRA FASE: A NOVA DIVISÃO TERRITORIAL DO TRABALHO NO BRASIL E AS AÇÕES DA SUDENE

A partir da década de 1930 o Nordeste sentiu estagnação econômica relativa face às outras regiões nacionais e uma realocização industrial e produtiva em favor do Sudeste do Brasil, em especial do estado de São Paulo, marcou a distribuição espacial da indústria nacional. Introduziu-se o processo de substituição de uma “economia nacional, formada por várias economias regionais”, por uma “economia nacional localizada em diversas partes do território” (OLIVEIRA, 1977).

Foi assim que se deu o início da terceira fase da evolução econômica e industrial do Nordeste, marcada, entre outros fatores, pela integração interregional brasileira sob a égide de capitais oligopolistas nacionais ou internacionais. Para Araújo (1984), tratou-se de uma mudança importante na qual não foi mais possível pensar a indústria da região senão como uma extensão para o território nordestino da industrialização brasileira. Foi uma industrialização montada sob os referenciais da oligopolização capitalista do Pós-Guerra, em pleno período de solidificação da economia nacional e de constituição de um mercado brasileiro de mercadorias, de trabalho e de capitais, quando a articulação entre as diferentes regiões do país legitimou-se a partir de uma economia de trocas por todo o território.

Oliveira (1977, p. 55) afirma que a diferença é fundamental em relação às fases anteriores, “em que as ligações externas, para fora do país, determinavam a localização das atividades, sem mediação por parte de algum setor propriamente nacional”. Com a emergência da indústria como motor do crescimento econômico brasileiro e o papel desempenhado pela região Sudeste como área polarizadora desse progresso, a relação entre os capitais por todo o país alterou-se e a redistribuição das atividades econômicas redefiniu a divisão territorial do trabalho em termos mais amplos. Tem-se, a partir daí, “a criação de uma economia nacional regionalmente localizada” em que a divisão social do

¹⁰⁷ DEAN, Warren. A industrialização da República Velha. In: DEAN, Warren. O Brasil Republicano. 2ª ed. Coleção História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1977.

trabalho “ao nível de cada região será função do tipo e natureza das ligações que ela mantiver com a região líder” (OLIVEIRA, 1977, p. 56).

O que se sucedeu, de fato, foi o desgaste do modelo que destacou um circuito econômico de relativa autonomia das regiões, em favor de um modelo no qual o processo de consolidação dos mecanismos de acumulação resultaram num esquema nacional de subordinação/dependência, sobretudo em função das características diferenciadas das estruturas produtivas. Estas, quando menos dinâmicas, como as nordestinas; subordinaram-se aos movimentos das estruturas produtivas mais dinâmicas, localizadas no Sudeste e já caracterizadas pelos aspectos mais avançados da organização industrial oligopolista. A competição entre os produtos industriais fabricados no Sudeste e seus similares fabricados no Nordeste revelou a diferença produtiva das duas regiões e a primeira sentiu a necessidade de impor a sua estrutura industrial como referência para a acumulação nacional. Como resultado, instalaram-se no Nordeste investimentos industriais diferenciados de caráter oligopolista, redefinidores da estrutura industrial tradicional.

Nas palavras de Oliveira,

o efeito visível é o de uma retração das unidades nordestinas concorrentes, até com a liquidação de empresas; um curioso efeito de realimentação das diferenças de poder de competição entra em cena: incapacitadas de disputar o mercado em razão de seu atraso tecnológico relativo, as indústrias do Nordeste não se expandem nem se renovam, o que acaba produzindo novas perdas de poder de competição, incremento da perda de mercado, e assim por diante, até criar situações de verdadeiro desemprego de recursos. Como corolário, produz-se um fluxo de capitais da região mais pobre para a região mais rica [...] (OLIVEIRA, 1977, p. 57).

Para Andrade (1981), a política nacional de desenvolvimento do transporte rodoviário e a implantação de grandes usinas hidrelétricas a partir da década de 1950 foram pré-requisitos para a consolidação dessa integração. Esses novos objetos técnicos no território apresentaram-se como condições viabilizadoras para derrubar barreiras de proteção da indústria nordestina, abrindo também o mercado regional para os produtores externos.

No entanto, a penetração oligopolista na escala da região só se completou com uma proposta de intervenção política de abrangência nacional, mobilizando um conjunto de normas que tinham a força de um programa de desenvolvimento regional, comuns ao projeto desenvolvimentista do governo do Presidente Juscelino Kubistchek. Tal projeto partiu da discussão levantada pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) de que o comércio internacional, da forma como estava posto, não levaria à superação do atraso das economias periféricas. Para tanto, esse novo modelo defendia uma ação direta do Estado, intensificando e coordenando a industrialização que vinha ocorrendo espontaneamente através da substituição de importações.

Tais ideias, transportadas à escala do território nacional, delegou ao planejamento econômico regional a tarefa de resolver a questão da crise nordestina, respondendo também aos interesses de uma política econômica em termos de Brasil. Operacionalmente, as ideias cepalinas foram implantadas na região a partir do relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). A iniciativa de criar um grupo nestes moldes surgiu diante do discurso das disparidades socioeconômicas entre o Nordeste e o Sudeste, acentuadas a partir da maior centralidade assumida por esta última região. Planejado pelo Governo Federal, mais especificamente pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, o GTDN elaborou um diagnóstico entre os anos de 1957 e 1959 no qual propunha uma política para o desenvolvimento regional baseada na industrialização. A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), órgão de planejamento destinado a orientar as ações do Estado, foi a instância organizativa responsável pela legitimação dessa política. Por meio dos incentivos propiciados pelos Artigos 34/18¹⁰⁸, dispositivos que autorizaram as empresas nacionais e internacionais interessadas em implantar indústrias no Nordeste a reduzirem em até 50% o imposto de renda devido à União; a SUDENE transformou a industrialização em eixo do crescimento econômico e diminuiu os vínculos de complementaridade da região com o setor agrícola local e o mercado regional.

Em termos nacionais, a proposta representou a diminuição do custo do capital pela via do subsídio estatal e beneficiou grupos de empresários com alto poder de investimento, ao garantir a transferência de classes dominantes de uma região para outra, o que, na concepção de Oliveira (1977), simbolizou a necessidade estrutural da expansão capitalista no Brasil naquele período.

[...] nas condições concretas da economia brasileira, como um resultado de todo um processo desde a Segunda Guerra Mundial [...], somente altas taxas de redistribuição do capital, isto é, altas taxas de lucro, consegue fazer ativar a economia. O mecanismo 34/18 ajustou-se como uma luva a essa necessidade estrutural: demonstrando que não havia insuficiência de poupança, demonstrando que a criação de demanda poderia teoricamente ser realizada em qualquer setor e em qualquer região [...] (OLIVEIRA, 1977, p. 61).

O território enquanto mecanismo de acumulação capitalista apresentou-se às novas forças oligopolistas industriais do Brasil pela primeira vez de maneira efetiva, em especial pela tentativa de difusão das relações de produção e consumo com base na economia de

¹⁰⁸ Artigo 34 do Decreto Lei n. 3995 de dezembro de 1961 e as emendas introduzidas pelo Artigo 18 do Decreto Lei n. 4239 de junho de 1963.

mercado construída no Pós-Guerra. Assim, apesar da taxa de lucro poder se realizar em qualquer setor ou região da economia nacional, sua tendência foi a de envolver regiões periféricas aonde a penetração da estrutura oligopolista do capital ainda não tinha acesso. As ideias de Mandel (1982) e Harvey (1990), entre outros, podem aqui ser recuperadas, mesmo que para a escala das relações interregionais de um país: se num sistema de concorrência capitalista a tendência estrutural é a procura pelo lucro médio, no capitalismo monopolista/oligopolista da metade do século XX, no qual o Brasil mergulhou sem hesitação, a procura pelo superlucro foi a lei que movimentou a escalada dos investimentos. No contexto supracitado, a inserção do Nordeste na ciranda da acumulação nacional foi a garantia de um retorno crescente de altas taxas de acumulação para os capitais investidores.

Assim, tomou forma no Nordeste a estrutura industrial característica desta terceira fase e isso pouco teve a ver com as propostas de desenvolvimento econômico e social feitas pelo projeto SUDENE. Na verdade, elas consistiram muito mais num instrumento de obtenção de superlucros com base na desigualdade espacial, refletindo o processo de reestruturação da divisão territorial do trabalho no Brasil como um todo.

A industrialização desta terceira fase, desse modo, ficou marcada principalmente pela participação de capitais extrarregionais que, dadas as generosas fontes de financiamento, ampliaram suas empresas e diversificaram seus investimentos. Assim, a composição significativa da mudança estrutural da indústria neste Nordeste dinamizado pelo planejamento regional a partir dos anos de 1960, marcado pela diversificação dos ramos produtivos e pela modernização tecnológica, contou, notadamente,

com a participação de grupos econômicos de fora da região, e até do país, que se valeram, das condições favoráveis existentes – incentivos fiscais, infra-estrutura, condições financeiras e disponibilidade de recursos naturais e de matérias-primas – para garantir posições de mercado, diversificar estrutura produtiva dos grupos econômicos, consolidar nacionalmente conglomerados, e, através dos mais diversos procedimentos, obter taxas de lucro superiores, em geral, à média nacional, por conta dos estímulos oferecidos (GUIMARÃES NETO e GALINDO, 1992, p. 96)¹⁰⁹.

Ao utilizarem-se do território para garantir sua reprodução, as forças capitalistas garantiram o domínio empresarial do Sudeste sobre o Nordeste, levando à falência atividades nordestinas tradicionais, incorporando milhões de camponeses a uma economia

¹⁰⁹ Para um aprofundamento dessa temática e uma síntese dos indicadores que revelam a maior participação de conglomerados nacionais ou internacionais na indústria nordestina a partir do projeto SUDENE ver, entre outros, Diniz e Basques (2004), Oliveira (1977 e 1993), Araújo (1984), Guimarães Neto (1997) e Guimarães Neto e Galindo (1992).

urbana de mercado e resolvendo o problema dos emergentes conflitos de classe que ameaçavam a hegemonia burguesa nacional.

A industrialização nordestina, desde então, passou a acompanhar a dinâmica nacional, assumindo papel de dependência em relação à burguesia do Sudeste, manifestando para o conjunto da economia brasileira, entre outros, uma complementaridade entre ramos industriais e o estímulo a uma nova demanda de bens de capital a partir dos novos investimentos e oferta de recursos, que passaram a ser incorporados à indústria nacional.

No que concerne à configuração política e econômica brasileira, essa nova relação representou a estruturação e a expansão capitalista nacional, articulando o conjunto de mecanismos de acumulação por todo o território, sistematizando normas, técnicas e objetos num projeto moderno de inserção acelerada ao capitalismo de corte monopolista/oligopolista predominante.

Em função desse caráter concentrador de capitais que beneficiavam as pessoas jurídicas na razão direta do seu tamanho, geralmente ligado ao mecanismo dos Artigos 34/18, em 1974; foi criado o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). Este novo mecanismo fiscal buscou corrigir os problemas enfrentados pelas empresas menos capitalizadas na obtenção de financiamentos. Assim, a partir de 1975, segundo a nova proposta, qualquer pessoa jurídica desfrutaria da opção de aplicar parcela do imposto de renda na ampliação de seus investimentos, o que permitiu maior inserção de empresas nordestinas nos programas de facilitação fiscal gerenciados pela SUDENE¹¹⁰. Mesmo assim, a política de incentivo à industrialização já tinha delineado os rumos dos investimentos na região e a nova indústria exercia uma função de integração produtiva cada vez maior com o Sudeste¹¹¹.

Símbolo dessa configuração materializada no território é a forma como a própria distribuição dos investimentos industriais se deu entre os estados do Nordeste, privilegiando áreas já estruturadas e com forte poder político na atração de financiamentos e recursos. Evidenciou-se acentuada concentração espacial dos investimentos, na qual as vantagens comparativas locais destacaram as cidades de Salvador, Recife e Fortaleza como capitais mais propícias à implantação industrial em decorrência de suas boas condições de infraestrutura.

Por isso,

das 910 indústrias incentivadas através do mecanismo 34/18-FINOR, 63,6% se localizavam nos estados da Bahia (19,5%), de Pernambuco (24,3%) e do Ceará

¹¹⁰ O estado do Ceará foi o grande beneficiado com as mudanças nos rumos do ajuste fiscal, na medida em que mais empresas passaram a contar com os benefícios e a participação do estado na cota do fundo ampliou-se.

¹¹¹ Como informa Ferreira (1993), em 1987, a região Sudeste havia contribuído com 92,4% do valor líquido aplicado ao FINOR, sendo que esta região também atendia a nova indústria incentivada nordestina com 48,9% dos seus equipamentos de capital, além de consumir 44% daquilo que ela produzia.

(19,8%). Ademais, daquele total de indústrias incentivadas, 46,9% se localizavam nas regiões metropolitanas daqueles respectivos estados, sendo 17,4% na Região Metropolitana de Recife, 15,9% na de Fortaleza e 13,6% na de Salvador (FERREIRA, 1995, p. 161).

Houve diferenças importantes no volume de recursos liberados, mesmo entre os três estados mais beneficiados com os incentivos fiscais. Até 1985, segundo dados fornecidos pela SUDENE (SUDENE/BNB¹¹² apud FERREIRA, 1995), o estado do Ceará absorveu 12% dos recursos, enquanto Bahia e Pernambuco absorveram, respectivamente, 30,7% e 21,1%. A liberação diferencial dos recursos, desde o início da implementação da SUDENE, manifestou-se na concentração estadual dos ritmos da indústria, como revelam alguns importantes indicadores de análise para o período.

Se observarmos o Valor de Transformação Industrial (VTI) dos estados do Nordeste em 1970 e 1985, como constam no cartograma 09, a conclusão a que se chega é a de uma participação expressiva dos estados que mais obtiveram recursos. Os números informam que Pernambuco e Bahia sempre apresentaram os melhores desempenhos frente à região, seguidos de perto pelo Ceará.

Para o ano de 1970, por exemplo, a concentração do VTI nos dois estados mais destacados foi de 64,3% em relação ao Nordeste, enquanto a participação em conjunto dos estados do Ceará, Alagoas, Paraíba e Rio Grande do Norte, não ultrapassou os 30% do total regional. Neste ano, inclusive, Pernambuco alcançou, sozinho, 37,5% do VTI nordestino, legitimando a relevância da sua indústria para a região.

Ainda segundo o cartograma, em 1985 a Bahia deu um grande salto e avançou consideravelmente, atingindo 44,2% do VTI nordestino. Os outros importantes estados a se destacarem na produção industrial diminuíram sua relevância no referido ano, mas Pernambuco foi o único a perder seu posto anterior, passando de uma representação regional de 37,5 para 22,7%, mudando do primeiro para o segundo lugar na metade da década de 1980. Neste mesmo ano, à exceção da Bahia, apenas o Rio Grande do Norte expandiu seu papel frente ao VTI regional. O aumento, entretanto, foi reduzido e correspondeu a um acréscimo de pouco mais de 0,5% face ao total do Nordeste.

Ao considerar o percentual dos empregos formais gerados na indústria de transformação também nos anos de 1970 e 1985, o cartograma 10 confirma a desconcentração industrial restringida. A importância dos estados da Bahia, Pernambuco e Ceará para o Nordeste impôs-se firmemente nesse indicador e os demais estados apresentaram índices pouco relevantes, legitimando o papel modesto que desempenharam.

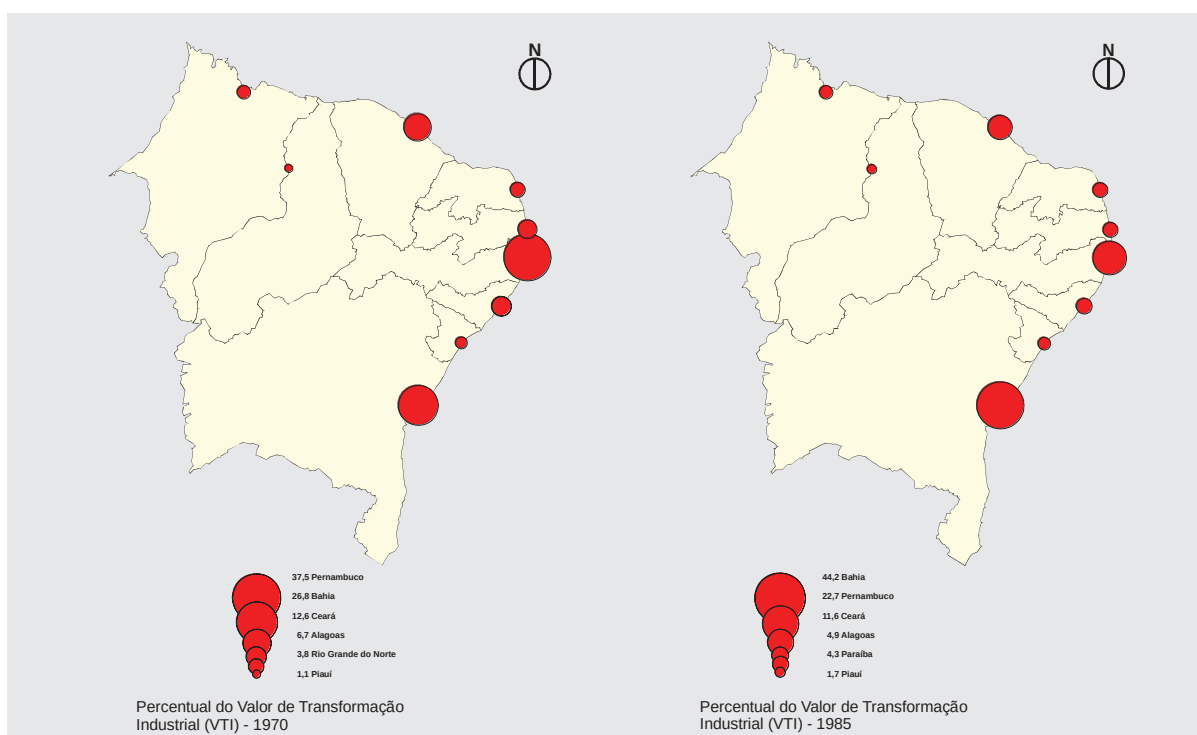
¹¹² SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. Relatório de pesquisa sobre o desempenho das indústrias incentivadas. Recife: SUDENE/BNB, 1991.

Para o ano de 1970, os três referidos estados empregaram 70% dos trabalhadores formais da indústria de transformação nordestina, o que corresponde a mais de dois terços do total. Quinze anos depois, com a instalação dos maiores projetos financiados pela SUDENE e o crescimento acelerado da economia e da indústria brasileira em tempos de milagre econômico, a representação dos três estados continuou relevante, com um índice superior a 68% do total regional.

Ainda segundo o cartograma 10, merece relevância, no intervalo considerado, o diferente desempenho dos estados de maior destaque. Enquanto Bahia e Ceará ampliaram os funcionários da indústria de transformação frente ao total da região, Pernambuco amargou uma queda considerável, perdendo cerca de 8,1% da relevância regional entre as décadas de 1970 e 1980. Mesmo assim, o estado manteve-se no posto de maior contratante de trabalhadores industriais do Nordeste em 1985, posição, porém, que não iria sustentar nos anos seguintes.

Mesmo nos estados onde foi implantada a maior quantidade de projetos, diferentes situações revelaram perfis diferenciados, em especial no que tange à estrutura produtiva industrial. O estado da Bahia, por exemplo, que demonstrou o melhor dinamismo industrial nesta fase, com maior atração de investimentos externos e melhor capacidade de geração interna de excedente; desenvolveu o Complexo Petroquímico de Camaçari, montado entre os anos de 1970 e 1977, com funcionamento iniciado em 1978. Isso garantiu relativo volume de investimento nos ramos químico e petroquímico, possibilitando à Bahia maior crescimento tecnológico e uma relação mais frequente com o mercado nacional (BNB, 1993b).

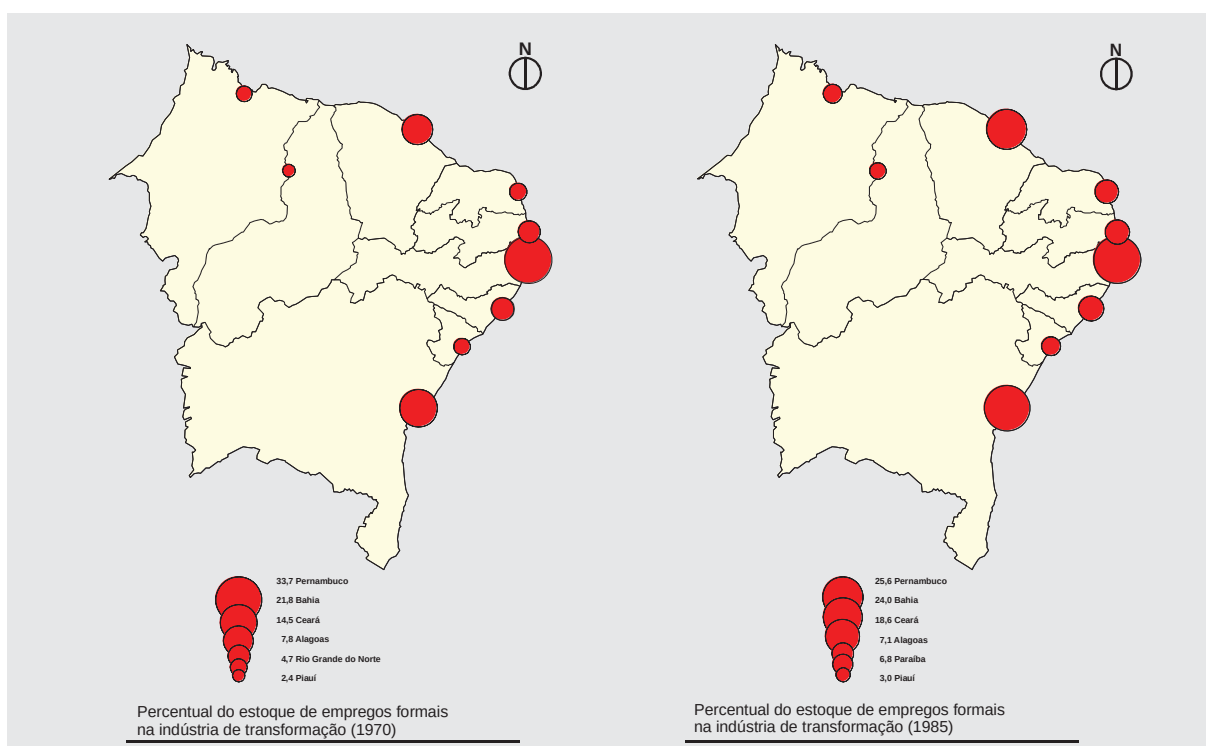
Em Pernambuco, foi idealizado o Complexo Industrial e Portuário do Suape, com instalações voltadas para a atração de atividades industriais que utilizassem os serviços do porto, na busca de garantir a articulação entre as regiões Nordeste e Sudeste e entre o Brasil e o mercado internacional. Mas o desempenho da indústria brasileira nos anos de 1980 e 1990 e a menor relação com o mercado internacional frustrou as intenções do projeto inicial e o complexo de SUAPE não dinamizou a economia de Pernambuco como esperado. Além disso, a falta de um direcionamento dos investimentos recebidos para ramos chaves da indústria pernambucana diluiu o montante dos recursos, comprometendo, entre outras coisas, o avanço tecnológico industrial e as relações estabelecidas entre os mercados estadual, nacional e internacional (BNB, 1993b). Como consequência, a própria indústria pernambucana sofreu um revés, que culminou nos anos de 1990 com a retração do emprego industrial, atingindo a economia do estado como um todo.



Fonte: IBGE. Base Cartográfica do PHILCARTO, 2008.

Organização: Edilson Pereira Júnior
Apoio: FCT-UNESP/GASPERR.

Cartograma 09: Nordeste - Percentual do Valor de Transformação Industrial (VTI) por estados (1970/1985)



Fonte: IBGE e MTE/RAIS. Base Cartográfica do PHILCARTO, 2008.

Organização: Edilson Pereira Júnior
Apoio: FCT-UNESP/GASPERR.

Cartograma 10: Nordeste - percentual do estoque de empregos formais na indústria de transformação (1970/1985)

Dos três estados de maior participação nos projetos financiados pelos mecanismos fiscais, o Ceará caracterizou-se pelo desempenho mais modesto no que tange ao número de projetos e à captação de recursos. Entretanto, o projeto cearense de desenvolvimento da indústria, que propunha consolidar o III Pólo Industrial do Nordeste, guardou uma peculiaridade face aos dois estados de maior relevância econômica. A proposta cearense era, partindo das atividades fabris já desenvolvidas no estado, fortalecer a estrutura industrial preexistente e capitalizar mais ainda os investidores locais, estruturando os mais importantes gêneros. Por tal razão, a indústria têxtil e de vestuário foram os que mais ganharam financiamento, possibilitando maior capacidade de atuação das empresas cearenses no Nordeste e, posteriormente, no Brasil, com consequências positivas para o crescimento da indústria e para a economia estadual (BNB, 1993b). Esta maior inserção, ocorrida por toda década de 1970, e suas consequências político-econômicas foram fundamentais para a formação dos empresários-políticos do CIC e para a reestruturação desencadeada nas décadas seguintes.

Ao final desta terceira fase, como aponta Guimarães Neto e Galindo (1992), mudanças importantes haviam sido consolidadas na indústria nordestina, cuja quebra do exclusivismo regional e a participação de grupos econômicos provenientes principalmente da região Sudeste marcaram o modelo de industrialização consolidado. A participação de conglomerados já existentes, com atuação nacional, e a formação de novos conglomerados criados exclusivamente para atuarem na região; também simbolizaram a estruturação industrial com base na escalada oligopolista da economia brasileira do período Pós-Guerra.

2.5.4. QUARTA FASE: A “GUERRA FISCAL” E OS EFEITOS DA DESCONCENTRAÇÃO INDUSTRIAL SOBRE O NORDESTE

A quarta fase da evolução econômica e industrial nordestina tem estreita relação com os ritmos de transformação da economia nacional e de seus impactos sobre o território nos últimos vinte anos. São dinâmicas que resultam da atual realidade consolidada pela internacionalização e financeirização do mercado nacional, cujo quadro industrial e produtivo revela um processo de industrialização bem mais flexível, em que o capital articula-se estrategicamente pelo território, razão pela qual a migração dos investimentos para o interior torna-se constante. Com efeito, uma nova modalidade de competição se ergue colocando as unidades de federação em confronto, onde a arma mais eficaz é o benefício fiscal.

Ao contrário da fase anterior, em que o Governo Federal intervinha diretamente na decisão de investimentos do setor industrial, esta fase é marcada pela drástica redução do poder nacional na política de incentivo à indústria, permitindo que as unidades de federação

levem à frente seus próprios projetos, culminando numa “guerra fiscal” entre os estados nordestinos e brasileiros. A ausência de uma política regional de desenvolvimento, desse modo, acirra a disputa entre os estados e colabora para o esvaziamento da SUDENE, extinta, em 2001, por um decreto federal.

O Nordeste é atingido por aquilo que Araújo (2000) chama de integração competitiva, definida a partir dos resultados da acumulação capitalista e do aprofundamento da mundialização da economia sobre o processo produtivo. A tão citada desregulamentação dos mercados em favor dos interesses dos capitais financeiros, que contamina os objetivos e a operacionalização do mundo industrial, chegou a todas as regiões do Brasil, não excluindo, obviamente, o Nordeste. Ela materializou-se priorizando as necessidades das empresas, num contexto de internacionalização competitiva, na qual profundas modificações nas formas de atuação do Estado brasileiro em relação com os capitais privados nacionais e internacionais permitiram uma nova organização econômica e territorial dos investimentos.

Desse modo, se a política regional da fase anterior propunha um projeto desenvolvimentista de difusão das ações econômicas e dos objetos técnicos para as diversas regiões do Brasil, a atuação dos planos a partir dos governos dos Presidentes Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso foi a de um menor patrocínio federal para com as forças produtivas e para com a sua difusão pelo território nacional. Um programa dessa natureza tem efeitos imediatos sobre o espaço, pois estimulam as empresas a reestruturarem-se com base na filosofia do custo mínimo e da rentabilidade imediata, em especial com a adoção de pacotes de reengenharia produtiva materializados no território. A competitividade passa a ser a palavra de ordem e as mudanças atingem a base da estrutura administrativa das empresas, que, na maioria das vezes, fundem-se com capitais internacionais ou nacionais; adotam novos processos produtivos; ou buscam a regulação ideal das taxas de lucro, transferindo unidades de produção para onde as medidas de contenção de gastos podem ser instaladas com maior facilidade.

Essa opção estratégica tende a valorizar os territórios portadores das melhores condições políticas, econômicas e infraestruturais, excluindo os “territórios menos competitivos”, justamente aqueles que requerem mais custos de investimento. As forças de mercado na era da financeirização da economia, nesse sentido, atuam mais ainda como concentradoras de capitais no espaço, utilizando áreas que apresentam maior proximidade com centros de decisão político-econômica e de pesquisa científica e tecnológica, capazes de proporcionar mais dinamismo e fluidez aos investimentos.

A tendência é a de uma maior concentração de investimentos nas áreas mais dinâmicas e competitivas do país, onde se ressaltam os novos requisitos locacionais de acumulação, a melhor oferta de recursos humanos qualificados e a melhor densidade técnica do território. Dentro desse contexto, outro fenômeno deve ser citado: com a proposta

do Governo Federal de pouco intervir nas decisões das empresas, a competitividade se instala até entre as unidades de federação, que usam como recursos os mecanismos jurídicos, fiscais e tributários que lhes convêm para atrair investimentos a qualquer custo, em especial os de natureza industrial. Pretendo coordenador das ações convergentes, o Estado nacional sanciona uma postura de conflito entre diferentes regiões, municípios e estados, resultando em maior contradição no território brasileiro, agora cada vez mais heterogêneo e submetido à lógica privada dos interesses produtivos e financeiros.

No que diz respeito ao Nordeste, um efeito contraditório se manifesta. Se a tendência inicial é receber menos recursos e investimentos em função da sua precariedade técnica, o uso de mecanismos políticos, como a oferta dos benefícios tributários, transforma a região num centro de atração de capitais interessados numa acumulação com custos de produção cada vez mais reduzidos. Isso confirma o sucesso das ações estaduais na progressiva atração de investimentos, legitimando um processo de desconcentração regional dos estabelecimentos produtivos no cerne do processo de centralização nacional do capital.

De igual modo, em muitos estados do Nordeste a indústria demonstra uma capacidade de resistir até mesmo à competição internacional e aos produtos importados de outros países, como é o caso da Bahia, com a sua produção química; do Ceará, com o avanço da indústria têxtil; e do Maranhão, com os destaques na produção de alumínio (ARAÚJO, 2000). Outros gêneros como o de alimentação, de bebidas e de confecções também afirmam-se pela sua produção crescente, muitos deles dinamizando as mais tradicionais cidades nordestinas, mas também alguns novos centros urbanos do interior, onde a difusão da indústria redefine a lógica socioeconômica.

Por outro lado, a transformação industrial mais marcante nesta fase que se inicia nos anos de 1990, se dá com a transferência de gêneros da indústria tradicional de outras regiões do Brasil para o Nordeste. Algumas empresas de calçados, de eletrodomésticos, de confecções, de alimentos e bebidas, de embalagens, entre outras, têm procurado os estados nordestinos e instalado suas unidades de produção nas capitais ou nas cidades do interior, interessadas, principalmente, na oferta de força de trabalho a baixo custo, nos benefícios fiscais e na melhor possibilidade de flexibilizarem a produção e as relações de trabalho.

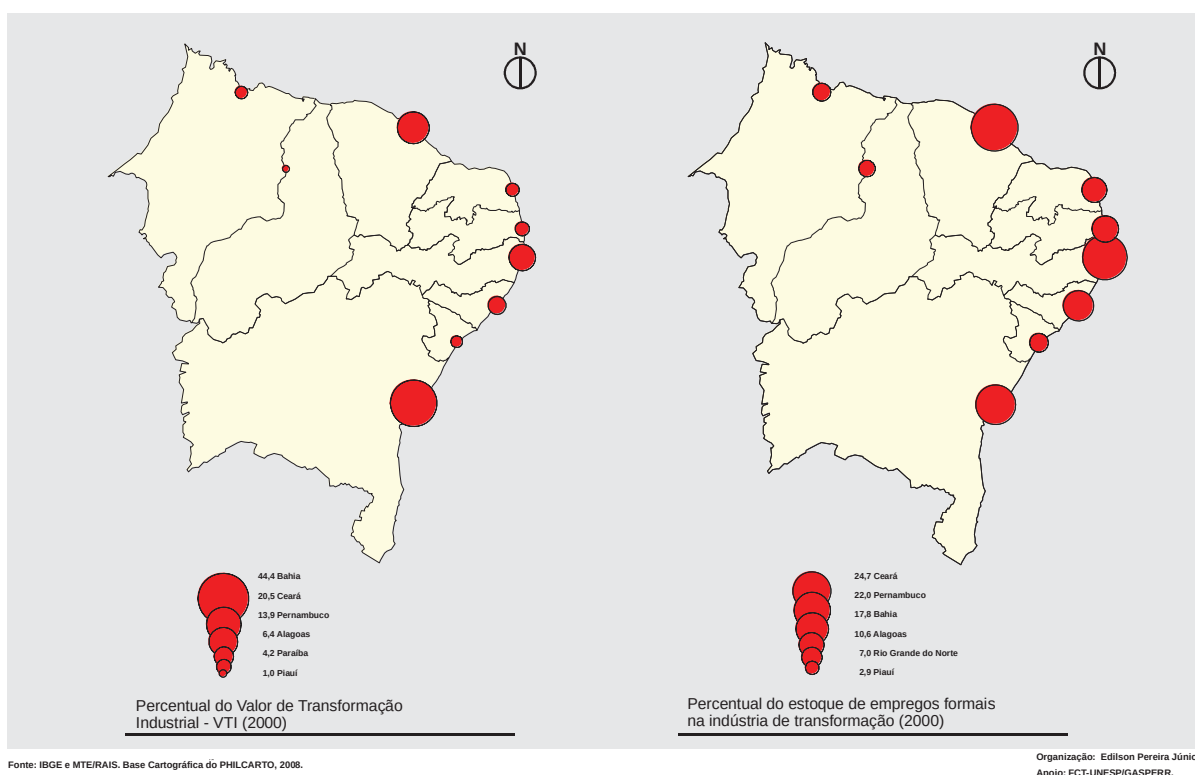
Grupos empresariais de grande importância, procedentes dos estados das regiões Sul e Sudeste ou de fora do país, respondem positivamente à oferta dos benefícios supracitados, e a dinâmica industrial nordestina, num curto período, sofre reestruturação nas formas de produção e nas articulações com o mercado nacional e internacional, ampliando os laços de dependência com a economia mundializada. É assim que empresas como Grendene, Vulcabrás/Azaleia, Dakota, e Alpargatas (calçados); Vicunha e Coteminas (têxteis); Marisol, Malwee, Vila Romana e Hering (confecções); Nestlé, Danone, Estrela,

Sadia e Perdigão (alimentos); AmBev e Schincariol (bebidas); cada vez mais transferem grandes unidades de produção para a região (CARVALHO, 2008 e ABLAS e PINTO, 2009). Algumas dessas empresas, inclusive, interromperam a fabricação de produtos nos seus estados de origem, lá mantendo apenas seus escritórios de gestão e administração ou os centros de pesquisa e tecnologia. Assumem, na escala do território brasileiro, a tendência já anunciada por Michalet (2009) sobre a “relocalização” como estratégia industrial de ganhos de produtividade, combinando modelos de flexibilização produtivos e do trabalho ao acesso a novos mercados nacionais e regionais capazes de oferecer minimização dos custos de produção.

No âmbito intrarregional nordestino, e nos valendo da terminologia utilizada por Santos (1999), são os territórios mais dotados de vantagens técnicas e políticas que asseguram a atração dos referidos investimentos. Os estados mais beneficiados com os financiamentos da SUDENE partem na frente dessa disputa por projetos industriais, principalmente Ceará e Bahia, que adotam uma política de atração mais agressiva, possibilitando, com certo limite, a migração do capital produtivo para seus territórios. Essas medidas foram bem sucedidas também no Rio Grande do Norte e na Paraíba, favorecidos pela implantação de um número considerável de empresas dos segmentos de tecidos, confecções e calçados.

Pernambuco, por outro lado, durante toda a década de 1990 até a metade da mesma, apresentou uma trajetória diferente. Como um dos principais estados industrializados do Nordeste, com forte participação na produção industrial e expressiva concentração de trabalhadores na indústria de transformação durante o período de incentivos industriais da SUDENE, o estado não conseguiu manter a proeminência das décadas anteriores. Inúmeros indicadores revelam uma queda significativa da sua participação no total da riqueza regional, o mesmo acontecendo para as variáveis que expressam o dinamismo da atividade industrial. Mesmo assim, como Pernambuco sentiu um processo de crescimento econômico e industrial nas últimas décadas que o colocou entre os estados mais ricos do Nordeste, a sua participação ainda permanece significativa no total da região.

Se observarmos o cartograma 11 e o compararmos com os cartogramas 09 e 10, apresentados anteriormente, é possível perceber os ritmos de retração na indústria sentidos por Pernambuco e um considerável avanço em estados como Ceará e Bahia, este último se firmando definitivamente como a maior força industrial da região. Os cartogramas retratam o percentual de cada estado face ao Nordeste do VTI e do emprego formal na indústria de transformação.



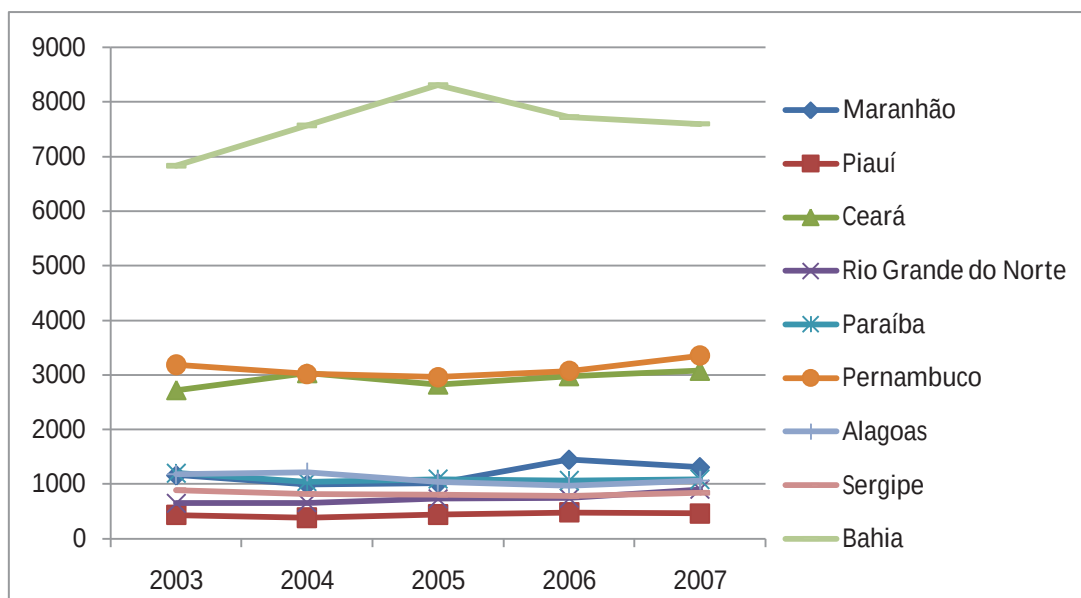
Cartograma 11: Nordeste - percentual do Valor de Transformação Industrial (VTI) e do estoque de empregos formais na indústria de transformação (2000)

Percebemos, quanto ao VTI de 2000, que a Bahia representa quase a metade do valor total do Nordeste, mantendo a mesma margem de 1985, confirmando sua hegemonia na produção industrial regional. Enquanto isso, o Ceará dá um salto significativo se compararmos os números de 1985 aos de 1970, quando o estado apresentava apenas 12,3% do VTI nordestino.

Em uma direção oposta, Pernambuco é o estado que mais perde importância na região, diminuindo sua participação desde 1985 e alcançando quase o mesmo percentual de representação que o Ceará tinha em 1970. No que diz respeito ao emprego formal na indústria de transformação, a perda de Pernambuco sobre o Nordeste não é tão significativa, em especial porque a indústria baiana que se expande é menos concentradora de força de trabalho. Mas o cartograma revela como o Ceará cresceu entre 1970 e 2000, deixando de ser o terceiro lugar com 14,5% e passando ao primeiro posto com 24,7% do emprego formal da indústria de transformação.

Esses dados de 2000 apenas antecipam alguns movimentos de mudança mais significativos no que tange à importância industrial e econômica de cada estado frente ao Nordeste. Essa mudança, obviamente, não alterou a anterior concentração de riquezas nos três estados mais importantes da região, nem modificou a hierarquia industrial em favor daqueles estados que atraíram menos projetos no período SUDENE. Entretanto, algumas centralidades foram reconfiguradas e, à exceção da Bahia que consolidou definitivamente sua relevância; estados como Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte demonstraram desempenho de crescimento acima da média, enquanto Pernambuco diminuiu sua expansão ou simplesmente apresentou inflexão de alguns números.

O gráfico 06, que apresenta a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) industrial entre os anos de 2003 e 2007, confirma a tendência já citada para os anos mais recentes. No gráfico, verificam-se três faixas bem destacadas. A primeira é representada somente pelo estado da Bahia, que legitima sua liderança na produção de riquezas industriais. Numa segunda faixa temos Pernambuco e Ceará, estados que seguem rumos contrários, pois o primeiro oscila entre avanços e quedas nos últimos anos, perdendo relevância em comparação às décadas anteriores; e o segundo sempre amplia esta mesma participação. Uma última faixa destaca os demais estados e a menor participação destes no PIB industrial regional. Apesar de apresentarem índices relativamente próximos, o crescimento do estado do Maranhão na arrecadação de riquezas industriais é evidente, especialmente quando se leva em consideração que, nas décadas de 1980 e 1990, este estado sempre apresentou desempenho menos importante que Paraíba e Alagoas, ocupando colocações inferiores.



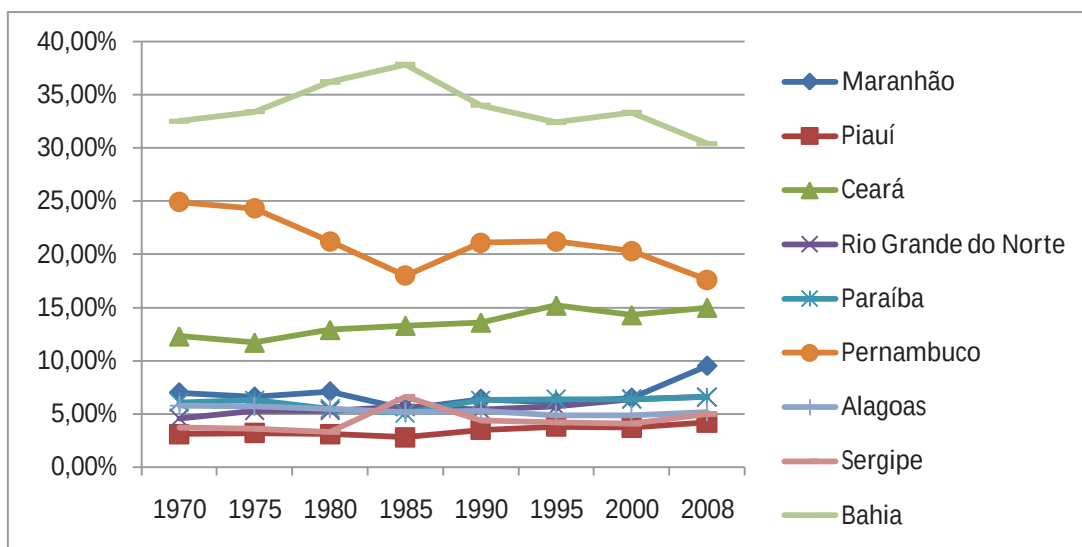
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Sistema de Contas Regionais.
Elaboração do Autor.

Gráfico 06- Produto Interno Bruto (PIB) na indústria em mil reais para os estados do Nordeste (2003/2007)

As alterações na repartição da riqueza industrial, de certa forma, demarcam também algumas mudanças na arrecadação do Produto Interno Bruto total de cada estado sobre a região. Se tomarmos uma periodização mais longa para a leitura do PIB total, englobando os anos de maior expressão dos investimentos financiados pela SUDENE (principalmente na década de 1970) e o período atual, quando a produção da riqueza nordestina sofre muito mais influência dos agentes externos; modificações importantes podem ser constatadas, como demonstra o gráfico 07.

As lideranças de Bahia, Pernambuco e Ceará confirmam-se, mas as alterações nos ritmos de crescimento do PIB revelam dinamismos diferentes e sequenciados de alguns estados, em especial nesta última década. A despeito do fraco desempenho de Alagoas ou da reduzida representação de Sergipe e Piauí; estados como Rio Grande do Norte e Maranhão avançam suas participações frente à região. O gráfico também deixa claro que Bahia e Pernambuco diminuem suas importâncias face ao PIB nordestino, já que assumem, em 2008, suas menores representações em 38 anos.

Para o estado da Bahia, esse movimento não parece comprometer a liderança econômica regional, pois seus grandes empreendimentos nos serviços e na indústria e a centralidade financeira das últimas décadas facilmente oportunizarão crescimentos significativos.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE - Sistema de Contas Regionais.
Elaboração do Autor.

Gráfico 07- % do Produto Interno Bruto (PIB) de cada estado do Nordeste sobre toda região (1970/2008)

Quanto a Pernambuco, como a participação face ao PIB regional cai significativamente desde a década de 1980, diminuindo mais ainda nos últimos oito anos; é preciso retomar investimentos chave para que a participação não reduza de forma considerável. No entanto, o movimento de recuperação da economia pernambucana já se configura, em especial a partir de uma intervenção maciça do Estado com a participação decisiva do governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Dados recentes dos novos programas de investimento financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entre outros, revelam que Pernambuco é o estado brasileiro mais destacado na absorção dos recursos federais. No ano de 2009, sozinho, ele recebeu 63% dos recursos que o BNDES destacou para a região Nordeste. Esta é a maior parcela entre todos os estados nordestinos e corresponde a uma das mais significativas em termos de Brasil. Grande parte destes investimentos materializa-se no Complexo Industrial e Portuário de Suape, próximo a Recife, onde estão sendo construídos dois estaleiros e uma refinaria da Petrobrás, com planos também para a montagem de uma siderúrgica, uma laminadora e uma montadora de automóveis da Fiat. Na medida em que forem se materializando, esses investimentos irão, obviamente, recuperar a força da economia pernambucana¹¹³.

¹¹³ Ver reportagem da revista Carta Capital nº 626, intitulada “Retirante já era - o crescimento acima da média nacional amplia o horizonte e reativa a esperança dos nordestinos”, de 18 de dezembro de 2010.

Entre os grandes destaques da expansão econômica demonstrada pelo gráfico 07, revela-se o Ceará, que se apresenta como o único estado dos três mais importantes a ganhar destaque relativo no período. Tal crescimento ocorre desde 1990 e demonstra ritmo contínuo e progressivo, confirmando que as mudanças políticas recentes sentidas pelo estado têm forte repercussão econômica. Além disso, o papel da reestruturação regional e urbana é relevante para os novos rumos da economia cearense, pois tanto a capital Fortaleza, com sua região metropolitana, como alguns centros regionais do interior; passam por fortalecimento na infraestrutura que lhes dá vantagens relativas em termos de acessibilidade, atendendo os objetivos de alguns investidores nacionais e internacionais que buscam uma maior fluidez no território.

Em linhas gerais, os resultados apontados pelos gráficos e cartogramas para o Nordeste demonstram como as iniciativas estaduais de expansão econômica resultam em percursos diferentes nesta fase de crescimento com abertura da economia nacional. Entretanto, uma constatação evidente para todos os estados é a forma como seus projetos de modernização tiveram forte compromisso de articulação com agentes exógenos de intervenção política e econômica, mesmo que isso tenha ficado explícito mais para uns do que para outros. Uma abertura para os interesses mundializantes, em sintonia com as intencionalidades locais, é a configuração geoeconômica mais representativa destes últimos anos na região, demarcada pela maior articulação dos seus estados com os arranjos sistêmicos do capitalismo de corte financeirizado.

2.5.5. ESTARÍAMOS NA GESTAÇÃO DE UMA QUINTA FASE DA EVOLUÇÃO ECONÔMICA NORDESTINA?

Um dado novo, revelado com as recentes transformações sentidas pelo Nordeste, aponta para a inserção de uma nova política macroeconômica a atingir intensamente a região. Referimo-nos à relativa mudança de rumo assumida pelo governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva, que, ao garantir a manutenção de inúmeros acordos firmados com os capitais produtivos e financeiros internacionais, vem, paradoxalmente, implementando, no território nacional, ações econômicas com certa influência nacional-desenvolvimentista. Isso possivelmente represente o nascimento de uma nova fase na evolução econômica e industrial nordestina. Infelizmente, o dinamismo dos acontecimentos e os limites deste trabalho não permitem avaliar de maneira sistematizada esta possível nova fase. Mesmo assim, novíssimas transformações na economia e nos rumos do desenvolvimento industrial da região não podem deixar de ser citadas.

Elas vêm permitindo que a região sinta intensa dinamização, cujos desdobramentos não deixam de reproduzir bons resultados também para a produção industrial. A continuidade na chegada de empreendimentos produtivos significa que o ciclo inicial da chamada “guerra fiscal” foi esgotado, principalmente se considerarmos que muitos outros estados do Brasil começaram a utilizar medidas de atração de investimentos similares às dos governos nordestinos.

Desse modo, em função de alterações no projeto macroeconômico encaminhado pelo Governo Federal, a perda da importância dos mecanismos fiscais para a atividade industrial não vem significando queda na atração de capitais. Isso demarca também um novo rumo a ser tomado pelos estados da região, que está associado a uma onda de investimentos privados e públicos, responsáveis por uma requalificação do próprio termo “região problema”, largamente pregado no passado¹¹⁴.

O desempenho regional de algumas variáveis fortalece essa tendência. Segundo dados do Banco do Nordeste do Brasil (BNB, 2008), os empreendimentos privados financiados pela instituição passaram de R\$ 222 milhões, em 2002, para R\$ 5,3 bilhões, em 2007, o que corresponde a um aumento de mais de 2.300%¹¹⁵. Outros indicadores positivos somam-se aos números supracitados, em especial a ampliação das exportações, que passou de R\$ 3,3 bilhões em 1999 para R\$ 13 bilhões em 2007¹¹⁶ (MDCI, 2010); e os dados do PIB, que avançou de R\$ 191,5 bilhões em 2002 para R\$ 347,7 bilhões em 2007 (IBGE, 2009).

Seguindo a mesma linha, em estudo sobre a região publicado em 2008 pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) e intitulado “Revista Indústria Brasileira”, a instituição analisou os perfis estaduais e concluiu que o Nordeste “está vivenciando uma nova fase” com “crescimento acima da média do país” (CNI, 2008). Segundo a publicação, entre 1987 e 2005, o Nordeste elevou, em média, o seu PIB em 2,7%; enquanto o país avançou 2,2%. Ainda segundo a publicação citada, o Valor da Transformação Industrial (VTI) nordestino, entre os anos de 1996 e 2005, elevou-se em 25,7%, aumentando sua participação na indústria brasileira de 7,5% para 9,3% (CNI, 2008).

Esse dinamismo na produção movimenta os serviços, amplia os empregos formais e multiplica o crédito. Um recente estudo da Federação Brasileira de Bancos (2010), intitulado “Pesquisa Febraban de Projeções e Expectativas de Mercado”; revela que a região ganhou uma participação maior no crédito de pessoa física e jurídica, pois foi a única a crescer em

¹¹⁴ Sobre as transformações recentes da economia do Nordeste ver Carvalho (2008), Ablas e Pinto (2009), Guimarães Neto (2004) e Ferreira e Lemos (2000).

¹¹⁵ Esse aumento impressionante também está associado a uma mudança de gestão que redefiniu os rumos do Banco em 2002, sobretudo no que tange aos financiamentos para pequenos e médios investidores. Para um aprofundamento ver Cardoso (2007), principalmente o capítulo 04.

¹¹⁶ Deste total, US\$ 10,3 bilhões foram de produtos industrializados.

todo o país na comparação de dezembro de 2008 com fevereiro de 2010, passando de 9 para 11% no período. Os números consideram operações realizadas por bancos e outras instituições financeiras públicas e privadas, como agências de fomento, companhias hipotecárias, cooperativas de crédito, sociedades de arrendamento mercantil e de crédito imobiliário. Com base no estudo, o Nordeste lidera a expansão do crédito desde 2004, em termos percentuais, com alta acumulada de 331,5% até 2009.

Outro componente importante dessa transformação econômica é o financiamento que a região recebe do Governo Federal. Isto se dá, especialmente, em função das referidas mudanças implementadas pelos dois governos do Presidente Luís Inácio Lula da Silva que, depois de tentar sem sucesso ressuscitar a SUDENE, ampliou os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Nordeste. Assim, as liberações de recursos realizadas pelo BNDES passaram de R\$ 2,73 bilhões em 2000, para R\$ 5,4 bilhões em 2007 (BNDES, 2010). Em 2009, os desembolsos do BNDES para o Nordeste aumentaram mais ainda e levando em consideração o aumento em relação a 2008, a expansão foi de 189%, enquanto a região Sudeste, no mesmo período, recebeu 40% de aumento. Isso corresponde a cerca de 16% de todo o crédito disponibilizado pelo BNDES no ano de 2009 e engloba principalmente os grandes projetos do atual Governo Federal para região, entre eles a Transposição do Rio São Francisco, a construção de uma estrada de ferro que beneficia Pernambuco, Piauí e Ceará (Transnordestina); e as obras dos complexos industriais e portuários de Suape (Pernambuco) e do Pecém (Ceará).

Como lembra Carvalho (2008), em razão de todo esse desempenho, a exposição midiática da região se amplia e muitos veículos de comunicação nacionais divulgam reportagens especiais salientando o avanço econômico nordestino. Somente de 2006 a 2010 inúmeras matérias foram publicadas em revistas especializadas em economia e empreendimento, entre outras, enfatizando pontos como altas taxas de crescimento econômico e possibilidades de investimentos. Em 2006, a revista *Veja*¹¹⁷ anuncia que o Nordeste “vive uma fase dourada com aumento chinês de consumo”; Também em 2006, é a vez da revista *Isto é Dinheiro*¹¹⁸ enfatizar que a região “cresce acima da média nacional”; em 2007, o jornal *Valor Econômico*¹¹⁹ fortalece a mensagem de um ciclo de forte crescimento econômico cada vez mais progressivo; também em 2007, a revista *Exame*¹²⁰ trata do assunto abordando o mesmo tema, insistindo em dizer que a região vive um “ciclo de expansão inédito”; em 2009, a mesma revista *Exame*¹²¹ volta a trazer uma reportagem

¹¹⁷ Revista *Veja*, n. 1.969 (16/08/2006). “A economia do Nordeste vive uma fase dourada, com aumento chinês no consumo”.

¹¹⁸ Revista *Isto é Dinheiro*, n.447 (12/04/2006). “Nordeste tem a força. A região cresce acima da média nacional, atrai projetos bilionários e pode definir a sucessão”.

¹¹⁹ Jornal *Valor Econômico* (18/07/2007). “Norte e Nordeste vivem ciclo de forte crescimento”.

¹²⁰ Revista *Exame*, n. 891 (30/04/2007). “Nordeste: onde o Brasil cresce mais rápido”.

¹²¹ Revista *Exame*, n. 955 (4/11/2009). “Aqui o Brasil cresce mais rápido”.

especial sobre a expansão dos investimentos, destacando que, com a crise econômica, o Nordeste passou a ser a “região onde a economia brasileira mostra seu maior vigor”. Em 2010, a revista *Carta Capital* afirma que “o crescimento acima da média nacional reativa a esperança dos nordestinos”¹²².

Todos esses dados também revelam que os mais recentes ritmos de dinamização econômica continuam ocorrendo articulados com um projeto de intervenção de forças exógenas, o que implica em maior complexidade na leitura dos processos sincrônicos e diacrônicos da atual organização territorial do Nordeste. Assim, no que diz respeito às relações com as forças exógenas, a região abre-se cada vez mais às investidas do novo, resultando numa maior convergência de intenções com agentes nacionais e globais, obviamente interessados em orientar os recursos coletivos da política e do território em favor da competitividade regulada pelos interesses dos mercados produtivos e financeiros.

Do ponto de vista interno, centralidades são legitimadas e desigualdades são acentuadas, uma vez que fenômenos como a crescente disparidade entre as zonas ricas, geralmente localizadas no litoral; e as zonas pobres e esquecidas do interior semiárido se fortalecem. Um exemplo bastante ilustrativo pode ser citado no que tange ao tema da desigualdade regional: na faixa oriental litorânea que se estende de Salvador a Fortaleza, numa área que também inclui a cidade de Recife, 20 milhões de pessoas se aglomeram, gerando 90% do PIB da região. De igual modo, somente nas regiões metropolitanas das três maiores cidades citadas, as quantidades de renda e de população superam as dos estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Piauí e Sergipe (ABLAS e PINTO, 2009).

Mesmo assim, já é possível constatar que novos vetores de expansão econômica e industrial atingem áreas sem maior tradição na região. Muitas vezes, a abertura de novas articulações e eixos econômicos subverte a velha hierarquia urbana nordestina, principalmente com o surgimento de novos centros de produção da indústria de transformação e da agroindústria, a estabelecer maior dinamismo e novos fluxos materiais e imateriais em estados como Ceará, Bahia, Maranhão, Paraíba, Rio Grande do Norte e Piauí.

Apesar do supracitado, o recente crescimento econômico não altera no mesmo ritmo as condições de vida de milhares de pessoas que continuam atingidas pela exclusão e pobreza, em especial nas grandes áreas metropolitanas e no sertão semiárido. Segundo pesquisas de organismos federais como o IPEA (2008) e o IBGE (2010), a distribuição de renda, de terras e de oportunidades continua desigual no Nordeste, e o baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), ao lado da concentração espacial da indústria e das atividades econômicas de destaque, ainda é uma realidade.

¹²² Revista *Carta Capital*, nº 626 (18/12/2010). “Retirante já era - o crescimento acima da média nacional amplia o horizonte e reativa a esperança dos nordestinos”.

Programas de transferência de renda do Governo Federal e a oferta cada vez mais ampliada de crédito para pessoas físicas e jurídicas apontam para maior capacidade de consumo de bens e mercadorias por parte de camadas mais pobres da sociedade. Mas essas mudanças estão longe de provocar avanços sociais consideráveis, capazes de equiparar as médias nordestinas com as nacionais, principalmente no que diz respeito aos índices de esperança de vida ao nascer, de alfabetização e de mortalidade infantil.

Essa combinação de crescimento econômico, desigualdade social e concentração de atividades dinâmicas em determinadas parcelas do território representa uma configuração socioespacial já conhecida no processo de produção capitalista em outras regiões do mundo. Resta saber se, no Nordeste do Brasil, a emergência de uma nova fase de desenvolvimento econômico e de modernização industrial levará a resultados satisfatórios no que diz respeito à melhor distribuição de renda e ao atendimento das demandas por serviços sociais amplos e de qualidade. O estudo mais detalhado de um dos estados que melhor vem sentindo esse conjunto de transformações, isto é, o Ceará, fornecerá algumas pistas para essas questões.

CAPÍTULO 03

AS NORMAS E O TERRITÓRIO: A INTERESCALARIDADE DA ECONOMIA POLÍTICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO

Alguns estudos sobre o território no contexto da mundialização reconhecem o papel da dimensão material geográfica como elemento central na organização das formas e do conteúdo da nova configuração capitalista de acumulação. São trabalhos que apreendem a importância que o conjunto articulado de normas e objetos técnicos desempenha sobre os interesses de agentes hegemônicos, estejam eles localizados próximos ou distantes dos territórios onde se efetiva a mais recente escalada de investimentos.

No entanto, uma abordagem que considere tais articulações geográficas não pode simplesmente eleger uma escala de análise prioritária e a partir daí definir os rumos que vão orientar a reestruturação do espaço e do território, como se todos os agentes sociais, políticos e econômicos ficassem submetidos aos processos regidos por suas determinações.

Essa interpretação vem sendo comum, sobretudo na mais recente leitura das relações estabelecidas entre empresas e territórios, quando as primeiras introduzem novas formas de produção e consumo, redefinidoras de práticas sociais. Enquanto as empresas são apresentadas como agentes globais de acumulação que coordenam seus movimentos a partir dos novos preceitos da competitividade, os territórios são lidos como parcelas do espaço que simplesmente são anexados aos interesses das primeiras, estando submetidos ao movimento mundializante de incorporação capitalista no melhor estilo “rolo compressor”. Ao desconsiderar alguns territórios, mas não todos eles, o movimento de acumulação capitalista sempre teria à sua disposição parcelas do espaço prontas para ser incorporadas e adequadas ao elemento novo sem nenhuma exigência prévia, salvo a introdução da modernização produtiva e do consumo como proposta de crescimento.

Não discordamos de grande parte da estrutura explicativa supracitada, nem da enorme capacidade dos agentes hegemônicos exógenos de convencer os territórios a reestruturarem suas bases de organização em função de novas práticas que beneficiarão empresas com sedes localizadas em lugares distantes. Mas enfatizamos que uma boa parte desses trabalhos esquece que o território é o produto material de um conjunto relacional de agentes sociais, políticos e econômicos. As decisões de articular com agentes exógenos ou endógenos ou de simplesmente não articular com outras escalas espaciais, depende de

uma contextura que resulta de processos histórico-geográficos organizados dentro do próprio território.

Ora, como produto de uma complexa relação de interesses, a decisão de interagir com outros agentes, em si, já é uma estratégia de acumulação interna, operacionalizada em função das intencionalidades das elites político-econômicas locais. Se o resultado dessa decisão também atende aos interesses de agentes exógenos e se as transformações que resultam dessa articulação empreendem mudanças que entrarão em sintonia com a reestruturação global, agentes endógenos também beneficiar-se-ão dessa relação sincrônica/diacrônica, compondo o tipo de capitalismo que será produzido em cada formação socioespacial¹²³.

Por isso reiteramos, após expormos nosso primeiro e segundo capítulos, a necessidade de considerar a interpretação sincrônica e diacrônica do território. Ela deve ser feita no âmbito da relação contraditória entre tempos e espaços diferenciados, assim como em escalas múltiplas e articuladas. Esse procedimento contribuirá muito mais para o entendimento do processo que se consubstancia no Ceará, evitando que sejam desconsideradas certas dimensões na leitura da realidade em curso. O Ceará de hoje apresenta-se como um produto da concorrência global capitalista, mas também como resultado de interesses endógenos, articulados por agentes capazes de manipular o poder político e econômico e que transformam o seu projeto no projeto da sociedade cearense, não escondendo as contradições erigidas com a efetivação das suas intencionalidades.

Para enfatizar apenas uma das vantagens de se considerar a materialidade do sincrônico e do diacrônico, a ser detalhada ao longo deste e do próximo capítulo, reconhecemos como a reestruturação do território feita em função da nova industrialização cearense parece desvirtuar o arranjo teórico de algumas teorias clássicas sobre localização industrial. Da mesma maneira, muitas novas fórmulas que investigam as mudanças ocorridas na indústria parecem também não dar conta da complexidade do processo, em função, sobretudo, da necessidade que tais teorias têm de associar toda transformação espacial e produtiva à adesão incondicional aos mecanismos de reengenharia flexível. Assim, em nome de uma alteração nos padrões de produtividade e controle sobre a tecnologia e o trabalho na indústria dos países mais ricos do mundo, algumas teses em geografia econômica parecem instituir a ditadura da revolução tecnológica em todos os processos produtivos, esquecendo que a generalização de uma possível especialização flexível na esfera da produção resultaria, no mínimo, numa incapacidade de atender às demandas da mais recente configuração de acumulação capitalista.

¹²³ “Lugares e regiões tornam-se tão fundamentais para explicar a produção, o comércio e a política, que se tornou impossível deixar de reconhecer o seu papel na elaboração do destino dos países do mundo” (SANTOS, 2002, p. 99).

Como importante vetor de expansão econômica para redirecionar os rumos do território selecionado pelas elites dirigentes cearenses, não podemos imaginar que a industrialização em processo seja compreendida pelas abordagens citadas ou resulte, exclusivamente, da decisão de investidores externos.

De igual modo, não procede considerar o projeto político e econômico efetivado no estado como o único responsável pela atração de investimentos produtivos. O Ceará deve ser visto como uma estrutura territorial em movimento, na qual cada escala e cada dimensão socioespacial estão intimamente relacionadas às demais.

O que caberia levantar como questionamento relevante é até que ponto o projeto econômico de determinado território atende a uma plataforma conduzida por objetivos políticos autônomos, que expressem visões de conjunto no âmbito de mudanças quantitativas e qualitativas de caráter socialmente coletivo. Neste ínterim, a dinamização industrial subvencionada, movida pelo Governo do Ceará, emerge como um fenômeno sintomático. Ela também estimula o desdobramento de outras questões, quais sejam: essa industrialização foi desenhada como uma proposta geopolítica e geoeconômica valorizadora do próprio território? Vislumbra um caminho de autonomia ao posicionar-se com firmeza diante da tirania dos agentes hegemônicos internacionais? Cumpre uma programática socialmente inclusiva e de longo prazo, estando imune a preocupações menores que geralmente se perdem em metas econômicas pragmáticas e imediatistas?

A escolha pela abordagem espacial da indústria, desse modo, deu-se em função de o processo produtivo fabril ser um dos que mais se transformou no Brasil e no mundo nestes últimos anos, alcançando lugares de reserva e criando novas relações verticalizadas no espaço, marcadas por inúmeras articulações entre múltiplos agentes da mundialização. Mas a seleção do tema como elemento de investigação da reestruturação territorial cearense se justifica, sobretudo, porque a indústria foi uma das principais atividades econômicas escolhidas pelo projeto “mudancista” no intuito de materializar a modernidade no território. A visualização de um projeto de modernidade pautado no uso econômico da política conduziu o modelo de desenvolvimento a ser seguido no Ceará e a industrialização foi vista como um mecanismo capaz de garantir melhorias econômicas e reduzir a pobreza, sempre num plano de reestruturação que priorizasse a estrita lógica do mercado.

Em razão disso, o capítulo que segue pretende apresentar as características da nova realidade industrial, ao considerar as transformações erigidas pelas políticas econômicas e sua manifestação no território. Serão priorizados para análise as normas, os mecanismos fiscais e os sistemas de objetos deliberadamente erguidos que procuram dotar o Ceará de vantagens na atração de investimentos externos. Como resultado, objetiva-se investigar algumas formas espaciais específicas da industrialização, dentro de um contexto que priorize o caráter relacional entre as particularidades do território e o movimento do mundo.

A apresentação de gêneros industriais de destaque também está contemplada no capítulo e a seleção dos investimentos mais relevantes para a industrialização em curso proporrá a ampliação do debate para as discussões que serão conduzidas até o final da tese.

3.1. INDUSTRIALIZAÇÃO E INVESTIMENTOS SUBVENCIONADOS: O PODER DAS NORMAS NA REORGANIZAÇÃO PRODUTIVA DO TERRITÓRIO

3.1.1. A PROBLEMÁTICA TEÓRICA E O ESTUDO DA MOBILIDADE DO CAPITAL A PARTIR DE POLÍTICAS ECONÔMICAS DE INDUSTRIALIZAÇÃO

Apesar do projeto de reestruturação da economia no Ceará ter sido desenhado por um grupo de empresários-políticos que se autoproclamavam vinculados aos preceitos de uma ideologia liberal, pregando a desregulamentação como bandeira para o crescimento, suas práticas reproduzem uma ação estatal intervencionista, na qual o poder público assume um papel fundamental, se responsabilizando por investimentos em objetos técnicos e facilitando a entrada de capitais através de um conjunto de normas voltado para o fortalecimento de uma economia capitalista sólida.

Um elemento novo, entretanto, marcou a proposta de intervenção dos governos cearenses, na medida em que o programa de legislação que facilitou a atração de novas indústrias esteve associado a um projeto que defendia a modernização como base para uma plena liberdade de mercado. Contradição entre discurso e prática não foi nada mais do que o resultado das transformações erigidas com o fim da ditadura militar no Brasil, bem como, também, uma consequência das mudanças nos arranjos sistêmicos da acumulação capitalista em fins dos anos de 1970, que, na ocasião, impunha um desgaste ao Estado nacional como condutor de projetos de desenvolvimento.

A nova elite econômica, ao assumir os governos no Ceará, empunhou a bandeira do “novo” para impor um desenvolvimentismo de corte conservador¹²⁴ sob a afirmativa de que a intervenção não passava de uma “técnica de aplicação de políticas”, isto é, ao criar condições de iniciativa empreendedora num estado marcado pelas limitações impostas pelo semiárido, estariam arquitetando uma estrutura sólida para o passo seguinte do projeto, que seria permitir ao mercado *laisser-faire*.

Esta estratégia não deixou de atender objetivos mais gerais dos grupos políticos afeitos ao modelo de expansão econômica citado, afinal, as transformações capitalistas na estrutura produtiva urbana e agrícola cearense proporcionaram avanços na acumulação e o prestígio nacional de algumas lideranças aumentou em função do saneamento das finanças

¹²⁴ Alguns autores, como Abu-El-Haj (1997), preferem usar a expressão “neodesenvolvimentismo”.

públicas e da racionalização dos planos de intervenção. No âmbito da indústria, a modernização tecnológica e produtiva introduziu de vez o Ceará no circuito da produção nacional e internacional, tornando alguns grupos industriais locais bastante competitivos e atraindo inúmeras empresas de capitais externos, reorganizando o quadro territorial e produtivo.

Mas o componente central que deve ser destacado na leitura do recente processo de industrialização é a participação efetiva das forças públicas na consolidação das mudanças citadas. Pela sua condição periférica, marcada por uma industrialização tardia com forte participação de capitais internacionais, a própria industrialização brasileira não pode ser pensada senão como um processo que resultou de decisiva intervenção estatal. No Nordeste do Brasil, em especial no Ceará, o papel do Estado não só se apresentou necessário como determinou os rumos do crescimento industrial, sobretudo ao proporcionar densidade técnica ao território, incentivando a mobilidade de capitais e garantindo a reprodutibilidade da força de trabalho.

Conviria perguntar: por que a análise da industrialização cearense e, em especial, a organização territorial que dela resulta, parece desvirtuar algumas interpretações elaboradas por teorias em economia espacial e/ou geografia econômica, principalmente quando a questão é procurar entender as razões pelas quais investimentos tão variados tenham escolhido o estado para instalarem grandes unidades produtivas? É claro que reconhecemos a diversidade de análises sobre a mobilidade dos capitais e sabemos que a história do conhecimento sobre a capacidade de realocação dos investimentos industriais mostra que os diferentes enfoques explicativos estão longe de encontrar alguma convergência. Mas também não podemos deixar de sinalizar como determinadas linhas de abordagem na leitura territorial da realocação de unidades produtivas prescindem de elementos teóricos conceituais que apreendam de maneira mais concreta e abrangente temas como espaço e indústria ou mobilidade de capitais e decisões de mercado.

Para esta crítica, consideramos, em especial, as linhas de interpretação que enxergam a estruturação territorial como o resultado da ação de decisões individuais (pessoas ou empresas) interagindo dentro de um ambiente institucional definido pelo funcionamento de um mercado livre (neutro e perfeito) e pela ação equidistante do Estado em relação aos agentes envolvidos. Representam conjunto de interpretações que chamaremos de “abordagens de equilíbrio”, cuja escolha deu-se exatamente em função da credibilidade que tais teorias têm em meios acadêmicos e institucionais, mas, ao mesmo tempo, pelo descompasso encontrado entre seus preceitos teórico-metodológicos e a investigação que buscamos fazer. Isto se dá em razão, principalmente, da negligência para com algumas questões, as quais se apresentam elementares no desenvolvimento de nossa análise

empírica, a exemplo da participação das forças públicas e o papel da concorrência capitalista desigual em nível nacional e/ou global.

É claro que não estamos falando das propostas de autores clássicos como Weber, Lösch e Christaller, que utilizaram modelos de crescimento estáticos, refletindo circuitos econômicos rígidos e estacionários. Como afirmam Aydalot (1980) e Manzagol (1985), tais modelos prenderam-se a uma abordagem que buscava a aplicação pura e simples de mecanismos de ajustamento do equilíbrio com base num sistema econômico de livre mercado. Esse enfoque teve importância na produção da geografia econômica e da economia espacial por muitos anos, mas seu poder de análise já se mostrou superado, como lembra Fischer (1994), ao enfatizar o desgaste do referido instrumental teórico na leitura das mudanças tecnológicas e da concorrência de mercado¹²⁵.

Estamos mesmo nos referindo à proposta da nova economia espacial neoclássica e, em especial, à contribuição de autores como Richardson, Krugman, Fujita, Venables, entre outros que, a nosso ver, são representativos de algumas mudanças, avançando em determinados pontos.

Enfatizamos em Richardson (1978), por exemplo, a busca da construção de modelos gerais que tentam fugir da mera descrição empírica, introduzindo referenciais lógicos, com base em conhecimentos descritivos, adquiridos por sofisticadas técnicas estatísticas e de conceituação. No estudo sobre a disposição e a localização de investimentos, os comentários do autor ilustram certa preocupação com os vetores que poderiam ser considerados no que concerne à formação de aglomerados. A despeito do procedimento convencional em teoria econômica, responsável por produzir uma realidade de fatos estilizados com hipóteses simplificadas, o olhar sobre as mudanças no espaço industrial e urbano regional deve usar modelos parciais, construídos a partir de suposições possíveis de serem redefinidas, num ambiente de múltiplas dimensões.

Para Richardson,

a economia urbana precisa, para ser entendida, ser concebida em mais dimensões do que é comum na maioria das especialidades de análise econômica. Não podemos compreendê-las através de modelos estáticos de recursos que determinam a combinação ótima de fatores em um mundo sem espaço, nem tempo (RICHARDSON, 1978, p. 03).

Em um livro mais recente, Fujita, Krugman e Venables (2002) também pensam a localização industrial e a economia espacial a partir de modelos complexos previamente estabelecidos. Com base numa crítica à negligência dada pela ciência econômica aos

¹²⁵ "La chose est peut-être acceptable pour le temps de la révolution industrielle et pour les premières décennies du XXe siècle. Aujourd'hui, compte tenu de la rapidité des changements de technologie de marchés de concurrences... cette démarche est des plus contestables au plan méthodologique" (FISCHER, 1994, p. 114).

assuntos de escolha locacional das empresas e das famílias investidoras, os autores comemoram o renascimento dos trabalhos teóricos e empíricos em relação aos aspectos espaciais da economia, destacando a importância da construção de muitos modelos que podem ser vistos como variações de alguns temas principais, na perspectiva de desenvolver mesmo uma “gramática” comum para discutir ampla variedade de assuntos.

Enfatizam a necessidade cada vez maior que a geografia econômica tem de explicar as concentrações populacionais e as atividades de produção e consumo, bem como a distinção entre regiões industriais e agrícolas, a existência de cidades mais ou menos importantes e a aglomeração das indústrias. Segundo os autores,

todas essas concentrações se formam e sobrevivem devido a algum tipo de economia de aglomeração, na qual a concentração espacial em si cria o ambiente economicamente favorável que sustenta uma concentração ainda maior ou continuada (FUJITA, KRUGMAN e VENABLES, 2002, p. 18).

O ponto forte da investigação seria modelar as fontes de retornos crescentes em relação à concentração territorial e, a partir daí, aprender não só como esses retornos podem mudar, mas como o comportamento da economia mudaria junto com eles.

Roberto Camagni (2005), de formação mais heterodoxa, é outro a contribuir na análise econômica industrial e urbana. Camagni não é necessariamente um estudioso neoclássico, haja vista sua intenção em trabalhar temas com base nos mais gerais princípios de organização econômica, em especial a noção de eficiência estática de Marshall; a perspectiva da eficiência dinâmica de Schumpeter; e a valorização do poder e do controle econômico dos recursos de Marx. Mas o seu interesse em estabelecer modelos gerais no entendimento da estruturação do território e da organização urbana e regional o aproxima de algumas dessas ideias, pelo menos no que tange aos temas aqui destacados.

Em trabalho sobre economia urbana e distribuição territorial dos investimentos (CAMAGNI, 2005), o autor objetiva construir amplo panorama que auxilie na interpretação da realidade econômica, consubstanciada no redesenho dos arranjos urbanos e regionais. Sem desconsiderar as heranças dos estudos em economia espacial, como pode ser observado através da recorrente utilização das propostas de Von Thünen, Lösch, Christaller, Hoyt etc, o autor redefine essa leitura, incorporando novos elementos responsáveis por uma reformulação do “olhar sobre o modelo”, preservando a sua grande importância teórica e enfatizando a necessidade da constante validação empírica.

Com o objetivo de responder acerca de algumas perguntas fundamentais sobre a natureza, a estrutura e as leis de movimento da economia urbana; caminha na interpretação dos grandes princípios de organização territorial, sempre utilizando modelos históricos,

sobretudo a partir de uma maior avaliação das noções de aglomeração, acessibilidade, interação espacial, hierarquia e competitividade.

A maior contribuição de Camagni (2005), a nosso ver, está no fato de analisar o espaço como uma variável instrumental dos processos de otimização, mas também como uma variável dependente sobre a qual condicionam os mesmos processos. Isso faz o autor considerar o território e a cidade como elementos concretos e condicionantes dos processos econômicos, superando a visão de quem os interpreta como cenários ou simples *escenificación de la historia*.¹²⁶

Reconhecemos o esforço dos autores supracitados em enfatizar uma proposta de cruzamento de variáveis gerais no intuito de apresentar padrões úteis de interpretação, mas, sem dúvida, é preciso ir além. Isto nos permite avançar e nos centrarmos numa questão crucial para o exemplo da industrialização do Ceará: o mais importante componente para a materialização do processo em análise, responsável pela iniciativa na atração de pesados investimentos da indústria de transformação, definidora da organização do território e do espaço urbano regional, é simplesmente desconsiderado pelas “abordagens de equilíbrio”. Estamos falando do papel das forças governamentais no conjunto das decisões de alocação dos estabelecimentos industriais.

De maneira geral, para esses estudos, o Estado é neutro e atua de forma indiscriminada dentro de um ambiente formado pelo mais perfeito equilíbrio de mercado. Ora, é preciso reiterar que tal asserção é completamente discrepante para com a organização espacial da indústria no território nacional, principalmente quando se trata da região Nordeste e do novo modelo de industrialização cearense.

Outra limitação está no fato de esses autores insistirem em teses sobre a localização dos investimentos a partir dos interesses de barganha. Defendem com frequência que, com base no papel dos custos (dos transportes e do aluguel, por exemplo) e nas escolhas predominantes, é sempre o investidor o maior responsável pela última decisão de instalação do estabelecimento. Na verdade, sabemos que, face aos interesses de alocação ótima de investimentos, muitos componentes precisam ser analisados, em especial o papel dos agentes concretos e dos processos estruturantes, sempre observados num contexto interestelar.

Como a tendência dos estudos citados é a de negligenciar a influência de componentes subjetivos e as contradições espaciais, o resultado, como salienta Fischer (1994), é a produção de uma leitura da localização produtiva como um conjunto de *catalogues-répertoires*. Por estes e outros motivos, as “abordagens de equilíbrio” parecem

¹²⁶ “Em realidad, la ciudad desarrolla al mismo tiempo ambos papeles, em um continuo proceso histórico en el cual la ciudad acoge a los agentes de lo nuevo, remunera sus servicios creándoles un espacio en la distribución de la renta, incorpora los procesos de retroacción económicos y sociales, pone en evidencia las consiguientes contradicciones y crea las condiciones para un sucesivo nuevo orden” (CAMAGNI, 2005, p. 13).

explicar pouco acerca do processo em desenvolvimento no Ceará, especialmente por não oferecerem elementos suficientes para uma leitura ampla dos fenômenos por nós selecionados.

Sabemos que as firmas capitalistas são constantemente impulsionadas à procura de novas oportunidades de crescimento da produção e de aplicação do capital acumulado. Também sabemos que todos os estratos do capital não possuem uma mesma lógica, fator que produz contradições na ordem social e implica em diferentes formas de apropriação do espaço pelas forças econômicas. Interpretar a ordem locacional da indústria a partir de um mercado equilibrado e sem a ação deliberada de agentes sociais e políticos concretos seria mera atividade de abstração, uma construção mental isolada da realidade.

É preciso, nesse sentido, pensar a industrialização do Ceará inserida dentro do processo de reprodução das relações sociais de produção. Só assim é possível compreender os diversos elementos que reorganizam as forças produtivas e verificar os instrumentos que orientam a ação dos capitais diante da apreensão de novos territórios.

Sem considerar os elementos que produzem e reproduzem a diferenciação espacial, a leitura do processo revela pouco. O olhar sobre o objeto deve enxergar o funcionamento do mercado, dentre outros ângulos, a partir do conflito estabelecido entre grupos, classes e instituições, considerando de menor importância o papel isolado de investidores ou consumidores. Tal premissa não pode prescindir das noções de desequilíbrio¹²⁷, funcionamento imperfeito do mercado, interesses políticos e conflitos sociais, não deixando de questionar também a equidistância dos governos em relação aos agentes envolvidos no processo.

Dentro dessa perspectiva, Philippe Aydalot (1980) sugere que o espaço e sua organização econômica diferenciada devem ser interpretados como um quadro de mobilidades hierarquizadas que se estruturam, pois quando abandonamos uma visão de mundo pautada no equilíbrio de mercado, os deslocamentos passam a ter um lugar central. Neste caso, toda análise de mobilidade é uma análise de desequilíbrios e de desigualdades e aparece sempre ligada a fenômenos de disparidades.

A partir de uma visão de desigualdade espacial e da capacidade de mobilidade assumida pelos capitais, fatores como vantagens obtidas com o barateamento da força de trabalho, avanços na capacidade produtiva e decisões técnicas e tecnológicas atraentes se tornam fundamentais para garantir aos territórios uma abertura para os investimentos que se expandem¹²⁸.

¹²⁷ "Le fonctionnement d'un mode de production décentralisé débouche, dans l'espace intra-national et international, sur la formation d'une structure centre-périphérie qui est à la base du développement inégal des régions comme des nations" (AYDALOT, 1980, p. 4).

¹²⁸ "La répartition spatiale de l'investissement n'est plus alors que la résultante des décisions de mobilité des activités qui sont les seules essentielles" (AYDALOT, 1980, p. 17).

Trata-se também de valorizar a dimensão territorial de investigação das mudanças capitalistas. Para Aydalot (1980), a mobilidade das atividades econômicas constitui mecanismo de ajustamento dos sistemas econômicos e seu estudo permite estabelecer relação de proximidade entre análise econômica geral e análise espacial. Na concepção do autor, tal abordagem não permite apenas acrescentar a um modelo global um apêndice espacial, mas o contrário: considera os ajustamentos espaciais como mecanismos que desempenham papel determinante nas decisões sobre a organização e a distribuição dos investimentos.

Sob tal perspectiva, o Estado entraria como um importante agente capaz de intervir com mais veemência no sentido de disciplinar os deslocamentos e a reprodução ampliada dos capitais. Por meio da administração das contradições sociais, mas, sobretudo, possibilitando melhor arranjo de produtividade e flexibilidade ao processo de trabalho, o Estado, em todas as suas esferas, impõe-se como instância institucional imprescindível para disciplinar os ganhos proporcionados pelo desenvolvimento setorialmente desigual, até mesmo articulando a mobilidade de setores da economia para territórios onde o barateamento dos custos da mão-de-obra é significativo.

O Estado não teria o papel de árbitro neutro e passivo, mas, pelo contrário, seria um ativo agente. Sob a forma de políticas de desenvolvimento e/ou de planejamento territorial e regional, o Estado age de maneira estratégica porquanto também atrai investimentos por meio de financiamentos, isenções fiscais, montagem de infraestrutura e oferta de serviços, sempre elegendo prioridades no que concerne aos tipos de capitais e sua distribuição pelo território.

A industrialização do Ceará evidencia que as motivações reais que induzem ao processo de acumulação de capital, assim como as decisões sobre o ambiente ideal de alocação dos investimentos, muitas vezes escondem-se sob formulações políticas, sendo estas apresentadas como objetivos sociais a fim de obter efeitos em nível ideológico. A concepção que enfatiza o papel dos governos e das forças que movimentam as relações sociais de produção, nesse caso, esclarece muito melhor o processo.

Por isso é preciso sempre enfatizar o quanto a discussão sobre a industrialização no estado passa pela análise da desigualdade territorial e das políticas de desenvolvimento capitalista, o que concede à dinamização da atividade industrial um caráter de discussão político-governamental. A participação dos governos com os planos de desenvolvimento foi fundamental na atração de investimentos ligados às empresas industriais, em alguns casos relegando, ao segundo plano, outros fatores que as “abordagens de equilíbrio” em localização industrial consideram imprescindíveis, como um mercado dinâmico ou um eficiente sistema de transporte.

Também não devemos esquecer, como já analisado neste trabalho, que a consolidação de novos arranjos sistêmicos de acumulação capitalista, engendrados no fim da década de 1970, resultou num sistema mundial muito mais integrado e interdependente, cujo corolário foi a dissolução de boa parte dos mecanismos regulatórios que protegiam os mercados em vários países, assim como a drástica redução do papel do Estado na sua esfera nacional, abrindo espaço para a ação estatal nas dimensões local e regional. Para o Ceará, esse componente foi fundamental, pois a ação dos governos estaduais na atração de unidades produtivas foi desenhada na década de 1980, apesar da abertura econômica nacional e a redução do papel do Governo Federal nos investimentos ter se iniciado somente na década de 1990.

Desse modo, corroboramos com Fischer (2008), quando o mesmo insiste em selecionar as forças públicas como um dos principais agentes de conformação do ordenamento territorial e das atividades econômicas, notadamente quando nos referimos aos preceitos de localização das muitas fábricas industriais, formadores de zonas industriais. Segundo o autor (2008, p. 54), a grande zona industrial é de modo predominante, “concebida como indispensável ponto de apoio das diversas políticas espaciais e como meio para aumentar a eficácia das intervenções setoriais concomitantes conduzidas no nível dos ramos de atividades”.

Tais zonas industriais podem representar um meio utilizado pelos governos para auxiliarem certas coletividades locais, reforçando o potencial econômico e as funções centrais de cada território; ou funcionar como um instrumento de seleção e segregação espacial, permitindo ao poder público simplificar o plano e as modalidades de atribuição de auxílios às coletividades (FISCHER, 2008).

Para o estudo da industrialização do Ceará, não podemos desconhecer a combinação dos fatores que determinam a instalação dos investimentos industriais. Nesta seleção, influem, obviamente, além dos custos e eficiência dos transportes e a proximidade de um mercado dinâmico, o custo de energia e água e o preço do terreno, entre outros fatores. No entanto, interpretar a escolha locacional das empresas somente pelos fatores supracitados significaria trabalhar numa perspectiva que enxerga o mercado livre e ausente de ações político-econômicas conjunturais, uma observação que desconsidera as práticas sociopolíticas e as estruturas históricas.

Assim, enfatizamos como determinadas discussões acerca das aglomerações, das interações espaciais e das hierarquizações podem ser limitadas ou generalizadas em excesso, sobretudo as que trabalham o território como um equilíbrio ótimo onde, por vários períodos, o crescimento industrial aumenta a produção, a tecnologia e o capital em proporções exatamente iguais. Selecionamos, em especial, o conjunto de ideias que reúne mais elementos político-econômicos, mas também que aponta seus limites; que direciona e

ajuda a compreender os caminhos e os descaminhos da investigação industrial na análise contemporânea do território organizado pela sociedade.

3.1.2. A EVOLUÇÃO DA ATIVIDADE INDUSTRIAL NO CEARÁ – POLÍTICAS, AGENTES E PROCESSOS

Para a compreensão do desenvolvimento industrial no Ceará, convém contextualizar a evolução da sua acumulação. Isto requer uma periodização da economia e da sociedade no contexto da indústria, essencial pois cada elemento do real muda de valor segundo o período histórico e, por isso, cada território está sempre mudando de significação. Como, a cada instante, as relações materializadas no território não são as mesmas, a apreensão destas especificidades é necessária (SANTOS, 2008). Assim, uma periodização em três momentos distintos será considerada.

a) O tripé gado/algodão/agricultura de subsistência: a primeira fase da evolução industrial no Ceará.

A formação econômica cearense do período colonial distanciou-se um pouco das outras economias nordestinas litorâneas. Enquanto os estados da Zona da Mata apresentavam suas economias baseadas na lavoura canavieira, o Ceará fundamentou sua organização econômica em razão das necessidades de suprimento para as regiões agroexportadoras.

A pecuária foi então a primeira grande atividade econômica cearense, responsável pela introdução de ações ligadas às transformações manufatureiras, bem como ao povoamento e à colonização da província no século XVIII (GIRÃO, 1994). No contexto da economia colonial nordestina, apresentou uma função complementar, mas, para o território, a pecuária significou a instalação de relações econômicas e sociais de produção e consumo, adentrando gradativamente no semiárido e tornando o ambiente marcado pelas secas um espaço de efetiva ocupação.

A penetração foi feita principalmente através de “trilhas de gado”, que interligaram o sertão e serviram de eixo para implantação de precários núcleos de ocupação, mais tarde tornados vilas e povoados. As oficinas de charqueadas, que produziam e comercializavam a carne seca; e os produtos provenientes do beneficiamento do couro, tais como roupas de vaqueiro, chapéus, móveis, utensílios domésticos etc.; foram as primeiras manifestações do artesanato local a estimularem, no futuro, um avanço também na indústria do couro. Espacialmente, coube a Aracati, Sobral e Icó o destaque na produção e comercialização da

“Carne do Ceará”, principalmente ao se colocarem como núcleos urbanos que competiram em importância com Fortaleza, o centro administrativo da capitania (GIRÃO, 1994).

Ao ter como base os povoados originados pela pecuária, culturas agrícolas foram desenvolvidas e lentamente o Ceará viu expandirem no semiárido as plantações de milho e feijão, assim como o plantio do algodão, que era usado como fonte de alimento complementar para os rebanhos de gado. Em função de uma demanda cada vez maior deste produto agrícola, requerido pela Inglaterra para abastecer suas indústrias têxteis; o território cearense foi sendo produzido muito mais pelo desenvolvimento da atividade algodoeira. O algodão introduziu a economia do Ceará na divisão internacional do trabalho e, de igual modo, configurou as características econômicas, sociais e políticas locais, demarcando também profundamente a distribuição fundiária e o uso da terra. No século XIX, a então província já havia se tornado um imenso algodão e o sistema formado pelo tripé gado/algodão/cultura de subsistência compôs a base para a organização econômica e espacial cearense (SILVA, 1994).

Silva (1994) informa que, a despeito da relativa centralidade exercida por inúmeros núcleos urbanos até o começo do século XIX (em especial Aracati, Icó, Acaraú, Granja, Camocim e Sobral), a emergência do cultivo do algodão como atividade primaz de acumulação tornou Fortaleza o grande centro coletor de produtos agrícolas provenientes do interior cearense. O território sentiu o efeito do desenvolvimento de atividades urbanas e “outras áreas de produção da província em breve também elegeram a capital como centro de remessa do algodão”, em detrimento de centros portuários como Aracati, que, em função deste e de outros fatores foi levado à estagnação (SILVA, 1994, p. 87). Ao se tornar exportador único, Fortaleza polarizou todo o interior. Afirmou-se coletando a produção agrícola e, ao mesmo tempo, apresentando-se como centro de um sistema viário que rapidamente se fez convergir para a capital.

O plantio do algodão também foi decisivo para a expansão industrial. Como aponta Amora (1978), com o sucesso no plantio e na comercialização internacional e com a crise de grandes produtores como os Estados Unidos, durante a Guerra de Secessão (1861-1865), a produção local passou a desfrutar de excelentes oportunidades no mercado externo, levando as exportações a crescerem sobremaneira. Mas, com a recuperação da economia norte-americana depois de encerrado o conflito, o algodão cearense diminuiu sua comercialização no mercado internacional e o excedente não encontrou outro destino senão o de ser aproveitado como matéria-prima por fábricas têxteis locais.

Assim, em fins do século XIX, ao lado da produção algodoeira, entraram em cena as atividades ligadas ao descaroçamento do algodão e o beneficiamento do fio e da produção de tecidos grossos. Tais mudanças dinamizaram a economia local e a diversificação das atividades garantiu uma forma de acumulação mais complexa do excedente, tornando o

Ceará uma província menos tributária de Pernambuco, da qual era historicamente dependente. Algumas fábricas industriais foram criadas a partir dessa experiência de expansão econômica e centros urbanos como Fortaleza e Sobral destacaram-se por receberem estas unidades produtivas.

Segundo Amora,

(...) na penúltima década do século XIX, funda-se a primeira indústria de tecidos de Fortaleza – a Fábrica de Tecidos Progresso - que começou a funcionar regularmente, a partir de 1884, com a chegada das máquinas da Inglaterra. Possuía na época o seguinte equipamento: 2 descaroçadores, 2 batedores, 17 cardas, 208 fusos grossos, 920 finos, 5.000 fusos para fio de trama e de urdir, 3 urdideiras, 2 engomadeiras, 129 teares, 1 dobradeira, 400 fusos de corriteira, 1 máquina de fazer meadas, 1 de fazer barbante, 1 de espulas, 2 motores a vapor, 3 caldeiras de forma nominal de 110 cavalos. A produção foi aumentando a cada ano, passando de 300.000 jardas de tecidos em 1885, para 1.200.000 em 1892. Os historiadores locais consideram a fundação da Fábrica de Tecidos Progresso o marco inicial da implantação fabril no Ceará, apesar de ter sido um empreendimento isolado. Esta posição se justifica pelo fato de ela ter sido a primeira indústria equipada com máquinas, à exceção de tipografias (...). Acrescenta-se a isso que a Fábrica de Tecidos Progresso foi a primeira indústria do Norte do Brasil a empregar maquinaria inglesa (AMORA, 1978, p. 14/15).

Além do fio, o caroço do algodão e as sementes de mamona passaram a oferecer largos rendimentos, servindo na produção de óleos utilizados na medicina e na alimentação. Surgiram usinas de beneficiamento do óleo do caroço que, apesar de se comportarem no início como extensões das fábricas de tecidos, aos poucos foram se expandindo em função de oferecerem aos investidores a possibilidade de participarem de um setor da indústria ainda não muito explorado. Com a implantação, em 1924, da Siqueira Gurgel & Cia, nascia no Ceará a primeira empresa especializada na produção de óleos. A inexistência de indústrias voltadas para a produção oleaginosa em larga escala garantiu à Siqueira Gurgel a liderança neste ramo e, conseqüentemente, a monopolização da produção a partir de uma fábrica montada em Fortaleza (ALMEIDA, 1989).

Em 1926, o crescimento industrial cearense, principalmente a partir dos derivados do algodão, apresentava sinal de progresso. Além de onze prensas, responsáveis pela extração de óleo, o estado contava com cinco fábricas de tecido e uma usina especializada no tratamento do óleo e de subprodutos do caroço. Eram mais de 1.400 toneladas de algodão consumidas para uma produção de tecidos que ultrapassava os dois milhões e 800 mil metros ao ano. A produção de fios era de quase mil toneladas e o total de óleo extraído correspondia a mais de 350 mil quilos (GUARABIRA¹²⁹, apud ALMEIDA, 1989).

¹²⁹ GUARABIRA, Célia de Araújo. A agricultura cearense no século XIX. Fortaleza: UFC, 1978. Mimeo.

Outro gênero já mencionado, o de beneficiamento do couro, também cresceu no Ceará nesse período. Além da cidade de Fortaleza, outras regiões do estado, a exemplo do Cariri, sentiram a experiência de desenvolver artesanatos e manufaturas com base no aproveitamento da matéria-prima animal. Muitos curtumes foram criados e o crescimento da produção favoreceu o surgimento de pequenas fábricas de calçados que, apesar da simplicidade dos equipamentos e de uma produtividade modesta, foram importantes por representarem o crescimento dessa indústria.

Toda a produção supracitada, bastante significativa, permitiu o aparecimento de uma população operária no decorrer da década de 1920 que se concentrou, principalmente, em Fortaleza, mas também se espalhava por cidades do interior, como Sobral e Iguatu.

De uma maneira geral, vieram do algodão as primeiras iniciativas industrializantes do Ceará, representadas, principalmente, pelas empresas oleaginosas, de fiação e tecelagem. Estas firmas, entretanto, uniram-se a outras dos gêneros de curtume, metalurgia, tipografia etc.; formando a estrutura industrial cearense que predominou até a década de 1960.

Para Amora,

a implantação industrial nessa fase processou-se espontaneamente e foi realizada por grupos locais que conseguiram mobilizar os recursos financeiros disponíveis na região, adquiridos, sobretudo, através das atividades agrícolas e comerciais (AMORA, 1994, p. 124).

Nesta primeira fase, a atividade industrial afirmou-se muito mais como um prolongamento das atividades agrárias, pois resultava do excedente agrícola e transformava, principalmente, os produtos provenientes das lavouras locais. A origem dos empreendimentos também era local e a maioria das empresas pertencia a grupos familiares que tinham alguma relação com a produção agropecuária. Uma última característica era a baixa produtividade das fábricas, o que garantia apenas uma produção de bens de consumo simples e de baixos preços. Por consequência, os salários se caracterizavam por serem, em geral, muito baixos.

Tais características resultaram na crise de muitos desses empreendimentos na década de 1950, quando, após a expansão rodoviária que interligou o território nacional, as empresas tiveram que lidar com a concorrência dos seus congêneres do Sudeste. Desde então, acentuou-se o enfraquecimento da indústria local e várias fábricas foram fechadas por não poderem competir com os investimentos melhor aparelhados de outros estados (AMORA, 1978).

b) A indústria e as políticas de planejamento regional: o papel da SUDENE

A partir da inserção das práticas desenvolvidas pela SUDENE, o Ceará assegurou a implantação de projetos industriais dentro das estratégias centralizadas do planejamento regional. A evolução industrial, desse modo, entrou numa segunda fase. Os incentivos fiscais passaram a ser aplicados na modernização e/ou ampliação das empresas já existentes, mas também patrocinar a instalação de novas formas de aproveitar a produção industrial da agricultura local, assim como facilitaram a instalação de indústrias renovadas, bem ao estilo do modelo de substituição de importação predominante na região até a metade da década de 1970.

Merecem alusão, nesta segunda fase da evolução industrial cearense, as mudanças empreendidas com a substituição do mecanismo fiscal intitulado Artigos 34/18 pelo Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR), responsável por fortalecer a base industrial do estado com mais financiamentos para a indústria tradicional. Antes da implementação do FINOR, os financiamentos atendiam mais aos investimentos em indústrias de capital intensivo ligadas ao complexo industrial estatal. Nesse período, Bahia e Pernambuco foram os estados mais beneficiados com os projetos da SUDENE e o empresariado destes estados vinculou-se às empresas estatais no intuito de atrair mais empreendimentos.

Com a introdução do FINOR, liberou-se o financiamento para pessoas jurídicas interessadas em investir em projetos de médio e grande porte. Isso atingiu o empresariado cearense que possuía empresas de gêneros tradicionais, como o têxtil, o de alimentos, o de confecções, entre outros. Aos poucos, a indústria do Ceará foi ampliando sua participação na liberação de financiamentos para a instalação industrial e, já no começo dos anos de 1980, ultrapassou a Bahia e Pernambuco na captação de recursos, como demonstra a tabela 04.

Tabela 04: Participação, em porcentagem, da Bahia, de Pernambuco e do Ceará no total das liberações do FINOR para a indústria de transformação do Nordeste (1974-1988)

Anos	Bahia	Pernambuco	Ceará
1974	20,8%	18,3%	4,1%
1976	34,6%	16,8%	7,8%
1978	43,1%	15,9%	9,2%
1980	20,4%	23,2%	14,3%
1982	18,5%	20,4%	19,5%
1984	23,7%	18,5%	21,8%
1986	14,5%	16,4%	28,6%
1988	16,4%	10,6%	28,5%

Fonte: BNB-ETENE – Liberações do FINOR, 1993.

É nesse contexto que os fatores responsáveis pela localização dos investimentos patrocinados pela SUDENE no estado vão revelar um fenômeno representativo: o fato de o “empresário ser radicado no próprio estado” teve importância relevante (53,1%), seguido pela escolha que priorizou a “proximidade de matéria-prima” (17,7%), como revelado pela tabela 05.

Tabela 05: Fatores responsáveis pela localização dos investimentos patrocinados pela SUDENE (%) – Ceará, Pernambuco e Bahia.

Fatores	Ceará	Pernambuco	Bahia
Total	100,0	100,0	100,0
Empresários radicados no estado	53,1	31,6	16,0
Incentivos estaduais	2,0	3,0	2,3
Incentivos municipais	-	1,8	-
Distritos industriais	3,4	5,4	11,5
Existência de serviços básicos	2,7	7,8	3,8
Proximidade de matéria-prima	17,7	18,2	35,9
Proximidade de mercado	4,1	18,8	13,7
Enquadramento de projeto em faixa melhor	15,0	10,4	13,0
Outros	2,0	3,0	3,8
Número absoluto de respostas	147	165	131

Fonte: Adaptação de SUDENE/BNB apud Ferreira (1995).

A tabela também demonstra que, entre os outros dois estados que mais receberam investimentos no Nordeste, isto é, Pernambuco e Bahia, a ordem de importância da localização demarcou certa particularidade. Para a Bahia, as razões se inverteram por completo, comprovando que os investimentos que lá ancoraram priorizaram, principalmente, a “proximidade de matéria-prima” (35,9%), enquanto que o “empresário ser radicado no próprio estado” (16,0%) ficou numa posição inferior. Em Pernambuco, ocorreu maior equilíbrio entre os fatores de localização, sendo mais decisivo o fato de o “empresário ser radicado no próprio estado”, que alcançou bom percentual (31,6%). No entanto, também para Pernambuco, as variáveis “proximidade de matéria-prima” (18,2%) e “proximidade de mercado” (18,8%) atingiram bom desempenho e por isso merecem ser registradas.

O fato é que os estabelecimentos industriais, financiados pela SUDENE no Nordeste, ficaram bastante concentrados nesses três estados (63,6%) e a configuração espacial que determinou também a concentração de muitos destes investimentos nas suas três respectivas regiões metropolitanas (46,9%), confirmou que o modelo de organização

territorial da indústria nessa fase priorizou áreas já estruturadas e com forte poder político na atração de financiamentos e recursos (SUDENE/BNB apud FERREIRA, 1995)¹³⁰.

Até mesmo entre os três estados mais representativos, a distribuição dos recursos liberados para financiarem a indústria subsidiada deu-se de maneira desigual. Enquanto Bahia (30,7%) e Pernambuco (21,1%) reuniram 51,8% do total para a região, o Ceará absorveu 12% (SUDENE/BNB apud FERREIRA, 1995).

Verificou-se também que o tamanho dos estabelecimentos implantados diferiu-se. Na Bahia, foram instaladas as indústrias de maior porte, principalmente em razão da preponderância de investimentos ligados ao pólo petroquímico de Camaçari, que atraíram plantas industriais sensivelmente maiores. Em Pernambuco, tanto os gêneros industriais instalados, como o tamanho das fábricas foram diversificados, indicando variedade de investimentos.

Enquanto isso no Ceará,

a preponderância bem superior de empresários locais impôs um limite não somente ao tamanho (menor) das plantas industriais instaladas, mas também redundou numa baixa diversificação, tendo preponderado os gêneros de produtos alimentares, têxtil e vestuário e calçados (FERREIRA, 1995, p. 162).

Estes gêneros tradicionais, segundo Ferreira (1995), representaram 69,6% da produção cearense em 1985. Mesmo assim, a estrutura industrial passou por uma renovação e setores como o têxtil sentiram um processo de modernização satisfatório. Isso fez com que muitas empresas incorporassem o desenvolvimento produtivo e tecnológico, o que as tornou competitivas para disputarem importantes nichos do mercado nacional, resultando na formação de uma classe empresarial menos dependente da máquina estatal de cunho autoritário.

Esta segunda fase, de fato, consolidou o processo de industrialização no Ceará. Segundo Nobre (1989), a criação da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) e da Universidade Federal do Ceará (UFC); possibilitou, guardadas as peculiaridades de cada instituição, um impulso econômico e industrial muito significativo para o estado, com distinção para a cidade de Fortaleza. Também é a partir dessa fase que o governo estadual se mobilizou no intuito de aparelhar o território cearense para a atração de novos investimentos externos. Inicialmente, concentrou-se maior esforço no aperfeiçoamento dos objetos técnicos, no qual os destaques foram a montagem de uma

¹³⁰ SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – SUDENE. BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. Relatório de pesquisa sobre o desempenho das indústrias incentivadas. Recife: SUDENE/BNB, 1991.

rede de distribuição de energia elétrica, a ampliação e melhoria de estradas e a maior eficiência nos dispositivos voltados ao oferecimento de serviços de apoio técnico e financeiro ao setor¹³¹.

Efetivamente, em 1978, a economia cearense assistiu à passagem de um sistema produtivo agrário-exportador para outro, centralizado na indústria e nos serviços urbanos. Observou-se, a partir de então, a superação do tradicional ordenamento econômico, pois a antiga proeminência da atividade agropecuária abriu espaço para uma economia moderna e dominada pelas relações eminentemente capitalistas.

Tal mudança, que vinha acompanhada, no plano político, por uma série de reformas, foi confirmada pelo uso de políticas emblemáticas de incentivo à industrialização. Esse é o período do II Plano de Metas Governamentais (II PLAMEG), plano elaborado no segundo governo de Virgílio Távora (1979-1982) e que procurava transformar o Ceará, com o apoio do Governo Federal, no III Pólo Industrial do Nordeste a partir de uma ação intensificada no setor. O I PLAMEG, idealizado em 1963 também por Virgílio Távora, já havia imprimido no governo estadual uma visão de planejamento estimulada pelas ações da SUDENE. Tinha priorizado aparelhar o estado de infraestrutura básica para materializar uma empreitada industrializante. O II PLAMEG propunha dar continuidade ao projeto inicial.

Ao assumir uma bandeira desenvolvimentista, o II PLAMEG concentrou suas propostas no crescimento do parque industrial existente e na implantação/consolidação de zonas industriais, principalmente em Fortaleza e Maracanaú. O foco era centrado na atração de indústrias modernas e de capital intensivo, notadamente uma refinaria, uma siderúrgica e várias empresas do gênero metal-mecânico. Em 1979, foram assinados protocolos de instalação com a SIDERBRÁS¹³² para produzir 167.000 ton./ano de aços planos, o que não foi concretizado. Também em 1979 ocorreu a instalação de uma fábrica da empresa Gerdau, que passou a produzir fio máquina e arame em Maracanaú, na RMF. Segundo as palavras do próprio governador Virgílio Távora (CEARÁ, 1980, p. 10), o plano visava “efetuar a modernização e expansão do parque industrial do estado [...], promovendo a transformação e modernização da economia estadual como um todo”.

A partir daí, diversos mecanismos financeiros estaduais foram criados na tentativa de garantir a materialização do III Pólo Industrial do Nordeste. Entre eles, o maior destaque deve ser dado ao Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará (FDI), importante mecanismo fiscal que passou a funcionar como instrumento de liberação de recursos para financiamento de projetos novos. O FDI, além de ter se mostrado o elemento mais original criado pelo II PLAMEG, acabou se tornando um instrumento de atração industrial mais

¹³¹ Foram criadas no período a Superintendência de Desenvolvimento do Ceará (SUDEC), a Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC), o Banco do Estado do Ceará (BEC) e o Banco de Desenvolvimento do Ceará (BANDECE).

¹³² A SIDERBRÁS detinha o monopólio da produção de aço no Brasil neste período.

eficiente do que as formas de apoio oferecidas pela SUDENE, BNDE, BNB etc. (CARLEIAL, 1983).

Entretanto, reiteramos que as alterações do período não implicaram numa mudança da estrutura industrial cearense. Como informa Amora (1994, p. 127), mesmo com as importantes contribuições engendradas na indústria pelos incentivos do governo estadual e pela SUDENE, “manteve-se a estrutura industrial existente antes da política de incentivos fiscais, com o predomínio das atividades consideradas tradicionais, aquelas que utilizavam matérias-primas locais”. Situação semelhante ocorreu com a distribuição espacial das riquezas industriais, pois a maioria dos investimentos se cristalizou no ambiente mais propício à sua reprodução, a Região Metropolitana de Fortaleza.

c) O projeto de modernização do território e as políticas estaduais de incentivo à industrialização: a terceira fase da atividade industrial no Ceará

Com a emergência do governo de Tasso Jereissati, a evolução industrial cearense entrou numa terceira fase. Assumiu um perfil de crescimento no estilo do projeto de modernização implementado pelos empresários-políticos. Assim, ao reconhecer que as mais importantes metas do III Pólo Industrial do Nordeste não haviam sido alcançadas, o governo estabeleceu o “Plano de Mudanças” que, entre outras intenções, buscou concretizar os interesses de instalação de uma siderúrgica e de uma refinaria no estado. Além disso, lançou-se uma proposta de implantação de uma Zona de Processamento de Exportações (ZPE), prevista inicialmente para se localizar no município de Caucaia, a oeste de Fortaleza.

Estes projetos não foram materializados, sobretudo em virtude das próprias dificuldades econômicas do novo governo, que priorizou o ajuste fiscal e a racionalização dos gastos públicos. Trata-se também de um período de grandes dificuldades para a economia brasileira, que, em virtude de uma sequência de crises de caráter macroeconômico, não permitiu que o Governo Federal pudesse garantir o apoio necessário à execução das metas estabelecidas.

Mas ao final do primeiro governo de Tasso, com a máquina pública reajustada, algumas propostas de intervenção estatal começaram a ser encaminhadas. Como esse é um momento de retração do papel do Governo Federal na promoção direta dos investimentos nacionais, a mobilização por recursos, financiamentos e empréstimos deu-se a partir da entrada de novos agentes nacionais e internacionais no contexto.

A subordinação da política aos interesses de mercado buscava a expansão dos negócios privados no estado e o modelo de gestão empresarial da coisa pública contou, desde o primeiro momento, com a presença de técnicos e empresários no comando das

principais secretarias de governo, garantindo o estabelecimento de redes externas que vinculassem o setor estatal ao privado. O “consenso tecnocrático”, pautado num ideário de ajuste fiscal público e de “alavancagem” de investimentos, convergiu com as sugestões do “Consenso de Washington”, segundo o qual a gestão pública deveria administrar uma “máquina” menor, flexível e eficiente, que deveria aprofundar o relacionamento com as instituições financeiras internacionais, diversificando e ampliando as fontes de financiamento dos programas de desenvolvimento.

Assim uma das prerrogativas dessa nova fase da industrialização cearense, agora muito mais marcada por novas relações interescares, seria estimular o investimento industrial através de uma parceria com organismos internacionais dos quais captariam novas e diversificadas fontes de recursos. O mercado financeiro internacional, desde então, começou a influenciar mais diretamente a reestruturação territorial, especialmente através de agências de financiamento e bancos como o BID, o Banco Mundial, o KFW e o DEG – da Alemanha – e o Banco de Desenvolvimento do Japão, entre outros (CEARÁ, 1987 e 1991).

Desenhou-se um conjunto de propostas que buscava estruturar o território e dinamizar importantes setores da economia, a exemplo da indústria de transformação, da agricultura científica voltada para a exportação de *commodities* (frutas frescas) e do turismo litorâneo de grandes massas. No âmbito industrial, as metas mais importantes propunham o incentivo às micro e pequenas empresas, a construção de minidistritos industriais no interior do estado, a atração de grandes investimentos a partir de isenção fiscal e a montagem de uma infraestrutura aeroportuária para garantir a instalação definitiva da siderúrgica e da refinaria.

No governo de Ciro Gomes, iniciado em 1990, inúmeras metas previstas começaram a ser introduzidas. Ciro elaborou o “Plano Plurianual” para o seu mandato de quatro anos e no âmbito das decisões industriais promoveu o Ceará como um destino seguro para a chegada de investimentos. Uma campanha publicitária baseada na distribuição de folders, balanços administrativos, *merchandising* em diversos meios de comunicação e seminários organizados dentro e fora do Brasil cumpriu uma programática de divulgação ao estilo da agenda midiática dos “governos das mudanças”¹³³.

A intenção do então governo era incentivar as pequenas e médias empresas industriais, oferecendo infraestrutura para a instalação de unidades produtivas e facilitando a distribuição das mercadorias produzidas. Foi pensada a implantação de dez minidistritos industriais espalhados por todas as regiões do estado, onde seriam construídos galpões de produção e garantias de uma logística de distribuição de produtos. Uma política de compras governamentais também foi criada no intuito de consumir as mercadorias de algumas

¹³³ Uma das diretrizes do programa é “dotar o Ceará de instrumentos (cadastros, folders, vídeos, estudos e pesquisas e outros materiais promocionais) que permitam a apresentação das vocações e potencialidades do estado no Brasil e no exterior” (CEARÁ, 1991, p. 01)

pequenas e médias empresas, em especial as dos gêneros moveleiro e metalúrgico, que foram contemplados com a compra de carteiras escolares e silos de armazenagem (CEARÁ, 1991).

O resultado mais contundente do modelo industrial desenhado por Ciro Gomes, entretanto, esteve ligado à sua proposta de flexibilização das ações estatais em sintonia com um planejamento compartilhado com o setor privado de fora do Ceará. Ao dar continuidade ao ajuste público estadual iniciado por Tasso, a programática desenvolvimentista de corte conservador previa agora um financiamento público de indústrias externas e o Ceará embarcou em políticas de atração indiscriminada de investimentos, oferecendo benefícios fiscais e garantias de lucratividade para qualquer capital interessado em atender as exigências da nova competitividade internacional.

O trecho a seguir, extraído da política industrial desta gestão, é ilustrativo. No âmbito do governo, o objetivo principal era

promover o desenvolvimento de atividades industriais em todo o estado, sob a forma de empréstimo, via incentivo do ICMS às empresas consideradas de fundamental importância para o desenvolvimento do estado. Este tipo de apoio envolve empresas em implantação, ampliação e realocização (CEARÁ, 1991, p. 05)

O impacto da chegada de novos investimentos externos foi expressivo e a partir de 1995 uma entrada galopante de empresas foi registrada no território cearense, notadamente aquelas de mão de obra intensiva, com predominância dos gêneros de calçados, alimentos e bebidas e vestuários.

Curiosamente, do projeto industrial do “Plano Plurianual” somente a atração do grande capital foi lograda, enquanto a idéia de garantir maior dinamização produtiva ao interior através do patrocínio a pequenos empreendedores não obteve sucesso. Também foi frustrante a tentativa de legitimar o sonho de instalação da siderúrgica e da refinaria, o que implicou em novas propostas de estruturação territorial, agora ligadas à montagem de um sistema de fixos localizado numa área que seria incluída na Região Metropolitana de Fortaleza, o Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

Já no governo seguinte, o segundo mandato de Tasso Jereissati reconhecia os avanços na tentativa de atrair empresas externas e enfatizava os elos faltantes da primeira proposta de política industrial. No âmbito da continuidade na atração de investimentos, a política industrial do “Plano de Desenvolvimento Sustentável de 1995 a 1998” propunha estabelecer

um sistema de incentivos fiscais com base em renúncia diferenciada de ICMS, [...] atualização e/ou reavaliação de estudos e pesquisas voltadas para a identificação de oportunidades de investimentos que resultem na

elaboração de perfis industriais cujos gêneros e subgêneros são selecionados em decorrência do aspecto espacial da atividade industrial, do uso intensivo da mão-de-obra e de alternativa de investimentos em projetos sustentáveis em face da vulnerabilidade climática (CEARÁ, 1995, p. 01).

E, para garantir a concretização da proposta, objetivava

desenvolver mecanismos para divulgação de oportunidades de investimentos industriais, incentivos fiscais e financeiros, de apoio tecnológico, de mercado e de infra-estrutura, com destaque para a ampliação do Porto do Mucuripe, a viabilização de outro porto marítimo e a construção de um novo Aeroporto Pinto Martins, de modo que induza empresários locais, nacionais e estrangeiros a realizarem investimentos no estado. O resultado desse esforço deverá reforçar, em médio prazo, o papel do setor secundário como um dos pólos mais dinâmicos da economia cearense (CEARÁ, 1995, p. 01).

Enquanto isso, no referente aos pequenos empreendimentos industriais o plano destacava um “especial esforço no sentido de possibilitar a implantação de pequenas empresas industriais, notadamente em virtude de suas limitações de ordem tecnológica e de acesso a informações em geral” (CEARÁ, 1995, p. 02). E finalmente, no âmbito da almejada instalação da siderúrgica, da refinaria e da ZPE, sugeria retomar negociações com vista à implantação de uma estrutura condizente com as realizações desses projetos, abrindo destaque também para o desenvolvimento de incentivos à mineração.

A programática supracitada praticamente foi reproduzida em todas as políticas industriais dos governos seguintes. À ênfase na consolidação de projetos estruturantes para a instalação de um complexo petroquímico e siderúrgico e a garantia de benefícios para a “alavancagem” de investimentos industriais diversos, somou-se o projeto de estimular a formação de arranjos produtivos locais em regiões do estado que já apresentavam pequenos aglomerados industriais de produção.

O “Plano de Desenvolvimento Sustentável de 1999-2002”, do terceiro governo de Tasso Jereissati, fez isso estimulando mais incentivos fiscais, aparelhando a zona industrial do Pecém e propondo uma hierarquização espacial de benefícios que estimulasse a consolidação de pequenos circuitos da produção dentro do território. O “Plano Plurianual de 2004-2007” do governador Lúcio Alcântara, deu ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial do Ceará (CEDIN) e ao Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Economia do Ceará (PRODECIPEC) a incumbência de encaminhar os mesmos pontos, enfatizando “a implantação, a ampliação e a modernização de empreendimentos econômicos localizados no território do estado e considerados estratégicos para o desenvolvimento do Ceará” (CEARÁ, 2003a, p. 01). Finalmente o “Plano Plurianual Regionalizado de 2008-2010”, do governo de Cid Gomes, reviu alguns

programas, elaborou guia econômico das macrorregiões do estado no intuito de implantar novos empreendimentos indústrias e ajustou “a matriz econômica do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, com o objetivo de construir obras para atrair mais investimentos de médio e grande porte” (CEARÁ, 2008b, p. 47). Nesta última gestão, inclusive, a responsabilidade pelas decisões da política industrial ficou sob a tutela do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CEDE), que tinha na Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE) o seu principal órgão de encaminhamento de projetos.

Em síntese, apesar da programática governamental ter definido um projeto de industrialização ancorado em três eixos estruturantes, quais sejam, 1) a criação e/ou aparelhamento de arranjos produtivos locais; 2) a montagem de um complexo petroquímico/siderúrgico e 3) a atração de unidades produtivas industriais dos mais diversos gêneros; somente este último materializou componentes que de fato representaram uma transformação efetiva da organização espacial da indústria no estado.

Isso se deu, notadamente, em função da simetria entre os interesses do território e os interesses dos agentes hegemônicos que demarcam os arranjos sistêmicos da mais recente configuração capitalista de acumulação. A industrialização cearense se reconfigurou muito mais em função da síntese interescalar que reuniram as intencionalidades de forças territoriais endógenas e exógenas. Em nome da emergência da competitividade como força reguladora do sistema financeiro e da concorrência dos mercados produtivos internacionais, novas estratégias espaciais foram adotadas e muitas empresas buscaram a regulação ideal das taxas de lucro transferindo unidades de produção para onde as medidas de contenção de gastos pudessem ser instaladas com maior facilidade. A desregulamentação dos mercados em favor de agentes hegemônicos financeiros, que não tarda em contaminar as metas e a operacionalização do mundo industrial, chegou ao Ceará, não sem antes atender as demandas das empresas por mão de obra barata e benefícios fiscais.

Sem dúvida, uma das principais razões do sucesso na atração de investimentos industriais estava nos programas de benefícios desenhados desde o fim dos anos de 1980 pelo Governo do Estado. Estes programas se aproveitaram das possibilidades oferecidas pelo antigo Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI) e se beneficiaram das mudanças constitucionais brasileiras de 1988, que permitiu que as unidades da federação ganhassem mais autonomia e, como consequência, estabelecessem incentivos mais amplos na atração de investimentos.

A política de atração industrial passou então pela oferta de subsídios à propriedade privada através de renúncias de arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Para isso foi usado o Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas (PROVIN), criado no começo da década de 1980, mas reformulado em 1989, exatamente para agilizar os benefícios já fornecidos pelo FDI.

O FDI/PROVIN tornou-se o mecanismo chave na atração de investimentos industriais, demarcando diferentes benefícios em função de inúmeras características dos empreendimentos interessados em se instalar no estado, com destaque para a localização específica da unidade de produção, a absorção de abundante mão de obra, o volume de investimentos, a utilização de matéria-prima local no processo de fabricação e a preferência pela exportação das mercadorias produzidas. O governo, na verdade, não concede diretamente a isenção do ICMS às firmas interessadas. O que se dá é um empréstimo direto às empresas e, no período da quitação da dívida, estas podem ter um rebate sobre o valor a pagar. O percentual deste rebate e o prazo de pagamento do financiamento, varia em função dos critérios selecionados como os mais relevantes para a atração do investimento.

De 1989 até 2002, a variação do percentual a ser financiado e o período de concessão do empréstimo foi orientado principalmente em função da localização específica da fábrica industrial, sendo que as unidades instaladas fora da Região Metropolitana de Fortaleza eram mais beneficiadas, conforme demonstram as tabelas 06 e 07.

Na tabela 06, que se refere ao financiamento estabelecido em 1993, havia diferenças de benefícios para empresas pioneiras, realocadas ou implantadas, sempre destacando os recortes geográficos da RMF e do interior do estado. Os percentuais de ICMS iam de 60 a 80%, com carência de 36 meses e parcelamento que cobriam os 72 e os 120 meses. Mas as empresas tinham que garantir um retorno de 100% do que havia sido financiado ao Governo do Estado. Apesar de o melhor benefício ser aquele que englobavam as empresas que mudassem da RMF ao interior, a classificação “implantação de indústria no interior do estado” era a que mais atraía os investimentos de fora do Ceará, pois poderiam ser agraciados com um empréstimo de ICMS de 75% por 120 meses.

Tabela 06: Incentivos e prazos do FDI/PROVIN – 1993

Características do empreendimento	Financiamento de ICMS	Parcelamento do benefício*	Carência (meses)	Retorno**
Implantação de indústria no interior do Estado	75%	120 meses	36	100%
Implantação de indústria na RMF	60%	72 meses	36	100%
Ampliação de indústria no interior do Estado	75%	120 meses	36	100%
Ampliação de indústria na RMF	60%	72 meses	36	100%
Relocalização no interior	80%	120 meses	36	100%
Indústria pioneira fora da RMF	75%	120 meses	36	100%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE/CE).

*Tempo de concessão do benefício.

**Percentual do benefício que retorna ao Governo do Estado em parcela única.

Em 1995 foram alteradas as linhas limites de concessão de benefício no território cearense, com a RMF sendo colocada como referência para um aumento gradual dos

empréstimos e do prazo de financiamento. Apesar do prazo de carência ter continuado o mesmo, a política de atração industrial tornou-se mais agressiva e o Governo do Ceará passou a conceder um subsídio fiscal, pois ficou estabelecido que as empresas não mais devolveriam integralmente o empréstimo recebido. Assim, à época da quitação do empréstimo, teriam um rebate sobre o valor a pagar, variando este valor em função da localização da unidade de produção, isto é, uma renúncia fiscal de 40% para plantas localizadas na RMF e de 75% para as localizadas fora do anel metropolitano. O prazo no parcelamento do benefício também se alterava conforme alguns círculos concêntricos ao redor da região metropolitana, respeitando raios de 300, 500 e mais de 500 km de distância, como demonstrado pela tabela 07.

Tabela 07: Incentivos e prazos do FDI/PROVIN – 1995

Localização e distância	Financiamento de ICMS	Parcelamento do benefício*	Carência (meses)	Retorno**
Na RMF	60%	72 meses	36	60%
Até 300 km da RMF	75%	120 meses	36	25%
Entre 300 km e 500 km da RMF	75%	156 meses	36	25%
Além de 500 km da RMF	75%	180 meses	36	25%

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE/CE).

*Tempo de concessão do benefício.

**Percentual do benefício que retorna ao Governo do Estado em parcela única.

Uma maior preocupação com a estruturação de arranjos produtivos locais (APLs) ficou explícita com a alteração sofrida pelo FDI/PROVIN em 2002. Com esta reformulação, também ficou claro que os incentivos passariam a ser dados principalmente em razão da natureza dos ramos e gêneros da indústria. Mesmo assim, continuava a política de vantagens que reunia, a um só tempo, o interesse de uma distribuição territorial das unidades produtivas e uma integração da cadeia de produção local como foco para a dinamização industrial. Ao identificar determinadas zonas de produção, priorizou-se um sistema de concessões que estimularia pequenos aglomerados industriais em diversas regiões do interior do estado. A metodologia previa traçar alguns círculos concêntricos a partir das sedes dos municípios que concentravam sistemas industriais localizados¹³⁴ e ao estabelecer um “embrião” para estes sistemas, seriam definidos três raios de influência, a 30, 60 e 80 quilômetros, aos quais seriam concedidos benefícios que diminuiriam em função da distância para com o núcleo central. A meta era oferecer incentivos que estimulassem

¹³⁴ Os sistemas industriais localizados, na concepção de Reis (apud SCHNEIDER, 2004), resultam de um aglomerado regional ou local de empresas concentradas em torno de um ou vários gêneros industriais. As relações entre vida local e produção industrial são expressivas e a organização desses pequenos sistemas está diretamente ligada aos padrões localizados de acumulação, diferenciando-se dos arranjos produtivos locais (APLs) por não terem exatamente uma convergência de agentes em termos de desenvolvimento, nem retirarem vantagens a partir de estratégias cooperativistas. O conceito será tratado com mais atenção em outra parte deste capítulo.

novas instalações industriais provocadas pelos impactos positivos sobre a produtividade dos gêneros. Além disso, as unidades produtivas se beneficiariam das externalidades decorrentes das economias de aglomeração, o que possibilitaria uma cooperação entre as empresas (CEARÁ, 2002).

As respostas ao novo plano de 2002 não foram as esperadas e, à exceção da expansão produtiva para alguns produtores, o modelo proposto não estruturou os sistemas industriais localizados, nem muito menos diminuiu a dependência de pequenos investidores da concessão de benefícios. Além do mais, a política de incentivos com base em círculos concêntricos partindo de um núcleo urbano estabelecido prejudicou mais ainda os municípios que estavam distante destas localidades, que se ressentiram da oferta de ajuda econômica adicional.

O crescimento industrial continuava sendo dinamizado pelos investimentos externos e, conseqüentemente, em 2003, foi realizada outra grande reformulação no FDI/PROVIN, cujo interesse era redefinir os mecanismos da política de uma maneira muito mais aprofundada. Ao se manterem as diretrizes básicas para a expansão técnica do Complexo Industrial e Portuário do Pecém, se tentaram mais uma vez estruturar pequenos sistemas industriais do interior e continuar a atração de capital de fora do Ceará (CEARÁ, 2003b).

Pautou-se na elaboração de um modelo de pontuação para o qual influenciariam vários critérios de seletividade, com ênfase para investimentos que se destinassem aos sistemas industriais localizados do interior; para unidades de produção que explorassem as matérias primas locais; para gêneros industriais de trabalho intensivo e para empresas com produção voltada para exportação. O incentivo mínimo de isenção do ICMS era de 25% (para nenhum ponto) e o máximo era de 75% (para cinquenta pontos). Para cada ponto adicional obtido por uma empresa, acrescentava-se 1% de incentivo no investimento. No que tange aos prazos de recolhimento dos impostos, a pontuação também definia um período: foram dados cinco, oito e dez anos de benefícios para quem obtivesse de zero a 24 pontos, de 25 a 34 pontos e mais de 35 pontos, respectivamente. Finalmente, o retorno ao governo do que havia sido isento era de 10 (para projetos com mais de 30 pontos), 15 (para projetos entre vinte e 29 pontos) e 25% (para projetos entre zero a 19 pontos). Uma modificação importante no modelo de concessão dos incentivos deve ser notificada: desta vez foi adotado um sistema de diferimento do ICMS a ser recolhido e não mais um empréstimo, como nas versões anteriores do PROVIN. Assim, se passou a postergar o pagamento das parcelas de ICMS e não mais a emprestar recursos que eram contabilizados no orçamento estadual (CEARÁ, 2003b).

Como é demonstrado pela tabela 08, na metodologia introduzida em 2003 o “volume de investimento” empregado na instalação de cada unidade produtiva assumia um peso até então nunca antes alcançado nas outras versões do FDI/PROVIN e o fator “gêneros da

produção” ganhou mais atenção do que a decisão pela localização pontual da unidade produtiva. A maior novidade era a concessão de pontos também para investimentos que adquirissem matérias primas e insumos cearenses ou que comprovassem desenvolver projetos sociais, culturais e ambientais no local instalado.

Tabela 08: Sistema de pontuação por critérios do FDI/PROVIN – 2003/2006

CrITÉrios considerados	Máximo de pontos obtidos
Volume de investimento	13 pontos
Geração de emprego	12 pontos
Gêneros e cadeias produtivas	08 pontos
Aquisição de matérias-primas e insumos no Ceará	07 pontos
Localização geográfica	06 pontos
Responsabilidade social, cultural e ambiental	04 pontos

Fonte: Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE/CE).

Ao confiar nessa estratégia, o governo de Cid Gomes, iniciado em 2007, pouco alterou o sistema de pontuação para oferta de benefícios aos investimentos empresariais. A nova gestão, entretanto, resolveu chamar os critérios de pontuação de “Parâmetros para a análise”, determinando os pontos e os incentivos a partir de uma hierarquia, apresentada na tabela 09. Desde então são contemplados os projetos interessados em implantar, ampliar, diversificar e recuperar empresas industriais, sendo que o percentual do incentivo, o índice de retorno e o prazo de fruição dos benefícios são variáveis e dependem de uma base de cálculo percentual feita após a análise de cinco parâmetros básicos, cada um deles com uma escala de pontuação. Destacam-se a geração de empregos (P1 até 25 pontos) e a localização geográfica (P3 até 40 pontos), mas o valor contábil das operações de entrada e saída de mercadorias no estado, denominado no programa de “custo de transação”, também representa importante pontuação (P2 até 20 pontos). Por fim, continuavam sendo dados incentivos para empresas que se responsabilizassem por estimular melhorias sociais, culturais e ambientais nas áreas instaladas e a variável “investimento em pesquisa e desenvolvimento” aparece pela primeira vez como um componente isolado na concessão de benefícios (CEARÁ, 2008a).

Tabela 09: Incentivos e prazos do FDI/PROVIN – 2008/2010

Parâmetros para análise	Escala de pontos obtidos
P1 - Geração de emprego	De zero a 25 pontos
P2 - Custo da transação (valor contábil das entradas e saídas de mercadorias)	De zero a 20 pontos
P3 - Localização geográfica	De 10 a 40 pontos
P4 - Responsabilidade social, cultural e ambiental	De zero a 05 pontos
P5 – Pesquisa e desenvolvimento	De zero a 05 pontos

Fonte: Conselho de Desenvolvimento Econômico (CEDE) e Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE).

No que concerne ao dinamismo dos sistemas industriais localizados do Ceará, as políticas mais recentes não trouxeram grandes alterações. O mesmo pode ser dito dos resultados da oferta de subsídios para a atração de unidades produtivas de fora do estado, que mesmo alcançando leve retração no número de empresas atraídas e de empregos formais gerados, obtiveram médias parecidas com os governos anteriores. O que sinalizou uma ligeira mudança no conjunto dos fenômenos até então materializados desde o governo de Ciro Gomes foram os encaminhamentos para a consolidação dos grandes projetos petroquímicos e siderúrgicos, a serem instalados no Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). Com a entrada de capitais internacionais no rol dos investimentos siderúrgicos cearenses e com a participação mais direta do Governo Federal no planejamento do gênero petroquímico, os projetos estruturantes começaram a ser encaminhados e ganharam uma agenda de implantação. Todos esses temas serão tratados com mais atenção no próximo item.

Por hora, é preciso enfatizar também outros programas que, consumidos concomitantemente ao PROVIN, foram usufruídos por empresas interessadas em ampliar e/ou realocarem unidades de produção e por isso contribuíram sobremaneira na decisão de instalarem novos investimentos no Ceará.

Um deles é o Programa de Incentivos às Atividades Portuárias e Industriais (PROAPI), que beneficia os investimentos calçadistas especializados na produção voltada para exportação. Criado em 1995, o programa, no início, tinha a mesma metodologia do FDI/PROVIN, mas foi desenhado para incentivar as indústrias calçadistas exportadoras com 10,5% do valor FOB das mercadorias negociadas ao exterior. O retorno dos empréstimos era de apenas 25% e a carência de 36 meses. Também eram respeitados critérios de localização no território e, neste caso, a distância em relação à RMF definia o prazo de

pagamento dos incentivos, que ia de 72 (plantas instaladas na RMF) a 180 meses (plantas localizadas a mais de 500 km da RMF).

Porém o programa passou por alterações em 1997 e o incentivo foi cancelado para as indústrias calçadistas localizadas na cidade de Fortaleza¹³⁵. Houve também uma remodelação no valor dos empréstimos e no prazo de pagamento, que não mais obedeciam ao critério dos raios anteriormente estabelecidos. Desta vez, as indústrias calçadistas localizadas na RMF faziam jus a um financiamento de 6% do valor FOB exportado e as localizadas no interior do estado usufruíam 11% desse mesmo benefício. O prazo de pagamento dos empréstimos era agora de 180 meses para todas as empresas, embora o programa estabelecesse que somente as indústrias que recrutassem mão de obra intensiva seriam beneficiadas (CEARÁ, 1997). O PROAPI foi extinto em 2000, mas as empresas que assinaram contratos no período anterior a data estipulada para o encerramento do programa continuam recebendo os benefícios até que se encerrem os prazos estabelecidos no protocolo inicial.

No que tange às importações, foram criados dois programas específicos de incentivo, quais sejam: o Programa de Desenvolvimento do Comércio Internacional e das Atividades Portuárias do Ceará (PDCI) e o Programa de Desenvolvimento de Cadeias Produtivas (PROCAP). O PDCI foi lançado em 1996 no intuito de financiar todas as empresas importadoras de produtos industriais e componentes não fabricados no Ceará. Logo foi utilizado pelas empresas calçadistas interessadas na importação de componentes para tênis esportivos e para outras partes utilizadas na produção de calçados. O PROCAP surgiu em 2003 e beneficia somente empresas têxteis importadoras de matérias-primas e insumos. Enquanto o PDCI concede empréstimo de 60% do ICMS, a ser recolhido em operações de importação, com vigência de 60 meses e carência de 36 meses; o PROCAP oferece financiamento de 75% do ICMS por 120 meses, a ser recolhido nas operações de exportações das empresas com retorno de 25% do empréstimo e carência de 36 meses (CEARÁ, 2003a).

O último pacote de benefícios a ser criado foi o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Geradora de Energia Eólica (PROEÓLICA), introduzido em 2005 pelo decreto 27.951/2005 e que beneficia as empresas interessadas em construir parques eólicos e produzir energia elétrica a partir da velocidade dos ventos no Ceará. O PROEÓLICA oferece empréstimo de 75% do valor do ICMS às empresas pelo prazo de 120 meses e com retorno de 25%. Também oferece por dez anos, financiamento de 75% do ICMS sobre as operações de importação de máquinas e equipamentos, estruturas metálicas, matérias primas e demais insumos relacionados à cadeia produtiva do setor.

¹³⁵ A planta da Grendene instalada na Zona Industrial da Francisco Sá é um exemplo de investimento que perdeu esse benefício.

Ademais, facilita a montagem da infraestrutura necessária para efetivação dos empreendimentos, entre elas obras viárias, água, esgoto, energia e telefonia. Segundo o documento que formaliza o programa, a intenção é atrair grande quantidade de novos projetos do Brasil e do exterior, além de tornar o estado um dos maiores produtores de energia renovável do país (CEARÁ, 2005).



Fonte: PEREIRA JÚNIOR (2009).

Fotos 07 e 08: A publicidade em torno dos incentivos para a atração industrial revela a prioridade dada pelos governos do Ceará a um modelo de industrialização pautado no benefício fiscal como caminho para o crescimento da economia.

Entre todos os programas de financiamento, a tabela 10 revela que o PROVIN foi aquele que mais liberou recursos, notadamente por ser o mais antigo, mas também pela importância que desempenhou junto ao FDI, reorientado para atrair capitais externos através de isenções fiscais. O PROVIN respondeu por 89% de todos os recursos liberados entre os anos de 1989 e 2006, ou seja, cerca de R\$ 4,5 bilhões. Ele expandiu os financiamentos até 1998, quando passou a sofrer leves variações, mas desde então não concedeu benefícios inferiores a R\$ 400 milhões ao ano.

Desempenho parecido ocorreu com o PROAPI que, depois de aumentar a liberação de recursos expressivamente entre 1999 e 2001, manteve-se numa média anual de concessão superior a R\$ 70 milhões. É preciso reiterar que o PROAPI não atendeu a mais nenhuma nova empresa instalada depois de 2000 e somente as inversões anteriormente beneficiadas puderam continuar sendo contempladas. Apesar disso, as liberações de recursos só aumentaram, o que confirma a decisão da indústria de calçados brasileira de transformar o estado do Ceará numa “plataforma de exportação” para o produto, tema a ser aprofundado no capítulo 04. Outro ponto importante deve ser mencionado: como os incentivos desse programa estão vinculados ao valor FOB das exportações e como, de 2001 a 2003, a taxa de câmbio no Brasil variou para cima, com um real custando US\$ 4,00 neste

último ano; as liberações se ampliaram sobremaneira no período, legitimando a vinculação do benefício à expansão das vendas de calçados cearenses para o mercado exterior. Os recursos totais liberados pelo PROAPI representaram 10,5% de todos os incentivos concedidos.

Tabela 10: Incentivos fiscais liberados pelo Governo do Estado do Ceará, no período 1989 a 2006 (R\$ de Jan/2006)

Anos	PROVIN	PROAPI	PDCI	PROCAP	TOTAL
1989	24.389.265,81				24.389.265,81
1990	43.341.356,38				43.341.356,38
1991	57.549.261,74				57.549.261,74
1992	49.824.387,41				49.824.387,41
1993	73.384.144,51				73.384.144,51
1994	115.688.831,84				115.688.831,84
1995	207.931.475,34				207.931.475,34
1996	262.066.657,43	802.578,84			262.869.236,26
1997	258.424.771,56	9.380.168,29	2.637.074,37		270.442.014,23
1998	329.984.823,24	22.259.511,91	1.290.742,80		353.535.077,96
1999	434.264.365,28	36.143.188,11	1.305.689,19		471.713.242,58
2000	456.162.156,52	51.566.454,14	817.829,88		508.546.440,54
2001	410.742.880,41	79.114.638,10	1.652.198,07		491.509.716,58
2002	444.530.790,86	79.210.352,05	502.168,95		524.243.311,86
2003	420.752.805,49	90.747.874,32	1.611.747,31	61.209,38	513.173.636,50
2004	422.643.137,28	77.156.507,40	5.882.296,85	177.549,55	505.859.491,09
2005	426.232.724,42	76.657.318,34	7.674.178,92	180.560,00	510.744.781,68
2006*	70.049.126,89	13.398.801,49	1.390.423,54		84.838.351,92
Total	4.507.962.962,41	536.437.392,99	24.764.349,89	419.318,94	5.069.584.024,22

Fonte: SEFAZ apud PONTES, CAMBOTA e BIDERMAN, sd.

*Até fevereiro de 2006.

Com o PDCI e o PROCAP as variações nas liberações entre os anos são mais instáveis, mas a tendência é sempre a de ampliação. Mesmo sendo programas recentes, não é difícil perceber que as liberações de recursos para o PDCI e o PROCAP só se ampliam nos últimos anos, como podemos perceber nos dados indicados para os anos de 2004 e 2005. Ambos os programas, todavia, representam menos de 1% do total de financiamentos liberadas.

No que tange ao total de liberações, observamos crescimentos expressivos nos governos de Tasso Jereissati e Ciro Gomes (1986-2002), quando as concessões dobraram

de valores por diversas vezes. Depois disso, o total de recursos liberados manteve certo equilíbrio e as concessões anuais atingiram em média R\$ 500 milhões. É preciso enfatizar, no entanto, que nunca os governos haviam liberado tantos incentivos e os últimos anos apontados pela tabela são exatamente aqueles em que mais se oferecem recursos através de financiamentos à atividade industrial. Um questionamento sobre os limites do financiamento público para a instalação de investimentos privados é o que emerge em meio a essa programática de modernização subvencionada. A industrialização patrocinada pelo estado estaria forjando um crescimento econômico ao proporcionar uma melhoria nas relações de produção com base numa dinamização que, no fundo, é artificial? A ideia de antecipar um futuro promissor para a indústria pela via da concessão de recursos públicos ao setor privado não tende a provocar distorções muito maiores se não for realizada sem uma preocupação de cunho social?

O que se pode garantir é que, no plano da captação indiscriminada de investimentos, os incentivos surtiram efeito, pois entre janeiro de 1995 e dezembro de 2009, 656 projetos de instalação industrial foram processados e concretizados, atraindo mais de R\$ 7 bilhões, ao mesmo tempo em que 74 mil empregos formais foram gerados. Dentre os maiores investimentos, predominaram as indústrias de bens de consumo de massa, entre as quais as de calçados (13,5%), as de alimentos e bebidas (11,7%), as de vestuário e artefatos (11,1%), a metal-mecânica (9,2%) e a química e produtos farmacêuticos (8,6%) (CEDE, 2010).

Também é preciso enfatizar que, até o fim da década de 1990, os investimentos ainda usufruíram dos incentivos oferecidos pelos órgãos nacionais e regionais, como o Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), entre outros, todos consumidos de maneira cumulativa aos já concedidos pelo Governo do Ceará. Atualmente, vários são os incentivos concedidos pelo Governo Federal à implantação industrial no Nordeste, que contemplam principalmente a isenção do imposto de renda e a diminuição de tarifas da marinha mercante para utilização de transportes marítimos (CEARÁ, 2008a).

Em linhas gerais, esta terceira fase da evolução industrial, marcada pela legitimação dos projetos de tecnificação do território e pela conquista do poder pelos empresários-políticos na década de 1980, sinaliza uma alteração nos ritmos da atividade industrial, mesmo que empreendimentos da indústria de bens de consumo de massa ainda componham a maior parte dos gêneros atraídos pelas políticas de benefício fiscal. Ao reagir de maneira eficaz ante a gradativa falência dos programas regionais de apoio à industrialização, o Governo do Ceará (e até mesmo o de alguns municípios) se impôs na conquista de investimentos industriais externos. Importantes transformações ocorreram: em especial, a multiplicação do emprego formal, a instalação de grandes fábricas de grupos

industriais nacionais e internacionais e a maior relação do mercado produtivo interno com o comércio internacional.

As ações políticas dos governos cearenses desde a emergência do projeto do CIC para o estado, tiveram importante papel na promoção/intensificação do recente processo de industrialização. Entretanto, dois componentes essenciais precisam ser esclarecidos antes que algumas constatações venham a fortalecer a construção da imagem publicitária dos “governos das mudanças” e de seus sucessores, largamente divulgada pela propaganda política:

- 1) Não podemos falar de uma ruptura entre as políticas econômicas organizadas pelos empresários-políticos e seus antecessores, frequentemente chamados de “coronéis”. Ao analisar o quadro de maneira processual, percebemos como a modernização capitalista procura condições adequadas para garantir sua acumulação, mesmo que tenha de destruir e reconstruir elementos resistentes no plano local. O desgaste e a superação do modelo político cearense do início da década de 1980, que também representava a falência de um modelo nacional, confirmam que o sucesso do processo de acumulação está sempre associado às decisões de determinados agentes sociais que, em última instância, implicam num plano de relações de poder que se organiza não sem contradição;
- 2) Por outro lado, ao reconhecer o expressivo papel assumido pela política de incentivos na atração de investimentos externos, não devemos desconsiderar as forças sincrônicas de acumulação nestes tempos de reestruturação produtiva subordinada aos imperativos da competitividade internacional, pois elas cada vez mais fragmentam a produção industrial e estimulam a fluidez dos capitais pelo espaço geográfico. Orientados pelas suas formas de expansão, os investimentos consolidam uma relação de simetria com os territórios, os quais permitem sua penetração, mas, ao mesmo tempo, se apresentam diante dele como importante fonte de mais-valia.

Ao analisar a recente trajetória econômica cearense, não podemos deixar de perceber que essa dinâmica também é uma manifestação bem projetada das atuais mudanças ocorridas no âmbito nacional e mundial. A força da modernização capitalista legítima em seu território as racionalidades ditadas pelo mercado, erigindo novas organizações espaciais em benefício da produção e das trocas globais. No Ceará, hoje, despontam, num plano mundial, os resultados da atual configuração de acumulação capitalista e, num plano nacional, as consequências advindas da abertura econômica aos agentes hegemônicos da mundialização.

3.2. A PROGRAMÁTICA GOVERNAMENTAL E A SUBVENÇÃO INDUSTRIAL – LIMITES E CONQUISTAS

Ao procurar criar as condições institucionais para a expansão da atividade industrial, os governos do Ceará elaboraram planos econômicos de desenvolvimento que vislumbravam estabelecer redes de relação entre o estado e o setor privado, seja no âmbito produtivo ou no financeiro. O consenso sobre o qual se desenhou a subordinação da política aos interesses do mercado objetivava também estimular capitais internos e externos por meio de normas específicas e projetos estruturantes, o que, na concepção dos planos, resultaria quase que automaticamente numa dinamização produtiva e industrial das pequenas, médias e grandes empresas.

A regulamentação das intencionalidades introduziu os parâmetros de estímulo à indústria nos seguintes termos:

- 1) Estruturações de sistemas industriais localizados;
- 2) A montagem definitiva do tão aguardado complexo petroquímico/siderúrgico;
- 3) A atração de unidades produtivas industriais dos mais diversos gêneros, sobretudo aqueles de capitais externos e que pudessem aperfeiçoar a produção local, igualmente estimulando a formação de redes interempresariais de produção e consumo.

Analisemos cada um desses eixos separadamente.

3.2.1. ESTRUTURAÇÕES DE SISTEMAS INDUSTRIAIS LOCALIZADOS

Ausente nos planos de governo de Tasso Jereissati (1986/1990) e de Cid Gomes (1991/1994), a ideia de estimular a produção local de aglomerados de pequenas indústrias no interior do Ceará foi introduzida a partir de 2000, nas outras duas gestões de Tasso (1995/2002). Logo após, ela foi reproduzida sucessivas vezes como meta para a industrialização que se consubstancia, em especial através da Rede APL, no governo de Lúcio Alcântara (2003/2006), e do Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Ceará (NEAAPL/CE), no governo de Cid Gomes (2007/2010).

As iniciativas e os projetos de cada governo guardaram relativa autonomia, mas, a ideia chave consistia em garantir condições de estruturação produtiva, financeira e comercial aos pequenos investimentos difundidos pelo território do estado, notadamente àquelas pequenas e médias empresas informais concentradas em municípios ou regiões de parca relação com mercados dinâmicos.

Inspirou-se numa produção bibliográfica volumosa, que ganhou expressão na década de 1990, ao afirmar que a reestruturação produtiva pela qual passava o modelo fordista de organização da produção e do consumo havia se tornado mais complexo e segmentado, especialmente por se apresentar mais flexível. Como resposta à “superação” do “paradigma fordista”, os autores dessa linha de pensamento defendiam que a produção em escala menor, pautada num coletivo local de solidariedade territorial, corresponderia ao ambiente favorável na qual uma rede de pequenas e médias indústrias se adaptaria mais facilmente às inovações do mercado e às suas exigências tecnológicas e de trabalho (SUZIGAN, 2006; BECATTINI, 1999; BENKO, 1999 e MÉNDEZ e CARAVACA, 1996).

No cerne dessa mudança conceitual, estaria uma configuração territorial denominada Arranjo Produtivo Local (APL), que, segundo Pires e Verdi, compreende

um recorte do espaço geográfico, abrangendo desde parte de um município, até um conjunto de municípios contíguos, bacias hidrográficas, vales e serras que, além de ser um agrupamento de pequenas e médias empresas especializadas em uma atividade, possui sinais de identidade coletiva, sociais, culturais, econômicos, políticos, ambientais ou históricos (PIRES e VERDI, 2009, p. 95).

Um APL, para os autores citados (PIRES e VERDI, 2009, p. 95), pressupõe “coordenação entre os mais variados agentes presentes num determinado recorte espacial” e cria uma expectativa de convergência em termos de desenvolvimento local, demarcada em função da capacidade de estabelecer parcerias e compromissos entre diversos agentes públicos e privados, especializando continuamente todo o arranjo. Como já discutido no capítulo 02, o sucesso dos arranjos produtivos repousa no trabalho artesanal qualificado e autônomo, sem excluir a importância que as atividades domiciliares têm para o sistema de produção, em especial se tirarem proveito da competitividade e do cooperativismo entre as empresas e os territórios.

Os programas e agentes envolvidos na tentativa de aparelhar aquilo que foi chamado de APLs no Ceará, a partir de 2000, fundamentaram-se nas ideias supracitadas, sobretudo no estímulo aos pequenos produtores do interior do estado, os quais se ressentiam de uma política bem definida de apoio econômico. Efetivamente, usaram como referência dois conceitos de APL muito difundidos no Brasil, o da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos Locais (REDESIST) e o do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), através do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTPAPL) (CEARÁ, 2002, 2006 e 2008b; AMARAL FILHO, SCIPÃO e SOUZA, 2004 e REDESIST, 2010).

A REDESIST foi criada no Brasil em 1997 e, a partir de inúmeras pesquisas interdisciplinares, conceituou um APL como o

conjunto de atores econômicos, políticos e sociais, localizados em um mesmo território, atuando tanto nos setores primário e secundário quanto no terciário, e que apresentam vínculos formais ou informais ao desempenharem atividades de produção e inovação (REDESIST, 2010, p. 67/68).

Por sua vez, o GTPAPL do MDIC, criado em 2004 em função do *boom* de apoio aos APLs no Brasil, publicou um manual no qual conceitua o arranjo como um complexo produtivo caracterizado por um grande número de firmas envolvidas em diversos estágios produtivos, com regularidade de funcionamento; e submetidas ao jogo do mercado, na qual a contiguidade espacial permite ao sistema territorial viabilizar externalidades produtivas e tecnológicas, sem perder flexibilidade (GTPAPL/MIDIC, 2006).

Antes de propor uma programática bem definida de incentivo aos sistemas localizados, os governos do Ceará só tinham manifestado uma única iniciativa de apoio a pequenos e médios produtores industriais. Foi na gestão “mudancista” de Ciro Gomes, que propusera a implantação de dez minidistritos industriais espalhados pelo interior, nos quais deveriam ser construídas infraestruturas de produção e implementadas políticas de compras governamentais das mercadorias produzidas localmente (CEARÁ, 1991). Apesar de contratos terem sido assinados com produtores moveleiros e metalúrgicos, como os micros investidores do distrito de São João do Aruaru, em Morada Nova; os programas não se sustentaram em função de entraves burocráticos e de problemas com o pagamento dos financiamentos¹³⁶.

A partir de 2000, foi criado o Centro de Estratégia de Desenvolvimento (CED), vinculado à Secretaria de Planejamento e Coordenação do Estado do Ceará, que procurou identificar sistemas localizados. Em 2003, o CED repassou suas funções para o Instituto de Pesquisas e Estratégias Econômicas do Ceará (IPECE) e o resultado foi a organização de estudos e a publicação de trabalhos que mapearam 23 aglomerados daquilo que o governo chamou de APL, contemplando investimentos na agricultura, na indústria e nos serviços (AMARAL FILHO, SCIPIÃO e SOUZA, 2004).

Mudanças significativas ocorreram em 2005, com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional (SDRL), cujo maior objetivo era promover integração

¹³⁶ Em entrevistas com pequenos produtores locais a reclamação foi recorrente. Eles não entenderam os detalhes burocráticos dos financiamentos e endividaram-se crescentemente, inviabilizando o cumprimento dos contratos.

espacial do crescimento econômico sentido pelo estado. A SDRL ampliou os estudos de identificação de APLs; entre 2005 e 2007, demarcou mais 22 novos aglomerados, definindo quantidade de produtores e geração de empregos; e também selecionou diversas atividades econômicas, entre elas a extração de leite bovino, a colheita de caju, o plantio de café, a elaboração de artesanatos de palha, os serviços de turismo, a produção industrial de calçados, de cerâmica vermelha e de redes de dormir.

As principais ações buscavam estimular a criação de associações representativas, difundir conhecimento técnico e tecnológico, oferecer consultoria administrativa e dotar os aglomerados de alguma estrutura logística e instrumental especializada para a fabricação e comercialização do que produziam. Sob a coordenação da SDRL, a política industrial cearense efetivou algumas ações em favor dos pequenos produtores, embora os resultados não tenham logrado o resultado esperado. Muitas instituições participaram mais ativamente dos encaminhamentos e até uma Rede APL foi criada, da qual participavam algumas outras secretarias do governo, instituições como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Instituto Euvaldo Lodi¹³⁷; e até bancos, a exemplo do Banco do Brasil e do BNB (REDESIST, 2010).

Em 2007, com um novo governo, algumas modificações foram feitas e a Rede APL transformou-se em Núcleo Estadual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais do Ceará (NEAAPL/CE). O NEAAPL passou a ser coordenado pela Secretaria das Cidades, que redefiniu levantamento institucional, formação de grupos de trabalho, escolha de lideranças de APLs e contratação de consultorias para elaboração de Planos de Desenvolvimento Participativos, priorizando 11 APLs para uma atuação mais efetiva, o que, de fato, não ocorreu. Uma proposta concreta desse último período foi a abertura dada ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza Rural (FECOP) para financiar projetos cuja produção estivesse articulada às potencialidades locais. Isso beneficiou alguns aglomerados, como aquele especializado na extração de mel de abelhas.

Apesar do apoio aos pequenos e médios produtores cearenses ter sido um dos eixos estruturantes presentes nas políticas industriais e de desenvolvimento, em geral os esforços dos programas não resultaram em ações efetivas. Os encaminhamentos não foram além de algumas medidas de caráter burocrático ou de identificação dos interessados e a operacionalização das atividades se resumiram a montagem de metas, elaboração de matrizes institucionais, indicação e mapeamento de aglomerados, assinatura de protocolos, realização de oficinas e divulgação de programas e de produtores. Algumas consultorias, quando realizadas, ocorreram de forma esparsa e os financiamentos pontuais estiveram longe de atingir os objetivos previstos.

¹³⁷ Entidade ligada à Federação da Indústria do Ceará (FIEC), responsável pelo planejamento e implementação de serviços de aperfeiçoamento da gestão e da capacitação empresarial.

Entre as muitas razões para o fracasso da programática, estava a própria dificuldade de estabelecer projetos de apoio institucional a investidores pouco capitalizados e desconhecedores de estratégias produtivas e comerciais aperfeiçoadas. Mas isso não justifica os pífios resultados obtidos com pequenos produtores em um estado que divulga com muita frequência sua adesão irrestrita aos novos ditames da modernização da economia. Na verdade, as gestões não priorizaram as políticas locais de apoio aos produtores. Isso ficou claro a partir das muitas limitações presentes nos projetos e nas ações, entre as quais, a ausência de um fundo estruturado de amparo aos programas, a falta de linhas de crédito continuadas e bem definidas que pudessem agir precisamente de acordo com a demanda de cada grupo de produtores, a carência de pessoal qualificado e competente para a realização do planejamento e execução dos trabalhos, a excessiva burocracia e a própria ineficiência administrativa de algumas políticas.

Ademais, defendemos a ideia de que os territórios de atividades produtivas distribuídos pelo interior, em especial no que tange à atividade industrial, sequer preenchem os requisitos necessários de validação empírica responsáveis por definir aquilo que muitos autores chamam de Arranjo Produtivo Local. Como citado anteriormente, a concepção de APL contempla um elemento fundamental sem o qual o aglomerado descrito não pode se materializar, isto é, uma convergência em termos de desenvolvimento, demarcada pelas vantagens extraídas do cooperativismo e da articulação entre empresas e demais agentes interessados na montagem do arranjo.

Ora, não é isso que o trabalho de campo indicou para o caso do Ceará. Depois das visitas às principais formações regionais específicas da produção industrial e da realização de entrevistas aos seus produtores e trabalhadores, contatou-se que o conceito de “sistema industrial localizado”, usado por Reis¹³⁸ (apud SCHNEIDER, 2004), é muito mais coerente com a realidade territorial local. Segundo o autor, os sistemas industriais localizados correspondem a uma configuração regional ou local de empresas concentradas em torno de um ou vários setores industriais. Eles operam com base em relações de produção e de trabalho peculiares e estão diretamente relacionados aos padrões locais de acumulação, estabelecidos através de articulações entre a produção industrial e a vida local. Como sistemas industriais localizados não apresentam iguais feições nos diversos lugares onde se materializam, é difícil enrijecer o conceito que os explica, ficando a apreensão do seu conteúdo muito mais vinculada à ideia de crescimento industrial difuso, com feições próprias e condições socioeconômicas relacionadas aos modelos locais predominantes de acumulação¹³⁹.

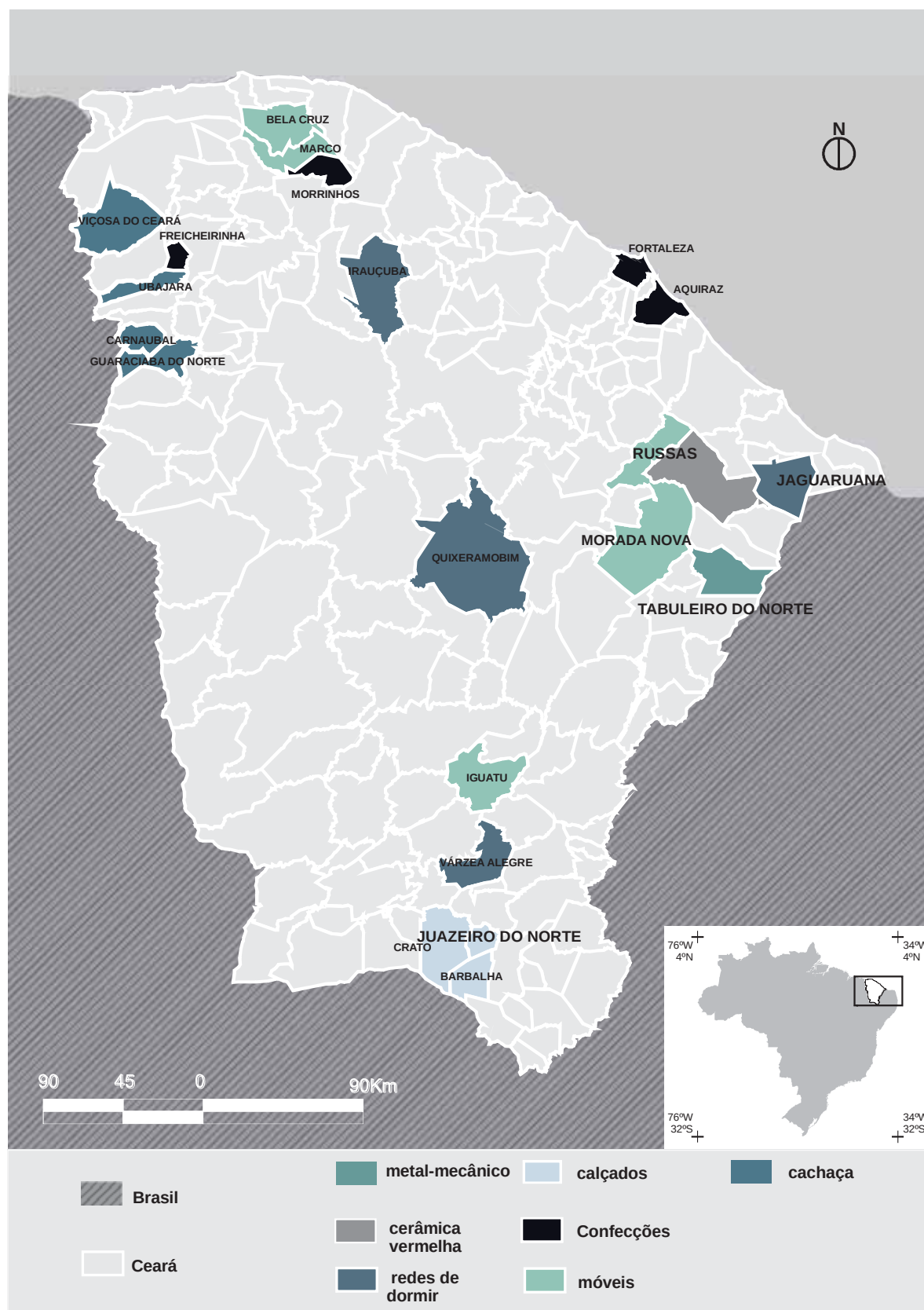
¹³⁸ REIS, J. *Os espaços da indústria* - a regulação econômica e o desenvolvimento local em Portugal. Porto: Edições Afrontamento, 1992.

¹³⁹ Seria o que Reis (apud SCHNEIDER, 2004, p. 55) chama de “um espaço de produção característico das formas de desenvolvimento intermédio e não metropolitano definido simultaneamente por: a) condições

O fato é que, mesmo se considerássemos os sistemas industriais localizados como APLs para interpretar a iniciativa dos governos cearenses de dinamizar a pequena produção local, notaríamos um descompasso elementar entre discurso e prática. Isto se dá, entre outros motivos, porque, apesar das recomendações feitas pela volumosa bibliografia que trata das questões relacionadas a APLs, os pequenos produtores no Ceará, dentre eles os menores e mais necessitados, nunca deixaram de ser vistos como investidores dependentes e viciados em recursos governamentais. Por não se enquadrarem nos critérios exigidos pelos programas “mais importantes” de apoio ao crescimento industrial, também foram vistos como representantes da precariedade e do atraso, notadamente por simbolizar um contraponto à modernização que se almeja instalar. Tratados como heranças residuais, como ganhariam prioridade nas políticas de desenvolvimento?

O trabalho de campo tratou de selecionar algumas dessas formas de produção localizadas, no que tange às discussões sobre a atividade industrial. Foram escolhidos quatro desses sistemas industriais pertencentes a dois dos mais importantes recortes regionais do Ceará, isto é, o Baixo Jaguaribe e o Cariri. Assim, a origem dos sistemas industriais, sua configuração atual e a inserção dos mesmos no contexto da mais recente modernização cearense são explicitadas separadamente, com o objetivo de apreender as particularidades de cada um desses aglomerados. No cartograma 12 podem-se identificar todos os sistemas industriais mapeados pelos programas dos governos do Ceará. Além disso, estão indicados também os gêneros de produção desenvolvidos por cada município, com destaque para aqueles que serão trabalhados a seguir.

industriais próprias; b) formas de representação coletiva; c) condições sócio-econômicas e territoriais relacionadas com os modos de reprodução social predominantes.”



Cartograma 12: Ceará - Sistemas industriais localizados identificados pelos Governos do Ceará

A atividade ceramista no Nordeste se desenvolveu a partir da década de 1950 e, desde então, tem-se apresentado sobre duas direções distintas, a saber: 1) a produção organizada a partir de uma base industrial, com maior produtividade e utilização de tecnologias semi automáticas; e 2) o modelo mais tradicional, que conserva características bem rudimentares, abastecendo um mercado de abrangência exclusivamente local.

No Ceará, deu-se, sobretudo, a expansão deste segundo modelo, localizado nas margens dos principais rios, em função do aproveitamento da matéria-prima extraída das planícies aluviais, sem a qual a produção se tornaria inviável. Nos últimos quarenta anos, os investimentos no ramo ganharam impulso com a gradativa substituição das habitações construídas à base de argila por casas estruturadas, a gerar grande demanda por produtos mais acabados como tijolos, telhas, lajotas, entre outros. O dinamismo sentido pela construção civil nas principais cidades cearenses, a exemplo de Fortaleza e das cidades de porte médio, também teve papel fundamental no aumento do consumo desses produtos, exigindo maior produtividade e o aperfeiçoamento da tecnologia utilizada pelo processo produtivo.

Desde então, as tecnologias semi automáticas foram instaladas nas cerâmicas. Gradativamente, as empresas do Ceará ampliaram seu mercado para toda região Nordeste e alguns estados como Bahia e Pernambuco, dois grandes consumidores em escala regional; passaram a consumir de empresas cearenses. Isto fez dinamizar o gênero, a ponto de, nos últimos anos, a produção atender não só o mercado interno, como também inúmeras cidades no Nordeste. Atualmente, cerca de 500 empresas estão em funcionamento, incluindo fábricas não formalizadas, como apontaram alguns produtores entrevistados.

Na região do Baixo Jaguaribe, na fronteira do Ceará com o Rio Grande do Norte, a produção ceramista tem contribuído desde muitas décadas com o crescimento econômico regional, ao lado de outras atividades importantes, como as lavouras frutícolas e a extração de cera de carnaúba. Seu desenvolvimento, entretanto, ocorreu no início dos anos de 1980, com a transformação sentida pela construção civil (casas de taipa sendo substituídas pelas de alvenaria) e a maior demanda por tijolos e telhas em consequência das políticas habitacionais implementadas pelo Governo Federal.

Diante do contexto, multiplicou-se a produtividade na região, com destaque para os municípios localizados às margens dos rios Jaguaribe, Banabuiu e Quixeré, que concentraram mais estabelecimentos e passaram a abastecer a crescente demanda. No princípio, houve a intenção de se produzir tijolos, telhas e lajotas para atender o consumo em nível estadual, mas o cumprimento dessa meta acabou se revelando inviável, especialmente porque a concorrência e o preço do frete não permitiam rentabilidade para o

tijolo e a lajota¹⁴⁰. Os produtores locais, então, investiram exclusivamente na produção de telhas e o resultado foi a consolidação de um sistema industrial localizado importante, responsável por dinamização da economia, com consequências positivas para o mercado de trabalho e o comércio nas cidades.

A fase mais promissora se deu durante a década de 1980, com o aquecimento do mercado de materiais de construção proporcionado pelas políticas habitacionais do governo do Presidente José Sarney. Em princípios dos anos de 1990, a quantidade de estabelecimentos na região aumentou, mas algumas medidas tomadas no governo do Presidente Fernando Collor de Melo, como o controle dos gastos com habitação social, acarretaram retração do consumo, a repercutir na rentabilidade dos produtores locais, acirrando a concorrência entre os ceramistas. Mesmo assim, a quantidade de estabelecimentos de minerais não metálicos no Baixo Jaguaribe, que inclui principalmente as fábricas de cerâmica, avançou gradativamente de 1990 a 2009, segundo a RAIS. Isso é justificado por conta do grande número de empresas de menor porte que se formalizou no período posterior ao de maior consumo.

Segundo alguns produtores mais antigos, esse fenômeno contribuiu para acentuar uma crise de rentabilidade no gênero, pois com o aumento da concorrência e a pequena interrelação entre os produtores, o mercado tornou-se uma arena de conflitos, na qual o preço do produto passou a ser negociado com base nos interesses individuais de cada empresário¹⁴¹.



Fonte: PEREIRA JÚNIOR (2006).

Fotos 09 e 10: Fábrica de cerâmica vermelha e produção de telhas no município de Russas

¹⁴⁰ “O custo/benefício e a distância de Fortaleza obrigaram os produtores a produzir só telha. Depois disso ninguém abre cerâmica no Baixo se não for para produzir telha” (entrevista a produtor local - 2006).

¹⁴¹ “Não temos a cultura de se associar. Depois de tanto tempo disputando no mercado, só estamos preparados para o individualismo” (entrevista a produtor local - 2006).

Os municípios que concentram o maior número de estabelecimentos em 2009 são Russas (90), Limoeiro do Norte (23) e Alto Santo (12), com taxas de crescimento na produção que não tendem a diminuir, segundo os produtores entrevistados. O município de Russas é o de maior produção na região e, além de reunir a maior quantidade de estabelecimentos (o equivalente a 72% da região), concentra os produtores mais antigos, apresentando, igualmente, as cerâmicas mais estruturadas.

Ao valermo-nos dos dados fornecidos pela Associação dos Ceramistas do Vale do Jaguaribe e pela Associação dos Fabricantes de Telhas de Russas para o ano de 2007, descobrimos que o município tem uma produção de 37 milhões de peças de telhas e blocos ao mês, o que representa 28% do que é produzido em todo o estado. Esse total é suficiente para empregar em média 2.100 trabalhadores.

Os primeiros estabelecimentos surgiram das antigas olarias localizadas às margens do rio Jaguaribe e do riacho Arahibu (no entorno da cidade de Russas), mas também na localidade de Ingá, a quatro quilômetros do distrito-sede. Aos poucos, ganharam expressão escoando a produção para Fortaleza e outros estados do Nordeste, com destaque para a Bahia. A boa margem de rentabilidade de algumas empresas fez expandir a atividade para outras áreas, a exemplo do distrito russense de Flores, que atualmente concentra dezoito estabelecimentos, e de algumas localidades próximas às sedes de Limoeiro do Norte e Alto Santo.

A proximidade dos rios se faz essencial para as cerâmicas, pois entre as matérias primas necessárias para a produção de telhas, a argila se apresenta como a de maior custo. O dado justifica a dificuldade encontrada por muitas áreas da região Nordeste de se firmarem como grandes produtoras ceramistas. Para competir com o sistema industrial localizado do Baixo Jaguaribe é preciso ter as condições aluviais apropriadas que permitam que a qualidade do solo se traduza em diminuição dos custos de produção.

Desde 2004, a produção de cerâmicas vermelhas em Russas passou a ser atendida pelos programas federais e estaduais de apoio ao produtor local no Ceará. Em especial, houve a tentativa de introduzir novas técnicas e tecnologias com o objetivo de melhorar a produtividade e diminuir o forte impacto ambiental do uso não planejado da lenha e da argila. A FIEC, através do Instituto Euvaldo Lodi e o SEBRAE, firmaram convênio e, por meio do Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Empresas (PROCAMPI) agiram no sentido de realizar oficinas e fornecer consultoria para a implantação de sistemas gerenciais e administrativos mais aperfeiçoados.

O problema é a pequena adesão dos estabelecimentos aos projetos. De um total de cerca de 90 empresas em funcionamento, apenas 19 estiveram envolvidas nos programas o que implica dizer que a maioria das unidades produtivas ainda é representada por empreendimentos com precárias condições de produção, distribuição e venda do produto.

Obviamente, uma estrutura desse porte recruta trabalho barato, precário e não-formal, o que dificulta uma melhor geração de renda e de qualidade de emprego para os trabalhadores envolvidos.

Alguns empresários chegam a afirmar que essa realidade

compromete a importância das associações da região, pois o crescimento das cerâmicas que agem assim desrespeitam os acordos acertados entre os produtores e gera uma 'disputa canibal' (Entrevista a produtor local, realizada em 2006).

Em termos gerais, constatou-se que o sistema industrial localizado ceramista da região do Baixo Jaguaribe diminui sobremaneira as suas margens de rentabilidade nos últimos anos, o que acarreta falência ou paralisação temporária de muitos estabelecimentos. Entretanto, apesar do pequeno poder empreendedor dos empresários locais, da desqualificação dos funcionários e da baixa tecnologia utilizada na produção, o aglomerado tende a preservar as maiores cerâmicas, em virtude, principalmente, da penetração de seus produtos nos mercados mais exigentes do Nordeste.

b) O sistema industrial localizado de redes de dormir em Jaguaruana

A origem da produção de redes de dormir no Baixo Jaguaribe é herança da cultura indígena na região. O processo de confecção sempre foi uma tarefa exclusiva das mulheres, que dominavam o saber técnico e o transmitiam para seus filhos como tradição familiar, reservando aos homens apenas os trabalhos complementares. Com a expansão da produção têxtil, o homem passou a dominar todo o processo produtivo, transformando a fabricação simples e artesanal numa atividade comercial, voltada para o mercado local.

O município de Jaguaruana centralizou todo esse processo de desenvolvimento, reunindo, por muitas décadas, uma produção obtida a partir do trabalho realizado em pequenas unidades familiares, geralmente residenciais, marcadas pela utilização de instrumentos rudimentares como o "tear de três panos". Na década de 1950, com a utilização do "tear grande" ou "batelão", instrumento de tecer de madeira responsável pela "tapação" do tecido, a produção ganhou caráter definitivamente comercial e assumiu ares de uma atividade manufatureira de importância para o município, sendo comandada principalmente por artesãos locais.

A produção de redes de dormir a partir do "batelão" marcou uma mudança no processo produtivo como um todo. As atividades nesse instrumento requerem maior esforço físico, pois exigem do artesão a movimentação cadenciada de mãos, braços, pernas e

cabeça, num ritmo em que são proibidos gestos bruscos. A maior capacidade produtiva do “batelão”, que permite uma confecção de até vinte redes por dia, deu aos produtores expansiva penetração no mercado regional, garantindo ao município de Jaguaruana uma especialização no gênero têxtil e de confecções.

Ao ampliar sua produção, Jaguaruana passou a atender a demanda de Fortaleza e de outros estados do Nordeste e do Norte do país, a exemplo de Rio Grande do Norte, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. A partir de 1980, com a chegada do “tear elétrico”, a produção assumiu definitivamente um modelo aperfeiçoado e a técnica artesanal gradativamente foi sendo substituída por um sistema produtivo em escala, organizado em pequenas fábricas. Desde então, o trabalho têxtil incorporou um ritmo racionalizado, preso a jornadas diárias mais longas em galpões distribuídos pela sede do município. Os proprietários das fábricas ampliaram seu controle sobre os trabalhadores locais, impondo-lhes disciplina mais efetiva sobre o tempo de trabalho e a produtividade. O padrão industrial incorporou o saber técnico dos antigos artesões e gradativamente os mesmos foram proletarizados.

Na década de 1980, Jaguaruana já se apresentava como um dos maiores centros de produção de redes de dormir do Brasil, atraindo investimentos de outras áreas do Nordeste interessados na força de trabalho especializada. A dinamização do setor, marcada principalmente pela presença de empresas pequenas e médias, garantiu uma produção que abastecia também o mercado internacional, alcançando países como Portugal, Austrália e Alemanha.

Criou-se, então, o ambiente propício para a formação de um sistema industrial localizado de relativa importância, com participação de investidores locais e externos, comercializando a produção para o mercado nacional e internacional. Em meados da década de 1980, o período de maior destaque da produção e do consumo, a quantidade de peças produzidas por mês chegou a mais de 20.000 unidades, compreendendo um esquema de produção que envolvia desde bordadeiras, artesãos, costureiras e operários das fábricas têxteis.

O processo de confecção e acabamento do produto tornou-se mais complexo, perfazendo, ao todo, vinte e uma etapas realizadas por trabalhadores responsáveis por diferentes funções, alguns contratados para o trabalho assalariado na fábrica, e outros subcontratados para prestarem serviços variados, que iam da costura ao bordado. No caso do trabalho informal, que correspondia à maioria dos postos ocupados, a participação das mulheres era muito expressiva, com os serviços sendo realizados nas próprias residências das contratadas, sempre com remuneração inferior. É por isso que uma rápida visita ao distrito-sede de Jaguaruana, tanto nas décadas de 1980 e 1990 como ainda hoje, nos oferece uma visão inusitada das calçadas da cidade, em grande parte tomadas por fios, redes e bordados diversos.



Fonte: PEREIRA JÚNIOR (2006).

Fotos 11 e 12: Produção de redes e usina de fio têxtil em Jaguaruana.

O desenvolvimento da produção também trouxe para o município três grandes empresas têxteis, especializadas somente na produção de fios. Trata-se da Jaguatêxtil S. A., da Multicor S. A. e da Usina Santana S. A., que fabricam fios têxteis de qualidades diversas e negociam sua produção para diversos estados do Brasil, em especial a Paraíba, o Mato Grosso, a Bahia, Goiás e Minas Gerais. Apesar de estarem próximas das fábricas de redes, praticamente não negociam mercadorias com os produtores locais.

Na segunda metade da década de 1990, a produção de redes entra em crise determinada, entre outros fatores, por baixa rentabilidade associada ao aumento da concorrência. Também o despreparo financeiro e administrativo dos empresários e a incapacidade de reação às oscilações do mercado nacional contribuíram para o aumento das perdas. Desde então, foram frequentes as falências das pequenas e médias empresas locais. Isso permitiu que a produção de outros municípios do Nordeste, como a de São Bento – PB e de Cajazeiras – PB, penetrasse nos mercados consumidores mais importantes de Jaguaruana, em especial o Norte do país.

Dos 300 estabelecimentos que fabricavam redes em 1985, restam apenas 100, sendo que a maioria é formada por pequenos produtores que trabalham no fundo do quintal ou nos cômodos da casa, ou seja, sem uma maior qualificação técnica ou produtiva. No auge da produção, além da constante presença de compradores vindos de várias cidades do Nordeste, em média quatro carretas partiam do município somente para abastecer os estados do Pará e do Amazonas¹⁴².

Atualmente, a maioria das empresas negocia sua produção com Fortaleza e cidades próximas ou se submete aos interesses de atravessadores, o que tende a ampliar as formas de endividamento. A exceção fica por conta de doze empresas médias, que, por possuírem certa autonomia, ainda negociam sua produção diretamente com os vendedores finais do

¹⁴² “A produção era grande e eu via até carreta carregando a produção. Pelo menos quatro eu tenho certeza que era para o Pará e o Amazonas” (entrevista a produtor local - 2006).

produto. Também é possível a venda do produto inacabado, isto é, negociar uma peça incompleta e que será finalizada em outras confecções, em especial na Região Metropolitana de Fortaleza. Segundo os entrevistados produtores, essa negociação se dá, geralmente, quando o destino da produção é o mercado internacional. Isso implica dizer que a produção local também reproduz os circuitos interempresariais multiescalares, sobretudo quando o objetivo é atender consumidores de outros países, com destaque para Alemanha, Portugal e Suécia. Neste caso, os produtores negociam sem a presença de atravessadores, transportando as mercadorias através de navios que aportam nos terminais do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e do Mucuripe.

Nos últimos dez anos, as políticas estaduais de apoio aos produtores locais introduziram medidas na tentativa de evitar a falência de mais empresas. Estiveram envolvidos nesses projetos vários agentes, entre eles algumas secretarias do governo estadual; o Instituto Euvaldo Lodi; o SEBRAE e o Sindicato da Indústria de Redes (SINDREDES). Houve financiamento para a manutenção e aquisição de infraestrutura, maior facilitação para aperfeiçoamento tecnológico e as famigeradas consultorias e capacitações administrativas/gerenciais.

A partir do desempenho de algumas empresas, o sistema industrial localizado enseja modesta recuperação, com alguns produtores ensaiando reestruturação gerencial e produtiva, marcada pela presença de formas mais aperfeiçoadas de produção e comercialização. Entretanto, tal dinamização está longe de recuperar a proeminência da indústria têxtil para a economia de Jaguaruana, notadamente em função do pequeno aporte financeiro repassado aos menores produtores e pelo fato de a economia municipal já ter desenvolvido outras atividades de maior expressão econômica, como a fruticultura irrigada e a carcinicultura.

c) O sistema industrial localizado metal-mecânico de Tabuleiro do Norte

A indústria metal-mecânica no Ceará não é marcada por grande tradição, haja vista o estado nunca ter desenvolvido técnicas relacionadas com a produção, processamento e utilização de metais. Mesmo assim, a fabricação de produtos metalúrgicos foi uma atividade comum nas principais cidades onde a demanda por equipamentos e máquinas simples era expressiva, sendo a construção civil o maior consumidor dos produtos fabricados em metalúrgicas de pequeno porte. Apesar da pequena tradição, algumas empresas importantes, concentradas principalmente em Fortaleza e na sua região metropolitana, assumiram maior relevância, mesmo sem contribuir para a integração da cadeia produtiva metal-mecânica. Acabaram representando nichos específicos no gênero, a exemplo das

empresas Esmaltec LTDA (botijões de gás e eletrodomésticos), Troller S/A (veículos especiais), Metaneide LTDA (tambores de freios) e CEMEC Construções Eletromecânicas S/A (transformadores), que negociam a sua produção para vários estados do Brasil.

Diante da pequena articulação de um circuito produtivo metal-mecânico estadual, restava à atividade o desenvolvimento de iniciativas localizadas, criadas a partir de demandas particulares, específicas de cada região e geralmente estruturadas a partir de um modesto quadro tecnológico e operacional.

Foi nesse contexto que se desenvolveu o sistema industrial localizado metal-mecânico da região do Baixo Jaguaribe, centralizado no município de Tabuleiro do Norte e organizado de forma a atender principalmente os interesses dos serviços mecânicos voltados para veículos de carga. O município se tornou importante centro metal-mecânico da região exatamente por reunir oficinas que criam, concertam e adaptam peças e equipamentos para caminhões e carretas. A atividade se aperfeiçoou e as antigas oficinas se tornaram montadoras, destacando a produção de veículos especiais e a formação de força de trabalho qualificada para serviços mecânicos. Com isso, Tabuleiro do Norte concentrou importantes oficinas, dos mais variados portes, atendendo às demandas regionais e aos veículos de carga que trafegavam pela BR-116, nas margens da cidade.

Na primeira metade da década de 1980, as principais oficinas prosperaram e assumiram padrão capitalista, resultando no surgimento de pequenas fábricas, responsáveis pela produção de peças para veículos, manutenção e conserto de máquinas e equipamentos. A empresa Tabuleiro Aço LTDA pode ser tomada como exemplo, na medida em que se tornou o maior estabelecimento produtor de molas para caminhões do Ceará e assumiu importante segmento do mercado consumidor em estados das regiões Norte e Nordeste do Brasil. Atualmente, produz em média 150 toneladas de molas ao mês e concentra 125 funcionários, com cerca de 110 na linha de produção.

Além desta empresa, existem cerca de 30 pequenas fábricas e oficinas com média de dez funcionários cada, movimentando um circuito de produção, venda e consumo associada à mecânica em geral, que atendem todas as demandas da região do Baixo Jaguaribe e de outros municípios do estado. Fabricam diversos produtos, entre os quais ferragens para transformadores, peças para veículos, máquinas e equipamentos para cerâmica vermelha, ferramentas de uso na atividade agrícola, bombas de sucção, tubos e outros materiais produzidos sob encomenda.

Mas, mesmo ao apresentar-se como um sistema industrial localizado que reúne relativo número de funcionários, a maioria dos postos de trabalho que se abre é para o mercado não-formal. Isto se dá em razão das metalúrgicas sustentarem-se a partir de um trabalho doméstico, em que os membros da família dividem os serviços na linha de produção. Por tal razão, a mão de obra não tem especialização técnica, e o apego à

tradição faz com que grande parte dos funcionários resista, *a priori*, a qualquer tentativa de imposição de novos tipos de treinamento. Isso não impede que desenvolvam produtos modernos, que no ato da fabricação exijam preparação cuidadosa e complexa. Entretanto, no caso dos mecânicos, a habilidade se dá única e exclusivamente por conta dos muitos anos de experiência na atividade.



Fonte: PEREIRA JÚNIOR (2006).

Fotos 13 e 14: Produção metal-mecânica e oficinas metalúrgicas em Tabuleiro do Norte.

É nesse contexto que as políticas já citadas, fomentadoras do sistema industrial localizado, tentaram garantir capacitação profissional, difusão tecnológica, assistência técnica aperfeiçoada e apoio à gestão empresarial dos estabelecimentos locais. No caso específico de Tabuleiro do Norte, as participações da Secretaria de Ciências e Tecnologia do Estado (SECITECE) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará devem ser mencionadas. Junto com o SEBRAE, estas instituições procuram oferecer capacitação técnica e tecnológica aos filhos dos proprietários das oficinas através de planos de desenvolvimento e orientação de grupos de trabalho. Isso permite abrir novas possibilidades de aperfeiçoamento dos serviços e expandir o mercado consumidor das empresas locais.

No entanto, a especialização profissional ainda se apresenta reduzida, principalmente no que diz respeito à aplicação de algumas tecnologias e aos procedimentos do trabalho técnico na própria fábrica. Nesse sentido, apesar do avanço revelado pela produção e pelo aperfeiçoamento do trabalho, as empresas locais ainda se ressentem de infraestrutura. Isso fica evidente quando circulamos na cidade, onde é comum encontrar inúmeras oficinas instaladas em galpões provisórios, sem qualquer indicação da atividade ali realizada. Distribuídas principalmente pelas ruas do centro, mesmo assim elas expressam a tendência

da dinamização industrial local, prometendo melhores perspectivas para a organização econômica do município.

d) O sistema industrial localizado de calçados no Crajubar

A região do Cariri, ao sul do Ceará, é uma das mais importantes no que tange ao dinamismo econômico sentido pelo estado nas últimas décadas. Os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha, compõem o núcleo central para o qual converge a maior parte das riquezas produzidas e consumidas na região. Formam um aglomerado conhecido como Crajubar, que no âmbito industrial, apesar de concentrar um número expressivo de estabelecimentos voltados para a produção de artigos de confecção, de cimento e de alumínio, se impõe decisivamente pela predominância de fábricas de calçados.

A região reúne cerca de 300 micro, pequenas e médias empresas calçadistas de capital local e, desde a década de 1990, recebeu também uma fábrica de grande porte do grupo calçadista Grendene, de origem gaúcha. Tudo isso é responsável por formar um importante sistema industrial localizado, líder em vários segmentos da produção nacional e responsável por gerar, para 2009, mais de oito mil empregos formais, não sendo pequena também a quantidade de empregos informais criados em menores estabelecimentos não registrados.

As origens da produção calçadista local estão vinculadas ao desenvolvimento de atividades ligadas à criação do gado, notadamente às heranças do trabalho artesanal que beneficiava o couro e seus artefatos. A tradição na produção de utensílios requeridos pelo vaqueiro, a exemplo de sapatos, sandálias, bolsas, entre outros, engendrou um saber reproduzido por anos de experiência. Ademais, a centralidade comercial e de serviços exercida por Crato e Juazeiro do Norte não pode ser negligenciada, uma vez que o dinamismo do consumo regional, que polariza também muitos municípios da Paraíba, de Pernambuco e do Piauí, exerceu influência para uma maior produção e aperfeiçoamento dos produtores. Em Juazeiro do Norte, deve ser considerada também a mobilidade de romeiros atraídos pela fé no Padre Cícero, que transformou a cidade num dos maiores centros de manifestação religiosa do Nordeste.

A maioria das unidades produtivas que funciona formalmente está localizada em Juazeiro do Norte (89,3%). Enquanto isso, Barbalha (6,8%) e Crato (3,7%) apresentam pouquíssimos estabelecimentos com esse padrão, segundo a RAIS. No entanto, com base nas entrevistas realizadas com produtores e nos sindicatos de trabalhadores e patronal (SINDINDÚSTRIA), a maior quantidade de estabelecimentos produz sem registro formal. Ao percorrer as ruas das três cidades, percebemos a maior quantidade de fábricas concentrada em Juazeiro do Norte, sobretudo nos bairros de Salesianos e Triângulo. A

despeito das oficinas que não podem ser vistas por estarem escondidas em fundos de quintal, inúmeros pequenos galpões, com ou sem fachada, anunciam que a produção de calçados é maior do que os números oficiais podem registrar.



Fonte: PEREIRA JÚNIOR (2009).

Fotos 15 e 16: As fábricas ligadas à indústria calçadista e a produção de sandálias no Crajubar

O número de estabelecimentos, entretanto, não é o parâmetro mais apropriado para indicar a geração de empregos e a capacidade produtiva do gênero calçadista no Crajubar. Em função da instalação de uma grande fábrica do grupo Grendene na cidade de Crato, o município tornou-se um dos mais importantes do país na geração de empregos formais da indústria calçadista. O mesmo aconteceu para os dados que revelam a produção de componentes de calçados, principalmente placas de copolímero de etileno e vinil acetato – EVA (aquelas utilizadas na composição de solados de borracha), pois toda a produção consumida pelas demais unidades da Grendene é fabricada no local.

Na verdade, a região do Crajubar é atualmente a maior produtora de EVA do Brasil (AMARAL FILHO, 2003) e essa posição não foi alcançada em função da chegada dessa unidade da Grendene. Isso se explica porque os pequenos produtores de calçados de couro há muito substituíram a produção tradicional pela fabricação de calçados sintéticos, em sua maioria com linhas femininas e a preços populares. São especialistas em produzir sandálias microporosas e placas de borracha de EVA, sem as quais os calçados sintéticos não podem ser fabricados. Desse modo, a produção de sandálias de rabicho de couro, fortemente ligadas à simbologia das romarias e do cangaço, é residual. Em seu lugar são fabricadas sandálias sintéticas de desenho feminino ou masculinas de tiras, caracterizadas por usarem predominantemente materiais como couro sintético, poliuretano (PU) e policloreto de vinilina (PVC).

Muitos entrevistados informaram sobre a capacidade dos fabricantes locais de copiarem modelos de grandes empresas lançados no mercado. Obviamente, essa prática é mais comum para as fábricas menores, mas empresas médias e formalizadas também redesenham seus produtos com base em linhas de produção de divulgação nacional. Como descrito nas entrevistas, a própria Grendene instituiu maior fiscalização aos seus funcionários, pois o acesso aos novos desenhos e *layout* de modelos como Grendha, Ipanema, Melissa e Rider, estava permitindo a alguns produtores fabricarem mercadorias similares.

Segundo Beserra (2007), Amaral Filho (2003) e Dantas (2003), que trabalharam este sistema industrial localizado mais detalhadamente, é possível dividir o conjunto de empresas da região em três grupos, isto é, o das micro e pequenas; o das médias; e o da grande empresa.

As micro e pequenas empresas, predominantemente não formalizadas, fabricam sandálias de borracha femininas, sandálias de tiras e calçados infantis. O preço desses produtos é geralmente baixo. Quando não predomina o pequeno número de trabalhadores da própria família na linha de produção, os contratados são poucos funcionários informais que recebem baixa remuneração. Os entrevistados afirmaram que essas empresas consomem matéria-prima de empresas maiores e, em função de muitas dívidas, são forçadas frequentemente a encerrarem as atividades, retomando-as sempre que possível em outras áreas.

As médias empresas representam apenas nove unidades, mas a estrutura logística e a produção que as caracterizam é bem mais qualificada. Ao contrário das empresas do grupo anterior, que negociam seu produto principalmente para o mercado local, essas vendem para todo o Brasil e algumas tentam a exportação (DANTAS, 2003). São empresas registradas; os empregos gerados por elas nas linhas de produção são formais; e algumas participam frequentemente de eventos de moda internacional, já dispondo de pessoal especializado na elaboração de *design*.

O último grupo é formado somente pela unidade da Grendene, que encontrou elementos favoráveis para a instalação de uma fábrica que emprega mais de três mil funcionários na região. A relação estabelecida com a região é mínima, à exceção dos empregos formais gerados, e a absoluta maioria dos seus produtos não é consumida no local. Na verdade, em função da reunião de motivações territoriais (vantagens cearenses) e mundializantes (impelidas pelas forças da competitividade internacional), a empresa usufrui do espaço como importante mecanismo de acumulação pela via interestelar.

O sistema industrial localizado do Crajubar é o mais estruturado entre os que foram selecionados para o trabalho de campo neste item. A ação dos programas do governo em dinamizar a produção local teve efeito positivo em muitos casos, sobretudo quando houve

parceria entre agentes estimuladores, como o SEBRAE, o Sindindústria e a Secretaria de Ciência e Tecnologia (SECITECE). Mas o isolamento e o descaso para com os menores produtores são recorrentes e a maior parte dos investidores continua produzindo sem apoio logístico ou qualquer financiamento do estado. Isso os deixa vulneráveis às instabilidades do mercado e, como dificilmente aperfeiçoam seu sistema gerencial e produtivo, em geral não são capazes de tirar proveito de supostas relações de cooperação entre as empresas. Mesmo com a permanência dos problemas, as relações comerciais estabelecidas no sistema industrial localizado do Crajubar ensaiam uma melhor relação com o mercado internacional e isso pode fazer a produção crescer e se tornar mais especializada.

3.2.2. A MONTAGEM DO COMPLEXO PETROQUÍMICO/SIDERÚRGICO

Bielschowsky (2007), Piquet (2007) e Oliveira (2003), entre outros, são autores que interpretaram os esforços de inúmeros agentes da sociedade brasileira na tentativa de fazer da indústria a atividade chave na geração de riquezas do país. Bielschowsky (2007) fala dos rumos políticos na defesa da industrialização planejada; Oliveira (2003) aborda a regulamentação dos fatores para introduzir um novo modo de acumulação industrial; e Piquet (2007) enfatiza os desequilíbrios espaciais e regionais materializados por essa forma de controlar a economia. Todos eles, entretanto, convergem quanto à importância do Estado para pôr em marcha o desafio de uma industrialização acelerada. Cada um, ao seu modo, também reitera acerca do momento decisivo da história econômica brasileira em que foram edificadas as bases para a formação de um “ciclo ideológico do desenvolvimentismo”¹⁴³.

Apesar da diversificação produtiva e da grande quantidade de formas de investimentos necessárias à concretização de um projeto com essas dimensões, os autores afirmam que sempre ficou claro para o modelo desenvolvimentista que as indústrias-chaves, capazes de impulsionar em definitivo a modernização da economia e da sociedade, seriam as indústrias “pesadas”, com destaque para a petroquímica, a siderúrgica e a indústria metal-mecânica de grande porte. Como citado, o Estado deveria ser o agente decisivo de montagem da infraestrutura e de alavancagem de recursos. Ele planejava e promoveria a industrialização, criando as condições sob as quais o novo modo de acumulação deveria se instalar.

É relevante retomar a campanha ideológica que demarcou os rumos da transformação industrial no Brasil iniciada na década de 1930 e compará-la com o projeto de modernização econômica defendido pelos governos do Ceará na década de 1980. Quando lhes foi conveniente, os novos governantes cearenses defenderam abertamente uma organização

¹⁴³ Ver principalmente Bielschowsky (2007) e a parte II do seu livro, intitulado *A evolução do pensamento econômico: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo – 1930-1964*.

econômica e social em que o papel do Estado estaria distante de qualquer forma de intervenção. A ele caberia apenas a tarefa de ajustar os desequilíbrios fiscais resultantes da mal sucedida empreitada política das décadas anteriores, demarcada, entre outros, por forte clientelismo e pelo aparelhamento da coisa pública para fins privados.

Este é um discurso justificado se levarmos em consideração o contexto no qual ascenderam ao poder os empresários-políticos, principalmente com o desgaste da ditadura e do seu modelo de coordenação política no Ceará. Mas o caráter contraditório está no fato de todos os planos econômicos engendrados pelos governantes cearenses, desde 1986, terem como um dos principais eixos de dinamização industrial um programa de caráter claramente desenvolvimentista, inclusive no que tange às propostas de arregimentação de recursos para fazer prosperar a empreitada modernizante. Não parece paradoxal defender intransigentemente o *laissez-faire* do mercado e ao mesmo tempo priorizar uma política industrial que tem como base o empenho despendido na implantação de indústrias pesadas, notadamente aquelas que no Brasil sempre foram financiadas pelo Governo Federal?

Em todos os planos analisados, a ideia fixa de desenvolver os gêneros da siderurgia, da metalurgia, da petroquímica e da geração de energia está presente. Senão vejamos: na política industrial do primeiro Governo Tasso, escreveu-se:

Destacam-se nesse programa os projetos de implantação da Refinaria de Petróleo, da Unidade de Laminadores Planos, de Itaitia (beneficiamento de urânio e produção de fertilizantes fosfatos), de Gás Natural e da Zona de Processamento de Exportação. O Governo do Estado atuará junto ao Governo Federal visando à definição desses projetos para o Ceará (CEARÁ, 1987, p. 3).

No governo de Ciro Gomes a ideia não foi esquecida. Prometia-se

Retomar negociações com vistas à implantação de projetos de alto poder germinativo, tais como Itaitia, a siderúrgica do Nordeste (SIDNOR), Refinaria de Petróleo e Zona de Processamento de Exportação – ZPE etc. (CEARÁ, 1992, p. 1).

No segundo e no terceiro governos de Tasso Jereissati, até intervenções decisivas no âmbito dos encaminhamentos de obras estruturantes foram priorizadas. Como os investimentos em indústria pesada sequer seriam aventados por instituições financiadoras sem uma programática bem definida de incisão no território, grandes “próteses” foram erguidas, entre elas um terminal portuário localizado a cerca de 50 quilômetros a leste de Fortaleza: o Terminal Portuário do Pecém; um complexo integrado de abastecimento hídrico que inclui o açude do Castanhão e o Canal da Integração, responsáveis por armazenar e

drenar água do interior ao litoral; e a montagem de infraestrutura numa vasta área em torno do terminal portuário citado, denominado Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP), onde devem ser instaladas as indústrias de grande porte e uma estrutura de articulação multimodal de transportes de carga (ferroviário, rodoviário e naval).

Entre 1994 e 2002 o governo teve forte apoio de recursos provindos do BNDES para efetivar esses projetos. No entanto, apesar da sintonia entre as lideranças estaduais e as lideranças federais, ambas pertencentes aos quadros do PSDB, tornou-se comum as obras pararem por conta de cortes no repasse de recursos. Isso resultava em demora e adiava cada vez mais o sonho de implantação da indústria pesada no Ceará. Tornava-se evidente o estranho paradoxo do desenvolvimento sem desenvolvimentismo. O modelo cearense deixava claro que o cumprimento de uma agenda de implementação da indústria pesada dificilmente lograria sucesso sem uma intervenção considerável da União em infraestrutura.

Desse modo, as razões pelas quais a indústria petroquímica e siderúrgica não ganhou prioridade na agenda de investimentos foram as mesmas que sustentaram o próprio modelo de crescimento econômico escolhido pelo Ceará. Ou seja, em função do projeto macroeconômico desenhado na década de 1990 no Brasil, que destacou o ajuste fiscal e a racionalização dos gastos públicos, não foi permitido que o Governo Federal garantisse apoio à execução de grandes obras estruturantes. Como essa também era a premissa levantada pelos governos dos empresários-políticos e de seus sucessores, restava aos “idealizadores das mudanças” renovarem suas propostas de planejamento a fim de captarem recursos de agentes capitalistas privados financeiros ou produtivos, o que nunca incorreu em sucesso para os investimentos na indústria de base.

Em 2003, Lúcio Alcântara chegou a criar um Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Economia do Ceará (PRODECIPEC), no qual as principais metas eram desenvolver

projetos estratégicos para o desenvolvimento do Ceará: I - os de instalação, ampliação ou modernização de estabelecimento industrial de grande porte de: a) refino de petróleo e seus derivados; b) siderurgia; c) geração de energia termoelétrica ou de gás natural; d) produção de biodiesel (CEARÁ, 2003a, p. 01).

A partir de 2007, o governo de Cid Gomes empenhou-se mais ainda no referido projeto, sobretudo ao garantir altíssimos investimentos na área demarcada para ser ocupada pelo Complexo Industrial e Portuário do Pecém (CIPP). A reaproximação política com o Governo Federal foi decisiva, na medida em que as articulações partidárias entre o Governo do Ceará e a União haviam sido abaladas com a vitória de Luís Inácio Lula da Silva

em 2002, rompendo o ciclo de acordos entre os políticos do PSDB nas duas esferas estatais.

Este último componente foi fundamental para que os planos pudessem sair do papel. Mas o fato é que o projeto de fazer crescer a indústria pesada no Brasil, como revelaram Bielschowsky (2007), Piquet (2007) e Oliveira (2003); é uma empreitada de caráter abertamente desenvolvimentista. O descompasso entre o plano e sua efetivação no Ceará não simbolizou a incompetência dos seus gestores nem a desarticulação política no âmbito das metas de alavancagem dos investimentos. O problema residia no conteúdo do modelo político-econômico predominante no Brasil na década de 1990, defendido também como bandeira pelos governantes cearenses na escalada do “novo ciclo das mudanças”.

Ademais, a política de implantação de indústrias pesadas no Ceará era uma continuidade das propostas elaboradas pelo “coronel” Virgílio Távora, que construiu uma programática de intervenção do Estado na economia com forte conotação desenvolvimentista ainda nos anos de 1960. No final da década de 1970, no seu segundo governo, o II Plano de Metas Governamentais (II PLAMEG) deixava claro que,

no âmbito de atividades relacionadas com o processo de implantação e operacionalização do III Pólo Industrial do Nordeste, está sendo concedida ênfase toda especial à criação de novas opções industriais – pólo metal-mecânico, Indústria eletrônica e de produtos petroquímicos finais (CEARÁ, 1980, p. 11).

Entretanto, quando o fracasso do projeto de desenvolvimento da indústria petroquímica e siderúrgica no Ceará revelou-se um fato, eis que os rumos da economia política nacional foram alterados em favor de ações desenvolvimentistas. Os projetos cearenses foram recuperados e as combinações técnicas e políticas que geralmente dão ao território o seu caráter estratégico, articularam, a um só tempo, as intencionalidades do Governo Federal e do Governo do Ceará. Desde então, a almejada indústria pesada do Complexo Industrial e Portuário do Pecém começou a ser erguida.

Com isso, surgiram fortes elementos que nos levam a afirmar acerca de uma nova empreitada da industrialização cearense e sobre as mudanças nos arranjos estruturais de acumulação que elas tendem a materializar. Tal fato nos autoriza a defender a gestação de uma quarta fase da atividade industrial no estado, na qual o salto da capacidade produtiva e tecnológica da indústria levará a uma dinamização de inúmeros gêneros modernos a partir de efeitos propulsores para frente e para trás nos circuitos produtivos, ao estilo dos *forward effects* e *backward effects* de François Perroux (1977).

Seria estimulante escrever sobre os componentes que estruturam a montagem dessa nova fase. No entanto, os limites desse trabalho nos orientam a centrarmos nossa atenção

nos dados do presente e isso implica uma descrição das etapas de evolução da implantação da indústria petroquímica e siderúrgica no Ceará, respeitando os fenômenos dentro de um contexto de reestruturação que resguarda os elementos da economia política da industrialização projetada pelos “governos das mudanças”.

Ao nos posicionarmos assim, não estamos interpretando a periodização da sociedade e do espaço como uma totalidade demarcada por etapas nitidamente definidas a partir de rupturas históricas. Apesar das noções que entendem as reestruturações como esquemas evolucionistas, no qual os valores antigos aparecem superados por todas as referências que representem o novo, acreditamos ser o processo de organização espacial da sociedade algo bem mais complexo. Neste aspecto, corroboramos com Soja (1993)¹⁴⁴, e longe de considerarmos as mudanças na história como uma superposição mecânica dos fenômenos, constatamos que elas só se materializam através do encadeamento ininterrupto das etapas envolvidas, uma dimensão de análise que remete ao velho muito mais do que uma simples sujeição ao novo.

Mas vejamos o que se realizou do projeto de desenvolvimento da indústria petroquímica e siderúrgica no Ceará. Primeiramente, é preciso dizer que ela só deu seus primeiros passos depois da retomada de um modelo nacional-desenvolvimentista encaminhado pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva em 2002 (OLIVEIRA, 2011). Na verdade, a consolidação desse modelo se deu mesmo no segundo mandato do Presidente (2007-2010), e como destaca Oliveira (2011), guarda algumas semelhanças com o desenvolvimentismo de Juscelino Kubitschek, sobretudo por investir na formação de um capital produtivo aberto às intervenções do Estado, das empresas estrangeiras e das empresas nacionais.

Obviamente, o novo desenvolvimentismo do Presidente Lula está inserido dentro do contexto da nova configuração de acumulação capitalista, que o deixa mais vulnerável às imposições de um mercado mundializante e desregulamentado. Mas o importante aqui é considerar a recuperação do papel protagonista do Estado Nacional, em especial quando financia e investe na capacidade produtiva a fim de gerar crescimento econômico.

Os dois grandes projetos considerados neste texto são: a refinaria Premium II da Petrobras, a ser construída até 2017, e a Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), investimento de empresas nacionais e estrangeiras planejado para iniciar as operações em 2013. Vejamos como se desdobram as negociações para as suas implantações.

¹⁴⁴ “O idealismo evolucionista disfarça o arraigamento da reestruturação na crise e no conflito competitivo entre o velho e o novo (...), pois ela não é um processo mecânico ou automático, nem tampouco seus resultados e possibilidades potenciais são predeterminados. Em sua hierarquia de manifestação, a reestruturação deve ser considerada (...) desencadeadora de uma intensificação de lutas competitivas pelo controle das forças que configuram a vida material” (Soja, 1993, p. 194).

a) A refinaria Premium II

As manifestações iniciais da retomada política nacional-desenvolvimentista do Governo Federal fizeram com que a gestão de Lúcio Alcântara sentisse, pela primeira vez, a real possibilidade de materializar investimentos em indústria pesada no Ceará. A partir de um novo programa para as empresas estatais brasileiras, a Petrobras anunciou a possibilidade de retomar a construção de refinarias de petróleo, acenando para a implantação de uma unidade no Nordeste do Brasil. Em 2004, alguns estados da região protagonizaram uma grande disputa para ter o direito de sediar a nova refinaria, e entre justificativas técnicas e políticas diversas, predominou o interesse pela instalação do estabelecimento em Pernambuco, no Complexo Industrial do Suape. Na ocasião, a escolha pela localização do empreendimento nos arredores da cidade de Recife se deu em função da preferência do Presidente Hugo Chaves da Venezuela, então parceiro do projeto por meio da Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA)¹⁴⁵.

Isso estimulou a ampliação dos investimentos em infraestrutura no Pecém. Ao iniciar seu governo, Cid Gomes deparou-se com um Complexo Industrial e Portuário que já havia consumido mais de R\$ 7 bilhões em investimentos, aos quais resolveu acrescentar cerca de R\$ 530 milhões somente no terminal portuário, construindo dois berços novos e estendendo a ponte e o quebra-mar¹⁴⁶. Logo a Petrobras anunciou a intenção de construir mais duas refinarias de petróleo, sendo uma no estado do Rio de Janeiro e outra, mais uma vez, no Nordeste. Em 2008, foi decidido que a instalação da nova refinaria, esta bem menor que a Abreu e Lima, seria no Rio Grande do Norte.

A promessa da Petrobras para a construção da refinaria cearense sairia no mesmo ano, mas, desta vez, associada a um fato novo: a usina faria o refino do novo petróleo descoberto nas camadas profundas do litoral brasileiro, conhecido como o “óleo do pré-sal”. Em 2007, a estatal havia anunciado a descoberta da maior província petrolífera do Brasil, localizada em Tupi, litoral paulista, e depois divulgou também outras descobertas na Bacia de Campos, no Rio de Janeiro. As novas fontes de petróleo levaram à discussão da necessidade de ampliar o parque de refino no país e a construção de mais uma refinaria foi aventada. A Petrobras declarou o interesse de construir outra usina, no entanto, esta seria bem maior e sua produção voltar-se-ia inteiramente para o mercado exterior.

Em maio de 2008, o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, adiantou que a nova refinaria da Petrobras não seria mais uma, e sim duas, e localizar-se-iam no Maranhão e no Ceará. A unidade do Maranhão seria a Premium I, com produção de 600 mil barris de

¹⁴⁵ Recentemente, a imprensa nacional informou que o governo venezuelano não vai mais investir na refinaria de Pernambuco, denominada Abreu e Lima. Mesmo assim, a Petrobras está construindo sozinha a usina, que terá capacidade para produzir 200 mil barris de petróleo por dia.

¹⁴⁶ Dados disponíveis em <http://www.cearaportos.ce.gov.br/>. Acesso em 06 de janeiro de 2011.

derivados de óleo por dia, e a unidade do Ceará, a Premium II, com a produção de 300 mil barris. As duas abasteceriam o mercado externo e refinariam o óleo extraído das camadas do pré-sal.

A decisão pela localização desses empreendimentos claramente ganhou uma conotação política. As disputas realizadas pelos estados se estendiam até o Congresso Nacional e muitas vezes o *lobby* para influenciar a escolha final ocorria dentro dos ministérios, como documentaram os jornais do período¹⁴⁷. Para o Ceará, primeiramente, a Petrobras previu iniciar a produção da Premium II em 2013, com ampliação da capacidade produtiva para 2015. Posteriormente, o cronograma de implantação da usina sofreu várias remodelações e o prazo para o início da produção foi adiado. Em março de 2011, as últimas informações divulgadas pela Petrobras anunciaram um investimento de US\$ 11 bilhões para uma produção de 300 mil barris de derivados de óleo por dia a partir de 2017. Foi revisado também o destino do que será produzido, que agora atenderá o mercado interno, em função do crescimento da demanda por derivados de petróleo no Brasil. Finalmente, a usina deverá gerar diesel com baixo teor de enxofre, querosene de aviação, nafta e *bunker* (Combustível de navio)¹⁴⁸.



Fonte: Jornal *Diário do Nordeste*. Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com>. Acesso em 30 de dezembro de 2010.

Fotos 17 e 18: Apesar da boa articulação política entre Governo Federal e Governo do Ceará, as obras na refinaria Premium II ainda não foram iniciadas

Uma última polêmica demarcou os rumos da discussão na fase final de assinatura do protocolo de implantação do estabelecimento. O terreno no qual será instalada a refinaria Premium II deveria ter sido fornecido pelo Governo do Ceará até 2010. Entretanto, encerrou-se o segundo mandato do Presidente Lula e a área total ainda não havia sido liberada, o

¹⁴⁷ Durante os anos em que as disputas pelos empreendimentos ficaram mais acirradas, os jornais *O Povo*, *Diário do Nordeste*, *Jornal do Comércio*, *Diário de Natal*, entre outros, denunciavam fortes esquemas de ingerência junto às decisões técnicas de implantação.

¹⁴⁸ Disponível em <http://www.ce.gov.br/> e <http://www.agenciapetrobrasdenoticias.com.br/>. Acesso em 01 de março de 2011.

que gerou especulações sobre um eventual cancelamento do projeto. Por trás da demora da liberação do terreno, estava a acusação de que o Governo do Estado havia realizado inúmeras desapropriações indevidas, sobretudo no que tange a expropriação de terras indígenas pertencentes à comunidade Anacés, que povoa um trecho localizado na fronteira entre os municípios de São Gonçalo do Amarante e Caucaia, na Região Metropolitana de Fortaleza. Foram muitas as acusações, principalmente por parte da FUNAI e do Ministério Público do Ceará, sobre o governo, que teria abusado da sua autoridade para acelerar desapropriações na área em foco, ampliando as divergências. Mesmo assim, 96,7% dos 1.954 hectares prometidos foram disponibilizados para a Petrobras no início de 2011. Segundo a imprensa local, um acordo entre o governo estadual e os demais proprietários dos terrenos foi firmado no início desse mesmo ano, o que garantiria a desocupação completa do terreno até agosto¹⁴⁹. Apesar dos atrasos, discordâncias e redefinições; a implantação da refinaria parece hoje uma realidade para o Ceará. Mas para descobrir o papel que o empreendimento terá nos novos rumos da economia do estado será necessário esperar ainda alguns anos.

b) A Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP)

Paralelamente aos imbróglios de instalação da refinaria Premium II, deram-se as negociações para a implantação de uma usina siderúrgica de grande porte no Ceará. As intenções de tornar o estado um importante produtor de chapas de aço remonta os tempos de elaboração do II PLAMEG, como já foi discutido. Na ocasião, o Governo do Ceará havia estabelecido um acordo com a Companhia Siderúrgica Brasileira (SIDERBRÁS), no intuito de patrocinar a construção do estabelecimento na Região Metropolitana de Fortaleza, mas as dificuldades impostas ao Brasil em função de seu endividamento externo para com os capitais multinacionais obrigaram-no a rever seus planos de investimento e sequer as discussões ganharam continuidade. A ideia seria retomada apenas em 1996, quando a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) assinou protocolo de intenções para a implantação de um estabelecimento com essas características no estado. Os encaminhamentos, no entanto, não avançaram e o tema deixou de ser discutido mais detalhadamente durante a década de 1990.

Efetivamente, algo de concreto só se revelou na segunda metade da última década. Outra vez, esperou-se o reposicionamento do Governo Federal quanto ao seu papel de investidor e financiador de setores produtivos considerados estratégicos. Sem embargo, ao contrário do planejamento elaborado para o empreendimento petroquímico, desta vez a

¹⁴⁹ Ver reportagens nos jornais *O Povo* e *Diário do Nordeste*, de 09 de dezembro de 2010.

União entraria apenas como mais uma parceira das negociações. Seu papel seria, através da Petrobras, garantir a matriz energética que alimentaria a produção industrial.

Os demais envolvidos no projeto, Governo do Ceará e capitais privados, operariam mais diretamente para garantir a consolidação das diversas etapas de instalação. Ao Governo do Estado caberia “alavancar” recursos e montar a infraestrutura para certificar o funcionamento da usina. Os capitais privados nacionais e internacionais, se atraídos, deveriam financiar a maior parte dos custos de funcionamento, responsabilizando-se também pela produção.

Isso não implica dizer que a nova indústria siderúrgica poderia prescindir da participação estatal. Como ficou revelado em 2006, quando a Petrobras alegou não poder atender o fornecimento de gás natural a um preço reduzido, descumprindo o acordo estabelecido com o Governo do Ceará na década de 1990¹⁵⁰, assistiu-se a toda sorte de cobranças ou ameaças de abandono do projeto por parte dos capitais privados. O fato resultou em atraso nas negociações e obrigou a realização de sucessivas reuniões entre a diretoria da estatal e os demais interessados. A situação só foi resolvida em novembro de 2007, quando o Presidente Lula anunciou uma reviravolta na matriz energética que seria oferecida pela Petrobras. Em função das dificuldades com a oferta de gás natural, a estatal substituiria o produto por carvão mineral, garantindo também uma oferta capaz de atender a demanda de uma planta bem maior do que o projeto original.

A decisão foi importante para que o estabelecimento pudesse sair do papel, mas alertou a comunidade local e os movimentos sociais envolvidos nas lutas pela questão ambiental, pois o uso do carvão mineral para a obtenção de energia é antigo e já demonstrou as consequências ambientais que pode causar. Além da quantidade de gás carbônico a ser emitido na atmosfera, há um alto índice de lançamento de partículas de poeira no ar, o que seria extremamente nocivo para a saúde dos habitantes da região. Em resposta a tais questionamentos, governos e técnicos prometeram que a nova planta reuniria o que há de mais moderno no controle da emissão de gases tóxicos, tudo isso seguindo rigorosos critérios de controle dos poluentes. O uso de equipamentos importados, principalmente de países como a Alemanha, garantiria uma produção sem contaminação ambiental preocupante.

Na ocasião, até mesmo a composição societária do empreendimento foi refeita, em nome de uma solução definitiva para os impasses que foram criados. Inicialmente, a

¹⁵⁰ A estatal brasileira rompeu um contrato firmado com o Governo do Estado em 1996, no qual ficava responsável pelo fornecimento de gás natural à planta, cobrando remuneração de US\$ 3,20 por milhão de BTUS (Unidade Técnica Britânica em inglês), num período em que o combustível custava bem menos que os preços praticados atualmente no país. Com a escalada dos valores, e estimulada pela escassez do produto no Brasil, a Petrobras passou a exigir a quantia de US\$ 5,80 pelo mesmo volume de gás. Para mais detalhes, ver reportagem no jornal Diário do Nordeste, intitulada “do gás ao carvão – mudança no perfil pôs fim a impasse”, de 11 de fevereiro de 2011.

siderúrgica se chamaria Ceará Steel e seria uma parceria formada pelos grupos empresariais Vale do Rio do Doce (Brasil), Dongkuk (Coréia do Sul) e Danieli (Itália). Com as mudanças na matriz energética e na estrutura tecnológica da usina, o grupo italiano Danieli anunciou que abandonaria o projeto. A Vale do Rio Doce e a Dongkuk encaminharam então os procedimentos, anunciando que as obras seriam iniciadas em 2010. Nesse ínterim, outro grande grupo produtor foi atraído para fazer parte do consórcio, a sul-coreana Posco, a maior empresa de produção siderúrgica e de laminação de seu país.

No fim de 2010, os últimos acertos da composição acionária foram montados¹⁵¹ e a nova empresa, denominada Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP), encaminhou a documentação requerida para a instalação de uma planta numa área de cerca de mil hectares no Complexo Industrial e Portuário do Pecém. Segundo informações recolhidas no sítio de divulgação do Governo do Estado e dos grupos investidores¹⁵², estão sendo gastos R\$ 6,8 bilhões para garantir, numa primeira fase que será iniciada em 2013, a produção de três milhões de toneladas de placas de aço por ano. A siderúrgica cearense será então especializada em semi acabados e sua produção deverá ser vendida ao mercado externo, principalmente às próprias sócias do empreendimento, a Dongkuk e a Posco, que farão a laminação na Coréia do Sul e agregarão mais valor ao produto. Posteriormente, uma segunda fase irá dobrar a produção, ampliando sobremaneira a oferta de aço produzido no Brasil.

Caso as previsões se concretizem, de fato o Ceará se tornará um dos maiores produtores nacionais, estimulando efeitos de encadeamento para outros circuitos produtivos, o que repercutirá na atividade industrial como um todo, redefinindo sua estrutura setorial e tecnológica. Eufórico com essas possibilidades, o Governo do Estado encaminha inúmeras obras de estruturação do complexo, a exemplo da construção de uma correia transportadora de cerca de nove quilômetros de extensão, que vai levar carvão mineral do Terminal Portuário até a usina siderúrgica, e da montagem de toda a estrutura de abastecimento de água e drenagem necessária para a inicialização da produção.

¹⁵¹ Do investimento total, a Vale do Rio Doce detém 50% do valor acionário da empresa, enquanto a Dongkuk e a Posco apresentam, respectivamente, 30 e 20%.

¹⁵² Disponível em <http://www.ce.gov.br/>, <http://www.vale.com/pt-br/paginas/default.aspx> e <http://www.dongkuk.co.kr/en/index.aspx>. Acesso em 08 de fevereiro de 2011.



Fonte: PEREIRA JÚNIOR (2010) e jornal *Diário do Nordeste*. Disponível em <http://diariodonordeste.globo.com>. Acesso em 11 de fevereiro de 2011.

Fotos 19 e 20: Terraplanagem da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e correia transportadora de carvão mineral. Ao iniciar suas atividades em 2013, a usina produzirá cerca de três milhões de toneladas de placas de aço por ano.

A confirmação das mudanças supracitadas terá a função de romper as limitações históricas da acumulação industrial cearense, facilitando a captação de investimentos que hoje preferem instalar-se em centros tradicionais da produção nacional. No contexto em que foi descrito o desenvolvimento das atividades petroquímicas e siderúrgicas, um novo perfil industrial se desenha para a economia do estado, demarcando sua entrada numa nova fase.

Esta mais recente configuração resguarda traços do modelo de crescimento industrial seguido pelos empresários-políticos desde a década de 1980, mas, inequivocamente, o supera. Ela parece conservar a parceria entre agentes econômicos privados e o governo estadual, nos moldes dos acordos atualmente estabelecidos, ao mesmo tempo em que destaca a posição do Estado Nacional, que volta a desempenhar um papel de protagonista.

Outra hipótese lançada é a de que a estruturação industrial emergente também está ligada à capacidade de criação de novos sistemas espaciais de organização industrial, os quais repercutirão no grau de concentração das empresas e das riquezas; na velocidade dos deslocamentos; e na geração e qualidade dos empregos. Novos circuitos de redes tendem a ser criados, modificando a funcionalidade e o conteúdo das cidades e das regiões. Inúmeras questões afloram face à projeção do novo: isto proporcionará mais dinamismo econômico, exercendo efeitos contraditórios na organização da sociedade e do território? Ampliará cada vez mais as já exacerbadas desigualdades de renda e de qualidade de vida no Ceará?

As formas e o conteúdo dessa novíssima industrialização em projeto ainda manifestarão suas expressões concretas na sociedade e no espaço. Por ora, devemos nos ater à organização espacial do presente e centrar nossa atenção nos padrões que

resultaram do modelo de modernização produzido nestes últimos anos. Para isso, o estudo dos investimentos subsidiados se faz crucial.

3.2.3. A ATRAÇÃO DE UNIDADES PRODUTIVAS INDUSTRIAIS

Santos (1999 e 2000), reiteradas vezes, insistiu sobre as transformações e os novos elementos constitutivos do momento atual. Para o autor, as circunstâncias históricas e o próprio desenvolvimento da vida interpessoal tornaram o território um dado essencial para a compreensão do movimento das pessoas, das ações e dos objetos. É possível o conhecimento instantâneo do acontecer do outro e, em função disso, produz-se uma espécie de “convergência dos momentos”. Obviamente, só poucos são capazes de utilizar essa “solidariedade” em seu favor, mas quem consegue pode usufruir do mesmo momento a partir de múltiplos lugares e de todos os lugares a partir de um só momento. Em “ambos os casos, de forma concatenada e eficaz” (SANTOS, 2000, p. 28).

A interação descrita materializa-se a partir do movimento articulado do sincrônico e do diacrônico, quando as manifestações particulares e universais se unificam num dado concreto, o próprio território. Essa interesalaridade só se realiza ao combinar também as dimensões chaves que caracterizam esse recorte espacial, quais sejam: a política, a economia e a ideologia. Consolidadas as instâncias, está montada a forma e o conteúdo, ou a forma-conteúdo no dizer de Santos (1996); que forjam a organização territorial como um dado inseparável do resto da vida social. Mais ainda, produz um território que se torna, a cada dia, protagonista no âmbito da efetivação da história.

Os governos que engendraram o projeto de modernização cearense aproveitaram o momento decisivo de renovação política nacional e estadual para efetivar uma industrialização que logrou sucesso fundamentalmente em razão dessa sintonia interesalar e multidimensional. Seu desenho pretendeu afirmar uma transformação burguesa eficiente, capaz de unir acumulação ampliada no território com oferta irrestrita de benefícios fiscais aos agentes capitalistas exógenos. Entretanto, não realizou nada mais do que a inserção do Ceará, enquanto um “lugar de reserva”, nos circuitos espaciais da produção de importantes empresas nacionais e estrangeiras, tecendo complexos círculos de cooperação viabilizadores de uma projeção imagética, política e econômica das elites dirigentes estaduais.

Ao ter o Leste Asiático como modelo para o processo de desenvolvimento econômico, configurou-se uma industrialização que nem mesmo contemplou os encadeamentos entre setores e capitais de diferentes tamanhos. O fato é que, às ofertas de incentivos fiscais, somaram-se uma força de trabalho a baixo custo e uma localização privilegiada em relação

ao mercado internacional para atrair investimentos pouco interessados em tecer aproximações com o lugar.

Por sua vez, na sincronia com o mundo, foi articulada a demanda da política com a capacidade adquirida pelos capitais produtivos e financeiros de acelerar os movimentos por meio de novas tecnologias de informação. Isso fez da relação global/local um sistema integrado em rede que serve aos interesses hegemônicos de acumulação ampliada em curto prazo.

Na perspectiva do Ceará, estão presentes variadas escalas dessa configuração que elege o território como mecanismo de exploração. Identificamos¹⁵³:

- 1) O grande capital produtivo, que escolheu a via da mundialização para coordenar mais intensamente suas atividades de geração de excedente, a exemplo de conglomerados internacionais como a Nike ou a Danone. São empresas que ora estabelecem acordos prolongados com outras firmas subcontratadas para atender demandas de produção, ora investem diretamente no processo produtivo, aproveitando as vantagens que o território cearense tem para oferecer. Para ficarmos nos dois exemplos citados, a Nike tem contrato com pelo menos três empresas nacionais que fabricam calçados sintéticos no interior do Ceará; e a Danone instalou em Maracanaú, na Região Metropolitana de Fortaleza, uma grande fábrica na qual investe expressivo volume de capital.
- 2) Os investidores financeiros que, no estado, fazem-se presentes garantindo empréstimos diretamente ao governo ou às empresas industriais privadas, cobrando altas taxas de juros e impondo metas de rendimento que estão proporcionalmente relacionadas aos níveis de produtividade e lucratividade registrados na indústria, o que não é possível sem taxas elevadas de exploração da força de trabalho. Devemos aqui considerar a maior liberalização permitida aos fluxos financeiros internacionais, já discutido nesse trabalho por meio do tripé desregulamentação / desintermediação / descompartimentalização (BOURGUINAT, 1992). Ela permitiu às empresas cearenses captarem importante volume de recursos por meio de “empréstimos *intercompany*”, em que, ao invés de aporte de capital, o investidor estrangeiro entra com um empréstimo para a empresa local. No Ceará, tais operações estão presentes, sobretudo, na grande indústria têxtil e na indústria de alimentos, constituídas por capitais locais e que dominam o mercado nacional nos últimos anos¹⁵⁴. Segundo reportagens do jornal O

¹⁵³ Essa classificação resulta de uma leitura/síntese dos dados obtidos no quadro do Anexo 02, mas engloba também conjunto de informações colhidas em entrevistas, relatórios, diagnósticos, sítios de internet e reportagens de jornal.

¹⁵⁴ Ver reportagem do jornal *O Povo* intitulada, “Ceará possui 365 empresas com participação estrangeira”, de 31 de maio de 2008.

Povo, publicada em 2008, ao todo, são mais de duas mil participações do capital estrangeiro na economia cearense, seja como investimento direto externo, seja como empréstimo financeiro, o que totaliza uma quantidade superior a R\$ 1 bilhão em recursos atraídos.

3) Os grandes produtores nacionais de bens de consumo, notadamente a indústria intensiva em mão de obra, que a partir da década de 1990, em função da abertura dos mercados no Brasil, deparou com a concorrência capitalista internacional e orquestrou um movimento de realocação das suas unidades produtivas a fim de reduzir custos e manter-se “competitiva”. As indústrias de calçados, de alimentos, têxteis e de vestuários, entre outras, estão entre as que mais utilizaram essa estratégia. Elas negociam vantagens comparativas com os governos cearenses e instalam plantas de grande porte na Região Metropolitana de Fortaleza e no interior do estado, aproveitando virtualidades do território e deslocando o eixo da produção industrial dentro do país, pelo menos no que tange a alguns gêneros.

4) Os investidores nacionais que não necessariamente representam grandes grupos econômicos ou estão vinculados a corporações globais. Eles agem em função das estratégias de externalização dos riscos produtivos engendradas por empresas maiores ou são atraídos pela demanda da grande indústria por insumos e componentes, sem os quais a realização do processo produtivo não poderia se efetivar. Estão incluídos neste rol grandes e médias empresas do Ceará ou de outros estados que complementam a atividade industrial ou realizam a própria produção através de redes de subcontratação. Alguns fatores pontuais que justificam a necessidade dos serviços dessas empresas são os investimentos do Governo do Estado em obras estruturantes, o aumento da produção de energia térmica e eólica e a expansão da indústria de calçados. Tudo isso multiplica os estabelecimentos das indústrias de material plástico, metal-mecânico, químico e de equipamentos eletrônicos. Localizados principalmente em municípios como São Gonçalo do Amarante, Maracanaú, Eusébio e Caucaia, não recrutam muitos empregos formais, mas destacam-se por expandir as atividades intensivas em tecnologia e em capital fixo. Por fim, não podemos negligenciar, ainda neste grupo, a presença de empresas de capital nacional que expandem seus investimentos para o Nordeste, a fim de competirem pelos mercados regionais dominados por concorrentes.

Além de atender a programática de atração de investimentos projetada pelos governos do Ceará, as formas concretas de organização industrial descritas respeitam o imperativo que reproduz os sistemas territoriais do *nouveau monde industriel* (VELTZ, 2008). Eles são

caracterizados por uma tessitura renovada que integra uma rede de relações estabelecidas em múltiplas escalas, geradora de fluxos materiais e imateriais diversos.

As interações espaciais e a divisão interempresarial do trabalho tornam-se mais complexas e a fabricação na indústria cearense tende a envolver diferentes empresas industriais e de serviços, materializando relações produtivas, financeiras e comerciais através da articulação de agentes em várias partes do mundo. É desse modo que se completa a ampla combinação de atividades como operações financeiras, gerências administrativas, estratégias de marketing, *designer* industrial, serviços de transporte e comunicação e a produção propriamente dita, seja de componentes específicos ou do produto acabado.

No território do Ceará, em função das características anteriormente apontadas, centram-se principalmente as atividades produtivas de bens de consumo, isto é, a produção industrial de gêneros intensivos em mão de obra. Muitos destes gêneros têm tradição na indústria cearense em função dos investimentos realizados por capitais locais. No entanto, os capitais atraídos demarcam um novo rumo para o processo produtivo, pois, além da nova composição interescolar, produzem em maior quantidade e voltam-se, muitas vezes, para o mercado internacional, estimulando a produção racionalizada no chão da fábrica e a maior geração de empregos formais.

As políticas econômicas detalhadas ao longo deste capítulo resultaram no referido modelo. Assim, ele é o único eixo de dinamização da atividade industrial estimulado pelos governos cearenses que, de fato, concretizaram elementos significativos de expansão de produção, de comércio e de investimentos.

Ao tomarmos como referência o longo quadro apresentado no “Anexo 02” deste trabalho, confirmamos a eficácia da industrialização subvencionada que legitimou a atração indiscriminada de capitais como meta para a reestruturação das formas de acumulação. Ele traz os principais gêneros da indústria contemplados com a chegada de novos empreendimentos entre os anos de 1995 a 2009, ou seja, cobre praticamente toda a terceira fase da evolução industrial do Ceará. Complementarmente, lista todas as empresas incentivadas pelos governos nos últimos 14 anos, com ênfase, em especial, para a localização específica da unidade produtiva (município), a origem do capital empreendido, o valor inicial aplicado na montagem da fábrica e a previsão dos empregos formais gerados na produção. Em função do amplo conjunto de informações, o quadro será usado continuamente ao longo do texto.

Sua importância é inequívoca. Ele sistematiza informações bastante relevantes e registra o movimento dos capitais no espaço, num contexto de reconfiguração dos arranjos sistêmicos de acumulação capitalista. Garante que alguns agentes hegemônicos sabem e podem usufruir de amplas oportunidades abertas pelo território, mesmo que a estratégia

seja a de realocar indústrias e estabelecer novos circuitos de integração produtiva, ampliando as interações espaciais que lhes dão sentido.

Sem embargo, não podemos deixar de reconhecer também a debilidade de alguns dados fornecidos. Apesar da falta de informações sobre a projeção de empregos formais e o capital aplicado de cada empresa entre os anos de 2003 e 2006 (negadas reiteradas vezes pela máquina burocrática das agências de desenvolvimento), devemos reconhecer também que alguns números expostos no quadro tendem a mudar quando a instalação da fábrica se confirma. Muitas vezes esta mudança redimensiona para cima o investimento, como no caso das indústrias de calçados e de confecções, que, em poucos anos, multiplicam os empregos e os capitais inicialmente anunciados, expandindo sobremaneira suas plantas. Noutras vezes, a empresa não cumpre as promessas de investimento e, assim, a dimensão da fábrica e os empregos gerados se apresentam menores do que a proposta original. Tais dificuldades não tendem a distorcer a realidade da transformação industrial. A maioria dos empreendimentos apresenta-se dentro das dimensões especificadas pela Agência de Desenvolvimento do Ceará (ADECE), como está disposto no quadro.

Dito isso, vejamos como se manifesta o perfil da indústria subvencionada cearense a partir da sua configuração setorial e espacial.

a) Caracterização setorial dos investimentos atraídos

Para analisar setorialmente a indústria subsidiada no Ceará dividimos a sua composição em três categorias, a saber: “trabalho intensivo”, “capital intensivo” e “outros”. As categorias “trabalho intensivo” e “capital intensivo” foram pensadas como representantes dos gêneros que compõem a indústria de transformação (SOARES, SANTOS, TENÓRIO e FRAGOSO, 2007). Enquanto isso, a categoria “outros” abrange os investimentos em indústria extrativa e serviços industriais, estes últimos englobando principalmente as empresas responsáveis pela geração de energia elétrica. Definida esta primeira divisão, tratamos de considerar a Classificação Nacional de Atividade Econômica (CNAE), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e selecionamos os gêneros apontados como os mais relevantes para a atração de estabelecimentos industriais no estado. Assim, a categoria “trabalho intensivo” reúne os gêneros de “Calçados, componentes e afins”, “Alimentos e bebidas”, “Vestuário e artefatos de tecidos”, “Têxtil”, “Minerais não metálicos”, “Madeira e mobiliária” e “Papel, papelão, celulose e borracha”. Já a categoria capital intensivo, abrange os gêneros de “Materiais plásticos”, “Material elétrico, eletrônico e de comunicação”, “Indústria química e produtos farmacêuticos e veterinários” e “Metal-mecânico”.

Arrolados os gêneros mais representativos, as variáveis selecionadas foram o número de estabelecimentos atraídos, a quantidade inicial de empregos gerados e a aplicação de recursos realizada no ato de instalação da empresa. Por fim, como resultado, chegou-se até a tabela 11.

Tabela 11: Número de empresas, aplicação de capitais e geração de empregos formais por gêneros das indústrias atraídas pelo FDI/PROVIN - 1995/2009

Gêneros	Número de empresas	Empregos gerados na instalação	Investimento inicial (R\$)
Calçados, componentes e afins	89	26.687	615.471.265,74
Alimentos e bebidas	77	9.898	515.142.839,00
Vestuário e artefatos de tecidos	73	9.095	293.897.560,39
Indústria metal-mecânica	61	7.266	623.058.732,36
Indústria química e produtos farmacêuticos e veterinários	57	1.349	197.148.110,00
Têxtil	51	6.744	1.364.452.113,00
Indústria de produtos de materiais plásticos	44	1.884	170.968.227,00
Minerais não metálicos	36	1.725	182.584.664,00
Indústria de material elétrico, eletrônico e de comunicação	31	2.418	93.744.020,39
Indústria de madeira e mobiliária	22	1.529	43.846.592,73
Indústria de papel, papelão, celulose e borracha	17	1.495	137.248.939,51
Outras	98	3.874	2.790.303.997,41
Total	656	73.964	7.027.867.061,53

Fonte: Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará (ADECE).

É preciso enfatizar que a leitura que se segue considera apenas os segmentos da indústria que foram beneficiados com os subsídios do FDI/PROVIN, o que implica uma análise que exige complemento posterior. Uma abordagem mais completa, a tratar todas as empresas instaladas no estado em sua composição por gêneros será realizada no fim deste capítulo. Na ocasião, será possível investigar minuciosamente os efeitos da industrialização a partir do papel desempenhado por empresas formais subvencionadas e não subvencionadas, isto é, contemplando um universo mais amplo das firmas por setor.

No caso dos investimentos beneficiados com os incentivos fiscais, é explícito que a categoria mais beneficiada com a atração de estabelecimentos, investimentos e geração de empregos é a de trabalho intensivo, confirmando a hipótese segundo a qual a indústria tradicional foi a mais beneficiada com as políticas de incentivos fiscais. Ela reúne 55,7% das unidades instaladas, 44,8% dos recursos investidos e 77,3% dos empregos iniciais previstos.

Isso demonstra que o deslocamento de empresas de outros estados para o Ceará está sujeito a dois movimentos principais. O primeiro deles é a própria organização da estrutura econômica, das normas e dos objetos técnicos no território, ainda incapaz de proporcionar atração de investimentos em indústria de bens de capital ou de alta tecnologia, revelando o caráter periférico e tardio da industrialização em curso.

O segundo está relacionado às demandas das empresas interessadas em migrar do seu local de origem, como discutido anteriormente. A partir de um conjunto de cobranças determinado pelas novas configurações de acumulação capitalista, as indústrias costumam ceder à força das concorrentes, sendo anexadas por elas, ou abrem-se definitivamente para a guerra econômica sem quartel (PETRELLA, 1996), e se utilizam de estratégias renovadas de reestruturação produtiva e territorial, no intuito de aproveitarem as vantagens da diferenciação espacial.

Dentro deste contexto, o gênero de calçados é de longe o mais atingido pelas mudanças na realidade industrial. Ele se utiliza de atrativos territoriais e apresenta, em 2009, 89 empresas de médio e grande porte, entre elas unidades de produção que mais lembram o conceito fordista da fábrica de *River Rouge*, a enorme unidade da *Ford Motor Company*, instalada durante os anos de 1930 nos Estados Unidos (MENELEU NETO, 2000).

Estas plantas estão espalhadas pela Região Metropolitana de Fortaleza e pelos municípios do interior do estado, gerando expressiva quantidade de empregos formais em áreas onde predominam a agricultura de subsistência e o comércio e serviços ligados ao circuito inferior da economia. Como aponta a tabela 11, somente no ato de instalação dos investimentos, os 26.687 empregos gerados superam em mais do que o dobro qualquer outro gênero instalado.

Obviamente esta quantidade é inicial, tendo em vista que, após uma eventual eficiência na produtividade e na lucratividade dos negócios, esses números podem ser triplicados em poucos anos. Também o volume de investimento é considerável, em especial por se tratar de uma aplicação inicial que superou os R\$ 600 milhões e que se amplia na medida em que as fábricas aumentam o seu maquinário e o número de trabalhadores. Como os dados da tabela são dados de instalação oferecidos por cada empresa, deduz-se acerca de uma dinamização a partir do bom desempenho da acumulação industrial

calçadista. A discussão mais detalhada sobre esse gênero no contexto da terceira fase de evolução da indústria cearense será realizada no próximo capítulo.

Outros gêneros sensivelmente atingidos pelos benefícios estaduais foram os de “Alimentos e bebidas” e “Vestuário e artefatos de tecidos”, que registraram desempenhos parecidos no número de empresas instaladas e na previsão de empregos gerados. Enquanto o primeiro concentra 11,7% dos estabelecimentos atraídos e 13,3% da abertura de postos de trabalho, o segundo mostra resultados praticamente semelhantes, atingindo 11,1% e 12,2% para as mesmas variáveis. No que tange ao capital aplicado para a iniciação do empreendimento, eles seguem com importante participação: juntos, contribuem com 11,5% do que se instalou no estado, desta vez com maior vantagem para o segmento de “alimentos e bebidas”, a registrar 7,3% do total.

Os dois gêneros apresentam tradição na produção industrial cearense e após o reforço das políticas de atração, as fábricas locais ganharam a companhia de importantes produtores nacionais e internacionais. Desde então, a produção de bens tradicionais na indústria de transformação ampliou-se significativamente, com muitas dessas empresas atendendo o mercado externo.

Ao levar em conta o segmento de “alimentos e bebidas”, por exemplo, confirma-se a presença tanto de capitais locais e nacionais, quanto de investidores estrangeiros. No conjunto das empresas cuja origem do capital é local, além de algumas firmas de biscoito e refrigerantes, deve ser mencionada a atuação de grupos como o M. Dias Branco e o J. Macêdo Alimentos, que lideram a produção nacional em seus ramos. O primeiro grupo atende 19,3% do mercado brasileiro de biscoitos e 21,3% do consumo de massas, enquanto o segundo está entre os maiores processadores de trigo do Brasil, comandando também a produção nacional de farinhas domésticas e misturas de bolo¹⁵⁵.

No âmbito nacional, as unidades atraídas são especialmente as fabricantes de cervejas, entre as quais a Ambev S.A., a Heineken S.A. a Schincariol S.A., a Kaiser S.A. e a Premium LTDA, todas localizadas em municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. Estas empresas, segundo os próprios gerentes locais, se instalaram no Ceará objetivando expandir seus mercados nas regiões Norte e Nordeste, mas, a partir da melhoria da produtividade, algumas ampliaram as suas plantas e chegam hoje a atender as demais regiões do Brasil¹⁵⁶.

Quanto às inversões estrangeiras, a atração mais representativa é a da empresa francesa Danone S.A, que constitui o terceiro maior grupo alimentício da Europa, o sétimo maior fabricante de alimentos do mundo e o primeiro em países como França, Espanha e

¹⁵⁵ Ver pesquisa do Instituto A. C. Nielson intitulada “Estrutura do Varejo Brasileiro”, disponível em <http://br.nielsen.com/site/index.shtml>.

¹⁵⁶ Ver reportagem do jornal *Diário do Nordeste* intitulada “Pólo cervejeiro do Ceará abastece Norte e NE”, de 09 de janeiro de 2011.

Itália. A firma resolveu retomar o empreendimento paralisado em 1999 na cidade de Maracanaú e, em 2010, investiu R\$ 60 milhões numa planta com área de 35 mil metros quadrados. Com o início das atividades, emprega 300 funcionários em uma produção de 50 mil toneladas anuais de iogurte das marcas Corpus, Actívia e Danoninho. Segundo técnicos da Agência de Desenvolvimento Econômico do Ceará (ADECE), os acordos para a retomada da Danone no estado incluíram a concessão de 90% de incentivos do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) pelo prazo de dez anos¹⁵⁷.

Desempenho igualmente favorável foi demonstrado pela indústria de “Vestuário e artefatos de tecidos”. Em pesquisa recente divulgada pela Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), o segmento, junto com a indústria têxtil, alcançou a quarta maior produção brasileira, reunindo cerca de 60 mil empregos formais e gerando 16% do PIB da indústria cearense de transformação (FIEC, 2010). De acordo com informações recolhidas no Sindicato das Indústrias de Fiação e Tecelagem do Ceará (SINDTÊXTIL), as empresas cearenses estão retomando uma posição importante no mercado nacional, pois, até a década de 1990, representavam a segunda maior produção do país, caindo, posteriormente, para a sexta posição. O avanço dos últimos dez anos, que não exclui a participação dos empreendimentos externos atraídos, contribuiu para que o gênero recuperasse duas posições neste *ranking*.

Se nos centrarmos exclusivamente no segmento de confecções e vestuários, constataremos a presença maciça de pequenas fábricas face ao total de estabelecimentos deste gênero. São mais de quatro mil unidades produtivas, boa parte delas não registradas, o que dificulta a sistematização das informações, segundo o presidente do SINDTÊXTIL. A estrutura dessas pequenas plantas é, em geral, precária; e a estratégia de fragmentar a produção através da subcontratação de oficinas é frequente. Isso dificulta a compreensão do funcionamento do circuito espacial da produção do setor de vestuário no Ceará, pois a rotatividade do trabalho e da contratação das “facções” (denominação das oficinas que produzem para firmas maiores) é muito grande.

As informações disponibilizadas pelo SINDTÊXTIL, porém, revelam que algumas empresas são estruturadas e capazes de usufruir de maior modernização tecnológica. Produzem, em geral, peças femininas e malharias para crianças e adolescentes, sendo que 51 das fábricas descritas negociam com o mercado externo. São vendas que não registram um faturamento expressivo, na medida em que nenhum dos negócios ultrapassa US\$ 10 milhões. No entanto, no agregado, fazem a indústria de vestuário e confecção posicionar-se entre as líderes de exportação no estado, fabricando em média 20% da produção cearense que é consumida no exterior.

¹⁵⁷ Informações extraídas a partir de entrevistas aos técnicos da ADECE e no sítio da instituição, disponível em <http://www.adece.ce.gov.br/>.

Com o reforço dos investimentos produtivos externos, somam-se a este conjunto de empresas, filiais de importantes grupos nacionais e internacionais, entre as quais a *Malvee Malhas LTDA*, a *Karsten S.A.*, a *Zanotti S.A.* e a *Lunelli/Lunender LTDA*. Na comparação com os estabelecimentos anteriormente descritos, essas fábricas demarcam uma mudança de porte e de padrão tecnogerencial, pois são responsáveis pela inserção de inovações tecnológicas e pela utilização de sistemas produtivos tayloristas/fordistas complexos, que não se recusam, de igual modo, a absorver esquemas organizacionais renovados de trabalho no intuito de ampliar a produtividade e adequar a produção ao ritmo da demanda. Ao representarem grandes capitais produtores de malhas, zíperes e peças de cama e banho, fabricam em plantas industriais de porte elevado, recrutando parcelas crescentes de trabalhadores em longas linhas de produção. A ausência de relações mais estreitas com produtores locais é, entretanto, a marca mais expressiva dessas grandes empresas. Os circuitos espaciais de produção que estabelecem são muito mais de natureza verticalizada e a maior parte de seus fornecedores está localizada em outros estados do Brasil, o que fortalece a noção de uma ocupação industrial incompleta, ou no máximo demarcada pela capacidade de gerar algumas centenas de empregos formais para a população local¹⁵⁸.

Na esteira da produção de tecidos, o gênero “têxtil” é outro a receber destaque no Ceará. Sua tradição remonta ao período da grande produção algodoeira, como já informado no início deste capítulo, o que oportunizou a formação de importantes grupos produtores com forte inserção no mercado nacional e internacional. A Têxtil Bezerra de Menezes S.A. (TBM) e a Santana Textiles S.A., são alguns exemplos de empresas que expandiram seus negócios para além do território nacional e atualmente implantam também unidades produtivas em outros estados brasileiros.

Esse histórico estimulou a formação de um importante pólo produtor, que reúne um número expressivo de empresas de médio e grande porte, principalmente localizadas na RMF. Além disso, o dinamismo produtivo implicou em centralidade, o que gerou economia de aglomeração para atrair importantes grupos nacionais antes mesmo da implantação da política de atração industrial na década de 1980. Ilustra o fato a atuação da empresa Vicunha Têxtil S.A. no Ceará. Esta firma, uma das maiores do Brasil no seu segmento, produz no estado desde 1973, por meio da Fiação Nordeste do Brasil (FINOBRASA), fruto da parceria entre as famílias Steinbruch e Rabinovich com os grupos cearenses Otoch e Baquit. Com o apoio do Governo do Ceará, nos anos de 1980, a empresa ampliou sua participação no mercado interno e introduziu grandes unidades produtivas em Fortaleza e em Maracanaú. Por tal razão, foi um dos primeiros grupos industriais a praticamente relocar sua produção para o estado, abrindo mais filiais em Maracanaú e Pacajus. Com o

¹⁵⁸ Informações disponibilizadas pelo Sindtêxtil.

aumento dos investimentos, foram “construídas as mais modernas indústrias têxteis do país responsáveis pela fabricação do índigo”, segundo o presidente do SINDTÊXTIL.

Ao retomar a tabela 11, podemos analisar também o papel das outras categorias de produção industrial no contexto da atração de capitais. Com base nos dados, a categoria “capital intensivo”, que representa investimentos na produção com maior uso de tecnologias avançadas, teve razoável acréscimo nas variáveis apresentadas. Certamente esse comportamento já era esperado, uma vez que estes gêneros estão vinculados à disponibilidade de máquinas, ferramentas, equipamentos, plásticos, materiais elétricos e produtos eletrônicos para setores que crescem muito no Ceará, a exemplo da construção civil. Mas o salto foi mais significativo do que se esperava e alguns investimentos atraídos para os gêneros metal-mecânico e químico chegaram mesmo a demonstrar melhor desempenho econômico do que empreendimentos em segmentos tradicionais.

No geral, a categoria capital intensivo foi contemplada com 29,4% dos estabelecimentos implantados, 17,4% dos empregos iniciais previstos e 15,5% do total de investimentos. São números relevantes, mas eles alteram pouco da participação da indústria de alta tecnologia na atividade industrial cearense.

Cabe destacar, todavia, o comportamento do gênero metal-mecânico. Historicamente, apesar de não ter expandido o encadeamento do seu circuito produtivo, a indústria metal-mecânica cearense revelou algumas iniciativas localizadas que resultaram na formação de importantes grupos empresariais especializados na produção de variados produtos, tais como eletrodomésticos, tambores de freios, veículos especiais, botijões de gás, pequenas chapas de aço, entre outros. Foi nesse contexto que cresceram empresas como a Esmaltec LTDA, que lidera a produção de fogões e bebedouros no país, a Metaneide LTDA, grande produtora de tambores de freio, a Aço Cearense LTDA, que tem importante participação nordestina na produção de chapas e barras de aço e a Troller S.A., que fabrica veículos especiais.

O desempenho apresentado na tabela inclui a expansão de todas essas firmas, mas engloba também a participação de outras empresas de grande expressão, atraídas por vantagens decorrentes da síntese de benefícios diversos materializados no território. A experiência de três empreendimentos de relevante participação na produção metal-mecânica do país serve para ilustrar esse movimento. Tratamos do exemplo da Mallory LTDA (produção de eletrodomésticos), da CIA Metalic Nordeste (produção de embalagens metálicas em lata) e da Singer do Brasil LTDA (produção de máquinas de costura domésticas e profissionais), firmas de capital externo que estão entre as mais destacadas nacionalmente em seus respectivos ramos, mas que resolveram deslocar sua produção

para o Ceará, deixando em suas cidades de origem apenas a administração corporativa, os escritórios de *design* e os serviços de compra e venda¹⁵⁹.

Mais do que compor um conjunto de investidores que contribui no deslocamento do eixo produtivo de alguns gêneros da indústria brasileira, o percurso seguido pelas firmas citadas é uma representação fenomênica que desqualifica o olhar parcial sobre o movimento dos capitais na organização do espaço. Como são indústrias de elevado capital constante e que contratam um número menor de trabalhadores, o fator mão de obra contribuiu menos para que a decisão de deslocamento fosse tomada. Da mesma forma, a ideia de um mercado dinâmico no Nordeste, que pudesse justificar a transferência da linha de produção dessas empresas a partir das demandas do consumo regional, deve ser totalmente descartada. O dado chama atenção porque as empresas não realizam mais nenhuma atividade produtiva fora do Ceará. Além disso, o maquinário necessário para produzir seus equipamentos tem custo elevado e, em geral, é comprado em países europeus ou norte-americanos, tornando difícil seu deslocamento.

Neste aspecto, a interpretação que vislumbra o conjunto de elementos materializados no território, a incluir as diferentes formas e funções concretamente articuladas, favorece a leitura do fenômeno. Ele corrobora a ideia de que a compreensão das mudanças que consubstanciam o Ceará como um recorte espacial cada vez mais sincronizado com a mundialização perpassa pela leitura articulada das instâncias que o compõem. Fortalece-se aqui a noção de que o Ceará deve ser visto como uma estrutura territorial em movimento, na qual cada escala e cada dimensão socioespacial estão intimamente relacionadas com as demais.

Para o exemplo em destaque, a soma dos elementos disponibilizados pelo território, a saber: incentivos fiscais, mão de obra de baixo custo e localização privilegiada junto a importantes mercados consumidores de fora do país; produziu a síntese espacial estrategicamente utilizada pelos capitais interessados em garantir uma acumulação ampliada, estimulando as medidas de realocação.

Por fim a categoria “outros” também deve ser mencionada no âmbito da participação dos investimentos atraídos. Estão incluídos neste grupo principalmente os grandes empreendimentos em geração de energia térmica e eólica, que, nos últimos 13 anos, expandiram sobremaneira no estado.

As duas usinas térmicas, a Energia Pecém e a MPX Pecém II, localizadas no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, representam a expansão de investimentos associados à chegada da Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) e da refinaria Premium II. Elas estão em construção e programadas para iniciarem as atividades em 2012, mas já captaram importantes financiamentos do governo estadual, em especial a partir do

¹⁵⁹ Informações disponibilizadas por técnicos da ADECE.

FDI/PROVIN. Representam empreendimentos do grupo brasileiro EBX, através da sua subsidiária MPX, com total de investimentos que superam os R\$ 2,5 bilhões. Na capacidade de produção de energia, enquanto a MPX Pecém II objetiva gerar 360 MW (megawatt) ao ano, a Energia Pecém tem uma meta mais pretensiosa, almejando produzir 720 MW. As duas usinas estão com cerca de 90% das obras concluídas¹⁶⁰.

Já a participação das usinas eólicas é mais antiga no Ceará. Há 13 anos o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA), do Governo Federal, realiza leilões públicos de concessões para que empresas interessadas em realizar elevados investimentos possam erguer cata-ventos e geradores capazes de transformar a velocidade do vento em energia elétrica. Inicialmente, três parques eólicos foram construídos no litoral cearense com recursos financiados pelo Governo Estadual. Depois de 2004, entretanto, o PROINFRA iniciou uma ação mais intensiva de atração de investidores, e a abertura de concessões com disponibilização de recursos para o crescimento da matriz energética eólica expandiu sobremaneira. Isso auxiliou o Ceará a atrair alguns empreendedores europeus e brasileiros e o estado passou a liderar a produção nacional com 518,33 MW gerados ao ano, tudo isto produzido nos 17 parques eólicos espalhados pelo litoral¹⁶¹.

Todos esses empreendimentos justificam os dados apontados pela tabela 11, que reserva para a categoria “outros” um volume de capital expressivo (39,7% do total), mesmo que na quantidade de estabelecimentos atraídos (14,9%) e na proposta inicial de geração de empregos (5,2%) o percentual face ao total seja reduzido.

Após analisar a caracterização dos gêneros industriais subvencionados, é preciso descobrir como estes investimentos se distribuem pelo território do Ceará.

b) Organização espacial da indústria subvencionada

A atuação dos gêneros e dos ramos na indústria cearense, resultante das transformações orientadas pelas políticas de atração de investimentos, demonstra como os grupos empresariais reestruturam a produção, a geração de empregos e as diferentes formas de acumulação de riqueza no estado. Mas qual o rebate desse processo no espaço geográfico?

Do ponto de vista do planejamento, todos os documentos de política industrial demonstraram intencionalidade em romper com o modelo de concentração produtiva nas áreas mais dinâmicas, que, no caso do Ceará, corresponde à Região Metropolitana de

¹⁶⁰ Informações disponibilizadas pela ADECE e pela Cearáportos.

¹⁶¹ ADECE.

Fortaleza e às regiões do Cariri e Norte do estado, esta última representada pela cidade de Sobral e sua área de influência direta.

O histórico da produção espacial cearense, entretanto, registra que poucas são as áreas industriais consolidadas, isto é, aquelas verdadeiramente estruturadas pela atividade fabril. Estamos considerando, obviamente, os espaços industriais que resultam da maximização da produção com base em ganhos obtidos por economias de escala, demarcados pela localização de empresas pequenas, médias ou grandes, caracterizadas, notadamente, por linhas de montagem definidas a partir de uma divisão do trabalho. Podemos utilizar, por influência de Fischer (2008, p. 53), o termo zona industrial, que pode resultar de uma intervenção do Estado ou da aglomeração de estabelecimentos produtivos em áreas urbanas adensadas, mas não deixa de se constituir como um “espaço específico ligado a uma infra-estrutura específica”, na qual é desenvolvida a atividade da indústria.

Essas concentrações de atividades produtivas estão relacionadas à capacidade local de dinamizar a economia e criar novos sistemas espaciais onde a indústria inicialmente pouco contribui para a geração de excedente, todavia logo abandona a sua posição residual e assume o controle dos processos de acumulação, acarretando grandes modificações no espaço e no conteúdo das cidades. No Ceará, entretanto, apesar da proeminência que a indústria ganhou ao longo do século XX, outras atividades exerceram historicamente mais impactos sobre as potencialidades econômicas e políticas.

Como a formação do território está vinculada principalmente ao desenvolvimento de atividades ligadas à pecuária e ao plantio do algodão para o mercado externo, os núcleos urbanos melhores servidos de vias terrestres tinham suas praças comerciais mais desenvolvidas, melhor distribuindo também os bens e serviços para áreas vizinhas (SOUZA, 2005). A expansão desse modelo de organização espacial numa área dominada pelo clima semiárido deu à urbanização cearense uma estrutura marcada pelas desigualdades políticas e de oportunidades, na qual poucos centros urbanos diversificaram seus serviços e ampliaram sua área de influência. Mesmo quando o faziam, voltava-se para o desenvolvimento de atividades comerciais, tornando a indústria menos importante para o condicionamento dos processos econômicos.

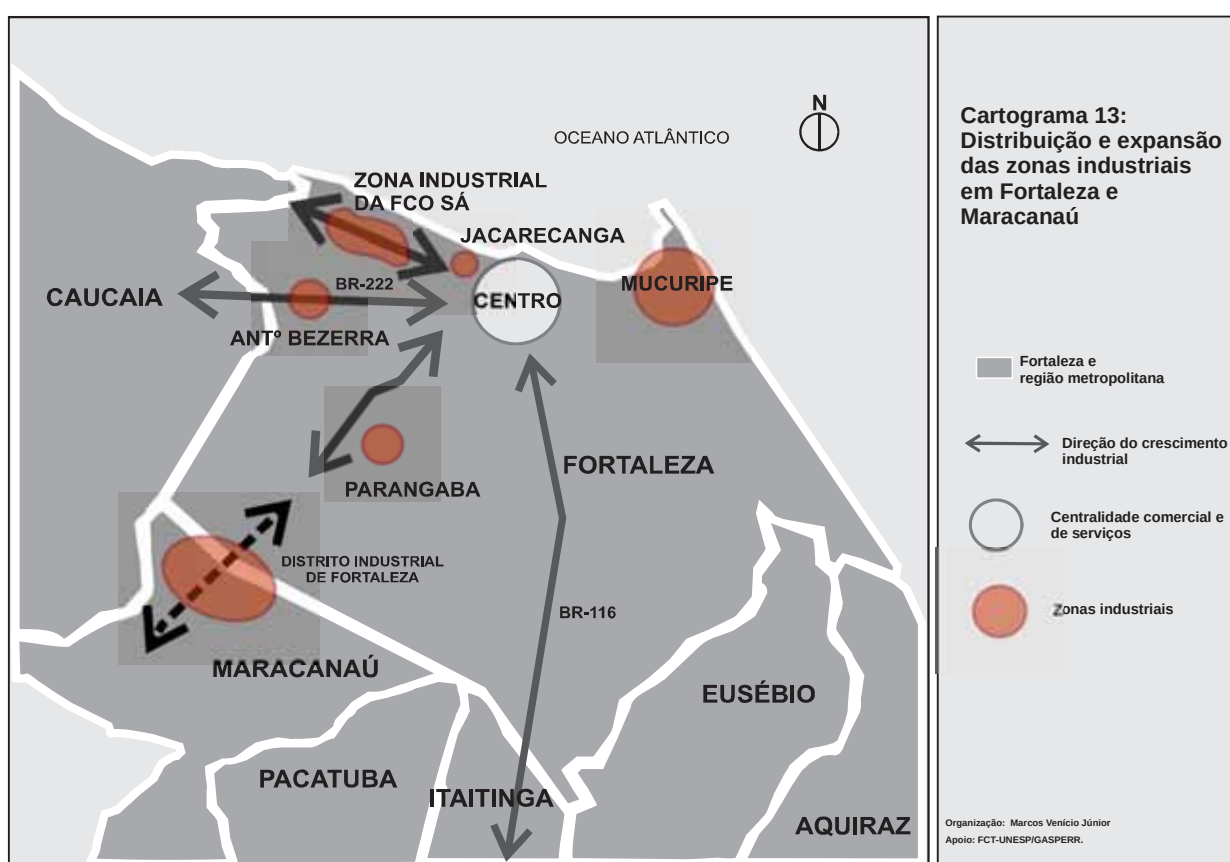
Isso se acentuou quando Fortaleza ampliou sua influência regional sobre todo o Ceará, em meados do século XIX. A cidade, por sua centralidade política e sua disposição junto ao litoral, tornou-se o centro de drenagem e escoamento da produção agrícola de maior valor na província, situação que repercutiu no arranjo territorial das vias e dos fluxos no território. Com as principais vias de acesso convergindo para o litoral fortalezense, a capital intensificou definitivamente sua atuação sobre o interior, ampliando o controle sobre as demais regiões. Por todo o século XX, reforçaram-se as centralidades e, como

consequência, aumentou-se também o controle econômico e político-administrativo (SILVA, 1994 e 2000).

Em síntese, a indústria teve menor influência na evolução da organização espacial e na projeção dos centros urbanos no Ceará. De igual maneira, quando se desenvolveu, ela o fez subordinada à expansão urbana e comercial de centros como Fortaleza, Sobral e Juazeiro do Norte, que reafirmaram sua força econômica ao diversificar atividades produtivas e fortalecer sua infraestrutura fabril.

Fortaleza, todavia, foi a primeira grande cidade a dar passos largos no processo de expansão da indústria. Gradativamente, ela reuniu as condições para a formação de uma primeira zona industrial, que se expandiu do Centro e do bairro da Jacarecanga e acompanhou a Avenida Francisco Sá até atingir outros bairros a oeste (ver cartograma 13). Conhecido como Setor Industrial da Francisco Sá, ou mais frequentemente como Zona Industrial da Francisco Sá, as primeiras fábricas a chegarem neste local foram instaladas na década de 1920, mas só a partir da década de 1950 várias outras plantas foram montadas, predominando os investimentos na indústria têxtil, de óleos vegetais e de alimentos e bebidas (LIMA, 1971).

O crescimento da Zona Industrial da Francisco Sá deu-se de maneira espontânea e não obedeceu a nenhum planejamento urbanístico, o que resultou num flagrante desequilíbrio ocupacional, com consequências para a infraestrutura e a mobilidade da população neste trecho da cidade. Para Lima (1971), foram os baixos valores dos terrenos e a proximidade de bairros onde predominavam população de baixa renda os motivos mais importantes da concentração de estabelecimentos. Mas o fato de se posicionar a oeste do Centro, numa cidade ainda mononucleada, contribuiu sobremaneira para a disposição das fábricas, uma vez que o vento no litoral de Fortaleza sopra de leste para oeste, e esse arranjo favoreceu as classes mais abastadas, que estimularam a instalação das unidades produtivas num ambiente onde pudessem assegurar a distância apropriada dos impactos negativos da produção industrial.



O incremento na indústria pós-1960, com fortes incentivos da política regional da SUDENE, dinamizou completamente o quadro econômico do estado. Além de estabelecer relações com outras regiões do Brasil, a indústria sofreu importante avanço e aperfeiçoou o seu sistema produtivo, ampliando a produtividade e a contratação de força de trabalho, atingindo fortemente os fluxos e a circulação de riquezas no Ceará. Um processo de industrialização começou a ser gerado, com as atividades de produção nas fábricas contribuindo decisivamente para o aumento das taxas de acumulação. Como consequência, a indústria deixou de se tornar uma atividade econômica residual e passou a controlar os ritmos de expansão da economia (AMORA, 1999).

O espaço industrial mais dinamizado do estado, isto é, a capital cearense, sentiu os impactos da transformação. O desenvolvimento dos mecanismos de produção e consumo implicou numa redefinição da fisionomia da metrópole, configurando o que viria a ser a Região Metropolitana de Fortaleza, com a cidade-motriz ampliando o seu raio de influência ao comandar mais diretamente os municípios em sua volta (AMORA, 1999).

No entanto, esta influência não se dava sem limitações, porque os graus de relação não se desenvolviam intensivamente com as sedes municipais vizinhas, constituídas como núcleos pouco integrados à capital. Este momento coincide também com a saturação da Zona Industrial da Francisco Sá e, mesmo que outros bairros da cidade também recebessem alguns investimentos industriais, a exemplo da Parangaba, do Antônio Bezerra (às margens da BR-222) e do Mucuripe (no entorno do porto); o maior congestionamento oriundo da circulação de pessoas e produtos exigia um deslocamento do centro produtivo industrial para fora do perímetro urbano.

Com a planificação resultante do projeto SUDENE, deu-se a proposição de um “Distrito Industrial” para Fortaleza, nos moldes do planejamento territorial e econômico vigentes no período. Foi selecionada uma área em Maracanaú, então distrito de Maranguape, a sudoeste da capital, onde seriam reservados vários hectares para a instalação de fábricas industriais atraídas por incentivos federais, interligadas por vias de acesso ao Porto do Mucuripe e às outras rodovias importantes, como a BR-116. O projeto começou a ser implementado na década de 1960, mas somente em fins dos anos de 1980 se consolidou em razão de uma série de problemas de diversas ordens, principalmente devido à carência de infraestrutura e à precária oferta de água (AMORA, 1978).

Entretanto, quando instalado, o aglomerado industrial dinamizou não só a economia e os fluxos em Maracanaú e Fortaleza, mas o quadro metropolitano como um todo e, por consequência, todo o Ceará, que viu mais ainda seus objetos técnicos e suas ações de comando político e econômico concentrar-se no entorno da metrópole. Para Amora (1999), tais transformações, que obviamente se deram em conjunto com outras alterações no

quadro socioespacial, propiciou um verdadeiro sentido à área metropolitana criada institucionalmente na década de 1970.

Na medida em que evidenciou uma forte gama de relações com os municípios vizinhos, cujo arranjo espacial passou a se organizar de forma hierarquizada, a Região Metropolitana de Fortaleza tornou-se cada vez mais um centro difusor de inovações, transformando o território institucionalmente conhecido como metropolitano numa unidade de funcionamento real.

Nesse sentido, na evolução da organização espacial fortalezense, no início da década de 1990, juntamente à industrialização, somou-se o processo de metropolização, o qual compreendeu não somente uma periferação da cidade, mas, sobretudo, a incorporação de outros núcleos urbanos sob o comando da capital. Confirmou-se, na RMF, o jogo de forças econômicas, políticas, sociais e culturais que consolidaram o domínio da cidade-motriz sobre os municípios do seu entorno, ampliando para um espaço mais densamente urbanizado todo um conjunto de novos objetos e novos fluxos.

Assim, o Distrito Industrial de Fortaleza (DIF) promoveu grandes alterações na organização do espaço urbano regional. Em vez de um tecido fragmentado, com raras manchas de ocupação, emergiu um arranjo metropolitano com linhas rodoviárias e ferroviárias direcionando a expansão urbana, além de vastos trechos do território ocupados com a construção de fábricas e de grandes conjuntos habitacionais, sobretudo na divisa de Fortaleza com os municípios de Maracanaú e Caucaia¹⁶².

É dentro desse contexto que a dinâmica econômica proporcionada pela nova fase de industrialização subsidiada no Ceará procurou redefinir a organização espacial da indústria no estado. A política de atração de investimentos considerou as margens de concentração industrial metropolitana e ofereceu maiores incentivos e facilidades para os empreendimentos interessados em se instalarem fora da área de influência direta da metrópole. Como visto no início deste capítulo, reiteradas vezes as políticas industriais concederam subsídios mais significativos para uma empreitada dessa natureza, traduzidos em melhor financiamento do ICMS ou em maiores garantias de montagem da infraestrutura da planta industrial, além de benefícios cedidos para as empresas que procurassem exportar o produto fabricado.

Em 2003 foi elaborado um plano de desenvolvimento que fortaleceu mais ainda o estímulo a “interiorização”, no qual ficaram estabelecidas novas regras para a oferta de vantagens. A partir de então, a política adotou critérios de pontuação na concessão de facilidades, com os núcleos urbanos mais importantes do interior reunindo as maiores

¹⁶² Já nos anos de 1970 e 1980, foram construídos grandes conjuntos habitacionais na porção oeste e sudoeste de Fortaleza, na fronteira com os municípios de Caucaia e Maracanaú, direcionando o crescimento urbano para este trecho da região metropolitana (SILVA, 2000).

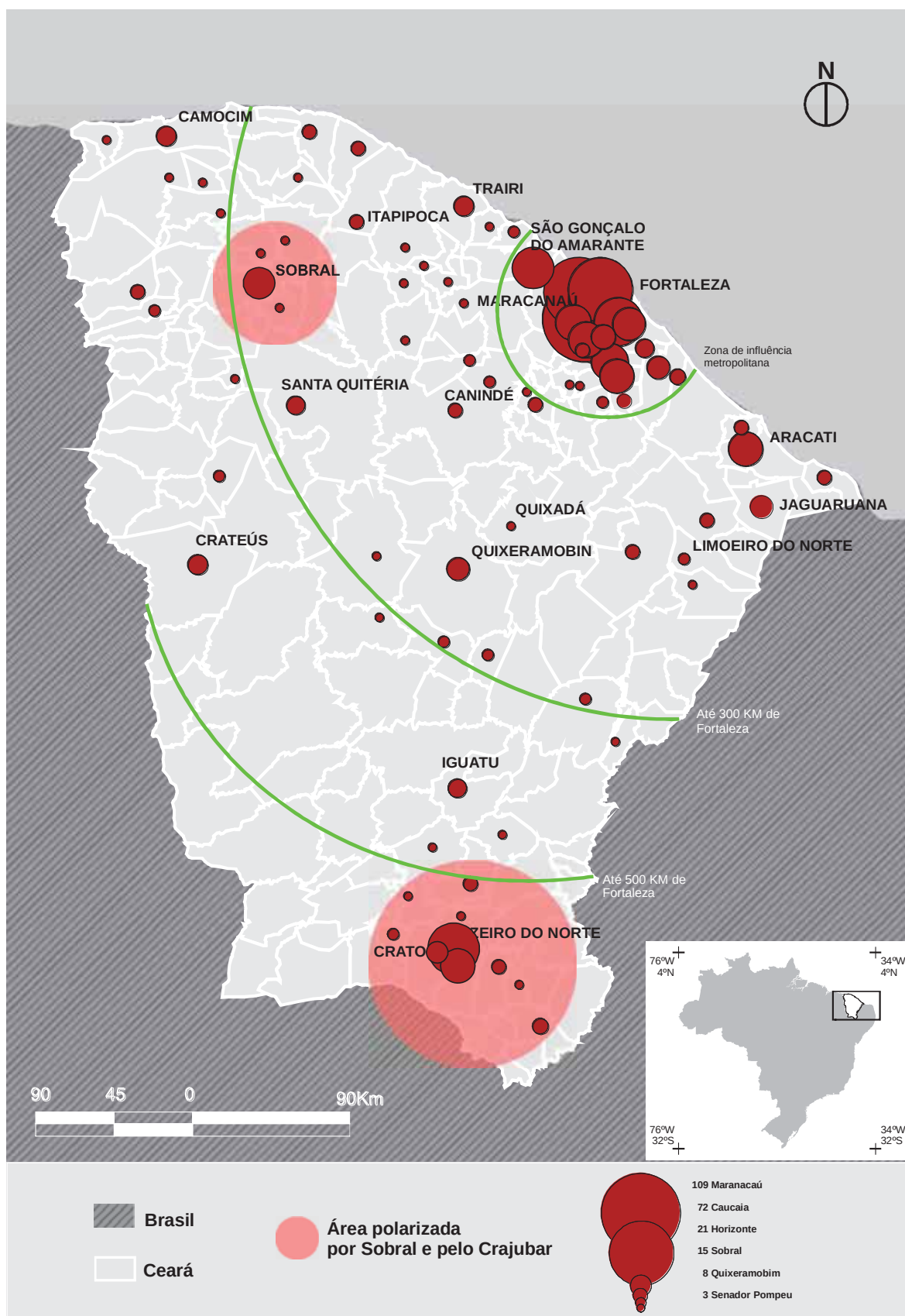
pontuações. Nesta nova proposta, os municípios da RMF ganhavam poucos pontos, o que implicava em benefícios menores, e a instalação industrial na cidade de Fortaleza não garantia ponto nenhum, diminuindo a importância da capital para a atividade industrial.

Merece menção, no programa de 2003, o destaque dado ao município de São Gonçalo do Amarante, que, a despeito dos demais municípios da RMF, recebeu pontuação máxima na oferta de facilidades para a atração industrial. Tal política considerou o projeto de transformar o município no maior aglomerado industrial cearense, aproveitando a estrutura portuária e de escoamento, montada por recursos públicos, ao tentar legitimar a composição de um complexo Industrial e portuário e procurar definir um planejamento territorial específico para a organização produtiva estadual e metropolitana.

Desse modo, seria muito mais vantajoso para o empresariado industrial instalar novos investimentos fora da área de influência da metrópole, principalmente se considerarmos que a maioria das firmas interessadas na relocação produtiva buscava, de fato, ganhos de competitividade associada à isenção tributária e à exploração da força de trabalho, negociando sua produção para os mercados externos. Mesmo assim, se o objetivo era garantir desconcentração industrial a partir das vantagens supracitadas, o mecanismo foi pouco eficiente, como demonstra o cartograma 14.

Apesar de alguma difusão dos investimentos industriais pelo interior, a maior densidade de estabelecimentos subvencionados dá-se nitidamente na RMF, com certa concentração também na região do Cariri e em Sobral. Se usarmos uma metodologia que defina zonas de ocupação e densidade, subdividindo o território do estado em quatro partes e tendo como referência a cidade de Fortaleza, confirma-se a organização espacial citada (ver detalhes no cartograma 14).

Na primeira zona, que corresponde ao anel metropolitano, todos os municípios foram contemplados com pelo menos uma instalação e a capacidade de aglomeração das zonas industriais de Maracanaú, Fortaleza, Horizonte-Pacajus e Caucaia é explícita. A preferência pelo ambiente metropolitano confirma que deslocar unidades produtivas para regiões sem nenhuma tradição industrial tem seus limites e que os fatores de localização da produção ainda respeitam alguns princípios de aglomeração, acessibilidade e interação espacial. Assim, mesmo que a maioria dos empreendimentos subvencionados tenha sido de indústrias tradicionais, a decisão pela centralidade no âmbito do território se faz prevalecer.



Cartograma 14: Municípios do Ceará beneficiados com unidades produtivas atraídas pelo FDI/PROVIN

Numa segunda zona, demarcada por um raio que abrange 300 quilômetros de distância a partir da capital, a densidade de estabelecimentos diminui. Neste trecho, uma boa quantidade de municípios (37) é contemplada com a chegada de empreendimentos. No entanto, foram poucas as unidades produtivas ali instaladas e os municípios que mais concentram investimentos, tais como Aracati e Trairi, desenvolvem, na verdade, atividades ligadas ao criatório de camarão ou à geração de energia elétrica por fontes eólicas, isto é, atraem capitais que não são materializados em fábricas industriais.

Há também casos como o de Jaguaruana, localizado na região do Baixo Jaguaribe, a leste do estado. Este município recebeu benefícios para oito empreendimentos, mas acabou não sendo contemplado com nenhuma inversão externa. Isto se deu porque os novos investimentos não significaram mais do que a retomada da produção de velhas empresas locais produtoras de tecidos e de redes de dormir. Anteriormente, trabalhando com altos custos de produção, as fábricas citadas passaram a receber financiamentos do FDI/PROVIN e o resultado foi a recuperação da capacidade produtiva, o que não legitima necessariamente uma difusão espacial de novos capitais.

As condições concretas que permitiram a atração de capitais externos, todavia, foram materializadas nos municípios de Sobral, Quixeramobim, Santa Quitéria, Canindé, Quixadá e Itapipoca. Eles foram contemplados com empresas novas e sentiram a realidade econômica local fortemente alterada em função do aporte de recursos. Porém, ao dar mais atenção aos empreendimentos ali instalados, é possível perceber que o gênero de calçados reuniu praticamente todas as fábricas montadas. Como a estratégia do segmento calçadista diferencia-se da dos demais setores da produção industrial no estado, podemos afirmar que o exemplo citado foge um pouco do padrão espacial assumido pela indústria subvencionada no Ceará, como será trabalhado no próximo capítulo. A indústria calçadista agiu de maneira mais desconcentrada e este comportamento contribuiu para que esta segunda zona pudesse ser melhor atendida por novos investimentos industriais.

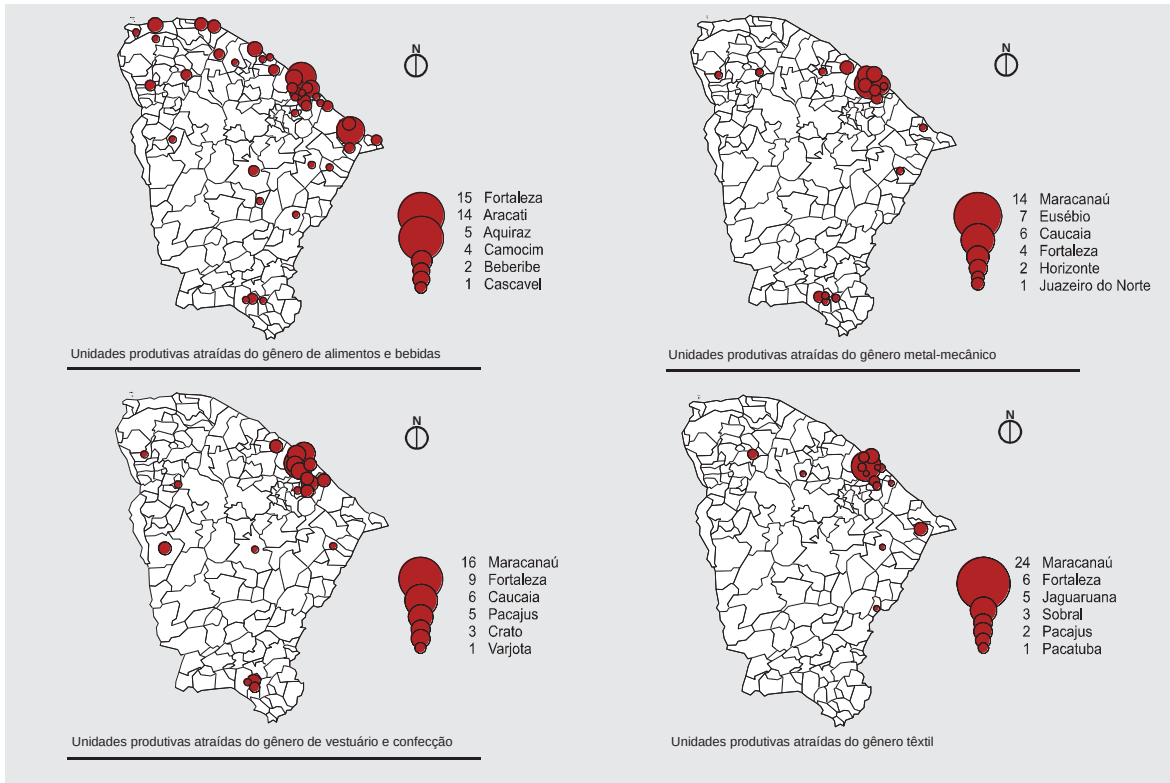
Finalmente, temos a terceira e a quarta zona de instalação de estabelecimentos, onde praticamente não há alteração nas formas mais antigas de distribuição da indústria. A paisagem da caatinga não foi aqui alterada em nome da implantação de fábricas industriais e a monotonia dos espaços agrícolas do sertão só é interrompida com a presença de poucas unidades produtivas nos maiores centros urbanos, notadamente nas cidades de Iguatu, Crateús, Tianguá, Camocim e nos núcleos mais importantes da região do Cariri. Mais uma vez, a indústria de calçados definiu os rumos da ocupação. Ao seguir um modelo de organização espacial muito mais preocupado com os custos de mão de obra, o gênero contempla, com grandes e médias plantas, as sedes dos municípios citados, confirmando

que seus circuitos de produção fundamentam-se em arranjos territoriais de descontinuidade, todos eles integrados a partir de densas redes de fluxos.

Nas zonas em análise, uma ênfase deve ser dada à região do Cariri, principalmente o recorte conhecido como Crajubar (Crato, Juazeiro do Norte e Barbalha). Ele integra a expansão dos investimentos regionais com a chegada de capitais externos, sobretudo nos gêneros calçadista, metal-mecânico, químico e de confecções. Juazeiro do Norte é, sem dúvida, o município que melhor expressa o fenômeno descrito. Além de uma maior quantidade de empresas fabricantes de joias, peças de vestuário, refrigerantes, móveis e produtos de couro, é no seu território que se desenvolve um sistema industrial localizado de calçados, a reunir empresas dos mais diversos tamanhos. Todas estas fábricas ganharam a companhia de empresas externas do segmento metal-mecânico, como a Singer do Brasil LTDA, ou de fabricantes de produtos químicos e de componentes de calçados, como a Lico Tintas Industriais LTDA. Juntas, dinamizam uma produção industrial que resulta da diversificação econômica caririense, mas que é ampliada a partir do reforço de empresas atraídas por subsídios fiscais do governo.

Diante do conjunto de investimentos, podemos destacar também a organização do espaço industrial cearense a partir da decisão de instalação dos gêneros produtivos. Neste aspecto, reiteramos acerca dos parques efeitos de difusão territorial da indústria nos segmentos têxtil, metal-mecânico, de confecção e vestuário e de alimentos. Como representam os setores mais contemplados com os incentivos do governo, a análise da distribuição espacial dessas indústrias dá uma boa noção das decisões de certos capitais face à industrialização que se materializa. Excluimos o gênero de calçados da investigação não só porque ele será trabalhado separadamente no próximo capítulo, mas também porque sua decisão de realocação industrial subverte a configuração espacial escolhida pelas outras indústrias.

Assim, como podemos visualizar no cartograma 15, ao contrário da estratégia territorial calçadista, os demais gêneros caracterizam-se por produzir um espaço industrial muito mais concentrado, onde as redes de fluxos interestelar existem, mas estão montadas sob uma base menos difusa.



Fonte: ADECE. Base Cartográfica do IBGE, 2007.

Organização: Edilson Pereira Júnior
Apoio: FCT-UNESP/GASPERR.

Cartograma 15: Unidades produtivas atraídas por gêneros

O cartograma também revela que, entre os segmentos industriais mais representativos da industrialização subsidiada, somente o de alimentos e bebidas garantiu a instalação de estabelecimentos para uma porção mais ampla do território. Além da tradicional concentração nos pólos econômicos, todo o litoral do estado foi contemplado com unidades produtivas, o que revela a importância de atividades como a carcinicultura e o beneficiamento de pescados. Mesmo assim, ao considerarmos as quatro zonas anteriormente citadas, e, entre elas, selecionarmos as mais distantes de Fortaleza, percebemos que a indústria de alimentos raramente atende aos municípios que se distanciam em mais de 300 quilômetros da capital. Em alguns casos, a polaridade urbana dos municípios do Cariri e de Sobral contribui para a atração de empreendimentos. No entanto, quando isso ocorre, geralmente as indústrias responsáveis por tal escolha são de menor porte e sua representação face às demais empresas do estado é pouco expressiva.

Quanto às unidades produtivas têxteis, de confecção e vestuário e do segmento metal-mecânico, a concentração é ainda mais acentuada. Tais gêneros respondem positivamente à proposta de atração industrial montada pelos governos do Ceará, mas praticamente ignoram os incentivos à interiorização, estabelecendo-se exclusivamente na RMF e, em raras oportunidades, também no Cariri ou em Sobral. Enquanto os estabelecimentos de confecção e vestuário e da indústria metal-mecânica ainda dispersam-se timidamente em algumas áreas do interior, um flagrante de alta concentração é revelado pela indústria têxtil. As unidades de produção neste segmento já estavam adensadas em Fortaleza desde muitas décadas, resultado do crescimento industrial que aproveitou a fase áurea da produção algodoeira no estado. Com a expansão das indústrias locais e a chegada de outros investimentos de grande proporção, a configuração espacial da indústria têxtil não foi sensivelmente alterada. Como resultado, novas e grandes fábricas foram instaladas, mas seu raio de ação não ultrapassa os 50 quilômetros em volta da metrópole, beneficiando principalmente municípios como Maracanaú e Pacajus. Este modelo confirma que a indústria têxtil no Ceará apresenta um sistema de relações produtivas, técnicas e financeiras que produz um espaço industrial fortemente marcado pela concentração de estabelecimentos.

Outro recorte poderia ser feito para analisar a produção do espaço industrial no Ceará. Neste aspecto, é possível verificar a distribuição dos estabelecimentos com base na origem do capital, o que contribui para entender a organização do território a partir de investidores industriais externos. Para isso, selecionamos quatro variáveis que nos revelam resultados parecidos com a organização espacial anteriormente descrita (ver cartograma 16).



Fonte: ADECE. Base Cartográfica do IBGE, 2007.

Organização: Edilson Pereira Júnior
Apoio: FCT-UNESP/IGASPERR.

Cartograma 16: Unidades produtivas atraídas por origem do capital

Ao priorizarmos a análise dos investimentos atraídos de fora do estado, constatamos que apenas aqueles provenientes do Rio Grande do Sul (o estado mais presente na instalação de fábricas) fogem à regra da localização concentrada. Isto se dá em função dos empreendimentos gaúchos estarem ligados à indústria calçadista. Ora, se partirmos da hipótese de que a produção de calçados recruta expressiva mão de obra e que o deslocamento de fábricas oriundas da região do Vale dos Sinos se deu especialmente para reduzir os custos com a força de trabalho, não seria prudente para o capital gaúcho aportar nos maiores centros produtivos do Ceará, onde o movimento sindical já tem certa tradição. O uso do território como mecanismo de acumulação ganha aqui um sentido mais contundente. Ele revela a capacidade da indústria moderna de acompanhar os ritmos da acumulação usufruindo das redes de relação para legitimar um circuito produtivo espacial que subverte a lógica da contiguidade.

Os demais investimentos apresentados pelo cartograma 16 produziram outra organização espacial. Enfatizamos os capitais oriundos de São Paulo e de fora do país para concluir que a lógica que estabelece efeitos de aglomeração como princípio para a acumulação foi, neste caso, respeitada. Existe uma razoável divisão no que concerne aos gêneros contemplados pelos investimentos citados, mas a disposição dos estabelecimentos pelo território seguiu inexoravelmente o sentido da concentração territorial e, neste caso, as sinergias da RMF exerceram um efeito decisivo.

No concernente a São Paulo, praticamente não há grande quantidade de capital sendo investido no interior. Quando isso acontece, entretanto, a dispersão é mais significativa em relação ao capital internacional, e tanto a região do Cariri como a de Sobral expressam destaque. Elas produzem principalmente cimento, fornos elétricos e componentes mecânicos. Com a RMF, o efeito é inverso. Para a demanda da metrópole, as empresas paulistas instaladas fabricam uma grande diversidade de produtos, com destaque para plásticos, calçados, malhas, tecidos e material elétrico. Além de representar a produção de mercadorias tecnologicamente mais avançadas, a quantidade de estabelecimentos e da produção é muito maior, confirmando a preferência pelo mercado metropolitano.

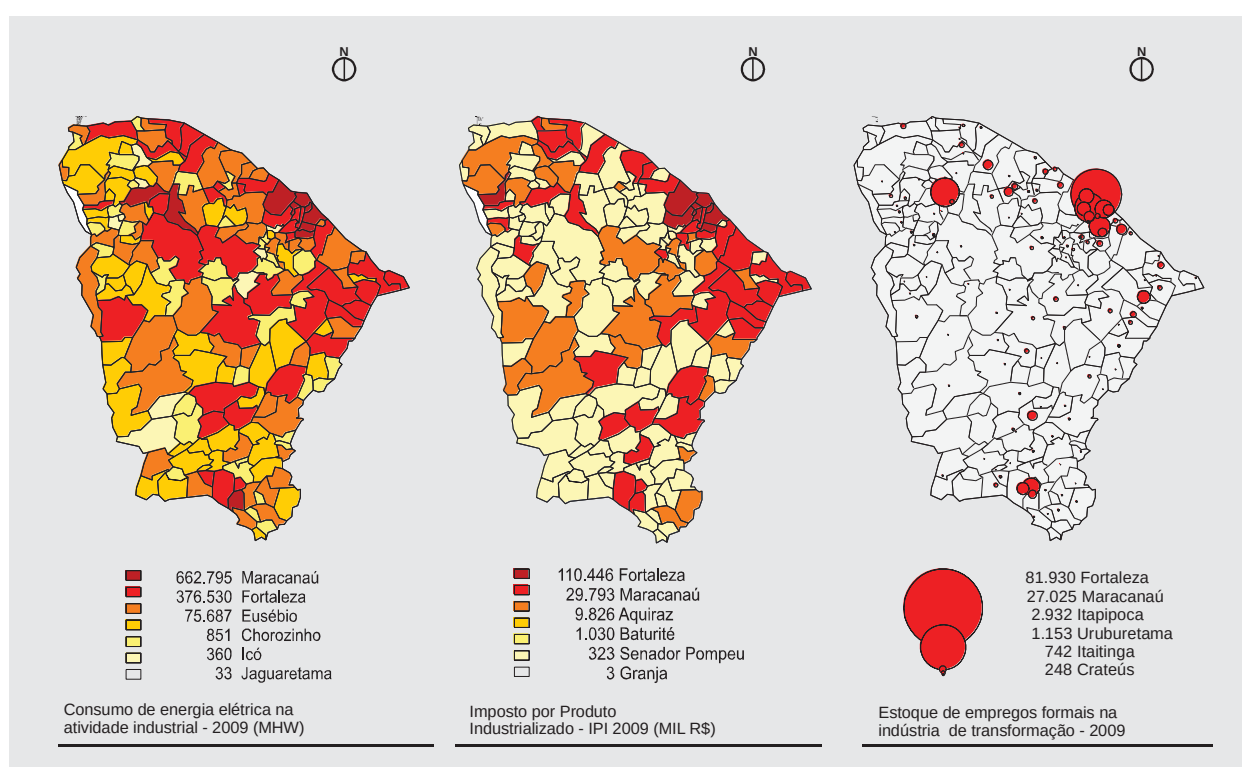
Os investimentos oriundos de fora do país estão em menor quantidade, mas não deixam de respeitar a organização do espaço industrial até agora descrito, isto é, investem pesadamente em Fortaleza e na sua região de influência direta e em bem menor proporção nos municípios do Cariri e no entorno de Sobral, ignorando os demais municípios do estado. Na verdade, a despeito de poucas fábricas que produzem componentes, equipamentos e acessórios para outras indústrias no Ceará, o capital proveniente de outros países se destaca mesmo na montagem de grandes parques eólicos e na fabricação de turbinas e aerogeradores. Com essas características, dificilmente esses investimentos externos prefeririam outros locais que não o litoral cearense, onde é mais conveniente a

materialização desses empreendimentos. Se tivermos que considerar o reduzido número de instalações fora do litoral e da RMF, como registrado no cartograma 16, constatamos que os capitais internacionais estão interessados notadamente na fabricação de produtos de couro ou na produção de alimentos.

O resultado da configuração desenhada pelas unidades produtivas atraídas para o Ceará é a reprodução da lógica concentradora das atividades industriais nas áreas mais favorecidas do estado. O cartograma 17, que sintetiza a dinâmica da indústria cearense a partir de três variáveis relevantes, isto é, o consumo de energia elétrica industrial, a arrecadação do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) e o estoque de empregos formais na indústria de transformação para o ano de 2009; registra que a estrutura espacial resultante das recentes transformações continua concentrando o processo industrial no território.

O fenômeno de maximização dos efeitos de indução em favor da metrópole também prevalece. No cartograma citado, as centralidades apontadas pelas variáveis em foco continuam a favorecer o recorte da RMF sobre as demais regiões do Ceará. A centralidade já era expressiva e com o maior crescimento industrial, os novos ritmos da industrialização só ressaltam a notoriedade metropolitana como lócus de densidade técnica e operacional para a materialização dos investimentos.

Os centros regionais não metropolitanos, numa proporção menor do que em Fortaleza, também registram concentração em relação às demais áreas. Mesmo que o movimento seja mais reduzido, os ritmos industriais em Sobral e no Cariri são significativos, o que confirma que, fora do ambiente metropolitano, a dinamização industrial escolhe as áreas polarizadoras de segunda ordem para desenvolver a sua produção. Isto foi observado em todas as variáveis presentes no cartograma 17, mas os níveis de concentração são muito mais expressivos na arrecadação do IPI e no estoque de empregos formais da indústria de transformação. Eles revelam que as duas regiões citadas participam com indicadores abaixo do desempenho metropolitano, mas estão distantes do padrão predominante nos demais municípios do estado. Já no que tange ao consumo de energia elétrica industrial, municípios como Sobral, Juazeiro do Norte e Crato mostram um comportamento parecido com aquele presente na metrópole e em sua área de entorno. O destaque nesta variável, mais uma vez, vai para Juazeiro do Norte e Sobral. Ao assumirem posições que superam as de todos os municípios do interior, eles confirmam que são os centros regionais de maior expressão industrial no Ceará.



Fonte: IPECE E RAIS. Base Cartográfica do IBGE, 2007.

Organização: Edilson Pereira Júnior
Apoio: FCT-UNESP/GASPERR.

Cartograma 17: Consumo de energia elétrica, IPI e estoque de empregos formais por municípios no Ceará

Devemos citar também a tímida expressão industrial das áreas pouco atingidas com a expansão produtiva da indústria. Mais uma vez, as variáveis de arrecadação de IPI e de estoque de empregos formais na indústria de transformação funcionam como reveladoras do quadro de concentração. Elas ilustram como apenas alguns poucos municípios sentem os efeitos do avanço industrial, e, quando isso acontece, ou as áreas citadas concentram sistemas industriais localizados de modesta expressão econômica ou o município é contemplado com um investimento da indústria de calçados, que costuma selecionar lugares isolados para garantir altas margens de rentabilidade a partir da exploração da força de trabalho. Neste último caso, a inserção de certos municípios no Novo Mundo Industrial é dada pela precarização do emprego e isto legitima o sentido da desigualdade socioeconômica cada vez mais presente no sertão cearense. Esse movimento está longe de atender os interesses de uma política de industrialização distributiva, capaz de proporcionar interiorização do desenvolvimento, mas revela-se eficiente na estratégia de introduzir novas relações de produção e trabalho em áreas distantes, confirmando como certas formas de acumulação na indústria, quando vinculadas aos valores da mundialização competitiva, podem usar o território e o seu arranjo descontínuo como ferramenta para atender novas metas de lucratividade.

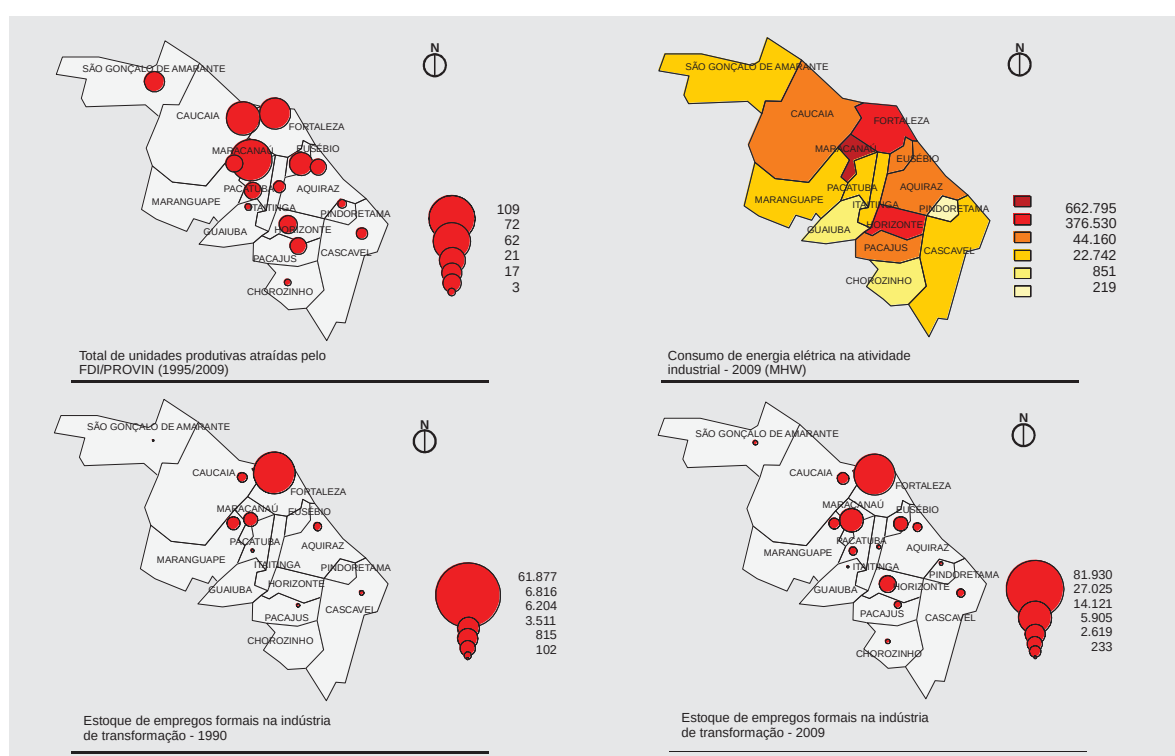
Chegamos até aqui confirmando a hipótese segundo a qual a nova industrialização do Ceará acirra as desigualdades espaciais do quadro produtivo. A despeito do vazio industrial em vastas áreas, a concentração de investimento em certas regiões é explícita. Essa é uma característica espacial do processo de industrialização, mas quando se manifesta no território cearense, onde as desigualdades socioeconômicas são significativas, a tendência ao acirramento da concentração de renda em regiões economicamente mais estruturadas é evidente. O espaço industrial do estado fica demarcado pelo soerguimento de objetos modernos e por uma eficiência das infraestruturas em centros de maior destaque, mas a negligência para com as áreas menos favorecidas permanece, conservando a pobreza do semiárido e ampliando a transferência de riquezas e de habitantes das regiões mais pobres para as regiões mais ricas.

Para concluir a discussão, uma última abordagem pode ser feita no que concerne à organização da indústria no espaço metropolitano. A renovação do quadro industrial na RMF destaca-se pelo desgaste das zonas produtivas antigas, mas afirma-se, notadamente, pela capacidade de criação de novos vetores de expansão, cujas repercussões nas formas e nas funções espaciais metropolitanas são contundentes. No âmbito econômico, algumas mudanças acontecem, tornando mais complexo o quadro de ocupação territorial. Da mesma forma, ampliam-se as redes de relações da metrópole com outras parcelas do espaço, fenômeno reproduzido também na escala do estado e da região, onde os municípios estabelecem intensa articulação urbana.

Como já foi discutido anteriormente, até a década de 1990 a RMF preservava a estrutura industrial montada no período de maior atuação da SUDENE. Neste momento prevaleciam os investimentos locais em ramos ditos tradicionais, com predominância dos segmentos têxtil, de alimentos e de confecções. Referida estrutura, entretanto, sofreu transformação nos últimos anos, em especial a partir de 1995, quando a dinamização econômica dos gêneros supracitados estabeleceu novos laços de integração entre as zonas industriais e os mercados externos. Somado ao maior volume de investimentos de empresas com capital cearense, deu-se a chegada dos investimentos subvencionados. Desse modo, além do desenvolvimento dos gêneros mais antigos, outros segmentos da indústria começaram a ganhar importância, notadamente o metal-mecânico e o calçadista, que passaram a exercer mais influência no conjunto da acumulação industrial. A nova realidade também destaca uma mudança na capacidade produtiva, na qual, a despeito da predominância de fábricas menores, com modesta incorporação de capital e tecnologia, ampliam-se as unidades de grande monta, com uso intensivo de força de trabalho e de tecnologia renovada.

Iniciou-se, a partir daí, um processo de difusão da atividade industrial pela coroa metropolitana. Essa nova organização espacial resultou da ação de empresas que abandonaram Fortaleza para modernizar ou ampliar os seus estabelecimentos, mas também é o produto da mais recente instalação industrial de firmas externas, que respondem positivamente aos benefícios das políticas de atração dos governos do Ceará.

Centramo-nos no debate sobre os rumos dessa expansão considerando os dados apresentados pelo cartograma 18. Ele revela a distribuição espacial metropolitana dos empreendimentos atraídos pelo FDI/PROVIN e outras importantes variáveis, a exemplo do consumo de energia elétrica na atividade industrial e do estoque de empregos formais na indústria de transformação. Com base na leitura do cartograma, constatamos a presença de inúmeras formas espaciais, notadamente aquelas configuradas a partir de localizações difusas, contínuas ou lineares, esta última demarcada em função do arranjo de eixos rodoviários. Mas a maioria dos estabelecimentos está concentrada em pontos ou em zonas industriais, distribuídos pelos municípios mais contemplados pelo avanço da atividade fabril.



Fonte: ADECE, MTE/RAIS e COELCE. Base Cartográfica do IBGE, 2007.

Organização: Edilson Pereira Júnior. Apoio: FCT-UNESP/GASPERR.

Cartograma 18: RMF - Unidades produtivas atraídas pelo FDI/PROVIN, consumo de energia elétrica na atividade industrial e estoque de empregos formais na indústria de transformação.

No que concerne às unidades produtivas atraídas, os municípios de Maracanaú, Caucaia, Fortaleza, Eusébio, Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante apresentam-se como os mais beneficiados. Revelam um duplo movimento de expansão industrial metropolitana que, por um lado, reforça a centralidade já exercida por Fortaleza, Maracanaú e Caucaia, mas, por outro, faz emergir novas concentrações em áreas antes caracterizadas pelo predomínio de atividades agrícolas. Neste contexto, é relevante mencionar o caso de Fortaleza, que, apesar de não receber nenhuma vantagem fiscal para atração de fábricas nos últimos anos, ainda se mantém como um dos municípios que mais aportou empreendimentos. Na verdade, é uma centralidade demarcada por empresas que preferem arcar com os custos das deseconomias de escala da capital a ter que deslocar suas fábricas para lugares mais afastados. O fato é que a proximidade com o mercado consumidor tem peso maior para as metas de lucratividade dessas empresas e os gêneros predominantemente atraídos para Fortaleza, isto é, o de vestuário e confecções, o de alimentos e o de embalagens, atuam considerando essa lógica.

Mas é incontestável o deslocamento dos centros industriais metropolitanos para os municípios do entorno da capital. Alguns deles localizam-se nas franjas periurbanas da cidade (Maracanaú, Eusébio e Caucaia) e o assentamento industrial respeita os arranjos de continuidade do território. Em contrapartida, outros municípios (Horizonte, Pacajus e São Gonçalo do Amarante), experimentam o fenômeno de expansão através da integração descontínua, que pode se dar a partir da orientação de um eixo rodoviário, como é o caso do Corredor Horizonte-Pacajus, ou em função de um zoneamento planejado pelo estado, como o Complexo Industrial e Portuário do Pecém.

As duas outras variáveis apresentadas no cartograma 19 confirmam a tendência ao extravasamento da atividade industrial metropolitana, mas revelam também que duas áreas em especial foram fortemente atingidas pelo atual processo de industrialização. Se analisarmos o consumo de energia elétrica na atividade industrial como um indicador relevante de dinamização produtiva, será possível perceber que, além de Fortaleza, somente Maracanaú e Horizonte demonstram comportamento bastante favorável no que tange à expansão de energia gasta com as linhas de produção numa fábrica. Esta é uma variável que sugere as dimensões de uma planta industrial e da sua capacidade produtiva, indicando altas taxas de modernização caso o desempenho seja favorável. Para Maracanaú e Horizonte, a hipótese se confirma. Além dos antigos estabelecimentos subsidiados pela SUDENE, para lá se deslocaram as maiores plantas industriais, a exemplo da grande fábrica de calçados do Grupo Vulcabras/Azaleia em Horizonte, que emprega diretamente mais de 14 mil trabalhadores, ou das inúmeras fábricas têxteis e do segmento metal-mecânico, que preferiram os distritos industriais instalados em Maracanaú.

A variável estoque de empregos formais na indústria de transformação reafirma o fenômeno descrito. Na leitura desta para o ano de 2009, percebemos a presença marcante da expansão de postos de trabalho nos dois municípios citados. Juntos, eles concentram 25,3% dos empregos formais da indústria, percentual bem acima dos demais municípios da recente expansão industrial. Nesta variável, todavia, Fortaleza ainda se mantém líder na relação com todos os demais municípios, pois reúne 50,3% de todo o estoque de empregos formais na região metropolitana.

Porém, ao compararmos o desempenho de 2009 com o desempenho de 1990, quando a industrialização subvencionada ainda não havia se consolidado, constatamos que muitas mudanças se efetivaram. Enquanto em Fortaleza o estoque de empregos formais face ao total representava 74,9%, em Maracanaú e Horizonte, a mesma variável indicava um percentual de apenas 8,2%, sugerindo que o aumento relativo em favor destes últimos municípios é representativo das transformações em curso.

As alterações espaciais na geração do emprego formal da indústria de transformação apontam para um fenômeno que, definitivamente, confirma a diminuição do crescimento industrial sofrido pela capital. Ele não registra uma diminuição do estoque de empregos formais da indústria em Fortaleza, mas revela que seus ritmos de crescimento têm arrefecido numa proporção inversa ao da expansão de postos de trabalho em outros municípios da região metropolitana.

Em geral, ao constatar acerca da organização espacial da indústria para todo o estado, percebemos que as políticas interessadas na atração de investimentos pela via de subsídios fiscais engendraram relevantes transformações no quadro produtivo industrial cearense, embora seus efeitos no território tenham sido o acirramento dos quadros de desigualdade e o reforço econômico de regiões historicamente já estruturadas.

Assim, mesmo com a preocupação de garantir dinamismo econômico para vastas áreas do sertão, o modelo de desenvolvimento seguido nestes últimos anos dificilmente logrará uma desconcentração econômica e produtiva que possa modificar o quadro de pobreza de isolados municípios do interior do Ceará. Na verdade, a partir da proposta seguida, fortalecem-se as desigualdades e isso torna a metrópole e sua região de entorno, subsidiariamente alguns centros regionais, os ambientes mais propícios à intensificação dos ritmos industriais e econômicos.

O território, então, sente muito mais profundamente os efeitos de uma política tecnocrática fundamentada nos preceitos de uma economia aberta de mercado. De um lado, se materializam espaços de prosperidade e de avanço econômico, a destacar zonas de centralidade empresarial e urbana; e de outro, malgrado aos avanços sofridos pela economia, cria-se uma significativa pressão migratória responsável por transformações

importantes, destacadas, entre outros, pelo aumento da capacidade de os centros urbanos estruturados atraírem e concentrarem uma população de baixa renda.

Vejamos como o conteúdo desse modelo de industrialização atinge mais diretamente a economia, o emprego e as características produtivas da indústria de transformação cearense.

3.3. A NOVA DINÂMICA DA INDUSTRIALIZAÇÃO CEARENSE

Um dos elementos emblemáticos da transformação industrial cearense dos últimos anos é o fato de ela estar vinculada a uma proposta que objetivou implementar uma mudança geral nas formas de vivenciar e compreender a realidade. As estratégias dos governos “mudancistas” propunham conceber a industrialização e a modernização econômica como mecanismos essenciais de superação dos valores conservadores do passado, notadamente no âmbito político.

Do mesmo modo, investiram em práticas discursivas interessadas em celebrar a eficácia das gestões “modernas”, cujos parâmetros ideológicos se diferenciavam do passado exatamente por idealizarem conquistas universais e liberalizantes, capazes de dinamizar a economia e permitir um pleno desenvolvimento da sociedade cearense como um todo.

Mas ao sair em defesa de uma economia completamente aberta, demarcada pela livre iniciativa dos mercados e realizando um ajuste fiscal e tributário da máquina pública nos moldes do receituário ortodoxo das economias liberais, o discurso modernizante do “ideário das mudanças” esqueceu de sublinhar que uma transformação socioespacial com essas características só é possível com a implantação de uma programática político-econômica também conservadora.

Pautar toda uma ação política governamental a partir de uma parceria com capitais externos é permitir que os mesmos tenham as melhores condições para garantir sua reprodução ampliada, sob pena do projeto inteiro não se afirmar e as margens de lucratividade e rentabilidade não atraírem os “agentes basilares” do processo de modernização.

Questiona-se o quanto essas medidas, de fato, representam uma política de desenvolvimento voltada para o bem geral da sociedade. Da forma como é concebida, a programática parece muito mais revelar uma nova estratégia de acumulação capitalista local no seio do processo de mundialização da economia, na qual a participação de agentes exógenos faz-se fundamental. Muda-se a velha arte de fazer política e, em contrapartida, imprime-se um uso diferente do território, onde uma nova elite dirigente afirma-se na

sintonia com parceiros investidores provenientes dos mais diversos lugares, formando um arranjo de acumulação que se ergue sobre uma base agora tornada sincrônica/diacrônica.

Concomitantemente, criam-se as condições para a acumulação necessária da industrialização e para isso reforça-se o território através da técnica e da norma, submetendo-o aos interesses do mercado e colocando-o numa arena de conflitos cujas armas mais eficientes são as ofertas de benefícios a partir da manipulação da política e da estruturação espacial, deixando de lado propostas locais que levem em conta características e interesses verdadeiramente gerais¹⁶³.

É claro que uma política interessada em aplicar um ajuste estrutural capaz de oferecer condições favoráveis de produtividade e lucratividade às indústrias, se feita de maneira bem definida, como no caso cearense, terminará por possibilitar ao território relevantes avanços econômicos. Mas resumir um projeto com essas características a programas assistencialistas de apoio ao capital industrial resulta num modelo de crescimento cuja intencionalidade se faz evidente: garantir a predominância de uma estrutura produtiva de base urbano industrial, com a ação estatal reformulando os fatores responsáveis pela emergência de um novo processo de acumulação. O que se dá é a efetivação de um conjunto de medidas destinadas a instaurar outras configurações nas formas de gerar o excedente, e a industrialização do campo e da cidade passa a mover os rumos da economia e da modernização da sociedade.

Como consequência, ampliam-se as contradições no território, materializadas socialmente através de uma distribuição desigual dos recursos, em que o crescimento das riquezas internas também se dá de maneira concentrada, favorecendo as áreas para onde confluem as melhores condições de produtividade e os mercados consumidores. Ademais, a natureza do crescimento econômico vai estar diretamente atrelada à necessidade de transformar a empresa capitalista industrial na unidade mais rentável da economia e isso, com certeza, não será feito através da liberdade de mercado.

Vejamos como a expressão de alguns indicadores da realidade industrial cearense expõe a contundência do processo no âmbito da industrialização. Primeiramente, a atividade industrial ganha proeminência e pujança econômica nunca antes vista. Se considerarmos a participação da indústria sobre o Produto Interno Bruto (PIB) estadual, constata-se que a mesma cresceu significativamente entre os anos de 1985 e 2008. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nesse período, a participação da atividade no PIB se ampliou em 153,6%. No intervalo considerado, apenas o PIB industrial avançou nesse ritmo, tendo em vista que o PIB do comércio e serviços (107,2%) e da agricultura

¹⁶³ Milton Santos (1999 e 2002), reiteradas vezes, chamou esse fenômeno de “guerra dos lugares”. Em nome da promessa de modernização, territórios travam um combate para oferecer às maiores empresas os melhores dados técnicos e políticos.

(22,7%) apresentaram variações mais modestas (FIEC, 2010). Isso não implicou a perda da hegemonia dos serviços como maior gerador de riquezas para a economia do estado como esperado, pois a expansão industrial repousa sobre uma base estrutural urbana descapitalizada, onde a necessidade da acumulação impõe também uma dinamização de serviços modernos e precários. Por tal razão, indústria e serviços crescem em ritmos galopantes, e representam a fatia mais significativa da riqueza estadual (93,8% para dados de 2008), reproduzindo um modelo de crescimento capitalista que enfraquece a acumulação agrícola e cria as condições concretas para uma acumulação burguesa urbano industrial.

A hipótese levantada é de que a composição desse novo Ceará industrial só se assenta a partir da dinamização da economia urbana como um todo, criando as bases de um modelo de acumulação já conhecido no Brasil desde a década de 1950, mas demarcado por fortes características da organização territorial cearense, onde a concentração espacial da economia moderna em poucas cidades faz emergir uma rede comercial e de serviços ao mesmo tempo avançada e precária, toda ela articulada com a acumulação capitalista industrializada, em geral servindo de apoio para o consumo dentro do ciclo de rotação do capital. Além disso, o Ceará passa a assumir outro papel na divisão territorial do trabalho, assumindo posição mais destacada na lógica do espaço industrial brasileiro que se produz neste começo de século.

Mas voltemos aos números. De acordo com os dados da RAIS, houve um crescimento no número de estabelecimentos da indústria de transformação entre os anos de 1985 e 2009. Antes do ajuste público feito pelos empresários-políticos, o estado contava com 2.189 unidades de produção industrial espalhadas pelo território. Com a efetivação e a consolidação dos diversos mecanismos e planos de governo, em 2009, o número subiu para 9.206, representando acréscimo de 320,5%, índice bem superior ao crescimento do Nordeste (246,8%) e do Brasil (134%) para o período.

Os resultados positivos foram igualmente visíveis na evolução do mercado de trabalho formal da indústria de transformação, uma vez que, nas últimas décadas, o Ceará apresentou um desempenho bem superior ao nordestino e ao brasileiro. Ao diferir do ritmo de crescimento do estoque de empregos formais da indústria de transformação do Nordeste (88,5%) e do Brasil (41,5%), a indústria cearense ampliou em 175% o número de postos entre os anos de 1985 e 2009, expandindo 150.843 vagas no período em análise. Desse modo, enquanto, em 1985, o estado detinha 16,3% do emprego industrial de transformação nordestino e 1,6% do brasileiro, no ano de 2009, essa participação aumentou consideravelmente para 23,9% em termos regionais e para 3,2% no total nacional. Tudo isso no mesmo período em que o Rio de Janeiro (-24%) sofreu significativa redução no seu estoque de empregos e São Paulo (4,4%), Pernambuco (19,4%) e Rio Grande do Sul (31,9%) tiveram reduzida margem de crescimento.

Ao fazer uma relação com os dois estados nordestinos mais industrializados, considerando a evolução do estoque de empregos na indústria, o Ceará também apresentou desempenho favorável. Entre os anos de 1985 e 2009, o estado passou de terceiro para primeiro maior empregador industrial no Nordeste, como mostra a tabela 12. Acumularam-se mais de 150 mil empregos no período, com um crescimento que superou todos os demais estados da região. Enquanto isso, a Bahia expandiu seu estoque de 102.777 para 205.023, isto é, um aumento menos expressivo. Já Pernambuco ampliou o seu estoque de empregos na indústria em apenas 19,4% no período, sendo que as margens de acréscimo mais representativas do estado deram-se nos últimos quatro anos, após a intervenção das políticas do Governo Federal, pois, até 2005, a tendência da indústria pernambucana era de contratar menos trabalhadores com vínculos formais.

Tabela 12: Estoque de empregos formais na indústria de transformação – principais estados nordestinos (1985-2009)

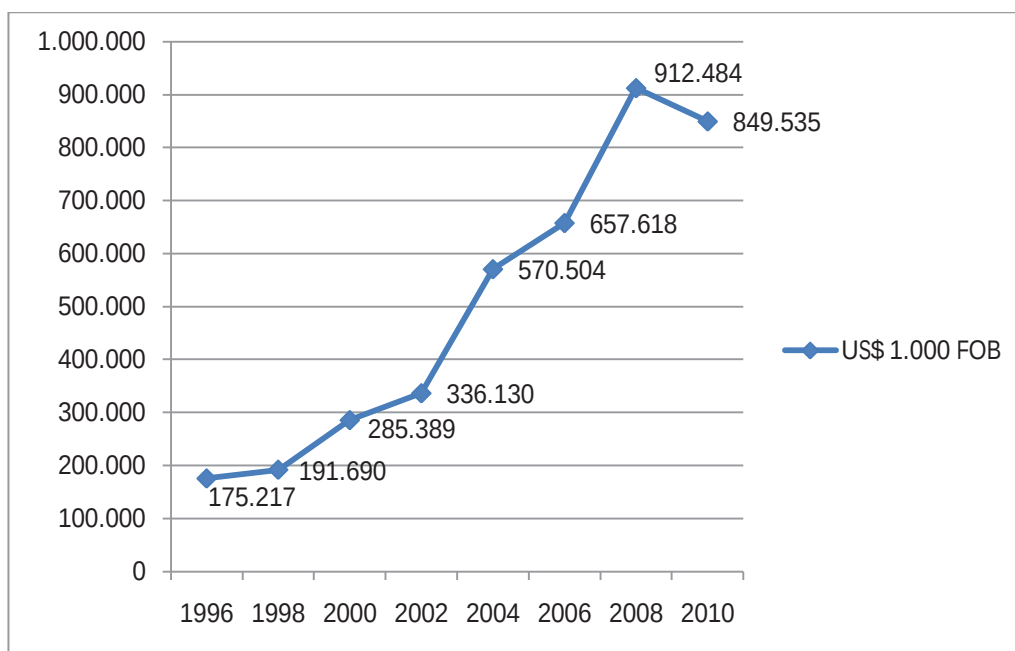
Anos	Ceará	Bahia	Pernambuco
1985	86.008	102.777	177.685
1995	102.481	92.339	148.989
2005	181.265	154.908	160.353
2009	236.851	205.023	212.081

Fonte: MTE-RAIS.

Se avaliarmos a expansão de produtos industrializados na pauta de exportação do Ceará, também perceberemos acréscimo da atividade industrial em um dos mais importantes componentes de dinamização das atividades econômicas do estado: a relação comercial com o mercado internacional.

O Gráfico 08 revela que, de 1996 até 2010, o valor da exportação cearense de produtos industrializados subiu de cerca de US\$ 175 milhões para cerca de US\$ 850 milhões, caracterizando um aumento de mais de 385,5%. Ao observarmos o gráfico com atenção, constatamos que a expansão é gradual no fim dos anos de 1990, quando o maior aumento não ultrapassou os 55%. No entanto, no momento em que as empresas atraídas pelos incentivos fiscais do estado se firmam e ampliam a sua produtividade, o valor dos produtos industrializados exportados dá saltos significativos, dobrando em apenas quatro anos e quase triplicando em apenas seis anos. No ano de 2008, o valor das exportações assume um resultado impressionante, alcançando quase US\$ um bilhão FOB de arrecadação. Esse valor é quase 450% maior que o valor inicial do período em destaque, momento em que as políticas econômicas do governo Ciro Gomes já haviam delineado os

rumos da nova expansão industrial do estado e a segunda gestão de Tasso Jereissati consolidava a programática da industrialização subvencionada.



Fonte: SECEX.

Gráfico 08- Exportação cearense de produtos industrializados (totais por fator agregado - US\$ 1.000 FOB)

A crise financeira que abalou o mercado internacional a partir de 2008 também é representada no referido gráfico, pois, ao fim de 2010, o valor arrecadado com as exportações é quase US\$ 60 milhões FOB inferior. Mesmo assim, o número apontado para este último ano ainda se revela bem acima do alcançado em 2006, o que implica dizer que as perdas não foram tão significativas e o ritmo de expansão apresentado durante a década não foi abalado. Esses dados também revelam um fenômeno marcante para o processo de reformulação econômica apresentado: de tradicional exportador de produtos básicos, o Ceará legitima definitivamente a sua posição de exportador de produtos industrializados.

Se tomarmos como referência apenas os resultados da última década, na expectativa de perceber como vem se dando o desempenho da atividade industrial depois da consolidação dos programas de Lúcio Alcântara e Cid Gomes, constatamos que a indústria de transformação cearense cresceu acumuladamente 17,1%, com ampliação média anual de 2,0% em termos de valor adicionado a preços básicos (IPECE, 2010). Quando comparada com o crescimento da indústria de transformação do Brasil e do Nordeste entre o período de 2002 e 2009, a indústria cearense foi a que mais apresentou resultados

oscilantes na produção industrial, com taxas bem acima da média para os anos de 2002, 2004 e 2006, como revela a tabela 13.

Tabela 13: Taxa de crescimento (%) da produção industrial – Brasil, Nordeste e Ceará (2002-2009)

Local	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Brasil	0,5	-0,2	8,5	2,7	2,6	6,0	3,1	-7,3
Nordeste	0,4	-1,9	8,1	3,0	3,9	3,4	1,3	-4,7
Ceará	0,9	-1,3	11,9	-1,6	8,2	1,2	2,5	-3,8

Fonte: IPECE e IBGE.

Ao dar atenção em especial ao ano de 2009, quando o resultado da crise financeira internacional atingiu plenamente a indústria, o Ceará reduziu sua produção com índices menos críticos que o Brasil e o Nordeste, demonstrando que sua atividade industrial teve mais resistência aos abalos da crise. Um fato relevante demonstra que os anos de crescimento mais significativos da indústria cearense, isto é, 2004 e 2006, representam exatamente os anos em que a economia cearense registrou maiores taxas de crescimento econômico, respectivamente 5,2 e 8,0%. Isso confirma, de certa forma, como o projeto de transformar a indústria num elemento central de acumulação no estado pode ter logrado sucesso, sobretudo porque a simultaneidade da oscilação confirma o quanto o crescimento da economia estadual está vinculado aos saltos da atividade industrial.

Também entre 2002 e 2009 o número de estabelecimentos industriais no estado saltou de 6.418 para 9.206 e o estoque de empregos formais abertos neste período atingiu 82.044 postos segundo a RAIS. No Ceará, entre as atividades econômicas mais relevantes da economia, a indústria de transformação só expandiu menos empregos que os serviços, e ambos os setores têm representação maciça no mercado de trabalho formal (98%), isto sem considerar os números cada vez mais crescentes de um circuito inferior da economia urbana, que toma de assalto Fortaleza e outras cidades do interior do estado e tornar-se-ia possível de ser mapeado apenas com uma pesquisa específica.

O dado, mais uma vez, legitima a forma de acumulação que transforma a economia urbano industrial no parâmetro que vai determinar as relações de produção e consumo no Ceará. Aqui, os serviços vão absorver uma grande quantidade de mão de obra não só pela incapacidade da agricultura ou da indústria de poder fazê-lo, mas simplesmente porque o modelo no qual está assentada a nova modernização cearense só se legitima se oferecer à expansão econômica uma dinâmica espacial urbana adequada, representada, entre outros,

por uma reprodução sem precedentes do comércio e dos serviços nas cidades, notadamente os mais precários.

Um componente expressivo desse fenômeno é que, mesmo ao considerar a crise financeira que desestabilizou o consumo internacional em 2009, incidindo sobre as taxas de consumo dos produtos locais e sobre o emprego formal, a RAIS revela que os últimos três anos foi exatamente o período em que se abriram mais postos de trabalho na indústria e nos serviços no Ceará. Além da indústria estar montada sobre a produção de mercadorias que sofreu pouco com as instabilidades supracitadas, o fenômeno revela também que a acumulação mais recente é o resultado de uma economia urbano industrial plenamente integrada, o que constitui um modelo de acumulação global e contraditório já sentido pelo Brasil, mas agora também experimentado à maneira cearense.

Isto significa dizer que, por reproduzir-se numa base de acumulação marcada principalmente pela pobreza típica das áreas do semiárido, num contexto de forte concentração fundiária e de manipulação oligárquica do poder político, a maneira cearense de sentir essa modernização acentua sobremaneira as diferenças entre a riqueza e a pobreza e entre o tradicional e o moderno, muito mais do que é comum encontrar em outros estados do Brasil. Mesmo assim, os serviços e o comércio desestruturados das cidades cearenses e os níveis baixíssimos de renda e de remuneração dos seus trabalhadores não se apresentam como um obstáculo para o modelo de acumulação vigente, muito pelo contrário. Como uma vez já apontaram Santos (1979) e Oliveira (2003) para o caso do Brasil, toda essa contradição entre a necessidade de uma economia urbana dinâmica requerida pela industrialização e a incapacidade das cidades em preencher completamente tal demanda, multiplicando os serviços precários e o comércio ambulante nas praças e ruas das cidades brasileiras; tem um efeito positivo para a acumulação. Este é um modelo que não vê competição setorial pelo excedente, mas uma transferência de “mais valia” de setores menos modernos às atividades capitalizadas industriais e urbanas da economia¹⁶⁴.

Ao voltar ao indicador industrial do emprego, no que tange ao ano de 2010, mesmo sem os dados divulgados pela RAIS, o IBGE já apresentou estudos nos quais a expansão do emprego na indústria se faz relevante. Segundo a Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (PIMES), o estado mantém o maior índice de crescimento do pessoal ocupado assalariado no país, com 6,6% registrados para o acumulado do ano. De acordo com a mesma pesquisa, foi a indústria de transformação que mais colaborou para os saltos positivos desses índices. Quem acompanhou o Ceará com resultados positivos foram Bahia (6,4) e Pernambuco (6,1), os outros dois estados nordestinos mais industrializados (IBGE, 2011).

¹⁶⁴ Ver também artigo de Arroyo (2008) que atualiza a discussão e sintetiza inúmeras ideias acerca do tema.

A tabela 14, uma síntese de inúmeras variáveis relevantes para a dinamização industrial do estado, apresenta o desempenho da atividade sobre a economia cearense nesses últimos anos. A indústria representa 23,60% do Valor Adicionado Bruto a preços básicos em 2008, emprega 19,98% do estoque de empregos formais em 2009 e possui 12,83% de todos estabelecimentos do estado, também em 2009. Ademais, o setor é responsável pelo consumo de 25,38% da energia elétrica e de 50,63% das fontes de arrecadação do ICMS em 2009, além de representar 66,90% das exportações no ano de 2010. São dados sintéticos que ajudam na leitura também do crescimento industrial sentido pelo Ceará num período mais longo, em especial nos últimos trinta anos, pois antes da emergência de um projeto bem definido de dinamização para o setor, a acumulação industrial não se fazia tão representativa, posicionando-se bem atrás da agricultura, do comércio e dos serviços na geração do excedente econômico.

Tabela 14: Participação da atividade industrial em algumas variáveis da economia cearense (em %)

Variáveis	Percentual da indústria sobre o total das variáveis econômicas
Valor adicionado bruto a preços básicos (2008)	23,60%
Estoque de empregos formais na indústria de transformação (2009)	19,98%
Número de estabelecimentos da indústria de transformação (2009)	12,83%
Consumo de energia elétrica (2009)	25,38%
Exportações de produtos (2010)	66,90%
Arrecadação de ICMS (2009)	50,63%

Fontes: FIEC, IBGE, MTE, MIDC, SEFAZ, IPECE, COELCE.

Mas compreender o papel ativo do território no contexto citado implica também em concebê-lo como uma totalidade num plano de coexistência com outras totalidades, entre elas a totalidade social. Assim, enquanto instância social, produzido a partir da projeção de trabalho organizado coletivamente, o território pode ser compreendido também por meio das relações de trabalho que o caracterizam. No caso da modernização e da industrialização cearense, os indicadores da RAIS para o preço e a qualidade do trabalho que se desenvolve com essa nova forma de acumulação fortalecem algumas hipóteses anteriormente levantadas. Muitos dos dados sinalizam para o sentido da contradição socioespacial, visto

que os níveis de renda e o perfil dos empregos gerados, produtos da nova economia urbana industrial, determinam a forma de inserção dos trabalhadores na sociedade.

Obviamente, apenas algumas variáveis do emprego formal para a indústria de transformação não espelharão totalmente a reestruturação espacial e econômica pela qual passa o Ceará nesses últimos anos. Mas, além da exposição da importante dimensão das mudanças em pauta, a ser enriquecida com resultados do trabalho de campo no próximo capítulo; o recorte de variáveis apresentado a seguir revela muito da base sobre a qual o modelo de industrialização cearense está sendo montado.

Senão, vejamos o perfil do estoque de empregos formais na indústria de transformação segundo faixa de remuneração média mensal de salários mínimos para os anos de 1985 e 2009. No primeiro ano, temos os níveis de renda da indústria que resultaram do momento de intervenção da SUDENE, amplamente marcada por uma mudança industrial realizada por gêneros tradicionais, comandados por capitais locais. No segundo ano, a força da atividade industrial subvencionada pelos governos do Ceará já se apresenta consolidada e os números da faixa de remuneração média que a caracteriza dá excelentes pistas do seu perfil (ver tabela 15).

Tabela 15: Estoque de empregos formais da indústria de transformação do Ceará segundo faixa de remuneração média mensal de salários mínimos – 1985/2009

Faixa de remuneração média mensal em salários mínimos	1985		2009	
	Total	%	Total	%
0,00 a 0,50	310	0,3	896	0,3
0,51 a 1,00	20.719	24,0	24.947	10,5
1,01 a 2,00	50.577	58,8	184. 217	77,7
2,01 a 3,00	5.970	6,9	11.629	4,9
3,01 a 4,00	2.551	2,9	5.037	2,1
4,01 a 5,00	1.382	1,6	2.580	1,0
5,01 a 7,00	1.349	1,5	2.702	1,1
7,01 a 10,00	865	1,0	1.677	0,7
10,01 a 15,00	579	0,6	969	0,4
15,01 a 20,00	284	0,3	355	0,1
Mais de 20,0	328	0,3	385	0,1
Ignorado	1.094	1,2	1.457	0,6
Total	86.008	100	236.851	100

Fonte: MTE/RAIS.

Em linhas gerais, para os dois períodos em análise, as médias de remuneração são baixas e a indústria cearense mostra claramente que se sustenta desde a década de 1980 através de uma exploração recorrente de trabalho barato. Mas é relevante o fato de as mudanças impostas pela modernização terem diminuído a média de remuneração. Se considerarmos as faixas dispostas pela tabela e destacarmos o número de trabalhadores que ganham mais de dois salários mínimos, constatamos que esse total de vínculos representa um percentual pequeno. Pior é observar que, se esse percentual já era reduzido em 1985 (16,3%), ele diminuiu sobremaneira em 2009 (9,9%), quando a indústria cearense passou a pagar menos ainda aos seus empregados formais. Nesse ínterim, é a faixa que representa uma média de remuneração entre um e dois salários a que concentra maior quantidade de vínculos e, como ela parece ter recebido funcionários que antes pertenciam a faixas inferiores (entre meio e um salário) e superiores (acima de dois salários), constata-se que a maior parte dos empregos gerados não faz mais do que multiplicar atividades de baixa renda. Assim, não é nada alvissareiro para a economia do estado saber que 88,5% dos trabalhadores formais da indústria de transformação não recebem mais do que R\$ 900 por mês, segundo valores do salário mínimo de janeiro de 2011. Como a RAIS informa também que 163.344 trabalhadores formais da indústria, em 2009, ganhavam um salário e meio, é possível concluir que 79,7% dos empregados não vivem com mais do que R\$ 810 mensais. A diferença negativa que caracteriza o Ceará é patente, pois, para estas mesmas faixas de renda e remuneração na indústria, o Brasil engloba apenas 29,1% dos seus vínculos empregatícios formais. No que tange à média de trabalhadores da indústria de transformação, que ganha acima de dois salários mínimos no Brasil, o percentual é de 44,6%, isto é, uma quantidade relativa quase quatro vezes maior no comparativo com o Ceará.

Rendimentos em média tão baixos apontariam para um contingente de trabalhadores igualmente pouco qualificados? A tabela 16, que apresenta o estoque de empregos formais na indústria de transformação segundo grau de instrução para os anos de 1985 e 2009 confirma que sim. Em geral, existe grande quantidade de trabalhadores que sequer concluíram o ensino médio, tanto em 1985 (88,5%) quanto em 2009 (49,5%). A vantagem é que o percentual para essa faixa de instrução reduziu quase pela metade no período analisado e o número de trabalhadores empregados com ensino médio completo subiu consideravelmente, passando de 7,8% para 45,2%. São dados que revelam o quanto o trabalhador na indústria está mais letrado, embora o mesmo tenha avançado pouco no que se refere às outras faixas do grau de instrução. Um exemplo disso é o crescimento no número de funcionários que entraram nas faixas de instrução superior completo e pós-graduação. Ao observar a variação no período de 1985 a 2009, percebemos que em 24 anos o aumento é ínfimo.

Mas há um fenômeno curioso no significado da melhor formação do trabalhador industrial. Se cruzarmos os dados da tabela 16 com os da tabela 15 notaremos que a maior quantidade de empregados que tem ensino médio completo também representa a maior quantidade dos que ganham entre um e um e meio salários mínimos. A conclusão a que se chega é a de que completar o ensino médio passou a ser uma exigência para a ocupação do emprego na indústria de transformação cearense. Algumas entrevistas a trabalhadores e supervisores na indústria têxtil e de calçados confirma essa hipótese. Muitas funções nas linhas de produção das fábricas instaladas no Ceará, mesmo que predominantemente organizadas sob um paradigma taylorista/fordista de engenharia com execução desqualificada, não mais aceitam funcionários que não completaram o ensino médio.

Tabela 16: Estoque de empregos formais da indústria de transformação do Ceará segundo graus de instrução – 1985/2009

Grau de instrução	1985		2009	
	Total	%	Total	%
Analfabeto	5.115	5,9	1.442	0,6
Até o 5º ano do fundamental incompleto	26.908	31,2	8.191	3,4
5º ano do fundamental completo	16.463	19,1	8.287	3,4
6º ao 9º ano do fundamental	15.860	18,4	25.043	10,5
Fundamental completo	7.541	8,7	44.893	18,9
Médio incompleto	4.490	5,2	30.217	12,7
Médio completo	6.792	7,8	107.095	45,2
Superior incompleto	917	1,0	5.219	2,2
Superior completo	1.457	1,6	6.268	2,6
Mestrado	0	0	184	0,07
Doutorado	0	0	12	0,005
Ignorado	465	0,5	0	0
Total	86.008	100	236.851	100

Fonte: MTE/RAIS.

Salários reduzidos e baixas qualificações dos empregados contrastam, no entanto, com um indicador de razoável avanço na qualidade das relações de trabalho realizadas na indústria. Estamos falando do tempo de permanência do trabalhador na empresa contratante, que, na tabela 17, está disponibilizado para os anos de 1985 e 2009. Os números evidenciam que o empregado formal passa mais tempo na fábrica do que há 24 anos, o que sugere maior adaptação ao trabalho e, conseqüentemente, estabilidade no emprego. Enquanto que, em 1985, 39,4% dos trabalhadores não ficavam mais do que um ano em serviço, apenas 30,4% permaneciam por mais de três anos. Em 2009, os dados

revelam que se ampliou a estabilidade e aqueles que ficam mais de três anos empregados correspondem a 34,2% do total de trabalhadores, sendo que, destes, 15,7% estão trabalhando entre cinco e dez anos e 6,1% têm mais de dez anos de atividade.

Essa suposta melhoria, no entanto, não qualifica o Ceará como um estado que marca sua atividade industrial a partir de relações de trabalho estáveis e de pouca rotatividade de funcionários em funções específicas. Mesmo com os avanços face aos dados de 1985, a indústria cearense ainda detém a maior parte do seu contingente de trabalhadores entre os que não ficam no emprego por mais de um ano (35,2%), em contrapartida aos que ficam entre um e três anos (30,4%) e aos que ficam por mais de três anos (34,2%). Estes números não diferem bastante da média brasileira, mas, no país, predominam trabalhadores da indústria que permanecem por mais de três anos (36,8%) no emprego. Além disso, estados como São Paulo (42,3%), Rio Grande do Sul (35,6) e Bahia (33,7%), que se colocam entre os mais industrializados do Brasil, concentram a maior parte dos seus trabalhadores em faixas de tempo de serviço mais longevas.

Tabela 17: Estoque de empregos formais da indústria de transformação do Ceará segundo tempo de serviço – 1985/2009

Faixa de tempo de emprego em meses	1985		2009	
	Total	%	Total	%
Até 2,9 meses	10.566	12,2	23.107	9,7
3,0 a 5,9 meses	10.244	11,9	29.185	12,3
6,0 a 11,9 meses	13.217	15,3	31.271	13,2
12,0 a 23,9 meses	17.106	19,8	44.096	18,6
24,0 a 35,9 meses	8.592	9,9	28.009	11,8
36,0 a 59,9 meses	11.729	13,6	29.447	12,4
60,0 a 119,9 meses	11.394	13,2	37.191	15,7
120 ou mais meses	3.127	3,6	14.524	6,1
Ignorado	33	0,03	21	0,008
Total	86.008	100	236.851	100

Fonte: MTE/RAIS.

A rotação de trabalhadores na indústria cearense, portanto, ainda é elevada, mesmo que o fenômeno tenha diminuído relativamente nas últimas décadas. Esse fato, somado aos já apontados anteriormente, parece confirmar a hipótese sobre o modelo de industrialização vigente, que, além ter seguido um processo de desconcentração produtiva de grupos empresariais nacionais e internacionais, utiliza-se da estratégia de difusão do trabalho assalariado barato e pouco qualificado, responsável por reproduzir e ressuscitar modelos de

superexploração da mão de obra, ao mesmo tempo em que introduz formas mistas ou flexíveis nas linhas de produção.

Mas a indústria cearense está longe de representar um modelo de integração produtiva que respeita a tão alardeada especialização flexível e as formas alternativas de produção que contrapõem o modelo taylorista/fordista. Obviamente, não haveria realocação de unidades produtivas para o Ceará sem os avanços da microeletrônica ou a incorporação das transformações tecnológicas e de comunicação, que reorganizaram o espaço industrial no mundo e no Brasil. Esta revolução tecnológica abriu ampla possibilidade territorial de articulação do processo de produção e garantiu fragmentação interempresarial no âmbito da fabricação do produto industrial propriamente dito, que agora passa por inúmeras etapas e lugares até completar sua realização. Mas a nova atividade industrial do Ceará, mesmo estando inserida no contexto da mais recente reestruturação territorial em sintonia com a reestruturação produtiva, materializa transformações gerenciais de maneira menos radical, reproduzindo, na verdade, estruturas de produção industriais muito próximas daquelas compreendidas como tayloristas/fordistas, apesar da incorporação de certas estratégias flexíveis de uso do trabalho e da tecnologia. O perfil parece muito mais demarcado por um modelo misto, que incorpora mudanças como a polivalência do trabalho nos ritmos de produção e a inovação tecnológica no uso de materiais, mas ergue-se sobre uma estrutura produtiva tradicional, inclusive sustentando planos de produção vertical e recrutando inúmeros trabalhadores para uma linha de produção em que o uso da esteira ainda se faz necessário.

A reestruturação produtiva que se assiste respeita as diretrizes já enunciadas por autores como Michalet (2009), Mouhoud, (2008), Veltz (2008), Méndez e Caravaca (1996), Fischer (1994) e Camagni (1993), mas, ao mesmo tempo, como estes mesmos autores percebem quando apresentam seus estudos empíricos, não é capaz de simplesmente substituir os modelos tradicionais por fórmulas radicalmente renovadas de engenharia flexível. O processo em curso no Ceará resulta das novas determinações espaciais da acumulação industrial, que aproveitam as vantagens das novas tecnologias para desintegrarem o processo de produção em diferentes fases e/ou empresas por meio de redes de vínculos. Mas a estrutura industrial e a organização do processo produtivo no chão da fábrica não se alteram radicalmente. A combinação diferenciada de formas de acumulação é uma das mais importantes características do capitalismo. Além disso, a existência de inúmeras fontes de lucros que garantam a transferência do excedente de estratégias menos renovadas para outras mais renovadas legitima a via da organização produtiva verticalizada na fábrica como um modelo ainda não superado.

Esse assunto será trabalhado com mais atenção no próximo capítulo, onde serão selecionadas empresas importantes da atividade industrial calçadista e descritos alguns

detalhes da sua produção. Por ora, a apresentação dos principais gêneros e portes da indústria que cresceu e se expandiu no estado nos últimos anos oferecerá pistas sobre a natureza do processo que queremos descrever.

Os números lidos nas tabelas que se seguem funcionam como um complemento do debate sobre gêneros da indústria cearense já iniciado no item anterior. Como naquela ocasião a discussão contemplou apenas os investimentos subvencionados, estes novos dados incluem a composição dos segmentos industriais de todas as empresas formalizadas do Ceará, portanto, traz uma interpretação mais completa da distribuição setorial no contexto da recente industrialização.

Assim, ao investigar os gêneros da indústria que mais cresceram nos últimos anos, considerando o conjunto de todas as empresas formais do estado, confirma-se que predominam aqueles de natureza tradicional e, entre eles, os mesmos que compuseram a estrutura industrial da fase na qual a SUDENE apoiava efetivamente os investimentos no estado. Isso se dá porque muitas empresas que se modernizaram no período de maior financiamento do FINOR, lograram sucesso também nesta nova fase e agora se legitimam no mercado regional e nacional. Fazem parte desse rol indústrias que produzem bens que se destinam ao consumo direto da população, como as de “alimentos e bebidas” e “vestuário e acessórios”, mas também um grupo de indústrias “têxteis” que se destaca na produção nacional há algumas décadas. São gêneros representados por empresas de grande porte, com alto volume de produção anual e que absorvem importante fatia do total de investimentos no estado, como já descrito anteriormente. Em contrapartida, somam-se a essas firmas várias pequenas unidades fabris que agregam valor à produção e contribuem deveras para a expansão da riqueza industrial.

Segundo a tabela 18, que apresenta a evolução do valor adicionado a preços básicos nos gêneros da indústria de transformação no período de 1996 a 2007, constatamos um salto expressivo no setor, que avança em 274%. Os gêneros considerados tradicionais são os que mais se destacam neste item, entre os quais aqueles que crescem sobremaneira no período, como os de “calçados e artefatos de couro” (647%), “vestuários e acessórios” (300,5%), “minerais não metálicos” (230%), “alimentos e bebidas” (224,5%) e “têxteis” (29%), que representam 68,7% do total do valor adicionado da indústria para o ano de 2007. Alguns gêneros que exigem maior uso de tecnologia para a fabricação de produtos acabados, a exemplo dos produtores de “derivados de petróleo e biocombustíveis” (1.528%), do “metalúrgico” (1.130%), dos produtores de “veículos automotores” (489%), do “químico” (305%), dos produtores de “materiais eletrônicos e equipamentos de comunicação” (263,3%) e dos produtores de “máquinas e equipamentos” (213%) também avançam em grande proporção, mas sua participação ainda é reduzida face ao total de riquezas geradas na indústria (21,3%).

Tabela 18: Valor adicionado dos gêneros da indústria de transformação no Ceará – 1996/2007

Gêneros de atividade da indústria	Valor Adicionado (R\$ 1.000 Correntes)						
	1996	2000	2003	2004	2005	2006	2007
Produtos alimentícios e bebidas	546.272	860.470	1.110.252	1.173.992	1.217.408	1.336.916	1.770.155
Calçados e artefatos de couro	204.809	497.079	1.174.558	1.389.732	1.364.877	1.407.568	1.529.929
Vestuário e acessórios	148.142	202.279	277.260	297.549	323.132	405.335	593.532
Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis	34.692	-	-	-	514.793	591.752	564.241
Têxtil	406.165	769.598	532.635	598.377	467.425	471.818	523.346
Química	89.410	135.440	302.861	497.186	368.279	418.123	362.414
Minerais não-metálicos	79.890	133.014	191.379	258.375	188.116	352.874	263.456
Máquinas e equipamentos	79.553	96.414	106.980	139.727	124.928	206.667	249.051
Metalúrgica	17.106	47.147	86.575	149.153	142.334	174.793	210.905
Impressão e reprodução de gravações	61.027	57.308	93.161	92.292	103.895	120.772	125.924
Produtos de metal	30.008	67.076	92.784	96.548	90.684	136.843	119.504
Móveis e indústrias diversas	9.960	56.909	30.113	72.219	78.418	90.391	99.283
Papel, produtos de papel e celulose	9.403	33.722	87.269	70.504	80.741	89.492	92.913
Borracha e plástico	45.559	46.192	46.878	52.619	54.484	67.892	76.328
Veículos automotores, reboques e carrocerias	10.733	17.623	37.060	67.797	63.853	51.729	63.153
Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	23.304	18.854	28.264	32.980	57.090	53.726	52.090
Máquinas para escritório e equipamentos de informática	-	3.968	4.388	5.002	4.651	6.419	36.946
Aparelhos médicos, de precisão, ópticos e de automação	13.519	20.654	21.205	29.753	37.438	40.283	36.695
Outros equipamentos de transporte	4.640	2.507	6.344	6.282	9.445	18.514	12.340
Madeira	3.282	2.969	4.387	4.700	6.763	9.054	11.822
Reciclagem	678	975	2.158	X	3.148	5.046	6.694
Material eletrônico e equipamentos de comunicações	642	286	14.737	12.948	32.209	7.522	2.332
Fumo	-	-	-	807	107	156	182
Total	1.820.138	3.309.104	4.698.136	5.525.244	5.334.217	6.063.682	6.803.235

Fonte: IBGE e Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC).

É preciso destacar os gêneros que ganharam proeminência ao longo dos últimos anos, em especial os de “calçados e artefatos de couro” e de “vestuários e acessórios”. Estes já possuíam boa representação na década de 1990, mais deram saltos mais

significativos nesta última década, assumindo posições extremamente relevantes na produção industrial. O desempenho do gênero “calçados e artefatos de couro”, por exemplo, está associado ao aumento da produção de pequenas e médias fábricas em cidades como Fortaleza e Juazeiro do Norte, mas a relevância demonstrada na tabela ocorre, sobretudo, devido ao deslocamento das fábricas industriais externas provenientes, principalmente, dos estados do Rio Grande do Sul e de São Paulo.

Da mesma forma, o gênero de “vestuários e acessórios” contou com a participação de pequenas e médias empresas de capitais locais, em especial as localizadas em Fortaleza e na sua região metropolitana. Mesmo que muitos grupos empresariais nacionais também tenham instalado fábricas no estado, uma rede de pequenas e médias confecções se multiplicou, algumas delas vinculadas às formas diversas de superexploração da força de trabalho pela via de falsas cooperativas.

O gênero “têxtil”, de tradição na riqueza industrial, avançou num ritmo bem menor que os supracitados, o que não o impede de ainda representar uma das maiores produções industriais cearenses, com o quinto maior valor adicionado da indústria de transformação em 2007. Se compararmos o seu ritmo de expansão com outros gêneros também representativos, de fato, notaremos instabilidade e inflexão a partir de 2000. Como isso não ocorreu com os outros segmentos, é possível constatar crescimento mais modesto para a indústria têxtil na última década.

Por sua vez, o gênero de “alimentos e bebidas” ocupa, em 2007, a posição mais destacada na geração de valor adicionado, como demonstra a tabela 18. Ele já apresentava essa relevância na década de 1990, notadamente por reunir muitos estabelecimentos de diversos tamanhos com importante participação na produção industrial. A proeminência das grandes empresas locais e a chegada de novos grupos industriais fortaleceu sua liderança e, a partir daí, o gênero passou a revezar com a indústria calçadista o primeiro posto na geração de valor durante a última década.

No que tange ao número de estabelecimentos e o porte dos mesmos, dispostos nas tabelas 19 e 20, constatamos que, ao reunir a produção têxtil e de vestuários e tecidos num só gênero, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), através da RAIS, revela a supremacia da mais tradicional atividade industrial cearense. Além de concentrar o maior número de fábricas desde 1990, ela tem as mais expressivas quantidades de micro, pequenas e médias empresas. Também é significativo o número de unidades de grande porte na indústria têxtil e de vestuários e tecidos, pois, com 13 fábricas em 2009, ela só é superada pela quantidade de unidades da indústria de alimentos, bebidas e álcool etílico. Além disso, o segmento expandiu o seu número de estabelecimentos em 468,3% entre 1985 e 2009, um dos crescimentos mais representativos para todo o setor.

Tabela 19: Evolução dos estabelecimentos dos gêneros da indústria de transformação no Ceará – 1985/2009

Gêneros de atividade da indústria	Quantidade de estabelecimentos					
	1985	1990	1995	2000	2005	2009
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	550	984	1.423	1.851	2.390	3.125
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	584	646	926	1.391	1.613	1.966
Indústria metalúrgica	116	165	248	348	480	667
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	158	194	244	377	479	619
Indústria da madeira e do mobiliário	213	297	326	494	515	602
Indústria de produtos minerais não metálicos	171	222	272	465	493	595
Ind. química de prod. farmacêuticos, veterinários, perfumaria	138	172	233	321	399	478
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	104	168	179	219	323	423
Indústria de calçados	68	109	85	175	221	325
Indústria mecânica	44	57	72	123	132	229
Indústria do material de transporte	17	25	49	65	89	110
Indústria do material elétrico e de comunicações	26	40	34	30	49	67
Total	2.189	3.079	4.091	5.859	7.183	9.206

Fonte: MTE/RAIS.

Outros gêneros que demonstram importante evolução no número de unidades produtivas entre 1985 e 2009 são os de “metalúrgica” (475%), “papel, papelão, editorial e gráfica” (292%), “madeira e mobiliário” (183%) e a indústria de “produtos minerais não metálicos” (248%), para ficarmos apenas entre os que apresentam mais estabelecimentos. Eles, entretanto, reúnem empresas de porte reduzido, principalmente pequenas e médias unidades que, apesar do impacto positivo na produção industrial, recrutam poucos trabalhadores e raramente apresentam firmas que individualmente realizam elevados investimentos (ver tabela 20).

Posições inversas assumem os segmentos de “calçados” e “alimentícios, bebidas e álcool etílico”. A proporção de grandes estabelecimentos para essas indústrias é significativa e isso reflete a importância que elas têm para a produção cearense. Somados à indústria têxtil e de vestuário, representam a supremacia dos estabelecimentos industriais com mais de 500 funcionários contratados (79,1%), o que certamente implica forte presença de empresas mais estruturadas, nas quais a organização produtiva concentra mais capital e apresenta uma melhor disposição de equipamentos, máquinas e instalações tecnológicas.

Tabela 20: Número de estabelecimentos e gêneros de atividade da indústria de transformação no Ceará por porte de empresa - 2009

Ramos de Atividade da Indústria	Porte da empresa			
	Micro	Pequena	Média	Grande
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	2.284	461	75	13
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	1.536	218	58	14
Indústria metalúrgica	523	73	11	3
Indústria da madeira e do mobiliário	478	69	8	0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	492	60	12	0
Indústria de produtos minerais não metálicos	422	119	12	0
Ind. química de prod. farmacêuticos, veterinários, perfumaria	326	97	17	4
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	333	50	5	1
Indústria de calçados	198	59	28	11
Indústria mecânica	182	22	7	1
Indústria do material elétrico e de comunicações	52	6	4	1
Indústria do material de transporte	80	16	6	1
Total	6.998	1.284	247	49

Fonte: MTE/RAIS.

*Micro empresa: até 19 empregados; Pequena empresa: de 20 até 99 empregados; Média empresa: de 100 até 499 empregados; e Grande empresa: acima de 500 empregados.

Se partirmos da hipótese de que a eficiência da geração de riquezas de uma empresa do gênero tradicional da indústria está fortemente correlacionada com o tamanho do seu estabelecimento e o número de trabalhadores contratados, como já sinalizados em outros estudos sobre a industrialização cearense (AMORA, 1978; MENELEU NETO, 2000; RIGOTTO, 2004; ARAÚJO, 2007; BESERRA, 2007; ALMEIDA, 2009 e CARVALHO, 2009), confirmamos que os gêneros citados são os mais representativos do estado. Eles dispõem de maiores ganhos em escala e produtividade geralmente associados ao uso de técnicas tayloristas/fordistas de engenharia produtiva, e destacam-se também por possuírem muitas empresas com estruturas administrativas aperfeiçoadas. Isso implica dizer que são também os que mais apresentam trabalhadores na linha de produção e que suas maiores fábricas correspondem àquelas que mais contratam funcionários, tendo a melhor relação entre estabelecimento e pessoal contratado.

As tabelas 21 e 22 confirmam essas conjecturas. Revelam o estoque de empregos formais por gêneros da indústria e por porte entre os anos de 1985 e 2009. Neste aspecto, a indústria de calçados demonstra uma evolução bastante significativa. Mesmo não sendo atualmente o gênero que mais emprega trabalhadores formais no Ceará, segundo a RAIS, seus indicadores estão muito próximos desta posição e a evolução que eles sentiram no período de 1985 a 2009 foi de incríveis 4.288%. Ao constatar que esses empregos estão concentrados nas firmas de grande porte (83,3%), percebemos que a evolução é inequivocamente um resultado da realocação de unidades produtivas de outros estados a partir da década de 1990, como será demonstrado no próximo capítulo.

Tabela 21: Evolução do estoque de empregos formais por gênero na indústria de transformação no Ceará – 1985/2009

Ramos de Atividade da Indústria	Estoque de empregos formais em 31 de dezembro					
	1985	1990	1995	2000	2005	2009
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	29.344	35.008	34.574	48.485	52.449	65.959
Indústria de calçados	1.420	1.525	6.339	27.287	44.268	62.365
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	25.971	25.672	33.361	30.900	35.641	43.415
Indústria metalúrgica	4.805	5.427	5.636	5.502	7.601	12.774
Ind. química de prod. farmacêuticos, veterinários, perfumaria	6.028	5.228	5.647	6.162	9.284	12.061
Indústria de produtos minerais não metálicos	5.157	6.296	3.934	7.186	7.495	10.324
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	3.297	3.715	3.827	4.336	5.862	7.656
Indústria da madeira e do mobiliário	2.366	3.361	3.320	4.955	5.619	6.918
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	4.470	4.939	2.538	3.894	6.009	6.392
Indústria mecânica	1.352	1.568	1.260	2.364	2.776	3.876
Indústria do material de transporte	579	745	660	1.211	2.212	3.125
Indústria do material elétrico e de comunicações	1.219	1.378	1.385	1.321	2.049	1.976
Total	86.008	94.862	102.481	143.603	181.265	236.851

Fonte: MTE/RAIS.

Mesmo ao crescer numa proporção bem inferior à indústria calçadista, os gêneros “têxtil, vestuário e artefatos de tecidos” e “produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico” são

os outros grandes destaques na geração de empregos formais da indústria de transformação em 2009. Suas empresas são as que mais recrutam trabalhadores desde 1985 e, somadas às unidades de produção de calçados, reúnem 72,5% dos vínculos formais no estado. Bem como a indústria produtora de calçados, uma boa quantidade de empregos gerados nesses gêneros está concentrada em empresas de grande porte, mas é importante mencionar que o contingente mais representativo de trabalhadores emprega-se em micro, pequenos e médios estabelecimentos. São 67,7% do estoque para o gênero têxtil e vestuário e 66,4% para o gênero de alimentos e bebidas.

Tabela 22: Estoque de empregos formais nos gêneros da indústria de transformação do Ceará por porte de empresa - 2009

Ramos de Atividade da Indústria	Porte da empresa*			
	Micro	Pequena	Média	Grande
Indústria de calçados	1.403	2.554	6.459	51.949
Indústria têxtil, do vestuário e artefatos de tecidos	12.886	18.098	13.734	21.241
Indústria de produtos alimentícios, bebidas e álcool etílico	8.071	8.711	12.052	14.581
Indústria metalúrgica	2.684	3.036	2.546	4.508
Indústria da madeira e do mobiliário	2.523	2.618	1.777	0
Indústria do papel, papelão, editorial e gráfica	2.382	2.681	2.593	0
Indústria de produtos minerais não metálicos	2.912	4.974	2.438	0
Ind. química de prod. farmacêuticos, veterinários, perfumaria	1.924	4.022	3.041	3.074
Ind. da borracha, fumo, couros, peles, similares, ind. diversas	2.105	1.972	1.109	1.206
Indústria mecânica	910	969	1.489	508
Indústria do material elétrico e de comunicações	254	270	779	673
Indústria do material de transporte	499	593	1.485	548
Total	39.382	51.894	50.270	98.288

Fonte: MTE/RAIS.

*Micro empresa: até 19 empregados; Pequena empresa: de 20 até 99 empregados; Média empresa: de 100 até 499 empregados; e Grande empresa: acima de 500 empregados.

Segundo as tabelas 21 e 22, os empregos formais também se ampliaram em todos os demais gêneros da indústria entre 1985 e 2009, com destaque para os de “madeira e do

mobiliário” (192,4%), da “indústria mecânica” (186,8%), “metalúrgica” (165,5%), “indústria do papel, papelão, editorial e gráfica” (132,2%), “indústria de produtos minerais não metálicos” (100,2%) e “indústria química, de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria” (100,1%). Entre estes segmentos, o “metalúrgico” (55,2%), o da “indústria mecânica” (51,5%) e o da “indústria química, de produtos farmacêuticos, veterinários e perfumaria” (50,7%) são os que concentram mais empregos formais nas unidades de grande e médio porte, com percentual considerável também para os estabelecimentos de menor dimensão. Enquanto isso, os gêneros de “madeira e do mobiliário” (74,3%), “papel, papelão, editorial e gráfica” (66,1%), e “indústria de produtos minerais não metálicos” (76,3%) têm uma proporção maior de vínculos nas micro e pequenas empresas e nenhuma das suas fábricas é de grande porte. Mas, em geral, o crescimento no estoque de empregos formais, desde 1995, se distancia daqueles apresentados pela “indústria calçadista”, “têxtil” e “alimentos e bebidas”. Apesar disso, a relevância dos mesmos para a atividade industrial cearense não pode ser contestada, afinal, em 2009, eles detêm 27,5% de todo o pessoal com carteira assinada no setor.

O conjunto de indicadores exposto representa síntese relevante sobre as mudanças e permanências da terceira fase da atividade industrial no Ceará. Eles demonstram que a economia do estado está mais vinculada à produção industrial e que esta não avançou simplesmente como uma atividade isolada, mas como produto de um processo de modernização e industrialização que transforma as formas de acumulação num movimento muito mais condicionado às novas relações urbano-industriais num plano de integração ao mercado.

Ao defender a hipótese de que a economia como todo articula-se muito mais ao movimento de expansão da indústria, consideramos também que as dinâmicas comerciais e dos serviços nas cidades acompanharam os ritmos de crescimento da industrialização, fazendo com que produção e consumo caminhem de mãos dadas e que seus vínculos formais e informais de trabalho também avancem conjuntamente. No âmbito da produção industrial, são os gêneros tradicionais os que se responsabilizam pelas mudanças tecnológicas e organizacionais mais significativas do processo produtivo. A reestruturação encaminhada por eles está longe de representar o modelo de especialização flexível imposto por parte da literatura que tratou de questões industriais no contexto da organização do território nessas últimas décadas.

As empresas de capitais locais contribuíram deveras para muitas das mudanças citadas, mas a dimensão da transformação não seria a mesma sem a chegada maciça de investimentos externos de muitos gêneros, com destaque para as indústrias de calçados, de alimentos, de confecções e têxteis. Elas ampliaram sobremaneira o trabalho formal no chão da fábrica, introduziram tecnologia renovada em linhas de produção tayloristas/fordistas e

incorporam novas técnicas de administração do tempo de trabalho e da distribuição geográfica da produção industrial, que não teria logrado sucesso sem um aproveitamento eficaz das conquistas microeletrônicas e informacionais do atual período técnico científico.

Como agente catalisador dessas mudanças se sobressai o Estado, notadamente a partir da sua enorme capacidade de pavimentar o território através de normas e técnicas. Ele transferiu recursos a grupos industriais pela via de políticas econômicas, ergueu objetos geográficos diversos no intuito de organizar sistemas de fluxos e direcionou os rumos da acumulação a partir de um projeto bem definido de crescimento capitalista.

CAPÍTULO 04

AS SINERGIAS DO TERRITÓRIO E A EXPANSÃO DA PRODUÇÃO CALÇADISTA

As condições concretas que configuram a atual acumulação capitalista no Ceará revelam um processo de industrialização cujas relações políticas e econômicas não mais se limitam apenas às decisões de agentes provenientes do lugar. Este é um dado novo para a evolução industrial do estado. Ele está expresso no alcance global da sua capacidade produtiva e na combinação interescolar de interesses; que transforma a relação entre técnica e política em um fator decisivo na reprodução ampliada das riquezas.

As feições desse modelo de industrialização, definidas a partir de um conjunto de ações implementadas em nome da competitividade internacional dos mercados, traduzem-se por meio de diferentes relações estabelecidas entre os lugares e as empresas. São relações que resultam em forças estruturais de concentração, difusão ou segregação, a determinarem novas formas de usar o território.

Apesar de esse comportamento ser sintomático para o conjunto das empresas e dos setores já analisados nesta tese, é o caso da indústria de calçados que permite visualizar o processo de maneira mais contundente, sobretudo quando consideramos a sua capacidade de proporcionar modificações súbitas aos conteúdos quantitativos e qualitativos do território.

Ao apontar estreitas relações entre múltiplos agentes nas mais diversas escalas e dimensões da organização espacial, as estratégias utilizadas pela indústria de calçados no Ceará traduzem os progressos obtidos pela técnica dentro de um contexto demarcado pelo imperativo da competitividade, responsável por reproduzir a dialética da sincronia/diacronia que lhe dá forma.

Desse modo, a indústria calçadista foi o setor de produção que mais se adequou ao projeto soerguido pelos governantes do Ceará. Isto ocorreu em função das demandas impostas pelas transformações na economia mundial e brasileira na década de 1990 e pelo grau de engajamento das políticas de atração de investimentos engendradas pelos governos desde os tempos da “ideologia das mudanças”.

Assim, se for possível falar de sinergia multidimensional e interescolar na composição da modernização industrial do estado, o exemplo extraído da produção de calçados não poderia ser mais revelador. Ele estabelece as formas e as bases sob as quais se ergue uma renovada capacidade produtiva industrial, representada, principalmente, pelo acirramento do trabalho formal em grandes unidades produtivas que impõem a disciplina do tempo da

fábrica ao relacionar as ações individuais e coletivas das pessoas com a quantificação cronometrada do tempo do relógio. Faz isso introduzindo as condições tayloristas/fordistas de trabalho para milhares de habitantes do estado, tanto no interior quanto na Região Metropolitana de Fortaleza. A nova produção calçadista também amplia os laços de integração da indústria local com o mercado internacional de maneira nunca antes vista, contribuindo para que o produto industrial cearense lidere a pauta de exportação para o mercado externo.

Todavia, tudo isso só se realiza respeitando as leis de mercado e os arranjos econômicos que atualmente regem o movimento capitalista. Ou seja, essas novas operações socioespaciais estão condicionadas aos valores da economia, da política e da sociedade no contexto da recente configuração de acumulação do capitalismo, a exigir mais produtividade e lucratividade das empresas a partir de altas taxas de exploração da força de trabalho.

As formas e os detalhes dessas operações serão vistos neste capítulo. Ele propõe encerrar a discussão sobre o engajamento do território cearense nos ditames da ordem econômica competitiva global. Apresenta também os impactos gerados pela transformação produtiva de calçados do estado no conjunto da produção nacional e procura explicar as causas da migração de fábricas deste gênero pelo país, além da sua contribuição para a organização de um novo espaço industrial e produtivo dentro do Ceará.

O capítulo encerra-se apresentando dois estudos de caso sobre as empresas que resolveram aportar no território cearense. Ele descreve algumas estratégias espaciais utilizadas por elas para confirmarem margens de acumulação condizentes com a sua empreitada de relocar grandes plantas industriais pelo Brasil.

O debate levantado pretende contribuir para o fortalecimento das ideias até aqui expostas sobre o uso do território como mecanismo de acumulação capitalista e oferece inúmeros elementos de validação empírica para que a discussão possa ser conduzida à sua análise final.

4.1. A INDÚSTRIA CALÇADISTA BRASILEIRA E O DESLOCAMENTO DO EIXO DE PRODUÇÃO PARA O NORDESTE

O Brasil se configura como o terceiro maior produtor de calçados do mundo, posicionando-se atrás, apenas, da China e da Índia, respectivamente primeiro e segundo lugares (MDIC, 2010). As últimas quatro décadas foram decisivas para a expansão do segmento na indústria brasileira, pois foi o período em que as principais regiões produtoras estruturaram-se e passaram a atender o mercado externo, negociando a produção com um

número cada vez maior de países. Se, até 1990, a quantidade de países consumidores de sapatos e sandálias produzidas no Brasil era de 78, em 2009, esse número atingiu 146, confirmando o crescente faturamento obtido com as vendas dos produtos para o mercado internacional (ABICALÇADOS, 2009).

A organização produtiva e tecnológica desta indústria também é estruturada, uma vez que os circuitos de produção integram grande variedade de fornecedores e produtores. Eles frequentemente intensificam as inovações gerenciais e de equipamentos, tudo isso sem alterar a tradição do setor em articular linhas de produção verticalizadas e contratar grande número de funcionários para o trabalho na fábrica. São mais de dez mil estabelecimentos produtivos, 130 fábricas de máquinas e equipamentos e cerca de 3.400 unidades produtoras de couro e outros componentes, responsáveis por reunir 320 mil empregos formais no ano de 2009, segundo dados da RAIS e da Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS).

O destaque na produção nacional é a região do Vale dos Sinos, situada no estado do Rio Grande do Sul. Ela concentra em torno de 60% da indústria de componentes e 80% das unidades produtivas de máquinas para couros e calçados, onde também encontramos as instituições de ensino técnico e os centros de pesquisa e assistência tecnológica que atendem as demandas do setor (ABICALÇADOS, 2009). A centralidade gaúcha é tradicional e remete às primeiras oficinas do início do século XX. Porém, a hegemonia na produção ocorreu principalmente a partir da década de 1970, período em que a região sentiu uma expansão da capacidade produtiva e passou a atender mais sistematicamente o mercado internacional, exportando uma boa parte dos produtos fabricados (RUAS, 1985; PROCHNIK, 1991; PEREIRA, 1998 e SCHNEIDER, 2004;).

O estado de São Paulo também possui importante representação na produção nacional, com destaque para o número de estabelecimentos, a quantidade de empregos gerados e uma relevante participação nas exportações brasileiras do produto. Assim como a produção gaúcha, a indústria de calçados paulista tem grande tradição histórica. Algumas de suas fábricas começaram a funcionar no período de instalação da atividade calçadista brasileira, em fins do século XIX (SUZIGAN, 2000) e, por consequência, foram muitas as áreas no estado que desenvolveram centros de produção, notadamente os municípios de Franca, a capital do calçado masculino de couro; de Birigui, com importante produção de calçados infantis; e de Jaú, relevante na fabricação de calçados femininos (LARA, 2007).

Em outros estados brasileiros, a tradição da produção calçadista também está presente. Mencionamos os exemplos de Minas Gerais (Nova Serrana, Belo Horizonte e Uberaba), Santa Catarina (São João Batista), Rio de Janeiro (capital do estado), Ceará (Juazeiro do Norte e Fortaleza) e Pernambuco (Recife), que desenvolveram a atividade em função de características históricas específicas de evolução econômica (ABICALÇADOS,

2009). Entretanto, por reunir, na sua maioria, empresas pequenas e médias, nenhuma dessas regiões se firmou internacionalmente na produção calçadista, especializando-se quase que exclusivamente em atender o mercado nacional.

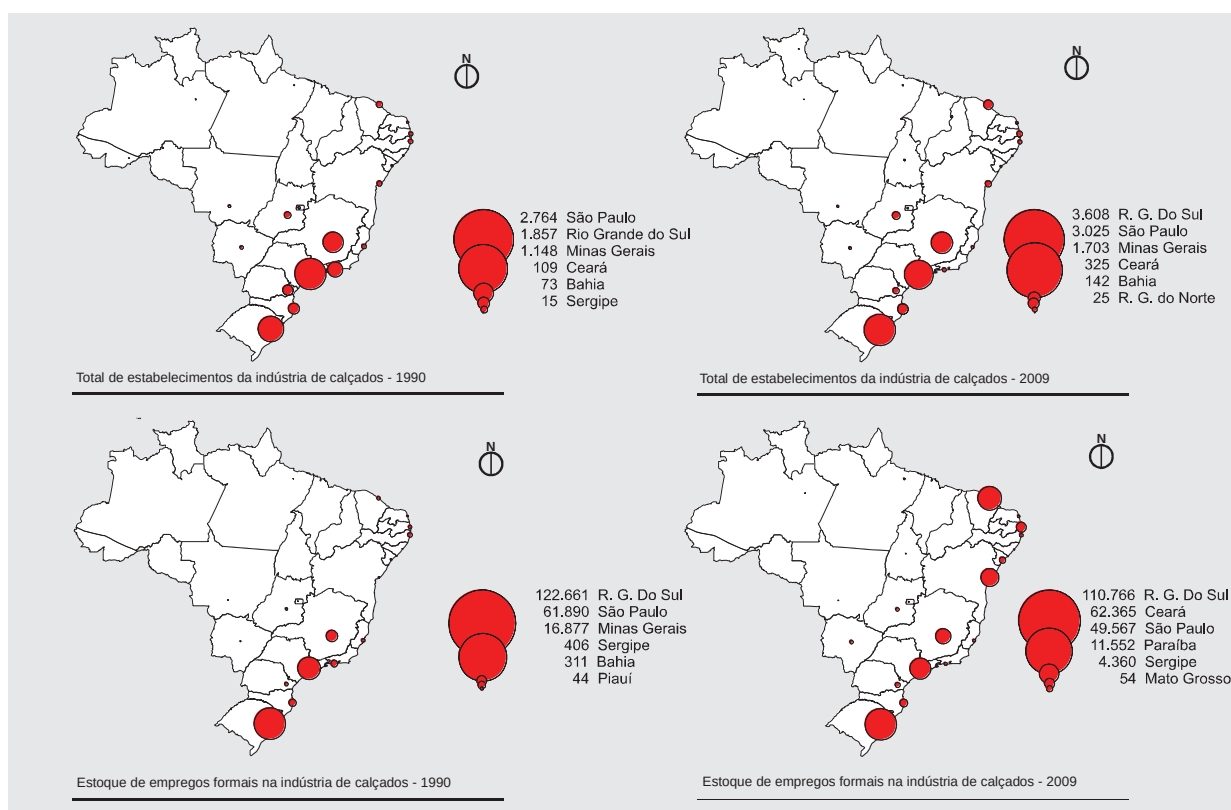
Constituída a organização espacial da produção de calçados no Brasil até os anos de 1990, as regiões Sul e Sudeste concentravam então os maiores pólos de produção e de oferta de empregos, assumindo também a hegemonia na fabricação de mercadorias voltadas para exportação. Contudo, em poucos anos, essa realidade sofreu importante mudança. Em meados da década de 1990, as maiores empresas brasileiras de calçados, quais sejam, as indústrias gaúchas e paulistas, entraram em profundo processo de reestruturação territorial e produtiva.

Anunciaram que as razões das transformações davam-se, principalmente, por dois motivos:

- 1) As margens de rentabilidade da indústria não mais atendiam aos interesses dos investidores, principalmente em razão de alterações estruturais da economia e pela maior competitividade internacional com empresas calçadistas de países asiáticos;
- 2) As mudanças tecnológicas e produtivas das últimas décadas se apresentaram como estratégias necessárias de organização flexível na busca de alcançar mais lucratividade, estimulando diferentes práticas de engenharia na produção e novas formas de contratação e subcontratação da força de trabalho, recorrendo a uma maior divisão territorial das etapas do processo produtivo.

Como estratégia de redução de custos, os grandes grupos industriais e outras empresas de médio e grande porte investiram na implantação de unidades produtivas em outros estados brasileiros, na busca de novas condições de produtividade que fortalecessem as firmas perante os desafios da mundialização da economia. A região Nordeste foi escolhida então como um ambiente apropriado para a instalação de novas plantas com grande capacidade produtiva, o que resultou também na chegada de outras indústrias de fabricação de componentes e insumos para a produção de calçados.

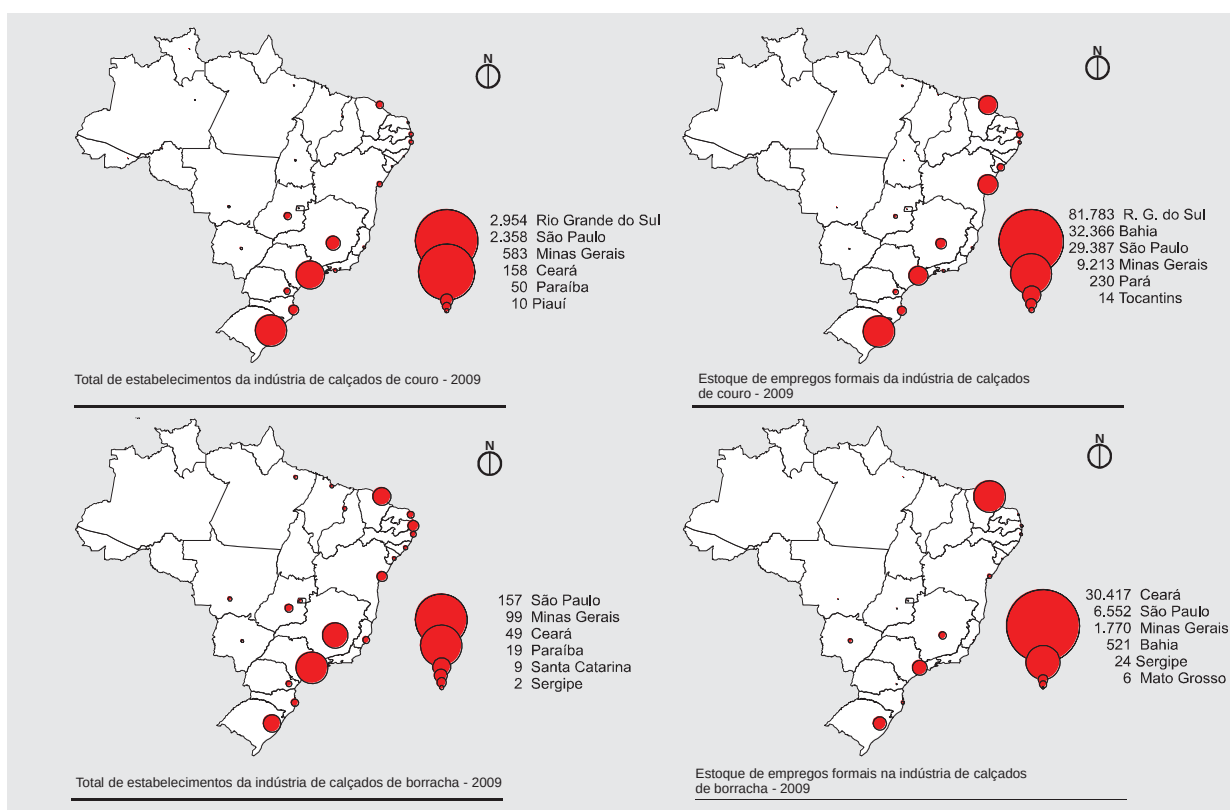
O aumento da produção tradicional, associado ao reforço dessas grandes e médias unidades de produção, redefiniu o eixo geográfico da produção calçadista no Brasil e estados como Bahia, Paraíba e Ceará, alteraram significativamente sua importância no contexto da produção nacional, como revelam as variáveis reunidas nos cartogramas 19 e 20.



Fonte: MTE/RAIS. Base Cartográfica do PHILCARTO, 2008.

Organização: Edilson Pereira Júnior
Apoio: FCT-UNESP/GASPERR.

Cartograma 19: Brasil - total de estabelecimentos e estoque de empregos formais na indústria de calçados



Fonte: MTE/RAIS. Base Cartográfica do PHILCARTO, 2008.

Organização: Edilson Pereira Júnior
Apoio: FCT-UNESP/GASPERR.

Cartograma 20: Brasil - total de estabelecimentos e estoque de empregos formais nas indústrias de calçados de borracha e de couro

Na Paraíba, à tradicional produção de sandálias sintéticas de baixo custo, concentrada na região de Campina Grande, somou-se inúmeras empresas provenientes das regiões Sul e Sudeste, entre as quais se destaca um grande empreendimento do grupo São Paulo Alpargatas. Isso foi suficiente para permitir o aumento no número de trabalhadores formais em 575% entre 1990 e 2009. A quantidade de estabelecimentos do setor não expandiu na mesma dimensão, mas representou importante evolução, atingindo 152% de acréscimo. Como demonstram os cartogramas citados, são as unidades produtivas de calçados sintéticos as que mais sofreram ampliação, enquanto o total de estabelecimentos e o estoque de empregos formais da indústria de calçados de couro avançaram mais timidamente.

Na Bahia, a transformação foi mais evidente. Isto se deu, sobretudo, em função da passagem de uma modesta produção que movimentava apenas cerca de 300 empregos formais para uma capacidade industrial que se encontra entre as maiores do país. Com a chegada de inúmeros investimentos que se espalharam por todo o território baiano, o estoque de empregos formais na indústria de calçados subiu para mais de 35 mil postos, registrando uma expansão, em média, de 11.300%. Este efeito de distribuição espacial do trabalho formal, que pode facilmente ser visualizado no cartograma 19, resultou da chegada de empresas como a Vulcabras/Azaleia, a Grendene, a Kildare, a Bibi, a Via Uno, entre outras. Como já dissemos, a difusão das plantas industriais pelos municípios do estado é uma característica da atividade calçadista baiana, mas Itapetinga e Jequié foram os centros que concentraram a maior parte dos empregos formais e das novas unidades produtivas instaladas (ABICALÇADOS, 2009).

Outro fenômeno visualizado nos cartogramas é o descompasso entre o crescimento dos ritmos do emprego formal e a expansão sentida pelo número de estabelecimentos contratantes. Seja para a Paraíba e a Bahia ou para os demais estados que sofreram transformações na produção calçadista, essa foi uma característica recorrente, explicada em razão do predomínio das maiores fábricas no comando dessas estratégias de realocização. O perfil confirma também que a decisão de transferir plantas industriais como tentativa de efetivar uma reestruturação produtiva e territorial não pode ser realizada por qualquer empresa, ficando o seu sucesso condicionado à montagem de acordos com grupos varejistas e atacadistas revendedores ou grandes marcas da indústria calçadista internacional.

Ao levar em consideração este aspecto e reconhecendo outras mudanças significativas no quadro de transformação da produção calçadista nacional, enfatizamos o exemplo do Ceará. Como demonstram os cartogramas 19 e 20, em nenhum estado brasileiro, as mudanças poderiam ter sido mais significativas. Apesar de um crescimento relativamente modesto no que concerne à expansão de estabelecimentos de calçados de

couro, todas as demais variáveis explicitadas pelos cartogramas demonstram uma reconversão das dinâmicas industriais calçadistas nacionais em favor do território cearense no período que se estende de 1990 a 2009. No comparativo com os outros grandes estados produtores, tanto na expansão dos estabelecimentos quanto nos ritmos do crescimento do estoque de empregos formais, o Ceará demonstrou desempenho superior.

No que diz respeito ao número de unidades produtivas, cresceu, em 19 anos, cerca de 200%, isto no mesmo período em que estados como Rio Grande do Sul (94%), Bahia (95%), Minas Gerais (49%) e São Paulo (9%) tiveram incremento mais reduzido. Apesar de uma expansão mais tímida no número de indústrias especializadas na produção de calçados de couro, como já informado, os estabelecimentos produtores de mercadorias feitas à base de borracha e material sintético avançaram consideravelmente, tornando o estado o maior produtor de calçados de plástico do país (ABICALÇADOS, 2010).

Na geração de empregos, enquanto Rio Grande do Sul (-10%) e São Paulo (-20%) revelaram índices negativos e Minas Gerais (58%) expandiu pouco seu número de vínculos formais, a indústria calçadista cearense avançou em 3.990%, somando um estoque de 60.840 empregados no período em análise. Isso fez com que o estado passasse de décimo maior empregador em 1990 (1.525 empregos formais) para segundo maior em 2009 (62.365 empregos), perdendo apenas para o Rio Grande do Sul (122.661 postos), o maior produtor nacional.

Se fizermos o comparativo do percentual de estoque de empregos cearense sobre o estoque de empregos do Brasil e do Nordeste, é possível ter uma melhor dimensão da relevância assumida pela indústria calçadista no estado. Em relação ao Brasil, Como aponta a tabela 23, em apenas vinte anos o Ceará passou de uma margem insignificante (0,6%) para uma quantidade bastante expressiva (19,5%). No que diz respeito ao Nordeste, os números são ainda mais contundentes. Ao lado de estados como Paraíba e Pernambuco, que sempre apresentaram uma tradição na contratação de trabalhadores em pequenas oficinas, o Ceará representava 20,8% do total de empregos formais em 1990. Mas o crescimento nos postos de trabalho com a chegada dos investimentos de outros estados foi tão significativo que a indústria cearense, em 2009, acabou concentrando mais da metade das vagas abertas no Nordeste. É uma representação de 53,5% na região, mais do que o dobro de vinte anos atrás.

Tabela 23: Ceará - percentual do estoque de empregos formais na indústria de calçados face ao Brasil e ao Nordeste

Anos	Brasil	Nordeste
1990	0,6%	20,8%
2009	19,5%	53,5%

Fonte: MTE/ RAIS

A maior parte desses empregos está concentrada na indústria de calçados de produtos sintéticos (tênis, sandálias, botas, entre outros). Neste setor, a expansão dos empregos em favor do Ceará resultou no deslocamento do eixo brasileiro da produção de calçados, o que confirma duas hipóteses importantes. A primeira delas é a de que o fator mão de obra é fundamental para o aporte de fábricas no território do estado, tendo em vista a demanda por força de trabalho que uma produção com essas características é capaz de recrutar. A segunda é a de que essa nova produção, a incluir mercadorias de marcas famosas, não dispensa acordos entre firmas do tipo *hollow corporation* (VELTZ, 2008; ARRIGHI, 2008 e MICHALET, 2009), em que a combinação de estratégias territoriais em rede reúne interesses de empresas que coordenam atividades de produção e de serviços.

Para este último caso, o papel decisivo de empresas globais na produção industrial, a exemplo da Nike, Adidas e Reebok, impõe aos produtores uma combinação de fatores que faz emergir, mesmo numa atividade tradicional da indústria, toda uma operação de cobranças e de metas de produtividade que mais lembram a atual lógica competitiva do mercado financeiro. Já trabalhado nesta tese como uma estratégia de acumulação industrial nutrida pela absorção de valores do “princípio da competitividade”, copiado do “mundo das finanças”; este novo paradigma que orienta a produção de algumas indústrias no Ceará se materializa através de uma ampla relação de alianças econômicas em rede, que mesclam estratégias políticas, administrativas, gerenciais e produtivas com uma superexploração da força de trabalho, no intuito de atingir performances de alta lucratividade em linhas de produção industrial.

Como será trabalhado mais detalhadamente adiante, o flagrante destas formas de acumulação por superexploração do trabalho no contexto das diferenciações espaciais fica explícito na ação de empresas subvencionadas pelo Governo do Ceará e, geralmente, instaladas no estado a partir do investimento de capitais gaúchos e paulistas. Muitas delas trabalham para outras empresas nacionais de grande porte, mas existem também aquelas que são subcontratadas de grandes marcas internacionais, como a Nike, aglutinando milhares de trabalhadores em falsas cooperativas.

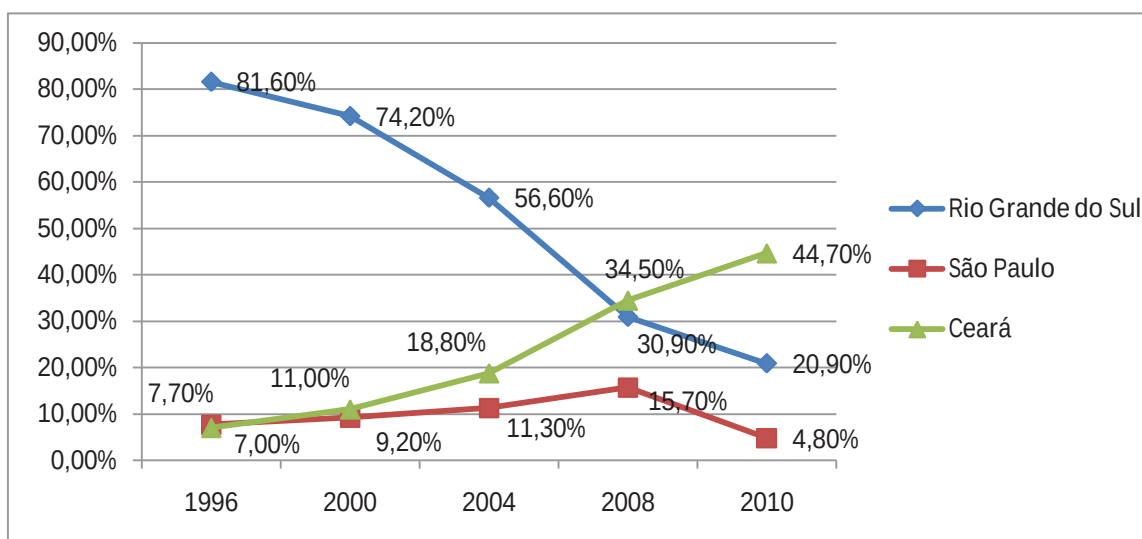
De maneira menos agressiva, a estratégia também é compartilhada pelas empresas mais conhecidas da produção calçadista nacional, que, ao buscarem atingir metas para atenderem mercados internacionais ávidos por lucratividade, também impuseram mecanismos de superexploração do trabalho, tais como “banco de horas” (jornadas de trabalho variáveis em favor da empresa), polivalência de serviços ou uso de métodos de racionalização produtiva, que esgotam o trabalhador em suas atividades diárias. Essa reestruturação efetiva-se mantendo os salários dos trabalhadores da linha de produção entre os mais baixos do país, condicionando as estratégias de relocação às vantagens extraídas do preço do trabalho.

A proeminência das relações comerciais que a indústria calçadista cearense tem com o mercado exterior mostra que as estratégias lograram sucesso. Em 2010, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), o Ceará exportou 63,9 milhões de pares de sapatos, totalizando um valor de US\$ 400.552.377,00. Com isso, a exportação de calçados ocupou a 1ª posição no estado, correspondendo a 29,3% do total das vendas para o exterior. Os números revelam uma importante alteração da atividade calçadista cearense, uma vez que, há quinze anos, as empresas predominantes neste gênero eram pequenas oficinas e sua produção sequer constava na pauta de produtos para exportação.

Face ao Brasil, todas essas mudanças reconfiguraram as bases da produção calçadista voltada para o mercado internacional, pois, apesar da importância de estados como Rio Grande do Sul e São Paulo na produção e exportação do produto; o Ceará, sem nenhuma tradição, assumiu, em 2008, o posto de maior exportador de calçados do país no que diz respeito ao volume de pares produzidos. Como mostra o gráfico 09, os valores praticamente foram invertidos em relação ao terceiro e o primeiro lugar, respectivamente Ceará e Rio Grande do Sul. Em apenas quatorze anos, exatamente o período que corresponde à consolidação dos projetos industrializantes dos governos cearenses, o estado passou de uma produção que representava cerca de 7% da exportação nacional, para mais de 44%, superando os demais que, há décadas, assumiam essa posição. Importante também é perceber a velocidade da expansão que legitima o Ceará como uma verdadeira “plataforma de exportação” dos produtos calçadistas. Ao considerar apenas os dois últimos anos, de 2008 a 2010, constatamos que o estado produziu mais do que São Paulo e Rio Grande do Sul juntos. Isto reitera o sucesso da empreitada calçadista em ter selecionado o território cearense como ambiente seguro para a produção de calçados.

Como indicado no gráfico, também percebemos que os desempenhos de São Paulo e Rio Grande do Sul nas taxas de exportação assumiram um comportamento inversamente proporcional àquele sentido pelo Ceará. Uma conclusão importante pode ser tirada deste fenômeno: ele confirma que são as empresas dos dois estados de maior tradição na

produção calçadista brasileira que utilizam a estratégia de deslocamento para o Ceará como caminho para atingir altas taxas de lucratividade.



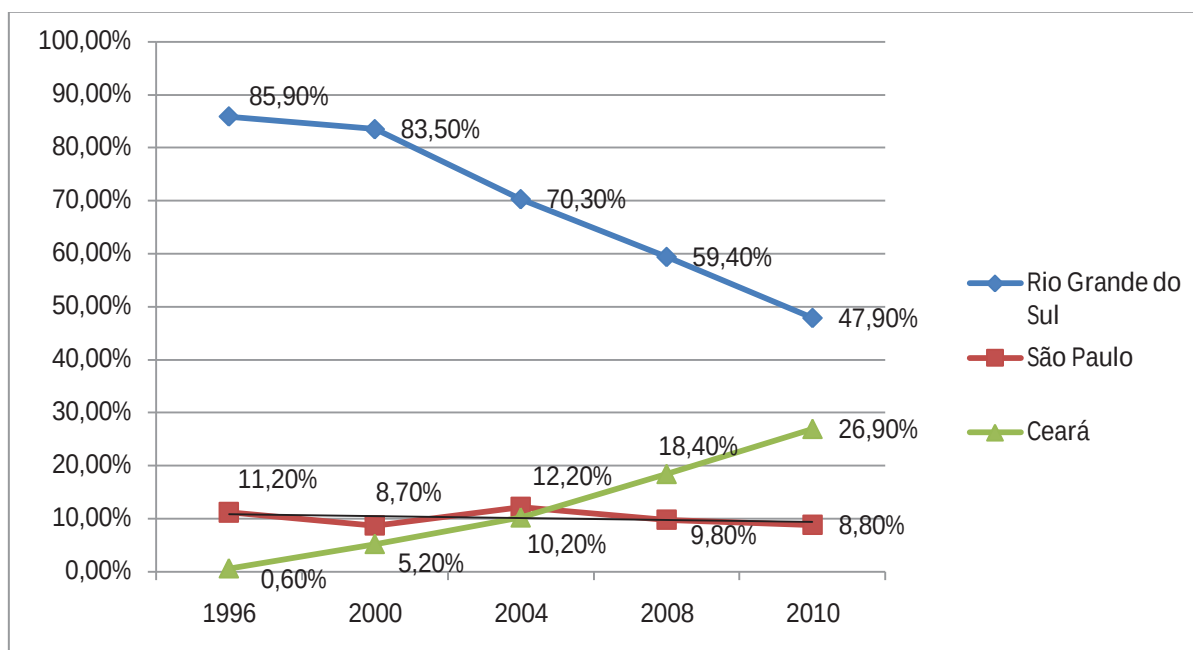
Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC/SECEX)/ABICALÇADOS.

Gráfico 09: Exportações brasileiras por estado em milhões de pares de calçados - % sobre o total nacional (1996/2008)

Mesmo com esse crescimento, a posição do Ceará ainda é inferior a do Rio Grande do Sul no que tange à variável “exportação brasileira de calçados em milhões US\$”. Neste caso, é nítido que as empresas cearenses produzem calçados mais baratos, o que deixa o Rio Grande do Sul concentrando uma produção de maior valor agregado. Mas até essa variável apresenta uma mudança substancial em favor do Ceará. Se considerarmos, como aponta o gráfico 10, que o acumulado cearense com o produto era irrisório até 1996 (0,6% do país) e percebermos a ascensão da curva que demonstra a sua participação, inclusive ultrapassando São Paulo, podemos constatar uma tendência também à inversão nacional desse indicador.

Este efeito é curioso, pois demonstra que os dois estados mais tradicionais na produção de calçados, com parque tecnológico consolidado e uma força de trabalho qualificada para a produção das mercadorias de maior valor agregado, perdem posição no que tange à exportação brasileira em milhões US\$. Assim, a despeito do rápido crescimento do Ceará, São Paulo e Rio Grande do Sul só descem, sendo que este último estado diminuiu sua participação em toda exportação nacional em mais de 38% em 14 anos. Mesmo assim, o Rio Grande do Sul ainda é o estado que mais arrecada com a exportação

de calçados, com uma diferença substancial em relação ao Ceará, o que, provavelmente, permitir-lhe-á manter a liderança nesta arrecadação por muitos anos.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC)

Gráfico 10: Exportações brasileiras por estado em US\$ milhões - % sobre o total nacional (1996/2008)

Entre as principais empresas exportadoras, estão exatamente os grupos do Rio Grande do Sul e de São Paulo, que instalaram suas fábricas no Ceará como demonstra a tabela 24. Segundo dados desta tabela, a Grendene é a maior exportadora com US\$ 70.802.125,00 FOB arrecadados em 2009, o que corresponde a 11,77% da exportação estadual. Em seguida, também em valor de exportação, estão Paquetá Calçados (7,30%), Calçados Aniger (3,16%) e Vulcabras/Azaleia (3,10%). Esses números costumam variar de ano a ano, com outras empresas de grande porte assumindo a segunda ou a terceira posição, mas a relevância da Grendene é indiscutível, pois esta indústria mantém a liderança na exportação do produto desde a metade da década de 1990.

É importante salientar que dez das maiores empresas brasileiras de calçados possuem filiais no Ceará. Entre elas, podemos destacar Grendene Nordeste (Sobral, Fortaleza e Crato), Paquetá do Nordeste (Uruburetama, Itapagé e Pentecoste), Aniger do Nordeste (Quixeramobim), Dakota Nordeste (Russas, Maranguape, Iguatu e Quixadá), Vulcabras/Azaleia (Horizonte), HB Betarello (Aracati), Democrata (Camocim e Santa Quitéria) e Dilly (Itapipoca), responsáveis por posicionar o estado como um dos três maiores produtores do país. Somente de 2005 a 2010, a produção aumentou 59%, o que fez a

indústria calçadista cearense superar o Rio Grande do Sul e ficar atrás apenas de São Paulo em termos de quantidade produzida¹⁶⁵.

Tabela 24: Principais empresas exportadoras de calçados do Ceará (2009)

Empresas	US\$ FOB	% de Participação das exportações de calçados no estado
Grendene S. A.	70.802.125,00	11,77%
Paquetá Calçados LTDA	43.920.609,00	7,30%
Calçados Aniger Nordeste LTDA	19.035.198,00	3,16%
Vulcabras/Azaleia S/A	18.621.312,00	3,10%

Fonte: DIEESE e Ministério do Desenvolvimento Indústria e Comércio (MDIC).

Entre as empresas que mais produzem, o destaque é, de longe, do grupo gaúcho Grendene, que em 2005, sozinho, concentrou 73,3% da produção estadual, com um volume produzido de mais de 95 milhões de pares. A Dakota Nordeste, também de origem gaúcha, assumiu o segundo lugar, com 5,58% da produção. Seguem em ordem crescente Vulcabras/Azaleia, Paquetá, Calçados Aniger, Kawalli e outras pequenas e médias empresas vindas, principalmente, do Rio Grande do Sul, mas que mudaram o seu nome fantasia em razão das facilidades na contratação de trabalhadores e na obtenção de financiamentos públicos. Um olhar sobre a tabela 25 esclarece melhor a hierarquia da produção estadual.

Tabela 25: Principais empresas produtoras de calçados no Ceará (2005)

Empresas	Produção (pares/ano)	% de participação da produção no estado
Grendene S. A.	95.400.000	73,3%
Dakota Nordeste	7.260.000	5,58%
Vulcabras do Nordeste S/A	4.452.000	3,42 %
Paquetá Calçados LTDA	1.512.000	1,16 %
Calçados Aniger Nordeste LTDA	1.200.000	0,92 %
Kawalli	403.200	0,31 %
Outros	19.394.800	14,92 %
Total	130.000.000	100,00 %

Fonte: ADECE, SEFAZ e Gerência Setorial de Bens de Consumo Não Duráveis.

¹⁶⁵ Ver reportagem do jornal *O Povo* de 11 de fevereiro de 2011, intitulada “Produção de calçado no Ceará cresce em ritmo chinês”.

Desse modo, é possível inferir que o projeto de atração de investimentos engendrado pelos governos do Ceará provocou a simetria entre os interesses das empresas e as intenções cearenses de patrocinar uma industrialização conduzida pela chegada de investimentos externos. Além dos benefícios fiscais, a indústria calçadista encontrou uma abundante força de trabalho a baixíssimo custo, sem falar da possibilidade de atender aos mercados norte-americanos e europeus utilizando o território cearense como “plataforma de exportação”.

Nesse ambiente favorável, rapidamente, muitas firmas abriram novas plantas ou simplesmente transferiram suas fábricas para o Ceará, aumentando a produção de calçados endereçada ao mercado nacional e internacional.

Vejamos mais detalhadamente a articulação entre as demandas dessas empresas produtoras e as intencionalidades de alguns agentes cearenses, que resultou na sinergia entre forças sincrônicas e diacrônicas no território.

4.2. AS SINERGIAS DO TERRITÓRIO E A RELOCALIZAÇÃO DA INDÚSTRIA DE CALÇADOS

4.2.1. OS MOVIMENTOS SINCRÔNICOS

As mudanças tecnológicas e informacionais das últimas décadas atingiram fortemente os setores da economia, em especial a atividade industrial, que viu sua estrutura produtiva redefinida em função de novas estratégias técnicas e gerenciais. Em muitas indústrias, o avanço tecnológico introduziu flexibilidade e isso marcou o mundo industrial nos últimos anos, com esquemas de produção e circulação alterados para atender demandas de mercado nas mais diversas regiões do planeta.

Esse efeito de reestruturação produtiva na indústria de calçados, porém, deve ser analisado com muita atenção. Como as diversas atividades envolvidas na produção de um sapato ou de um tênis esportivo requerem ainda o uso intensivo de trabalho artesanal, os custos de mão de obra praticamente determinam a competitividade do setor. Esta é uma realidade inexorável, inclusive para as maiores empresas que negociam com o mercado internacional.

O fato de continuar recrutando grandes quantidades de trabalhadores não implica o sucateamento tecnológico de um dos gêneros mais importantes da indústria tradicional, muito pelo contrário: a atividade calçadista é uma das que mais investe em modernização de máquinas, técnicas, insumos e equipamentos, apresentando uma renovação no seu capital fixo na mesma dimensão que as demais indústrias. O que ocorre é que suas

demandas específicas de produção exigem uma participação intensa do trabalho manual, independentemente do porte da fábrica e da quantidade de produtos que ela esteja interessada em produzir.

Esse fator sempre foi determinante para que o segmento ficasse mais vulnerável às instabilidades da competitividade interempresarial, fenômeno acentuado, nas últimas décadas, pela abertura das fronteiras nacionais e por toda a sorte de liberalizações impostas pela mundialização da economia.

Na verdade, os efeitos da modernização tecnológica e informacional permitiram que a indústria de calçados utilizasse, com muito mais desenvoltura, uma estratégia que passou a ser comum nas empresas interessadas em ampliar suas margens de lucro face às transformações do capitalismo monopolista do Pós-Guerra: a relocação de fábricas industriais no território.

Primeiramente, esse caminho foi percorrido por empresas de automóveis, de alimentos e de produtos eletrônicos (MOUHOUD, 2008). A indústria de calçados só passou a utilizá-lo plenamente na década de 1970, quando as bases de um capitalismo marcado pelo padrão fordista de acumulação sofreram algumas alterações. A produção calçadista, então, começou a abandonar os grandes centros da economia capitalista mundial, dirigindo-se para países que tinham menor tradição produtiva e sofriam importantes transformações nas suas matrizes econômicas, em especial as nações “emergentes” do Leste Asiático.

Os investimentos, antes concentrados nos Estados Unidos, na Alemanha, no Reino Unido e na França, dirigiram-se para os países de periferia e aportaram primeiramente nos chamados “Tigres Asiáticos”, sobretudo Coreia do Sul, Taiwan e Hong Kong, além de alguns empreendimentos realizados também no Brasil. Segundo Costa (1993), esses países, no início da década de 1970, participavam, em conjunto, com 7% das exportações mundiais e chegaram, ao final desta mesma década, com mais de 30% desse valor. Este movimento correspondeu à primeira grande relocação da indústria calçadista mundial, mas a escalada de difusão dos capitais no gênero de calçados não parou por aí.

Um segundo movimento foi registrado nos anos de 1980, quando o processo de industrialização no Sudeste Asiático engendrou uma valorização dos salários e da mão de obra empregada, exigindo da indústria calçadista outra estratégia de relocação. Desta vez, as empresas partiram em direção a países como China, Filipinas, Indonésia e Tailândia, usufruindo de taxas salariais mais baixas, agregando à diminuição dos custos com a mão de obra a capacidade de inserção de técnicas gerenciais capazes de ampliar a produtividade pela via de reengenharias flexíveis (COSTA, 1993).

Desde então, o tripé território/ trabalho barato/ reengenharia da produção acompanhou o processo de geração de riquezas na indústria de calçados, com as empresas se

aproveitando das margens oferecidas pelo equilíbrio alcançado através das novas estratégias de acumulação.

A introdução de tecnologias e inovações organizacionais, a partir da utilização de métodos produtivos que atingiram as etapas de fabricação do produto e das próprias relações com o mercado consumidor, contribuiu para essa configuração. Isto determinou um impacto nos circuitos espaciais da produção da indústria calçadista, que passaram a ser mais segmentados no território e produziram novos padrões de competitividade até resultarem em novas relações com fornecedores e com o próprio trabalhador da linha de produção.

A nova realidade tecnológica e informacional foi capaz de integrar, pela via da circulação e da produção, parcelas do espaço geográfico com diferentes preços e produtividades de trabalho, abrindo uma nova possibilidade de redução de custos para os capitalistas. O arranjo da desigualdade socioespacial passou a ser explorado de modo mais aperfeiçoado pelas empresas. Além disso, os fluxos materiais e imateriais dinamizaram-se e tornaram-se responsáveis por uma integração espacial e produtiva e, ao mesmo tempo, aprofundaram as diferenças entre regiões e países.

Assim, a lógica da repartição geográfica dos circuitos produtivos fragmentou, no espaço, fases distintas do processo de produção na indústria de calçados. Como resultado, segundo Meneleu Neto (2000), a divisão espacial e produtiva destacou: 1) a concepção, organização e distribuição estabelecidas nas áreas centrais de produção; 2) a fabricação de insumos e componentes especializados, concentradas também em áreas de maior tradição produtiva; e 3) a execução e montagem desqualificadas, que podem ser realocadas para regiões periféricas.

O Brasil sentiu mais fortemente essa transformação com as consequências advindas da abertura econômica aos investidores internacionais na década de 1990. Carneiro (2002) informa que esse processo fez a indústria intensiva em mão de obra sentir, consideravelmente, o aumento das importações de produtos estrangeiros. Segundo o autor (2002, p. 324), assistiu-se “a uma elevação generalizada e expressiva dos coeficientes importados com destaque para o complexo produtor de tecidos e vestuário e, sobretudo, na fiação e tecelagem”. A indústria de calçados, porém, reagiu de maneira diferente. A adaptação aos novos rumos da política econômica, centrada na questão da competitividade, fez esse segmento ampliar a sua produção para o mercado internacional (CARNEIRO, 2002). Assim, enquanto a inserção de muitos gêneros da indústria nacional no padrão competitivo da mundialização implicou em racionalização dos custos e falência de empresas, a indústria calçadista também sentiu esses efeitos, mas sua capacidade de contorná-los produziu estratégias diferenciadas, principalmente em função da utilização de medidas de reestruturação territorial e produtiva.

Foi nesse contexto que a indústria calçadista brasileira incorporou o “paradigma da competitividade” e se transferiu para estados onde os salários são baixos e as lutas sindicais se mostram pouco expressivas. De igual modo, somaram-se reengenharias produtivas e organizacionais do trabalho ao conjunto de estratégias, sem que se alterasse radicalmente a matriz taylorista/fordista que caracteriza os processos de fabricação de sapatos, tênis e sandálias.

Ao materializar essas mudanças, a produção de calçados penetrou definitivamente na esfera da competitividade internacional demarcada pela acirrada concorrência com países produtores, especialmente aqueles localizados na Ásia, como a China. Este país, pela sua capacidade de produzir grandes quantidades de mercadorias a um preço unitário reduzido, passou a coordenar os padrões de concorrência no mundo todo, no intuito de dominar importantes mercados consumidores, a exemplo dos Estados Unidos.

Em nome de uma concorrência internacional sem limites, as metas de produtividade passaram, então, a exigir enorme racionalização de custos. A solução encontrada foi ampliar mais ainda os ganhos sobre a força de trabalho, a fim de angariar lucros elevadíssimos num padrão que se apresentasse superior àqueles registrados na fase da concorrência fordista. Empresas grandes ou médias, de capital fechado ou aberto, com marcas próprias ou subcontratadas, incorporaram as metas de lucratividade ampliada/acelerada comuns aos mercados controlados por grandes grupos econômicos internacionais.

Houve mudanças nas estratégias comerciais, industriais e financeiras e os serviços de *marketing* e divulgação de produtos passaram a ter muito mais importância, com os circuitos espaciais da produção articulando escritórios de *design* gráfico, agências de publicidade, eventos esportivos, marcas famosas, artistas consagrados e a famigerada imposição, aos consumidores, de produtos supérfluos, bem ao estilo dos valores reproduzidos por uma sociedade burocrática de consumo dirigido (LEFEBVRE, 1991). O trecho de uma reportagem da revista *Exame* sobre os investimentos na fabricação de tênis esportivo é enfático:

A Adidas já anunciou que vai produzir um calçado para basquete dotado de um microchip na sola. Batizado de Adidas 1, ele já tem sua versão para corrida no mercado. Segundo executivos da empresa, o calçado faz 5 milhões de operações matemáticas por segundo, ajustando-se ao pé do freguês como uma luva. O tênis vem equipado com uma pilha que dura 100 horas de exercício. Mas o preço é salgado: 250 dólares nos Estados Unidos. A Nike também tem investido pesadamente na customização e leveza de seus calçados. Um de seus últimos lançamentos é o Nike Free Trainer. Feito com solado flexível, é composto de várias fatias

de uma fibra exclusiva que se molda ao pé, dando ao corredor a sensação de estar descalço¹⁶⁶.

Diretamente articuladas com novos distribuidores e fornecedores, as maiores indústrias passam a produzir com base numa rede de relações comerciais e de circulação que envolve diversos agentes. Faz parte deste grupo grandes conglomerados atacadistas e varejistas, como a empresa norte-americana Wal-Mart, e até empresas tradicionais do segmento de calçados, que hoje não detêm mais do que a propriedade de uma marca, como a Reebok, a Nike e a Adidas, com as quais as firmas estabelecem contratos prolongados para obterem o direito de produzir mercadorias que levam seus nomes.

Assim, todo o mercado produtor e consumidor de calçados tornou-se estratégico para a acumulação de altas taxas de lucros por parte de grandes empresas nacionais e globais. No que diz respeito somente ao Brasil, estima-se que, em 2009, a população tenha comprado 75 milhões de pares de tênis, um total quatro vezes maior do que em 1995, quando o consumo nacional chegou a 15 milhões. Obviamente, nesse intervalo de quinze anos, a realidade na produção e no consumo mudou sobremaneira. Na década de 1990, um mesmo modelo poderia passar mais de um ano na prateleira de uma loja de esportes. Atualmente, marcas como a Nike e a Adidas lançam quatro coleções por ano, cada uma delas com variedade de 300 a 400 tênis diferentes. Além do mais, todas as vezes em que uma coleção entra no mercado, a anterior é imediatamente remanejada para liquidação e pode ser vendida com até 50% de desconto¹⁶⁷.

Para compreender como essa nova realidade na produção de calçados está diretamente vinculada às estratégias competitivas da mundialização da economia, um exemplo muito recente envolvendo as maiores marcas do mundo e a indústria calçadista brasileira faz-se ilustrativo.

No ano de 2008, iniciou-se uma forte disputa judicial entre a Associação Brasileira das Indústrias de Calçados (ABICALÇADOS) e as maiores marcas do mercado global, especialmente a Nike, a Adidas, a Asics e a Puma. A ABICALÇADOS, entidade mais importante que reúne os produtores calçadistas nacionais, é presidida por Milton Cardoso, também presidente do grupo Vulcabras/Azaleia, dono da marca Olympikus e que tem a licença exclusiva de produção na América do Sul da marca Reebok, além de produzir as camisas oficiais de clubes do futebol brasileiro, como Flamengo, Cruzeiro, Internacional e São Paulo.

¹⁶⁶ Trecho da revista *Exame* de 09 de agosto de 2005, extraído da reportagem intitulada “Num mercado cada vez mais dependente de inovação, a união de Adidas e Reebok foi a saída para encarar a líder Nike”, p. 46.

¹⁶⁷ Ver reportagem da revista *Exame*, de 09 de setembro de 2009, intitulada “A cruzada contra os importados”.

Milton Cardoso fez uma denúncia formal e um pedido de investigação de *dumping* (preço abaixo do custo real do produto) no Departamento de Defesa Comercial do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior contra os fornecedores chineses, sob a alegação de que os calçados provenientes da China estavam entrando no Brasil irregularmente¹⁶⁸. Ademais, alegava que o menor custo da produção de calçados em fábricas chinesas era responsável por impedir a contratação de cerca de 40 mil trabalhadores na indústria calçadista brasileira, e isto inviabilizava a competitividade das empresas nacionais no setor.

Acirrou-se o embate jurídico porque os mais atingidos pela medida seriam exatamente as grandes marcas internacionais, que fabricam seus produtos mais caros na China e exportam para o Brasil, principalmente tênis esportivos, que tem venda média de 15 milhões de pares por ano, o que corresponde a 20% do consumo nacional¹⁶⁹. A ABICALÇADOS pediu uma sobretaxa de US\$ 25,99 para cada par de calçado importado da China, o que elevaria para cerca de R\$ 250,00, em média, um tênis vendido no mercado nacional pela Nike, por exemplo¹⁷⁰.

As quatro maiores empresas internacionais (Nike, Adidas, Asics e Puma) reagiram através da Associação Brasileira do Mercado Esportivo (ABRAMESP), uma entidade própria criada por essas quatro firmas exatamente para lidar com esse tipo de problema, comum em outras partes do mundo. O resultado foi o acirramento da disputa pelo mercado de calçados esportivos no Brasil.

A ABRAMESP alegava que o presidente do Grupo Vulcabras/Azaleia estava usando a ABICALÇADOS para resolver uma demanda da própria empresa, pois a medida beneficiaria principalmente seus produtos esportivos, notadamente os tênis das marcas Olympikus e Reebok. Como a média de vendas desses modelos, no ano de 2009, foi expressiva, isto é, 17 milhões de pares, controlando 22% do mercado brasileiro, a salvaguarda para os calçados nacionais daria uma “margem de manobra” muito maior para os produtos da Vulcabras, inclusive permitindo o aumento dos seus preços. Além disso, as grandes marcas internacionais alegavam também que a indústria calçadista brasileira não tinha “tecnologia

¹⁶⁸ Para ver detalhes das fraudes supracitadas, ver artigo da *Folha de S. Paulo*, de 07 de setembro de 2008, intitulado “Calçado chinês chega subfaturado ao Brasil”.

¹⁶⁹ Mesmo não representando um grande volume de vendas do produto no mercado nacional, essas mercadorias são aquelas com maior valor agregado, ou seja, os tênis ditos de “alta performance”. São os produtos mais caros e sofisticados do gênero vendidos no Brasil e correspondem a 70% do faturamento da Nike, Adidas, Asics e Puma no País (ver revista *Exame* de 09 de setembro de 2009).

¹⁷⁰ Além das informações obtidas em entrevistas aos gerentes de produção na fábrica da Vulcabras/Azaleia, em Horizonte, os dados utilizados no texto foram divulgados por inúmeros veículos de comunicação, com destaque para o jornal *O Estado de S. Paulo* (em reportagens como “STJ concede à Nike liminar no caso da sobretaxa à China”, “Calçadistas contam com alta de taxa antidumping” ou “Sobretaxa para calçado chinês valerá por 5 anos”, publicadas entre outubro de 2009 e março de 2010), *Folha de S. Paulo* (“Calçado chinês chega subfaturado ao Brasil” etc.) e a revista *Exame* (em especial as reportagens “Brasil taxa calçados da China em medida antidumping” e “A cruzada contra os importados”, entre outras, todas publicadas entre os meses de setembro de 2009 e maio de 2010).

nem escala para a produção de tênis de alta performance”, o que deixaria o mercado subordinado ao grupo comandado por Cardoso.

Depois de inúmeras pressões de ambas as partes, em março de 2010, a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio decidiu taxar em US\$ 13,85 por um período de cinco anos cada calçado importado da China, abrindo exceção para algumas peças de uso especial, tais como aquelas utilizadas exclusivamente para a prática de esportes, as sapatilhas para dança e os calçados usados como itens de segurança em fábricas.

As grandes empresas, desde então, pagam sobretaxa sobre seus produtos fabricados na China, o que implica em reclamações do tipo: “o consumidor ficará nas mãos de uma empresa com grande poder de mercado” ou “Estamos sendo tirados à força do mercado”, todas elas ditas por Giovani Decker, diretor de Operações da Asics no Brasil¹⁷¹.

Por outro lado, a ABICALÇADOS informa que a produção calçadista no país, em 2010, cresceu expressivamente, mesmo com os problemas decorrentes da crise financeira internacional dos últimos anos. Segundo reportagem divulgada no *Estado de S. Paulo* em 2010, o diretor executivo da associação, Heitor Klein, informou que a “aplicação do direito *antidumping* para o produto chinês, iniciada em setembro de 2009, e principalmente a melhora progressiva de renda dos consumidores, acrescentaram 42 mil postos de trabalho ao setor”¹⁷².

Quanto ao grupo Vulcabras/Azaleia, fechou o terceiro trimestre do ano de 2010 com uma receita bruta positiva, ampliando os lucros e aumentando suas vendas nos números de pares de calçados, como informa a reportagem a seguir:

Apesar de estar vivendo um período de recuperação depois da crise de 2009 e estar enfrentando um impacto negativo nas exportações por conta da valorização do real, o balanço do terceiro trimestre da empresa (Vulcabras/Azaleia) registrou índices positivos. As vendas registradas no mercado exterior apontaram crescimento de 42,2% no terceiro trimestre e 43,2% no acumulado deste ano, comparado aos registrados ano passado. O lucro líquido da empresa, no mesmo comparativo, teve um crescimento de 113%. A receita bruta alcançou a cifra de R\$ 406,3 milhões no mesmo período e R\$ 1,7 bilhão no acumulado deste ano. Já a linha de calçados, que representa 92% do total da receita da Vulcabra/Azaleia, registrou crescimento de 46% no faturamento e 23,2% só no número de pares vendidos¹⁷³ (*Diário do Nordeste*, de 10 de novembro de 2010).

¹⁷¹ Ver reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo* de 15 de setembro de 2009, intitulada “Asics acusa a ABICALÇADOS de favorecer a Vulcabras”.

¹⁷² *O Estado de S. Paulo*. “Calçadistas contam com alta de taxa antidumping”, de 15 de janeiro de 2010.

¹⁷³ *Diário do Nordeste*. “Vulcabras reforça a aposta no Estado”, de 10 de novembro de 2010.

Desse modo, como observado no exemplo, em função de uma concorrência cada vez mais global, as empresas industriais de calçados absorvem o imperativo da competitividade como premissa para a ampliação das suas margens de acumulação. Consequentemente, os padrões produtivos mudam como um todo e a atividade industrial materializa inúmeras transformações traduzidas através de novas formas de fabricar e vender o produto, redefinindo as estratégias de rentabilidade.

É nesse contexto que a recente realocização da indústria calçadista no Brasil deve ser analisada. Ela resulta de um processo que destaca a ação de forças sincrônicas, mas também não se afirma sem que se complete a reestruturação na dimensão diacrônica, o que exige uma contrapartida dos territórios através do engajamento político e econômico com o projeto de acumulação. Como resultado, legitima-se a síntese que destaca os mecanismos exógenos de organização capitalista, justapostos aos mecanismos endógenos de aceitação local. Vejamos as características desta última dimensão escalar observando mais de perto o exemplo do Ceará.

4.2.2. OS MOVIMENTOS DIACRÔNICOS

As imposições da escalada da competitividade na indústria calçadista não implica apenas em mutações tecnológicas e organizacionais para a fabricação e distribuição eficaz do produto ao seu mercado consumidor. As redefinições atingem a sociedade como um todo e suas consequências são territoriais. Este dado não pode ser desvinculado das intencionalidades dos agentes políticos e econômicos; e é nesta hora que o território cearense se apresenta como um componente essencial no processo de reestruturação engendrado pelas dimensões sincrônicas da indústria de calçados nas últimas décadas.

Como já discutido nesta tese, o estado foi levado a desempenhar um papel de protagonista na busca pela expansão das taxas de acumulação que pudessem atender demandas de agentes endógenos e exógenos ao território. Seu espaço industrial ganhou uma nova topografia e as qualidades e espessuras adquiridas pela porosidade territorial, para usar uma expressão de Arroyo (2001), legitimaram ações combinadas com os interesses das firmas, ávidas por uma expansão produtiva de baixo custo.

O espaço cearense reuniu os elementos apropriados à efetivação de uma acumulação ampliada de lucros para empresas calçadistas em função da sua disponibilidade política, técnica e social. Com a chegada dos investimentos externos, a difusão dos estabelecimentos pelo território ampliou-se e as empresas passaram a usufruir de todas as vantagens fiscais e de infraestrutura para atender suas demandas produtivas. Como já enfatizado, os custos com a força de trabalho também foram decisivos para que altas

margens de lucratividade pudessem se realizar. Este modelo de exploração completou o mecanismo de ajuste necessário para efetivação do arranjo sistêmico de acumulação.

As diacronias do território no contexto da atração da indústria calçadista podem, então, ser sistematizadas em função de dois fatores:

- 1) O apoio político estadual e municipal para instalação de unidades produtivas; e
- 2) A oferta de trabalho barato e sem riscos de insubordinação sindical.

O primeiro fator, obviamente, trata das questões relacionadas aos incentivos fiscais para a atração de unidades produtivas. Mas não objetivamos retomar a discussão já realizada no capítulo anterior. Na ocasião, já enfatizamos o papel desempenhado pelo estado e suas políticas de subvenção no aporte de capitais industriais para o Ceará. A questão será retomada apenas em âmbito municipal, disponibilizando informações acerca do reforço político e técnico dado por prefeituras interessadas em complementar as ações do governo estadual¹⁷⁴.

Além de definir a localização pontual do estabelecimento dentro do território cearense, as ações políticas das prefeituras municipais preenchem as demais demandas do capital produtivo, que, em razão dessas ofertas, têm pouquíssimos custos para materializar seus interesses de relocação.

Entre os benefícios fornecidos, destacam-se a isenção de impostos municipais, a oferta de serviços de treinamento da mão de obra e a montagem de zonas industriais capazes de oferecer às grandes empresas as melhores condições estruturais de produção e escoamento de mercadorias. Quando zonas industriais não podem ser aparelhadas em função da precariedade econômica do município selecionado, terrenos isolados são preparados exclusivamente para a montagem de uma única planta industrial calçadista, os quais recebem equipamentos necessários para o funcionamento da mesma. Neste caso, a Prefeitura (sozinha ou em parceria com o Governo do Estado) assume os custos de implantação.

Assim, para chegada e expansão da indústria calçadista no Ceará, o papel do Estado em sua esfera municipal também é o de produzir externalidades positivas pela via do fundo público. Isentam impostos territoriais e de serviços, facilitam burocracias de legalização de imóveis e oferecem as melhores condições estruturais para a instalação de uma planta industrial, tais como doação de terrenos; construção de sistemas de abastecimento de água,

¹⁷⁴ Em âmbito estadual, gostaríamos de lembrar que, além dos programas de incentivos que atendem todas as indústrias, o governo criou o PROAPI e o PDCI, voltados para estimular, respectivamente, a exportação e a importação de produtos calçadistas. Além de reforçarem os inúmeros incentivos já recebidos por essa indústria, os programas citados têm importante peso no aumento da relação empresarial calçadista cearense com o mercado internacional.

energia e telefone; pavimentação de estradas que dão acesso às fábricas; e montagem de pontos e redes de drenagem de efluentes.

Obviamente, essa infraestrutura é ofertada para todas as indústrias interessadas em implantar suas unidades de produção nos municípios, mas estamos enfatizando o caso do segmento de calçados exatamente porque foi ele que respondeu positivamente à oferta de benefícios em todo o estado do Ceará, não condicionando a instalação das suas fábricas somente às vantagens competitivas da Região Metropolitana de Fortaleza.

Segundo dados de uma pesquisa do IBGE intitulada Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC 2009), no Ceará, de 184 municípios, pelo menos 103 – o equivalente a 60% do total – oferecem benefícios os mais diversos no intuito de atrair empreendimentos em todos os setores da economia. No entanto, o setor mais contemplado pelos incentivos é a indústria, que, somente nos anos de 2008 e 2009, foi beneficiada por 49 municípios. A MUNIC efetua, periodicamente, um levantamento pormenorizado de informações sobre a estrutura, a dinâmica e o funcionamento das instituições públicas municipais, em especial a prefeitura, compreendendo, também, diferentes políticas e setores que envolvem o governo municipal e a municipalidade.

Para o Ceará, no período em foco, descobriu-se que, entre os mecanismos utilizados pelos gestores cearenses na concessão de vantagens, o mais comum é a doação de terrenos - prática feita por 56 municípios. A lista inclui ainda isenção parcial do IPTU, praticado por 27 municípios; isenção total do IPTU, escolhido por 23 deles; isenção do ISS, comum a 36 gestões; e a isenção de taxas diversas (25).

Ilustramos o fenômeno da participação local na captação de empreendimentos industriais selecionando as políticas dos dois municípios mais beneficiados com a construção de fábricas de calçados no Ceará, isto é, Sobral e Horizonte. Nestes municípios, estão localizadas as duas maiores fábricas calçadistas do estado, respectivamente, a Grendene Sobral e a Vulcabras/Azaleia, certamente duas das mais importantes unidades produtoras de calçados do Brasil.

Para o caso de Sobral, vejamos o que diz a sua política local de atração de investimentos:

O Programa de Desenvolvimento Econômico de Sobral (PRODECON) objetiva atrair empresas de mão-de-obra intensiva, não poluentes, com elevado grau tecnológico e que se integrem nas cadeias produtivas locais através de incentivos para instalação e/ou expansão (terreno, infra-estrutura do entorno, crédito e consultoria), bem como apoiar as empresas já instaladas, fomentando a excelência na gestão e a prática das exportações (SOBRAL, 2007, p. 03).

Já em Horizonte, a proposta de incentivo industrial para o município afirma:

A Prefeitura Municipal de Horizonte oferece, de acordo com o volume de negócios da indústria e o número de empregos a serem ofertados, incentivos como isenção por 10 anos do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), Imposto sobre Transferência de Bens Imóveis (ITBI), alvará da competência municipal e do todas as demais taxas municipais; isenção de 1% do Imposto Sobre Serviços (ISS) por 5 anos e de 2% por mais 5 anos; e doação de terreno para implantação da empresa. [...] as indústrias recebem, na entrada de seus terrenos, adutora de água bruta ou potável ou ponto de água; rede elétrica compatível com o projeto; e cabeação externa (HORIZONTE, 2007, p. 6/7).

Sobral e Horizonte, é bom que se registre, não foram escolhidos pelas firmas calçadistas somente pela sua disponibilidade em ofertar os benefícios supracitados, haja vista a importância que outros fatores de natureza política desempenharam para a implantação dos empreendimentos. Mas, sem o reforço potencial dessas motivações locais, dificilmente seriam sequer cotados como áreas propícias à instalação de fábricas. Faz-se relevante, desse modo, reconhecer mais essa atribuição de auxílio político como um instrumento de “alavancagem” de investimentos. Ela reitera o papel atribuído às zonas industriais específicas, a capacidade de fortalecer o território como uma síntese da convergência de interesses de acumulação.

O segundo fator a contribuir diretamente como vantagem para a expansão de investimentos calçadistas no Ceará é a oferta de trabalho barato. Característica comum à força de trabalho no Brasil como um todo, na região Nordeste, e, em especial, nos municípios do sertão semiárido; ela é ainda mais evidente. As condições de miséria e desigualdade da população, que resultam na disponibilidade de uma mão de obra carente e desqualificada, com certeza contribuem deveras para a manutenção do quadro. Ademais, como os trabalhadores das regiões menos urbanizadas não vivenciam diretamente a realidade industrial das áreas de dinamização capitalista, acrescenta-se ao cenário uma menor tradição sindicalista, o que viabiliza a inserção facilitada de sistemas organizacionais de produção pautados na exploração do trabalho.

Assim, uma das principais motivações da difusão da indústria calçadista pelo território cearense é o aproveitamento de uma força de trabalho contratada a baixíssimo custo, sobretudo em municípios de menor expressão econômica. Nestes locais, além do apoio governamental do estado e das prefeituras para a atração dos investimentos, não há riscos de uma reivindicação por direitos trabalhistas, uma vez que os sindicatos ainda não foram criados. Tais vantagens também permitem a introdução de engenharias flexíveis nos sistemas organizacionais de produção, garantindo mais produtividade ao trabalhador da fábrica a partir de uma maior precarização do emprego.

Tomando como base o custo da força de trabalho no setor de calçados cearenses, mesmo que não existissem incentivos fiscais, o produto fabricado ainda teria uma redução

de, pelo menos, 10%, se comparado ao calçado produzido no Sul/Sudeste. Enquanto a indústria de calçados no Ceará paga, em média, um salário mínimo ao operário da produção; na região do Vale dos Sinos, no Rio Grande do Sul, são pagos até dois ou dois e meio salários para a mesma função (DIEESE, 2009). Diniz e Basques (2004) também informam, em pesquisa sobre a indústria de calçados nordestina financiada pelo BNB, que a diferença de custos entre os salários de trabalhadores no Nordeste e no Sul do Brasil chega a ser de 50%.

Esse debate incorreu em denúncias de superexploração da força de trabalho por parte de inúmeros agentes envolvidos no processo. Acirraram-se as discussões exatamente no momento em que essas novas formas de exploração começaram a ser implantadas, ou seja, a partir da segunda metade da década de 1990, no contexto das transformações trabalhistas ocorridas no Brasil. Após um período de intensa polêmica no que tange à implantação desses modelos de superexploração, alguns ajustes foram, aos poucos, sendo realizados, até que determinadas modificações nas relações de trabalho pudessem ser definitivamente aceitas.

Desse modo, a inserção do modelo de acumulação industrial cearense, deu-se em sintonia com as reformulações no padrão de regulação das leis trabalhistas que alteraram direitos tradicionais dos trabalhadores, presentes na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Segundo Pochmann (2008), os anos de 1990 foram de abandono do projeto de industrialização nacional e isso resultou em importantes modificações no regime de contratação da mão de obra feitas, em grande medida, devido ao acirramento da competitividade global. O Brasil passou por uma abertura comercial e financeira que “impôs generalizadamente ao setor produtivo a flexibilização dos contratos de trabalho, uma vez que as empresas adotaram novos procedimentos” de contratação com a conivência do Governo Federal (POCHMANN, 2008, p. 16).

Para Dedecca (2003), isso penalizou sistematicamente o mercado nacional de trabalho, que provocou, entre outras consequências, o agravamento do desemprego urbano. O Governo Federal, então comandado pelo PSDB, introduziu modificações importantes no padrão de regulação das relações trabalhistas. Em geral, essas alterações reduziram a intervenção do Estado na determinação real do salário e fomentou um novo campo centrado nos acordos coletivos em nível de empresa. “Trocou-se um padrão regulatório de salários estruturado a partir do Estado, por outro fundado num processo de negociação entre empresas e trabalhadores” (DEDECCA, 2003, p. 134).

Além disso, outras medidas foram adotadas, entre elas a diminuição da capacidade de fiscalização de crimes trabalhistas por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE); o reconhecimento de jornadas de trabalho variáveis (banco de horas) como regra e não como exceção nos sistemas produtivos; e a diversificação, em geral, do padrão de uso e

remuneração do trabalhador, estratégias que processaram uma verdadeira “contra-revolução silenciosa do padrão de regulação” do trabalho no Brasil (DEDECCA, 2003, p. 135).

Todas essas modificações atingiram o Ceará plenamente no período de introdução do seu modelo de industrialização. Os governos do estado assumiram o papel de parceiros dos capitais interessados em realizar novos investimentos produtivos e suas ações foram além das medidas de atração de capital pela via de incentivos técnicos e fiscais. Os agentes governamentais participaram diretamente dessa “contra-revolução” anunciada por Dedecca, mas à maneira das gestões tecnocratas cearenses, isto é, imprimindo rápida e efetivamente medidas de superexploração do trabalho “amparadas” nas modificações feitas à CLT.

Isso envolveu diretamente a indústria de calçados por ser a mais interessada nos lucros obtidos com a diminuição dos custos com a força de trabalho. Os governantes cearenses, principalmente aqueles que estavam à frente da política no final da década de 1990, empreenderam ações no sentido de garantir a instalação imediata de novos investimentos contemplando as mudanças trabalhistas citadas.

O novo emprego industrial no Ceará já começava precarizado e essa era a condição para que ele se mantivesse e se reproduzisse de maneira sistematizada. Não são poucos os exemplos de implementação de regimes de exploração do trabalho nas linhas de produção industrial calçadista. A prática se difundiu na absoluta maioria das fábricas instaladas desde a década de 1990, em geral com a inserção de um novo padrão organizacional e tecnológico, que cobrava dos trabalhadores múltiplas atividades num regime de trabalho fortemente controlado por uma gerência central.

Porém, no contexto dos regimes de exploração, alguns se destacaram por serem mais acintosos do que outros, desvirtuando ou fraudando a aplicação dos preceitos contidos na legislação do trabalho.

Merece referência a generalização das formas de subcontratação e de ampliação do emprego terceirizado, introduzida por algumas indústrias no interior do estado. A redução das obrigações trabalhistas e dos custos de contratação foi o que moveu um conjunto de investidores para criarem empresas “cooperativas” com o intuito de substituir ou complementar a mão de obra interna das maiores indústrias através de um serviço de terceirização.

A operação se dava a partir da contratação de trabalhadores que se passavam por entes associados, correspondendo, na verdade, a funcionários que não tinham nenhuma identificação técnica ou social com os seus contratantes, descaracterizando a suposta relação societária cooperativa. As empresas, todavia, se aproveitaram de uma brecha na lei nº 8.949/94, introduzida em 1994 pelo artigo 442, parágrafo único, que dizia que “Qualquer

que seja o ramo de atividade da sociedade cooperativa, não existe vínculo empregatício entre ela e seus associados, nem entre estes e os tomadores de serviços daquela”¹⁷⁵.

Na prática, a execução dos serviços das “sociedades cooperativas” em nenhum momento exercia uma atividade “cooperadora”. Elas funcionavam como prestadoras de serviços de intermediação de mão de obra. Além do mais, os trabalhos realizados nas empresas subcontratadas desrespeitavam as normas de proteção ao trabalhador, sendo grande o índice de rotatividade dos “cooperados”. O cumprimento das obrigações quanto à segurança no local de trabalho também não ocorria e as reclamações de superexploração eram frequentes, geradas por longas jornadas de trabalho mal remuneradas.

O fato marcante dentro desse processo é que o Governo do Estado do Ceará não só incentivava como patrocinava intervenções empresariais desse tipo. Denúncias de sindicatos de trabalhadores, de políticos opositores e do Ministério Público do Trabalho indicavam uma participação direta do governo através da sua Secretaria da Indústria e Comércio (SIC). Os críticos afirmavam que a secretaria não só treinava, com seus recursos, os funcionários das “cooperativas”, como também pagava os primeiros meses de salários dos trabalhadores e doava as máquinas em regime de comodato, inviabilizando qualquer risco de mercado às empresas de calçados interessadas em realizar essa empreitada¹⁷⁶.

Essa prática envolvia empresas nacionais e internacionais através de uma ampla rede de conexão multiescalar integrada por estratégias de produção e circulação. Ao envolver marcas famosas de tênis, grandes e médias indústrias calçadistas e inúmeras fábricas de precária infraestrutura, demonstravam sua estratégia territorial sincrônica/diacrônica de acumulação. Muitas vezes, o grau de complexidade das relações estabelecidas exigia até mesmo a presença de uma empresa “cooperativa” responsável por garantir a “cooperação” das demais empresas envolvidas na transação. É o caso da Cooperativa de Serviços Múltiplos Norte-Nordeste (NORTECOOPER), que agia no Ceará facilitando a relação entre empresas externas, muitas delas com contratos estabelecidos com marcas como a Nike e a Adidas, e as novas empresas que seriam abertas no estado.

A NORTECOOPER fazia divulgação de seus serviços em vários estados do Brasil, sobretudo Rio Grande do Sul e São Paulo, e seu informativo de vendas era um flagrante do desrespeito aos direitos do trabalho conquistados no século XX, como revela um trecho extraído deste documento¹⁷⁷.

¹⁷⁵ Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), LEI FEDERAL N 8.949/94, Artigo 442, parágrafo único.

¹⁷⁶ Um conjunto de documentos reunindo ofícios do Governo do Estado e do Ministério do Trabalho, cartas de trabalhadores, discursos de deputados e reportagens de jornal, segue no Anexo 03. Ele contempla o período em que o debate sobre a questão das “cooperativas” se tornou mais acirrado no Ceará, com troca de acusações por parte do governo e dos demais agentes envolvidos. Em função das inúmeras informações contidas nesses documentos, o Anexo 03 continuará sendo citado ao longo do texto.

¹⁷⁷ O documento completo está disponível no Anexo 03.

Senhor empresário, a NORTECOOPER através de sua diretoria comercial, elaborou este informativo com o objetivo de trazer informações de extrema importância para a redução dos seus custos na área de contratação de pessoal: ACABE DE VEZ COM ALGUNS PESADELOS: 1- Licença maternidade; 2- Licença paternidade; 3- Avisos prévios; 4- 13º salário; 5- Férias; 6- Recolhimento de encargos previdenciários, FGTS e outros; 7- Horas extras; 8- Seguros de acidentes de trabalho; 9- Indenizações; [...] 13- Limites de horas trabalhadas [...]. TUDO ISSO, SEM LHE TIRAR O DIREITO DE SELECIONAR E TREINAR O PESSOAL DESTINADO À PRESTAÇÃO DE SERVIÇO NA SUA EMPRESA. COM UMA SENSÍVEL REDUÇÃO DOS GASTOS COM PESSOAL E TUDO ABSOLUTAMENTE¹⁷⁸ DENTRO DA C.L.T. E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (NORTECOOPER, *Informativo importante*, p. 1 – Anexo 03).

Dois comportamentos marcaram o posicionamento político do Governo do Ceará face ao modelo descrito. O primeiro deles, facilmente identificado no final da década de 1990, envolvia o apoio irrestrito às operações de subcontratação das empresas, como demonstraram as polêmicas envolvendo o Secretário da Indústria e Comércio do segundo governo de Tasso Jereissati, Raimundo Viana, radical defensor do projeto. O Secretário protagonizou conflitos abertos com sindicatos, políticos de oposição e funcionários do Ministério do Trabalho, justificando as modificações do padrão de regulação trabalhista no Ceará como algo moderno, uma renovação no sistema de contratação de mão de obra, adequado para os tempos de globalização da economia e de competitividade dos mercados¹⁷⁹. A ação estatal empreendida foi então a de coação para os que confrontassem o novo sistema. Por tal razão, muitos conflitos resultaram em perseguição jurídica, a exemplo do caso de um fiscal do trabalho que, por publicar irregularidades em artigos de jornais locais, foi denunciado ao Ministro do Trabalho pelo próprio governador do estado, como demonstram os documentos presentes no Anexo 03.

O outro comportamento estatal face ao papel desempenhado pelas “cooperativas”, predominante nas gestões seguintes a de Tasso, demarcou uma posição mais discreta, por vezes ambígua. O fato é que, depois da punição de algumas empresas por parte do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e em função da reação de clientes europeus e norte-americanos, que se recusaram a negociar com tais indústrias após a ampla divulgação dos acontecimentos; o modelo arrefeceu. Isso aconteceu nos últimos oito anos e o Governo

¹⁷⁸ Grifo e caixa alta no original.

¹⁷⁹ Em reportagem do jornal *Diário do Nordeste* do dia 24 de outubro de 1997, intitulado “Cooperativa aumenta competitividade no Ceará”, o Secretário é entrevistado e suas opiniões sobre as cooperativas ficaram registradas nos seguintes termos: “As exportações de sapatos e confecções no Ceará dependem do sistema de cooperativa. Os dois setores não têm como competir numa economia globalizada, pagando os encargos sociais cobrados. O sistema de cooperativa foi a alternativa encontrada para atrair empresários e garantir competitividade dos produtos cearenses no mercado internacional. [...] os produtos fabricados dentro de um sistema cooperativo apresentam preço e qualidade em condição de competir com a China, onde o trabalho é escravo”.

do Estado passou, então, a não se envolver diretamente com essa modalidade de empreendimento.

Na verdade, apesar de os casos mais graves de superexploração terem sido atenuados, o sistema de “cooperativas” ainda funciona no interior do Ceará. Em entrevista com o Presidente do Sindicato dos Sapateiros de Fortaleza, o mais antigo do estado, as informações são de que o modelo ainda não foi extinto.

Depois da confusão com a Igreja, com os deputados e os fiscais do trabalho, que estavam do nosso lado, as “falsas cooperativas” começaram a assinar a carteira dos funcionários. Os clientes delas na Europa e nos Estados Unidos também ameaçaram não comprar mais calçados de empresas que contratassem trabalhadores assim. [...] Mas tem empresa que trabalha do mesmo jeito ainda hoje. A Aniger, que fica lá em Quixeramobim, até hoje não quer assinar a carteira dos trabalhadores e funciona ainda no estilo de “falsa cooperativa” (Entrevista ao Presidente do Sindicato dos Sapateiros do Ceará - 2009).

Em geral, o que se deu foi certa adequação dos interesses dos empresários aos de alguns agentes envolvidos no processo, isso sem que as relações de exploração do trabalho pudessem ser extintas. Este “silêncio” em torno do caso, quebrado raras vezes por algumas parcas denúncias, demonstra uma adaptação ao modelo de diversificação do padrão de uso e remuneração do trabalho utilizado pela indústria calçadista no interior do Ceará. Ele reafirma que os fundamentos do crescimento econômico sustentado pelo estado nessa fase de industrialização subvencionada configuram um acirramento das contradições entre capital e trabalho, com os governos fornecendo condições especiais de reprodução dessa modalidade a partir de novos mecanismos territoriais e organizacionais de flexibilização.

O Ceará aparece, então, como um atrativo para as empresas produtoras de calçados justamente por contar com as condições favoráveis ao desenvolvimento da atividade em tempos de concorrência global capitalista, com predominância dos preceitos do imperativo da competitividade. Os mecanismos fiscais e os programas de desenvolvimento industrial, somados a uma mão de obra a baixo custo, despontam como os principais impulsionadores da chegada de novos investimentos ligados à indústria.

No cerne do processo, o uso do território como mecanismo de acumulação ganha uma valorização sem precedente. Ele revela a capacidade dos inúmeros agentes capitalistas em acompanhar os ritmos de transformações dos últimos anos, apropriando-se de dimensões que anteriormente pareciam insignificantes para a geração de valor. Confirma, definitivamente, que a organização de um espaço demarcado por uma lógica descontínua, ao mesmo tempo fragmentada e articulada, reafirma um conjunto de forças estruturais que cada vez mais moldam a modernização econômica e o progresso material da sociedade.

4.3. A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO INDUSTRIAL CALÇADISTA NO CEARÁ

Reiteradas vezes, nesta tese, discorreremos sobre a nova capacidade de os processos de acumulação industrial utilizarem o território como vetor de expansão para suas margens de lucratividade. Dentro do contexto, a indústria de calçados apresenta-se como um dos segmentos da produção fabril que praticamente depende deste tipo de estratégia, sem a qual as exigências impostas pela concorrência intercapitalista não poderiam ser cumpridas.

Observamos que a organização do espaço industrial cearense está fortemente alinhada a esses valores. O território do estado foi incorporado em função de sua adequação às demandas da produção calçadista e isso se traduziu em vantagens para atrair e reter as empresas. Estas, por sua vez, reestruturaram circuitos inteiros de produção, sobretudo ao fragmentar etapas do processo produtivo em diferentes parcelas do espaço, favorecendo algumas especializações regionais. Escolheram municípios sem nenhuma tradição industrial, exatamente por representarem um potencial de possibilidades quanto à inserção dos novos valores de produção e circulação de mercadorias.

O resultado foi a “pulverização” de fábricas produtoras de calçados em 32 municípios do território cearense. Muitos destes, até a chegada desses estabelecimentos, sequer conheciam o ritmo de produção industrial pautado em linhas de produção em escala. A introdução dos sistemas modernos de engenharia produtiva taylorista/fordista, em sintonia com outras transformações organizacionais de cunho flexível, causou um impacto na produção local e o resultado foi a proletarização de parcelas consideráveis da população do Ceará, que não ficaram indiferentes aos novos ritmos impostos pela disciplina do tempo da fábrica na reprodução do cotidiano.

Antes da chegada dos maiores investimentos, a indústria de calçados cearense era sinônima de trabalho artesanal, pequena produção e lenta evolução tecnológica. As pequenas manufaturas se localizavam “nas duas pontas do estado”¹⁸⁰, isto é, em Fortaleza, onde ficava a maior parte dos estabelecimentos; e na região do Cariri, com destaque para os municípios de Juazeiro do Norte, Crato e Barbalha. Em Fortaleza, a produção era principalmente de sapatos de couro de reconhecida qualidade, mesmo que a cidade concentrasse unidades produtivas de pequeno porte, produtoras de calçados mais baratos. Na região do Cariri, notadamente em Juazeiro do Norte, os calçados tinham pequeno valor agregado e a prevalência era de uma produção de sandálias de borracha voltadas para mulheres e crianças.

Com a emergência dos investimentos subvencionados, ocorreu uma ruptura com o padrão de produção das pequenas manufaturas, e o aumento no grau de controle sobre o

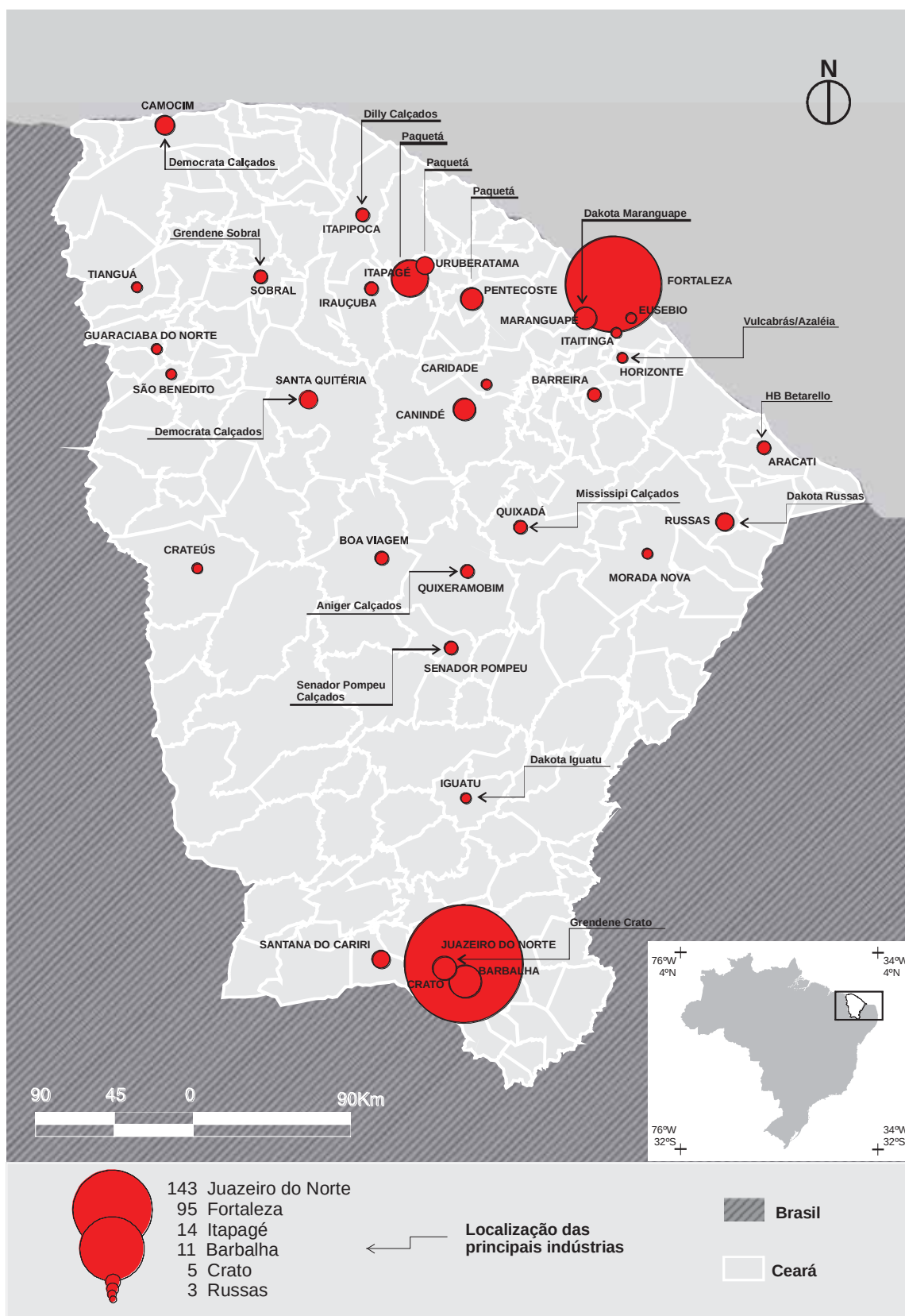
¹⁸⁰ Entrevista concedida pelo Presidente do Sindicato dos Sapateiros do Ceará - 2009.

processo de trabalho implicou uma maior “parcelização” das tarefas realizadas no “chão da fábrica”, resultando num duplo processo: 1) A exigência de uma menor qualificação por parte do trabalhador, que também sentiu sua valorização e seu salário diminuírem; 2) A facilidade em transferir linhas de produção para áreas sem tradição industrial, onde a inovação tecnológica e o rápido treinamento de operários “em pleno processo de trabalho” garantiriam o sucesso da nova empreitada.

As formas integradas de mecanização e controle efetivo sobre o trabalho realizaram, então, a possibilidade de fragmentar a produção pelo território cearense. O resultado é a organização espacial da indústria visualizada no cartograma 21. O depoimento de trabalhadores que vivenciaram os momentos de transição da realidade calçadista no estado¹⁸¹ e os estudos sobre a transformação do uso do trabalho na indústria de calçados cearenses (MENELEU NETO, 2000; ARAÚJO, 2007; BESERRA, 2007 e ALMEIDA, 2009 etc.)¹⁸² confirmam o significado dessas modificações para a composição do novo quadro de estruturação produtiva e espacial.

¹⁸¹ “A gente tem uma tradição, o nosso sapateiro, nas pequenas e médias empresas de calçados aqui, a relação capital/trabalho no setor era diferente, você vê no mesmo galpão o dono da empresa e o operário, os dois na banca trabalhando. Com a chegada dessas empresas, tinham duas questões da cultura que foram transformadas. Quando a gente fala que é sapateiro, o pessoal diz, ‘ah, não trabalha dia de segunda!’ Isso porque tem a história do “cerão”. Nas pequenas empresas às vezes chegava sexta-feira e sábado e o cara ainda não tinha terminado o pedido grande para entregar e chamava o povo: ‘rapaz vamos virar a noite?’ Então ele substituía o dia da folga pela segunda-feira. Tinha outras tradições tipo, o cara tava trabalhando em uma empresa e era disputado pelo dono de outra empresa. Ele dizia, ‘rapaz tu tá trabalhando onde? Pois vem pra cá que eu te pago isso e ainda cubro com uma luva’. Então tinha muito isso na cultura do calçados. Com a chegada dessas empresas, que a produção, ela é industrializada, num ritmo mais acelerado, novas tecnologias, muda completamente. O setor passa a funcionar como qualquer outra empresa, sistema fordista, cartão de ponto, horários rigorosos e com isso baixa-se também o salários dos trabalhadores. A disputa por vaga no local de trabalho se intensifica porque as empresas deixam de utilizar aquela mão de obra artesã, com aquele sapateiro tradicional e aí, por serem fábricas com avanço tecnológico maiores, não exigem grandes habilidades manuais e com isso serve também para rebaixar a política salarial do setor. O pessoal mais antigo diz que um sapateiro dos anos 80 para trás ganhava assim, cinco, seis vezes o que ganha um profissional hoje” (Entrevista concedida pelo Presidente do Sindicato dos Sapateiros do Ceará - 2009).

¹⁸² Ver também outros estudos realizados sobre a indústria de calçados do Brasil que contribuem para entender a realidade visualizada no Ceará (RUAS, 1985; PROCHNIK, 1991; PEREIRA, 1998; NAVARRO, 2004; SCHNEIDER, 2004 e LARA, 2007)



Cartograma 21: Ceará - distribuição espacial dos estabelecimentos da indústria de calçados

Mas outro componente fez-se fundamental para que o uso do território como instrumento de acumulação pudesse se estabelecer. As empresas passaram a contar com inovações tecnológicas que introduziram sistemas organizacionais menos verticalizados, os quais realinharam os níveis hierárquicos da produção, imprimindo uma relativa fragmentação nas estruturas produtivas calçadistas. Isso, obviamente, não resultou numa especialização produtiva baseada na flexibilização de modelos “toyotistas”, nem se aproximou das estratégias de cooperação produtiva e territorial, a exemplo da Terceira Itália. Pelo contrário. Os esquemas implantados na indústria cearense, apesar de imprimirem círculos de controle de qualidade nas etapas de costura dos calçados, não dispensaram a produção em massa realizada em grandes galpões diretamente interrelacionados (MENELEU NETO, 2000).

As inovações citadas foram introduzidas exatamente nas etapas que envolvem uma maior qualificação do trabalho e da produção, geralmente aquelas associadas à concepção industrial e do produto. Nestas, a implantação do sistema CAD/CAM demandou uma alteração fundamental nos circuitos espaciais da produção da indústria de calçados. O sistema mexeu no setor de criação, modelagem técnica e desenvolvimento da peça, culminando na reestruturação do *lay-out* das empresas. O Computer Aided Design (CAD), criado no *Massachusetts Institute of Technology* (MIT) em 1963, consiste num projeto realizado por meio de um computador e que pode ser acoplado às máquinas da atividade manufatureira de uma fábrica, que definem *design*, cortam e colam peças a partir de ordens programadas. O CAM, *Computer Aided Manufacturing*, é a fabricação do próprio produto com auxílio do computador. Programam-se as instruções e controlam-se os cortes e as especificações do produto a partir de um projeto pré-determinado (COSTA, 1993). Tais modificações permitiram um desenvolvimento na indústria de calçados, que, tendendo à expansão espacial para firmar-se no mercado, sentiu a possibilidade material de difundir a produção pelo território.

O Ceará incorporou muito bem essas transformações tecnológicas e produtivas. Enquanto as empresas atraídas para o estado se centram exclusivamente na execução e montagem desqualificada das mercadorias, a modelagem e a concepção dos produtos continuam sendo feitas em estados como São Paulo e Rio Grande do Sul. Por isso, é mais conveniente para uma indústria calçadista de grande e médio porte aproveitar as vantagens oferecidas pela oferta de benefícios técnicos, fiscais e laborais, e, ao mesmo tempo, deixar suas etapas de controle e organização gerencial nos estados de origem do capital.

A sequência de reportagens que se segue, extraídas de jornais e revistas publicados em vários estados do Brasil, serve para ilustrar o fenômeno. Ela apresenta elementos empíricos bastantes claros de valorização dessa estratégia territorial. Vejamos primeiro o exemplo da empresa gaúcha Dilly Calçados:

Identificar as potencialidades econômicas existentes no município de Itapipoca - CE, viabilizar a ampliação da fábrica de calçados Dilly e descobrir mecanismos que promovam o fortalecimento da economia de negócios. Estes foram alguns objetivos que movimentaram a pauta dos empresários Darcílio Dilly, Onório e Bosco Pinheiro, durante visita realizada em Itapipoca. [...] Darcílio Dilly disse da necessidade do grupo ampliar a fábrica. A decisão dos empresários, conseqüentemente, irá gerar mais 500 novos empregos diretos e dois mil indiretos. Segundo Darcílio, a ampliação da unidade de calçados exige o apoio dos governos, tanto estadual como municipal, o que evidentemente, ele espera contar. Para o prefeito, o que depender da administração municipal será feito em benefício do desenvolvimento de Itapipoca. Diante da exposição feita pelos empresários ficou acertado que a Prefeitura irá participar durante o processo do recolhimento do resíduo. “Todo apoio logístico será dado”, garantiu o Prefeito. A construção de dois novos galpões, que está sendo viabilizada, é um sonho antigo. Com a expansão, a unidade reforça suas atividades, amplia o mercado de trabalho, a mão-de-obra local, aumenta o volume de negócios, além de oferecer oportunidades de novas aplicações no mercado financeiro (Jornal *Diário do Nordeste*, 29 de abril de 2005)¹⁸³.

A Dilly vai parar a fabricação de calçados femininos de couro, 90% destinada ao mercado interno, no próximo ano em Ivoti - RS. [...] Hoje, a unidade em Ivoti emprega cerca de 500 pessoas, mas com o encerramento produtivo da área de sapatos femininos, a projeção é de que, no mínimo, em torno de 200 trabalhadores sejam demitidos. [...] Em maio de 2005 e depois de 28 anos em operações, a Dilly fechou a filial 1 em Presidente Lucena, alegando complicações nos negócios devido a baixa do dólar e mudanças na legislação do ICMS. O prédio da Dilly em Presidente Lucena, está ocioso até hoje. Logo em seguida, a empresa também fechou as unidades em Capela de Santana e Mato Leitão, ambas no Rio Grande do Sul. Em 2004, foi encerrada as atividades da filial 10 em Ivoti, com cerca de 380 empregados (Jornal *Novo Hamburgo* - NH, 28 de outubro de 2010)¹⁸⁴.

A situação não se diferencia tanto quando tratamos das empresas de Franca, em São Paulo:

O carnaval não foi animado para 485 pessoas de Franca, na região de Ribeirão Preto – SP, demitidas na sexta-feira pela indústria calçadista Agabê. Com mais de 60 anos de existência, a empresa, responsável por cerca de 60% da produção de sapatos da famosa italiana Hugo Boss praticamente encerrou suas atividades na cidade paulista, mantendo apenas 80 pessoas devido a impedimentos legais trabalhistas (que também serão dispensadas no momento oportuno) (Jornal *O Estado de S. Paulo*, 06 de fevereiro de 2008)¹⁸⁵.

¹⁸³ Ver reportagem do jornal *Diário do Nordeste*, intitulada “Itapipoca – fábrica de calçados será ampliada”, de 29 de abril de 2005.

¹⁸⁴ Ver reportagem do Jornal *Novo Hamburgo*, intitulada “Dilly decide parar a produção de calçados femininos neste ano”. Disponível em <http://www.jornalnh.com.br/site/noticias/mercado,canal-8,ed-5,ct-591,cd-289317.htm>. Acesso em 25 de dezembro de 2010.

¹⁸⁵ Ver reportagem do jornal *O Estado de S. Paulo*, intitulada “Fábrica de calçados de Franca demite 485 e terceiriza produção”, de 06 de fevereiro de 2008.

A sede da Agabê Calçados, hoje instalada em Franca – SP, deve ser transferida para o Ceará. O motivo é o prejuízo causado por um incêndio que resultou na demissão de 600 funcionários na filial em Aracati - CE. Com as perdas, a direção da empresa planeja transferir a sede da Agabê, hoje localizada na cidade paulista para o Ceará. “A fábrica de lá já fechou e agora só funciona a parte administrativa. A tendência é que tudo seja transferido para cá”, revela o gerente da filial de Aracati. (Jornal *O Povo*, 01 de abril de 2008)¹⁸⁶.

Por fim, o movimento seguido por uma das maiores empresas de calçados do país, a Dakota, reforça nossa hipótese:

O diretor presidente da Dakota, Romeu Lehnen, virá ao Ceará no próximo dia 5 inaugurar a Mississippi Calçados, empresa do grupo instalada em Quixadá. O investimento declarado da empresa no projeto gira em torno de R\$ 3 milhões. A unidade vai empregar anunciadas 300 pessoas. [...] A vinda da Mississippi, diz o secretário do Desenvolvimento Econômico, Regis Dias, é movida a política de atração de investimentos do Governo, com suporte do FDI (Jornal *O Povo*, 02 de setembro de 2006)¹⁸⁷.

A indústria de calçados Dakota irá desativar, nos próximos dias, sua unidade de Bom Retiro do Sul, a 100 quilômetros de Porto Alegre – RS. A medida representa um ajuste de estratégia diante da retração do crédito e “redução de consumo” associada a ela, conforme a companhia. [...] Os funcionários da unidade foram informados ontem da decisão (Revista *Exame*, 18 de novembro de 2008)¹⁸⁸.

São contundentes os exemplos que ratificam o aproveitamento da diferenciação espacial como vantagem para metas de acumulação. O processo em curso no Ceará não pode ser compreendido se dissociado das recentes transformações que materializam, no território, conquistas tecnológicas, estratégias políticas e exploração da força de trabalho. Tudo isso deve ser analisado vendo-se uma combinação interescolar de ações e de agentes, que estão articulados por uma rede de relações que engendram diferenciados interesses. Mas é a transferência do excedente entre áreas e regiões diferenciadas que garante a reprodução do processo.

Dentro do território cearense, identificamos duas estratégias de uso do espaço para efetivar os mecanismos supracitados. Uma delas está associada à intervenção feita pelos grandes grupos empresariais, a saber, Grendene, Vulcabras e Dakota, que preferiram se instalar em centros urbanos expressivos ou em áreas economicamente mais dinamizadas. A

¹⁸⁶ Ver reportagem do jornal *O Povo*, intitulada “Sede da Agabê Calçados deve vir para o Ceará”, de 01 de abril de 2008.

¹⁸⁷ Jornal *O Povo*. Coluna Vertical. 02 de setembro de 2006.

¹⁸⁸ Ver reportagem da revista *Exame*, intitulada “Dakota fecha fábricas de calçados no Rio Grande do Sul”, de 18 de novembro de 2008.

outra estratégia corresponde ao modelo escolhido por empresas de porte mais reduzido, inclusive médios estabelecimentos, que selecionaram centros urbanos de menor expressão ou instalaram-se em pequenas cidades desprovidas de melhor infraestrutura.

Acerca da primeira estratégia de ocupação, o cartograma 21 expõe os efeitos da maior centralidade urbana na atração dos grandes empreendimentos. A despeito da ausência de estabelecimentos subvencionados de fora do estado em cidades como Fortaleza¹⁸⁹ e Juazeiro do Norte, os municípios de Sobral, Horizonte, Maranguape, Quixadá, Russas, Iguatu e Crato, ao reunirem aglomerações urbanas importantes no estado, receberam as maiores unidades produtivas. Mas por que esta preferência?

As empresas Grendene, Vulcabras e Dakota participam com a absoluta maioria da produção estadual de calçados (82,3%) e suas fábricas compreendem enormes complexos produtivos industriais, que reúnem galpões de estocagem de insumos e inúmeras repartições onde são realizadas atividades como costura, montagem, beneficiamento de sintéticos etc. Para atender esta demanda, centrais de redes elétricas, de comunicação e de água e esgoto são construídas. Também o número de trabalhadores contratados que circulam diariamente pelas fábricas ultrapassa os 45 mil, o que exige uma infraestrutura condizente para atender tamanho fluxo. Da mesma forma, ônibus, carretas e outros tipos de veículos que garantem o funcionamento regular das unidades não circulariam de maneira eficiente sem uma malha rodoviária estruturada. Por fim, como os principais mercados para esses produtos estão fora do estado ou em outros países, soma-se, às demandas descritas, a necessidade de melhor articulação com os nós de tráfego (portos e aeroportos), o que impõem limites ao padrão de localização dentro do território.

As grandes unidades produtivas da indústria de calçados cearenses, que migraram principalmente do Rio Grande do Sul e de São Paulo, não podem prescindir então de certa infraestrutura que lhes forneçam as condições apropriadas para realizar uma produção e uma distribuição de alto volume. Todos esses motivos conferiram aos centros urbanos citados a capacidade de concentrar as maiores e mais importantes plantas industriais de calçados no Ceará.

Os cartogramas 22 e 23 legitimam o padrão espacial de ocupação das grandes fábricas, apresentando outras inúmeras variáveis de destaque. Do conjunto delas, apenas o número total de estabelecimentos produtivos de calçados ainda se concentra em Fortaleza e Juazeiro do Norte, demonstrando certa resistência das pequenas manufaturas em localizarem-se nos tradicionais pólos calçadistas. Em contrapartida, as demais circunstâncias, que representam a grande alteração da estrutura produtiva no setor, indicam

¹⁸⁹ Em Fortaleza, a única exceção é a da fábrica de calçados da Grendene, a primeira a chegar no estado em 1990, mas que hoje diminui seu número de funcionários e não mais realiza a produção completa do calçado, enviando componentes para a matriz de Sobral.

uma difusão espacial dos investimentos, com destaque para o total de estoque de empregos na indústria e a capacidade de distribuição dos estabelecimentos e dos empregos na indústria de calçados de couro.

Os cartogramas revelam a centralidade sublinhada por Sobral, que, em 1990, sequer apresentava qualquer investimento calçadista e, em 2009, supera todos os demais municípios no quesito estoque de empregos formais, em especial nos postos abertos na produção de calçados de borracha. O fato é que todos estes empregos estão concentrados praticamente na grande unidade produtora da Grendene, um complexo produtivo que reúne sete galpões numa área de 166.128 metros quadrados, localizado no perímetro urbano do distrito sede. Somente esta planta concentra 23 mil empregos formais, o suficiente para proporcionar um dinamismo econômico sem precedentes ao município de Sobral.

Trata-se de uma ação pontual, mas completamente redefinidora do dinamismo econômico e urbano, pois os empregos gerados e os serviços indiretamente criados pela atividade produtiva alteram a velocidade dos ritmos numa cidade de porte médio como Sobral, reiterando o seu papel de centro polarizador da região Norte do estado e ampliando o raio de abrangência de suas funções econômicas e culturais para além das fronteiras do Ceará, atingindo as cidades do Piauí e do Maranhão.

No Distrito Sede do município, o processo produtivo da empresa encontra-se dividido nas sete unidades de produção localizadas num único terreno dentro da cidade, resultando num intenso fluxo de pessoas e produtos, conferindo ao espaço urbano um movimento intenso. Observa-se uma mobilidade dos trabalhadores numa proporção significativa, orientados pelo tempo da fábrica e cumprindo o trajeto casa/trabalho através dos mais diversos meios de transporte, geralmente de forma precária, amontoados em paus-de-arara, motos, bicicletas ou ônibus sucateados e superlotados. Se considerarmos a média de oito mil trabalhadores por turno e a troca de expediente três vezes ao dia, de todos estes funcionários, além do comércio e dos serviços informais instalados ao lado dos portões da fábrica, é possível ter dimensão de algumas das transformações impostas às formas e aos fluxos do espaço urbano pela nova indústria calçadista sobralense¹⁹⁰.

¹⁹⁰ Para um estudo mais completo da Grendene em Sobral, ver a dissertação de mestrado de Almeida (2009), que entre outros, analisa o processo produtivo na fábrica e seu circuito espacial de produção, sem esquecer as dinâmicas proporcionadas pelo movimento dos trabalhadores na cidade.

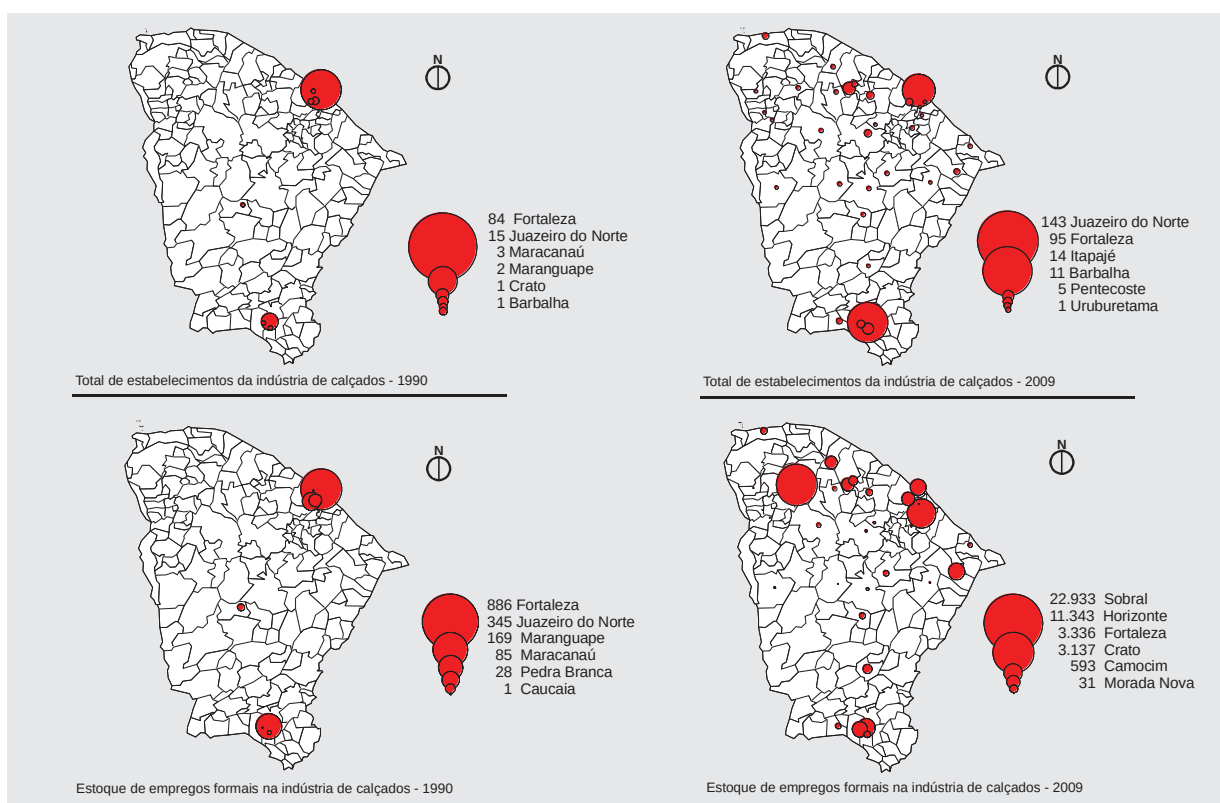


Fonte: Prefeitura Municipal de Sobral.

Foto 21: O grande complexo produtivo da Grendene em Sobral é a maior fábrica de calçados do país, recrutando mais de 23 mil trabalhadores.

Numa proporção menor, os demais estabelecimentos dos três grupos empresariais citados também trazem mudanças econômicas estruturais para os municípios de Horizonte, Maranguape, Quixadá, Russas, Iguatu e Crato. As cidades sentem os efeitos da industrialização como vetor de transformação da economia e da sociedade, e experimentam a intensidade dos ritmos modernos capazes de promover importante alteração no quadro espacial urbano e regional¹⁹¹.

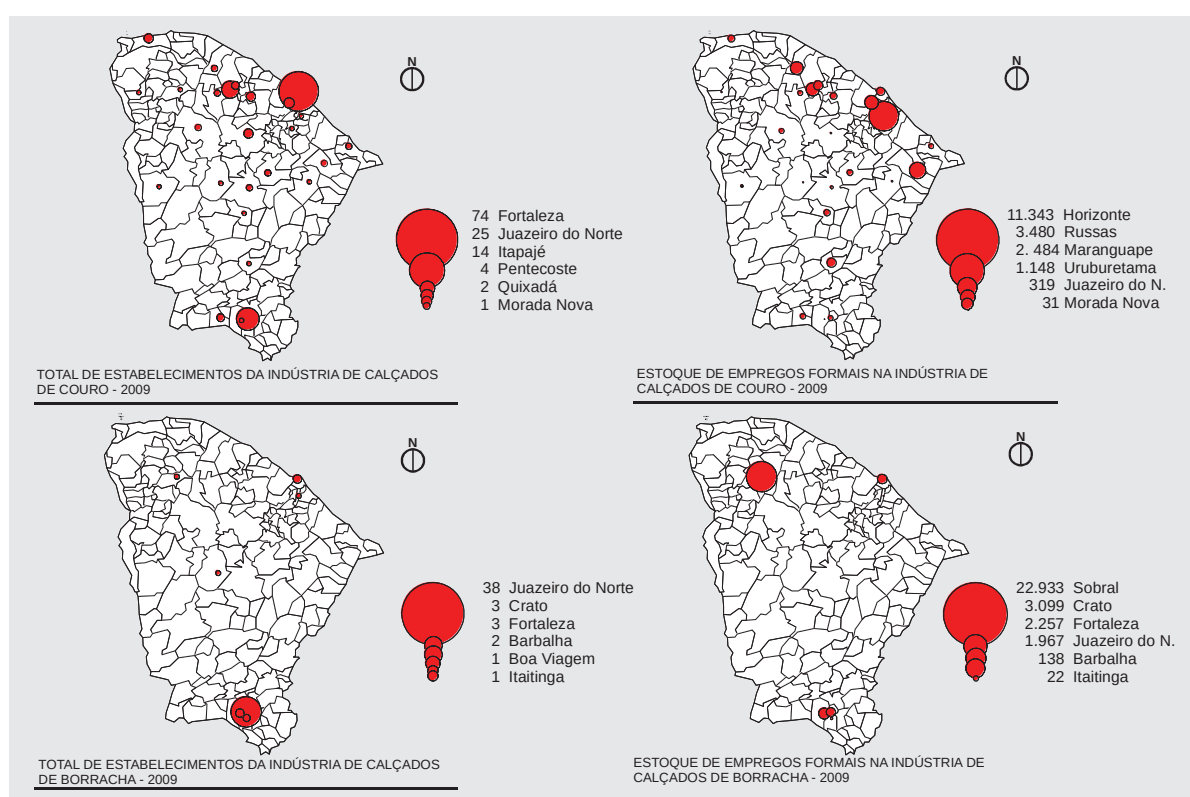
¹⁹¹ No fim deste capítulo, uma discussão mais detalhada sobre o grupo Vulcabras/Azaleia S. A. e Dakota Nordeste S. A. demonstrarão as transformações da grande indústria calçadista na Região Metropolitana de Fortaleza e na região do Baixo Jaguaribe.



Fonte: MTE/RAIS. Base Cartográfica do PHILCARTO, 2008.

Organização: Edilson Pereira Júnior
Apoio: FCT-UNESP/IGASPERR.

Cartograma 22: Ceará - total de estabelecimentos e estoque de empregos formais na indústria de calçados (1990/2009)



Fonte: MTE/RAIS. Base Cartográfica do PHILCARTO, 2008.

Cartograma 23: Total de estabelecimentos e estoque de empregos formais na indústria de calçados de couro e borracha (2009)

Organização: Edilson Pereira Júnior
Apoio: FCT-UNESP/IGASPERR.

A segunda estratégia de ocupação é definida a partir de outro padrão espacial. Foi demarcada por um grupo de empresas que resolveram agir de maneira mais desconcentrada no território, aproveitando seu arranjo descontínuo e priorizando fatores como os custos com a mão de obra. Neste grupo, estão incluídos estabelecimentos de grande porte, que produzem mercadorias de marcas próprias; ou unidades produtivas que se inserem no mercado nacional e internacional através da fabricação de peças para outras empresas. Inclui-se também um conjunto de firmas médias, que migraram de outros estados na expectativa de contornar as dificuldades engendradas com a abertura econômica nacional na década de 1990. Merece referência, entre estas empresas, aquelas que se instalaram no Ceará introduzindo o modelo de “cooperativas”, estimulando a criação de prestadoras de serviços de intermediação de mão de obra, caracterizadas por utilizarem formas explícitas de superexploração da força de trabalho.

Essas empresas enfatizaram muito mais os ganhos de produtividade nas linhas de produção e, neste caso, não seria estratégico selecionar padrões de localização industrial concentrados, sobretudo quando os subsídios do estado favorecem a ocupação difusa. Ao evitar a formação de novas aglomerações industriais calçadistas, este grupo de empresas garante também a reprodução dos mecanismos de acumulação com base na exploração de trabalho barato e precário. A formação de centros de produção industrial, inexoravelmente, leva à criação de sindicatos de trabalhadores. Cedo ou tarde, grupos organizados de operários tendem a agir através de reivindicações diversas, o que gera pressão sobre os salários reais e compromete a principal vantagem motivadora da realocação dos estabelecimentos. O território não é neutro dentro deste contexto. Seu aperfeiçoamento técnico e seu conteúdo político tornam-se fundamentais para traçar os destinos da produção e circulação de riquezas dentro de um cenário específico de configuração da acumulação.

Dito isso, podemos voltar aos cartogramas 21, 22 e 23 para visualizar o arranjo espacial que resulta dos processos em curso. Os cartogramas revelam difusão tanto dos estabelecimentos quanto do estoque de empregos formais gerados na indústria de calçados. Na comparação entre os anos de 1990 e 2009, os perfis se alteram radicalmente, confirmando que a desconcentração foi mesmo a via utilizada pelas empresas para efetivarem seus novos investimentos.

Todavia, ao analisar o cartograma 23 com atenção e interpretá-lo no contexto das transformações industriais da produção calçadista no interior do Ceará, um desvio de interpretação precisa ser reparado. O cartograma indica que praticamente não há estabelecimentos nem empregos formais gerados nos municípios do interior para empresas de calçados de borracha, predominando as variáveis que destacam as unidades produtivas de calçados de couro.

Ora, esse fenômeno não condiz com a realidade. Apesar da presença de empresas produtoras de calçados de couro ser expressiva em muitos dos municípios sublinhados, a exemplo da Democrata e da Agabê, unidades produtivas registradas no Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) como produtoras de sapatos de couro, há muito substituíram sua produção por tênis ou sapatos de material sintético. Isso implica dizer que algumas indústrias chegaram ao Ceará especializadas em linhas de produção específicas e alteraram o seu produto mais importante em função de ganhos de produtividade estimulados pelo mercado. Neste caso, a preferência pelo novo modelo destacou a fabricação de tênis e outros calçados sintéticos, que passaram a ser consumidos muito mais intensamente no Brasil e no exterior nos últimos anos. Ilustra o fenômeno o caso da Dilly, já apresentado neste item, mas não podemos deixar de mencionar a presença marcante de empresas como a Paquetá e a Aniger, que estabeleceram contratos com marcas famosas do mercado internacional de tênis e colocam-se entre as que mais produzem e exportam calçados sintéticos no Ceará.

Podemos tomar o exemplo de duas dessas três empresas para entender a estratégia de instalação de fábricas em municípios distantes dos maiores centros urbanos. Exploraremos, então, o percurso seguido pela Paquetá Calçados LTDA e a Dilly Nordeste LTDA para entender o sentido da localização difusa de algumas indústrias calçadistas no território cearense. É preciso esclarecer, entretanto, que o modelo de implantação utilizado não foi o único no interior do estado e que outras firmas instalaram-se no território, explorando as vantagens comparativas que lhes pareceram convenientes. Mas o perfil da Paquetá e da Dilly é ilustrativo, exatamente por representar a ação de duas empresas de destaque na América do Sul que procuram usufruir muitas das possibilidades que uma realocação industrial para o Ceará poderia oferecer.

Tratemos inicialmente da Paquetá Calçados LTDA. Este grupo empresarial está sediado em Sapiranga, Rio Grande do Sul, e investe tanto na produção de calçados como em estabelecimentos varejistas especializados em produtos esportivos, além de outros serviços ligados ao mercado imobiliário. No segmento calçadista, assume relevante posição nacional e é mais conhecida por administrar marcas importantes, tais como Dumond, Capodarte, Diadora e Ortopé. A Paquetá também se destaca por estabelecer contratos com marcas famosas, notadamente a Adidas e a Asics, com as quais negocia a produção e o direito de distribuição dos produtos no Brasil e em outros países da América Latina. A firma tem 13 unidades produtivas distribuídas pelo Brasil e uma na Argentina, na cidade de Chivilcoy, especializada na fabricação da marca Adidas¹⁹².

¹⁹² Diante da recusa de respostas mais detalhadas sobre a empresa por parte da gerência administrativa, a maioria das informações obtidas foram conseguidas através do relato de funcionários no município de Itapajé.

Atraída pelas novas possibilidades abertas pelo Ceará, a Paquetá instalou-se no estado em 1996, mais precisamente na cidade de Itapajé, um município distante da capital ou de qualquer outro centro urbano de maior expressão. A escolha não foi aleatória. Alguns anos depois da sua instalação, a empresa ainda reunia somente 20 trabalhadores formais na sua unidade produtiva, boa parte deles vindos do Rio Grande do Sul. Mesmo assim, a produção era de 700 pares de calçados por dia, vendida para os estados do Sul e do Sudeste ou negociada para outros países.

O segredo da Paquetá estava em comandar uma empresa “cooperativa” chamada Copajé, que reunia mais de 115 trabalhadores. A Copajé tinha um contrato de comodato com a Paquetá, que oferecia todas as suas máquinas e treinava seus supostos “cooperados”. Estes trabalhavam num grande galpão dentro da cidade e, além de pagarem taxas mensais de consumo de água e energia, não tinham os direitos de trabalho garantidos pela CLT, sendo vítimas da superexploração já descritas no item anterior.

Depois de inúmeras denúncias, fiscais do Ministério do Trabalho realizaram visitas na tentativa de autuar a empresa por desrespeito às leis trabalhistas. Apesar da participação de inúmeras entidades que agiram em favor dos direitos dos trabalhadores, como algumas pastorais da Igreja Católica, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e o Sindicato dos Sapateiros do Ceará, até o começo da década de 2000 nenhuma alteração havia ocorrido.

A empresa estava convencida de que, no Ceará, a instalação de novas fábricas da produção calçadista para o mercado internacional só poderia se dar condicionada a implantação desse modelo. Em entrevista ao jornal *Diário do Nordeste* em outubro de 1997, o gerente administrativo da Paquetá Calçados, Ailton Polasso, foi enfático quando abordado sobre a questão das “cooperativas”:

Hoje, o sistema de cooperativa, você sabe, é uma realidade para se manter no mercado. Principalmente no Nordeste do país, onde há bastante desemprego. É o único jeito de uma empresa do Sul vir se instalar no Ceará para conseguir se manter no mercado. Sem ela, seria muito difícil trabalhar no Nordeste onde é longe e não tem matéria-prima, onde o transporte é muito caro” (*Diário do Nordeste*, 27 de outubro de 1997)¹⁹³.

As pressões que mais surtiram efeito, no entanto, vieram dos clientes estrangeiros, compradores das marcas fabricadas pela empresa no Ceará. Depois de uma ampla campanha de divulgação dos sistemas de exploração do trabalho, as próprias firmas que subcontratavam os serviços da Paquetá exigiram uma alteração nos padrões de uso da mão de obra, sob pena de cancelarem os contratos de produção.

¹⁹³ Ver entrevista concedida ao jornal *Diário do Nordeste* e a reportagem intitulada “Empresa defende o uso de cooperativas”, de 27 de outubro de 1997.



Fonte: Paquetá. Disponível em <http://www.paqueta.com.br/2010/index.asp>. Acesso em 21 de setembro de 2009

Fotos 22 e 23: Fábricas da Paquetá Calçados LTDA localizadas em Itapagé e Pentecoste.

A partir de 2003, os funcionários das “cooperativas” foram gradativamente sendo incorporados às linhas produtivas da “empresa-mãe”. Além de assinar a carteira de trabalho de antigos funcionários, a firma ampliou sobremaneira o seu número de trabalhadores no estado, abrindo outras duas fábricas, uma em Uruburetama e outra em Pentecoste.

Atualmente, a produção de peças da Adidas e da Ortopé é feita nessas fábricas e a Paquetá ainda produz uma grande quantidade de calçados femininos para atender o mercado consumidor dos Estados Unidos e da Europa. São cerca de 5.500 empregos formais concentrados nas três plantas, responsáveis por produzir mais de 75 mil pares de calçados por dia, números que fazem da empresa a terceira maior exportadora calçadista do Ceará, com um faturamento de US\$ 43.920.609,00 FOB, isto é, 7,30% do total exportado pelo estado.

Com a empresa Dilly Nordeste LTDA o processo não foi diferente. A firma abriu uma unidade no Ceará em 1996 e protagonizou uma longa polêmica envolvendo a contratação de funcionários de duas “cooperativas” (Coita e Codin) localizadas no município de Itapipoca, a 130 quilômetros de Fortaleza. Segundo alguns ex-trabalhadores que vivenciaram a situação, a Dilly não reconhecia a relação que estabelecia com as “cooperativas”, mas, na verdade, toda a produção da empresa gaúcha no Nordeste era realizada nos galpões da Coita e da Codin. O fato é que as cooperativas foram criadas em Itapipoca exatamente para este fim e, além disso, tinham um contrato particular de compra e venda e de colaboração técnica e financeira com a Dilly Calçados, como revela uma reportagem do jornal *Diário do Nordeste*, publicada no período.

A Codin e a Coita estão na lista das cooperativas suspeitas de serem fraudulentas. O Ministério Público do Trabalho, através da Procuradoria Regional do Trabalho 7ª Região, está investigando as duas e deverá abrir ação contra a Dilly por usá-las como instrumento de manobra para não cumprir a consolidação das Leis do Trabalho (CLT). De acordo com o relatório das fiscais do trabalho, as duas cooperativas têm contrato particular de compra e venda e colaboração técnica e financeira, além de outros pactos com a Dilly Nordeste LTDA. Estes contratos, no entanto, não estão registrados em Cartório de Títulos e Documentos (jornal *Diário do Nordeste*, 28 de outubro de 1997)¹⁹⁴.

Em função dessa estreita relação entre as empresas, a Coita e a Codin eram obrigadas a vender toda a sua produção para a Dilly, que lhes sediam máquinas, matéria-prima, equipamentos e capacitação profissional para o trabalho na fábrica. Até o controle e a verificação das etapas de produção eram feitos por funcionários gaúchos da Dilly, que exigiam estrutura hierárquica rígida e metas de produtividade altíssimas, mesmo com o pagamento de baixos salários.

Segundo um funcionário que trabalhou numa das “cooperativas”, o pagamento

era feito por faturamento e a gente não sabia direito quanto ganhava, porque tinha que somar as horas trabalhadas por todo mundo na “cooperativa” com as que a gente tinha trabalhado e depois descontava o INSS, a conta de água, de luz e outras taxas” (Entrevista com ex-trabalhador de “cooperativa”, realizada em 2009).

Em geral, os empregados não sabiam exatamente quanto ganhavam, mas contabilizavam um benefício em torno de pouco menos de um salário mínimo.

As pressões junto aos “cooperados” quanto ao disciplinamento das suas funções na fábrica também eram elevadas e o controle da jornada diária de trabalho, exercido através de cartão de ponto batidos em relógios, era uma imposição da própria Dilly, que, mais uma vez, disponibilizava os programas organizacionais de regulação produtiva e fornecia os equipamentos que mensuravam o tempo da atividade. Os depoimentos são enfáticos:

A gente tinha que fazer uma meta X por dia, senão não recebia aquilo que tava programado. Além do mais, faltou, descontava no salário, não importava o motivo. Você chegava com o atestado e não fazia diferença. Era muita desonestidade e a gente era tratado sem nenhum respeito (Entrevista com ex-trabalhador de “cooperativa”, realizada em 2009).

¹⁹⁴ Ver reportagem do jornal *Diário do Nordeste*, intitulada “Cooperativas de Itapipoca são alvo de investigações”, de 28 de outubro de 1997.

O fato de produzirem para o mercado internacional também era reiteradamente lembrado, justificando a pressão sobre o trabalho, a ampliação das metas de produtividade e o cuidado cada vez maior com a qualidade do produto.

Eles chegaram muito autoritários aqui, como se fossem donos. Deveriam nos deixar mais a vontade. Cobravam demais pelo trabalho. O nosso problema é que se trabalhava para exportação. Se fosse produto nacional era mais fácil a cooperativa ter liberdade para produzir do seu jeito. Mas tinha até pessoal de fora olhando a produção para ver se tava tudo certo. Eu vi gente da China por aqui (Entrevista de ex-trabalhador de “cooperativa”, realizada em 2009).

A Dilly Calçados LTDA, firma criada na cidade de Ivoti – RS, há muitos anos era fornecedora da marca Nike no Brasil. Em 2004, realizou uma fusão com o Grupo Dass Clássico e hoje a empresa se chama Dass Dilly Clássico, possuindo 12 fábricas espalhadas entre os estados do país, sendo que uma delas foi aberta em 2007 na Argentina. A fábrica da Argentina é especializada na fabricação dos tênis da Nike, mas, no Brasil, a empresa produz e distribui produtos com as marcas Try On, Fila, Kappa, Robe Di Kappa, Umbro, Adidas, Oakley e Dilly.



Fonte: Dass Dilly Clássico. Disponível em <http://www.grupodass.com.br/?page>. Acesso em 21 de setembro de 2009.

Fotos 24 e 25: A Dass Dilly Clássico Nordeste em Itapipoca e a sua linha de produção de calçados de material sintético.

No Ceará, a destruição dos sistemas de exploração do trabalho do tipo “cooperativa” só foi possível na Dilly nos últimos sete anos. Os depoimentos sobre os conflitos entre trabalhadores e representantes da firma, quanto às exigências de direitos básicos de trabalho, são muitos. Eles relatam, inclusive, a participação de alguns políticos locais, a exemplo de prefeitos e vereadores, que agiam agressivamente diante de qualquer

manifestação contrária à empresa. É um movimento que inverte o sentido da ação estatal, aqui engajada na tarefa de destruir os obstáculos que atrapalham a acumulação industrial.

Entretanto, pelos mesmos motivos já elencados no caso da Paquetá, a Dilly ampliou sua produção e aos poucos foram assinadas as carteiras de trabalho dos funcionários que operavam em regime de “cooperação”.

Assim, em 2010, a fábrica de Itapipoca reúne cerca de dois mil trabalhadores e sua produção chega a 13 mil pares de tênis por dia. A maioria destes calçados é negociada para o mercado interno, principalmente os estados do Sul e Sudeste. A empresa tem tradição na fabricação de calçados femininos de couro. Atualmente, porém, vem redefinindo suas prioridades, centrando sua produção em produtos de material sintético, sobretudo aqueles das marcas internacionais, entre as quais se destacam a Nike, a Fila e a Umbro.

As estratégias descritas definem os rumos da organização espacial calçadista no Ceará. Ao priorizar os investimentos atraídos de fora do estado, um movimento de reestruturação produtiva reorienta os padrões de uso e ocupação do território, que agora ficam muito mais integrados às configurações engendradas a partir da relação entre agentes que atuam em múltiplas escalas. A velha indústria calçadista, com os seus arranjos tecnológicos e de trabalho orientados pela pequena produção manufatureira, perde posição para amplas redes de relações estabelecidas entre firmas nacionais e globais. Tudo isso ocorre num contexto de altas cobranças por metas de mercado, pautadas, sobretudo, pela implacável filosofia da busca pela rentabilidade a qualquer custo.

Seja pela atuação de grandes conglomerados industriais ou por médias e grandes empresas provenientes de outros estados brasileiros, o processo em curso no Ceará agora prescinde das transformações tecnológicas e organizacionais que marcam o mundo da acumulação industrial nas últimas décadas. Neste contexto, o espaço já não é mais um obstáculo para se atuar na busca por melhores condições de trabalho e produtividade. A produção já pode perfeitamente ser dividida entre os territórios e as margens de acumulação dependem cada vez mais desse mosaico que é a nova divisão territorial do trabalho, determinada pela diferenciação espacial.

Para concluir o debate em torno dessas questões, vejamos como se manifestam as estratégias utilizadas por dois dos maiores grupos empresariais produtores de calçados.

4.4. PROCESSO PRODUTIVO E CIRCUITOS ESPACIAIS DA PRODUÇÃO DAS MAIORES EMPRESAS CALÇADISTAS

Após discorrer mais detalhadamente sobre algumas empresas calçadistas que se instalaram nos municípios do interior do Ceará, faremos o mesmo com dois dos maiores grupos industriais que agem no território cearense. No entanto, em função da dimensão dos investimentos e das redes de relações estabelecidas, capazes de dinamizar um número muito maior de agentes em várias escalas geográficas, uma discussão em separado de cada um deles se faz necessária.

Sua organização produtiva e seus circuitos espaciais da produção fortalecem o que já foi anunciado ao longo deste capítulo. Porém, o detalhamento das operações e as estratégias particulares que caracterizam cada um dos conglomerados trabalhados enriquecem o debate sobre a reestruturação espacial e produtiva no contexto do processo de mundialização. Eles legitimam a enorme capacidade desenvolvida pelos mercados em combinar diferenciadas formas de acumulação delineadas pelo uso de tecnologias informacionais, trabalho artesanal em linhas de produção tayloristas/fordistas e renovadas estratégias de venda e publicidade. Ao mesmo tempo, sintetizam um processo de geração de valor que passa pela esfera produtiva industrial, mas que não se encerra na fábrica, envolvendo capitais diversos, numa articulação que simboliza o complexo arranjo sistêmico de acumulação do capitalismo contemporâneo.

Analisemos mais de perto os dois grupos selecionados.

4.4.1. O GRUPO VULCABRAS/AZALEIA

O grupo Vulcabras/Azaleia corresponde ao maior conglomerado industrial brasileiro produtor de calçados. Ele resultou de duas aquisições realizadas pela Vulcabras S.A. em 2007, primeiramente ao obter a totalidade das ações da Indular Manufacturas S.A., localizada na Argentina, e depois ao comprar 99,59% das ações da Calçados Azaleia S.A.. O resultado foi a composição de um importante grupo empresarial controlador de amplo circuito espacial a envolver diretamente 26 unidades de gerência e produção, 15 mil pontos de venda no Brasil e cerca de três mil pontos de venda no exterior¹⁹⁵.

As 26 fábricas estão distribuídas pelos estados brasileiros e apenas uma é localizada na Argentina, exatamente a planta da Indular, que fica em Coronel Suarez, a sudoeste de Buenos Aires. No Brasil, as principais unidades estão em Horizonte – CE, Jundiaí – SP (sede administrativa), Itapetinga – BA, Frei Paulo – SE, Parobé – RS e Portão – RS.

¹⁹⁵ Ver conjunto de Balanços Administrativos entre os anos de 1997 a 2010, disponibilizados pela empresa no endereço eletrônico <http://www.vulcabras.com.br/site/content/home/default.aspx>.

Somam-se às fábricas citadas outros menores estabelecimentos distribuídos pelo estado da Bahia, responsáveis por abastecer de componentes a unidade maior de Itapetinga, centrada na produção das tradicionais marcas da Azaleia.

As fusões e aquisições ampliaram os negócios do grupo empresarial. Em 2009, depois de dois anos de atuação do conglomerado, o faturamento bruto foi de R\$ 590 milhões, 19% superior aos resultados obtidos em 2008. Neste mesmo ano, as vendas com confecções esportivas e com calçados representaram 79% do faturamento consolidado, o que colocou o grupo entre os dez maiores do mundo no setor. Enquanto isso, os segmentos de calçados esportivos foram responsáveis por 71% da receita bruta¹⁹⁶.

Em 2010, apesar das consequências da crise financeira internacional, a expansão não parou. O faturamento bruto foi para R\$ 601 milhões, e a receita líquida de vendas chegou a R\$ 1.953,10 milhões. Até o terceiro trimestre deste mesmo ano, as vendas ao exterior apontaram crescimento de 43,2%, com a linha de calçados expandindo 46% no faturamento. No período, o número de pares de calçados vendeu 23% a mais.

Todos esses números favoráveis resultam de um aumento no consumo de pares de calçados no Brasil e no mundo, mas também se dá devido à expansão dos produtos da Vulcabras/Azaleia no mercado a partir da taxaço dos tênis importados da China. Eles respondem, igualmente, à redefinição das estratégias comerciais efetivadas com as aquisições de 2007. Neste mesmo ano, o grupo passou a priorizar novas metas de mercado, centrando-se na produção e comercialização de calçados esportivos.

Desde então seguiu a política utilizada por grandes empresas internacionais e investiu maiores recursos no aperfeiçoamento da marca Olympikus, encomendando novos *designs* e produzindo modelos que pudessem ser equiparados à qualidade dos concorrentes, tornando-o competitivo face às marcas mais conhecidas do setor. Começou também a patrocinar eventos esportivos (Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro em 2007), clubes de futebol e atletas consagrados, iniciando um movimento em busca do consumidor com maior poder aquisitivo. A partir daí, a marca ampliou em cerca de 30% o valor final dos seus modelos nas lojas especializadas do ramo.

A mudança de política convergiu com a renovação do contrato de fabricação e distribuição de produtos da marca Reebok pela Vulcabras. Antes de formar o conglomerado, a empresa já tinha um contrato com a Reebok firmado desde 1992. As novas estratégias estenderam a parceria até 2015, como revela o texto a seguir extraído do balanço de 2008 da empresa.

¹⁹⁶ Disponível em <http://www.vulcabras.com.br/site/content/home/default.aspx>. Acesso em várias datas no período de julho de 2007 a março de 2011.

A Vulcabras S.A. e o Grupo Adidas anunciam hoje que chegaram a um acordo final para a constituição de uma sociedade no Brasil (*Joint Venture*) para conduzir os negócios de distribuição de calçados, confecções e acessórios com a marca Reebok. De acordo com os termos do contrato, Pedro Grendene Bartelle será o Presidente da nova sociedade, que será administrada por um Conselho de Administração composto de executivos da Reebok e da Vulcabras. A nova sociedade iniciará suas operações em 1º de abril deste ano e tem duração prevista até dezembro de 2015. O grupo Adidas anunciou que planeja consolidar os resultados financeiros da nova sociedade a partir de 01/04/08 nos seus Demonstrativos Financeiros Consolidados. (Balanço Administrativo – Fato Relevante. Jundiaí - SP, 25 de março de 2008)¹⁹⁷.

A Reebok é uma subsidiária do grupo empresarial Adidas. Apesar de ser uma empresa criada na Inglaterra há mais de 50 anos, depois de adquirida pela Adidas, sua sede passou a ser localizada em Canton, Massachussetts, Estados Unidos. É de lá que partem todas as ordens administrativas e gerenciais acerca da marca e, ao mesmo tempo, para onde converge uma rede de relações que interliga todo um processo de produção e distribuição a englobar as etapas de publicidade, venda, concepção, fabricação e montagem de produtos, tudo isso distribuído para diversas partes do mundo até chegar às fábricas da Vulcabras/Azaleia, que concluem sua produção em Horizonte, no Brasil, e em Coronel Suarez, na Argentina (ver cartograma 24).

As duas marcas, Olympikus e Reebok, representam 70% da receita bruta do grupo Vulcabras/Azaleia; e têm as coleções que reúnem o maior valor agregado entre os produtos do conglomerado, o que exige maior investimento no processo de produção. Mas as empresas também produzem sandálias femininas das marcas Azaleia, Dijean e Funny, além de sandálias da marca Opanka e as botas de policloreto de vinilina (PVC) denominadas Botas Vulcabras. Por fim, entre o conjunto de produtos fabricados, estão as peças de confecção esportivas produzidas na fábrica de Horizonte, que também levam os nomes Olympikus e Reebok.

Toda essa produção só é possível a partir da configuração de um sistema de interação espacial materializado a partir do uso de alta tecnologia que permite inter-relacionar projetistas nos Estados Unidos e na China com trabalhadores de baixos salários no Ceará, na Bahia e em Sergipe, sem esquecer a participação de técnicos, engenheiros e administradores que trabalham nas unidades de São Paulo e do Rio Grande do Sul.

Os projetos são transmitidos por internet às unidades especializadas em produção de matrizes no sistema CAD/CAM, onde protótipos são desenvolvidos e testados. Uma vez aprovados, os impressos podem ser encaminhados para as fábricas produtoras e as

¹⁹⁷ Disponível em <http://www.vulcabras.com.br/>. Acesso em várias datas no período de julho de 2007 a março de 2011.

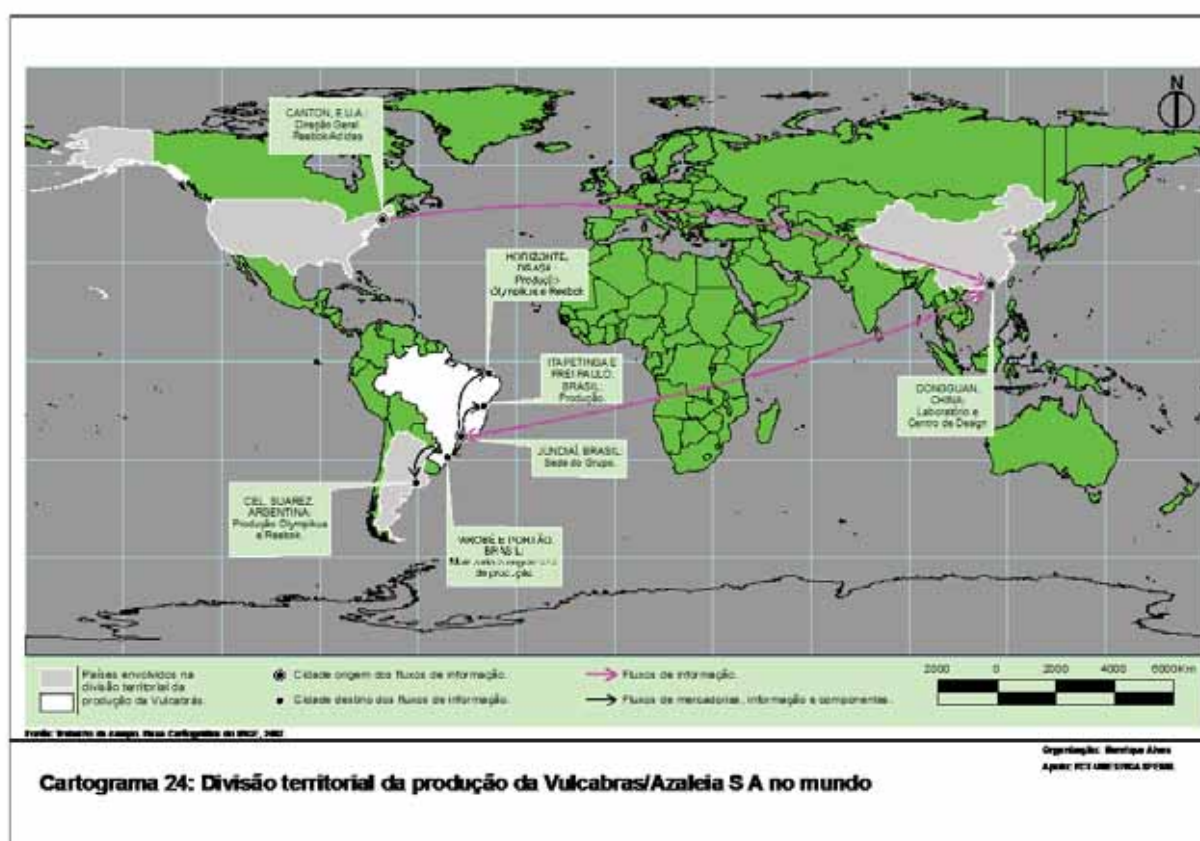
mercadorias começam a ser fabricadas em escala num ritmo acelerado. De acordo com a marca dos produtos, esse sofisticado arranjo técnico pode articular diversos países do mundo, como no caso da Reebok, ou envolver muitos estados do Brasil, quando o interesse é produzir o tênis Olympikus e as sandálias da Azaleia.

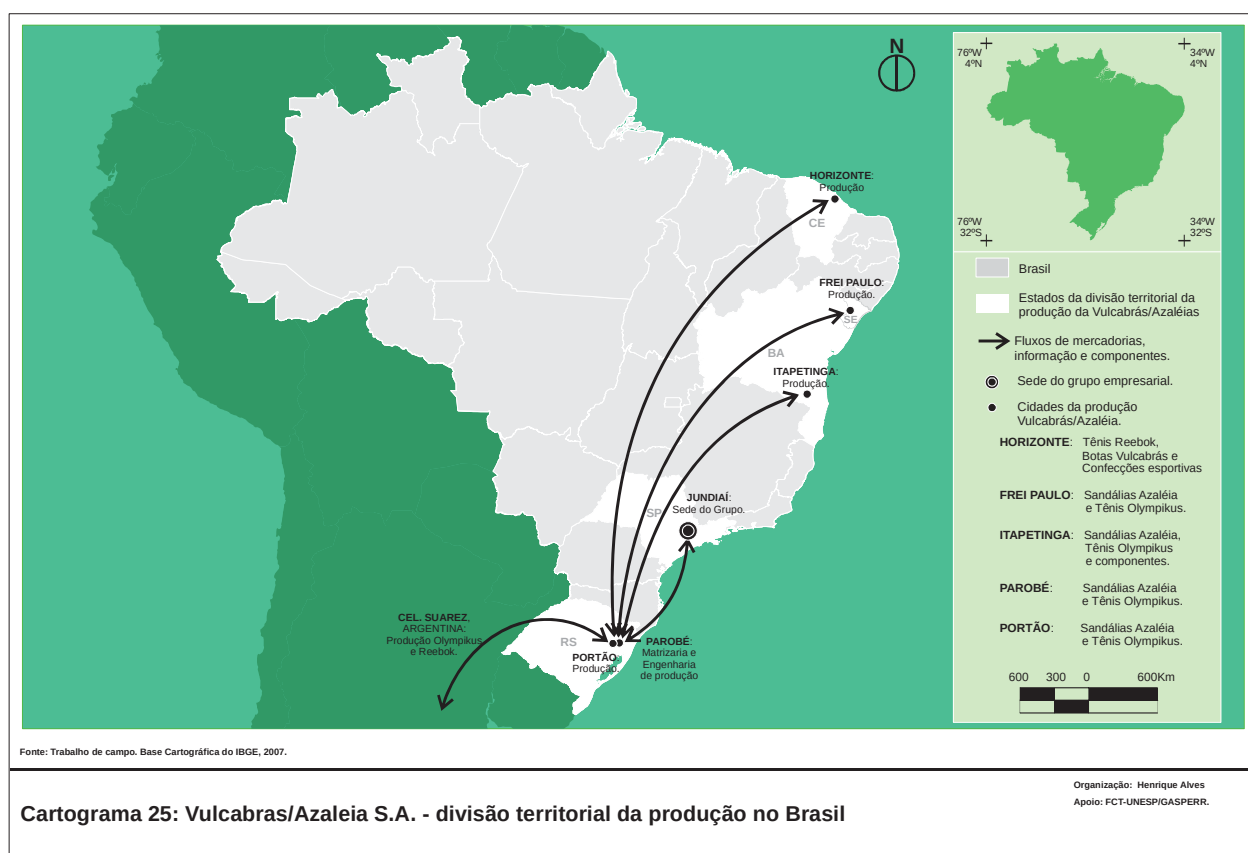
Como aponta um gerente industrial do grupo,

toda matriz Azaléia e Vulcabras, de produtos nacionais, Olympikus e tal, é feita na matrizaria de Parobé no Rio Grande do Sul. Mas os moldes de Reebok ainda são feitos na Ásia. Primeiro que é interessante de você fabricar moldes na Ásia com essa coisa de internet. Você cria um modelo, faz a forma, manda para a Ásia, ele faz lá o desenvolvimento, te manda de volta pela internet e você consegue fazer a peça aqui em três D, como um protótipo. Você vai testando até saber se é aquilo mesmo que você quer. Para isso existe uma máquina que ela faz o seguinte: você quer criar uma peça como esta, então faz o formato das dimensões e manda pra lá, aí você manda imprimir, isso por ser Reebok, mas os Olympikus a gente já faz aqui. Você imprime e ele te dá este formato em deposição de material acompanhando o desenho em três D. Se você quiser, ele faz com uma espécie de composição de material que vai depositando e acompanhando aquele formato, então você encaixa e diz, opa, o produto é esse aqui. Perfeito, já pode fabricar o molde (Entrevista ao gerente industrial do Grupo Vulcabras/Azaleia, realizada em 2009).

No Brasil, como pode ser visualizado no cartograma 25, o circuito engloba cinco estados, não deixando de articular entre eles um intenso fluxo de mercadorias, pessoas, objetos e informação. A frequência das interações é acelerada, mas ela está condicionada há uma hierarquia espacial produtiva, demarcada em função das diferenças entre os territórios. Obviamente, o circuito espacial produzido não deixa de apresentar um arranjo assimétrico, definido a partir do papel econômico e da especialização produtiva de cada lugar.

É desse modo que estão territorialmente divididas as etapas de gestão financeira e gerência administrativa (sede do grupo em Jundiaí), matrizaria e engenharia de produção (Parobé) e execução e montagem desqualificadas, estas últimas realizadas em áreas periféricas (Horizonte, Frei Paulo e Itapetinga). A fábrica de Portão, no Rio Grande do Sul, também especializada na montagem de produtos, está sendo desativada e sua demanda transferida para os estados do Nordeste.





Todo esse complexo financeiro/gerencial/produtivo conciliou a expansão das vendas e das margens de lucro com a contratação de um número expressivo de trabalhadores. Em 2006, antes da fusão entre as empresas, a Vulcabras reunia cerca de 9.000 funcionários. A Azaleia, por sua vez, recrutava outros 17.000 e a Indular, na Argentina, detinha não mais que mil trabalhadores. Em 2009, o total agregado do grupo expandiu sobremaneira, totalizando 41 mil funcionários. Na metade de 2010, esse número já havia chegado a 43 mil e, nos primeiros meses de 2011, a empresa informa que conta com 45 mil trabalhadores distribuídos nas 26 unidades do conglomerado, sendo quatro mil os que se concentram na fábrica de Coronel Suarez, na Argentina.

Como a unidade produtiva da Vulcabras/Azaleia em Horizonte se enquadra nesse contexto? Segundo o presidente geral do grupo, a fábrica de Horizonte

é a mais moderna da América Latina na produção de calçados de alta tecnologia. Além disso, é a única que também produz confecções na área esportiva. É a nossa raiz. Foi essa fábrica que nos permitiu assumir a liderança do mercado e a compra da Azaléia (entrevista a Milton Cardoso, realizada pelo jornal *Diário do Nordeste*)¹⁹⁸.

O entusiasmo do comentário não se dá sem razão. Ele se deve, notadamente, em função de dois motivos principais: 1) a unidade de Horizonte foi a primeira a ser montada no Nordeste em 1994, e, gradativamente, passou a concentrar toda a linha de produção da Vulcabras, que se sentiu à vontade para transformar suas unidades no estado de São Paulo apenas em centros de gerência ou galpões de armazenagem; 2) Depois de oferecer as melhores condições de produtividade entre as unidades produtoras, o conglomerado acaba de assinar um protocolo com o governador Cid Gomes para contratar mais 4.100 funcionários entre os anos de 2010 e 2012, resultado de uma aplicação de capital de R\$ 44 milhões.

Apesar desta previsão, já em 2010 os números superaram as metas propostas, pelo menos no que diz respeito aos investimentos. O grupo investiu R\$ 56,1 milhões, e não R\$ 44 milhões, e, da intenção de ampliação dos empregos, três dos quatro mil prometidos já foram gerados. Isso fortalece a centralidade produtiva assumida pela fábrica de Horizonte. Ela detém a mais expressiva quantidade de empregos dentre as demais unidades do grupo (14.500); possui a maior planta em área ocupada (nove mil metros quadrados); e reúne grande parte da produção das mercadorias de alto valor agregado (70%), sendo exclusiva a produção de peças da marca Reebok no Brasil (tênis e confecção)¹⁹⁹.

¹⁹⁸ Ver reportagem do jornal *Diário do Nordeste* intitulada "Vulcabras/Azaléia vai investir R\$ 24 milhões no Ceará", de 29 de maio de 2010.

¹⁹⁹ "É uma cidade para você cuidar", lembra o gerente da unidade, em entrevista realizada em 2009.



Fonte: Vulcabras/Azaleia. Disponível em <http://www.vulcabras.com.br/>. Acesso em 11 de setembro de 2008.

Fotos 26 e 27: A fábrica da Vulcabras/Azaleia em Horizonte e sua linha de produção, com destaque para a seção de costura.

Os famigerados benefícios fornecidos pelo estado do Ceará, obviamente, tiveram papel decisivo nas escolhas do grupo empresarial. Além dos incentivos acumulados desde 1994, a renovação ou incorporação de mais vantagens comparativas reforça o pacote de investimentos, como fica explícito nos comentários do presidente do conglomerado e do governador do estado:

Estamos negociando com o governador Cid Gomes uma plataforma de incentivos para viabilização do projeto. Temos certeza de uma boa conclusão até de forma acelerada (entrevista a Milton Cardoso, realizada pelo jornal *Diário do Nordeste*)²⁰⁰.

Como cearense e brasileiro, é muito bom ver uma empresa totalmente brasileira investindo, crescendo e se desenvolvendo no Ceará. O estado tem o compromisso de, com responsabilidade, contribuir para a geração de emprego, renda e capacitação para os cearenses. (entrevista a Cid Gomes, realizada pelo jornal *Diário do Nordeste*)²⁰¹.

O impacto no território é evidente. A fábrica da Vulcabras/Azaleia é a maior da Região Metropolitana de Fortaleza e a realidade local não fica indiferente ao dinamismo que resulta do funcionamento de um processo industrial desse porte, principalmente em razão da tradicional pobreza dos municípios atingidos. As mudanças na paisagem também são significativas: uma nova disposição de fixos e de fluxos impõe a diversidade das formas e

²⁰⁰ Ver reportagem do jornal *Diário do Nordeste* intitulada "Vulcabras/Azaléia vai investir R\$ 24 milhões no Ceará", de 29 de maio de 2010.

²⁰¹ Ver reportagem do jornal *Diário do Nordeste* intitulada "Vulcabras anuncia mais de 4 mil vagas em 2 anos", de 09 de abril de 2010.

das funções no espaço urbano, que passa a ser condicionado pela disciplina do tempo da fábrica.

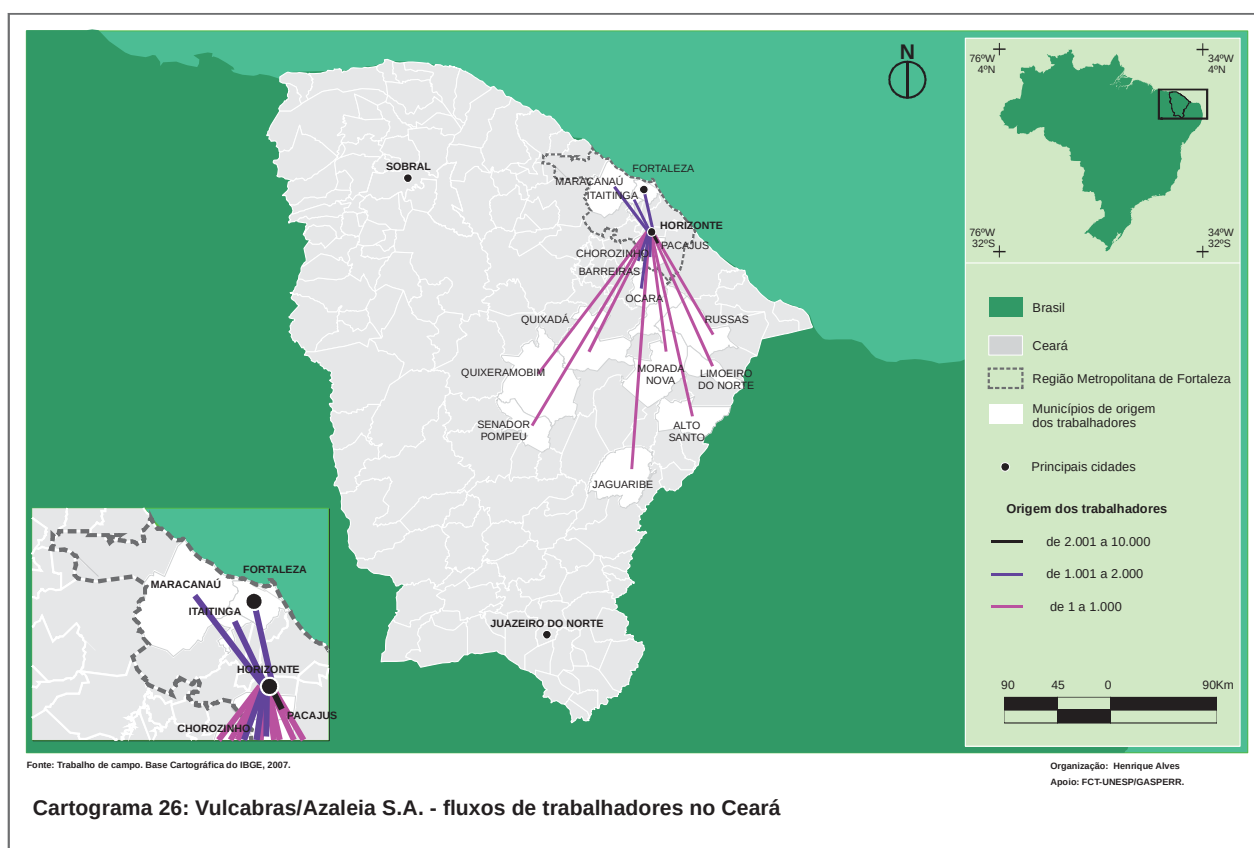
Assim, os mais distintos fluxos de circulação, transformam Horizonte num ponto central de onde parte um feixe variado de relações. São veículos, pessoas e informações que circulam em rodovias e infovias, articulando múltiplas escalas. O tempo da fábrica reconfigura o movimento da vida e os horários de entrada e saída de funcionários da grande planta industrial dita os ritmos da pequena cidade, sobretudo ao fazê-la exercer mais influência na região do que o seu tamanho parece demonstrar. Não só os bairros do Distrito-Sede, mas as localidades e os municípios do entorno são diretamente atingidos, compondo ampliada malha cada vez mais influenciada pelos impactos de uma economia industrial.

O movimento de trabalhadores dá-se no âmbito da região e do estado. Na região, é traduzido a partir de um fluxo diário, conduzido por ônibus, automóveis e bicicletas que atendem tanto os bairros vizinhos como os municípios de Pacajus, Maracanaú, Itaitinga e Fortaleza (ver cartograma 26). Os trabalhadores atendidos por ônibus são servidos por uma empresa subcontratada que disponibiliza 56 rotas diárias, a maioria delas contemplando o próprio município de Horizonte (30) e o município de Pacajus (19), distante sete quilômetros da unidade produtiva em destaque. Para Maracanaú (1), Itaitinga (1) e Fortaleza (5) a quantidade de rotas é bem menor, mas, na capital do estado, elas atendem os funcionários da gerência e do controle administrativo, confirmando que os cargos mais elevados na hierarquia da fábrica são ocupados por pessoas que habitam em Fortaleza.

No âmbito do estado, o escritório local do Sindicato dos Sapateiros informa que os municípios que mais reúnem funcionários da Vulcabras/Azaleia são Quixeramobim, Quixadá, Barreiras, Ocara, Russas, Morada Nova, Limoeiro do Norte, Jaguaribe, Alto Santo e Senador Pompeu. Os trabalhadores oriundos desses lugares não realizam um movimento diário casa/trabalho. Eles, em geral, dinamizam o mercado de aluguéis em Horizonte, habitando pequenos e precários apartamentos e morando em condições desfavoráveis, tendo muitas vezes que dividir com outros trabalhadores, reduzidos cômodos. Somente durante as folgas semanais podem visitar suas famílias.

Do conjunto de trabalhadores citados, a absoluta maioria trabalha em linhas de produção fortemente marcadas por uma organização verticalizada, ao estilo dos sistemas organizacionais de característica taylorista/fordista.

A manufatura de calçados esportivos em uma fábrica como a da Vulcabras/Azaleia, apesar dos investimentos constantes em tecnologia, prescinde de trabalho intensivo no processo de produção. Isso faz com que as mudanças tecnológicas sejam incrementais, embora inúmeras etapas da composição de partes do calçado já estejam sendo produzidas com o apoio de grandes máquinas que substituem trabalhadores.



Na fábrica de Horizonte, após algumas visitas às dependências da planta e depois de conversar com alguns trabalhadores da linha de produção, constatamos que o sistema funciona integrando as seguintes etapas:

- 1) Corte da matéria-prima: borrachas, mistura com produtos químicos e pigmentos são aplainados por um rolo e pressionadas em lâminas. Depois disso, são cortadas na forma de sola de sapato. Se, em empresas menores, essa etapa pode ser cumprida até mesmo por trabalho manual, através do corte da borracha, nesta fábrica a atividade utiliza prensas hidráulicas (balancim), geralmente dirigidas por trabalhadores que controlam o sentido das camadas, a espessura do corte e os eventuais defeitos;
- 2) Injeção de produtos químicos para fabricação de borrachas. Materiais sintéticos como poliuretano (PU) ou etileno e vinil acetato (EVA), são misturados com produtos químicos e pigmentos diversos e introduzidos em modernas injetoras, que irão espumá-los em alta temperatura. Então serão aplanados e cortados até ganharem a forma de palmilhas;
- 3) Pesponto. Nesta etapa são juntadas as partes que comporão o cabedal (parte superior do sapato) dos calçados, sendo muito meticuloso o trabalho de corte, dobras, chanfras e costura. Como essas peças vêm cortadas sem o devido cuidado de acabamento, o trabalho manual nesta seção é fundamental, o que impede a substituição de farta mão de obra por máquinas modernas. Na verdade, máquinas, equipamentos e trabalho manual têm igual importância para o cumprimento dos objetivos nesta fase da produção;
- 4) Costura das partes superiores do sapato. O cabedal é formado por muitas partes de couro, plásticos ou derivados de petróleo, que precisam ser colados e costurados em tecidos. Esta etapa, então, consiste no corte de muitas partes e na costura de todo o material no cabedal. O trabalho manual também se faz essencial, pois não há como realizar atividades tão precisas sem o controle efetivo e constante da costura. Nesta etapa, a predominância de mulheres pode ser percebida;
- 5) Montagem das partes diferenciadas: Depois que solas, entresolas e palmilhas são coladas juntas para formar uma parte única e completa, a cobertura é então juntada à parte inferior e usualmente colada e pressurizada a ar, para formar um sapato completo. Toda essa atividade deve ser feita simultaneamente ao corte e a costura das partes em separado, para evitar atrasos ou falta de um componente específico. É uma etapa que praticamente finaliza a produção;
- 6) Acabamento e expedição: conclusão de todo o procedimento. Depois do sapato montado, somente alguns acabamentos precisam ser realizados, tais como limpeza, polimento, colagem de etiquetas e empacotamento. Grande parte do trabalho também

é feito manualmente e, quando existem máquinas, são movidas por muitos funcionários. Após todas as etapas as peças são expedidas.

A disposição destas atividades por toda a planta industrial é complexa e pode se alterar de acordo com a necessidade de expansão da empresa, o que vem sendo constante no caso da Vulcabras/Azaleia Horizonte²⁰². Soma-se a essas características o fato de a fábrica local produzir, ao mesmo tempo, botas de PVC, tênis esportivos e peças de confecções. Além disso, a Vulcabras/Azaleia, nos últimos anos, alterou o processo de montagem dos seus calçados e a velha linha na qual as etapas de produção estão organizadas em função de um eixo, praticamente foi abandonada. Em seu lugar utiliza-se um sistema de grupos de trabalho, conhecido na empresa como “fábricas”, isto é, células produtivas que têm autonomia para distribuir entre si as operações anteriormente descritas. É uma adaptação às novas formas de engenharia flexível, tão alardeadas na década de 1990, e que busca ampliar a produtividade adaptando-se às oscilações de mercado.

Na verdade, um sapato pode ser dividido em três partes: sola, palmilha e cobertura (cabedal). A divisão em seis etapas, anteriormente apresentada, é a organização das atividades voltadas para a fabricação dessas partes. Na fábrica de Horizonte, ela é realizada pelo trabalho de montagem e expedição em células independentes, exatamente para evitar a lentidão e o “trabalho morto”, facilitando o controle da qualidade e dos estoques. Não é exatamente um sistema toyotista, mas incorpora novas estratégias organizacionais de produção (*Just in time*) sob uma base de fundamento verticalizado.

Desse modo, uma primeira visita ao chão da fábrica da Vulcabras não impressiona apenas pelo barulho e pela quantidade de pessoas em trabalho frenético, mas, notadamente, pelas diferentes atividades que muitas vezes compartilham a mesma bancada e são realizadas ao mesmo tempo.

A matéria-prima, as máquinas, os componentes e os outros materiais necessários à fabricação de um sapato em Horizonte chegam de outros países ou de outras fábricas localizadas no Nordeste. Já as máquinas costumam vir da Itália, da China ou dos Estados Unidos. Enquanto isso, os componentes vêm de Sobral, da grande unidade produtiva da Grendene, ou são comprados na Paraíba, Pernambuco, Sergipe e Bahia, onde se localizam atualmente muitas empresas que fabricam materiais complementares para a produção calçadista.

Finalmente, os produtos são vendidos, em sua grande maioria, para os Estados do Sul e do Sudeste (entre 10 e 80% da produção), em especial São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Quando ocorre exportação, ela é feita para os países do

²⁰² A empresa construiu, só nos últimos seis anos, três galpões novos, um deles de maior proporção, onde se concentram as atividades de expedição.

Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), sobretudo Argentina e Paraguai. O cartograma 27 ajuda a visualizar o movimento de entrada de insumos e saída de produtos acabados, facilitando também a leitura das escalas geográficas envolvidas com as compras e as vendas realizadas pela empresa.

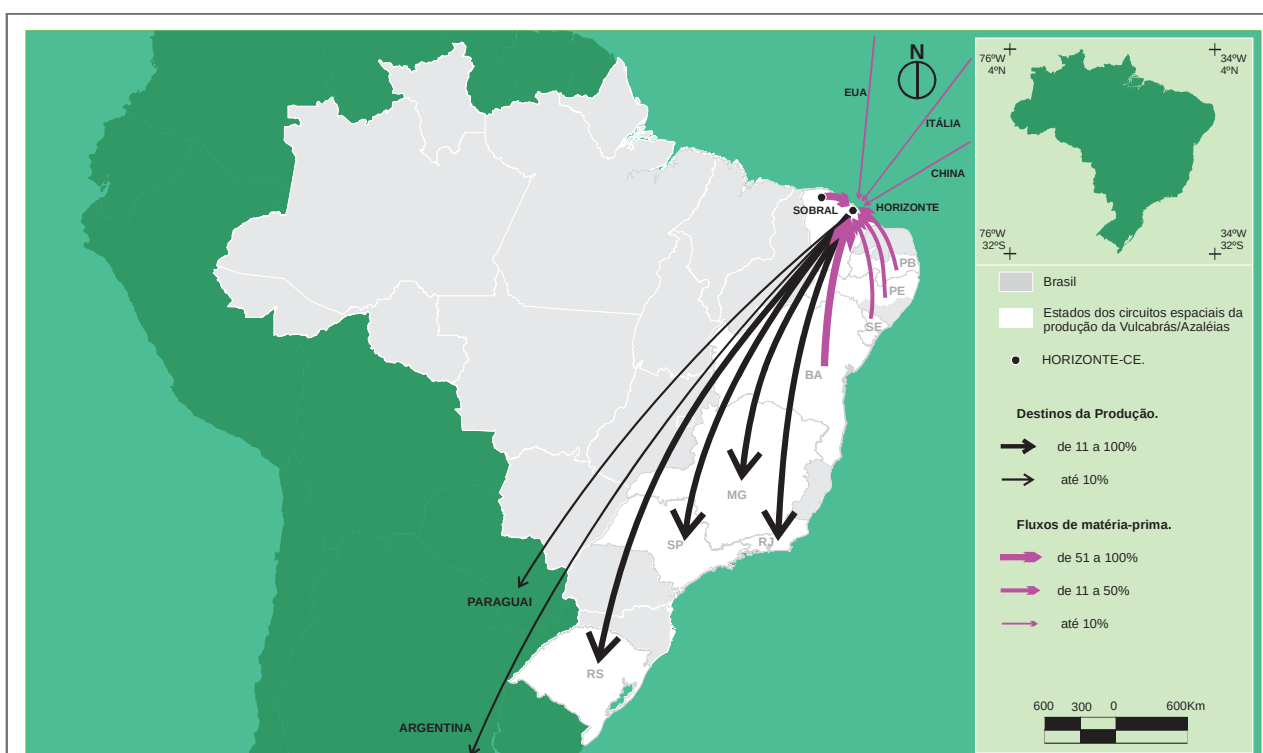
O exemplo da fábrica de Horizonte da Vulcabras/Azaleia, assim como toda a estratégia utilizada pelo grande conglomerado empresarial, ilustra muito bem aquilo que já foi dito nesta tese sobre o território, usado como mecanismo de ampliação das margens de lucratividade e subordinado às demandas da acumulação industrial, o que não se dá sem uma nova forma de organização, cada vez mais moldada a partir de arranjos técnicos que interagem em diversas escalas. No Ceará e, em especial na região diretamente influenciada pela indústria em Horizonte, essas novas diretrizes já não podem mais ser tratadas com indiferença. O tempo da técnica e a modernização capitalista consolidaram suas bases. Nada mais é como antes.

4.4.2. O GRUPO DAKOTA S.A.

O grupo empresarial gaúcho Dakota S.A. também é outro bom exemplo do processo de reestruturação territorial que se dá em função das demandas da nova lógica competitiva da indústria de calçados no Brasil. Suas dimensões econômicas e produtivas são inferiores ao demonstrado pelo grupo Vulcabras/Azaleia, mas a Dakota detém um dos mais importantes conglomerados calçadistas da América Latina e seus produtos estão entre os mais difundidos pelo mercado nacional e internacional.

A empresa nasceu quando empreendedores gaúchos, em dezembro de 1976, fundaram a Calçados Rubelo, localizada no então distrito de Picada Café, no município de Nova Petrópolis – RS. Apesar de ter iniciado com uma modesta produção, dez anos depois já compreendia uma das mais importantes empresas do gênero, com quantidade de empregados e produção suficientes para atender o Brasil e outros mercados estrangeiros, a exemplo dos Estados Unidos.

Depois de garantir fusão com outra empresa gaúcha, a Sussa Calçados, o grupo definiu sua inserção no mercado calçadista, se especializando na produção de calçados femininos e infantis, com uso quase exclusivo do couro como matéria-prima para a fabricação dos seus produtos.



Fonte: Trabalho de campo. Base Cartográfica do IBGE, 2007.

Cartograma 27: Vaulcabras/Azaleia S.A. - fluxos de insumo/produto

Organização: Henrique Alves
Apoio: FCT-UNESP/GASPERR.

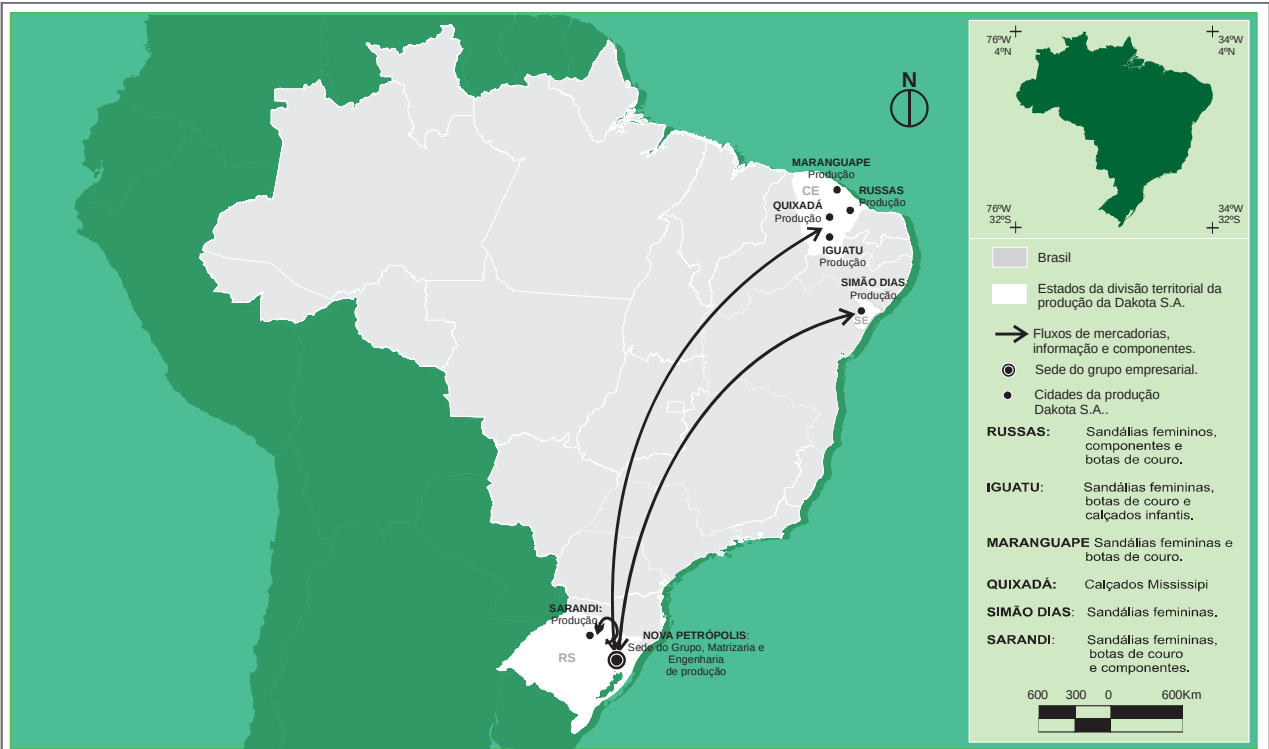
O nome Dakota é lançado na década de 1990, com a intenção de garantir melhor penetração nacional e internacional das mercadorias. Desde então, o empreendimento fortaleceu-se e passou a elevar os ganhos de produtividade, investindo em produtos de grande aceitação no mercado. Os altos investimentos em publicidade também começaram nesse período, quando mais recursos foram gastos para fortalecer as seis marcas desenvolvidas pelo conglomerado, a saber, Dakota, Tanara, Kolosh, Dakotinha, Campesi e Mississippi. Compõem inúmeros modelos de botas, botinas, calçados clássicos, sandálias, chinelos, sapatos infantis, todos produzidos a partir de couro trabalhado ou sintético e com desenhos que mudam cinco vezes a cada ano, o que implica em renovadas estratégias de marketing e realinhamento nas linhas de produção das fábricas.

São quatro empresas que formam o grupo como um todo: a Dakota S.A., que mantém duas unidades no estado do Rio Grande do Sul; a Dakota Nordeste S.A., com três unidades no estado do Ceará; a Dakota Calçados S.A., com uma unidade no estado do Sergipe; e a Mississippi Indústria de Calçados S.A., que possui uma unidade também no estado do Ceará (ver cartograma 28), totalizando 12.000 trabalhadores responsáveis por uma produção de 90 mil pares de calçados por dia. Deste total, 10% são exportados para cerca de 50 países.

A Matriz da Dakota S.A. está situada em Nova Petrópolis - RS e tem uma filial em Sarandi - RS. Uma antiga planta era instalada no município de Bom Retiro do Sul, também no estado gaúcho, mas após redução gradativa da produção e depois de limitar-se a realizar apenas as atividades de corte e costura, a unidade foi desativada em 2008. Na ocasião, seus 370 funcionários foram demitidos ou distribuídos pelas duas outras fábricas do estado.

Assim como observado no outro conglomerado industrial analisado, a Dakota não transferiu para as unidades do Nordeste mais do que suas atividades de montagem e produção desqualificada. Ela mantém na sua matriz de Nova Petrópolis, o controle financeiro e administrativo, e de lá também envia as ordens para a fabricação de produtos através de complexo sistema tecnológico que permite programar e revisar modelos por meio da internet.

Quando iniciou seu processo de desconcentração espacial da produção, no ano de 1995, o estado do Ceará foi imediatamente selecionado para a instalação de uma fábrica no município de Maranguape, na Região Metropolitana de Fortaleza. Essa planta se especializou na fabricação de calçados femininos, iniciando os trabalhos com 900 funcionários. Gradativamente, o número de contratações foi se expandindo e, hoje, a unidade reúne 2.500 trabalhadores.



Fonte: Trabalho de campo. Base Cartográfica do IBGE, 2007.

Organização: Henrique Alves e
Edilson Pereira Junior
Apoio: FCT-UNESP/GASPERR.

Cartograma 28: Dakota S.A. - divisão territorial da produção

Em 1998, foram montadas duas fábricas, uma no município de Iguatu e outra em Russas. Em Iguatu, até 2005, a unidade concentrava 800 trabalhadores, com uma produção média de 12 mil pares de calçados por dia. Um ano depois, a partir de uma renovação dos incentivos fiscais oferecidos pelo Governo do Estado, a empresa ampliou suas instalações, contratou mais empregados e intensificou as vendas de calçados infantis para o mercado internacional. O resultado foi a ampliação desses números, que, atualizados, registram produção de 15 mil pares diários e contratação de 1.400 funcionários. A unidade também continua produzindo botas e sandálias femininas.

A última fábrica aberta no Ceará foi a do município de Quixadá, na região central do estado. O empreendimento foi realizado em 2006, mas sua ampliação só se deu a partir de 2008. Mesmo que os dirigentes e supervisores da empresa neguem, a expansão da unidade em Quixadá, uma planta voltada inteiramente para a produção da marca Mississippi, está vinculada ao fechamento de uma unidade em Cajazeiras, na Paraíba. A fábrica de Cajazeiras atingia uma produção de 1.400 pares de calçados por dia e contratava apenas 300 funcionários, o que implica numa produtividade elevada, segundo funcionários da Dakota. Mesmo assim, em 2008, o grupo decidiu por encerrar as atividades na cidade paraibana, alegando problemas devido à crise econômica internacional. Concomitantemente, a realidade industrial começou a mudar em Quixadá. Uma ampliação das instalações iniciais da Mississippi resultou na duplicação do número de funcionários da empresa, e, em 2011, não só a produção local havia crescido sobremaneira como o grupo industrial recebeu um novo terreno da prefeitura municipal. Ao conjunto de benefícios oferecidos pelo município, deve ser somado os incentivos cedidos pelo Governo do Estado, que definiu um pacote de isenções favorecendo a “alavancagem” do investimento. Neste “leilão de lugares” (SANTOS, 1999 e 2002), Quixadá sagrou-se vitorioso exatamente por oferecer as condições técnicas e políticas capazes de permitir à Dakota S.A. uma produtividade e lucratividade mais adequada.

Não obstante, o maior destaque entre as unidades produtivas de todo o grupo empresarial é a fábrica instalada no município de Russas, na região do Baixo Jaguaribe. Ela se tornou a mais importante planta industrial do país, entre outros motivos: 1) por agregar o maior número de funcionários (cerca de 3.500); 2) por realizar uma grande produção voltada para o mercado nacional e internacional; 3) por fabricar componentes para todas as outras empresas do Ceará; e 4) por assumir a posição de matriz das demais unidades nordestinas, treinando lideranças para outras indústrias subsidiárias. Em função disso, a discussão sobre as estratégias produtivas e territoriais do grupo Dakota no Ceará será realizada a partir dos exemplos dessa unidade.

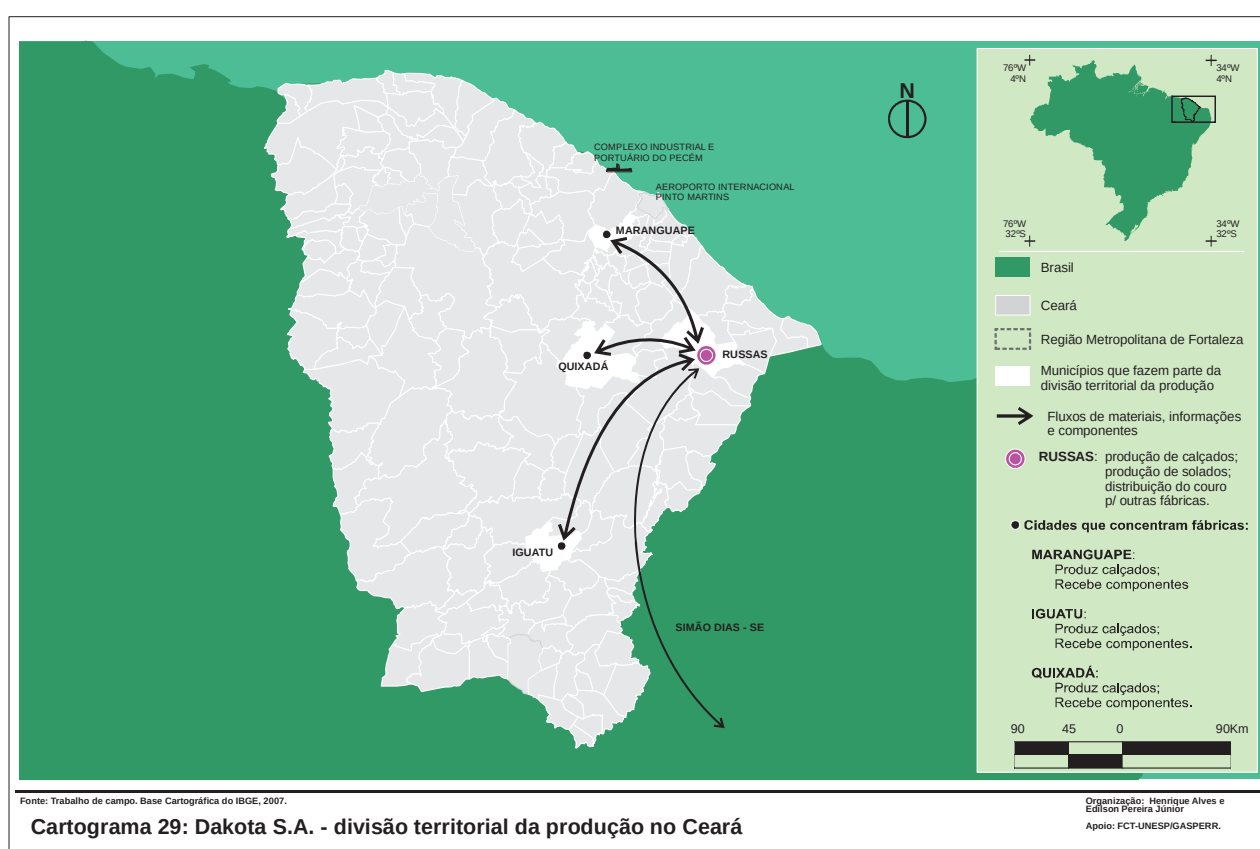


Fonte: Dakota S. A.. Disponível em <http://www.universodakota.com/>. Acesso em 09 de julho de 2009.

Fotos 28, 29, 30 e 31: As quatro fábricas do grupo Dakota S. A. no Ceará. Em sequência, de cima para baixo, as unidades de Russas, Maranguape, Iguatu e Quixadá.

A Dakota de Russas chegou ao município em 1998. Nos primeiros dois anos de funcionamento, reunia apenas 300 funcionários e se encontrava instalada num galpão alugado, só adquirindo sua atual estrutura no ano de 2000. Atualmente, a empresa apresenta uma estrutura de 30 mil metros quadrados, disposta num terreno de 207,1 mil metros quadrados. A produção total é de 18 mil pares de sapatos e 27 mil pares de sandálias por dia. Sua produção de componentes também é expressiva, todos os solados consumidos pelas unidades do Nordeste saem dessa fábrica. Ela abastece as demais plantas industriais através de caminhões que circulam com muita frequência entre os municípios de Quixadá, Maranguape e Iguatu.

Sua localização no contexto do território cearense também pode ser considerada estratégica, primeiro, por estar às margens da BR-116, principal via de escoamento da produção no estado; e, depois, por situar-se numa posição intermediária entre as quatro outras unidades da empresa, como visualizado no cartograma 29. Todas as razões elencadas reforçam a centralidade do estabelecimento de Russas, que se afirma como o nó principal de uma rede que conecta a estrutura produtiva estadual.



A unidade encontra-se ainda num eixo de rápida conexão com o Complexo Industrial e Portuário do Pécem e o aeroporto internacional Pinto Martins, localizados na Região Metropolitana de Fortaleza. Isso confere à fábrica mais vantagens para aquisição de matérias-primas e exportação do produto final, reduzindo os custos de exportação, principalmente para os Estados Unidos e a Europa (ver cartograma 29).

Também é a fábrica que mantém as relações mais frequentes com a matriz do Rio Grande do Sul. Além dos fluxos de informações, que são constantes e em tempo real, chegam deste estado principalmente couro, produtos sintéticos e espumas. Segundo entrevista realizada a funcionários do setor de almoxarifado, a compra é toda informatizada e a quantidade de insumos e componentes é detalhadamente calculada por computador em Nova Petrópolis, para evitar estoque de material. A sequência das etapas, considerando inclusive os insumos comprados no Ceará, é a seguinte:

A cadeia da compra é assim: a Dakota no Rio Grande do Sul recebe a programação daqui e manda material, que depois de passar pelo almoxarifado é dividido pelas linhas de montagem. As embalagens, depois, são compradas na Pácel, em Fortaleza. A fornecedora recebe o pedido direto do Rio Grande do Sul e, dependendo da estação do ano, traz diferentes modelos e cores. Também se compram pequenos produtos úteis para a produção em Fortaleza e em outros estados próximos, como é o caso do creme, que vem de Fortaleza, e da cola, que vem da Bahia (Entrevista com trabalhador do setor de almoxarifado da Dakota Nordeste S.A em Russas - 2008).

Desse modo, é possível perceber que a unidade de Russas ainda guarda fortes laços com o Rio Grande do Sul. É neste estado onde o processo produtivo se inicia, através do repasse das demandas e da elaboração do *design* do produto. É como se a fábrica de Russas nada decidisse sobre quando ou como produzir, colocando-se como uma prestadora de serviços de mão de obra dentro de uma divisão espacial do trabalho que completa a topologia territorial da empresa.

No que diz respeito à aquisição de matéria-prima, a relação interescalar também está presente. Os insumos necessários à produção são oriundos de quatro regiões brasileiras, a exceção da região Norte. Assim, as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste são responsáveis, respectivamente, por 35, 20 e 15% da origem de matéria-prima, com o couro beneficiado se apresentando como o principal insumo, sobretudo aquele produzido nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Completa o circuito espacial fornecedor de matéria-prima os produtos oriundos do Ceará (20% dos insumos) e de outros estados nordestinos (10% daquilo que é consumido).

Quanto à distribuição da produção, a empresa, mais uma vez, articula diferentes lugares, entre os quais se destacam, pelos pedidos, as regiões Sudeste e Sul; e aqueles realizados por outros países, principalmente os Estados Unidos, o Japão, o México e os países da América do Sul, a exemplo do Chile, Peru e Colômbia. É preciso mencionar que a Dakota em Russas se especializou na fabricação de dois tipos de produtos finais na sua linha de produção, a sola e o calçado pronto; e o seu circuito espacial de distribuição se organiza em função exatamente da maior demanda por estes produtos.

Se a sola tem um circuito espacial de distribuição principalmente estadual, como já informado, no que tange ao calçado pronto o raio de abrangência da distribuição é bem mais amplo, atingindo tanto o Ceará e as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil, como os países anteriormente citados, que consomem cerca de 8% da produção total da fábrica.

No Ceará, o consumo do calçado pronto é reduzido, chegando apenas a 5% do que é produzido pela empresa. Enquanto isso, as outras regiões ficam com os demais 87% da produção, com os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais assumindo papel de destaque. Um fenômeno importante, revelador do caráter estratégico de localização da unidade em Russas, demonstra que nenhum comerciante do município trabalha com os modelos produzidos pela Dakota. Esse é mais um componente que explicita o quanto os laços existentes entre o território e o grupo empresarial se dá muito mais em função de benefícios técnicos e políticos do que pela demanda de um mercado consumidor.

Outro importante comentário sobre os fluxos materiais e as empresas subcontratadas para viabilizá-los ilustra as interações espaciais mantidas pelo conglomerado.

Quanto ao transporte da matéria-prima, mais ou menos 90% tem o frete pago pelo fornecedor. A Dakota tem contrato com a Mercúrio Transportadora, que fica no Sudeste, e é de lá que ela traz a matéria-prima que já vem de outros estados. O transporte dos solados aqui dentro do Ceará é feito pela Transvale, que utiliza uns cinco caminhões. A Transvale também distribui para outras unidades couro, sintéticos, espuma e enfeites. Já para distribuir a produção, a gente contrata a Mercúrio Transportadora e a Rápido Cometa, mas é possível chamar outras se a gente tiver necessidade (Entrevista com trabalhador do setor de almoxarifado da Dakota Nordeste S.A em Russas - 2008).

Do conjunto de insumos utilizados na produção, sem dúvida, é o couro aquele que mais se destaca. Ele é comprado nos estados de Goiás, São Paulo e Mato Grosso, e é beneficiado pela própria empresa no Rio Grande do Sul. Isso não impede que uma parte desse material seja adquirido já trabalhado por outros curtumes, mas essa prática não é

usual. O couro chega em forma de mantas prontas e, na fábrica, é cortado a partir de modelos específicos. Após tudo isso, é distribuído também para as outras unidades no Ceará. Como apontado nas entrevistas, é possível que a produção de todas as fábricas consuma entre 16 a 18 mil metros de couro por dia, o que equivale ao abate de 16 mil cabeças de gado.

Esse conjunto de fluxos e interações no espaço busca movimentar um processo produtivo dentro da fábrica ainda fortemente marcado por características verticalizadas de produção. Todavia, como já anunciado para a maioria das empresas trabalhadas neste capítulo, novas estratégias organizacionais que incorporam certas medidas flexíveis também não são desconsideradas.

Para entender o processo produtivo da Dakota em Russas é preciso verificar com mais atenção as divisões de produção dentro dos grandes galpões da unidade. São duas as divisões mais importantes, isto é, a Divisão de Solados, que trabalha na produção de solas para todos os tipos de calçados, produzindo em média cinquenta mil pares de solas por dia; e a Divisão de Calçados, que reúne as atividades convencionais de uma grande empresa produtora de sapatos de couro.

Na Divisão de Solados, o trabalho é constante e as máquinas não podem parar, funcionando em três turnos. Como é oneroso para a empresa ligar e desligar os grandes equipamentos, que exigem horas para retomarem seu desempenho, a produção é realizada 24 horas por dia e param apenas para revisão e manutenção, isso no intervalo de meses.

É nesta divisão que as solas injetadas são fabricadas, marcando o início da produção do calçado. Grandes máquinas automáticas dominam esta etapa, na qual os trabalhadores, principalmente homens, entram em contato com os mais variados produtos químicos estocados em um galpão denominado almoxarifado da Divisão de Solados. É interessante ressaltar que o almoxarifado da Dakota Nordeste S.A. em Russas, por ser a matriz regional, é responsável também por receber toda a matéria-prima adquirida pelas unidades instaladas no Ceará, ocupando grande parte da planta da empresa, isto é, 30% da área total construída. Mesmo assim, apesar do tamanho, a renovação do material dá-se a cada duas semanas.

O processo respeita as etapas de injeção de sintéticos já percorridos na análise da fábrica da Vulcabras/Azaleia em Horizonte, embora guarde algumas particularidades em função do tipo específico de sola necessário para fabricar uma sandália ou sapato feminino da marca Dakota. Entretanto, os materiais frequentemente usados para este tipo de solado não deixa de ser o mesmo também trabalhado por outras empresas, a exemplo do poliuretano (PU) ou o policloreto de vinilina (PVC).

Com o término da injeção da sola, base para a fabricação de calçados, o produto é enviado para o setor seguinte, passando por uma lavagem e pela primeira pintura, seguindo

para uma esteira onde será feito o retoque. Nesta última seção, o trabalho das mulheres compõe maioria. Finalizado o processo produtivo da sola, o produto é dividido de acordo com o tamanho e o modelo, sendo distribuído para as outras unidades da empresa, respeitando a demanda solicitada por cada uma das fábricas. As solas que ficam na Dakota Nordeste, em Russas, seguem para a Divisão de Calçados, onde a peça será montada e costurada.

Em toda a Divisão de Solados, cerca de mil trabalhadores realizam um total de atividades que incluem controle, inspeção e limpeza de injetoras; pintura e acabamento de solas; e estocagem e transporte de material. Geralmente, trabalha-se em pé e o contato com produtos químicos e o barulho é frequente, embora as proteções auriculares e de outros tipos sejam usadas. Mas não foram poucos os funcionários desta divisão que, ao serem entrevistados, disseram que havia descuido por parte da empresa com a proteção no processo de trabalho.

Eu acho que tem problema de proteção no setor monocolor, pois trabalho com químicos e não uso nem botas. Perco muitas peças manchadas com solventes (Entrevista com trabalhador da Divisão de Solados da Dakota Nordeste S.A em Russas - 2008).

Na Divisão de Calçados a quantidade de trabalhadores é bem maior. São respeitadas as etapas de corte, pesponto, costura, montagem e acabamento a partir de modelos e matrizes produzidas no Rio Grande do Sul. Enquanto na seção de corte se utilizam balancins informatizados para garantir precisão na orientação dos moldes, no pesponto, trabalha-se com ferramentas extremamente artesanais, capazes de picotar, chanfrar e modelar peças de couro com inúmeros detalhes.

Como trata-se de calçados femininos, os enfeites são muito utilizados e o cuidado no trabalho com essas peças é constante, redobrando a pressão sobre os trabalhadores.

Nas seções de costura, por exemplo, isso é sempre levado em consideração, pois é preciso respeitar desenhos pré-concebidos ou realizar pontos complexos, como os pontos em “cruz”, o que implica numa fiscalização frequente realizada pelos próprios colegas do setor. Mas permanecem as etapas de costura manual e, neste caso, as demandas que exigem pontos simples ou aquelas que requerem o adorno do cabedal com pequenos enfeites ou tiras de couro costumam ser terceirizadas.

Na montagem, é comum a coexistência entre um maquinário de alto padrão tecnológico e o uso manual de ferramentas que ajudam a montar as bases e os lados do produto. O tipo de trabalho depende do modelo específico do sapato, mas, num processo de montagem de um calçado feminino, a exigência de maior habilidade manual é necessária,

uma vez que é preciso rebaixar a base, ajustar o cabedal e realizar colagens e algumas costuras complementares, preparando o sapato para o acabamento.

Nesta fase, ele é linchado, pintado, envernizado (quando for o caso), escovado e retocado. Depois de produzido o calçado, o mesmo é separado de acordo com o tamanho e o modelo, seguindo para a seção de embalagem, onde é colocado em caixas, marcando o fim do processo produtivo. Com isso, as caixas seguem para a seção de expedição e o produto final é distribuído pelos caminhões que aguardam no pátio da fábrica.

Na Divisão de Calçados, um sapato pode ser finalizado em até uma hora e trinta minutos, passando pelas mãos de 200 operários em média. Existe uma esteira que imprime os ritmos de produção e, muitas vezes, ela é acelerada em função do cumprimento de metas de produtividade. Segundo alguns funcionários entrevistados, a velocidade da esteira tende a aumentar ao longo do dia e, ao final de uma jornada de trabalho, a imposição do tempo da esteira é suficiente para provocar sequelas psicológicas no trabalhador.

Pois é, eu sei que existem muitos funcionários na fábrica que estão afastados com atestado porque têm fortes crises depressivas. Eu acho que tem duas coisas que provoca isso: uma é a velocidade da esteira, que eu tenho certeza que aumenta ao longo do dia, pois durante o período de pico é que acontecem os acidentes. A outra coisa é a pressão em cima da gente, porque tem gente na linha de produção que não aguenta a pressão feita pelos supervisores quando a produção tá no pico e a velocidade é alta. Não dá para atrasar, pois atrapalha o trabalho que segue. Tem o erro de perder o sapato né? Se isso acontecer, o cara é xingado na hora. Então eu acho que isso deve dar uns problemas psicológicos (Entrevista com trabalhador da Divisão de Calçados da Dakota Nordeste S.A em Russas – 2008).

O mecanismo tradicional de funcionamento de uma produção taylorista/fordista, observado na descrição anterior, ganha ares de renovação com a implantação de novos sistemas organizacionais de trabalho, como pode ser percebido nos comentários que se seguem:

Iniciou lá um novo tipo de produção desde 2003, pois antes era uma linha de produção e passou a ser dez. Assim cada grupo faz a sua parte em cada “fábrica” e o supervisor e o contra-mestre cobra de cada um. É mais fácil né? (Entrevista com trabalhador da Divisão de Calçados da Dakota Nordeste S.A em Russas – 2008).

O depoimento confirma que a Dakota, já há muitos anos, introduziu programas de racionalização da força de trabalho nas linhas de produção, mesmo que estas não consigam

subverter a base verticalizada do processo produtivo. As chamadas “fábricas” nada mais são do que partes fragmentadas de uma linha de montagem maior. Ao invés de uma, se utilizam dez esteiras e cada seção dispõe de todas as condições necessárias para a elaboração do produto final. Esse procedimento facilita que supervisores, contra-mestres e auxiliares de fiscalização imponham mais efetivamente o compromisso da produtividade desejada, sem falar que, do ponto de vista do controle geral da produção, as metas e o trabalho ganham em flexibilidade, combinando elementos do *Kanban* e do fordismo clássico.

Opera-se, desse modo, com base em sistemas de controle de qualidade considerando as inovações impostas pelo *Just in time*. Curioso é saber o quanto esse mecanismo organizacional de produção também articula diferentes escalas geográficas, na medida em que os pedidos de clientes são feitos junto à matriz no Rio Grande do Sul e esta transmite as ordens definidoras das metas de produtividade. Assim, a partir das demandas da sede de Nova Petrópolis, os pedidos chegam ao Departamento de Programação da unidade de Russas, que controla o ritmo da produção. Suas funções são: 1) receber e organizar a encomenda; 2) enviar informações acerca da quantidade e do tempo necessário para a produção; 3) controlar o ritmo da esteira, sobretudo para garantir o atendimento ao cliente na quantidade e no tempo exigido; e 4) realizar a expedição do produto.

No âmbito das relações de trabalho, um comentário especial deve ser feito em torno do uso do trabalho precário e mal remunerado, realizado a partir de estratégias de terceirização. Diferentemente dos esquemas de subcontratação de “cooperativas”, a Dakota não terceiriza as atividades de produção do seu sapato, com exceção de uma tarefa específica, desenvolvida geralmente através de trabalho domiciliar: a costura manual de enfeites e tiras a partir de pontos simples.

O trabalho se resume a costurar tiras de couro ou pequenos enfeites a frente de sandálias, respeitando modelos variados. O ritmo de contratação vai depender do volume de vendas da empresa e, nesse sentido, existe grande flexibilidade no recrutamento das mulheres artesãs, as “enfiadeiras”.

A estratégia é tradicional e já foi introduzida pela empresa nos municípios do Ceará porque é usual a sua prática no Rio Grande do Sul. Neste estado, a modalidade recebe o nome de ateliê e implica a subcontratação de mulheres por parte de um agente intermediário, geralmente alguém ligado à fábrica. As costureiras recebem encomendas de trabalhos manuais a serem realizados em cabedais soltos.

Gradativamente, o trabalho se intensifica, sobretudo em função de períodos do ano de grande consumo de calçados, e as próprias trabalhadoras compartilham as tarefas com familiares e vizinhos, compondo uma extensa rede de relações que conecta a unidade da

Dakota ao trabalho residencial nos bairros de periferia em Russas, sem esquecer o importante papel exercido pelos intermediadores.

É a esposa do gerente da fábrica que conversou com a Dona Maria para chamar a gente para trabalhar. Ela (Dona Maria) chega a faturar 20% do valor da peça e organiza os grupos e escolhe quem quer mesmo trabalhar porque o ritmo é puxado. Se você receber uma encomenda e não devolver direitinho no dia certo, nunca mais trabalha. A gente chama aqui todo mundo para fazer o trabalho né, os meninos, os parentes ou qualquer um que queira fazer o “enfiado”. [...] Para a Dona Maria eu sei que são 50 “enfiadeiras”, mas a disputa é grande e a gente não pode perder o posto (Entrevista a “enfiadeira” residente em Russas – 2008).

Nas tramas do processo de trabalho engendrado por uma empresa de corte moderno como a Dakota S.A., não podem ser desconsideradas as modalidades mais diversas de contratação de trabalhadores, expondo uma característica do modelo de industrialização vigente no Ceará, que não dispensa a possibilidade de unir estratégias renovadas de organização produtiva com formas precárias de superexploração da força de trabalho.

Essas características que unem, ao mesmo tempo, ganhos financeiros e industriais com formas de apropriação típicas de uma etapa de acumulação primitiva, formam o perfil da recente industrialização sentida pelo estado nesses últimos anos. Seja no município de Russas ou em qualquer outro local cearense escolhido para sediar uma das fábricas da produção industrial subvencionada pelo governo estadual, esse é o modelo que engendra a dinâmica da mais recente industrialização, resultado de um complexo de intencionalidades.

Trata-se de mais um exemplo das novas qualidades e das novas espessuras adquiridas pela porosidade territorial (ARROYO, 2001), confirmando a capacidade dos grandes grupos empresariais de articularem seus interesses na busca por lugares mais rentáveis.

Em termos gerais, é um movimento que representa a força da acumulação capitalista a partir de um arranjo sistêmico que une reestruturação produtiva e território, inserindo o Ceará de vez na ciranda da mundialização. A nova dinâmica não respeita fronteiras e não se intimida face às imposições das distâncias, selecionando lugares esquecidos e extraíndo deles parcelas de mais-valia que, antes, se apresentavam ocultas para as modernas formas de exploração.

Com sua política engajada de “alavancagem” dos investimentos produtivos, o Ceará desvelou ao grande capital a possibilidade de sua reprodução na periferia e, como elemento dessa estratégia, permitiu aos agentes hegemônicos exógenos a capacidade de recortar, interligar e instrumentalizar o território de acordo com sua conveniência.

No âmbito estadual, as elites que estão à frente dos governos procuraram beneficiar-se dessa operação. Introduziram a modernização produtiva de maneira efetiva e aparelharam a política de tal forma que não se pode mais pensar a elaboração de normas no governo senão vinculadas aos interesses de mercado.

Se esse projeto logrou sucesso no conjunto das demandas requeridas por toda a sociedade, as ideias apresentadas nas considerações finais desta tese oferecerão algumas pistas a respeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Inúmeras características da evolução socioespacial cearense, aliadas às dificuldades impostas pelas tradicionais estiagens, resultaram em projetos econômicos imediatistas para o estado, cujos objetivos sempre atenderam preocupações menores, movidas pelo clientelismo das elites locais e aparelhadas de tal forma que, raramente, são procuradas respostas políticas condizentes com os interesses gerais da sociedade.

Um fato novo, revelado na década de 1980, foi a construção de uma imagem pública governamental desvinculada desses preceitos. Um conjunto de empresários orientado por uma filosofia debatida no Centro Industrial do Ceará (CIC) elaborou um discurso de renovação pautado na crítica a essa “programática tradicional”. Reestruturar o Ceará passaria pela modernização da sociedade e do território através da legitimação de um novo projeto, desta vez de caráter “eminentemente” burguês, a partir do qual seria montada uma proposta de acumulação capitalista com integração irrestrita ao mercado e à dinâmica da mundialização da economia.

Tal modernização, segundo seus defensores, atenderia aos interesses gerais da sociedade, superando históricas heranças de pobreza e miséria. Ela teria, entretanto, que passar pelo investimento público em indústrias, sobretudo naquelas comandadas por capitais externos, o que garantiriam avanço e diversificação setorial/tecnológica, gerando um círculo virtuoso de riquezas até atingir positivamente a pequena e a média empresa local, dinamizando a economia como um todo.

A defesa intransigente de uma atividade industrial renovada, inserida num contexto de valorização das forças de mercado e simbolizando a essência de uma sociedade aberta, aparelhada pelos interesses da propriedade privada, era o único caminho que faria superar os males da pobreza e do conservadorismo político cearense.

A adoção de um projeto de acumulação industrial pautado na valorização da produção local e na atração de investimentos externos engendrou um conjunto de políticas econômicas focadas em ações públicas empreendedoras e na reestruturação territorial como condicionante estratégico de dinamização produtiva. Desse modo, encaminhou-se muito mais obstinadamente o sonho da elite estadual de fazer do semiárido um ambiente atrativo para empreendedores modernos e interessados em materializar pujantes projetos industriais.

Como consequência, uma ousada política de isenções e facilidades tributárias foi montada para garantir a “alavancagem” de investimentos que pudessem materializar o projeto de transformação industrial cearense. Elas se somariam às demais “virtualidades” locais e tenderiam a constituir vantagens competitivas geradoras de efeitos de encadeamento capazes de atrair empresas nacionais e internacionais.

Às ações normativas empreendedoras, deveria ser somado o minucioso redesenho técnico do território, aparelhado de tal forma a permitir a fluidez e a facilidade da interconexão entre os lugares. O território cearense, então, passou a ser “pavimentado” a partir do soerguimento de objetos diversos, podendo proporcionar articulação entre as intencionalidades da política e as intencionalidades de agentes capitalistas ávidos por experimentar renovadas estratégias de acumulação. O conjunto articulado das ações e dos objetos formaria, então, a síntese estrutural sem a qual a eficiente gerência da flexibilização produtiva não poderia ser concretizada.

Os governos do Ceará, ao encaminhareм dessa forma as mudanças territoriais, agiram em sintonia com as demandas do atual processo de mundialização da economia, no qual uma competitividade cada vez mais acirrada, imposta pela concorrência capitalista internacional; estimulam os investidores a buscareм altas taxas de acumulação a partir da seleção de territórios abertos à chegada do novo.

Foi assim que os governantes investiram na divulgação da imagem pública de gestões “modernas”, cujos parâmetros ideológicos se diferenciavam dos do passado exatamente por se vincularem a valores liberais e universais, assumindo a bandeira do desenvolvimento para todos. Em nome disso, usaram o fundo público para atrair indústrias diversas, em especial àquelas comandadas por capitais externos, que garantiriam a dinamização da economia e o progresso social.

Esta pesquisa objetivou entender até que ponto a problemática em destaque pôde confirmar uma reestruturação espacial e produtiva no Ceará a partir de elementos que representassem uma nova realidade industrial. Sem perder o foco das mudanças recentemente efetivadas num plano nacional e mundial, a investigação priorizou o olhar sobre a economia política do território, sobretudo ao considerá-la como produto material de um conjunto relacional de agentes sociais, políticos e econômicos, articulados a partir de uma complexa relação de interesses.

A nova realidade da indústria no Ceará, desse modo, foi vista como uma estrutura territorial em movimento. Priorizamos inúmeras temáticas que contribuíram no recorte do objeto e na construção da argumentação, entre as quais merecem ser citadas: 1) as transformações erigidas pelas políticas econômicas do Governo do Estado; 2) a leitura dos sistemas de objetos deliberadamente erguidos pelas forças públicas; 3) o caráter interestelar que articulou a intencionalidade de agentes exógenos e endógenos ao território;

4) as formas espaciais específicas e os principais gêneros da atividade industrial; e 5) o aprofundamento sobre o gênero industrial calçadista, justamente por ser ele que melhor representa a reestruturação nos circuitos espaciais da produção, na organização do espaço industrial e no processo produtivo no interior da fábrica.

Como elementos conclusivos de nossa investigação, chegamos a constatações importantes, todas elas associadas às questões-chave e aos objetivos centrais inicialmente apresentados na introdução deste trabalho. Estas constatações se colocam como instrumentos essenciais na compreensão do papel ativo do território cearense para a materialização da nova realidade industrial. Podem ser apresentadas nos seguintes termos:

- Primeiramente, concluímos que a atual industrialização do Ceará apresenta-se como um produto da concorrência global capitalista, mas também como resultado de interesses endógenos, articulados por agentes capazes de manipular o poder político e econômico num contexto em que cada escala geográfica e cada dimensão socioespacial estão intimamente relacionadas às demais;

- Como agente catalisador dessas mudanças se sobressai o Estado, notadamente a partir da sua enorme capacidade de pavimentar o território através de normas e técnicas. Ele transferiu recursos a grupos industriais pela via de políticas econômicas, ergueu objetos geográficos diversos no intuito de organizar sistemas de fluxos e direcionou os rumos da acumulação a partir de um projeto bem definido de crescimento capitalista;

- Também é possível perceber que o sucesso do programa de desenvolvimento industrial patrocinado pelas forças públicas, resumiu-se à atração indiscriminada de investimentos externos interessados em vantagens oferecidas por benefícios fiscais e por uma força de trabalho a baixo custo. Assim, não lograram os projetos de montagem de um complexo petroquímico/siderúrgico, nem o estímulo aos sistemas industriais localizados no interior do estado, todos amplamente divulgados como eixos centrais da política de expansão industrial;

- No plano do território, efetivou-se uma distribuição desigual dos investimentos e dos fluxos, traduzida pelo favorecimento de áreas para as quais já fluíam as melhores condições de produtividade, de consumo e de investimento público. O imperativo das novas forças de acumulação reproduziu os baixíssimos níveis de renda predominantes no sertão semiárido, ao mesmo tempo em que dinamizou a lucratividade privada dos maiores centros urbanos, acentuando as desigualdades territoriais e provocando uma transferência de pessoas e de riquezas das regiões mais pobres para as regiões mais ricas;

- O resultado de uma organização territorial demarcada pela repartição desigual das riquezas e dos investimentos públicos foi a reprodução da lógica concentradora das atividades industriais nas áreas favorecidas do estado, fenômeno que maximizou os efeitos

de indução em favor da Região Metropolitana de Fortaleza e reafirmou a notoriedade metropolitana como lócus de densidade técnica e operacional da indústria cearense;

- Os centros regionais não metropolitanos, numa proporção menor do que em Fortaleza, também registraram concentração em relação às demais áreas. Mesmo que o movimento seja mais reduzido, os ritmos industriais em Sobral, em Juazeiro do Norte, em Russas etc., são significativos; confirmando que, fora do ambiente metropolitano, a dinamização industrial escolhe as áreas polarizadoras de segunda ordem para desenvolver a sua produção;

- Os circuitos espaciais da produção e os círculos de cooperação ficaram mais complexos e o aumento da divisão interempresarial do trabalho levou a indústria cearense a ampliar as relações entre diferentes empresas industriais e de serviços, integrando atividades produtivas, financeiras e comerciais através da articulação de agentes e da combinação de operações que vão da fabricação final do produto industrial aos serviços de crédito, de gerência, de divulgação, de transporte e de comunicação;

- A indústria que destacou a presença de gêneros tradicionais foi a mais atingida pelos impactos dos novos investimentos no Ceará, em especial a de calçados, a de alimentos, a de confecções e a têxtil, que ampliaram sobremaneira o trabalho formal no chão da fábrica e introduziram mudanças tecnológicas e organizacionais no processo produtivo;

- No âmbito da organização produtiva industrial, constatou-se um processo de reestruturação que não necessariamente representou a instalação de um modelo de especialização flexível em linhas renovadas de produção. O que se deu, na verdade, foi a incorporação de sistemas de engenharia mistos, cujas novas técnicas de administração do tempo de trabalho e da quantidade produzida de mercadorias foram adaptadas a uma base tradicional de produção taylorista/fordista;

- Efeitos de modernização da economia e das relações de trabalho passaram a conviver com formas explícitas de acumulação primitiva, transformando o território em uma reserva complexa de exploração de mais-valia e, nesta tese, a indústria de calçados foi usada como um exemplo emblemático desse processo, principalmente por introduzir esquemas de organização produtiva de corte tradicional e renovado, pautados em padrões de exploração do trabalho e do território, na busca pela realização de metas de acumulação globalmente tecidas;

- O caso específico da implantação das fábricas produtoras de calçados também ilustrou um padrão diferenciado de distribuição industrial no território, pois, ao assumir um perfil mais difuso, atendendo até mesmo municípios de precária infraestrutura, revelou a possibilidade de a indústria moderna acompanhar os ritmos de acumulação usufruindo de redes de relações para legitimar um circuito espacial que subverte a lógica da contigüidade;

- As novas tecnologias produtivas e informacionais que determinam um impacto nas interações espaciais das empresas calçadistas estão na base da organização territorial e produtiva supracitada, principalmente por demarcarem uma maior divisão territorial do trabalho que integra áreas com diferentes preços de mão de obra, confirmando a possibilidade de os novos investimentos capitalistas aproveitarem a diferenciação espacial como componente de acumulação, não sem produzir uma tessitura que estabelece efetiva relação interescalar entre inúmeros agentes;

- No que diz respeito ao trabalho, o aproveitamento de uma mão de obra contratada a baixíssimo custo, notadamente nos municípios do interior, dirimiu qualquer risco de investimento dos novos empreendedores calçadistas atraídos de outros estados do Brasil, pois, além do apoio governamental na implantação de práticas favoráveis de regulação trabalhista, a introdução de formas de engenharia que combinam estratégias verticais e flexíveis garantiu o uso de sistemas organizacionais de produção que proporcionam alta produtividade a partir de uma maior precarização do emprego. As práticas de superexploração foram e são frequentes, e, em muitos casos, fundamentam-se em estratégias de subcontratação e de ampliação do emprego terceirizado, caracterizadas por desrespeitarem obrigações trabalhistas no âmbito da segurança, da jornada de trabalho, da remuneração e de outros direitos conquistados ao longo do século XX.

Todo esse conjunto de constatações proporciona uma ampla leitura dos fenômenos e dos processos da atividade industrial no contexto da economia política do território no Ceará. Ele não esgota as possibilidades de interpretação do tema, ao contrário, abre novas perspectivas acerca de investigações que pretendam compreender a relação entre espaço e indústria no âmbito das transformações capitalistas.

Mas nossas conclusões permitem entender que no bojo das relações entre agentes, ações e formas espaciais, o recente processo de industrialização do Ceará está longe de atender aos interesses de uma política econômica socioespacial distributiva. Revela-se muito mais como uma eficiente estratégia de introduzir novas relações de produção e trabalho em áreas já consolidadas ou distantes, confirmando como certas formas de acumulação na indústria, quando vinculadas aos valores da mundialização competitiva, podem usar o território e o seu arranjo contínuo ou descontínuo como ferramenta para atender amplas metas de lucratividade.

Ao analisar com mais atenção o grande projeto cearense de reestruturação industrial pela via da modernização do território, observamos a reprodução de modelos tradicionais que se distanciam da tentativa de reverter os arranjos sistêmicos de uma organização socioespacial desigual. Resguardados por uma contundente campanha midiática, os dirigentes envolvidos com a implementação da era das “mudanças” no Ceará insistem em

não mencionar que o financiamento público indiscriminado de grupos industriais e o ajuste fiscal do Estado com base num modelo de gestão empresarial privada não se afirmam senão como um programa político conservador. Como a premissa maior para esse tipo de empreendimento é o apoio às firmas no intuito de gerar eficácia produtiva, oferecer melhores condições de competitividade é uma exigência imposta pelos “capitais parceiros”, notadamente numa época como a atual, na qual as margens ampliadas de lucratividade e rentabilidade regem os ritmos do mercado como em nenhum outro momento da história.

Ora, esse programa não é necessariamente um programa condizente com os interesses gerais da sociedade. Ele parece muito mais uma estratégia de acumulação renovada, montada por uma nova elite em sintonia também com outros agentes que interagem em diferentes escalas. É uma estratégia que define o percurso de construção de uma nova influência política, empreendendo mudanças na velha arte de imprimir o uso do poder no território, mas sem mudar tanto, sob pena de ver comprometida a estrutura sobre a qual será erguida a relação sincrônica/diacrônica que oportunizará as melhores condições de produtividade e lucratividade.

Como resultado, efetiva-se o conjunto de planos econômicos cuja maior característica é a intervenção irrestrita dos governos nos ritmos da acumulação. Esta programática aceita de bom agrado as iniciativas intervencionistas herdadas dos “governos dos coronéis”, mas ajusta os seus princípios e a sua metodologia. Opera decisivamente, transferindo recursos e oferecendo benefícios para fazer das atividades econômicas urbano industriais os mecanismos centrais de acumulação do excedente. Com esse intuito, regulamenta as normas no território, direciona a localização de unidades produtivas e interfere até mesmo no preço da força de trabalho, criando as bases para uma mudança nos ritmos de modernização até então sentidos.

Que o Estado intervenha continuamente, patrocinando através de fundos públicos a industrialização, não é uma novidade, haja vista o próprio percurso da industrialização brasileira no século XX. Mas, ao fazê-lo de maneira tão deliberada, inclinando-se aos anseios do capital industrial e amparando o processo em relações de trabalho precarizadas, demarcadas por uma superexploração do trabalhador; o Ceará produziu um dado novo: os governos dos empresários-políticos e de seus sucessores criaram os mecanismos políticos do território a fim de concretizarem esse projeto, adequando-se bem aos tempos de reconfiguração da acumulação capitalista, nos quais a atração e a permanência das empresas estão condicionadas a uma taxa de superexploração da força de trabalho. O novo “ciclo das mudanças”, mesmo com sua necessidade de exposição midiática, omite que seu projeto de modernização só se legitima sustentando uma desigualdade crescente na oferta de serviços sociais e no potencial de consumo da população, como é comum em modelos de crescimento econômico com esse perfil.

Os efeitos sobre a sociedade e o espaço são contundentes. Mesmo com todas as riquezas produzidas e com as inúmeras transformações que demarcam a estrutura do território, o Ceará continua sendo um dos estados que mais concentra pobreza no país, com indicadores que mais parecem ter sido extraídos de formações socioespaciais as mais miseráveis do planeta.

Segundo dados fornecidos pela *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios* (PNAD)²⁰³, em 2009, quase metade da população cearense (49,11%), isto é, 4,2 milhões de pessoas, sobrevivem com metade de um salário mínimo²⁰⁴. Além disso, no estado, 908 mil pessoas estão em situação de máxima pobreza e tentam viver com uma renda mensal que só chega até R\$ 58,00. Isso quer dizer que 10,6% de toda a população cearense recebe, por mês, apenas um oitavo do salário mínimo. A distribuição da população por outros estratos de renda mensal igualmente desfavoráveis se repete, diminuindo na medida em que a renda se amplia, senão vejamos: 23% da população cearense tem renda familiar *per capita* inferior a 1/4 do mínimo, ou seja, vivem com apenas R\$ 116,25 por mês; 12,4 % ganha de um a dois salários mínimos; entre dois e três salários, quando a renda já melhora, são apenas 3,1% da população; entre os que ganham de três a cinco salários, 2,3%; e finalmente, os que recebem uma renda maior, que supera o valor de cinco salários mínimos, correspondem a apenas 1,8% do total de cearenses.

A partir de um estudo de sistematização desses dados do PNAD, o Laboratório de Estudos da Pobreza (LEP)²⁰⁵, vinculado à Universidade Federal do Ceará (UFC), constatou que o estado é o terceiro pior no que diz respeito aos que concentram a maior quantidade de pessoas em extrema pobreza (os que ganham R\$ 58 mensais). Somente Pernambuco e Bahia apresentam resultados mais alarmantes.

No que tange ao percentual dos que ganham apenas R\$ 116,25 por mês, o Ceará (23%) é o quarto a apresentar maior índice no Brasil, ficando atrás apenas de Alagoas (27,9%), Maranhão (24,5%) e Piauí (24,5%). O contraste para com os estados brasileiros que apresentam índices menores de população neste segmento é emblemático. Em Santa Catarina, que tem a menor parcela da população nessa situação, 2,4% tem essa renda familiar *per capita*; e, em São Paulo, apenas 3,3%.

A situação é ainda mais dramática quando constatamos que existe uma tendência de ampliação do percentual de pessoas concentradas nas faixas mais reduzidas de remuneração, como mostram os índices do mesmo estudo no comparativo entre 2009 e 2008. Em 2008, eram 16,8% o número de famílias que tinham renda *per capita* de R\$

²⁰³ Síntese de Indicadores Sociais, publicada em 2010 em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

²⁰⁴ Dados computados com um salário mínimo de R\$ 465,00.

²⁰⁵ Ver reportagem do jornal *O Povo*, intitulada "Ceará é o 3º em extrema pobreza", de 08 de novembro de 2010.

116,25, enquanto, em 2009, ele aumentou para 18,3%. Seguindo este ritmo, até aqueles que vivem em extrema miséria, ou seja, os que ganham R\$ 58,00 por mês, também sentiram a chegada de mais pessoas a compartilhar do seu rendimento. Eles totalizavam 660 mil em 2008 e passaram para 908 mil em 2009.

Ainda segundo essa pesquisa, nada menos que 17,9% dos cearenses de 0 a 14 anos estão na situação da extrema pobreza descrita. São 416,5 mil jovens e crianças a viverem nessas condições. No Brasil, apesar dos números também apresentarem-se graves, a proporção de crianças incluídas nos quadros de extrema pobreza é bem menor que no Ceará, isto é, 9,6%. Do total de extremante pobres no estado, 45,8% são exatamente essas crianças. Logo depois, vem a faixa imediatamente mais velha, de 15 a 24 anos, que representa 10,2% do total de habitantes nessa faixa etária. São dados que, além de expressarem um descaso com os níveis de renda da maioria da sociedade, apontam para um comprometimento de futuras gerações, a conviverem com um padrão de vida precário.

Se as injustiças sociais são sinalizadas com os dados sobre a distribuição da população por faixa de remuneração, ao considerar a proporção de rendimento entre os mais ricos e os mais pobres, a contradição fica ainda mais evidente. Ao retomar os dados divulgados pelo PNAD, constata-se que, no Ceará, em 2009, os 10% mais ricos ganham quase 44 vezes mais que os 10% mais pobres. A taxa que revela a desigualdade cearense é maior que a do Brasil, cuja relação é de 40 vezes, mas é menor que a da região Nordeste, que expressa 48 vezes. Assim, enquanto os 10% mais pobres no Ceará ganham em média R\$ 46,80 por mês, no Brasil, esse valor é R\$ 82,20 e, no Nordeste, R\$ 46,40. No âmbito da evolução desses dados entre 2008 e 2009, a tendência também foi a de favorecimento dos mais ricos em prejuízo dos mais pobres. *A parcela dos 10% mais ricos obteve crescimento de 5% na renda nesse período, enquanto os 10% mais pobres viram a renda diminuir em 21%.*

Em outra pesquisa realizada pelo Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (IPECE, 2010b), denominada Índice de Desenvolvimento Social (IDS), os resultados dos indicadores de serviços sociais nos 184 municípios cearenses também não são satisfatórios. O IDS é um índice que sintetiza informações sobre a oferta pública e os resultados de serviços nas áreas de saúde, educação, habitação/saneamento básico e emprego e renda. O IPECE divide os resultados da pesquisa em quatro conceitos (ótimo, bom, regular e ruim) e as condições sociais predominantemente verificadas de 2005 a 2008 não destacam um único município que seja enquadrado no padrão “ótimo”. No padrão “bom”, para o mesmo período, apenas 11 municípios estavam enquadrados em 2005, quantidade que se ampliou para 15 em 2008. Nas duas outras faixas, as que representam as condições mais precárias de serviços sociais básicos, estão 91,8% dos municípios do estado em 2008, percentual que diminuiu ligeiramente desde 2005, pois os números para

este ano apontavam 94% dos municípios. Do total, a maioria das localidades apresenta padrão “regular” (164, ou seja, 89,1%) e 2,7% enquadram-se na faixa “ruim”.

Do conjunto de variáveis analisado na pesquisa do IPECE, a que seleciona os índices de emprego e renda é a que revela resultados mais dramáticos para a sociedade cearense. O dado destaca o fracasso do projeto de modernização da economia no que tange à melhoria de renda para a maior parte da população. Ao considerar os números divulgados nos relatórios de 2005 e de 2008, não se registrou nenhum município no estado que apresentasse média de emprego e renda considerada “ótima”. Ademais, apenas dois municípios entre os anos de 2005 e 2008, isto é, Fortaleza e Maracanaú, encontram-se na faixa considerada “boa”. Encerra o quadro de precariedade os conceitos “regular” e “ruim”, que, desde 2005, caracterizam 98,9% da população do estado. Mas, neste caso, a faixa demarcada como “ruim” reúne a absoluta maioria dos municípios cearenses e esse número cresceu de 2005 a 2008, passando, respectivamente, de 90,7% para 91,8%, confirmando os limites de uma política tecnocrática de apoio irrestrito ao capital exógeno.

Uma última pesquisa, também realizada pelo IPECE e que define um Índice de Desenvolvimento Municipal (IDM) no estado (IPECE, 2010c), reafirma o quadro de precariedade e aponta também um padrão de desigualdade socioespacial no território. O IDM classifica anualmente os municípios cearenses em quatro classes de desenvolvimento socioeconômico (1, 2, 3 e 4), priorizando variáveis ligadas à infraestrutura econômica e de serviços técnicos, além de dados da produção industrial e agrícola e da população.

Na pesquisa publicada em 2010, considerando os dados de 2008, apenas um município do estado, ou seja, Fortaleza, enquadra-se na classe 1, a que sintetiza os melhores resultados. Este vem sendo o único município a compor esta classe desde que a pesquisa foi criada. Na classe 2, com padrão ligeiramente inferior, encontram-se 19 municípios, sendo que nove deles pertencem à Região Metropolitana de Fortaleza. Os demais, que representam 89,1% do conjunto do estado, estão nas faixas 3 e 4, que englobam 50,2% da população cearense. Deste total, a maioria (87 municípios) corresponde à classe 4, totalizando 22,7% da população. Isso implica dizer que apenas 11% dos municípios no Ceará têm economia e infraestrutura técnica e social relativamente favorável e metade deles concentra-se num aglomerado que se distribui pelo anel metropolitano de Fortaleza, confirmado que é a capital do estado que reúne condições razoavelmente estruturadas no território e é dela que parte a tímida difusão destas condições. Isto explica as razões pelas quais tanto o município de Fortaleza como os do entorno metropolitano apresentam uma população tão expressiva face ao estado (42,7%, segundo dados do Censo Demográfico de 2010 do IBGE), mas também aponta como a tendência de

fortalecimento desta concentração é evidente²⁰⁶, fenômeno que o projeto de modernização implantado desde a metade dos anos de 1980 não conseguiu reverter.

Nas condições descritas, os arranjos estruturais montados pela programática político-econômica dos governos do Ceará, levaram o estado há uma concentração muito maior da renda, da propriedade e do poder. Da esperança de superação da pobreza pela via da modernização capitalista, restou o acirramento da miséria e da desigualdade, que agora está muito mais visível na paisagem e permite combinar a “estética burguesa” com a dos “excluídos”, no mosaico de contradições que se tornou a cidade cearense do século XXI, sobretudo os centros de maior expressão. Ampliam-se as diferenças sociais e o espaço geográfico sente os efeitos da reprodução e do movimento de classes sociais diferenciadas, desde as que dispõem de alto poder de compra até aquelas que vivem na plena indigência, a conviverem lado a lado como nunca antes.

Confirma-se também que, à excessão do ajuste estrutural e econômico que foi capaz de inserir o Ceará na ciranda do processo de mundialização de maneira subordinada, o projeto da “era das mudanças” e os programas que lhe sucederam não foram além da construção ideológica de uma imagem pública renovada das elites políticas estaduais. Brindou-se o caráter moderno de uma elite que não fez mais do que estabelecer uma matriz economicista de intervenção no território, priorizando ações de infraestrutura e normatizando a política em favor de capitais externos.

É um modelo que sintetiza muito bem os novos preceitos de acumulação capitalista, reproduzidos na indústria. Ao agir com base num “paradigma” de lucratividade a qualquer custo, as novas estratégias de acumulação industrial no Ceará não dispensam a ampla relação entre alianças econômicas e políticas em rede, sustentadas pelas “virtualidades” do território e pela superexploração da força de trabalho em linhas de produção. Desse modo, aceita-se, sem crítica, o engajamento irrestrito ao princípio da competitividade difundido pelos capitais hegemônicos globais, medidas só possíveis de serem alcançadas a partir de danos irreparáveis às pessoas e aos lugares.

Não podemos deixar de reconhecer o quanto todo esse projeto, síntese da determinação de múltiplos agentes, está pautado numa “mercadificação” que presume a existência de direitos de propriedade sobre todos os processos e relações sociais. Privatiza-se o mundo e, junto com ele, o ser humano. Supõe-se que tudo pode ser comprado e vendido e que, a qualquer coisa, pode ser estabelecido um preço, mesmo às pessoas e aos lugares, que definitivamente não foram concebidos como mercadorias.

Nesse contexto, uma afirmação clássica, feita por Polanyi (1980), não poderia ser mais adequada. Preocupado com os efeitos que o abandono social causa nos seres humanos, Polanyi recusa frontalmente a idéia de permitir que os mecanismos de mercado

²⁰⁶ Segundo o Censo Demográfico do IBGE, em 2000, 40,1% dos habitantes do Ceará residiam na RMF.

seja o único dirigente do destino das pessoas e do ambiente natural. Tal postulado, segundo o autor, resultaria no desmoronamento da sociedade e faria com que os seres humanos sucumbissem “vítimas de um agudo transtorno social”. A natureza “seria reduzida aos seus elementos mínimos”, tão “conspurcadas” que seriam as paisagens (POLANYI, 1980, p. 85).

Sem risco de ser interpretada como uma declaração “ingênua”, como acusariam os tecnocratas idealizadores do projeto de modernização cearense, Polanyi clama pela dignidade do ser humano e de seu ambiente de morada. Faz um apelo pelo reconhecimento dos que trabalham, sob pena de enfrentarmos os efeitos desastrosos de organização de uma sociedade feita para exaurir o homem naquilo que ele tem de melhor.

Os encaminhamentos da transformação econômica e social cearense nestes últimos anos não deram tanta atenção a esses preceitos. O espaço como moradia do homem foi traduzido, por alguns, como mecanismo de multiplicação de riquezas pelas forças implacáveis da acumulação capitalista. O território, instância que contém e é contida por outras instâncias sociais, pareceu ser interpretado apenas como um invólucro transmutado e esquadrinhado por uma lógica instrumental racionalista.

No entanto, ele também é produto da convivência humana e das relações sociais estabelecidas pelos que nele vivem e trabalham. Por vezes, pode até se colocar como elemento de resistência aos imperativos da racionalidade capitalista, que tudo quer atropelar. Assim, se o território cearense possibilita aos olhos de agentes dominantes oportunidades para a acumulação ampliada de riquezas, o mesmo pode ser dito acerca dos novos horizontes criados para a conquista da cidadania por parte da sociedade em geral. A pobreza e a carência erguidas nestes tempos de ditadura das forças de mercado podem muito bem se tornarem vetores de transformação socioespacial mediante o maior sentimento de coletividade que a experiência da escassez tende a gerar. Pelo prolongamento das incertezas e da miséria, dá-se o fortalecimento da crítica e, por consequência, maior é o questionamento em torno da legitimidade do modelo hoje vigente. A demanda pela construção de algo diferente faz-se premente.

Não se pode pensar a sociedade capitalista e o território que dela resulta sem essa contradição fundamental. A pressão do processo de reprodução da vida sobre as pessoas tenderá, com certeza, à coibição dos excessos do capital, senão a uma transformação mais estrutural do que está posto. Os protagonistas desta reestruturação, obviamente, não frequentam os gabinetes da tecnocracia burguesa hoje hegemônica. Eles são o produto de uma convivência realmente solidária, nascida das relações culturais, sociais e políticas endógenas ao território. Representam um conjunto de pessoas simples e as camadas da sociedade que acreditam na construção de um mundo diferente, libertado dos grilhões do pensamento único (SANTOS, 2000).

Mesmo que não haja uma força política aparente capaz de incorporar o descontentamento de muitos a um programa específico, atualmente não há como deter os esboços de alternativas para fazê-lo. Desfavorecidos estão presentes em todo lugar e reivindicam direitos individuais e coletivos: nas cidades, exigindo condições apropriadas de moradia e serviços sociais básicos de atendimento às comunidades; no campo, cobrando a distribuição justa das terras e o uso universal e irrestrito de bens naturais, como a água. Agem contrapondo os termos das relações sociais dominantes e sugerem novos modos de vida, soerguendo meios de produtividade a partir de diferentes concepções mentais. Enfim, sugerem o florescimento de um Novo Mundo.

O arranjo de desigualdades materializado no Ceará não tem como evitar uma descoberta coletiva dos problemas e das perspectivas, mesmo que o processo seja conduzido de forma fragmentada, representado, de início, como uma carência específica. Mas, como assinala Santos (2000), a descoberta individual da escassez é o primeiro passo, e, ainda que possa representar um caminho penoso, fatalmente tende a proporcionar uma visão sistêmica, ou seja, uma possibilidade de enxergar as situações e as causas atuantes como um conjunto, localizando-as como um todo e interpretando-as de maneira interdependente.

Face à pesada onda de conformismo e de pregação de um futuro já certo, tecnocraticamente tecido, o território responde com o que pode, efetivamente, vir a ser, produzido pela sociedade, pautado numa transformação mais factível e concreta do que aquela que instrumentos midiáticos e de ideologização maciça querem demonstrar. Mais empiricamente constituídas do que a manipulação ideológica oficial quer fazer crer, as chances de transformação já estão presentes como tendência e, diante de uma clareza política a ser definida por um projeto, ela abre a perspectiva de um futuro diferente.

Facilitando a emergência do novo, como nos lembra Santos (2000, p. 164), está a possibilidade do uso generalizado da técnica, pois “nunca houve na história sistemas tão propícios a facilitar a vida e a proporcionar a felicidade dos homens”. À inflexibilidade física e moral das operações técnicas do passado, contrapõem-se as técnicas do presente, passíveis de manipulação por todos e fáceis de serem difundidas pelos mais diversos ambientes, permitindo-nos acreditar na produção de “um artesanato de novo tipo, servido por velozes instrumentos de produção e de distribuição” em favor das culturas e das ideologias de massa e que oferece a capacidade de fazer romper a supremacia da tecnologia dominante (SANTOS, 2000, p. 164/165).

Graças ao concreto uso generalizado e democrático da técnica, até as vizinhanças se redefinem e as insatisfações pontuais poderão inspirar soluções coletivas num plano de superação dos limites da contiguidade espacial. A relação entre a visão do que fazer, como fazer e porque fazer amplia-se e a formação de um movimento político em determinados

lugares transforma-se numa espiral, onde uma demanda atinge e estimula a outra em diferentes lugares. Isso permite o desdobramento das ações através das junções das necessidades, das propostas e das práticas; e sugere a construção de uma realidade que suplante os valores impostos pela filosofia de mercado num espaço amplo e possível de apropriação.

No Ceará, acreditamos que tais possibilidades só poderão se efetivar a partir da superação dos valores engendrados pelas suas elites políticas e econômicas, para as quais o único dinamismo possível é o do grande empreendimento capitalista, concretizado de tal modo a multiplicar as margens de acumulação e reproduzindo, a um só tempo, modernas e tradicionais relações de poder, frequentemente entrelaçadas por privilégios e corrupções de muitos tipos.

Por desprezar as pessoas comuns ou muitas vezes enxergá-las como massa de manobra é que a ideologização do pensamento único parece limitar a construção do futuro. Mas não podemos desconsiderar que a atual aceleração das velocidades no mundo permite também uma rapidez das mudanças, e as carências humanas espalhadas pelo sertão e pelo litoral cearense cada vez mais produzem entes sociais e políticos organizados, ansiosos por fazer valer seus direitos através do sonho da construção do novo. Eles gradativamente acumulam uma compreensão sistêmica gerada por suas próprias experiências, sejam operários da indústria de transformação, pescadores, vendedores ambulantes, pequenos agricultores, excluídos na cidade etc.

A manifestação dessas ações terá supremacia em produzir um território passível de ampla apropriação. Superará também os valores pregados pela ditadura do mercado e será erguida por e pela sociedade através de ações concretas. É a construção de uma nova realidade que evidencia o ser humano na sua dignidade. Não há receitas para esse futuro, mas horizontes que se abrem, e junto com eles, a valorização das dimensões consideradas menores pelos atuais programas imediatistas dos governos.

No desabrochar de todas essas possibilidades, o território não se apresenta apenas como uma ferramenta em prol dos interesses elitistas. Ele tende a ser apropriado a partir de fundamentos de libertação do ser humano no contexto de uma transformação social. Será pautado na sua capacidade de tecer sinergias para uma plena reestruturação da sociedade, quando finalmente poderá impor à ordem autoritária do presente uma resposta humanamente generosa.

BIBLIOGRAFIA

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS - ABICALÇADOS. *Histórico das exportações brasileiras de calçados* - Período: 1990 a 2009. Novo Hamburgo, RS: ABICALÇADOS, 2010.

_____. *Resenha estatística*. Novo Hamburgo, RS: ABICALÇADOS, 2009.

ABLAS, Luís Augusto de Queiroz. PINTO, Rafael Fontana. Nordeste Brasileiro: crescimento e dinâmica espacial no período 1970-2008. in: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 40: 4: p. 821-832, 2009.

ABU-EL-HAJ, Jawdat. Ceará e o dilema desenvolvimentista brasileiro. In: *Políticas Públicas e Sociedade* – Revista do Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará – UECE. Fortaleza, v. 6: 1: p. 11-22, 2003.

_____. Classe, poder e administração pública no Ceará. In: PARENTE, Josênio. ARRUDA, José Maria. *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. Neodesenvolvimentismo no Ceará: autonomia empresarial e política industrial. In *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 28: 3: p. 327-345, 1997.

AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO CEARÁ – ADECE. *Investimentos subsidiados*. Fortaleza, 2008.

AGLIETTA, Michel. *Régulation et crises du capitalisme*. Réédition, nouvelle préface, Paris: Odile Jacob, 1997;

AGLIETTA, Michel. BERREBI, Laurent. *Désordres dans le capitalisme mondial*. Paris: Odile Jacob, 2007;

AGLIETTA, Michel. LANDRY, Yves. *La Chine vers la superpuissance*. Paris: Ed. Economica-Groupama, 2007;

AGLIETTA, Michel. RIGOT, Sandra. *Crise et rénovation de la finance*. Paris: Odile Jacob, 2009;

ALMEIDA, Diego Gadelha de. *Indústria e reestruturação socioespacial: a inserção de Sobral na divisão espacial da produção calçadista*. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2009. Dissertação de Mestrado.

ALMEIDA, Manoel Bosco de. SILVA, Almir Bittencourt da. Ceará: crescimento econômico, ajuste fiscal e investimentos (1985-1997). In AMARAL FILHO, Jair do. *Federalismo fiscal e transformações recentes no Ceará*. Fortaleza: Edições INESP, 2000.

ALMEIDA, Maria Iselda Rocha. *A história da indústria de óleos vegetais no Ceará: 1900 – 1960*. Fortaleza: Edições UFC/Stylus, 1989.

AMARAL FILHO, Jair do. SCIPÃO, Tatiana Teófilo. MATEUS, Lidiane. BOTÃO, H.H.S. *Subsídios para identificação de Arranjos Produtivos Locais – APLs no Ceará*. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Local e Regional – SDLR/Governo do Estado do Ceará/Ed. Premium, 2006.

AMARAL FILHO, Jair do. SCIPÃO, Tatiana Teófilo. SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. *Identificação e mapeamento das aglomerações produtivas especializadas no Ceará*: pistas para identificação de Arranjos Produtivos Locais – APLs. Texto para discussão. n.º 14. Fortaleza: IPECE/Governo do Estado do Ceará, 2004.

AMARAL FILHO, Jair do. SCIPÃO, Tatiana Teófilo. LÓCIO, Aprígio Botelho. SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. PACELLI, Eugênio. *Cadeia produtiva de energia elétrica no Ceará*. Texto para discussão. n.º 15. Fortaleza: IPECE/Governo do Estado do Ceará, 2004.

AMARAL FILHO, Jair do. SOUZA, Dayane Lima Rabelo de. *Arranjo produtivo de calçado do Cariri, Ceará*. Texto para discussão. n.º 09. Fortaleza: IPECE/Governo do Estado do Ceará, 2003.

AMORA, Zenilde Baima. Indústria e espaço no Ceará. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (organizadores). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

_____. O espaço urbano cearense: breves considerações. In: AMORA, Zenilde Baima (organizadora). *O Ceará: enfoques geográficos*. Fortaleza: FUNECE, 1999.

_____. Aspectos históricos da industrialização do Ceará. In: SOUZA, Simone de (coordenadora). *História do Ceará*. 2º ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

_____. *As transformações da indústria de Fortaleza face à política de industrialização do Nordeste*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1978. Dissertação de mestrado.

ANDRADE, Manuel Correia de. *Espaço, polarização e desenvolvimento*: uma introdução à economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

_____. Formação econômico-social e processos políticos no Nordeste brasileiro. In: MARANHÃO, Sílvio (organizador). *A questão Nordeste*: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. *Estado, capital e industrialização do Nordeste*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. *A terra e o homem no Nordeste*. 4ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ARAÚJO, Nancy Gonçalves de. Os trabalhadores e a indústria: reflexões sobre o espaço geográfico. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2007. Dissertação de Mestrado.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. *Ensaio sobre o desenvolvimento brasileiro: heranças e urgências*. Rio de Janeiro: Revan / Fase, 2000.

_____. Por uma política nacional de desenvolvimento regional. In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, 30: 2: 144-161, 1999.

_____. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, 29: 11: 7-36, 1997.

_____. Industrialização do Nordeste: intenções e resultados. In: MARANHÃO, Sílvia (organizador). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. GALVÃO, Antônio Carlos. Política nacional de desenvolvimento regional – uma proposta para discussão. in: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (organizadores). *Brasil, século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

ARRIGHI, Giovanni. *Adam Smith em Pequim: origens e fundamentos do século XXI*. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. *O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo*. Rio de Janeiro: Contraponto. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.

ARROYO, María Mônica. A globalização pensada a partir do espaço geográfico. in: MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina - Ademadan, 2009.

_____. Novos paradigmas: a economia invisível dos pequenos. In: *Le Monde Diplomatique*. Edição Brasileira, Ano II, no. 15. Out., 2008. p. 30/31.

_____. Território brasileiro e mercado externo – uma leitura dessa relação na virada do século XX. In: SOUZA, Maria Adélia aparecida de (org.). *Território brasileiro - usos e abusos*. Campinas: Edições territorial, 2003.

_____. *Território nacional e mercado externo – uma leitura do Brasil na virada do século XX*. Tese (Doutorado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS INDÚSTRIAS DE CALÇADOS – ABICALÇADOS. *Exportações brasileiras de calçados por Estado*. Disponível em <http://www.abicalcados.com.br/index.html>. Acesso em 12 de janeiro de 2011.

_____. *Histórico das exportações brasileiras de calçados – 1990/2009*. Novo Hamburgo: ABICALÇADOS/UNIDADE DE INTELIGÊNCIA COMERCIAL, 2010.

_____. *Resenha estatística*. Novo Hamburgo: ABICALÇADOS/UNIDADE DE INTELIGÊNCIA COMERCIAL, 2009.

AYDALOT, Philippe. *Economie régionale et urbaine*. Paris: Economica, 1985;

_____. *Dynamique spatiale et développement inégal*. 2 ed. Paris: Economica, 1980.

AZAÏS, Christian. Comparando cidades desigualmente desenvolvidas: Santo André (São Paulo, Brasil) e Saint-Denis (Île de France, França). in: SPOSITO, Eliseu Savério. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. SOBARZO, Oscar. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Temps et travail – une lecture de la dynamique territoriale. In: XXXVI Colloque de l'Association de Science Régionale de Langue Française. Crans-Montana (Suisse), 6-9 septembre 2000. p. 2-19.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL – BNB. *Revista BNB – Conjuntura Econômica*. n.1, vol.1. Fortaleza: BNB, 2008. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/projwebren/Exec/ren.aspx>. Acesso em 18/09/2009.

_____. *Liberações do FINOR*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1993a.

_____. *Setor industrial do Nordeste: diagnóstico, modernização e concentração espacial*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1993b.

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES. *Dados estatísticos*. Disponível em www.bndes.gov.br. Acesso em 03/04/2010.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. Pensamento, palavras e obras. In: PARENTE, Josênio. ARRUDA, José Maria. *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BARRIOS, Sônia. A produção do espaço. in: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986.

BECATTINI, G. *Os distritos industriais na Itália*. In: URANI, André et al. (orgs). *Empresários e empregos nos novos territórios produtivos: o caso da Terceira Itália*. Rio de Janeiro: Editora DP&A, 1999.

BELUZZO, Luiz Gonzaga. O insaciável Moloch. in: *Revista Carta Capital*. Edição de 17/11/2008. p. 25.

_____. Prefácio. in: CHESNAIS, François. *A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configurações, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. Prefácio. in: CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise - a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP/UNICAMP, 2002. (Coleção Economia Contemporânea).

BENKO, Georges. *Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI*. 2ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar – a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998;

BESERRA, Fábio Ricardo Silva. *Espaço, indústria e reestruturação do capital: a indústria de calçados na região do Cariri – CE*. Fortaleza: Mestrado Acadêmico de Geografia/ UECE, 2007. Dissertação de Mestrado.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro – o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. 5ª ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

BONFIM, Washington Luís de Sousa. De Távora a Jereissati: duas décadas de política no Ceará. In: PARENTE, Josênio. ARRUDA, José Maria. *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

BOURGUINAT, Henri. *L'arrogance de la finance - comment la théorie financière a produit le krach*. Paris: La Découverte, 2009.

_____. *La tyrannie des marchés: essai sur l'économie virtuelle*. Paris: Economica, 1995.

_____. *Finance internationale*. Paris: Presses universitaires de France, 1992.

BOYER, Robert. *Théorie de la régulation – les fondamentaux*. Paris: La Découverte, 2004.

_____. *Teoria da regulação – uma análise crítica*. São Paulo: Nobel, 1990.

BRAVERMAN, Harry. *Trabalho e capital monopolista - a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro, Guanabara, 1974.

BRANDÃO, Carlos. *Território e desenvolvimento – as múltiplas escalas entre o local e o global*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

BRAUDEL, Fernand. *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV/XVIII - Vol. III - o tempo do mundo*. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BRUNHOFF, Suzanne. Finance, capital, etats. In: *La finance capitaliste*. Paris: Actuel Marx; Presses Universitaires de France, 2006.

BULARD, Martine. Comme fonctionnent les systèmes de santé dans le monde. In: *Le Monde Diplomatic*. Paris, février de 2010.

BURSZTYN, Marcel. *O país das alianças – elites e continuísmo no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1990.

CAMAGNI, Roberto. *Economia Urbana*. Barcelona; Antoni Bosch, 2005.

_____. Organisation économique et réseaux de villes. Tradução livre: Mara Bernardelli. in: SALLEZ, Allain (Dir.) *Les villes, lieux d'Europe*. Paris: DATAR/ Éditours de l'Aube, 1993.

CANO, Wilson. *Desconcentração produtiva regional do Brasil (1970-2005)*. São Paulo: Editora da UNESP, 2008.

CARCANHOLO, Reinaldo. y NAKATANI, Paulo. Capitalismo especulativo e alternativas para América Latina. In: *SEPLA - Primer Coloquio Internacional*, 2006, Santiago de Chile, Universidad Arcis, 2006.

_____. Capital especulativo parasitário versus capital financeiro. In: *Revista Problemas del Desarrollo* (Revista Latino americana de Economia), vol 32, nº 124. México, D.F. janeiro-março de 2001. pp. 09-31.

CARCANHOLO, Reinaldo. y SABADINI, Mauricio de S.. Capital ficticio y ganancias ficticias. in: *Revista Herramienta*, v. 37 pp. 59 a 79 (ISSN 0329-6121), Buenos Aires, Ediciones Herramienta, marzo de 2008.

CARDOSO, Gil Célio de Castro. *A atuação do Estado no desenvolvimento recente do Nordeste*. João Pessoa: Editora da UFPB, 2007.

CARLEIAL, Liana. Reestruturação industrial, relação entre firmas e mercado de trabalho: as evidências na indústria eletroeletrônica na Região Metropolitana de Curitiba. In: CARLEIAL, Liana. VALLE, Rogério. *Reestruturação produtiva e mercado de trabalho no Brasil*. São Paulo: HUCITEC-ABET, 1997.

_____. *Avaliação da política industrial do Ceará; uma contribuição ao debate*. Fortaleza: IEL/FIEC, 1983.

CARLOS, Ana Fani A. *Espaço e indústria*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 1992.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise - a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Editora UNESP/UNICAMP, 2002. (Coleção Economia Contemporânea).

CARVALHO, Cícero Pércles de Oliveira. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento: 2000-2008. In: Encontro Nacional de Economia. 36. Salvador, 2008. in: *Anais do Encontro Nacional de Economia*. Salvador: ANPEC, 2008.

CARVALHO, José Raimundo. BARRETO, Flávio Ataliba. OLIVEIRA, Victor Hugo de. *Avaliação econométrica do Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará – FDI*. Textos para pesquisa. Fortaleza: CAEN/UFC, 2007.

CARVALHO, Keane Barroso de. *Territórios produtivos: estudos geográficos do I Distrito Industrial do Ceará*. Fortaleza: Mestrado Acadêmico em Geografia/UECE, 2009. Dissertação de Mestrado.

CARVALHO, Otamar de. *Desenvolvimento regional - um problema político*. Confronto de duas experiências: cassaper il mezzogiorno e SUDENE. Rio de Janeiro: Editora Campus LTDA, 1979.

CARVALHO, Rejane Vasconcelos Accioly de. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o Governo do Ceará de 2006. In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC. 39: 2: p. 22-43, 2008.

_____. Virgílio, Adauto e César Cals: a política como arte da chefia. In: PARENTE, Josênio. ARRUDA, José Maria. *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. *Transição democrática brasileira e padrão midiático publicitário da política*. Fortaleza: FCPC/UFC, 1999.

CASTELLS, Manuel. *A era da informação: economia, sociedade e cultura – vol. 1: a sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CEARÁ. Governo do Estado do. *Mensagens à Assembléia Legislativa*. Fortaleza, vários anos.

_____. *Plano Plurianual*. 1992-1995. Fortaleza: 1991.

_____. *Plano de desenvolvimento sustentável 1995/1998*. Fortaleza, 1995.

_____. *Decreto nº 24.530, de 10 de julho de 1997 que altera dispositivos da utilização dos recursos decorrentes dos retornos das operações do Programa de Incentivo às Atividades Portuárias e Industriais do Ceará - PROAPI para financiamento de capital de giro de empresas industriais exportadoras*. Fortaleza, 10 de julho de 1997.

_____. *Consolidando o Novo Ceará – plano de desenvolvimento sustentável 1999/2002*. Fortaleza, 1999.

_____. *Nova política industrial do Ceará*. Anexo ao ato normativo FDI – 01/2002. Fortaleza: SDE, 2002.

_____. *Plano Plurianual*. 2003-2006. Fortaleza: SEPLAN, 2003a.

_____. *Decreto nº 27.196, de 29 de setembro de 2003 que aprova o regulamento do Programa de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém e da Economia do Ceará*. Fortaleza, 29 de setembro de 2003b.

_____. *Decreto nº 27.951, de 10 de outubro de 2005 que dispõe sobre o Programa de Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Geradora de Energia Eólica - PROEÓLICA*. Fortaleza, 10 de outubro de 2005.

_____. *Diretrizes para o programa de governo – 2006/2010*. Fortaleza: SEPLAN, 2006.

_____. *Síntese do Fundo de Desenvolvimento Industrial – FDI e a política de atração de empresas do Estado do Ceará – 2008/2010*. Fortaleza: ADECE, 2008a.

_____. *Plano Plurianual Regionalizado de 2008-2010*. Fortaleza: SEPLAN, 2008b.

CEARÁ. Governador do (Virgílio Távora). *II Plano de metas governamentais - PLAMEG, 1979-83*. Fortaleza, 1979.

_____. (Gonzaga Mota). *I Plano estadual de desenvolvimento - PLANED, 1983-1987*. Fortaleza: BNB, 1983.

_____. (Tasso Jereissati). *Plano de Mudanças*. Fortaleza: SEPLAN, 1986.

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (CEDE). *Lista de empresas beneficiadas pelos programas FDI/PROVIN*. Fortaleza: CEDE, 2010.

CHESNAIS, François. Notes sur la portée et le cheminement de la crise financière. in: 5ème Congrès Marx: Altermondialisme – Anticapitalisme - *pour une cosmopolitique alternative*. Université de Paris-X Nanterre. 2007. Disponível em: http://www.u-paris10.fr/68821906/0/fiche_pagelibre/&RH=philosophie. Acesso em 01/12/2009.

_____. La prééminence de la finance au sein du “capital en général”, le capital fictif et le mouvement contemporain de mondialisation du capital. in: BRUNHOFF, Suzanne et alli. *La Finance Capitaliste*. Paris: Actuel Marx; Presses Universitaires de France, 2006.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François. *A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configurações, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

_____. A “Nova Economia”: uma conjuntura própria à potencia econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et al.. *Uma nova fase do capitalismo?* São Paulo: Xamã, 2003.

_____. A teoria do regime de acumulação financeirizado: conteúdo, alcance e interrogações. In *Economia e Sociedade*. Campinas, v. 11, n. 1 (18), p. 1-44, jan/jun. 2002.

_____. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.

COELHO, Modesto Siebra. Sobral, Ceará, Brazil. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; (organizadores). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA - CNI. *Revista Indústria Brasileira*. N. 86. Encarte Especial “Nordeste”. Brasília: CNI, 2008.

CORIAT, Benjamin. *Pensar pelo avesso – o modelo japonês de trabalho e organização*. Rio de Janeiro: Revan/UFRJ, 1994.

CORRÊA, Roberto Lobato. *Região e organização espacial*. 4ª Ed. São Paulo: Ática, 1991.

COSTA, Liduína Farias Almeida da. *O sertão não virou mar: nordestes, globalização e imagem pública da nova elite cearense*. Fortaleza/São Paulo: Eduece/Anna Blume, 2005.

COSTA, Rogério Haesbaert da. *O mito da desterritorialização – do fim dos territórios à multiterritorialidade*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

COSTA, Achyles Barcelos da. Competitividade da indústria de calçados: nota técnica setorial do complexo têxtil. In: COUTINHO, Luciano et alli (org.). *Estudo da competitividade da indústria brasileira*. Campinas: FECAMP; MCT; FINEP; PADCT, 1993.

DANTAS, Francisco Leite. *Exportação das indústrias de calçados do Crajubar*. Crato: URCA, 2003. Monografia de Especialização.

DI CIONE, Vicente. Presentación y comentarios. In: HARVEY, David. *Notas hacia una teoria del desarrollo geográfico desigual*. Buenos Aires: GeoBaireS. Cuadernos de Geografía, 2007.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDO SÓCIO-ECONÔMICO - DIEESE. *Subsídio à campanha salarial do Sindicato dos Sapateiros do Ceará 2009*. Fortaleza, 2009.

DEDECA, Cláudio Salvadori. Anos 1990: a estabilidade com desigualdade. In: Marco SANTANA, Aurélio e RAMALHO, José Ricardo (orgs.). *Além da fábrica - trabalhadores, sindicatos e a nova questão social*. São Paulo: Boitempo, 2003.

DINIZ, Clélio Campolina. Economia do conhecimento e desenvolvimento regional no Brasil. In: DINIZ, Clélio Campolina e LEMOS, Mauro Borges (organizadores). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

_____. O imperativo de uma nova política de desenvolvimento regional para o Brasil. *Revista Bahia Invest*. V.2 n. 3, pp.39/44. Salvador: SEI, 2004.

_____. A nova geografia econômica do Brasil. In: VELLOSO, João Paulo dos Reis (Organizador). *Brasil 500 anos: futuro, presente, passado*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

DINIZ, Clélio Campolina. BASQUES, Maria Fernanda Diamante. *A industrialização nordestina recente e suas perspectivas*. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2004.

DINIZ, Clélio Campolina. CROCCO, Marco Aurélio. Reestruturação econômica e impacto regional: o novo mapa da indústria brasileira. In: *Revista Nova Economia*. Belo Horizonte, v. 6: 1: p. 78-103. 1996.

DIÓGENES, Glória. Ciro Gomes: percursos de uma imagem. In: PARENTE, Josênio. ARRUDA, José Maria. *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DUMÉNIL, Gerard y LÉVY, Dominique. Superação da crise, ameaças de crises e novo capitalismo. In: Chesnais et alli. *Uma Nova Fase do Capitalismo?* São Paulo, Xamã, 2003 (versión original: *Une nouvelle phase du capitalisme?* Paris, Syllepse, 2001).

EAGLETON, Terry. *Ideologia – uma introdução*. São Paulo: Editora da Unesp/Boitempo, 1997.

ELIAS, Denise. Reestruturação produtiva da agricultura cearense: rumo à desintegração competitiva e à fragmentação do espaço agrário. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (organizadores). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

EDELBLUTTE, Simon. *Paysages et territoires de l'industrie en Europe – héritages et renouvelaux*. Paris: Ellipses, 2009.

FAORO, Raymundo. *Os donos do poder – formação do patronato político brasileiro*. Volume 2. 13ª Ed. São Paulo: Globo, 1998.

FAJNZILBER, F. Sobre la impostergable transformación productiva de América Latina, *Revista Pensamiento Iberoamericano*, no 16, Madrid, jul./dez. 1989.

FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE BANCOS – FEBRABAN. Pesquisa FEBRABAN de Projeções e Expectativas de Mercado. Disponível em <http://www.febraban.org.br/Febraban.asp>. Acesso em 04/04/2010.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC. Perfil da indústria de transformação cearense. Fortaleza: FIEC/Unidade de Economia e Estatística, 2010.

FERREIRA, Assuéro. O crescimento recente da economia cearense. In *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 26: 2: p. 157-180, 1995.

_____. *Custo do trabalho e absorção da mão-de-obra na indústria de transformação do Nordeste*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará – Curso de Mestrado em Economia – CAEN, 1982. Série Relatórios de Pesquisa.

FERREIRA, Maria de Fátima Silveira. LEMOS, Mauro Borges. Localização industrial e fatos estilizados da nova reconfiguração espacial do Nordeste. *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 484-507, 2000.

FISCHER, André. *Industrie et espace géographique*. Paris: Masson, 1994.

_____. Zonas industriais e estratégias econômicas e espaciais. In: FIRKOWSKI, Olga Lúcia Castreghini e SPOSITO, Eliseu Savério. *Indústria, Ordenamento do Território e Transportes – a contribuição de André Fischer*. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

FUJITA, Masahisa; KRUGMAN, Paul; VENABLES, Anthony. *Economia espacial – urbanização, prosperidade econômica e desenvolvimento humano no mundo*. São Paulo: Futura, 2002;

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 25ª ed. São Paulo: CIA Editora Nacional, 1995.

GERÊNCIA SETORIAL DE BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS. *A indústria de calçados no Estado do Ceará - setores produtivos 2 - sp2*. Relatório elaborado para a Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado do Ceará – SIC. Fortaleza: SIC, 2001.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. As charqueadas. In: SOUZA, Simone de (coordenadora). *História do Ceará*. 2º ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1994.

GONÇALVES, Reinaldo. *Globalização e desnacionalização*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GONDIM, Linda Maria Pontes. Os “Governos das Mudanças” (1987-1994). In SOUZA, Simone de (organizadora). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

_____. *Clientelismo e modernidade nas políticas públicas: os Governos das Mudanças no Ceará (1987-1994)*. Ijuí: Editora Unijuí, 1998.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. O Nordeste, o planejamento regional e as armadilhas da macroeconomia. in: *Revista Estudos e Pesquisas*. N.67, p.109-151, Salvador: SEI, 2004.

_____. Trajetória econômica de uma região periférica. In: *Estudos Avançados*. São Paulo, 29: 11: 37-54, 1997.

GUIMARÃES NETO, Leonardo. GALINDO, Osmil. Quem controla o que na indústria incentivada do Nordeste? In: *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Ano VI, nº 1, dez., 1992.

GUNN, Philip. A mídia na guerra dos lugares: a experiência tucana no Ceará. In: In: DEÁK, Csaba. SCHIFFER, Sueli Ramos (organizadores). *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

HARRIBEY, Jean-Mary; PLIHON, Dominique. *Sortir de la crise globale – vers un monde solidaire et écologique*. Paris: ATTAC; La découverte, 2009.

HARVEY, David. *Lutas pela reforma urbana – o direito à cidade como alternativa ao neoliberalismo*. Tradução de Fernando Alves Gomes. in: Textos do Fórum Social Mundial, Belém, 2009.

_____. *Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008a;

_____. *Resgatar o capitalismo dos capitalistas e de sua ideologia falsária*. Tradução livre Marcos Vinícius Cabral. Disponível em <http://davidharvey.org/2008/>. Acesso em 29/04/2008b.

_____. *Notas hacia una teoria del desarrollo geográfico desigual*. Buenos Aires: GeoBaireS. Cuadernos de Geografía, 2007.

_____. *A produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. *Espaços de esperança*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. *Condição pós-moderna*. 7º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

_____. *Los límites del capitalismo y la teoría marxista*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

HOLANDA, Virgínia. *Modernização e espaços seletivos no Nordeste brasileiro*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado.

HORIZONTE, Prefeitura Municipal de. *Horizonte gerando desenvolvimento – política de desenvolvimento econômico*. Horizonte: Prefeitura Municipal de Horizonte, 2007.

HUANG Yasheng; KHANNA Tarun. *Can India overtake China?* In foreign policy. Disponível em <http://web.rollins.edu/~tlairson/china/indiachina3.pdf>. Acesso em 21/12/2009.

HUSSON, Michel. Finance, hyper-concurrence et reproduction du capital. in: BRUNHOFF, Suzanne et alli. *La Finance Capitaliste*. Paris: Actuel Marx; Presses Universitaires de France, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. *Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário* – PIMES. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: ftp://ftp.ibge.gov.br/Industrias_pesquisaindustrialmensaldeempregoosalario. Acesso em 10 de fevereiro de 2011.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)* - Síntese de Indicadores Sociais. 2010. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/home/>. Acesso em 28 de setembro de 2010.

_____. *Pesquisa de Informações Básicas Municipais* - MUNIC 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 02 de setembro de 2010.

_____. *Sistema de contas regionais*. Rio de Janeiro: IBGE, 2009. Disponível em www.ibge.gov.br. Acesso em 02/02/2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. *IPEADATA*. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 05/01/2008.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. *Participação (%) do Produto Interno Bruto - PIB do Ceará em relação ao Brasil*. Fortaleza: IPECE, 2010a.

_____. *Índice de Desenvolvimento Social* – IDS - vários anos. Fortaleza: IPECE, 2010b.

_____. *Índice de Desenvolvimento Municipal* – IDM - vários anos. Fortaleza: IPECE, 2010c.

_____. *Desempenho da indústria de transformação cearense*. Fortaleza: IPECE, 2004.

KANT, Immanuel. *Crítica da razão pura*. São Paulo: Nova Cultural, 1996. (coleção Os Pensadores).

LARA, Ricardo. O trabalho invisível em Franca – SP. In: CANÔAS, José Walter (org.). *Nas pegadas do sapateiro: 60 anos do STIC* – Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Calçados. Franca: UNESP, 2007.

LACERDA, Antônio Corrêa de. 4^a ed. *O impacto da globalização na economia brasileira*. São Paulo: Contexto, 1999.

LEFEBVRE, Henri. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.

_____. *La production de l'espace*. Tradução livre: Tomoko Iyda Paganelli. 3^{ème}. Édition. Paris: Anthropos, 1986.

_____. *Espace et politique*. Paris: Points Civilisation, 1974.

LEMENHE, Maria Auxiliadora. Representações sociais e “política” de classe: momentos de constituição dos industriais cearenses como sujeito coletivo. In: *Revista de Ciências Sociais*. Fortaleza: UFC. 28: 1/2: p. 65-74, 1997.

LEMOINE, Françoise. *L'économie de la Chine*. Paris: La Découverte, 2006.

LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. in: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA Luiz Cruz; ELIAS, Denise (organizadores). *Panorama da geografia brasileira – parte 01*. São Paulo: Anna Blume, 2006.

_____. Novos rumos e tendências da urbanização e a industrialização no Estado de São Paulo. In: LIMONAD, Éster. HAESBAERT, Rogério. MOREIRA, Ruy (organizadores). *Brasil século XXI: por uma nova regionalização? Agentes, processos e escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

_____. Cisão territorial da indústria e integração regional no Estado de São Paulo. In: GONÇALVES, Maria Flora et alli (organizadores). *Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional*. São Paulo: Unesp/AMPUR, 2003.

_____. Reestruturação urbano-industrial no estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: *Espaço e Debates: revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo, 38: 54-61, 1994.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto – o município e o regime representativo no Brasil*. 5ª Ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1986.

LÉVY, Jacques e LASSAULT, Michel. *Dictionnaire de la géographie et de l'espace des sociétés*. Paris: Éditions Belin, 2003.

LIMA, Luiz Cruz. Redes de integração do território cearense: dos caminhos da pecuária às estradas virtuais. In: SILVA, José Borzacchiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia (organizadores). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

_____. *A indústria na Zona da Francisco Sá*. Fortaleza: Instituto de Geociências da UFC, 1971.

LIPIETZ, Alain. *Miragens e milagres: problemas da industrialização no terceiro mundo*. São Paulo: Nobel, 1988.

_____. O local e o global: personalidade regional ou inter-regionalidade? In: *Espaço e Debates: revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo, 38: 10-20, 1994.

LIPIETZ, Alain. LEBORGNE, Danièle. O pós-fordismo e seu espaço. In *Espaço e Debates: revista de estudos regionais e urbanos*. São Paulo, 25: 12-29, 1988.

LOJKINE, Jean. Os desafios da revolução informacional no limiar do terceiro milênio. In: OLIVEIRA, Flávia Arlanch Martins de (org.). *Globalização, regionalização e nacionalismo*. São Paulo: Editora da UNESP, 1999.

LORDON, Frédéric. Et si on fermait la bourse... in: *Le Monde Diplomatique*. 57^e année. no. 671. Février 2010. p. 1, 8 e 9.

_____. *Jusqu'à quand? Pour en finir avec les crises financières*. Paris: Raison d'agir Édition, 2008a.

_____. O dia em que o FED se tornou socialista. In: *Le Monde Diplomatique*. Edição Brasileira, Ano II, no. 15. Out., 2008b. p. 12-14.

MANDEL, Ernest. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Abril Cultural, 1982. (coleção Os economistas).

MANZAGOL, Claude. *Lógica do espaço industrial*. São Paulo: DIFEL, 1985.

MARANHÃO, Sílvio (org.). *A questão Nordeste – estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

_____. O desenvolvimento do Brasil e do Nordeste. In: *Relatório norte sul: o Brasil e o Nordeste*. Fortaleza: SEPLAN/IPLANCE, 1991.

MARKUSEN, Ann. Mudança econômica regional segundo o enfoque centrado no ator. In: DINIZ, Clélio Campolina e LEMOS, Mauro Borges (organizadores). *Economia e território*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2005.

MARTIN, Isabela. *Empresariado no poder – o projeto político do CIC (1978-1986)*. Fortaleza: SECULT/UFC, 1993.

MÉNDEZ, Ricardo e CARAVACA, Inmaculada. *Organización industrial y territorio*. Madrid: Editorial Síntesis, 1996.

MENELEU NETO, José. *Novos sapateiros: os trabalhadores e a reestruturação do capital*. Fortaleza: Programa de Pós-Graduação em Sociologia/UFC, 2000. (Tese de Doutorado);

MICHALET, Charles-Albert. *O que é mundialização?* São Paulo: Loyola, 2003.

_____. *Mondialisation, la grande rupture*. Paris: Éditions La Découvert, 2009.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC/ SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR - SECEX. *Dados estatísticos*. Disponível em www.secex.mdic.gov.br. Acesso em 28/03/2010.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR – MDIC/ GRUPO DE TRABALHO PERMANENTE PARA ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – GTPAPL. *Manual de apoio aos APLs*. Brasília: GTPAPL/MIDIC, 2006.

MORAES, Antônio Carlos Robert. 5ª Ed. *Ideologias geográficas – espaço, cultura e política no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

MOREIRA, Ruy. A nova divisão territorial do trabalho e as tendências de configuração do espaço brasileiro. In: LIMONAD, Ester, HAESBAERT, Rogério e MOREIRA, Ruy (organizadores). *Brasil, século XXI – por uma nova regionalização? Agentes, processos, escalas*. São Paulo: Max Limonad, 2004.

MOUHOUD, El Mouhoub. *Le savoir et la finance – liaisons dangereuses au coeur du capitalisme contemporain*. Paris: Éditions La Découvert, 2009.

_____. *Mondialisation et délocalisation des entreprises*. Paris: Éditions La Découvert, 2008.

NAVARRO, Vera. A reestruturação produtiva na indústria de calçados de couro em Franca (SP). In: ANTUNES, Ricardo. SILVA, Maria Aparecida Moraes (org.). *O avesso do trabalho*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. *World Economic and Social Survey – 2008*. New York, 2008, disponível no site [HTTP://www.un.org](http://www.un.org).. Acesso em 20 de fevereiro de 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *A economia brasileira: crítica à razão dualista*. 5ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. *Elegia para uma re(li)gião* - SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 6ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. *A economia da dependência imperfeita*. Rio de Janeiro: Edições do Graal, 1977.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Neodesenvolvimentismo. In: *Jornal O Povo*. Opinião. Fortaleza, 05 de fevereiro de 2011.

PARENTE, Josênio Camelo. O Ceará e a modernidade. In: PARENTE, Josênio. ARRUDA, José Maria. *A era Jereissati: modernidade e mito*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

_____. *A fé e a razão na política: conservadorismo e modernidade das elites cearenses*. Fortaleza/Sobral: Edições UFC e Edições UVA, 2000.

PAULET, Jean-Pierre. *L'Asie, nouveau centre du monde*. Paris: Elipses, 2005.

PALLOIX, Christian. O processo de trabalho: do fordismo ao neofordismo. In: TRONTI, Mário et.alii. *Processo de trabalho e estratégias de classe*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1982.

PEDROSA, Ivo Vasconcelos. ICMS: repercussões econômicas da tributação interestadual e alternativas de mudança. In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, 29: n º 3: 255-273, 1998.

PEREIRA JÚNIOR, Edilson. *Industrialização e reestruturação do espaço metropolitano: reflexões sobre o caso de Horizonte-Pacajus (CE)*. Fortaleza: Eduece, 2005.

PEREIRA, José Maria Dias. *Flexibilização da produção e subcontratação do trabalho: o caso da indústria gaúcha de calçados de couro*. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1998. Tese de Doutorado.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. SILVA, Marconi Gomes da. O crescimento do emprego formal nas metrópoles nordestinas. In: JÚNIOR MACAMBIRA. *O mercado de trabalho formal no Brasil*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2006.

PERROUX, François. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHATZMAN, Jacques. *Economia regional: textos escolhidos*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1977.

PETRELLA, Riccardo. *Los limites a la competitividad – cómo se debe gestionar la aldea global*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes/ Editorial Sudamericana, 1996.

PIORE, Michael & SABEL, Charles. *The second industrial divide* - possibilities for prosperity. New York: basic books, 1984.

PIQUET, Rosélia. *Indústria e território no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2007.

_____. A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. In: *Planejamento e território: ensaios sobre a desigualdade*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2002.

PIRES, Élon Luciano Silva; VERDI, Adriana Renata. *A mobilização dos territórios para o desenvolvimento de arranjos produtivos locais: gênese, aspectos conceituais e bases metodológicas*. in: SILVEIRA, Márcio Rogério; LAMOSO, Lisandra Pereira; MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. *Questões nacionais e regionais do território brasileiro*. São Paulo: Expressão Popular/UNESP Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2009.

POCHMANN, Márcio. *A superterceirização do trabalho*. Campinas: LTR Editora, 2008.

POLANYI, Karl. *A grande transformação – as origens da nossa época*. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1980.

PONTES, Paulo Araújo. *Política industrial no Estado do Ceará: uma análise do FDI-PROVIN, 1979-2002*. Fortaleza: CAEN/UFC, 2003. (Dissertação de Mestrado).

PONTES, Paulo Araújo. CAMBOTA, Jaqueline Nogueira. e BIDERMAN, Ciro. *Incentivos estaduais à indústria de transformação e a geração de empregos: um estudo de caso para o Estado do Ceará*. sl. sd.

PROCHNIK, Victor. Flexibilidade espúria: modernização técnica com desigualdade social na indústria brasileira de calçados. *Anais do 19º Encontro Nacional de Economia*. Curitiba: Anpec, 1991.

QUINTILIANO, Aridenio Bezerra e LIMA, Luiz Cruz. *Reestruturação socioespacial do Ceará: ações do Estado*. Fortaleza: Editora da Universidade Estadual do Ceará – Eduece, 2008.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

REDES DE INFLUÊNCIA DAS CIDADES – REGIC 2007. Rio de Janeiro: IBGE, 2008.

REDE DE PESQUISA EM SISTEMAS E ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS – REDESIST. *Projeto - Análise do mapeamento e das políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos impactos dos grandes projetos federais no Nordeste*. Nota Técnica 02: Arranjos Produtivos Locais no Estado do Ceará: mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para políticas de apoio. Rio de Janeiro: REDESIST/BNDES/UFC/FUNPEC, 2010.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS – RAIS. *Base de dados estatísticos*. Vários anos. Brasília: RAIS, 2010. CD-ROM.

RICHARDSON, H.W. *Economia urbana*. São Paulo: Interciência, 1978.

RIGOTTO, Raquel Maria. *O “progresso” chegou e agora? As tramas da insustentabilidade e a sustentação simbólica do desenvolvimento*. Fortaleza: Doutorado em Sociologia/UFC, 2004. Tese de Doutorado.

RUAS, Roberto. *Efeitos da modernização sobre o processo de trabalho*: condições objetivas de controle na indústria de calçados. Porto Alegre: FEE, 1985.

SAUVIAT, Catherine. Os fundos de pensão e os fundos mútuos: principais atores da finança mundializada e do novo poder acionário. In: CHESNAIS, François. *A finança mundializada – raízes sociais e políticas, configurações, consequências*. São Paulo: Boitempo, 2005.

SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

_____. Por uma epistemologia existencial. In: LEMOS, Amalia Inés Geraiges de. SILVEIRA, Maria Laura. ARROYO, Mônica (Organizadoras). *Questões territoriais na América Latina*. Buenos Aires: CLACSO; São Paulo: Edusp, 2006.

_____. *Pensando o espaço do homem*. 5ª ed. São Paulo: EDUSP, 2004.

_____. *O país distorcido – o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo: Publifolha, 2002.

_____. *Por uma outra globalização – do pensamento único à consciência universal*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *A natureza do espaço*. 3ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. *Por uma geografia nova*. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1996.

_____. Circuitos espaciais da produção: um comentário. In: SANTOS, Milton. SOUZA, Maria Adélia. *A construção do espaço*. São Paulo: Nobel, 1986;

_____. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1979.

SANTOS, Milton. SILVEIRA, Maria Laura. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2001;

SAQUET, Marcos Aurélio. *Abordagens e concepções de território*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SCHNEIDER, Sérgio. *Agricultura familiar e industrialização – produtividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul*. 2ª ed. Porto alegre: Editora da UFRGS, 2004.

SCOTT, Allen J. STORPER, Michael. Indústria de alta tecnologia e desenvolvimento regional: uma crítica e reconstrução teórica. In: in *Espaço e Debates*: revista de estudos regionais e urbanos. São Paulo, 25: 30-44, 1988.

SILVA, José Borzacchiello da. A cidade contemporânea no Ceará. In: SOUZA, Simone de (org.). *Uma nova história do Ceará*. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2000.

_____. O algodão na organização do espaço. In: SOUZA, Simone de (coordenadora). *História do Ceará*. 2º ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1994.

SILVA, Armando Corrêa da. Desenvolvimento industrial e geografia. In: *O espaço fora do lugar*. 2ª Ed. São Paulo: HUCITEC, 1988.

_____. Característica do espaço econômico industrial. In: *Boletim Paulista de Geografia*. São Paulo, n. 48: p. 93/106. 1973.

SIMONS, Craig. *New labor movement afoot in China* - activists employing shame in effort to bring about change. Disponível em <http://www.3909.cupe.ca/China%20Labor%20Watch.pdf>. Acesso em 08/07/2009.

SMITH, Neil. *Desenvolvimento desigual* – natureza, capital e a produção de espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

_____. Geografía, diferencia y las políticas de escala. In: *Terra Livre*. São Paulo, n. 19: p. 127/146. 2002.

SOARES, Francisco de Assis. SANTOS, Sandra Maria dos. TENÓRIO, José Nelson Barbosa. FRAGOSO, Shirley Nascimento. Interiorização e reestruturação da indústria do Ceará no final do século XX. In *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, v. 38. Nº 1, jan-mar. 2007. PP. 86-102.

SOBRAL, Prefeitura Municipal de. *Política de desenvolvimento tecnológico e econômico*. Sobral: Prefeitura Municipal de Sobral, 2007.

SOJA, Edward W. *Geografias pós-modernas* – a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo César e CORRÊA, Roberto Lobato. *Geografia* - conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SOUZA, Maria C. A especialização flexível e as pequenas e médias empresas (PMEs): algumas notas sobre a visão de Piore e Sabel. *Ensaio FEE*. Porto Alegre, 1992. (13): 316-40.

SOUZA, Maria Salete de. Ceará: bases de fixação do povoamento e crescimento das cidades. In: SILVA, José Borzachiello da; CAVALCANTE, Tércia Correia; DANTAS, Eustógio Wanderley Correia; (organizadores). *Ceará: um novo olhar geográfico*. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2005.

SPOSITO, Eliseu Savério. *Redes e Cidades*. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

_____. *Primeiro Relatório da FAPESP* - Projeto Temático: O novo Mapa da Indústria no início do século XXI. Diferentes paradigmas para a leitura territorial da dinâmica econômica no Estado de São Paulo. Presidente Prudente, abril de 2007a.

_____. Cidades Médias e eixos de desenvolvimento no Estado de São Paulo: metodologia de abordagem. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão et. alli.(org.). *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007b.

_____. Mercado de trabalho no Brasil e no Estado de São Paulo. in: SPOSITO, Eliseu Savério. SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. SOBARZO, Oscar. *Cidades médias: produção do espaço urbano e regional*. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

_____. Dinâmica econômica, fluxos e eixos de desenvolvimento. Avaliação da construção de uma temática. In: SPOSITO, Eliseu Savério (org.). *Produção do espaço e redefinições regionais*. Presidente Prudente: UNESP/FCT/GasPERR, 2005.

_____. Políticas públicas: teorias, práticas e ideologias. In: SPOSITO, Maria Encarnação B. (org.). *Urbanização e cidades: perspectivas geográficas*. Presidente Prudente: GASPERR/FCT/UNESP, 2001.

_____. Território, logística e mundialização. In: SPOSITO, Eliseu Savério (Org). *Dinâmica econômica, poder e novas territorialidades*. Presidente Prudente: GASPERR/UNESP, 1999, p. 99-113.

_____. Fluxos e localização industrial. In: MELO, Jayro Gonçalves (Org.). *Região, cidade e poder*. Presidente Prudente: GASPERR, 1996.

SPOSITO, Eliseu Savério; SANTOS, Leandro Bruno. Mundialização e configurações recentes do capitalismo: uma leitura pelas multinacionais. in; MENDONÇA, Francisco de Assis; LOWEN-SAHR, Cicilian Luiza; SILVA, Márcia da (org.). *Espaço e tempo: complexidade e desafios do pensar e do fazer geográfico*. Curitiba: Associação de Defesa do Meio Ambiente e Desenvolvimento de Antonina - Ademadan, 2009.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades Médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. O desafio metodológico da abordagem interescalar no estudo das cidades médias no mundo contemporâneo. In: *Revista Cidades*. Presidente Prudente: Grupo de Estudos Urbanos, vol.3, no. 5, p.143 – 157, 2006.

_____. A urbanização da sociedade: reflexões para um debate sobre as novas formas espaciais. In: DAMIANI, Amélia I. et alli (organizadoras). *O espaço no fim de século: a nova raridade*. São Paulo: Contexto, 1999.

_____. *O chão em pedaços: urbanização, economia e cidades*. Tese de Livre Docência. Presidente Prudente: Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, 2004.

STORPER, Michael (1989). The transition to flexible specialisation in the US film. *Cambridge Journal of Economics*. London, 1989. (13): 273-305.

SUZIGAN, Wilson. *Identificação, mapeamento e caracterização estrutural de Arranjos Produtivos Locais no Brasil* - relatório consolidado. Brasília: IPEA/DISET, 2006.

_____. *Indústria brasileira – origem e desenvolvimento*. 9ª ed. São Paulo: HUCITEC/Editora da Unicamp, 2000.

_____. Experiência histórica de política industrial no Brasil. In: *Revista de Economia Política*. São Paulo, 1996. Vol. 16. N. 1 (61), pp. 05-22, jan/março.

SUZIGAN, W., FERNANDES, S. C. Competitividade sistêmica: a contribuição de Fernando Fajnzylber. *V Congresso Brasileiro de História Econômica*, Caxambu, MG, 2003.

TEIXEIRA, Déa L.P. Em busca de fórmulas milagreas orientais – considerações sobre a viabilidade de 'importação' das técnicas gerenciais japonesas por outros países capitalistas. *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, FGV, 1987. Vol. 27. N. 3, pp 5-16, jul/set.

TEIXEIRA, Francisco José Soares. *CIC: a razão esclarecida da FIEC*. Fortaleza: IMOPEC/ADUFC/CUT/CPT, 1995.

TENDLER, Judith. *Bom Governo nos Trópicos* – uma visão crítica. Rio de Janeiro: Editora Revan, 1999.

TOURAINE, Alain. *Crítica da modernidade*. Petrópoles: Vozes, 1995.

VELTZ, Pierre. *Le nouveau monde industriel*. Édition revue et augmentée. Paris: Éditions Gallimard, 2008.

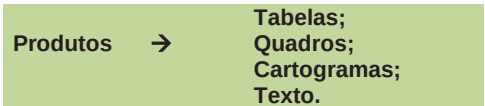
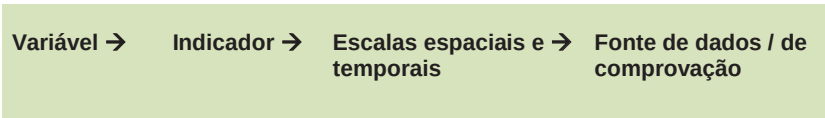
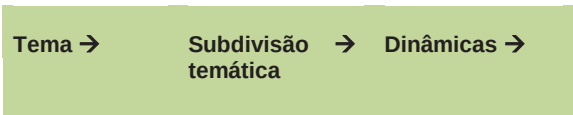
_____. *Mondialisation, villes et territoires* – l'économie d'archipel. Paris: PUF, 1996.

WANDERLEY, Lívio Andrade. Industrialização do Nordeste e (des) regionalização. In: *Revista Econômica do Nordeste*. Fortaleza, 27: nº 1: 13-55, 1996.

ANEXO 01: MATRIZ METODOLÓGICA

TERRITÓRIO E ECONOMIA POLÍTICA – UMA ABORDAGEM A PARTIR DO NOVO PROCESSO DE INDUSTRIALIZAÇÃO NO CEARÁ

Edilson Pereira Júnior



SUBDIVISÕES TEMÁTICAS	DINÂMICAS TERRITORIAIS E SÓCIO-ECONÔMICAS
1- Estratégias, ações e objetos do território	- Renovação da materialidade do território; - Ênfase de uma matriz economicista na política; - Dinamização dos fluxos materiais e imateriais.
2- As políticas públicas e a atividade industrial	- Expansão das finanças públicas; - Renovação das políticas industriais; - Expansão e crise da atividade industrial.
3- Território e industrialização	- Deslocamento das unidades de produção; - Expansão do circuito espacial da produção industrial; - Dinamização das relações estabelecidas entre os serviços e as atividades industriais.
4- Industrialização, redes e centralidades	- Centralização industrial e institucional nas regiões e nos municípios; - Difusão das relações econômicas e intensificação dos contatos entre a cidade e a região e a região e o país.
5- Mudanças no mundo da produção e do trabalho	- Reestruturação produtiva na indústria; - Expansão do emprego formal na indústria de transformação, no comércio e nos serviços; - Reestruturação nas relações de trabalho; - Emprego, desemprego e rotatividade dos trabalhadores; - Nova territorialização do trabalho formal.

SUBDIVISÃO TEMÁTICA 1: Estratégias, ações e objetos do território	Dinâmicas territoriais e sócio-econômicas	Variáveis	Indicadores	Fonte de consulta/Comprovação
	- Renovação da materialidade do território;	Malha rodoviária	- Extensão das rodovias, por situação, segundo a jurisdição; - Extensões urbanas de rodovias; - Vias de acessos aos centros urbanos e regionais e distância à Fortaleza; - Extensão e situação da rede rodoviária federal, estadual e municipal.	- Dados do IBGE, DETRAN, DNER, DERT e outros por município. - Trabalho de campo; - Relatórios da Confederação Nacional de Transportes. - Dados do IPEA. - Planos plurianuais de desenvolvimento. - Guia Quatro Rodas.
		Rede infoviária	- Extensão do Cinturão Digital do Ceará.	- Relatórios da ETICE e da SEINFRA; - Trabalho de campo.
		Rede ferroviária	- Construção e extensão de ferrovia.	- Dados da ADECE; - Relatórios da CIA Transnordestina de ferrovias.
		Aeroportos e campos de pouso	- Evolução do Nº de aeroportos e campos de pouso; - Características dos aeroportos;	Fonte: Dados do IPECE e do IBGE. Documentos do PRODETUR – NE. <i>Sites</i> dos principais aeroportos do estado e do país. Trabalho de campo.
		Estabelecimentos portuários	- Quantidade e características dos portos. - Renovação da capacidade de terminais portuários.	Fonte: Dados da CEARÁPORTOS, da SEINFRA, da CIA Docas, do IPECE e do IBGE; <i>Sites</i> dos principais portos do estado e do país. Trabalho de campo.
		Distribuição de energia elétrica	- Rede de distribuição de energia elétrica; - Diversificação das fontes de energia elétrica.	- Relatórios da SEINFRA; sites da CHESF e documentos do IPECE sobre a distribuição de energia no Ceará. COELCE.ADECE.
		Distribuição de água	- Infraestrutura de abastecimento de água; - Expansão das obras técnicas ligadas ao abastecimento hídrico.	- Planos de desenvolvimento; Documentos da Secretaria de Agricultura; Programa Cearense de Agricultura Irrigada – PROCEAGRI; Relatórios do DNOCS e da Secretaria Estadual dos Recursos Hídricos – SRH.
		Abastecimento de gás natural	- Rede de distribuição de gás natural; - Expansão da oferta de gás combustível.	- Relatórios da Companhia de Gás do Ceará – CEGÁS. - Trabalho de campo.
		Obras públicas	- Evolução do número de obras públicas; - Relações estabelecidas entre as obras públicas e os projetos de desenvolvimento industrial.	- Pesquisa direta; - Planos de desenvolvimento; - Sites do Governo do Estado e do Governo Federal.
	- Ênfase de uma matriz economicista na política;	Planos de desenvolvimento economicistas	- Gestão pública por resultados. - Eficácia econômica dos planos de desenvolvimento. - Eficácia econômica das secretarias de governo. - Gastos públicos com infraestrutura. - Gastos públicos com investimento privado.	- Mensagens à Assembleia Legislativa. - Planos plurianuais de desenvolvimento. - Relatórios do CEDE e da ADECE. - Balanços da gestão por resultados do IPECE. - Relatórios da SEINFRA; - Trabalho de campo.
		Crescimento econômico.	- Taxas de crescimento anual do PIB. - % de participação do PIB cearense frente ao Nordeste e ao Brasil. - Distribuição setorial do PIB. - Expansão das obras técnicas e da infraestrutura.	- Boletim de Conjuntura Econômica do IPECE. - Anuário Estatístico do Ceará – IPECE. - Balanços da gestão por resultados do IPECE. - Relatórios da SEINFRA.

	- Dinamização dos fluxos materiais e imateriais.	- Exportações e importações.	- Exportações e importações por fator agregado; - Exportações e importações por tipo de produto; - Exportações e importações por origem e destino;	- SECEX; - ADECE; - Anuário Estatístico do IPECE.
		- Compra e venda de insumo/produto da indústria subvencionada.	- Compra de matéria-prima; - Venda de produtos ao Brasil e ao exterior; - Transporte de insumos e produtos.	- Trabalho de campo; - Relatórios do departamento de expedição das empresas pesquisadas.
		Meios de comunicação	- Serviços de atendimento do Cinturão Digital do Ceará. - Provedores de INTERNET, segundo os municípios; - Unidades de atendimento da Empresa de Correios e Telégrafos (ETC), segundo os municípios; - Tráfego de correspondência dos correios e telégrafos, segundo os municípios; - Serviços dos correios e telégrafos; - Serviços de Telefonia Fixa – Operadora Oi/CE.	- Relatórios da ETICE e da SEINFRA; - Agências nacionais e estaduais de comunicação; - Sites das empresas de comunicação e operadoras de telefonia. - Trabalho de campo.
		Energia elétrica	- Consumo e consumidores de energia elétrica, segundo as classes de consumo; - Consumo e consumidores de energia elétrica da classe industrial, segundo os gêneros de indústria; - Consumo de energia elétrica, por classes de consumo, segundo os municípios; - Consumidores de energia elétrica, por classes de consumo, segundo os municípios.	- COELCE; - Anuário Estatístico do IPECE.
		Transporte rodoviário	- Quantidade de empresas, linhas, veículos, idade média da frota, total de passageiros, total de viagens e índice de passageiros; - Movimento de passageiros no terminal rodoviário de Fortaleza e dos centros regionais;	- Dados do IBGE, DETRAN, DNER, DERT e outros por município. - Trabalho de campo; - Relatórios da Confederação Nacional de Transportes. - Dados do IPEA.
		Transporte marítimo	- Movimento de mercadorias no Porto de Fortaleza e Terminal Portuário do Pecém; - Quantidade exportada, por tipo de navegação e produtos; - Quantidade importada, por tipo de navegação e produtos; - Tipos de produtos exportados e importados no Porto de Fortaleza e Terminal Portuário do Pecém.	Fonte: Dados da CEARAPORTOS, da SEINFRA, da CIA Docas, do IPECE e do IBGE; Sites dos principais portos do estado e do país. Trabalho de campo.
		Transporte aéreo	- Movimento de aeronaves no aeroporto de Fortaleza; - Movimento de vôos charters no Aeroporto Internacional Pinto Martins; - Movimento de passageiros, bagagem, carga aérea e correio no aeroporto de Fortaleza.	Fonte: Dados do IPECE e do IBGE; Sites da Agência Nacional de Aviação etc.; Sites das principais companhias aéreas do país

SUBDIVISÃO TEMÁTICA 2: As políticas públicas e a atividade industrial	Dinâmicas territoriais e sócio-econômicas	Variáveis	Indicadores	Fonte de consulta/Comprovação
	- Expansão das finanças públicas;	Finanças públicas	- Receita geral do Governo do Ceará, segundo os municípios; - Receita orçamentária estadual realizada, segundo as categorias; - Receita do ICMS, segundo os setores e atividades econômicas; - Receita total, receita tributária e receita do ICMS, segundo os municípios; - Estabelecimentos, por regime de recolhimento do ICMS, segundo os municípios; - Receita orçamentária arrecadada pelos municípios; - Transferências aos municípios.	Fonte: Dados do IPECE: 1995, 2000, 2005, 2007 por município; SEFAZ.
	- Renovação das políticas industriais;	- Políticas industriais	- Evolução das políticas do FDI/PROVIN; - Evolução das políticas do PDCI; - Evolução das políticas do PROAPI; - Evolução das políticas do PROEÓLICA.	- Mensagens à Assembleia Legislativa. - Planos plurianuais de desenvolvimento. - Políticas industriais. - Relatórios do CEDE e da ADECE. - Trabalho de campo.
	- Expansão e crise da atividade industrial.	Estabelecimentos industriais	- Evolução dos estabelecimentos industriais por tipo; - Indústrias de transformação ativas, por ramo; - Grande setor de atividade econômica – várias categorias – índice CNAE; - Grande grupo, subgrupo e grupo base de ocupação;	- Dados do RAIS-CAGED: 1985; 1990, 1995, 2000, 2005 e 2009 por município e região. - Dados IPECE: 1985; 1995; 2000; 2009 por município e microrregião; - SEFAZ.
		Arrecadação de imposto na indústria	- Evolução do imposto sobre produto industrializado. - Evolução da arrecadação do ICMS;	- Dados IPECE: 1993; 2000; 2009 por município e microrregião;
		Consumo de energia industrial	- Evolução do % de consumo de energia industrial sobre o total.	- Dados IPECE: 1993; 2000; 2009 por município e microrregião;
		Produto Interno Bruto da atividade industrial	- Evolução do PIB da indústria.	- Dados IPECE: 1993; 2000; 2009 por município e microrregião;
		Valor de Transformação Industrial - VTI	- Evolução do VTI, segundo os estados do Brasil.	Dados do IBGE – relatórios anuais e trimestrais.
		Estabelecimentos industriais	- Evolução dos estabelecimentos industriais por tipo; - Indústrias de transformação ativas, por ramo; - Grande setor de atividade econômica – várias categorias – índice CNAE; - Grande grupo, subgrupo e grupo base de ocupação;	- Dados do RAIS-CAGED: 1985; 1990, 1995, 2000, 2005 e 2009 por município e região. - Dados IPECE: 1985; 2000, 2009 por município e microrregião; - SEFAZ.
		Arrecadação de imposto na indústria	- Evolução do imposto sobre produto industrializado. - Evolução da arrecadação do ICMS;	- Dados IPECE: 1993; 2000; 2009.

SUBDIVISÃO TEMÁTICA 3: Território e industrialização	Dinâmicas territoriais e sócio-econômicas	Variáveis	Indicadores	Fonte de consulta/Comprovação
	- Deslocamento das unidades de produção;	Estabelecimentos industriais subvencionados pelas políticas de governo	- Evolução dos estabelecimentos industriais subvencionados pela governo estadual; - Protocolo de intenções de instalação industrial – ADECE; - Grande setor de atividade econômica – várias categorias – índice CNAE; - Grande grupo, subgrupo e grupo base de ocupação.	- Lista de empresas subvencionadas por várias características - ADECE de 1995 até 2009 por município. RAIS/CAGED; 1985, 1990; 1995, 2000; 2005, 2007. Relatórios da ABICALÇADOS. Trabalho de campo.

	- Expansão do circuito espacial da produção industrial e dos círculos de cooperação industrial.;	- Exportações e importações.	- Exportações e importações de produtos industrializados; - Exportações e importações por tipo de produto industrial; - Exportações e importações por origem e destino;	- SECEX; - ADECE; - Anuário Estatístico do IPECE.
		- Fluxos de insumo/produto da indústria subvencionada.	- Compra de matéria-prima; - Venda de produtos ao Brasil e ao exterior; - Transporte de insumos e produtos. - Origem/destino de insumos e produtos. - Consumidores da produção industrial.	- Trabalho de campo; - Relatórios do departamento de expedição das empresas pesquisadas. - Pesquisas em documentos, folders e cadernos de publicidade das empresas. - IPECE: Diagnósticos das cadeias produtivas cearenses; - IPECE: Arranjos produtivos no Ceará.
	- Dinamização das relações estabelecidas entre os serviços e as atividades industriais.	- Gêneros e ramos dos serviços	- Evolução dos estabelecimentos dos serviços por gêneros e ramos. - Grande setor de atividade econômica – várias categorias – índice CNAE; - Grande grupo, subgrupo e grupo base de ocupação. - Serviços requeridos pelas indústrias e empresas contratadas.	Fonte: Dados IPECE: 1995, 2000, 2005, 2007 por município; SEFAZ, RAIS/CAGED; 1985, 1990, 1995, 2000; 2005, 2007 por município. - Trabalho de campo.

SUBDIVISÃO TEMÁTICA 4: Industrialização, redes e centralidades	Dinâmicas territoriais e sócio-econômicas	Variáveis	Indicadores	Fonte de consulta/Comprovação
	- Centralização industrial e institucional nas regiões e nos municípios;	Polarização	- Sedes de firmas, de unidades de produção, de instituições públicas e prestadoras de serviços; - Concentração de serviços e equipamentos técnicos na metrópole e nos centros urbanos regionais.	Dados IPECE, Trabalho de campo, Planos Diretores e Planos Regionais.
		Aglomerados industriais em regiões e cidades	- Localização das unidades de produção versus densidade demográfica; - Localização das unidades de produção versus consumo de energia, arrecadação de impostos e geração de empregos formais; - Localização das unidades de produção versus distribuição espacial da população; - Localização das unidades de produção versus linhas de transporte coletivo oficial e alternativo; - Localização das unidades de produção versus transporte de carga e de equipamentos; - Localização das unidades de produção versus sistema viário regional.	Trabalho de campo, fotos aéreas, Dados de IBGE, Planos Diretores, Planos Regionais e planos setoriais.
	- Difusão das relações industriais e intensificação dos contatos entre a cidade e a região e a região e o País;	Fluxos materiais e imateriais	- Compra de matéria-prima; - Venda de produtos ao Brasil e ao exterior; - Transporte de insumos e produtos. - Origem/destino de insumos e produtos. - Consumidores da produção industrial. - Evolução do número de ligações telefônicas e de conexão de internet; - Evolução do número de linhas de ônibus locais, regionais e nacionais; - Evolução do número de linhas de transporte alternativo; - Número de veículos registrados nas saídas das vias principais;	- Dados IPECE, Trabalho de campo, Planos Regionais, Planos Diretores e planos setoriais. - Trabalho de campo; - Relatórios do departamento de expedição das empresas pesquisadas. - Pesquisas em documentos, folders e cadernos de publicidade das empresas.

SUBDIVISÃO TEMÁTICA 5: Mudanças e permanências no mundo da produção e do trabalho	Dinâmicas territoriais e sócio-econômicas	Variáveis	Indicadores	Fonte de consulta/Comprovação
	- Reestruturação produtiva na indústria	Organização da produção	- Resultados da produção e "Mapeamento de Fluxo de Valor" das empresas; - Linhas organizacionais de produção das empresas; - Desenhos do "Mapa do Estado Atual" das empresas; - Projetos de "Fluxo de Valor Enxuto" das empresas; - Projetos de "Mapa do Estado Futuro" das empresas.	- Pesquisas em documentos de balanços das empresas e trabalho de campo. Trabalho de campo - Entrevistas. Balanços produtivos das empresas.

- Expansão do emprego formal na indústria de transformação.	- Emprego formal	- População economicamente ativa por setor de atividade - por município; - Taxa de crescimento do emprego formal - População ocupada - por grupo de setor (26 categorias); - População ocupada - por sexo; - População ocupada, segundo grupo de base de ocupação; - População ocupada, segundo faixa etária; - População ocupada, segundo grande grupo ocupacional; - População ocupada, segundo subsetor da atividade econômica.	Fonte: Dados IBGE: 1980, 1991, 2000, 2007 por município; RAIS/CAGED; 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2008 por município e microrregião.
- Reestruturação nas relações de trabalho	- Trabalho na linha de produção industrial	- Organização das formas de trabalho a partir do "Mapeamento de Fluxo de Valor" das empresas; - Linhas organizacionais de produção das empresas. - Desenhos do "Mapa do Estado Atual" das empresas; - Projetos de "Fluxo de Valor Enxuto" das empresas; - Projetos de "Mapa do Estado Futuro" das empresas.	- Pesquisas em documentos das empresas e trabalho de campo. Entrevistas.
	- Subcontratação nas relações de trabalho	- População ocupada, segundo tipo de vínculo empregatício; - Taxa de crescimento do emprego formal; - Linhas organizacionais de produção das empresas. - População ocupada, segundo faixa de tempo de serviço; - População ocupada, segundo horas contratuais semanais; - População ocupada na indústria e serviços sem vínculo empregatício.	Fonte: RAIS/CAGED; 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2007 por município e microrregião. Trabalho de campo.
	- Emprego qualificado	- População ocupada, segundo grau de instrução; - Faixa de remuneração média mensal em salários mínimos; - População ocupada, segundo salário e grau de instrução; - População ocupada, segundo horas contratuais semanais e grau de instrução.	Fonte: RAIS/CAGED; 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2007 por município e microrregião.
Emprego, desemprego e rotatividade dos trabalhadores	- Admissões e demissões no mercado de trabalho	- Admissões por subsetor da economia; - Total de Admissões. - Demissões por subsetor da economia; - Total de desligamentos.	RAIS/CAGED; 1985, 1990, 1995, 2000, 2005, 2007 por município e microrregião.
	- Desemprego, subemprego e nível de renda dos trabalhadores	- Demissões por tipo; - Demissões por subsetor da economia; - % pessoas com renda insuficiente – porcentagem; - Evolução da população ocupada, segundo grande grupo ocupacional; - Evolução da taxa de emprego formal por subsetores da economia.	Dados do IPEA e da PNAD; - RAIS/CAGED.
Nova territorialização do trabalho formal	Territorialização das relações de trabalho formal	- Deslocamento casa/trabalho; - Deslocamento casa/centro de comércio e serviços. - Evolução do número de linhas de transporte; - Localização das unidades de produção versus linhas de transporte coletivo oficial e alternativo; - Localização das unidades de produção versus sistema viário regional; - Mobilidade do trabalho formal por estado, região e município.	Fonte: Plano Diretor; Planos Regionais e planos setoriais; Relatórios das Secretarias de Transporte Municipal; Trabalho de campo – entrevistas.

ANEXO 02:

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO – CEDE - PROGRAMA DE PROMOÇÃO INDUSTRIAL E ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO
SUB-GERAL DAS EMPRESAS ATRAÍDAS NO PERÍODO DE JANEIRO DE 1995 A DEZEMBRO DE 2009

LOCALIZAÇÃO MUNICÍPIO	RAZÃO SOCIAL - NOME	LINHA DE PRODUÇÃO	DATA DE INSTALAÇÃO	VALOR DO INVESTIMENTO (R\$)	EMPREGOS GERADOS	FDI %	AMORTIZAÇÃO %	ANOS DE INCENTIVO	ESTADO DE ORIGEM DO INVESTIMENTO
Albânia	CERÂMICA SAMPAIO LTDA	Produtos cerâmicos (tubo furado, telha, etc)	02/1998	141.209,63	32	75	25	15	CE
Alcobaça	CEPEC Componentes Eletrônicos LTDA	Fabricação e montagem de componentes e rote eletrônicos	04/2002	1.808.974,28	75	60	25	10	SP
Alcobaça	BOITEC MARINE E COM LTDA	Produção, beneficiamento e conservação de camarão	12/2000	2.505.166,43	150	75	25	10	CE
Alcobaça	JOJO AMERICA TURMA LTDA	Elaboração de camarão marinho do espécie Hippasteria variegata	09/2001	2.520.080,47	53	-	-	-	CE
Alcobaça	Z. S. MARTINS, FARMACIA LTDA LTDA	Elaboração de cápsulas do espécie Hippasteria variegata	02/2001	2.520.080,47	85	-	-	-	CE
Almadense	Agropecuária Demétrio Ltda	Fabricação de superaditivos do Cocco	06/2009	1.196.060,00	35	-	-	-	SP
Almeida	CIBA - Cia Brasileira de Bebidas	Bebidas, cerveja e refrigerante	11/1999	380.213.628,95	400	75	25	10	SP
Almeida	EMBACEL - Embalagens Lesteiro S/A	Embalagens de papelão gr. calçados	04/1997	1.954.173,63	40	75	25	10	RS
Almeida	MARINHO TELA DE LTDA	Capas para colchões, cortinas e cortinas	09/1997	2.205.060,04	64	75	25	12	CE
Almeida	Wolven Wollpower Ind. e Com. LTDA	União têxtil destinada à produção de energia elétrica	02/1998	3.016.710,25	25	75	25	10	ALBÂNIA
Almeida	AMPLIFIX ALIMENTOS LTDA	Salgadinhos de milho expandidos e salgados frios	05/1997	999.585,68	25	75	25	10	CE
Almeida	USBRAS - União Brasileira de Sinos e Castanhas LTDA	Beneficiamento de castanha de caju	01/1999	102.485,53	707	75	25	10	RS
Almeida	CERÂMICA AZULRAV LTDA	Fab. de cerâmica vernizada	12/1999	2.305.998,21	40	48	25	10	CE
Almeida	FLAMENGO METALURGIA LTDA	Fabricação de quaternários, topografia, tintas industriais e outros	12/1999	865.480,74	75	48	25	10	SP
Almeida	ROCHES TEC. TECNOLÓGICA EM ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA	Benef. e industrialização de mármore, granito e outras rochas ornamentais	03/2001	3.016.710,25	44	-	-	-	CE
Almeida	ENZO TEX IND E COM LTDA	Indústria destinada a fabric. de fios mistos de algodão	07/2001	1.253.436,73	135	75	25	10	CE
Almeida	MOLINO SANTA LUCIA LTDA	Fab. de farinha, feijão de soja e arroz amido	09/2001	649.163,82	120	60	40	10	CE
Almeida	ALDEIA ALIMENTOS LTDA	Refino de oleos comestíveis e base de óleo bruto de soja e de algodão	04/2002	1.918.246,42	51	48	25	10	CE
Almeida	FLORIAN COMERCIO E PROD. NATURAIS LTDA	Mex. medicamentos e cosméticos	12/1999	1.248.251,57	40	48	25	10	CE
Almeida	EXPONDO LABORATORIO FARMACEUTICO LTDA	Industrialização e comercialização de produtos farmacêuticos	07/2000	1.248.251,57	40	48	25	10	CE
Almeida	FRESENGUS KABI BRASIL LTDA	Produtos farmacêuticos	05/2003	-	-	-	-	-	ALBÂNIA
Almeida	TECNOMARINE E COM. S/A	Mex. medicina	11/2003	-	-	-	-	-	CE
Almeida	DA FRUITA IND. E COM. S/A	Bebidas isotônicas	01/1996	6.521.298,70	200	75	25	10	PE
Almeida	IL DE FARELO CURTIDOS E CALÇADOS LTDA	Calçados masculinos	12/1999	20.002.562,69	400	100	25	10	SP
Almeida	COMPESCAL COM. DE PESCADOS ARACATENSE LTDA	Mex. frutos de camarão	11/1999	2.665.751,35	40	75	25	10	CE
Almeida	METABELL ARTEFATOS DE METAL DO NE LTDA	Fab. De fibra para água, ass. De geração de clore e tanques industriais	12/1999	6.581.313,38	100	75	25	8	SP
Almeida	SEAFARM PRODUTOS COM. DE PRODUTOS AQUÍCOLOS LTDA	Pro. Beneficiamento e comercialização de camarão marinho em calveto	09/2000	8.977.238,10	440	-	-	-	CE
Almeida	CAMAROS ARACAT IND E COM LTDA	Criação e indust. De camarões marinhos em calveto	05/2001	1.230.328,98	37	75	25	10	CE
Almeida	CAMAROS IND. COM E EXP. DE PRODUTOS DO MAR LTDA	Criação e indust. De camarões marinhos em calveto	07/2001	1.230.328,98	37	75	25	10	CE
Almeida	COMPESCAL COM. DE PESCADOS ARACATENSE LTDA FILIAL UNIDADE DE ENGORÇO	Elaboração dos produtos de pescados marinhos em geral desde a pesca até o beneficiamento	07/2001	1.230.328,98	37	75	25	10	CE
Almeida	COMPESCAL COM. DE PESCADOS ARACATENSE LTDA FILIAL UNIDADE INDUSTRIAL	Indústria destinada ao beneficiamento de pescados derivados	07/2001	8.433.780,84	225	-	-	-	CE
Almeida	CEMEX ALIMENTOS LTDA	Indústria destinada a exportação de camarão marinho em calveto	07/2001	807.273,95	15	-	-	-	CE
Almeida	REVEJA AGROPECUARIA IND E COM (IMP E EXP DE CAMARÃO) LTDA	Indústria destinada a criação e beneficiamento de camarão marinho em calveto	07/2001	481.7924,79	125	-	-	-	CE
Almeida	DACE DALLAS AQUICULTURA COM E EXPORTAÇÃO LTDA	Criação e processamento e exportação de pescado em geral	09/2004	2.348.226,14	35	-	-	-	CE
Almeida	ENJOIA EMP. DE LULA	Geração de energia elétrica	03/2002	9.315.000,00	40	-	-	-	CE
Almeida	SEATECH CARCINOLITURA DO NE LTDA	Criação de camarão marinho em calveto de espécie Hippasteria variegata	04/2000	1.595.455,68	84	-	-	-	CE
Almeida	CARMAX FARMACIA TURMA LTDA	Elaboração de cápsulas do espécie Hippasteria variegata	04/2000	605.532,05	84	-	-	-	CE
Almeida	AQUICULTURA VALENTE E COLHE LTDA	Elaboração de camarão do espécie Hippasteria variegata	04/2000	235.328,41	16	-	-	-	CE
Almeida	AQUICULTURA VALENTE E AQUICULTURA SOTO S/A JOSE LTDA	Criação de camarão do espécie Hippasteria variegata	07/2000	772.349,18	54	-	-	-	CE
Almeida	UNICEL INDUSTRIAIS E TEC. DE INOVAÇÃO E TECNOLOGIA LTDA	Instalação de um parque de energia eólica	05/2002	35.505.110,00	10	-	-	-	CE
Barcelos	CERBINAL CERAMICA BARBALTENSE LTDA	Prod. e investimentos	05/1999	4.224.109,03	100	75	25	15	CE
Barcelos	BR. IND. DE BARRIOS E CALÇADOS KAUANA LTDA	Prod. de sola e calçados	04/1997	17.407.585,71	70	75	25	15	CE
Barcelos	FARMACEUTICO QUIMICA FARMACEUTICA CEARENSE LTDA	Soluções farmacológicas para volumes	05/1997	4.824.181,49	150	75	25	15	CE
Barcelos	DE JAPÃO DO BRASIL LTDA	Calçados	01/1998	2.002.085,03	100	75	25	15	CE
Barcelos	DE JAPÃO DO BRASIL LTDA	Calçados	11/1999	1.000.000,00	40	75	25	15	CE
Barcelos	ERVAN LANDIM DA CRUZ	Fabricação de materiais para calçados e solados injetados	03/1999	705.157,89	40	75	25	15	CE
Barcelos	CALÇADOS CANANI IND E COM LTDA	Industrialização e comercialização de calçados e componentes, injetados, profundos de sola	10/1999	2.137.703,10	80	75	1	15	CE
Barcelos	BOM SINAL IND. E COM. LTDA	Prod. de sola e calçados em geral	07/1997	18.254.501,76	150	75	25	15	SP
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fabricação de calçados	07/2000	607.730,00	110	60	10	15	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fabricação de calçados em geral e componentes para calçados	07/2000	1.435.672,33	110	60	10	15	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fabricação de calçados em geral e componentes para calçados	07/2000	661.740,66	30	60	20	15	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fab. De sola e calçados em geral	06/2000	8.559.700,00	238	60	10	15	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fab. De sola e calçados e solados	09/2000	572.788,22	52	60	25	15	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fab. De sola e calçados	09/2000	661.740,66	30	60	20	15	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fabricação de calçados	06/2007	34.935,23	301	-	-	-	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fabricação de calçados	02/2004	-	-	-	-	-	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fabricação de calçados	02/2004	-	-	-	-	-	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fabricação de calçados	07/1997	1.187.976,52	65	75	25	10	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fabricação de calçados	02/2001	865.646,50	406	75	25	10	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Prod. Beneficiamento e com. de calçados	07/2000	3.755.000,00	100	75	25	10	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fabricação de calçados	03/1999	1.034.915,94	420	75	1	15	RS
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Geração de energia elétrica	02/2002	9.218.000,00	10	-	-	-	CE
Barcelos	CIBA COOP. INDUST. DE BATURITE LTDA	Prod. de calçados e calçados em geral	09/2000	22.451,59	70	-	-	-	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Fab. de produtos cosméticos	01/1998	665.543,46	50	75	25	10	SP
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Prod. de têxtil de malharia, amido de mandioca e amido modificado de mandioca	01/1998	12.788.000,00	250	75	25	10	SP
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Criação e industrialização de pescados e derivados	10/2000	3.945.115,59	51	75	25	10	CE
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Ind. de produtos de calçados	02/2000	407.649.215,84	72	75	25	10	ALBÂNIA
Barcelos	BARCELAS ALVES DE OLIVEIRA LEANING	Industrialização e com. de calçados injetados, solados, inteiros em pó hidrosolúvel e similares	12/1999	1.661.876,91	72	75	25	10	CE

Brejo Santo	SAMARINA IND. DE MASSAS ALIMENTÍCIAS E RAÇÕES LTDA	Fab. de ração balanceada para animais e suplementos alimentícios	06/2000	3.017.915,82	180	60	25	10	RS
Brejo Santo	EDMAR ALVES DE LUCENA	Moagem, beneficiamento e embalagem de café	12/1999	770.548,99	40	75	25	10	CE
Brejo Santo	B. S. INDUSTRIAL LTDA	Benf. De calceiro e argamassa	05/2001	1.510.885,79	80	75	25	10	CE
Brejo Santo	S T C MARMORE E FIBRA LTDA	Miteração	04/2003	-	-	-	-	-	CE
Camacim	DEMOCRATA NOROESTE CALÇADOS ARTESATOS DE COURO LTDA	Calçados masculinos	03/1998	5.610.418,73	600	75	1	15	SP
Camacim	DEMOCRATA NOROESTE CALÇADOS ARTESATOS DE COURO LTDA	Calçados masculinos	07/2008	3.244.279,99	288	-	-	-	SP
Camocim	PROCAM PROD DE CAMARÃO LTDA	Produção, beneficiamento e comercialização de camarão marinho	11/1999	1.232.819,36	36	75	25	10	CE
Camocim	AQUACULTURA FORTALEZA AQUAFORT LTDA	Cultivo, processamento e comercialização de camarões	02/2001	27.602.140,52	600	75	25	10	CE
Camocim	SAMARSCO SAMBURÁ CAMAREIA LTDA	Exploração de camarão em cativeiro	04/2002	1.695.455,66	122	-	-	-	CE
Camocim	CAMARISCO CAMOCIM MARISCO LTDA	Exploração de camarão, pescado e mariscos em cativeiro	04/2002	1.944.122,52	55	-	-	-	CE
Caridade	Calçados Kaschell NE LTDA	Calçados	04/1997	1.172.504,18	450	75	25	10	RS
Caridade	CALÇADOS MAJUL LTDA	Fabricação de calçados de couro	03/2001	680.053,52	650	-	-	-	RS
Carimão	IND DE CALÇADOS MORRIS E GONÇALVES LTDA	Fab e comercialização de calçados	07/2001	1.589.985,54	450	75	25	15	CE
Cascavel	PE DE FERRO DO NE LTDA (ZAPPA SHOES IND. DE CALÇADOS LTDA)	Calçados masculinos	09/1997	4.805.640,24	360	75	1	15	SP
Cascavel	BERNAR IND. E COM LTDA (BIRSCOL IND DE COURO LTDA)	Benf. Automático e corte industrial de couro	12/1997	28.227.541,64	811	75	10	15	ITALIA
Cascavel	DOCE VERDE AGRINDUSTRIAL E COM LTDA	Regulagem, molaço e cascote	02/1998	748.434,61	120	75	25	10	CE
Cascavel	NYELLE INDUSTRIA E COM LTDA	Corte de peças de vestuários íntimos	03/2001	476.621,12	70	75	25	10	CE
Cascavel	Ceville Calçados LTDA	Calçados	09/1997	3.844.483,39	250	75	25	10	SP
Cascavel	TÊXTEL POYARES IND. E COM DE TECIDOS	Fabricação de fios de algodão	11/2001	10.513.617,22	156	75	25	10	SP
Cascavel	BEBEVEST CONFECÇÕES LTDA	Fabricação de confecções	07/2001	527.782,63	183	60	10	10	CE
Cascavel	MR BRASIL SPORTSWEAT LTDA	Produção de confecções	12/2002	2.300.000,00	180	60	40	10	CE
Caxias	CARNÊSE CALÇADOS LTDA	Calçados femininos	08/1999	7.873.855,11	500	75	25	15	RS
Caridade	POLIBRELA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE COMP PARA CALÇADOS	Componentes de calçados	05/2002	-	-	-	-	-	RS
Caridade	TERMOLOSS INDUSTRIAL DE PLÁSTICOS LTDA	Componentes de calçados	07/2005	-	-	-	-	-	RS
Cariris	LAB QUIM FARM DELTA JOHN'S LTDA	Medicamentos	02/1998	748.424,61	15	75	25	13	CE
Caucaia	AÇO CEARENSE INDUSTRIAL LTDA	Fabricação de tubos industriais perfilados e etc	04/1997	13.874.632,80	180	75	25	10	CE
Caucaia	R O MORRIS COM E IND LTDA	Ceras e óleos	04/1999	6.898.754,42	110	75	25	10	CE
Caucaia	AGROIND. DE DES D. DE FRUTAS LTDA	Frutos desidratados	05/1999	1.271.134,20	23	75	25	10	CE
Caucaia	MINASQUARTZ PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA	Lapidos	05/1999	251.709,74	22	75	25	10	CE
Caucaia	FABTEX FAB E BENEF DE SUB PROD TEXTILIS LTDA	Subprodutos têxteis	04/1995	587.222,72	15	75	25	10	CE
Caucaia	ENKOD JATIE DE JÓIA LTDA	Equipamentos industriais	05/1999	650.250,17	61	75	25	10	CE
Caucaia	POLICLASS IND DE ASSENTOS E ACESS. SANITÁRIOS	Assentos e acessórios sanitários	05/1999	186.455,94	55	75	25	10	CE
Caucaia	INBAT IND DE BÓTOS LTDA	Bótes de metal	05/1998	2.307.339,31	50	75	25	10	CE
Caucaia	R & D MOTER E TURISMO S/A	Empreendimento turístico	05/1998	-	0	-	-	-	ITALIA
Caucaia	INDUSTRIA COMERCIO DE ANTENAS HORIZONTE LTDA	Antenas para TV	01/1999	2.125.727,67	55	75	25	10	CE
Caucaia	MEDEIROS EMBALAGENS NE LTDA	Embal. Flexíveis de papel e cartão	11/1999	14.996.651,72	136	75	25	10	RS
Caucaia	CD + DIGITAL LTDA	Compact discs - CDs	07/1999	18.014.515,57	30	75	1	10	SP
Caucaia	ANI-PROD. DE EMBALAGENS PLÁSTICAS LTDA	Embalagens plásticas em geral	04/1999	334.793,08	11	75	25	10	CE
Caucaia	ANCAR IND. E COM. E REP. LTDA	Unidades móveis montada sobre chassis	07/1997	5.809.305,53	103	75	25	10	RS
Caucaia	SITEC TÊXTEL IND. E COM LTDA	Componentes pt calçados têxteis dublados	07/1997	9.652.275,86	100	75	25	10	RS
Caucaia	SEICORTECH SERV. E TECNOLOGIA LTDA	Tanques eletrônicos, vidro, controle e analise eletrônica	07/1997	1.926.458,16	25	75	25	10	CE
Caucaia	CONCREVE-INE MOLDAÇOS, PORTES E CONTRUÇÕES LTDA	Pré-moldados de concreto	05/1999	943.911,54	70	75	25	10	CE
Caucaia	L.C.P. CONFECCOES LTDA	Bonês, camisas e lavas	06/1998	839.470,03	120	75	25	10	CE
Caucaia	PRO SONO IND E COM DE CAMAS, COLCHÕES E ESTOFADOS	Equipes, colchões e estofados	09/1997	1.153.346,02	73	75	25	10	CE
Caucaia	BOM DE VERA IND DE ALIMENTOS DE CAUCAIA LTDA	Alimentos congelados	02/1998	1.871.061,52	80	75	25	10	CE
Caucaia	IND DE MALHAS ALCATEX LTDA	Roupas infantis	02/1998	28.065.922,62	900	75	1	15	CE
Caucaia	ABS IND METALÚRGICA LTDA	Estruturas metálicas, tanques, camcotas	02/1999	1.300.267,76	81	75	25	10	CE
Caucaia	INDUMA IND MECÂNICA LTDA	Bombas elétricas e motobombas	02/1998	3.367.935,74	53	75	25	10	CE
Caucaia	LISELDA LTDA-INDUSTRIA DE MASSAS ALIMENTÍCIAS CONGELADAS	Massas congeladas	02/1998	411.633,53	39	75	25	10	CE
Caucaia	ANTONIO VALTER DE ALMEIDA VIEIRA EPP	Pó de frutas	02/1998	233.882,69	20	75	25	10	CE
Caucaia	SOL QUÍMICA IND FARMACÉUTICA LTDA	Produtos químicos de uso hospitalar e doméstico	02/1999	1.488.660,72	30	75	25	10	CE
Caucaia	TECIBITA-TECNOLOGIA DE BRITAGEM LTDA	Beneficiamento de minérios	02/1998	93.563,06	10	75	25	10	CE
Caucaia	COMALPY IND E EXP LTDA	Comerc. Importação e exportação de flores, cachepôs, vasos e objetos	02/1998	9.355.367,61	506	75	25	10	CE
Caucaia	COMLATIN - COMMUNICATIONS	Medidores eletrônicos	02/1997	396.010.936,17	2	75	1	15	EUÁ
Caucaia	BAHANA DIST. DE GÁS LTDA	Armazenamento e distribuição de gás	07/1998	18.706.324,52	150	-	-	-	BA
Caucaia	IRMOS IND E COM DE PESCADOS LTDA	Congelados e peixes marinhos	07/1998	2.132.526,97	237	75	25	10	CE
Caucaia	LAE IND COM DE MOVEIS LTDA	Móveis estofados	08/1998	2.808.703,10	100	75	25	10	CE
Caucaia	LUANA INDUSTRIAL LTDA	Jerked beef	08/1998	2.248.952,48	58	75	25	10	CE
Caucaia	MADEIREIRA CAUCAIA LTDA	Beneficiamento de madeiras	07/1998	561.189,73	56	75	25	10	CE
Caucaia	CONFECÇÕES MASSA IND E COM LTDA	Urgentes em geral	07/1998	1.498.083,30	236	75	25	10	CE

Caucaia	GA COMERCIO E REP. LTDA	Cosméticos	07/1999	6.166.526,72	180	75	25	10	CE
Caucaia	SUDAM IND E COM LTDA	Calções, espumas e móveis	05/1999	1.721.909,82	100	75	25	10	CE
Caucaia	MINAS FORMA PARA CALÇADOS LTDA	Fabricação de formas para calçados	05/1999	3.633.252,93	15	75	1	15	MG
Caucaia	PORTO SEGURO EQUIPAMENTOS SUBAQUÁTICOS LTDA	Industrialização de roupas e acessórios de mergulho	05/1999	482.137,83	15	75	25	10	MG
Caucaia	NATURALINE IND E COM DE COSMÉTICOS LTDA	FAB de prod de higiene, cosméticos, saneantes e embalagens plásticas em geral	12/1999	1.232.878,36	44	48	25	10	CE
Caucaia	INSEPIAST INJEÇÕES DO BRASIL LTDA	Prod de injeção, cabides, talões, facas, ardo para ind. de utensílios em geral	12/1999	11.885.958,42	106	48	25	10	CE
Caucaia	BUELER - IND. DE ASSENTOS E ACESSÓRIOS PLÁSTICOS LTDA	Fab. de materiais plásticos para construção civil	12/1999	1.541.080,97	60	48	25	10	SP
Caucaia	CAUCAIA JEANS LTDA	Confecção de roupas jeans	12/1999	770.548,99	200	48	6	10	CE
Caucaia	CELUOTEC DO NORDESTE LTDA	Fab. e transformação de celuloses em papéis especiais	12/1999	13.896.860,99	120	39	25	10	RJ
Caucaia	FIBRA LIM IND E COM LTDA	Fab. de produtos de fibra	12/1999	770.548,99	46	48	25	10	CE
Caucaia	Sol Poente Concretos LTDA	Fab. de pré-moldados e arrefatos de concreto	03/2001	2.346.181,98	70	48	25	10	RS
Caucaia	SANTA RITA TEXTIL S/A	FAB de tecidos cru	03/2001	27.602.140,92	300	75	25	10	CE
Caucaia	VEDANOR VEDANTES DO NE LTDA	FAB de argamassa para assentamento de cerâmica, rejuntamento, impermeabilizantes, aditivos variados	03/2001	1.263.489,55	200	48	25	10	CE
Caucaia	SQUADRUS IMPERMEABILIZANTES LTDA	FAB de confecções e roupas masc e femininas	03/2001	2.070.190,52	32	48	25	10	CE
Caucaia	IND. DE TINTAS BRASITA LTDA	Ind de tintas	06/2001	202.748,77	54	48	25	10	CE
Caucaia	PLASTISAN PLÁSTICOS DO NE LTDA	FAB de lábios e artefatos plásticos	06/2001	1.002.013,94	24	48	25	10	CE
Caucaia	ACO LAMINADOS INDUSTRIAL LTDA	Industrialização de produtos em aço carbono	07/2001	2.639.854,17	50	75	25	10	CE
Caucaia	MPX Termocera LTDA	Usina termelétrica de geração de energia elétrica	09/2001	324.781.984,69	20	-	-	-	RJ
Caucaia	Refinaria do NE	Refinação de petróleo	10/1999	-	0	80	25	5	RJ
Caucaia	CGTF - Central Geradora Termoeletrica Fortaleza S/A	Geração de energia elétrica	10/2001	706.714.325,51	30	75	25	20	ESPANHA
Caucaia	Engua Gen Ce LTDA	Geração de energia elétrica	02/2002	12.708.336,67	10	-	-	-	RJ
Caucaia	NE Dye Brasil LTDA	Beneficiamento de tecidos corados e plásticos (estamparia tec. acessórios, brindes e designe nível)	05/2002	1.857.456,16	441	48	25	10	SP
Caucaia	MARIA NCEMA DANTAS	FAB de confecções e roupas masc e femininas	06/2001	1.130.241,31	78	39	10	10	CE
Caucaia	KOMI TECHNOLING LTDA	Fab. de peças para aerogeradores, elementos de cabine e máquinas em geral	08/2001	10.383.093,51	70	60	25	15	ALEMANHA
Caucaia	UNITE SUTILE DO BRASIL LTDA	Material fertilizante	07/1995	260.168,31*	53	45	60	6	CE
Caucaia	BS IND E COM DE RACÕES LTDA	Fabricação de ração animal	12/2002	625.559,68*	74	29	61	10	CE
Caucaia	ND DE ALIMENTOS COELHO	Prod de massas alimentícias e salgadinhos de milho	12/2002	620.090,00	81	39	61	10	CE
Caucaia	MARK TECNOLOGIA EDITORIAL E IND GRÁFICA LTDA	Atividade dedicada ao setor de técnica de impressão	12/2002	1.600.690,00	120	60	40	15	CE
Caucaia	Metalúrgica União	Tançamento de combustível e lubrificantes	12/2002	89.700.000,00	111	75	25	15	ES
Caucaia	Votorantim Cimento NNE S/A	Fabricação de cimento	09/2009	45.000.000,00					SP
Caucaia	CIGEL INDUSTRIAL LTDA	Produtos e serviços de beleza	08/2004						CE
Caucaia	F B METAL INDUSTRIA LTDA	Fabricação de produtos metalúrgicos	02/2005						CE
Caucaia	PDO BISTO DO IND E COM DE CONFECCÃO LTDA	Confecções em geral	01/2004						CE
Caucaia	MONELARIA CAUCAIA LTDA	Fabricação de moles	03/2005						CE
Caucaia	MULTIGRAN MINERAÇÃO DE GRANITOS LTDA	Mineração	01/2005						CE
Caucaia	WOBBER WINPOWER IND E COM LTDA	Usinas eólicas destinadas à geração de energia elétrica	04/2006						ALEMANHA
Cedra	FC ALCANTARA VIANA LTDA	Artigos cerâmicos	11/1995	159.676,57*	30	75	25	13	CE
Chercofrito	Chris Berton Lingerie Ind. e Com. LTDA	Lingerie em lycra, malha e Jersey	09/1997	2.883.362,54	100	75	25	10	SP
Chercofrito	Fretilho Ind. e Com. De Confecções LTDA	Fabricação e comercialização de confecções femininas e infante-juvenil	12/2000	1.970.098,30	280	75	25	10	SP
Chercofrito	SOLARES CONFECÇÕES LTDA	Fab. de confecções de roupas	12/2002	3.105.000,00	940	80	40	10	CE
Crato	CONFECÇÃO SÃO JOAQUIM DE JACAREI	Confecções em geral	04/1997	3.062.530,93	500	75	25	13	SP
Crato	CARMEN CALÇADOS LTDA	Confecção em couro e componentes metálicos para calçados	04/1999	5.183.095,15	830	100	1	15	RS
Crato	JOSÉ XIMENES DE MACEDO	Produtos cerâmicos	02/1998	187.198,15	28	75	25	10	CE
Crato	ROBERTO LEANDRO DE DEUS (MORES CONFECÇÕES)	Confecções em geral	09/1999	486.673,72	150	75	25	10	SP
Crato	BRASIL ECODESEL IND. E COM. DE BICOMBUSTÍVEIS E ÓLEOS VEGETAIS S/A	Produção de biocombustíveis e óleos	06/2007	16.287.000,00	111	75	25	15	RJ
Crato	CALÇADOS SENADOR POMPEU LTDA	Fabricação de calçados	07/2005						RS
Crato	GRENDENE CALÇADOS S/A	Calçados	06/1996	51.839.465,22	1,1	75	1	15	RS
Crato	INDUSTRIA DE MÁQUINAS SUCESSO IND. LTDA	Máquinas, fôrmas	01/1997	49.883.469,27	300	75	25	15	SP
Crato	WOQUIN IND. E COM. E EXP. LTDA	Fab. de confecções (vestuário em geral)	09/2000	5.718.099,73	220	75	5	15	COREIA DO SUL
Crato	ENGUA GEN CE LTDA	Geração de energia elétrica	02/2002	11.685.001,06	10	-	-	-	RJ
Crato	ALVARO LUZIM IMP EXPORTAÇÃO LTDA	Produtos de alumínio	03/2004						CE
Crato	CEARAPI APLICULTURA E PRODUTOS ORGANICOS	Produção de alimentos	02/2006						CE
Crato	JUPAPEL COM E IND DE PAPEIS	Fabricação de papel	04/2004						CE
Eusébio	JOOGBIO QUÍMICA DO BRASIL LTDA	Poliésteres	04/1997	3.998.347,27	30	75	25	10	COREIA DO SUL
Eusébio	HACO NORDESTE LTDA	Elaques	07/1997	19.264.551,76	100	75	25	10	SC
Eusébio	CORPO QUENTE IND. E COM. LTDA	Lingerie, moda praia e confecção	09/1997	8.727.845,94	150	75	25	10	SP
Eusébio	DANCOR S/A INDUSTRIA MECÂNICA	Bombas hidráulicas e submersas, conjunto de pressão, quadro de comando e filtro para piscina	10/1997	3.822.090,00	40	7	25	10	RJ
Eusébio	VICUNHA - IND. COM. LTDA (CARROCERIAS)	Carroceria de madeira para veículo	05/1996	629.274,36	60	75	25	10	SP
Eusébio	VERONA GARDEN LTDA	Móveis plásticos à base de polietileno e polipropileno	09/1997	5.766.725,09	70	75	25	10	ITALIA
Eusébio	VALENTINI IND. MECÂNICAS LTDA	Máquinas para embalar alimentos à vácuo	06/1995	1.173.638,71	30	75	25	10	ITALIA

Estado	CIC - COMERCIO E INDUSTRIA DE CERA LTDA	Fab. de cera de carnaúba	05/1995	4.487.517,95	53	75	25	10	SP
Estado	IND. DE ESQUADRIAS ALUMINIO PERPISUL	Beneficiamento de perfis de alumínio para confecções de esquadrias	12/1999	770.548,99	30	48	25	10	PR
Estado	SANTOLU DO BRASIL LTDA	Prod. de componentes para indústria de confecções	09/2000	5.003.327,25	50	39	25	10	FRANÇA
Estado	AP ELECTRONICS DO BRASIL LTDA	Fabricação de painéis eletrônicos	03/2001	1.380.107,05	61	48	25	10	SP
Estado	ALPHA VISION EXPRESS IND. COM. E SERVICO LTDA	Fabricação de painéis eletrônicos	09/2001	727.511,65	52	48	25	10	SP
Estado	ALTERNATIVA CADERNOS LTDA	Fab. de cadernos e artefatos papéis	12/1999	2.241.640,95	80	75	25	10	SP
Estado	TRADE INFORMATICA LTDA	Relógios de pulso	12/1999	2.041.954,92	25	75	25	5	SP
Estado	TECHTRON BRASIL - ENERGIA E TELECOMUNICAÇÕES LTDA	Prod. de sist. de energia pt telecomun. sist. de telegestão e telemanutenção de redes e sist. de sincronização de centrais digitais	12/1999	4.232.476,36	100	75	25	5	RJ
Estado	COPOBRAS NORDESTE LTDA	Fabricação de prod. plásticos termofastos desc. para uso doméstico e industrial	12/2002	3.650.090,00	420	39	61	10	SC
Estado	INCOXOR IND. E COM. DE UTILIDADE	Fabricação de prod. plásticos termofastos desc. para uso doméstico e industrial	12/2002	3.536.000,00	80	39	61	10	RS
Estado	CRISTAL TÊXTIL LTDA	Fabricação de filé para calcados	01/2007	1.288.373,00	34				RS
Estado	SANTA CLARA INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	Indústria de alimentos	08/2008	1.014.835,00	396				ISRAEL
Estado	INTRADE COMERCIAL IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA	Empresa comercial exportadora	02/2009	2.077.000,00	71				SP
Estado	AARON IND ETIQUETAS CARTUCHOS LTDA	Etiquetas e material de escritório	05/2005						CE
Estado	DELTA IND DE VEICULOS ALTERNATIVOS LTDA	Fabricação e serviços mecânicos	04/2004						CE
Estado	EMANUEL COLÁGENS INDUSTRIAIS LTDA	Artigos de plásticos	01/2005						CE
Estado	EUREOTECNICA IND COM LTDA	Artigos de plásticos	11/2005						SP
Estado	FRABOSK PANAMERICA LTDA	Empresa comercial	02/2004						CE
Estado	ISOFARMA IND FARMACEUTICA LTDA	Indústria farmacêutica	03/2007						CE
Estado	KS PRODUTOS AUTOMOTIVOS	Fabricação e serviços mecânicos	04/2005						CE
Estado	METALMECANICA MAIA LTDA	Fabricação e serviços mecânicos	07/2006						CE
Estado	MICROSOL TECNOLOGIA S/A	Produtos eletrônicos	04/2004						CE
Estado	OCS MINERAÇÃO E EMPREENDIMENTOS	Mineração	03/2005						CE
Estado	PROJEART IND DE ESTRUTURAS METÁLICAS	Metal-mecânica	09/2006						CE
Estado	SÃO BRAZ IND DE BEBIDAS LTDA	Bebidas	07/2005						CE
Estado	TERRA DO SOL IND DE CADERNOS LTDA	Indústria de papel	06/2006						CE
Estado	TECNOQUAMCA IND E COM LTDA	Artigos e produtos químicos	03/2005						CE
Paraná	M.A.F DO NORDESTE LTDA	Industrialização e comercialização de velas	03/2001	589.074,53	40	75	25	10	SP
Paraná	EWISIBRAS CIA BRASILEIRA DE RESINA	Prod. de resinas deriv. de óleo de cast. etc	09/1998	11.237.927,14	320	75	25	10	CE
Paraná	ENATEC-ENG LTDA	Equip. para res. controle, medição	11/1995	555.053,42	17	45	60	6	CE
Paraná	M DIAS BRANCO S/A E COM. E IND - DIV GME	Margarinas e gordura hidrogenada	11/1995	55.895.341,87	320	75	25	10	CE
Paraná	TEBASA	Fios e malhas	11/1999	4.999.504,64	135	75	25	2	CE
Paraná	NUTRIMED INDUSTRIAL LTDA	Dietas e suplementos alimentares	11/1999	2.040.388,27	15	75	25	6	CE
Paraná	EMANUEL CALÇENS INDUSTRIAIS LTDA	Artefatos diversos de plásticos	04/1997	193.128,05	11	45	60	6	PB
Paraná	DIGITAL IMAGENS S/A RL E COM	Confecções	04/1997	25.175.125,42	295	75	25	10	CE
Paraná	SAND BEACH DE CONFECÇÕES LTDA	Confecções, calcados e acessórios	04/1997	4.494.198,35	392	45	60	6	CE
Paraná	FORT VIDROS IND. E COM DE MOLDURAS E ESPELHOS LTDA	Benef. de vidros para móveis	09/1997	364.448,34	50	45	60	6	CE
Paraná	VICUNHA TÊXTIL S/A	Fios têxteis de algodão e lã	09/1997	153.779.335,67	400	100	1	10	SP
Paraná	DE FRANCISCO ALIMENTOS LTDA	Doces vegetais	10/1997	24.079.335,67	48	75	25	10	CE
Paraná	CARMO COSTA E RODRIGUES LTDA	Móveis	02/1998	3.595.315,13	120	45	60	6	CE
Paraná	TBM TÊXTIL, BEZERRA DE MENEZES	Fios têxteis de algodão e mistos	02/1998	10.321.554,93	421	-	-	-	CE
Paraná	REDUTO IND. DE CONFEC. LTDA	Confec. masc e femininas	07/1998	561.189,73	50	45	60	6	CE
Paraná	CEMIC - CONST. ELETROMEDICAMENTOS S/A	Fabricação de transformação SIVA/20.000V/VA	02/1998	9.255.327,63	502	75	25	10	CE
Paraná	MAIS SABOR IND. E COM DE REFRIGERANTES LTDA	Refrigerantes	12/1998	8.251.267,20	80	45	60	6	CE
Paraná	MAIS SABOR IND. E COM. DE EMBALAGENS LTDA	Garrafas em PET de 500 ml a 2000 ml	12/1998	2.217.431,26	200	45	60	6	CE
Paraná	J. RECAMONTE LTDA	Curtimentos e outros preparações de couro e peles	05/1999	86.096,04	110	45	60	6	CE
Paraná	POLE ALIMENTOS LTDA	Produção, beneficiamento e embalagem de carne moída, linguiça, salchicha e mortadela apimentada	02/1999	2.613.255,66	60	75	25	10	CE
Paraná	GRENDENE CALÇADOS S/A (ALTERAÇÃO DA RAZÃO SOCIAL GRENDENE SOBRAL)	Calçados e componentes	12/1999	7.705.489,87	2500	75	1	15	RS
Paraná	FAE FERRAGENS E APARELHOS ELÉTRICOS S/A	Fabril. De medidores elétricos e hidrômetros	08/1998	8.426.109,31	670	75	25	10	CE
Paraná	IBAP- IND BRAS DE ARTEF DE PLAST S/A	Estuado ind. - com de embal de plásticos em geral	07/1998	12.159.110,81	154	75	25	10	CE
Paraná	LEVE IND. DE CALÇADOS LTDA	Calçados e componentes	12/1999	9.863.027,04	402	75	25	15	RS
Paraná	RL TECNOLOGIA COM E IND LTDA	Plásticos industriais	12/1999	4.822.251,92	25	60	25	8	CE
Paraná	DUDAY S/A EMPRESA IND DE CONFECÇÕES	Fab. De confecções no ramo de lingerie	08/2000	7.230.892,22	250				CE
Paraná	POLYMAR IND COM IMP E EXP LTDA	Fab. De produtos plásticos e dermados	12/2000	828.851,67	43	60	25	8	CE
Paraná	VE DO BRASIL LTDA	Fabricação de confecções	10/1998	9.375.054,40	800	100	1	15	EUA
Paraná	NUTRAL IND DE FORMULAÇÕES NUTRICIONAIS LTDA	Fab. de produtos dietéticos e nutricionais	10/1998	3.750.007,38	35	75	25	10	CE
Paraná	DEVON ENERG. DO BRASIL LTDA	Extração e produção de petróleo bruto e gás natural	11/2000	886.715.705,42	120	-	-	-	RJ
Paraná	ECYR MADE TECNOLOGIAS RENOVÁVEIS S/A	Instalação de parques eólicos no Estado do Ceará	11/2000	205.317.094,69	0	-	-	-	CHILE
Paraná	J.A IND E COM LTDA	Prod e produtos salgados derivados do milho: pipocas e salgado em sabores diversos	12/2002	1.525.000,00	80	60	40	10	CE

Fortaleza	BIG IND DE ALIMENTOS LTDA	Prod. De salgados de milho	12/2002	1.630.000,00	74	39	61	10	CE
Fortaleza	GLASSMAX INDUSTRIA E COMERCIO DE VIDROS LTDA	Fabricação de vidro e de produtos de vidro	05/2009	6.704.347,00	470				BA
Fortaleza	AGROBASA S/A	Indústria de alimentos	03/2005						CE
Fortaleza	AGATEX IND E COM LTDA	Fabricação de móveis e utensílios	02/2006						CE
Fortaleza	CONEX CONFECÇÕES MASCULINAS S/A	Confecções masculinas	05/2009						CE
Fortaleza	COMPANHIA BRAS DE RESINAS RESINAS	Indústria de alimentos	03/2004						CE
Fortaleza	DWA TECHNOLOGY IMP E EXP LTDA	Serviços de exportação/importação	03/2005						CE
Fortaleza	ESMALTEC S/A	Metá mecânica	03/2004						CE
Fortaleza	FERRO E AÇO COMERCIAL LTDA	Metá mecânica	06/2006						CE
Fortaleza	FRUITAGRO FRUTAS AGRONINDUSTIAL LTDA	Indústria de alimentos	04/2004						CE
Fortaleza	GRANDE MORNHO CEARENSE	Indústria de alimentos	01/2005						CE
Fortaleza	GUARAPES CONFECÇÕES S/A	Confecções	06/2004						CE
Fortaleza	HECTORPLAST INJEÇÃO DE TERMOPLASTICOS S/A	Bombas injetoras	04/2005						CE
Fortaleza	J MACEDO S/A - FILIAL	Indústria de alimentos	08/2009						CE
Fortaleza	METALGRÁFICA CEARENSE S/A - MECISA	Embalagens plásticas	05/2004						CE
Fortaleza	PLASTISUTURE DO BRASIL IND E COM EREP FIOS	Fabricação de fios cirúrgicos	06/2005						CE
Fortaleza	POY SUT B IND FIOS CIRURGICOS LTDA	Fabricação de fios cirúrgicos	05/2007						CE
Fortaleza	RANCO EMBALAGENS S/A	Embalagens	01/2005						CE
Fortaleza	RECICLAR - RECICLADORA DE PLÁSTICOS LTDA	Papel e reciclagem	04/2006						CE
Fortaleza	RT IND DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÃO LTDA	Equipamentos eletrônicos	09/2005						CE
Fortaleza	SANGATI BERGA S/A	Indústria de alimentos	09/2004						CE
Fortaleza	STAMPART STAMPARIA TEXTIL LTDA	Indústria têxtil e de estamparia	04/2005						CE
Fortaleza	UM TEXTIL UNIAO INDUSTRIAL TEXTIL S/A	Indústria têxtil	12/2009						CE
Fortaleza	VIMUFORTE LAM PLÁSTICOS DO NORDESTE S/A	Laminados de PVC - Plásticos	05/2009						CE
Fortaleza	YPOCA AGRONINDUSTRIAL LTDA	Indústria de bebidas	02/2005						CE
Fortaleza	DEB OTOCH S/A	Confecções	09/2005						CE
Fortaleza	AÇO CEARENSE COMERCIAL LTDA	Metá mecânica	09/2005						CE
Fortaleza	MALHARA SANTA INEZ LTDA	Confecções	05/2004						CE
Fortaleza	BELMETAL INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	Metá mecânica	04/2005						SP
Fortaleza	NODESTE ALIMENTAR COM E IND DE ALIMENTOS	Indústria de alimentos	02/2006						CE
Fortaleza	BRASINT IND ELETÔNICA COM IMP E EXP LTDA	Produtos eletrônicos	04/2004						CE
Fortaleza	TECNOINDUSTRIA E COM DE COMPUTADORES LTDA	Produtos eletrônicos	05/2004						CE
Fortia	CMA-CIA NORD DE AQUICULTURA E ALIMENTAÇÃO FILIAL UNIDADE FAZENDA DE ENGOREIA	Exploração e benefici. de camarão e pescado em geral	09/2001	16.239.099,23	180	-	-	-	CE
Fortia	CMA-CIA NORD DE AQUICULTURA E ALIMENTAÇÃO FILIAL LABORATÓRIO	Produção de post-larvas de camarão	09/2001	4.548.947,79	80				CE
Fortia	CMA - CIA NORD DE AQUICULTURA E ALIMENTAÇÃO UNIDADE II	Exploração e benefici. de camarão e pescado em geral	04/2002	15.699.963,72	199				CE
Guajará	PMIC PROD. DE MARISCOS E CAMARÕES LTDA	Prod. beneficiamento e com de camarão marinho	03/2001	2.494.182,68	119	75	25	10	CE
Guajará	GUJUMA AGROPECUARIA S/A	Carne in natura em cortes especiais e embutidos em geral	09/1997	5.769.725,09	80	75	25	10	CE
Guajará	JCV DO NE LTDA	Fabricação de auto peças plásticas	12/2002	5.800.000,00	110	60	40	10	SP
Guajará	KING PLASTIC IND E COM LTDA	Artigos de plásticos	04/2006						CE
Guaramiranga	NEBLINA IND DE MINERAÇÃO LTDA	Extrairamento	02/1999	4.677.653,80	60	75	25	10	CE
Horizonte	EMBOCORPO - EMPRESA DE BORDADOS DO NE LTDA	Fabricação de elegantes bordados	06/1997	4.261.121,47	70	75	25	10	SP
Horizonte	TROLER VEICULOS ESPECIAIS (FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA)	Veículos especiais	07/1997	35.853.467,57	315	100	1	15	CE
Horizonte	CARVARIA IND E COM LTDA	Plásticos estruturados e revest. Para indústria náutica	09/1997	2.429.713,50	48	75	25	10	CE
Horizonte	SHANGRI LA IND E COM LTDA	Pilha de frutas e benefici. De café	09/1997	895.028,76	33	75	25	10	CE
Horizonte	SN CONFECÇÕES LTDA	Confecções	02/1998	30.035.021,68	450	75	1	15	CE
Horizonte	IND. E COM. DE ALIMENTO E BEBIDAS DO NE LTDA	Refrigerante sabor frutas	11/1997	2.275.937,53	45	75	15	10	PE
Horizonte	TEXTIL ANDINA LTDA	Tecidos de malha	02/1995	5.592.981,41	31	75	25	10	SP
Horizonte	INCOMED-IND E COM E MONTAGEM DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICOS LTDA	Fab. E montagem de equipamentos eletrônicos em geral/hospitalar	07/1999	4.246.536,63	65	75	25	10	CE
Horizonte	PULVERLAK NE LTDA	Fabricação de lãres em pó	12/1999	15.162.862,97	183	48	25	10	RS
Horizonte	CMA RAD CENTRO DE PESQUISAS PROD DE ISOTOPOS, RECICLAGEM DE MATERIAL MEDICO HOSPITALAR	Prod. De isótopos, reciclagem de materiais médico-hospitalar e irradiação de alimentos	03/2001	32.452.515,53	156				CE
Horizonte	TUBOTECNICO IND E COM LTDA	Fabr. De artefatos de papel e papelão	12/2002	742.000,00	55	39	61	10	CE
Horizonte	INB IND NE DE ARTEF DE BORRACHA	Fabr. De artefatos diversos de borracha	12/2002	971.000,00	52	39	61	10	CE
Horizonte	PRIMO SCHNARCOL INDUSTRIA DE CERVEJAS NORDESTE	Fabricação de bebidas	08/2006		120	75	25	10	SP
Horizonte	VULCABRAS DO NORDESTE S/A	Calçados e componentes	09/1997	28.833.625,44	930	75	1	15	SP
Horizonte	VULCABRAS DISTRIBUIDORA DE ART ESPORTE	Fabricação de confecções esportivas	03/2002		200	75	25	15	SP
Horizonte	FITESA HORIZONTE INDUSTRIAL LTDA	Plásticos e não-tecidos	02/2004						RS
Horizonte	INCOLIMP INDUSTRIAL E COMERCIAL	Químicos e produtos de limpeza	01/2005						CE
Horizonte	J MELO TÊXTEL LTDA	Têxtil	03/2004						CE
Horizonte	PETROPAR EMBALAGENS LTDA	Embalagens plásticas	03/1999						SP

Horizonte	SANTANA TEXTIL S/A	Têxtil	04/1996						CE
Horizonte	TUBOCONE INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA	Fabr. De artefatos de papel e papéis	08/1997						CE
Itaerema	CARNALUBA DO BRASIL	Química de beneficiamento de cera de carnaúba	04/2005						CE
Itapaci	PÉREZ CRISMA LTDA	Coco ralado integral	12/1999	462.329,38	40	75	25	10	CE
Itapaci	MC MARES DO CEARÁ LTDA	Prod. beneficiamento e comercialização de camarão	03/2001	31.526.446,00	850	75	25	10	SP
Itapaci	BEAUTY MINERAL COM. IMP. EXP. LTDA	Fabricação de produtos cosméticos (beneficiamento de algas marinhas)	09/2002	1.486.058,57	60	60	25	10	SP
Iguatu	DIKOTA NORDESTE S/A	Calçados e componentes	11/1995	6.161.543,07	100	100	1	15	RS
Iguatu	MADEFORM NE DE ARTEFATOS DE MADEIRA	Roupinhas e cômicos	04/1997	3.712.559,91	220	75	1	13	CE
Iguatu	ENGUA GEN CE LTDA	Geração de energia elétrica	02/2002	11.480.908,79	10	-	-	-	RJ
Iguatu	CIAC - COMÉRCIO E INDUSTRIA DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	Minerais não-metálicos	06/2005						RJ
Iguatu	INDUSTRIAS REUNIDAS M NORDESTES LTDA	Fabricação de móveis	04/2004						CE
Italinga	EBRATIN CEARÁ IND. E COM. LTDA	Fabricação de lentes, revestimentos, vernizes, silicatos e massas coradas acrílicas	07/1996	2.338.290,54	70	75	25	10	ITALIA
Italinga	ORTOLINE IND E COM DE COLCHÕES LTDA	Fab. de colchões, travesseiros e encostos	06/1999	4.078.378,34	100	75	25	10	CE
Italinga	EXPRESWAY COM E IND LTDA	Prod. E comercialização de produtos metalúrgicos	09/2000	3.287.957,34	50	48	25	10	Ce
Italinga	SEAFARM PRONIPROPICOL LTDA	Beneficiamento de camarões	12/2002	1.497.194,10	102	48	25	10	CE
Italinga	IMPERIAL IND E COM DE IMPILEV ROD LTDA	Fabric. de componentes, acessórios, semi-rotas e contêineres	07/2002	2.140.338,50	54	60	25	10	CE
Italinga	DSW INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	Fab. de rodas de alumínio	12/2000	3.940.116,59	220	75	25	10	CE
Italinga	FELIPSEN COMPONENTES PARA CALÇADOS NORDESTE LTDA	Fabricação de calçados	05/2009	2.415.913,00	20				RS
Italinga	ITALTINGA INDUSTRIA DE PECAS LTDA	Serviços e fabricação de subscopos	06/2006						CE
Italinga	PLASTIPLUMA IND E COM LTDA	Fabricação de colchões	09/2005						CE
Itapipari	DISPORT NORDESTE LTDA (PAQUETAI	Fabricação de calçados	03/1996	21.551.438,84	1.500	75	25	10	RS
Itapipari	SUCASA - SUCRO CAPRINO E AGRICULTURIO S/A	Óleo envasado e fat. de lápis	05/1996	7.920.159,08	54	75	25	10	CE
Itapipari	AGROPEIXE S/A	Fab. de peixeado	06/1997	19.227.416,50	100	75	25	10	CE
Itapipari	M.M. MONTEIRO PISCICA E EXPORTAÇÃO LTDA	Beneficiamento de peixeado e derivados	12/2002	2.000.000,00	165	60	40	10	CE
Itapipoca	DILLY NORDESTE LTDA	Fabricação de calçados	04/1996	25.536.579,08	1.000	75	25	10	RS
Itapipoca	NOVA RUSSAS - IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA	Farinha de mandioca e subprodutos	09/1998	3.745.975,71	2,5	75	25	13	PR
Itapipoca	DUCOCO PRODUTOS ALIMENTICIOS S/A	Alimentos e bebidas	11/2005						CE
Jaguaruana	EUROFLEX IND E COM DE COLCHÕES LTDA	Colchões e móveis estofados	01/1999	3.978.251,52	180	75	25	10	CE
Jaguaruana	SANTA RITA TEXTIL LTDA	Têxtil	02/1996	1.871.081,52	100	75	25	15	CE
Jaguaruana	AURORA TEXTIL LTDA	Fabricação de fio 8/40 8/1 e 12/1	02/1999	353.277,50	80	75	25	10	CE
Jaguaruana	MASSAL LTDA	Gravação de camêra em calveiro	04/2002	469.798,31	32	75	25	10	CE
Jaguaruana	JAGUATEXTELT - JAGUARUANA TEXTIL LTDA	Têxtil	07/2004						CE
Jaguaruana	MULTICOR - INDUSTRIA TEXTIL	Têxtil	04/2005						CE
Jaguaruana	USANA SANTANA COM IND LTDA	Têxtil	12/2004						CE
Jaguaruana	YPOCA AGRONINDUSTRIAL LTDA	Fabricação de bebidas	02/2004						CE
Jaguaribe	LACTICINIOS JAGUARIBE LTDA	Produção de leite e derivados	07/1997	1.161.873,11	120	75	25	10	CE
Jaguaribe	TUBOARTE IND E COM LTDA	Fabricação de móveis	03/2006						CE
Juazeiro do Norte	FONTELENE SALES E CIA LTDA	Material gráfico e embalagens	08/1995	2.557.123,62	50	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	IPLABRILHO DE PLÁSTICOS DO BRASIL LTDA	Sacos e sacos de plástico	08/1995	5.736.665,86	74	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	PVC-IND E COM DE PLÁST LTDA	Solados de calçados	09/1999	678.726,34	25	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	SINGER DO BRASIL LTDA	Máquina de costura industrial e motores elétricos universais	09/1998	14.962.952,85	200	75	1	15	SP
Juazeiro do Norte	IBRA - INDUSTRIA DE BORRACHA EVA	Folhas de EVA para solados	08/1997	1.070.450,35	33	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	INOP-IND DE BORRACHA E PLÁSTICOS LTDA	Calçados e componentes de borracha microporosa e colorida	06/2000	3.430.889,84	210	75	1	15	CE
Juazeiro do Norte	CONFECÇÕES SUPINIA IND LTDA	Curtex. Peças íntimas	09/1998	1.020.778,38	60	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	INIEVALE IND DE INJETADOS DO VALE DO CARIRIR LTDA	Calçados de borracha	11/1998	1.923.578,11	35	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	IND DE CALÇADOS SÃO JUDAS TADEU LTDA	Calçados em geral	09/1998	2.188.009,43	89	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	MARIA SIMONE FEITOSA PVT	Peças íntimas	09/1998	458.892,02	45	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	INCOEX-IND E COM E EXP LTDA	Galvanoplastia em cimento, pulveras e etc	09/1998	337.137,81	30	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	DUBLATEC-IND DE DUBLAGENS E CONFECÇÃO DE ALÇAS LTDA	Sandálias/solados	09/1998	605.545,75	38	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	BORPL-BORRACHA E PLÁSTICO IND LTDA	Sandálias e solados para calçados	06/1996	1.244.147,75	68	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	INCOPL-IND E COM DE CALÇADOS PORREIRA LEITE LTDA	Prod. De sandálias, solados e intermediários	02/1999	835.241,91	110	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	IBG-IND-BORPL DE CALÇADOS LTDA	Prod. De sandálias EVA, PVC e solados	11/1996	4.414.084,72	300	75	25	10	CE
Juazeiro do Norte	SAGAN ACESSÓRIO LTDA	Bolhas, cintos, canteiras e pastas	12/1999	770.548,99	70	75	8	15	CE
Juazeiro do Norte	MOINHO AMAUZ LTDA	Ind. De produtos de milho e derivados	12/1999	3.852.744,94	100	75	25	10	CE
Juazeiro do Norte	INJETAL-IND E COM DE CALÇADOS INJETADOS LTDA	Fab. De calçados de plástico	12/1999	2.101.984,28	55	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	FARMACE- IND FARMACEUTICA LTDA	Fab. De medicamentos genéricos	09/2000	15.214.433,85	270	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	ENCOPOLINE COMERCIAL E INDUSTRIAL LTDA	Fab. De lentes, vernizes e pigmentos para plásticos	03/2001	1.878.705,80	80	80	25	15	CE
Juazeiro do Norte	JANE IND E COM DE CALÇADOS E PLÁSTICOS IMP E EXP LTDA	Fab. De calçados e solados em PVC	03/2001	4.683.283,43	176	75	25	15	CE
Juazeiro do Norte	ALPLAST ALOSAD E FILMOS INDUSTRIA E COM DE PLÁSTICOS LTDA	Fab. de sacos e sacolas de plástico	03/2001	1.262.594,91	79	60	25	15	CE
Juazeiro do Norte	TECNOULTY DO NORDESTE LTDA	Calçados e componentes	08/1998	6.180.899,93	150	75	1	15	RS

Juazeiro do Norte	CALÇADOS PSYCHÉ LTDA	Fab de calçados. Bolsas e acessórios do vestuário	09/2002	1.268.428,85	113	80	10	15	CE
Juazeiro do Norte	CALÇADOS VIA FASHION LTDA	Fab de calçados em couro, PVC, EVA e tênis em geral	09/2002	77777777	90	80	10	15	CE
Juazeiro do Norte	SANDY IND E COM DE SANDÁLIAS INJETADOS LTDA	Fab de calçados de EVA	09/2002		57	80	10	15	CE
Juazeiro do Norte	JUAZEIRO EMPREENDIMENTOS DE BORRACHAS E PLÁSTICOS LTDA	Fab. De calçados e componentes de borracha microporosa	09/2002		262	80	10	15	CE
Juazeiro do Norte	INOPCAL IND OPTICA DO CARRI LTDA	Fab de óculos e armações de grau e esportes	09/2002		115	80	25	15	CE
Juazeiro do Norte	OURAPOS IND E COM DE NUOITERIAS E ARTEFOTOS DE METAIS LTDA	Fab. De armações de joalheria e de ouro	12/2002		60	80	40	10	CE
Juazeiro do Norte	ENSLAM GEN CE LTDA	Geracao de energia elétrica	02/2002	11.480.558,79	10	-	-	-	RI
Juazeiro do Norte	LIKO NORDESTE IND. E COM. DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA	Fabricação de componentes para calçados	11/2007	207.081,52	18				RS
Juazeiro do Norte	COOPERATIVA CENTRAL DE LATICÍNIOS NORDESTE LTDA	Indústria de alimentos	02/2006						CE
Juazeiro do Norte	DUALVE IND E COM DE CALÇADOS	Indústria de calçados	09/2005						CE
Juazeiro do Norte	EVAPLAST IND E COM A B PLÁSTICOS LTDA	Indústria de calçados	09/2004						CE
Juazeiro do Norte	GIGAPLAST CARRI IND E COM DE PLÁSTICOS LTDA	Plástico para calçados	06/2006						CE
Juazeiro do Norte	JOMAR COM IND IMP E EXP LTDA	Óleas folheadas em metal	04/2004						CE
Juazeiro do Norte	JOSEIL ALVES DE OLIVEIRA LEANDRO	Industria de calçados	09/2009						CE
Juazeiro do Norte	JUPPLAST IND E COM DE ARTEFATOS PLÁSTICOS	Plástico para calçados	10/2005						CE
Juazeiro do Norte	NEW WAY IND E COM DE CALÇADOS LTDA	Industria de calçados	05/2004						CE
Juazeiro do Norte	VCA IND E COM DE CALÇADOS LTDA	Industria de calçados	02/2004						CE
Limoeiro do Norte	LUCIEN BERNARD E CIA	Produção de aguardente vinícola, unidades de qualidade, uva de mesa	12/1999	30.821.959,50	40	75	25	10	FRANÇA
Limoeiro do Norte	ZONA URBANA IND E COM DE CONFEC. E MODA LTDA	Fabricação de confecções	09/2001	1.145.030,04	407	75	25	10	CE
Maracanaú	YKK DO BRASIL LTDA - (YOSHIDA NE S/A)	Zipers	10/1995	22.418.926,64	60	75	25	10	JAPÃO
Maracanaú	COTEC S/A	Fab de fios de algodão e políester	05/1996	266.364.538,00	603	80	10	10	CE
Maracanaú	SIDERURGICA AÇONORTE S/A - (GERDAU)	Vergalhões, barra de aço	05/1996	41.951.623,89	125	45	25	6	SP
Maracanaú	CTN-CIL TEXTIL DO NORDESTE S/A	Fios e tecidos	05/1996	72.286.987,44	200	75	25	10	CE
Maracanaú	VINCUNHA NE S/A - IND. TEXTIL - I	Tecidos	05/1996	199.270.213,45	600	75	25	10	SP
Maracanaú	VINCUNHA NE S/A - IND. TEXTIL - V TECELAGEM	Tecidos para camisas, tecidos modas e lycra jeans	06/1996	72.133.065,95	600	75	25	10	SP
Maracanaú	VINCUNHA TEXTIL S/A	Produção de malhas sintéticas e mistas	12/2002	27.545.991,00	999	75	1	10	SP
Maracanaú	CIA METAL DO NORDESTE S/A	Latas em alumínio, tampas em alumínio e chapas de aço	09/1996	164.875.556,23	10	100	25	10	SP
Maracanaú	FACIPA - FABRICAÇÃO DE CELULOSE E PAPEL DA AMAZÔNIA S/A	Papel higiênico, bobinas de papel	11/1996	31.472.738,73	255	75	25	10	PA
Maracanaú	AVON COSMÉTICOS LTDA	Dis. abscabs de produtos de tóucador, higiene, cosméticos, perfumarias e outros de uso pessoal e do lar	09/1996	6.192.631,36	110	-	-	-	EUA
Maracanaú	FILATI TEXTIL S/A	Têxtil - Tecidos de malha	02/1996	33.024.235,85	163	75	25	10	CE
Maracanaú	MARCOTEX S/A IND. TEXTIL	Têxtil - Fios tipo modal e tencel	11/1996	44.888.475,91	200	75	25	10	CE
Maracanaú	MALHARIA REBECA S/A	Fios têxteis e tecidos de malha	04/1997	52.762.686,13	260	75	25	10	PE
Maracanaú	CELENE CIA ELECTROCERAMICA	Minerais não metálicos	07/1997	1.742.860,00	75	75	25	10	CE
Maracanaú	C & L IND DE PLÁSTICOS LTDA	Laminados e manipulados	07/1997	2.994.662,75	100	75	25	10	SP
Maracanaú	MM MOREIRA IND COM DE TRANSPORTES LTDA	Emulões asfálticas	07/1997	3.972.950,00	45	75	25	10	CE
Maracanaú	NEWPLAST IND E COM DE EMBALAGENS LTDA	Sacões de polietileno	09/1997	865.098,78	50	75	25	10	CE
Maracanaú	TROPICAL BAHIA IND E COM S/A	Bacia pronomelino e aço inox	09/1997	53.622.038,49	300	75	25	10	CE
Maracanaú	ASFALTO NE S/A	Emulões asfálticas	09/1997	1.959.520,15	48	75	25	10	CE
Maracanaú	NEXUS NORDESTE S/A	Confeções	03/1998	24.685.845,82	520	75	1	15	RJ
Maracanaú	PACEL PAPELÃO DO CEARÁ LTDA	Papel e calças de papelão	12/1996	45.513.006,40	280	75	25	10	CE
Maracanaú	CONCRETO POLIS - CONCRETO PRÉ-MOLDADO INDUSTRIAL DO NE LTDA	Concreto para uso industrial e residencial	12/1997	13.925.597,31	80	75	25	10	ITALIA
Maracanaú	RS SUBPRODUTOS	Raças balanceadas	02/1998	467.785,38	25	75	25	10	CE
Maracanaú	SPOT-IND E COM DE ARTEFATOS ELÉTRICOS LTDA	Porta lâmpadas e aquecedor de tempo	02/1998	748.434,61	29	75	25	10	CE
Maracanaú	ESMALTEC S/A	Produtos metalúrgicos	07/1998	134.685.535,07	2.400	75	25	10	CE
Maracanaú	ATIVA IMPLEMENTOS RODOVÁRIOS LTDA	Acessórios para veículos e implementos agrícolas rodoviários	07/1998	2.895.948,65	30	75	25	10	RS
Maracanaú	DIANA PAQUCCI S/A - IND. E COM	Confeções e calçados de segurança	09/1998	11.234.812,41	800	75	1	15	SP
Maracanaú	BERMAS IND. E COM. LTDA	Beneficiamento, acabamento e corte industrial de couro	09/2000	10.098.674,53	360	75	1	15	ITALIA
Maracanaú	DISPA IND. DE RAÇÕES	Raões extrudados	05/1999	2.083.524,19	56	75	25	10	SP
Maracanaú	URANO IND. DE BALANÇAS E EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA	Produção de balanças e equipamentos eletrônicos	02/1999	3.603.664,45	150	100	2	15	RS
Maracanaú	INDUSTRIA DE SABÕES DO NORDESTE	Fab de sabão, sabão de coco e derivados	02/1999	2.439.039,62	30	75	25	10	CE
Maracanaú	VINKLEIR DO BRASIL LTDA	Fabricação de produtos químicos em geral	04/1999	893.940,99	8	100	1	15	EUA
Maracanaú	SYSTEM FRONTIERS BRASIL	Fabricação e montagem de computadores e periféricos	12/1999	1.079.768,58	12	75	25	10	SP
Maracanaú	BHS NORDESTE LTDA - DUDALINA S/A	Confeções de camisas masculinas	09/1999	3.651.552,86	317	100	1	15	SC
Maracanaú	NÓRDICA DO NORDESTE LTDA	Tecidos e rendas de lycra, elásticos e tingimentos e peças	12/1999	20.034.273,67	150	75	25	10	SP
Maracanaú	DWA - TECHNOLOGY IMP. E EXP. LTDA	Controlador de dados (smart-card) e controladores de acesso	12/1999	1.541.097,97	30	75	25	10	SP
Maracanaú	METALURGICA BACE LTDA	Prod. De aros alumínio, quadro para bicicleta e outros	12/1999	3.062.195,95	120	75	25	10	CE
Maracanaú	BRAKE SYSTEM LTDA	Sistema de freios, peças e partes para veículos automotores	12/1999	23.116.469,62	150	75	25	15	CE
Maracanaú	IND DE COSMÉTICOS CIENTÍFICOS DO BRASIL LTDA	Ind e com de prod cosméticos artigos higiênicos pessoal	12/1999	847.603,89	40	48	25	10	CE
Maracanaú	SERVITEXTIL INDUSTRIAL LTDA	Fios têxteis de algodão	12/1999	38.527.449,37	100	75	25	10	CE
Maracanaú	MARK TECNOLOGIA GRÁFICA LTDA	Administração industrial e serviço comercial	12/1999	3.080.195,95	120	39	25	10	CE

Maracana	MARK TECNOLOGIA GRAFICA LTDA	Automação industrial e serviço comercial	12/1999	770.548,99	60	39	25	10	SP
Maracana	TECELAGEM ALPHATEX LTDA	Fabricação de colchas, edredons, almofadas, tapacostas e cortinas	12/1999	18.493.175,70	250	75	8	10	SP
Maracana	HOLIDAY IND DE BICICLETA LTDA-IBN	Fab de bicicletas	12/1999	770.548,99	50	48	25	10	CE
Maracana	PERCEUPVC INDUSTRIAL LTDA	Fab de injetados de pvc	12/1999	12.528.783,80	20	48	25	10	CE
Maracana	TOTAL ENERGIE	Produção de equipamentos para uso de energia renovável	12/1999	2.473.452,25	72	75	25	8	SP
Maracana	BOPIL TEXTIL	Fab. de flocos de algodão	12/1999	80.061.418,51	110	75	25	10	CE
Maracana	FORTARISO LTDA	Produção de pavimentação industrial em concreto e resina	12/1999	1.541.980,25	50	48	25	10	ITALIA
Maracana	CERÂMICA BORMA LTDA	Prod de piso cerâmico	12/1999	7777	60	48	25	10	CE
Maracana	RT - INDUSTRIA DE EQUIPAMENTOS DE TELECOMUNICAÇÕES S/A	Aparelhos de telecomunicações	02/1998	3.742.123,04	206	100	2	15	ARGENTINA
Maracana	PELAGIO OLIVEIRA S/A	Fabricação de biscoito	08/1997	7777777	180	75	25	10	CE
Maracana	POLINOR - IND. DE PLÁSTICOS DO NE	Produção de laminados plásticos e confecção em geral	12/1998	27.717.891,00	200	75	25	10	SP
Maracana	IOCECOP-IMPRESA OFICIAL COOPERATIVA EDITORIAL E GRAFICA LTDA	Editorial e gráfico e outras atividades correlatas ou correlatas	09/2000	7777	40	48	25	10	CE
Maracana	RAMALHO TEXTIL LTDA	Tintureira de fios, tecelagem de redes e afins	09/2000	2.144.267,40	52	-	-	-	CE
Maracana	METALURGICA FERRAMÉ LTDA	Prod. de perfil laminado não planos, tanques, containers, alças metálicas e com. e ind. de aço. Siderurgicas	09/2000	17.583.156,67	60	75	25	10	SP
Maracana	CEBRAS JOHANSON DO NE LTDA	Produção de lâminas plásticas para cortinas, de revestimento, painéis plásticos e filme de PVC padão alimentar ziploc	10/2002	17.895.784,68	45	48	25	10	EUA
Maracana	JOSEK DO BRASIL IND. TEXTIL LTDA	Fab. de redes e acessórios de sustentação e expositores	10/2000	5.593.598,17	140	48	25	10	ALEMANHA
Maracana	HNH IND. COM. E REPRÉS. LTDA	Fab. e montagem de componentes para fogão	10/2000	1.424.104,91	100	60	25	8	SP
Maracana	TBM - TEXTIL BEZERRA DE MENEZES S/A	Fabricação de fios tecidos de algodão	12/2000	88.089.749,59	250	75	25	10	CE
Maracana	PETALAS LINGERIE LTDA	Fab. De confecções	12/2000	1.407.134,53	150	48	25	10	CE
Maracana	ZIPPY IND E COM LTDA	Meias para esportes e afins	11/1996	1.020.162,43	60	75	25	10	CE
Maracana	TEBESA TEXTIL BAQUET S/A	Fios especiais e malha acabada	11/1996	15.363.467,42	125	45	60	6	CE
Maracana	POLQUIMICA S/A	Industrialização de química fina	09/2001	137.057.997,64	141	75	25	10	CE
Maracana	ENGETELCA-ENG. DE TELECOMUNICAÇÃO DE CAUCAIA LTDA	Aparelhos telefônicos, home elastic, cadastre e central telefônica micro PABX	02/1998	2.056.187,67	98	75	25	10	CE
Maracana	CEARA GERADORA DE ENERGIA S/A	Gerção de energia elétrica modular	02/2002	133.587.892,47	120	-	-	-	CE
Maracana	BREITENER ENERGETICA S/A	Implantação de usinas termelétricas, destinadas à geração de energia elétrica	04/2002	590.299.854,98	800	-	-	-	CERJ
Maracana	CPV BRASIL LTDA	Ind. e armazém e prod. de cimento e serviços de concretagem	05/2002	6.191.530,59	40	48	25	10	ITALIA
Maracana	IND. CEARENSE DE COLCHÕES E ESPUMAS LTDA	Indus. E comercialização de laminados, colchões e travessões de espuma	05/2002	9.956.150,17	237	48	25	10	CE
Maracana	IBATEX IND. DE BENEFICIAMENTO E ACABAMENTO TEXTIL LTDA	Beneficiamento e acabamento têxtil	06/2002	12.153.025,05	150	-	-	-	PORTUGAL
Maracana	CIA SIDERURGICA BELGO MINEIRA (ARCELORMITAL BRASIL S/A)	Indústria (corde e dobra de aço e fab. de telas soldadas e outros) e montagem de central e dest. de prod. siderurgicos de aço (p construção civil)	07/2002	2.021.402,47	50	60	10	20	MG
Maracana	SOVESTY LINDRE IND E COM DE CONFEÇ. LTDA	Fabricação de confecções em lingerie	07/2002	620.689,47	73	39	10	10	CE
Maracana	STARPET RECIOLAGENS LTDA	Produção de PET reciclado "INFLAKES"	07/2002	725.326,77	53	60	25	15	CE
Maracana	SANTISTA TEXTIL	Fabricação de confecções (letras)	12/2002	11.000.000,00	1	75	25	15	SP
Maracana	TECHNO ECO INDUSTRIAL LTDA	Fabricação de máquinas para reciclagem de solventes	12/2002	609.000,00	55	60	40	10	ALEMANHA
Maracana	IBEL IND DE BORRACHA E V.A. LTDA	Fabricação de componentes para calçados e acessórios de EVA	12/2002	1.220.350,00	150	39	61	10	CE
Maracana	CRISPRIM PLACAS E ESTRUTURAS METÁLICAS LTDA	Fabricação de estruturas, placas e estruturas metálicas	12/2002	530.000,00	60	39	61	10	CE
Maracana	METAMAX IND. METALURGICA E COM. LTDA	Fabricação de estruturas metálicas	12/2002	765.000,00	90	39	61	10	CE
Maracana	CRUSTACEOS DO BRASIL LTDA	Beneficiamento de frutos do mar	12/2002	3.800.000,00	122	39	61	10	CE
Maracana	TEXTIL UNIÃO S/A	Fabricação têxtil	03/2007	49.688.389,00	507				SP
Maracana	KARSTEN COMÉRCIO E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO LTDA	Fabricação têxtil	01/2008	39.787.514,00	40				SC
Maracana	DANONE LTDA	Fabricação de alimentos	03/2009	54.123.000,00	3				FRANÇA, ESPANHA E ITALIA
Maracana	AGRIPEC QUÍMICA E FARMACÉUTICA S/A	Indústria química	02/2004						CE
Maracana	BEATRIZ TEXTIL S/A	Fabricação têxtil	01/2005						CE
Maracana	BRINORI BROSQUETES DO NE IND E COM DE RECIOLAGEM LTDA	Reciclagem	05/2004						CE
Maracana	C & L IND DE PLÁSTICOS LTDA	Laminados de plástico e EVA	11/2006						CE
Maracana	CERPLAL CEARÁ PLÁSTICOS LTDA	Componentes de plástico	03/2005		75				CE
Maracana	CERÁMICA BRASIL PARA CERÂMICAS LTDA	Materiais não metálicos	09/2004						CE
Maracana	CIA TEXTIL DO NE - CTN	Têxtil	02/2008						CE
Maracana	OMPLAST EMBALAGENS IMP EXP E COM LTDA	Embalagens	05/2005						SP
Maracana	COBAP COM E BENEFICIAMENTO ARTIGOS DE PAPEL LTDA	Papel e papéis	05/2005						CE
Maracana	CRISPRIM PLACAS E EST METÁLICAS LTDA	Metal mecânico	12/2004						CE
Maracana	DR LINGERIE IND E COM S/A	Confecções	03/2006						CE
Maracana	DISPA IND DE RAÇÕES S/A	Rações para animais	09/2006						SP
Maracana	DURAMETAL S/A	Metal mecânico	07/2006						CE
Maracana	ENGEPAK DO CEARÁ LTDA	Embalagens	08/2006						CE
Maracana	FOFEX INDUSTRIAL S/A	Têxtil	05/2004	500					CE
Maracana	JOSE ADEMAR DA SILVA FILHO	Confecções	02/2005						CE
Maracana	J BRANDÃO COM E IND LTDA	Alimento	09/2005						CE
Maracana	ML MINÉRIOS INDUSTRIAIS LTDA	Extração mineral	04/2006						CE
Maracana	NATURAL WAX INDUSTRIA DE CERA LTDA	Fabricação química de cera	01/2004						CE

Maracana	NORSA REFRIGERANTES LTDA	Bebidas	02/2006							CE
Maracana	OSASUNA PARTICIPAÇÕES LTDA	Têxtil	06/2006							CE
Maracana	PEMALEX IND E COM LTDA	Confeção	03/2006							SP
Maracana	ROSSET NORDESTE LTDA	Confeção	06/2006							PR
Maracana	TEXTIL UNIÃO LTDA	Têxtil	11/2004							CE
Maracana	TECNOMIAL INDUSTRIA DE ISOLANTES TÉRMICOS LTDA	Plásticos e isolantes térmicos	05/2006							CE
Maracana	TINTAS HENSCOR S/A	Indústria química	02/2004							CE
Maracana	VIA DIRETA IND E COM CONFECCOES LTDA	Confeções	03/2004							CE
Maracana	YOSHIDA NORDESTE S/A IND E COM	Confeções	09/2005							CE
Mercó	RUAH IND. E COM DE MOVEIS LTDA	Fabricação e comercialização de móveis de madeira	07/2003	1.505.503,44	82	75	25	10		CE
Maranguape	DAKOTA NORDESTE S/A	Calçados	03/1995	22.938.997,89	800	100	1	15		RS
Maranguape	MALLORY LTDA	Eletrodomésticos	11/1995	19.808.846,99	400	75	25	10		FRANÇA
Maranguape	NUTRIMENTO IND COM DE ALIMENTOS LTDA	Queijos e bebidas lácteas	11/1995	3.338.320,53	30	75	25	10		CE
Maranguape	AGROBIASA IND E COM LTDA	Amorço gelatinizado	08/1995	49.492.853,53	250	75	25	10		CE
Maranguape	RNA INDUSTRIA DE MODA LTDA	Confeções	04/1997	2.345.028,35	250	75	25	10		CE
Maranguape	UNIO NE IND. E COM. DE PRODUTOS QUÍMICOS LTDA	Tintas esmaltes, vernizes e solventes para calçados	04/1987	1.954.173,63	25	75	25	10		RS
Maranguape	CEARA EMBALAGENS IND. E COM LTDA	Embalagens plásticas	09/1987	2.883.382,54	200	75	25	10		CE
Maranguape	PAEMA EMBALAGENS LTDA	Caixas de papelão ondulado	07/1998	1.870.652,43	60	75	25	10		SP
Maranguape	STEIN IND. E COM. DE CONFECCÃO LTDA	Crems em cores, vernizes e tintas para calçados	02/1998	748.424,63	25	75	25	10		RS
Maranguape	INDUSTRIA TÊXTIL ITAJÁ DO NE LTDA	Camisetas e bermudas	12/1997	9.408.180,63	150	75	25	10		SP
Maranguape	J. L. MAUS NE LTDA	Produção de meias para calçados	01/1999	1.797.894,74	70	100	1	15		RS
Maranguape	CPV-CHAPAS PERFURADAS DO NE	Peças metálicas de uso das indústrias de bicicletas em geral	03/1999	1.078.089,94	20	75	25	10		CE
Maranguape	MICHEL BENFIO TÊXTIL LTDA	Fabricação de tecidos especiais	09/2003	1.348.474,81	200	60	25	10		CE
Maranguape	PROCAVAR PROD. NATURAIS DO CARIRI LTDA	Fabricação de produtos farmacêuticos e medicamentos de origem natural	09/2002	4.121.889,72	60	60	25	15		CE
Maranguape	IND. DE CONFECCOES MARIBEL LTDA	Fab. de confeções	06/2002	598.481,42	73	39	10	10		CE
Maranguape	HOPE NORDESTE LTDA	Fabricação e confeções em geral	11/1988	18.875.555,63	1.022	75	1	15		SP
Maranguape	CESE IND. E COMÉRCIO DE ELETRODOMESTICOS LTDA	Fabricação de componentes para eletrodomésticos	07/2007	14.900.050,00	50					ESPANHA
Maranguape	DELFA INDUSTRIA COM DE ACESSÓRIOS DO VESTUÁRIO	Confeção	09/2005							CE
Maranguape	MARANGUAPE INDUSTRIA E COMÉRCIO TÊXTIL LTDA	Têxtil	05/2006							CE
Maranguape	CONEXTOR INDUSTRIA LTDA	Fabricação de enfeites de couro e calçados	08/2002	889.780,52	67	80	10	10		RS
Matá	CEBRAMA SERTÃO CULTURAL LTDA	Fabricação de sítios turísticos e lojas de alta tecnologia	12/1999	959.459,27	25	75	25	10		CE
Matá	EMPRESAS RURAIS CAZUQUEIRA GRANDE LTDA	Beneficiamento dos prod. Derivados da lavoura cultura, piscicultura, apicultura e ind de leite	06/2002	8.530.402,27	80	75	25	10		CE
Meio Rio	INDUSTRIA DE POSTES INDASA LTDA	Fabricação de pilares metálicos	04/2007	880.040,00	75					RS
Mesão Velha	METABEL - ARTIFATOS DE METAL DO NE LTDA	Fabricação de bombas hidráulicas	12/1989	8.861.313,36	100	75	25	15		SP
Mesão Velha	ANTÔNIO LINARD IND ALIMENTOS LTDA	Indústria de alimentos	04/2004							CE
Mesão Velha	LINARD ENSENAURA E FUNDAÇÃO LTDA	Metal mecânico	04/2004							CE
Montada Nova	CBL - CIA BRAS. DE LATICÍNIOS LTDA	Leite longa vida sabor aromatizado e em pó	12/1996	10.078.253,60	68	75	25	10		SP
Montada Nova	CALÇADOS REIFER LTDA	Fab. de calçados, sapatos e peças e seus componentes	04/1999	5.183.056,15	500	100	1	15		RS
Montada Nova	CALÇADOS REIFER LTDA	Beneficiamento de couro, peles e artefatos	04/1999	5.013.106,00	70	100	1	15		RS
Nova Olinda	CERÂMICA SÃO JOSÉ IND E COM	Tijolos, ladrilhos e telhas	09/1997	207.662,10	60	75	25	15		CE
Nova Olinda	FRANCISCO LOPES P CERÂMICA BPP	Tijolos, ladrilhos e telhas	03/2005							CE
Nova Russas	NOVA RUSSAS - IND. E COM. DE ALIMENTOS LTDA	Fabricação de macarrão e sub-produto	08/1998	3.745.975,71	2,5	75	25	10		PR
Novas Russas	TEKIVIL - IND. E COM. E REPRESENTAÇÕES LTDA	Ind. e com. de empilhadeiras, transportadores, rebocue e import. e export. de peças, equipamentos, acessórios elétricos, eletrônicos, hidráulicos e combustão	10/1999	2.381.706,47	35	100	1	10		URUGUAI
Paracatu	CIÓCOO AGRICOLA INDUSTRIAL LTDA	Indústria de alimentos	06/2004							CE
Paracatu	HYDROSERVIND COM LTDA	Bombas hidráulicas, acessórios para irrigação espalh em fitas	07/1989	#####	100	75	25	10		CE
Paracatu	PASCHOAL CALVANO INDUSTRIAL E COMERCIAL LTDA	Água sanitária, prod. De higiene e limpeza	07/1995	4.204.207,00	89	75	25	10		CE
Paracatu	EURETECNICA IND. E COM LTDA	Caixas, pedais, engrenagens, discos de embreagem	07/1997	15.491.641,40	30	75	25	10		ALEMANHA
Paracatu	EMANE EMP. APICOLA DO NE LTDA	Mel e derivados	05/1995	1.152.000,00	25	75	25	10		CE
Paracatu	VICUNHA IND. E COM. LTDA	Tecelagem	02/1996	130.044.672,75	600	75	25	10		SP
Paracatu	EBESA EMP. BRASIL EQUIP S/A	Equipamentos industriais	05/1996	34.657.654,89	312	75	25	10		CE
Paracatu	RIGESA CELULOSE PAPEL E EMBALAGENS LTDA	Embalagens de papel em geral	08/1996	17.511.933,40	225	75	25	10		EU
Paracatu	INDUSTRIA NORDESTE ROUPAS LTDA	Fab. de confeções de produtos para vestuário	12/1999	7.705.489,57	2,07	75	8	10		RJ
Paracatu	AUDÉS N ALDES NE IND. E COM. LTDA	Fab. de produtos de higiene pessoal	12/1999	18.463.175,76	235	75	25	10		RJ
Paracatu	QUERUBENS COM. DE ROUPAS LTDA	Fab. de confeções (calças, bermudas, shorts, saias, camisas, jaquetas etc.)	12/1999	6.164.381,90	110	75	5	10		RJ
Paracatu	IND. DE PLÁSTICOS RANGEL NE LTDA	Fab. de utilidades domésticas e aparelhos de barbear	12/1999	13.869.881,77	470	75	25	10		RJ
Paracatu	THREE OLIVAS IND E COM DE CONFECCOES LTDA	Fab de bermudas e shorts e saia 4 cabos, camisetas regata e camiseta com gola redonda em malha de algodão mercerizado e capris em malha jogger gola giro	09/2002	285.177,14	55	39	10	10		CE
Paracatu	VICUNHA TÊXTIL S/A	Prod. e acabamento de tecidos	12/2002	20.000.000,00	500	75	1	10		CE
Paracatu	MALLWEE INDUSTRIA DE CONFECCOES S/A	Fabricação de confeções e produtos para vestuário	05/2010	35.627.432,00	2.400	75	25	10		SC
Paracatu	ARAUJO E BRILHANTES IND E COM DE ROUPAS	Confeção	04/2004							CE

Pacatuba	JANDIA AGRINDUSTRIAL LTDA	Indústria de alimentos	02/2004							CE
Pacatuba	PRINCO, PRE-MOLDADOS IND E COM LTDA	Minerais não metálicos	12/2004							CE
Pacatuba	NORDESTE EQUIP E SERV PT GASES LTDA	Curo liquefeito, pastilhas de hipoclorito de cálcio e hipoclorito de sódio	07/1995	3.698.478,77	80	75	25	10		CE
Pacatuba	CERVEJARIA KAISER NORDESTE S/A	Cervejas	12/1995	198.135.632,08	250	75	25	10		MG
Pacatuba	KILLING TINTAS E ADESIVOS LTDA	Tintas e solventes	04/1997	3.958.347,27	50	75	25	10		RS
Pacatuba	PACATUBA TAIL LTDA	Fab. De fios	02/1998	1.498.849,22	118	75	25	10		CE
Pacatuba	LEISOL NE IND. E COM. LTDA	Lingerie, meias, calcas, moda, esportiva e praia, confecção	08/1987	7.688.986,75	300	75	25	10		SP
Pacatuba	MARISOL NE S/A - IND. DO VESTUÁRIO	Artigos do vestuário, confeccionados em malha	12/1987	30.109.377,56	1,3	100	1	15		SC
Pacatuba	MARISOL COM. ATACADISTA E SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO LTDA.	Artigos do vestuário, confeccionados em malha	07/2009	7.137.738,39	20					SC
Pacatuba	ENERGYWORKS DO BRASIL LTDA	Energia elétrica e térmica	02/1998	15.850.525,50	7	75	25	10		CANADÁ
Pacatuba	R.V. NOR-IND E COM DE BEBIDAS LTDA	Refrigerantes	07/1998	3.741.264,86	100	75	25	10		CE
Pacatuba	WU IND. E COM. DE COSMÉTICOS LTDA	Prod. e comercialização de perfumes e cosméticos	12/1999	770.548,99	50	48	25	10		CE
Pacatuba	INVE - ADITIVOS ALIMENTARES LTDA	Fab. de aditivos alimentares (PREMIXE)	12/1999	2.773.976,35	20	48	25	10		BELGICA
Pacatuba	MOVENORD - MOVES DO NORDESTE LTDA	Fab. de móveis para escritório e informática	12/2000	1.287.873,23	176	48	25	10		SP
Pacatuba	MECTRA EMALAGENS S/A	Fabricação de embalagens plásticas intrínsecas e termoláteis	09/2001	29.879.940,19	165	75	25	10		CE
Pacatuba	J.M. IND. E COM. DE CONFECCOES	Fabricação de confecções	12/2002	800.000,00	150	39	61	10		CE
Pacatuba	MMCA CONFECCOES LTDA	Fabricação de confecções femininas	12/2002	445.000,00	50	39	61	10		CE
Pacatuba	EMAM - EMALÇÕES E TRANSPORTES LTDA.	Fabricações de emulsões asfálticas e cimentos asfálticos	09/2009	3.670.071,00	20					AM
Pacatuba	EUROCON INDUSTRIA DE EXTRUSÃO LTDA.	Fabricação de tubagens e acessórios para a condução de água	12/2009	3.480.372,00	125					PORTUGAL
Pacatuba	BERACA SABARA QUÍMICO E INGREDIENTES LTDA	Indústria química	04/2006							SP
Pacatuba	JM ZANATTA E CIA LTDA	Indústria química	07/2004							RS
Paracuru	CIALNE - CIA DE ALIMENTOS DO NE	Exploração, industrialização e comercialização de produtos de pecuária, avicultura e agricultura	12/1999	9.148.414,98	55	75	25	15		CE
Paracuru	THYSEN REINSTEHAL TECH GMBH ENERGIA	Instalação, fabricação de equipamento de energia eólica	06/1999	288.955.985,80		75	25	10		ALEMANHA
Paranati	PARANATI CALÇADOS LTDA (MARCHELY)	Calçados esportivos de couro e componentes	03/2001	855.054,23	200	75	25	10		RS
Paranati	CALÇADOS MARKON LTDA	Fab. de calçados	03/2001	690.053,52	600					RS
Peira Branca	LABORATÓRIO QUÍMICO E FARMACÉUTICO PAU BRASIL LTDA	Prod. farmacêuticos alopatóicos, genéricos e alimentos integridade	03/2001	1.932.349,86	77	75	25	10		CE
Petropolis	CALÇOEIRO NORDESTE LTDA (ANTIGA ANDAZO E HOJE FOI COMPRADA PELA PAQUETA, QUE ATUALMENTE CONCENTRA MIL FUNCIONÁRIOS DESDE 2 ANOS ATRAS)	Artefatos de calçados, couros, componentes, partes e peças	10/1997	4.777.632,50	300	75	25	10		MG
Petropolis	PEREIRO ARAUJO PAÇO TEXTIL LTDA	Fabricação de redes têxteis	07/2002	45.901,19	28					CE
Pindamonhangaba	DELTA IND. E COM. DE GIZ LTDA	Giz escolar	05/1996	629.274,36	70	75	25	10		CE
Pindamonhangaba	NORTECH INDUSTRIAL LTDA	Adesivos	05/1996	2.097.386,19	48	75	25	10		CE
Pindamonhangaba	JOONGBO CORPORATION SE-OL	Fab. de seringas descartáveis de plástico	03/2001	20.701.605,65	500	75	25	10		COREIA DO SUL
Pindamonhangaba	COMPANHIA BRASILEIRA DE BEBIDAS PREMIUM	Fabricação de bebidas	05/2009	40.088.324,00	200	75	25	15		PE
Pindamonhangaba	ARIAS IND COM EXP E IMP LTDA	Fab. de móveis de madeira	03/2001	8.280.642,28	107	75	25	10		CE
Quixeramobim	CALÇADOS ANGER NORDESTE LTDA	Calçados e componentes	11/1999	20.493.852,69	3.005	75	25	10		RS
Quixeramobim	MIL-MINEIROS INDUSTRIAL LTDA	Reparação e manutenção de veículos, ind e comercialização	07/1999	885.219,22	70	75	25	10		CE
Quixeramobim	SORTALEX CALÇADOS E COMPONENTES LTDA	Calçados e componentes	07/1998	3.741.264,86	300	99	1	15		RS
Quixeramobim	QUINALI-QUIXERAMOBIM INDUSTRIA DE ALIMENTOS	Leites pasteurizados e derivados de leite e polpa de frutas	07/1998	725.855,38	20	75	25	10		CE
Quixeramobim	FRUTALEZA IND. E COM DE FRUTAS E PLANTAS LTDA	Produção e beneficiamento de polpa de frutas	12/2000	3.517.951,24	55	75	25	10		CE
Quixeramobim	TDÁ SEMENTES CEARÁ LTDA	Distribuição química de sementes de algodão	03/2001	8.280.642,28	20	-	-	-		PR
Quixeramobim	TERCEIRIZ IND COM E SERVIÇOS DO VESTUÁRIO LTDA	Fabricação de peças do vestuário	12/2002	100.000,00	126	80	40	10		CE
Quixeramobim	VINLEX DO NORDESTE PRODUTOS SINTÉTICOS	Componentes de calçados	07/2009		300					SP
Quixeramobim	MISSISSIPPI CALÇADOS S/A (DAROTA)	Calçados e componentes	03/2001		300					RS
Redenção	P-W COURDS E CALÇADOS LTDA. (DESATIVADA)	Fabricante de couros acabados, calçados e calçados	12/1999	18.007.418,34	250	75	8	15		SP
Russas	DAKOTA NORDESTE S/A (INCORPORADA A KOLOSCCH)	Calçados e componentes	04/1998	18.662.728,19	800	100	1	15		RS
Russas	LUKRI COMPONENTES PARA CALÇADOS LTDA.	Peelings para calçados	09/2000	3.573.822,33	250	80	25	10		RS
Russas	WILAPLAST INDUSTRIA DE INJETADOS LTDA	Fabricação de injetados e plásticos	05/2008	2.268.387,00	55					RS
Santa Rita de Acaia	IND. DE MOVES IVETE DE SOUZA CORDEIRO LTDA	Móveis de madeira e tubulares	07/1997	773.710,67	119	75	25	10		CE
Santa Quitéria	CANNIE CALÇADOS LTDA (PIJAL)	Calçados	03/1997	9.814.531,82	450	75	25	15		RS
Santa Quitéria	BANAS CALÇADOS E COMPONENTES LTDA. (RAVELL)	Fabricação de calçados e componentes	07/1999	5.226.511,33	400	100	1	15		RS
Santa Quitéria	SANTA QUITERIA MARMIRES E GRANITOS	Exploração e beneficiamento de granito	12/2002	500.000,00	55	60	40	10		CE
Santa Quitéria	GRANSTONE S/A	Exploração e beneficiamento de granito	10/2002		310					CE
Santa Quitéria	DEMOCRATA NORDESTE CALÇADOS E ARTEFATOS DE COURO LTDA	Calçados	04/2000		310					SP
S.G. do Amarante	SEA FOOD DO BRASIL LTDA	Fabricação de alimentos	07/1997	3.485.618,30	42	75	25	10		SP
S.G. do Amarante	WHITE MARTINS GASES IND. DO NE S/A	Gases industriais	06/1987	76.889.887,84	100	75	25	10		SP
S.G. do Amarante	JOTADOS NE LTDA	Pré-moldados de concreto	07/1998	4.077.976,70	206	75	25	10		CE
S.G. do Amarante	KS KOLBENCHMIDT DISTRIBUIDORA DE PROD. AUTOMOTIVOS LTDA	Peças Automotivas	07/1998	11.223.794,59	80	75	1	15		ALEMANHA
S.G. do Amarante	KALUP AGRO INDUSTRIAL LTDA	Ração animal	07/1999	407.797,87	17	75	25	10		CE
S.G. do Amarante	ENASA - ENGENHARIA E COM. LTDA	Desselelizadores	07/1996	187.063,24	15	75	25	10		SP
S.G. do Amarante	SILVASTOM IND. E COM. LTDA	Móveis e equipamentos para especialidades profissionais	07/1998	2.244.758,92	60	75	25	10		PR

S.G. do Amarante	UNITEC INDUSTRIAL LTDA	Fab. de quadros elétricos e correlatos	12/1999	12.328.783,80	130	75	25	15	CE
S.G. do Amarante	JBK EMPREENDIMENTOS DO NE	Prod. de móveis, portas, janelas, assoalhos, lantieris e decks	10/2000	2.848.269,62	100	75	5	10	CE
S.G. do Amarante	MADEPLAST IND. E COM. LTDA	Fab. de móveis domésticos de plásticos, revestimentos, mercenaria em geral	10/2000	6.408.472,09	100	75	5	13	SP
S.G. do Amarante	TEXTIL PORFER S/A	Fab. de malhas e confecções	12/2000	4.685.524,38	100	75	25	10	PORTUGAL
S.G. do Amarante	DNA IND. E COM. DE CONFECCOES LTDA	Fab. de confecções e malhas	12/2000	4.221.553,49	110	75	25	13	PR
S.G. do Amarante	BRASIL CARGO INFRA-ESTRUTURA LTDA	Fab. de empilhamento ind. e de um complexo multimodal de transporte de carga - aéro, ferroviário, aquaviário e rodoviário	03/2001	3.148.644.065,06	10	-	-	-	SP
S.G. do Amarante	WOBBEN WINDPOWER IND. E COM. LTDA	Fab. de aerogeradores e seus componentes	07/2001	31.006.066,45	503	75	25	10	ALEMANHA
S.G. do Amarante	WOBBEN WINDPOWER IND. E COM. LTDA	Usinas eólicas destinadas à geração de energia elétrica	02/1998	33.879.107,26	25	75	25	10	ALEMANHA
S.G. do Amarante	USC USINA SIDERURGICA DO CEARA LTDA	Fabricação de produtos siderurgicos	04/2001	684.081.478,64	620	75	25	20	ITALIA
S.G. do Amarante	MMX STEEL CORPORATION OF AMERICA	Processamento de produtos siderurgicos	10/2001	745.262.279,42	690	75	25	20	EUA
S.G. do Amarante	ENGUA GEN CE LTDA	Geração de energia elétrica	02/2002	11.437.248,53	10	-	-	-	RJ
S.G. do Amarante	FURHLANDER ENERGIA BRASIL LTDA	Fab. de aerogeradores, componentes e peças	07/2002	3.567.130,83	35	75	25	15	ALEMANHA
S.G. do Amarante	OLITECH SERVIÇOS E PARTICIPAÇÕES LTDA	Refinaria de petróleo e produção de derivados	01/2002	5.708.604.751,30	500	75	1	20	EUA
S.G. do Amarante	METALURGICA LANJO	Fab. de caldeiras média e pesada, tanques e tubulações para derivados de petróleo, câmaras hiperbáricas, alifios e bates, modificas	12/2002	20.100.000,00	167	75	25	15	ES
S.G. do Amarante	TORTUGA COMPANHIA ZOOTECNICA AGRARIA	Fabricação de suplementos minerais para animais	01/2007	328.000.000,00	600				SP
S.G. do Amarante	CENTRAIS EÓLICAS TABA LTDA	Usinas eólicas destinadas à geração de energia elétrica	03/2005						CE
S.G. do Amarante	EMBACEL - EMBALAGENS CEARÁ LTDA	Fabricação de embalagens em cartão duplex	03/2006	1.973.749,50	60				RS
S.G. do Amarante	PECEM AGRONINDUSTRIAL LTDA	Indústria de alimentos e bebidas	04/2005						CE
S.G. do Amarante	VAL CLUB NORDESTE IND E COM DE CONFECCAO	Confecção	02/2004						CE
S.G. do Amarante	SENADOR POMPEU	Fabricação de calçados	03/2001	2.760.214,08	1.000	75	25	15	RS
S.G. do Amarante	SENADOR POMPEU	Fabricação de calçados	06/2001	1.068.814,87	400	75	25	15	RS
Sobral	GRENDIENE CALÇADOS S/A MATRIZ	Fabricação de calçados e componentes	04/1996	212.804.825,52	900	100	25	10	RS
Sobral	IND DE POCOIS DE ARTIFICIOS REVELLON	Fogos de artifício	11/1996	676.383,23	90	75	25	10	CE
Sobral	BEPLAST INDUSTRIA E COMERCIO DE PLASTICOS LTDA	Pigmentos masters batch de PVC e EVA/nylon	09/1997	1.291.746,42	21	75	25	10	RS
Sobral	SPARTEX SOBral PROD. DE ARTEFATOS TEXTIL IND E COM LTDA	Algodão hidrófilo e artel. Textes	07/1998	318.007,51	34	75	25	10	CE
Sobral	SENAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA (INCORPOROU A BLUESPORT SOBRIAL LTDA - BRACOL IND E COM DE COURO)	Fabricação de couros, peles e artefatos de couro	08/1998	3.142.937,47	200	100	2	15	ITALIA
Sobral	TREVO SERVIÇOS LTDA	Fab. De estruturas metálicas e pistões de ferro	09/2000	742.352,36	120	75	25	10	CE
Sobral	EMBACEL - EMBALAGENS CEARÁ LTDA	Fabricação de embalagens em cartão duplex	09/2000	2.144.267,40	80	60	25	15	RS
Sobral	ESTOFADOS PIEMONTE LTDA	Fabnc. De móveis estofados e artefatos de madeira em geral	09/2002	616.676,89	39	60	10	15	CE
Sobral	VILUBIA VINHOS LUSOBRASELEIROS LTDA	Fabricação de vinhos	09/2002	14.204.492,38	150	60	25	10	PORTUGAL
Sobral	INDUSTRIA RENDAS MELO JARDIM COELHO LTDA	Fabricação de rendas	10/1997	803.133,10	15	75	25	10	CE
Sobral	INSOL IND SOBRIALENSE LTDA	Fabnc. de material de higiene doméstico	12/2002	60.000,00	30				CE
Sobral	FOB FACÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO BRASILEIRA DE MATERIAIS TEXTIS LTDA	Prod. De fios e malhas de algodão	12/2002	600.000,00	300	60	40	10	CE
Sobral	A TONAL NORDESTE IND. E COMÉRCIO DE PROD. QUÍMICOS LTDA	Fabricação de componentes para calçados	05/2008	3.055.066,00	53				SP
Sobral	SIMONE L D ANDRADE	Indústria química	03/2005						CE
Sobral	VOTORANTIM CIMENTOS NINE S/A	Fabricação de cimento	02/2004						SP
Tabuleiro do norte	TABULEIRO AÇO IND E COM LTDA	Fabricação de rodas para veículos de carga calçados	06/2001	774.880,76	19	75	25	10	CE
Tejuoca	TEJUCOÇA TEXTIL LTDA	Prod. de fios de algodão	07/2001	1.847.169,62	125	75	25	10	CE
Tejuoca	RENDAS CALÇADOS LTDA (CASATIVOL) ABRIU EM SANTA QUITERIA E DEPOIS FECHOU DE NOVO	Fabricação de calçados	07/1998	2.805.168,60	900	75	1	15	RS
Tejuoca	MARCOS TABOLU BENEVEISE TEJUBIA	FAB. De vestuário infantil em geral	12/1998	277.387,64	102	75	25	13	CE
Tejuoca	CEARA IMPORTAÇÃO DE PEÇAS DE ACESSÓRIOS LTDA	Metá mecânicos	02/2000						CE
Tram	WISS COORGO CRIPTOGRAFICO DO BRASIL	Fabnc. De decodificadores criptográficos	06/1999	1.305.344,57	102	75	25	15	CE
Tram	INJECTO IND DE PLASTICO LTDA	Embalagens de CD-ROM	12/1999	770.548,99	15	75	25	10	CE
Tram	TECNOCOCO AGRONINDUSTRIAL LTDA	FAB de produtos industriais a partir do coco verde	10/2000	2.018.530,57	40	75	25	10	CE
Tram	AGROCLIMA AGROPECUARIA LIMA S/A	Prod. Ind. A partir do coco seco	10/2000	1.274.573,89	331	75	25	10	CE
Tram	JAMBO IND E COM EXPORT. LTDA	Criação de camarão em cativeiro de espécies hortícolas e piscícolas	04/2002	5.936.606,66	619	-	-	-	CE
Tram	PACATUBA HORTIGRANGIERA S/A	Criação de camarão "in natura"	04/2002	8.63.36,14	62	-	-	-	CE
Ubajara	FAZENDA AMWAY NUTRILITE DO BRASIL LTDA	Produção de frutos e processamento	12/1997	94.061.806,12	50	75	1	15	EUA
Ubajara	MARASUCO AGRONINDUSTRIAL LTDA	Alimentos e bebidas	08/2005						CE
União	SKILL IND E COM LTDA	PROD DE AUTO PEÇAS	09/2002	2.689.211,46	100	48	25	10	CE
União	DISPORT NORDESTE LTDA (PAQUETA DO NORDESTE)	Fabricação de calçados e componentes	12/1999	11.959.881,77	600	100	1	15	RS
União	AZINCO DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE INJETADOS PLASTICOS E CALÇADOS LTDA (FABRICA COMPONENTES PARA GRENEMEN)	Fabricação de injetados para calçados, peças técnicas, calçados em geral e reciclagem de material sintético	09/2001	6.495.628,69	300	75	25	10	RS
Várzea	INDUSTRIA DE CONFECCOES RINCOIS ARAUJO LTDA	Confecções	07/2005						CE
Várzea Alegre	RESOL DO BRASIL INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA	Fabricação de cadeiras, mesas e utilidades plásticas	10/2008	7.890.987,00	60				ESPANHA
Várzea Alegre	RESOL DO BRASIL INDUSTRIA DE MÓVEIS LTDA	Fabricação de cadeiras, mesas e utilidades plásticas	10/2008	2.114.645,00	30				ESPANHA
Várzea Alegre	INCA INDUSTRIA DE CALÇADOS CARRI LTDA	Indústria de calçados	06/2006						CE